



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO – PPGNEIM

VANDERLAY SANTANA REINA

GÊNERO E SINDICALISMO:
UM ESTUDO DAS TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE
MILITANTES SINDICAIS NO SINERGIA, BAHIA, ENTRE 1970 E 1990

Salvador

2019

VANDERLAY SANTANA REINA

**GÊNERO E SINDICALISMO:
UM ESTUDO DAS TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MILITANTES
SINDICAIS NO SINERGIA, BAHIA, ENTRE 1970 E 1990**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Linha de Pesquisa – Gênero, Poder e Política Pública. Área de Concentração: Gênero e Sindicalismo

Orientadora: Prof^a Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras.

Salvador

2019

REINA, VANDERLAY SANTANA

GÊNERO E SINDICALISMO: UM ESTUDO DAS TRAJETÓRIAS E
EXPERIÊNCIAS DE MILITANTES SINDICAIS NO SINERGIA,
BAHIA, ENTRE 1970 E 1990 / VANDERLAY SANTANA REINA. --
SALVADOR, 2019.

489 f. : il

Orientadora: LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS.

Tese (Doutorado - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO - PPGNEIM) -- Universidade Federal da
Bahia, UFBA/FFCH - SÃO LÁZARO, 2019.

1. Militância Sindical. 2.
Interseccionalidade/Consubstancialidade. 3. Relações
de gênero. 4. Relações de raça/etnia. 5. Relações de
classe social. I. ARAS, LINA MARIA BRANDÃO DE. II.
Título.

VANDERLAY SANTANA REINA

GÊNERO E SINDICALISMO:

**UM ESTUDO DAS TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MILITANTES
SINDICAIS NO SINERGIA, BAHIA, ENTRE 1970 E 1990**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

Aprovada em: ____/____/2019.

Banca Examinadora

Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora): _____
Doutora em História Social, Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Alda Britto da Motta: _____
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Cloves Luiz Pereira Oliveira: _____
Doutor em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Michel Jean Marie Thiollent: _____
Doutor em Sociologia, Universidade de Paris V – René Descartes
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Samira Safadi Bastos: _____
Doutora em Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Monz, Bélgica
Universidade Federal da Bahia – UFBA

A **Maria Nagô**, que transmitiu a sua linhagem, valores ancestrais de África, para que sejamos hoje a memória viva de lutas e resistências.

A meu pai, **Antônio Reina** (*in memoriam*), Mestre da marcenaria, cujo maior orgulho foi a formação intelectual de seus/suas filhos/as.

A minha mãe, **Vanda Reina**, baluarte da minha luta, sempre presente, incentivadora para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Lina Aras, minha orientadora a partir de 2018, pelo incentivo, persistência e, principalmente, pela confiança em mim depositada, desde o período da apresentação do projeto de tese, como membro da minha banca de qualificação. Seu compromisso, empenho e afetividade são como sementes que brotaram e se reproduziram ao longo deste caminho, que só me foi dado trilhar neste ciclo atual da minha trajetória de vida.

À Profa. Dra. Antoinette Fauve-Chamoux, dirigente do estágio doutoral realizado na École de Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), no Centre de Recherches Historiques – CRH (Paris), França, que me deu o apoio e a orientação para a construção do instrumento deste estudo nos sindicatos da União Europeia, particularmente em Paris. Considero relevante a oportunidade de ter apresentado o embrião desta tese no Seminário Internacional “Pouvoirs et dépendances au sein de la famille: perspectives comparatives (16^{ème}-21^{ème} siècles)” com o tema “Parcours et expérience d’insertion politique des femmes au syndicat d’électricité de l’État de Bahia – SINERGIA – de 1970 jusqu’à 1990”. Sua orientação acadêmica e a amizade concretizada durante a minha estadia de seis meses foram relevantes naquele contexto difícil do 13 de novembro de 2015.

À Profa. Alda Britto da Motta, particularmente pela atenção a mim conferida durante todo o período deste doutorado, e cuja produção acadêmica, sem dúvida, muito contribuiu para a concretização desta tese.

À Profa. Dra. Samira Safadi Bastos, minha gratidão por ter aceito o convite para participar dessa banca.

Ao Prof. Dr. Michel Jean Marie Thiollent, minha profunda gratidão e reconhecimento pela disponibilidade e interesse em participar desta banca.

À Profa. Dra. Cecilia Sardenberg, minha orientadora até a qualificação em 2015, pela minha indicação para a Bolsa Sanduíche na École de Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), em Paris, França.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia UFBA, pela oportunidade de realização deste curso doutoral.

Às professoras Margarida Paredes, Márcia Macêdo, Márcia Tavares, Rosângela Araújo (Janja), Elisabete Pinto, Maria Salete Silva, Graça Druck pela contribuição para o aprendizado.

À Profa. Elaine Rabinovich, pela participação na Banca de Qualificação, pela troca de ideias e pelo encaminhamento à Profa. Antoinette Fauve-Chamoux para orientação durante o Doutorado na França.

À professora Solange Fonseca, revisora competente, incansável e dedicada, pela sua disposição em me escutar e paciência, diante de tantas revisões e mudanças nas elaborações deste estudo.

Ao Prof. Dr. Clóvis Zimmermann, pelo apoio e orientação para a realização da banca sem o que seria impossível cumprir os prazos para consecução da bolsa sanduíche, durante a greve de 2015.

Às e aos colegas e trabalhadores/as do PPGNEIM Jennifer Estrela, Alessa Danega, Aldevina Santos, Ana Elisabeth Cerqueira, Joana Leidiane Alves, Maria Antonia Miranda, Amilde Fonseca, Gilmara Lisboa, Maisa Maria Vale pelo tempo de convivência, de estudos, parcerias e amizades. Às e aos colegas da disciplina Estudos |Pós-coloniais e decolonias pelo companheirismo e troca de experiências intelectuais, resultando numa sólida amizade, Gabriela Monteiro, Marcos Santos e André Vitória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de Bolsa Sanduíche de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDSE), realizada como “Élève en recherches doctorales libres”, de setembro de 2015 a fevereiro de 2016, na École de Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Centre de Recherches Historiques – CRH, em Paris, França.

À Associação dos Pesquisadores e Estudantes brasileiros na França (APEB) pelo espaço concedido e oportunidade da apresentação da conferência sobre o debate Ao SINERGIA-BA, pelo acesso aos arquivos do Sindicato, principalmente pela atenção a mim dispensada pelos companheiros Paulo de Tarso Guedes Brito e Erisvaldo Pinheiro, e pela companheira Maria Cristina Brito; também faço um registro ao apoio recebido do pessoal administrativo que facilitou o acesso à documentação dos arquivos sindicais.

Aos companheiros e companheiras do SINERGIA-BA que se prontificaram gentilmente a conceder as entrevistas: Carmilce, Clélia, Jeannette, João Magalhães, José Cabral, Jocelina (Jô), Marcos Nilton, Maria Antônia, Maria Cristina, Maria de Fátima, Maria Helena, Maria Luiza, Marise, Paulo de Tarso, Roque, Sandra Magalhães, Teresa Rodamilans, Tereza Cristina e Valter Bispo.

Aos militantes, homens e mulheres, das Confederações Francesas: Beatrice Ouin, Chantal Richard, Didier Blain, Dominique Marchal, Evelyne Pichenot, Mariano Fandos e Sophie Gaudeul (CFDT); e Maria José Malheiros (UFEQT/CGT), pela disponibilidade e interesse em colaborar com esta pesquisa.

Ao Centro de Documentação da CFDT, Paris, França, especialmente a Hélène Saudrais demais colaboradores pela assessoria e disposição de referências e fontes documentais sobre o sindicalismo na França.

À Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (APEB), pela oportunidade de versar no Ciclo mensal sobre o tema “La Trajectoire du Genre: L’(In)Visibilité des Femmes dans le Syndicalisme?”, na sede em Paris, e cujas críticas e incentivos foram de extrema relevância para o meu aprendizado.

À Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI, através de Luci Gleide Nascimento e Deivisson Dias que, com presteza, me forneceram dados necessários para a pesquisa.

A Eva Neuroth (na Alemanha), Rita de Cássia Reina Piccinetti (na Itália) e Mônica Machado (em Portugal), que, gentilmente, conseguiram agendar contatos para entrevistas nos sindicatos locais.

Aos professores e tradutores de francês que, na França, me assessoraram como intérpretes e tradutores Clarice Cajueiro Miranda e Simone Paterman de Lassus; a Sheyla Schutz, de São Paulo, que traduziu algumas entrevistas; e a Ana Gabriela Pessanha, que me acompanhou nas entrevistas na CFDT, Paris, e nos passeios culturais na França.

A Patrícia Verônica Santos, historiadora, que me auxiliou na coleta de dados sobre o SINERGIA-BA (principalmente sobre o período do meu mandato como dirigente), nos jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*.

A Pâmela Rocha, Larissa Marques e Julian Reina, que me auxiliaram na digitação, levantamento de fontes documentais, transcrição da pesquisa; especialmente a Talita da Hora e Silva, hoje Assistente Social, pela sua dedicação, interesse e, principalmente, pela prospecção de dados históricos e parceria na transcrição, codificação e formatação deste trabalho.

Às amigas Nerilza Cruz, Gabriela Monteiro, Marina Silva, Rosamelia Guimarães, Sheyla Paranaguá, Denise Trindade, Laís Paulo de Jesus e Anadyll Lima, pela força e pelo acolhimento nos momentos necessários. Aos companheiros e companheiras de luta Luiz Carlos da Paixão (Lacrau), Maria de Lourdes Araújo, Gésia Miralva Dias e demais não registrados pela presença constante na militância.

À minha família, para quem eu dedico este esforço da minha escrita, pois o título tem pouco significado se comparado ao trabalho construído durante esses últimos anos, que carrega a força dessa ancestralidade, da minha origem, registrada na oralidade de Vovó Valentina Emídia de Araújo, como Nagô. Este lugar de fala das mulheres que me antecederam me deu a força para o alcance deste sonho que demorei em acreditar ser possível para uma mulher negra. Assim, registro minha gratidão: ao companheiro Zilson Santana Machado (*in memoriam*), às queridas Vânia (*in memoriam*), Sandra, Eliana, Ivana e Rita de Cássia (irmãs); a Ricardo (*in memoriam*), Antônio Raimundo, Lindolfo Artur, Cláudio Emanuel, Jorge Augusto e Luiz Carlos (irmãos); a meus filhos Gabriel, Juliana e Ricardo; a minha nora Karina e a minha neta Marina; a meu enteado Raimundo Machado; a meu cunhado Pedro Pereira, a minha sobrinha Michele Reina e a minha prima Dariceli Bahia.

Em alguns casos, resistir é ficar, em algumas ocasiões, resistir é ir. Por fidelidade a si mesmo, a nós. Que a última palavra seja a ética e o direito. (Christiane Taubira, líder negra, ex-Ministra da Justiça da França do Governo François Hollande).

Ninguém mexe com os netos de Valentina, com os netos de Maria Nagô. Você sabe que é protegida pelos Nagôs. Os Nagôs não vão deixar que nada aconteça de mal. (Vovó Valentina Emídia de Araújo).

RESUMO

Esta tese apresenta, como prisma central, traçar e discutir não apenas as trajetórias e experiências – no campo do gênero e do sindicalismo – de militantes sindicais, articuladas às interseções entre as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social numa perspectiva feminista, mas também os desdobramentos em torno do militantismo, tendo em vista a realidade do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétrica do Estado da Bahia – SINERGIA, em Salvador, Bahia, entre os anos 70 e 90. Buscou-se traçar o perfil de homens e mulheres de acordo com a diversidade das trajetórias e experiências como dirigentes sindicais, delegadas/os sindicais e militantes de base, a partir do despertar político e das formas de adesão sindical. O sindicalismo brasileiro no século XX, no início da industrialização, com o surgimento do embrião da nova classe operária, foi marcado por conquistas e retrocessos, lutas e resistências das/os trabalhadoras/es no enfrentamento ao empresariado e aos governos ditatoriais e populistas. O movimento sindical entre os anos 70 e 90, chamado de autêntico, renovado, combativo, foco deste estudo, mostrou-se dinâmico, resistente e mais organizativo pelo alcance de suas lutas e conquistas em consequência de fatos e acontecimentos: enfrentamento ao regime militar, deflagração das greves de massa, concretização do sindicalismo rural, criação das centrais sindicais, surgimento das oposições sindicais, contestação à privatização e aos governos neoliberais, demissões coletivas e flexibilização dos contratos coletivos de trabalho. Optou-se por uma metodologia de natureza qualitativa por considerá-la mais próxima das multidimensões da vida social, no caso brasileiro, como espelho de uma sociedade oriunda do colonialismo que permanece com estruturas do racismo pós-colonial. O caminho escolhido a partir do “Ponto-de-vista” das interseccionalidades/consustancialidades aponta a trilha a ser seguida. Foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Segue-se a descrição de minha trajetória pessoal, profissional e sindical, como sujeito situado. Foram feitas 19 entrevistas no SINERGIA-BA, com 13 mulheres e 6 homens, com base em narrativas a partir de uma pergunta inicial e de outras questões centrais sobre a trajetória pessoal, profissional e sindical. A título de ilustrações pontuais, foram realizadas 8 entrevistas com militantes sindicais, homens e mulheres, das Confederações francesas CFDT e UFEQT/CGT sobre a militância sindical. As entrevistas foram gravadas e transcritas, para posterior análise de dados. Esta análise contou com o *software* WEBQDA, além de leituras horizontais e verticais das narrativas, de modo a obter diferenças e similitudes nas trajetórias, as quais foram reconstruídas em perfis biográficos, para dar unicidade e visibilidade aos sujeitos e suas experiências. O desenho da pesquisa levou à concepção sexuada de trabalho, sob a égide da divisão social do trabalho, com base nas hierarquias de gênero, que geram subordinação e opressão de sujeitos sociais, a depender do gênero, da raça/etnia e da classe social, além de geração, posição e localização de homens e mulheres no mercado de trabalho, incluindo as relações sociais no sindicato. Em um segundo momento, trago avanços e conquistas, tendo o empoderamento das mulheres como uma perspectiva de saída da opressão de gênero, raça/etnia e classe.

Palavras-chave: Militância sindical; Interseccionalidade/Consustancialidade; Relações de gênero, raça/etnia e relações de classe social.

RÉSUMÉ

Cette thèse, comme prisme central, trace et discute non seulement les trajectoires et les expériences – dans le domaine du genre et du syndicalisme – de militantes syndicales, articulées aux intersections entre les dimensions de genre, de race/ethnie et de classe sociale dans une perspective féministe, mais aussi le militantisme, compte tenu de la réalité du Syndicat des travailleurs des industries de l'énergie hydroélectrique et thermoélectrique de l'État de Bahia – SINERGIA, à Salvador de Bahia, entre les années 70 et 90. On présente le profil des hommes et des femmes en fonction de la diversité des trajectoires et des expériences en tant que dirigeants syndicaux, délégués syndicaux et militants de base, à partir du réveil politique et des formes d'appartenance à un syndicat. Le syndicalisme brésilien du XXe siècle, au début de l'industrialisation, avec l'apparition de l'embryon de la nouvelle classe ouvrière, a été marqué par des réussites et des revers, par les luttes et la résistance des travailleurs face au monde des affaires et aux gouvernements dictatoriaux et populistes. Le mouvement syndical des années 70 et 90, qualifié d'authentique, renouvelé, combatif, axe de cette étude, s'est révélé dynamique, résistant et mieux organisé en raison de l'ampleur des luttes et des conquêtes à la suite de faits et d'événements: confrontation avec le régime militaire, déclenchement de grèves de masse, réalisation du syndicalisme rural, création de centrales syndicales, émergence d'oppositions syndicales, contestation de la privatisation et des gouvernements néolibéraux, licenciements collectifs et flexibilisation des contrats de travail collectifs. Une méthodologie qualitative a été choisie, en la considérant plus proche des multiples dimensions de la vie sociale, dans le cas brésilien, comme le reflet d'une société issue du colonialisme qui conserve des structures de racisme postcolonial. Le chemin choisi du «point de vue» des intersectionnalités/consubstantialités indique le chemin à suivre. Des recherches bibliographiques, documentaires et de terrain ont été effectuées. Le parcours de recherche comprend dix-neuf entretiens qui ont été menés au SINERGIA, avec 13 femmes et 6 hommes, sur la base de récits partant d'une question initiale et d'autres questions centrées sur leur trajectoire personnelle, professionnelle et syndicale. À titre illustratif, huit entretiens ont été menés avec des militants syndicaux, hommes et femmes, des confédérations françaises CFDT et UFEQT/CGT sur l'activisme syndical. Les entretiens ont été enregistrés et transcrits pour une analyse ultérieure des données. Cette analyse comprenait l'application du logiciel WEBQDA, ainsi que des lectures horizontales et verticales des récits, afin d'obtenir des différences et des similitudes dans les trajectoires, reconstituées dans des profils biographiques, pour donner un caractère unique et une visibilité aux sujets et à leurs expériences. La conception de la recherche a conduit à la conception sexuée du travail, sous l'égide de la division sociale du travail, reposant sur des hiérarchies de genre, génératrices de subordination et d'oppression de sujets sociaux, selon le genre, la race/ethnie et la classe sociale, en plus de la génération, de la position et de la localisation des hommes et des femmes sur le marché du travail, y comprises les relations sociales syndicales. Dans un deuxième temps, je rends compte des progrès et des réalisations, en présentant l'émancipation de la femme comme une perspective de sortie de l'oppression du genre, de la race/ethnie et de la classe.

Mots-clés: Militantisme syndical; Intersectionnalité/consubstantialité; Relations de genre, race/ethnie et relations de classe sociale.

ABSTRACT

This thesis proposes, as a central prism, to trace and discuss not only the trajectories and experiences - in the field of gender and trade unionism - of trade union activists, articulated to the intersections between the dimensions of gender, race/ethnicity and social class in a feminist perspective, but also the unfolding around the militancy, in view of the reality of the Trade Union of Hydro and Thermo-electric Power Industry Workers of the State of Bahia - (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétrica do Estado da Bahia – SINERGIA), in Salvador, Bahia, between the 70s and 90s. The attempt was to trace the profile of men and women according to the diversity of trajectories and experiences as trade union's leaders and delegates, and grassroots activists, based on political awakening and forms of trade union membership. Brazilian unionism in the twentieth century, at the beginning of industrialization, with the emergence of the embryo of the new working class, was marked by achievements and throwbacks, struggles and resistance of workers in confronting the entrepreneurs and dictatorial and populist governments. The trade union movement between the 70's and 90's - the focus of this study, known as authentic, renewed, combative, proved to be dynamic, resistant and more organizational due to the scope of its struggles and conquests as a result of facts and events: confrontation with the military regime, the outpouring of mass strikes, the realization of rural unionism, the creation of the trade union centrals, the emergence of trade union oppositions, the contestation of privatization and neoliberal governments, collective layoffs and the flexibilization of collective labor contracts. A qualitative methodology was chosen, for being considered closer to the multidimensional dimensions of social life, in the Brazilian case, as a mirror of a society originated from colonialism that remains in the structures of postcolonial racism. The path chosen from the "point of view" of intersectionalities/ consubstantialities points the trail to be followed. Bibliographic, documentary and field research was performed. It is followed by the description of my personal, professional and trade union trajectory as a situated subject. Nineteen interviews were conducted at SINERGIA, with 13 women and 6 men, based in narratives that were developed from an initial question and other central questions about their personal, professional and union trajectory. As punctual illustrations, 8 interviews about union activism were conducted with trade union activists, men and women from the French Confederations CFDT and UFEQT/CGT. The interviews were recorded and transcribed for later data analysis. This analysis included the WEBQDA *software*, as well as horizontal and vertical readings of the narratives, in order to obtain differences and similarities in the trajectories, which were reconstructed in biographical profiles to give uniqueness and visibility to the subjects and their experiences. The research design led to the sexual conception of work, under the aegis of the social division of labor, based on gender hierarchies, which generate subordination and oppression of social subjects, depending on gender, race/ethnicity and social class, in addition to the generation, position and location of men and women in the labor market, including union social relations. In a second moment, I bring advances and achievements, having the empowerment of women as a perspective of exit from the oppression of gender, race/ethnicity and class.

Keywords: Union activism; Intersectionality/Consubstantiality; gender, race/ ethnicity and social class relationships.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de sindicatos de empregados reconhecidos: 1931-1936	91
Quadro 2 – Duração e localização de realização das entrevistas – SINERGIA-BA	149
Quadro 3 – Duração e localização de realização das entrevistas – CFDT e UFEQT/ CGT	151
Quadro 4 – Representações de Gênero na Estrutura Diretiva do SINERGIA/-BA – 1978 a 2000	184
Quadro 5 – Cláusulas de Acordos Trabalhistas com mão de obra de terceiros – CHESF (1985-1987)	219
Quadro 6 – Despertar político de Militantes sindicais	247
Quadro 7 – Acordo Coletivo do Trabalho Nº 01/89 – COELBA	273
APÊNDICE D – Caracterização das/os entrevistados/as:	
Quadro 8 – Caracterização das entrevistadas SINERGIA-BA – 2012-1017	485
Quadro 9 – Caracterização dos entrevistados SINERGIA-BA – 2012-1017	486
Quadro 10 – Caracterização das/os entrevistadas/os na CFDT E UFEQT/CGT, Paris, França, 2016	487

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta geral das obras da Usina de Paulo Afonso I.....	123
Figura 2 – Componentes do plano de pesquisa qualitativa.....	147
Figura 3 – Foto do Governador Luiz Vianna Filho, ladeado por Napoleão Topázio (à direita) e outros diretores, com Monsenhor Sadoc, na inauguração de melhorias nas instalações do STIEHTEEB, Salvador, 1970.....	178
Figura 4 – Foto de Evandro Paiva Araújo, dirigente sindical da oposição a Napoleão Topázio, mandato 1981-1990.....	178
Figura 5 – Foto da presença de mulheres na Greve de 1982 – Paulo Afonso, 1982.....	224
Figura 6 – Alzira Bezerra, delegada sindical, demitida na greve de 1982.....	224
Figura 7 – O Despertar Político de Militantes sindicais.....	246
Figura 8 – Instâncias da Militância Sindical/SINERGIA-BA	263
Figura 9 – Configuração sindical na França.....	264
Figura 10 – Foto de Vanderlay Reina e Eduardo Bonfim, Dirigentes Sindicais, ao lado de Delegados Sindicais da COELBA e CHESF	489
Figura 11 – Entrevista com a Vice-Presidente do SINERGIA-BA, Vanderlay Reina	490

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AADM – Associação dos Administradores de Empresas
ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AC – Ação Católica
ACO – Ação Católica Operária
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
AGEF – Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários
AI-5 – Ato Institucional número 5
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista Leninista
APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
APEB – Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASEC – Associação dos Engenheiros da COELBA
ASPETRO – Associação Atlética dos Empregados da Petrobrás
ATEC – Associação dos Eletrotécnicos da Coelba
BA – Bahia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCT – Contrato Coletivo de Trabalho
CDI – Contrat [de Travail] à Durée Indeterminée
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEEB – Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia
CEFET-BA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CENTEC – Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CERJ – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CES – Confédération Européenne des Syndicats
CES – Conseil Economique et Social
CESAT – Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador
CETEX – Comissão Executiva Têxtil
CFDT – Confédération Française Démocratique du Travail
CFE/CGC – Confédération Française de L'Encadrement/Confédération Générale de Cadre

CFTC – Confédération Française des Travailleurs Chrétiens
CGIL – Confederazione Generale Italiana del Lavoro
CGT – Confédération Générale du Travail (França)
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores (Brasil)
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CGT-FO – Confédération Générale du Travail-Force Ouvrière
CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIS – Comissão Intersindical
CISL – Confédération Internationale de Syndicats Livres
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE – Comando Nacional dos Eletricitários
CNMT – Comissão Nacional Mulheres Trabalhadoras
CNPS- Conselho Nacional de Política Salarial
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CNTU – Confederação dos Urbanitários
CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CONCLAT – Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
COB – Confederação Operária Brasileira
COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COLEPA – Colégio Paulo Afonso
COSIPA -Companhia Siderúrgica Paulista
CPE – Comissão de Planejamento Econômico
CPO – Centro do Partido Operário
CSI – Confederação Sindical Internacional
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTD – Contrato por Tempo Determinado
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DGB- Gewerkschaft an der Spitze der zweitgrößten Einzelgewerkschaft Deutschlands
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNA – Ácido Desoxirribonucleico
EEEMBA – Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia
EHES – École des Hautes Études en Sciences Sociales
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
EPC – Equipamento de Proteção Coletiva
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ETFBA – Escola Técnica Federal da Bahia
ETUC-CES – European Trade Union Confederation
FACHESF – Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social
FAELBA – Fundação Coelba de Previdência Complementar
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNTU – Federação Nacional dos Trabalhadores Urbanitários
FNU – Federação Nacional dos Urbanitários
FO – Force Ouvrière
FOSP – Federação Operária de São Paulo
FS – Força Sindical
IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBADE – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT – Instituto Cultural do Trabalho
ICEIA – Instituto Central de Educação Isaías Alves
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK – Juscelino Kubitschek
JOC – Juventude Operária Católica
LER – Lesões por Esforço Repetitivo

MCC – Movimento Contra a Carestia
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MNU – Movimento Negro Unificado
MSD – Movimento Sindical Democrático
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MT – Ministério do Trabalho
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MUT – Movimento Unitário dos Trabalhadores
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OTV – Gewerkschaft öffentliche Dienste, Transport und Verkehr
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PE – Pernambuco
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Programa de Participação nos Lucros e Resultados
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGNEIM – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo
PND – Plano Nacional de Desestatização
PPS – Partido Popular Socialista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
POLOP – Política Operária
PUI – Pacto de Unidade Intersindical
REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

SENGE – Sindicato dos Engenheiros (Bahia)

SGEN/CFDT – Syndicats Généraux de l'Éducation Nationale

SINDIBEB – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em Geral no Estado da Bahia

SINDIQUÍMICA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química, Petroquímica, Plástica, Farmacêutica do Estado da Bahia

SINDTEXTIL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado da Bahia

SINDURB/PE – Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco

SINERGIA-BA – Sindicato dos Eletricitários da Bahia

SINTTEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações

SMSP – Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo

SPD – Sozialdemokratische Partei Deutschlands

STIEHTEEB – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia

SUD – Solidaires Unitaires Démocratiques.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TELEBAHIA – Telecomunicações da Bahia

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UGT – European Trade Union Confederation

UFEQT/CGT – Union Fédérale des Ingénieurs, Cadres, Techniciens et Agents de Maîtrise

UNSA – Union Nationale des Syndicats Autonomes.

USI – Union des Syndicats Indépendants

UTV – Union des Transit-und Transportdienstes

WEBQDA – Software de Análise Qualitativa de Dados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	23
1.2 MINHA TRAJETÓRIA PESSOAL, PROFISSIONAL E SINDICAL	27
1.3 SITUANDO O PONTO-DE-VISTA EM TORNO DE GÊNERO E SINDICALISMO.....	30
2 O SINDICALISMO NO BRASIL: APANHADOS HISTÓRICOS	48
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	48
2.2 CLASSE OPERÁRIA BRASILEIRA: BREVE PANORAMA	50
2.2.1 Concepção de classe social	50
2.2.2 O embrião da classe operária brasileira: do escravismo ao chão de fábrica.....	52
2.2.3 Movimento Operário: as primeiras lutas sindicais.....	58
2.2.4 Uma breve história das primeiras greves.....	66
2.2.4.1 <i>A força de trabalho feminina e sua militância nas primeiras greves</i>	74
2.2.5 Sindicalismo de viés corporativista e populista (1930-1964)	89
2.2.6 O sindicalismo no contexto da ditadura militar e da transição democrática.....	107
3 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA	111
3.1 QUESTÕES PRELIMINARES	111
3.2 SALVADOR: O CENÁRIO DO <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	122
3.3 VÍNCULO DA PESQUISADORA COM O TEMA: NARRATIVA SITUADA	128
3.4 INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E SINDICALISMO	136
3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	146
3.5.1 Etapas da pesquisa	147
3.5.2 Quem são as/os entrevistadas/os?.....	149
3.5.3 Depuração e análise de dados	152
3.5.3.1 <i>Pesquisa documental</i>	152

3.5.3.2 <i>Pesquisa de campo</i>	153
3.6 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS.....	153
3.6.1 Dados Qualitativos: Tratamento, Processamento e Análise.....	153
3.6.2 Análise do Conteúdo	154
3.6.3 Codificação e Categorização das Narrativas	155
3.6.4 Codificação e uso do <i>software</i> WEBQDA	156
3.6.5 Processamento e Análise dos Dados Qualitativos	157
4 O DESENNOLAR DE NOVAS CONFIGURAÇÕES SINDICAIS	159
4.1 ATUAIS E ANTIGOS PERSONAGENS SÓCIO-HISTÓRICOS	166
4.2 A CONQUISTA DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS NA BAHIA	172
4.3 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER NA NOVA ESTRUTURA DO SINERGIA-BA	184
4.4 DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO, ANOS 90: RESISTÊNCIA DO SINERGIA-BA EM FACE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS EMPRESAS ESTATAIS CHESF E COELBA	200
4.4.1 Breve panorama das privatizações no Brasil	204
4.4.2 O sindicalismo brasileiro: crise ou decaimento no Brasil?	214
4.4.2.1 <i>Acordos Trabalhistas na CHESF: absorção de mão de obra contratada a terceiros</i>	219
5 TORNAR-SE MILITANTE SINDICAL	238
5.1 O DESPERTAR POLÍTICO DE MILITANTES SINDICAIS	243
5.2 MILITANTES DE BASE	254
5.2.1 "Eu comecei sem ser nada"	254
5.2.2 Militantes de base eleitos/as: Delegados/as Sindicais	266
5.2.3 Militantes de base: sem mandatos	274
5.2.4 Militantes de base: a relação com os partidos políticos	275
5.2.5 Militante de base sazonal	281

5.3 VOCÊ QUER FALAR COM UM 5.3 “HOMEM”?	286
5.4 “UMA MULHER NEGRA NÃO PODIA BOTAR O PESCOÇO DE FORA”: A QUESTÃO DA COR NA MILITÂNCIA	314
5.4.1 “Sou negra mesmo, de nascimento”	314
5.4.2 Raça, etnicidade e cor	318
5.4.3 Trajetória Pessoal: Famílias de Origem	324
5.5 DO MERCADO DE TRABALHO AO SINDICATO	337
5.5.1 Militantes sindicais: percurso profissional	337
5.5.2 Formação profissional: Estágio e Primeiro Emprego	346
5.6 MILITÂNCIA SINDICAL: AVANÇOS E CONQUISTAS	358
6 EM DIREÇÃO A UM PONTO DE VISTA FINAL?	373
REFERÊNCIAS	379
APÊNDICES	408
ANEXOS	488

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Esta tese apresenta, como prisma central, “Traçar e discutir as trajetórias e experiências de militantes sindicais, articuladas às intersecções entre gênero e sindicalismo, numa perspectiva feminista, tendo em vista a realidade do SINERGIA¹, em Salvador, no Estado da Bahia”. O entendimento de trajetórias, neste desenho, constitui o percurso trilhado por homens e mulheres, num determinado tempo e contexto histórico – 1970 a 1990 –, quer seja individual ou coletivo, para assumirem uma posição na estrutura do SINERGIA-BA, a fim de cumprirem uma função e uma ocupação de características voluntarista, sem onerosidade, eventual e de impessoalidade como militante no espaço sindical. Assim, almeja-se traçar o perfil de homens e mulheres de acordo com a diversidade das trajetórias e experiências como dirigentes sindicais, delegadas/os sindicais e militantes de base, em decorrência das formas de adesão sindical.

A literatura acerca dos estudos culturais, a história social – os debates da historiografia e da escrita da história – tem demonstrado, cada vez mais, a relevância dos estudos de gênero no que concerne aos desenhos de trajetórias de homens e mulheres em espaços políticos, a exemplo do sindicato. Nesse sentido, gênero, à luz de Scott (1994, p.86), partindo da subdivisão dessa dimensão de análise da vida social em duas partes, que se inter-relacionam e se distinguem, para fins de análise, é, por um lado, “Um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e, por outro, uma “forma primeira de significar as relações de poder”. Em outras palavras, as diferenças de gênero devem ser compreendidas no contexto das relações sociais (marcadas pela disputa de poder entre homens e mulheres), que vão sendo constituídas e ganhando significados a depender do contexto socioeconômico, político, histórico e cultural.

Nesse íterim, é importante trazer à tona os elementos constitutivos das diferenças de gênero no âmbito das relações sociais, segundo Scott (1994), quais sejam: o simbólico, o normativo, o político-institucional e a identidade subjetiva. Esse

¹ SINERGIA-BA – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétrica do Estado da Bahia.

conjunto de elementos vai imprimindo significados e representações que engendram as diferenças entre o masculino e o feminino nos mais diversos espaços da vida em sociedade. Logo, as diferenças de gênero tornam-se extremamente relevantes quanto à problemática da participação política de homens e mulheres no âmbito sindical, porque elas significam hierarquias e disputa de poder, que devem ser resgatadas no centro das análises e discussões acerca dessa temática. Não se pode omitir desses estudos, evidentemente, essa diferença de gênero, de classe social e “raça”. Justifica-se o uso das aspas no termo *raça* na perspectiva de Falquet (2009, p.123), para destacar o “caráter eminentemente social, artificial e compósito. [...] a raça reagrupa notadamente as relações de poder relacionadas à ‘cor’ e à etnicidade, mas também à nacionalidade e ao *status* legal”. Assim, reforçando o entendimento de Falquet (2009) sobre raça, Silvio Almeida (2019) assinala que não apenas a cor da pele designa o ser negro, pois raça é uma construção social. As características físicas ou práticas culturais, para ele, são apenas dispositivos que materializam a classificação racial, incidindo em distribuição de privilégios ou desvantagens políticas, econômicas e afetivas.

Na perspectiva teórica de Sandra Harding (1986), a opressão de gênero é organizada em torno de três dimensões centrais, a saber: a institucional, a simbólica e a individual, que oferecem um modelo para entender/problematizar as dimensões de raça, de classe social e de opressão de gênero, tratando-se, portanto para esta pesquisa, de uma tarefa analítica complexa e desafiadora. A autora afirma que as instituições representam essas dimensões, concebendo racismo, sexismo e elitismo no sentido de localização concretizada, isto é, no âmbito da vida prática.

Nesse veio, percebe-se, ainda, o imbricamento de outras categorias de análise, tais como etnia e idade/geração, cujas configurações “reproduzem-se como ‘mosaicos’ distintos, tal como se observa num caleidoscópio” como assinala Sardenberg (2018, p.57). Para essa autora, essas relações se caracterizam em certos contextos e são determinadas sempre como históricas, sociais e culturalmente distintas, exigindo um aprofundamento empírico conforme desenvolvido no decorrer deste escrito.

É a partir dessas concepções que se pretende discutir o impacto das relações de gênero como fio condutor da organização das relações sociais, reproduzidas, seja na esfera da família, no mercado de trabalho, na educação, sendo, pois, coextensivo à trajetória masculina e feminina no sindicato. Portanto, não restam

dúvidas de que as hierarquias sociais instituídas entre homens e mulheres na sociedade ainda continuam sendo organizadas sob a ótica da supremacia masculina, perpetuando-se, por exemplo, no androcentrismo da ciência e na divisão sexual do trabalho, cujas barreiras, tradicionalmente construídas, impossibilitam as mulheres de alçarem posições de maior *status*, poder e prestígio no mundo do trabalho, seja no âmbito coletivo ou individual.

A partir dos anos 60, as feministas passaram a tecer críticas às investigações científicas que não articulam os elementos constitutivos das relações sociais de gênero, ou que não diferenciam entre a “condição” e a “posição” das mulheres na sociedade. Até então, o feminismo da primeira onda, conforme Andrea Nye (1995) e Céli Pinto (2010), centrava o debate em torno dos direitos sociais básicos: o sufrágio universal extensivo às mulheres, o direito à propriedade e o acesso à educação. No entanto, é na segunda onda, nos anos 70, que se levantam várias bandeiras, ampliando-se as lutas pelo direito de trabalho profissional para as mulheres, a igualdade no mercado de trabalho, o reconhecimento do trabalho doméstico como reprodução social e a visão de família como espaço de reprodução da vida privada, do público/privado, além do exaustivo debate da autonomia das mulheres em relação ao controle do seu corpo. Como ressalta Erika Apfelbaun (2009, p.76), o feminismo levanta diversas “interrogações [...] que denunciam a dominação de gênero, a materialidade da apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens”. A relevância da segunda onda, da pesquisa feminista no feminismo, é o enfoque sobre as experiências de vida das mulheres, justamente para revolver a velha questão da invisibilidade da diferença. Deve-se a transformação de tudo isso ao feminismo da terceira onda cujo foco está na “diferença”, principalmente na perspectiva avançada de Judith Butler (1987) ao conceber sexo como um construto social.

Entretanto, no que se refere à atualidade do movimento feminista, apesar dos avanços vindos do Norte global, não se pode compreender o escopo de um feminismo universal, mas de várias frentes de luta e até de reconquistas, na tentativa do seu projeto político de emancipação de mulheres, do seu possível empoderamento. A questão do feminismo no Brasil, vejo-a ainda enclausurada nas instituições que o representam, cujo leque de possibilidades parece até mais aberto no que diz respeito a sua visibilidade, mesmo que algumas vezes de forma pejorativa pela mídia e religiões. Na Bahia, essa vitrine do feminismo plural, do

projeto político feminista, dificilmente parece alcançar as trabalhadoras e suas demandas, por exemplo: a precarização do trabalho feminino, as políticas públicas em relação a seus corpos, mais efetiva na discussão do “aborto” e sem mencionar o descaso quanto à defesa da comunidade de mulheres das periferias de referência ao extermínio de seus filhos e filhas pela estrutura racista do Estado. Por sinal, discordo do termo “Onda” como movimento, sendo mais apropriada a visão de uma ilha cercada das desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social, reproduzidas pelos sistemas de opressão que atingem homens e mulheres, no caso baiano, mais expressivo em torno das mulheres negras: no mercado de trabalho, na família, em relação à violência de gênero, nas instituições reguladoras como a religião, a ciência, a escola e também os sistemas distributivos. Admitindo-se o avanço de uma nova “onda” feminista, quais seriam os paradigmas contemporâneos a serem construídos em relação às bandeiras das antigas ondas?

Maxine Molyneux (1984), ao problematizar, no contexto da América Latina, a participação das mulheres nas lutas revolucionárias, considera a distinção entre “necessidades práticas de gênero” – que surgem das ideologias de gênero e da divisão sexual do trabalho – e “interesses estratégicos de gênero”, que se referem à mudança da posição das mulheres na sociedade.

Logo, para Molyneux (1984), é necessário destacar a importância da organização e mobilização das mulheres em relação à luta pela conquista dos seus interesses estratégicos, ou seja, trata-se de uma conquista resultante de uma ação coletiva. Concordo com essa autora, quando ela vislumbra a relevância da ação coletiva no que tange à conquista de espaços de disputa e de participação política do feminino. Nesse sentido, estudos têm demonstrado o empenho de esforços para abrir “brechas” a fim de que as mulheres ocupem espaços que lhes foram historicamente negados, como uma estratégia de ‘guerra fria’, por assim dizer. Trata-se de uma “guerra” não abertamente declarada, uma vez que se trata de algo camuflado através de discursos, estereótipos, falácias e estigmas, justificando, desse modo, a opressão/exploração de gênero, de forma sutil e, por que não dizer, velada.

Quanto a esse aspecto, o masculino tem levado inúmeras vantagens em todas as esferas das relações sociais, perpetuando, assim, a submissão de um gênero ao outro, sendo essa questão nitidamente perceptível no contexto de emergência da divisão sexual do trabalho. Por essa via, a pluralização das esferas da vida social e,

também, suas diversas *nuances*, particularmente no mundo do trabalho, em especial a partir da década de 90, revelam essas implicações para o feminino, ainda mais abertamente no caso da Europa, com o advento do desemprego estrutural, a exemplo da França. Todavia, estudos de caráter comparado, realizados pela sociologia do trabalho, ainda insistem em tomar como referência a fração masculina, para fins de análise das mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho, deixando de lado as incidências desse processo, de forma mais dura, sobre o feminino (MARRY, 1998).

Ainda segundo Marry (1998), conforme pesquisa comparativa entre a França e a Alemanha, países ditos desenvolvidos, apesar de as mulheres terem superado os homens no indicador escolaridade, ainda persiste sua saga no sentido de lograr o acesso a postos de trabalho com maior *status* e melhor remuneração. Trata-se de uma busca incessante do feminino por um espaço menos explorador e degradante no mercado de trabalho. Nesse contexto, as mulheres ainda permanecem no lugar desprivilegiado e com baixo poder de barganha nas disputas para ocupar os postos de trabalho.

Essa reflexão da autora me levou a pensar sobre a abrangência dos embates travados no século passado, anos 80, pelas teóricas feministas (SOUZA-LÔBO, 1991; RAGO, 1998), pelas historiadoras de estudos sobre as mulheres (PERROT, 1995; 2009) e pelos movimentos feministas, no âmbito do sindicalismo, com relação a este modelo de trabalhador universal, forte, branco e submisso, confirmando as desigualdades sexuadas no âmbito do trabalho, do emprego e nas historiografias do movimento operário.

1.2 MINHA TRAJETÓRIA PESSOAL, PROFISSIONAL E SINDICAL

A observação dos aspectos anteriormente assinalados suscitou em mim questionamentos acerca do paradoxo das experiências de gênero, para alguém, como eu, que se deslocou aos 16 anos, do Recôncavo da Bahia, São Félix, para a capital baiana, Salvador, em 1964, a fim de atender ao objetivo materno de possibilitar uma mobilidade social a seus treze filhos através de uma formação educacional mais sólida, visando o ingresso no mercado de trabalho com mais oportunidades.

Finalizando os estudos de magistério em 1968, começou, então, o percurso de uma mulher trabalhadora adentrando o mercado de trabalho em 1969, mas os sonhos abortados de uma menina da camada popular que queria ser professora e terminou indo trabalhar em um setor administrativo no interior, na cidade de Catu (COELBA)², são sonhos que, ao mesmo tempo, revolvem, germinando das cinzas, decompondo medos, apreensões e inseguranças e os transformando em outras conquistas.

Entre essas conquistas, a realização de um curso de secretariado no SENAC me levou à seleção para o cargo de escriturária, resultando na indicação para ser secretária da Diretoria. Ao passar no vestibular para a Escola de Serviço Social, na Universidade Católica do Salvador, precisei ser deslocada da diretoria por conta dos horários incompatíveis, reduzindo significativamente o salário e, em consequência, trazendo muitas dificuldades para levar avante este novo projeto de vida em uma faculdade privada.

Por ocasião do estágio curricular, passei a ocupar, na COELBA, a função de estagiária de Serviço Social de Empresa, campo aberto por mim a partir dessa época. Com a incorporação da CEEB pela COELBA, em 1973, ampliou-se o trabalho do Serviço Social da empresa, cujos profissionais passaram a intermediar as relações sociais de trabalho entre trabalhadores e corpo gerencial. Concluído o curso de Serviço Social e por ocasião da implantação da Fundação COELBA de Assistência e Seguridade Social – FAELBA, fui enquadrada no cargo de Assistente Social.

Na minha atuação como Assistente Social, comecei a constatar as grandes desigualdades de nível salarial para os que compunham a base da pirâmide funcional, os problemas de saúde decorrentes das más condições de trabalho, como, por exemplo, os afastamentos por problemas relacionados com a tuberculose e o alcoolismo, além do enfrentamento nas relações sociais com os chamados “cabos de turma”, representantes diretos dos gerentes para controle dos trabalhadores. Não por acaso esse “título” se enquadrava perfeitamente na sociedade militarizada da época, em pleno governo ditatorial.

Sindicalizada, como todos os trabalhadores de então, o contato com o movimento sindical se iniciou a partir da tomada de conhecimento das pautas

² Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

reivindicatórias na década de 70, entregues à diretoria administrativa onde exercia a função de secretária. Por isso, participava solitariamente das assembleias convocadas para este fim, sem uma atuação direta.

A partir de 1981, quando ocorre o chamado movimento de renovação sindical, em que os Sindicatos como o STIEHEEB³, precursor do SINERGIA-BA⁴, conseguiram, finalmente, alijar as chamadas diretorias “pelegas”, minha participação começou a ser mais efetiva, principalmente nas mobilizações de 1983, juntamente com outras assistentes sociais da empresa.

Inserida naquele contexto de lutas, via organização sindical, no qual atuei enquanto trabalhadora da COELBA nos anos 80/90, participei de um curso de formação para militantes de base, de campanhas salariais, levando a pauta social e feminina para as assembleias e de mesas de negociação como militante de base. Posteriormente, compus uma chapa com várias lideranças, em que, pela primeira vez na história do SINERGIA-BA, havia a participação de uma mulher negra na diretoria executiva. A chapa foi vencedora e passei a ocupar a vice-presidência do Sindicato, e outra companheira fez parte do Conselho Fiscal. Na ocasião, foi possível vivenciar as múltiplas desvantagens com que o feminino se depara no engajamento político em prol dos direitos trabalhistas, sendo delegada às mulheres, igualmente como no mercado de trabalho, posições e postos subalternos na hierarquia sindical quando não, a exigência de seu “silenciamento”, atitude de viés sexista (KERGOAT, 2016).

Ademais, sem a presença feminina em postos-chave, pouco se pautavam as reivindicações deste gênero, que ficavam à mercê dos caprichos e perspectivas masculinas. Isso me fez questionar o quanto as configurações patriarcalistas e sexistas na divisão sexual do trabalho colocam o feminino em desvantagem nos sentidos amplo e restrito da vivência no mundo do trabalho, mesmo quando está se falando de um espaço de organização política e de militância em prol dos direitos dos trabalhadores. Sim, dos trabalhadores, porque as trabalhadoras mal conseguem chegar a esses espaços, pois a presença do macho forte e imbatível, quando a elas recorre, apenas lhes delega “posições femininas” através dos cargos administrativos de último escalão, tais como serviços gerais, administrativos, redação de atas de

³ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energias Hidro e Termoelétrica no Estado da Bahia.

⁴ Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia.

reuniões, acompanhamento do setor jurídico de processos e suplência no conselho fiscal.

Procurando ir além dessa questão, resolvi levar também em conta, mesmo pontualmente, as experiências femininas numa realidade em que, muito provavelmente, os direitos trabalhistas das mulheres estariam menos distantes do masculino, considerando o exemplo de uma cidade europeia, onde as mulheres se encontram numa posição menos subalterna que a das brasileiras. A oportunidade que me apareceu, conduziu-me à realidade de Paris⁵, onde residi por cerca de 6 meses e pude ter acesso a alguns movimentos sindicais e, através deles, às experiências masculinas e femininas na luta sindical. Na França, a presença das representações femininas tem sido assegurada através da implementação do sistema de cotas, iniciado nos anos 80, na CFDT⁶ e, em 1999, a paridade na CGT. Nesse aspecto, não existe uma única opção, ocorre entre as confederações, de acordo com a tomada de decisão ou não de introduzir "ações positivas" (cotas, paridade, "*Mixité*"...). Conforme Ardura e Silvera (2001) e Silvera (2009), esse sistema tem sido levado mais à risca pela CFDT, o que não vem ocorrendo no âmbito do SINERGIA-BA, mesmo com a recomendação em favor de maior participação feminina, como Resolução do II Congresso Nacional da CUT⁷, com a implementação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora e da determinação de 30% de mulheres na direção da Central no Congresso de 1991.

1.3 SITUANDO O PONTO-DE-VISTA EM TORNO DE GÊNERO E SINDICALISMO

A partir das considerações feitas, foram eleitas, como objeto de estudo desta tese, a trajetória e a experiência sindical no Brasil (Bahia), analisando se *ser homem* ou *ser mulher* vai definir uma posição na militância sindical e como o masculino e o feminino ocupam esse espaço em busca da igualdade de participação e do avanço nas lutas e reivindicações, tomando como *locus* da pesquisa o SINERGIA-BA e tecendo algumas discussões pontuais a respeito da realidade francesa, em especial

⁵ Essa experiência, que, inicialmente, tinha o objetivo de dar subsídios para uma pesquisa comparada, por circunstâncias diversas, não será incorporada a este trabalho, a não ser quando necessário pontuar alguns aspectos relevantes dessas duas realidades.

⁶ Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT); Confédération Général du Travail (CGT); Confédération Française des Travailleurs Chrétien (CFTC); CGT-Force Ouvrière (CGT-FO) e Confédération Française de Encadrement/Confédération Générale des Cadres (CFE/CGC).

⁷ Central Única dos Trabalhadores.

as confederações da cidade de Paris, a partir de alguns dados coletados nas confederações francesas CFDT e UFEQT/CGT.

Dessa feita, busco tecer discussões sobre essa instigante temática que envolve a questão político-sindical em duas realidades sociais, que, *a priori*, pouco se aproximam em termos de segurança, proteção social, sem deixar de lado os fatos históricos e culturais específicos a cada uma dessas realidades. Todavia, nunca é demais lembrar que a questão-chave desta tese é buscar compreender, a partir de vivências de homens e mulheres, as experiências nesse espaço de disputa de poder, marcado historicamente pela dominância do masculino, tendo as mulheres de enfrentar inúmeras barreiras para abrir portas nesse lugar fechado e reservado para os homens.

Esse objeto é tratado em uma perspectiva de gênero, sem deixar de lado as análises das dimensões de classe, raça, etnicidade, localidade, idade/geração, mais aprofundadas, por meio da pesquisa empírica, no contexto dos anos 70 a 90, tendo em vista que o movimento sindical começa a atravessar, a partir desse período, uma série de transformações que culminam com a chamada crise de identidade (ANTUNES, 2011).

São esquadrihadas as trajetórias e as experiências de homens e mulheres na tentativa de compreender como se tornar militante no SINERGIA-BA, tendo a igualdade como uma perspectiva possível, por dar visibilidade à experiência de homens e mulheres, desconstruindo multifatores como silenciamento, invisibilidade e hierarquias de gênero. O intuito é analisar de que modo a participação no sindicato pode ter desencadeado divergências e conflitos, assim como avanços e conquistas, num espaço de domínio das relações de cunho patriarcal e ideológico e de disputa pelo poder político.

Merecem ainda registro quanto a esse fato, no caso do Brasil, a queda na quantidade de greves, a redução na taxa de sindicalização, a proliferação burocrático-administrativa do número de sindicatos, a fragmentação das negociações e a diminuição na quantidade de reivindicações acordadas (POCHMANN, 1998). A diminuição na taxa de sindicalização no Brasil também foi apontada nos estudos de Leôncio Rodrigues (2002), que assinala as dificuldades de aprofundamento dessa questão, por sua complexidade, exigindo um estudo específico sobre o assunto. Ressalta, contudo, a relevância da sindicalização dos funcionários públicos como um fator que contribuiu para atenuar a gravidade da

dessindicalização no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países do Norte global. Deve-se assinalar que essas mudanças acontecem em momentos históricos e com repercussões diferentes em termos de Brasil e França (BOITO Jr.; MARCELINO, 2010).

No curso dos anos 80 e 90, período de grande movimentação social e sindical no Brasil, diferentemente da França e de outros países do capitalismo internacional onde o movimento sindical já atravessava declínio e baixa adesão, o sindicalismo brasileiro vivia o seu período de ascensão, havendo a criação de centrais sindicais – CUT⁸, USI⁹ e CGT¹⁰ – com proliferação de greves e com a incorporação do funcionalismo público (MATTOS, 2009).

Alguns dos elementos que podem explicar tal crise e o declínio da organização sindical atualmente, no Brasil, referem-se às mutações individuais e à composição das forças de trabalho, como, por exemplo, uma maior resistência à atuação sindical demonstrada por jovens, mulheres e desempregados/as, segundo assinalam Boito Jr. e Marcelino (2010). No caso da França, tem crescido, ultimamente, a filiação feminina aos sindicatos, desde a reforma da previdência social em 2011. Entretanto, na realidade francesa, os estudos sobre a feminização dos sindicatos e as lutas políticas por igualdades salariais e contra todo tipo de discriminação revelam que as mobilizações salariais têm sido mais frequentes nos setores mais precários e pouco qualificados do mundo do trabalho e com maior presença feminina, pois as mulheres, longe de serem minorias, são as que mais ocupam os postos de menor *status* e com menor remuneração, a exemplo de setores como o têxtil, de novos ramos industriais como a indústria microeletrônica e de serviços como o de cuidados. Isso propiciou o crescimento da exploração da força de trabalho feminina em ocupações de jornada de tempo parcial, como o trabalho doméstico, as atividades no comércio, no cuidado, etc. (PISCCITELLI, 2002; HIRATA, 2011; FALQUET, 2016; KERGOAT, 2016; MARUANI; MERON, 2016; SILVERA, 2016).

A partir dos dados fornecidos pelo *Anuário Estatístico do Brasil* (1980), Gitahy e colaboradoras (1982) buscaram, por meio de uma pesquisa qualiquantitativa, relacionar o aumento da força de trabalho feminina durante a década de 70 (1970-1978) com a evolução de sua sindicalização. As autoras constataram que houve um

⁸ Central Única dos Trabalhadores (1983).

⁹ União Sindical Independente (1985).

¹⁰ Central Geral dos Trabalhadores (1986).

acréscimo no número de trabalhadores/as urbanos/as sindicalizados/as nesse período, passando, em números absolutos, de 2.132.056 (1970) para 4.271.450 (1978). Em relação à taxa de crescimento da PEA e da sindicalização masculina e feminina, nesse mesmo período, os dados mostram que o aumento da taxa de sindicalização feminina foi de 176,3%, sendo que a PEA urbana feminina foi acrescida em 123%. Em relação aos homens, o crescimento da PEA urbana e da sindicalização ocorreu com menor expressividade, correspondendo o crescimento total da PEA a 67% e a taxa de sindicalização a 100,3%. Esses dados levantados pelas autoras sinalizam que a sindicalização das mulheres ocorreu de modo mais acelerado quando comparada com a sindicalização dos homens, nesse mesmo período.

Importante destacar que, a partir de 1976, o índice de sindicalização feminina (184%) foi superior ao da PEA (174%), fato este que, segundo essas autoras, pode estar relacionado à crescente participação das mulheres nos movimentos populares urbanos da época, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base – CEB.

A progressão das ocupações femininas na França tem mostrado que, apesar do aumento dos níveis da escolarização feminina e do acesso aos cargos mais qualificados, diversos indicadores registram a persistência das desigualdades de gênero nesse país. Tomando-se como referência o estudo de Ardura e Silvera (2001) – “Igualdade de homens e mulheres: quais as estratégias sindicais?” –, esse tema foi apropriado dos dados do relatório apresentado no ano 2000 pelo Conselho Econômico e Social francês. Os números foram analisados à luz de um estudo de Cotta, (2001, apud Ardura; Silvera, 2001), publicado em 2001, mostrando o lugar ocupado pelas mulheres nas instâncias de decisão, ao ser examinada a taxa de sindicalização de 10% na França e no sul da Europa. Esses dados, conforme Ardura e Silvera (2001), comprovam a variação no nível geral de baixa incidência de sindicalizados/as, em relação aos países do Norte, como a Dinamarca (87%). As mulheres, no conjunto de sindicalizações na França, correspondem a 17,9%, constituindo, portanto, um percentual efetivamente diminuto (ARDURA; SILVERA, 2001). À guisa de esclarecimento, a cada representação das mulheres nas organizações consagradas à questão da igualdade, revelam-se as diferentes experiências: 42% na CFDT, 28% na CGT e 36% na SUD¹¹. Essa presença é três

¹¹Solidaires Unitaires Démocratiques.

vezes inferior, particularmente na Unsa¹², CFTC, CGT-FO). Esse percentual diminuto no conjunto das afiliações sindicais não explica a expressiva presença das mulheres nos postos de responsabilidade em nível local, que é justificada pela paridade e pelo sistema de cotas (COTTA, 2001, apud ARDURA; SILVERA, 2001).

Desse modo, fica nítido que não é possível generalizar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e, por conseguinte, na organização sindical. Nesse sentido, Antunes (2011) tece críticas pertinentes sobre essas transformações ditas globalizantes, que acabam, na verdade, produzindo barreiras profundas e prejudiciais à classe trabalhadora, sendo necessário considerar as particularidades inerentes às sociedades e o tipo de desenvolvimento em termos de organização social e política.

Busquei analisar o sindicalismo no Brasil (Bahia) numa perspectiva de gênero, criticando as tendências ainda recorrentemente apontadas pela historiografia (CHARTIER, 1995), que opera a partir de bases teóricas, ainda fundamentadas nos estudos e pesquisas na área da sociologia do trabalho, deixando de lado e/ou trabalhando de forma negligenciada a questão de gênero como uma das dimensões fundantes da vida social (COSTA, A. A., 2004).

A ciência política, por exemplo, mesmo apresentando uma resistência tradicional à questão de gênero, segundo reflexões de Guillaume e Pochic (2013, p.480), estudiosas francesas do campo de gênero e sindicalismo, não teve mais como se negar a realizar estudos acerca do militantismo:

Se a ciência política esteve aberta a questões de gênero, especialmente através do estudo do militantismo, o campo do sindicalismo e ainda mais das relações profissionais permanece centrado na análise das instituições – os sindicatos, os empregadores, a negociação coletiva [...] esse viés institucional, denunciado por pesquisadores britânicos (Wajcman, 2000), contribui para uma cegueira de gênero, como se os sindicatos e, mais amplamente, a dinâmica das relações profissionais não fossem estruturadas por relações sociais de sexo (de raça e de classe) e não tivessem contribuído para a sua (re)reprodução.¹³

¹² Union Nationale des Syndicats Autonomes.

¹³ « Si la science politique s'est ouverte aux questions de genre, notamment par le biais de l'étude du militantisme, le champ du syndicalisme et plus encore des relations professionnelles reste centré sur l'analyse des institutions – les syndicats, le patronat, la négociation collective, etc. Ce biais institutionnaliste, dénoncé par les chercheuses britanniques (Wajcman, 2000), contribue à un aveuglement au genre, comme si les syndicats et, plus largement, la dynamique des relations professionnelles n'étaient pas structurées par les rapports sociaux de sexe (de race et de classe) et ne contribuaient pas à leur (re)production. » (Tradução própria para fins deste trabalho).

Neste viés dos estudos no campo do Sindicalismo e Gênero, a ciência política passa a desenvolver pesquisas, por exemplo, no âmbito das relações patronais, da negociação coletiva, enfim, do sistema e da estrutura de organização e participação sindical, porém permanecendo centrada no contexto institucionalista. Desse modo, recebe críticas por contribuir para manter, no estudo do espaço sindical, a chamada “cegueira de gênero”. No âmbito do sindicalismo francês, assim como no Brasil, as novas pesquisas sobre a feminização do sindicato, particularmente quanto às políticas de igualdade, às lutas contra a discriminação, às mobilizações de assalariadas/os, às esferas precarizadas e/ou feminizadas e às representações seletivas das mulheres, como se faz nesta pesquisa, trazem reflexões não apenas sobre as divisões nas relações de gênero, como também sobre a representação de forma seletiva das mulheres, via sistema de cotas, paridade e “*Mixité*”. Esses sistemas são mais adiante apontados durante a análise das trajetórias e experiências (Capítulo 5), tomando-se como referência os estudos, por exemplo, de Capellin (1994), Ana Alice Costa (2004), Silvera (2009) e Guillaume e Pochic (2013).

Efetivamente, a ciência política, a sociologia do trabalho, a sociologia do sindicalismo e a história social não podem mais fazer vistas grossas ao fato de que o sindicalismo tem sofrido reveses no que tange à questão da representatividade feminina no mundo do trabalho. Portanto, como negar que as relações sociais de gênero, de raça/etnia e de classe social continuem sendo estruturadas apenas a partir da supremacia do masculino e de uma elite branca em detrimento de uma perspectiva crítica que considere a interseccionalidade/consustancialidade das dimensões de gênero, raça/etnia e classe?

É elucidativo apresentar alguma referência sobre a origem do termo “militantismo”, como ele surge, como passa a ser usado e que tradução remete a sua aterrissagem no espaço social do sindicalismo. A partir de quando e quais eventos marcam o significado a ele atribuído? Na França, o termo “militantismo” (LE MILITANTISME..., 2014) apareceu nos anos 60, para se referir a atividades exercidas por alguns sujeitos, membros ativos em algumas instituições de fomento à ação política. No entanto, se o termo militante é novo, o personagem, ao contrário é antigo, pois remonta a uma época atinente às lutas revolucionárias do século XIX.

Na França, o termo militantismo se refere à ação daquelas pessoas que organizam e executam as atividades inerentes às lutas políticas. Isso explica as

atividades desempenhadas pelos sujeitos ativistas ao ingressarem num grupo de ação, ou seja, a clandestinidade, o sindicato, as centrais sindicais, a confederação, o partido político, a associação, a união ou mesmo fora da estrutura formal, indo além da simples filiação, com o propósito de realizar uma ação coletiva, ultrapassando o simples ativismo, ao produzirem protestos, escreverem petição, protagonizarem boicotes, entre outras.

Aqui, cabe trazer à tona a relevância de se articular as interseccionalidades que permeiam as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social, que se encontram imbricadas e não se constituem em dimensões estanques, conforme assinala Crenshaw (2002, p.177):

A interseccionalidade [...] busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. [...] da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. [...] trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw (2002, p.177) faz uso da metáfora da intersecção ao traçar uma analogia entre os vários eixos de poder, como uma encruzilhada, isto é, raça, etnia, gênero e classe que “[...] constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos [...] e como esses eixos se movem”. Mesmo quando Kergoat (2016, p.20) traz alguns questionamentos acerca da interseccionalidade, ao considerar que esse conceito “pode ser falsamente unificador”, tendo em vista que “a reflexão sobre a articulação das relações de poder [...] parece unificada com excessiva rapidez sob o termo *interseccionalidade*” (grifos no original), não deixa, por outro lado, de reconhecer que “o conceito ganhou tal extensão que acaba por englobar muitas acepções, algumas das quais se aproximam da análise do termo de consubstancialidade”.

De fato, o termo consubstancialidade revela uma conexão marcada pela indissociabilidade entre as dimensões trabalhadas no decorrer desta tese, quais sejam, classe social, gênero e raça/etnia, porém acredito, tal como Kergoat (2016, p.21), que “[...] não há nem sobreposição e nem competição entre interseccionalidade e consubstancialidade. Há, ao mesmo tempo, distância e

proximidade”. Em outras palavras, os termos aproximam-se no que concerne à atitude crítica ao desconsiderar inter-relação/conexão/indivisibilidade/unicidade entre as dimensões de análise da vida social em destaque, atitude esta que se reflete na dimensão que a opressão irá adquirir na trajetória de vida de alguém, pelo fato de ser/pertencer do/ao feminino/masculino, negro/branco, rico/pobre. Ademais, essas dimensões se distanciam “[...] na forma de pensar essa atitude crítica e de traduzi-las em práticas sociológicas” (KERGOAT, 2016, p.21).

Concordo com o pensamento similar de Collins (1989, p.7) quando assinala¹⁴: “Devemos, de início, reconhecer raça, classe e gênero como interligados em nossas biografias. Porém, depois, devemos transcender as muitas diferenças para reconceitualizar raça, classe e gênero a fim de criar novas categorias de conexão”. Categoria é aqui entendida, como propõe Kergoat (2016), como um marcador descritivo de “relação social” como tensão, desde que esta oprima, explore e domine. Essa reconceitualização caracteriza-se, exatamente, por não conceber essas dimensões enquanto formas dicotômicas em si e entre elas. Ao contrário, deve-se apoiar nas conexões que constituem essas dimensões na dinâmica da vida em sociedade, visto que elas trazem/revelam, de modo latente e nítido, as diferentes formas de opressão em termos de trajetória de vida, pois se trata de dimensões sociais que não podem ser isoladas e/ou mesmo divididas e/ou hierarquizadas, ainda que os contextos determinem ou imprimam maior ou menor força a uma dessas dimensões. Logo, como expressa Collins (1989, p.6)¹⁵:

Este reconhecimento de que uma categoria deve ter relevância sobre outra em um determinado tempo e lugar não minimiza a importância teórica de admitir que raça, classe e gênero como categorias de análise estruturam todo relacionamento.

Ou seja, não importa se a opção foi dada ao termo interseccionalidade ou à consubstancialidade entre as dimensões destacadas, quando se trata de analisar a realidade social. Muito mais importante do que isso é conceber gênero, raça/etnia e

¹⁴ “We must first recognize race, class and gender as interlocking in our personal biographies. But then we must transcend those very differences by reconceptualizing race, class and gender in order to create new categories of connection” (COLLINS, 1989, p.7). Tradução própria para fins deste trabalho.

¹⁵ “This recognition that one category may have salience over another for a given time and place does not minimize the theoretical importance of assuming that race, classe and gender as categories of analyses structure all relationships” (COLLINS, 1989, p.6). Tradução da autora para fins deste trabalho.

classe social enquanto dimensões que estruturam todos os tipos de relações que por elas perpassam e precisam ser concebidas enquanto tal, já que se encontram numa arena de antagonismos e disputa de poder, que demarca e estabelece as conexões e as diferenças entre elas, como bem destaca Kergoat (2016, p. 24): “[...] a classe ao mesmo tempo cria e divide o gênero e a raça, o gênero cria e divide a classe e a raça cria e divide o gênero e a classe”. Em outros termos, constituem-se em dimensões indissociáveis, que formam uma espécie de *trindade*, de onde originalmente deriva o termo consubstancialidade, não sendo possível separar ou dividir os impactos de se pertencer a uma classe, a um determinado gênero e a uma raça/etnia, pois não há como precisar onde termina uma opressão e começa a outra, uma vez que elas se confundem e se articulam nas relações da vida em sociedade.

Diante disso, faz-se mister trazer à tona as concepções de sexo/gênero (SCOTT, 1994; DEVREUX, 2005; SAFIOTTI, 2009), classe social e experiência (THOMPSON, 1981, 1987) e raça/etnia (CARNEIRO, 2003; HOOKS, 2004, 2014; STOLKE, 2006; DAVIS, 2016), que orientam as discussões no decorrer desta tese. Concepções estas de grande valia, na medida em que não concebem nenhuma dessas dimensões isoladamente, mas como consequência da estrutura e da organização da vida em sociedade. Essas diversas dimensões geram uma dinâmica de desempoderamento quando o impacto vem de várias direções, pois influenciam e são influenciadas, não somente pela estrutura, mas também pelo processo. No pensamento de Srilatha Batliwala (1994), o empoderamento é um processo individual e coletivo de questionar as ideologias e as bases das relações de poder patriarcais em vigor. Tal qual aponta Scott (1994) ao entender que gênero como categoria de análise, em suas dimensões, significa representações de poder.

A partir desse entendimento, procurei estabelecer articulações entre as dimensões de gênero, raça/etnia, classe social e sindicalismo como uma ferramenta de análise dos espaços da ação política, a fim de iluminar o fenômeno das mudanças na esfera da representatividade e das lutas e disputas no SINERGIA-BA, principalmente ao posicionar gênero como pilar central das lógicas econômicas, políticas e sociais.

Portanto, no que diz respeito a esta tese, é crucial o estudo de trajetórias e experiências de militantes sindicais no SINERGIA-BA, no Estado da Bahia, tendo em vista os desafios postos durante o percurso histórico na luta que se empreendeu até hoje para a conquista de igualdade de participação e de emancipação como

horizonte político entre homens e mulheres, sobretudo naquilo que dá sentido às “diferenças”.

Dito isso, para as mulheres, “diferentemente” dos homens, ainda faltam muitas conquistas em termos de emancipação política, além de que esse processo se torna ainda mais lento em nosso país. Evidente que, no Brasil, essa problemática de coconstrução das “diferenças” manifesta-se mais como efeito do racismo estrutural, do colonialismo, do poder institucional, do capitalismo como sistema econômico e do sexismo normativo cultural. Essas “diferenças” são engendradas conforme percebidas nas dimensões de gênero, raça/etnia e classe social, principalmente por conta do nosso passado recente, com mais de três séculos de escravidão.

Isso não quer negar que, também nos países de capitalismo avançado, como na França, homens e mulheres não tenham trilhado caminhos “semelhantes”, vivido trajetórias e experiências análogas às relações de produção e reprodução social no âmbito das contradições das relações capitalistas, patriarcais, de gênero, de raça/etnia e de classe. No caso de imigrantes, os construtores de marcadores sociais, produtores de desigualdades, estão embutidos nas hierarquias de sexo/gênero e classe, como bem aponta Kergoat (2009), referindo-se aos efeitos da divisão social do trabalho no contexto de uma sociedade capitalista, neoliberal, assim como na América Latina e no Brasil especificamente.

Assim, tomei, como ponto de partida para a realização desta tese, a concepção teórico-metodológica da pesquisa feminista. Considero importante a concepção de Maria Miés (1998), quando a autora menciona que o/a pesquisador/a pode se reconhecer como sujeito/objeto de um contexto íntimo, passando a questionar as situações vividas, possibilitando certamente novas elaborações e até reflexões científicas e políticas. Então, ao trazer a trajetória e a experiência política de homens e mulheres, trabalhadores/as no SINERGIA-BA, suas histórias, como trajetórias e experiências sujeitas à trama da luta de resistência, certamente podem suscitar/levantar e responder várias questões, de acordo com Sartori (1991), que impactam, nesse processo de transitoriedade, a presença desse objeto no campo do gênero e do sindicalismo. Dessa forma, considera-se como indispensável, como já dito, esse aporte, hoje mais relevante, apontado nos estudos de pesquisadoras/es feministas, de uma proposição sobre o aprofundamento da perspectiva epistemometodológica no sentido que se dá às interseccionalidades/consustancialidades, por possibilitarem uma análise mais ampliada de novos e

velhos fenômenos. Tais fenômenos – a exemplo do racismo, do sexismo e do nacionalismo –, mais agravados com o acirramento das diversidades inseparáveis do racismo/nacionalismo e do racismo/regionalismo, atingem, particularmente, levas de imigrantes/migrantes e são perpetrados pelo grande capital multinacional, exigindo a detenção de um olhar sobre o gênero, a raça/etnia e a classe social (COLLINS, 1989; CRENSHAW, 2002; BILGE, 2009; KERGOAT, 2016). No âmbito da produção do conhecimento, da historicidade e das ciências políticas, sabe-se que são as instituições que proporcionam as condições para a realização da produção, da socialização e da aplicação do conhecimento, contudo as pesquisas feministas puseram em debate a controvertida neutralidade das ciências (HARDING, 2004).

Nessa via, é importante revisitar algumas chamadas das teóricas do *Standpoint*, tais como Sandra Harding (1986, 2004), Patricia Hill Collins (1989; 2009), Dona Haraway (1995) e Maria Miés (1998), que representam guias dos pressupostos teóricos desta tese. Autores como Carole Pateman (1992), Foucault (1992), Michelle Perrot (1996) e Marx e Engels (1998, 2013) orientam as reflexões críticas e as análises sobre classe social, poder e participação.

Pretendo deixar bem explicitados o interesse e o vínculo da pesquisadora com o tema deste estudo, na transversalidade da minha identidade, construída durante a trajetória pessoal e política – Quem fala? E de quem se fala? De que lugar se fala? De onde falo? –, e na de militantes sindicais, através das experiências de homens e mulheres do SINERGIA-BA, imbricadas nessas indagações. Não me distancio, ao contrário, reconheço o meu lugar na fronteira entre dois territórios – o lugar da fala da pesquisadora e o de sujeito/objeto privilegiado do conhecimento. Desse modo, confronto o que é postulado nas ciências, com base nas teóricas feministas da “periferia”, vivendo a periferia do periférico, tentando, no limite aceitável, romper com as propostas androcêntrica e eurocêntrica, que desvalorizam as experiências e atividades das mulheres e de grupos minoritários/dominados, não privilegiados no humanismo ocidental, na perspectiva de um saber localizado.

Logo, as concepções teóricas feministas de crítica à ciência androcêntrica, sexista embasam a tese aqui apresentada. É nesse aspecto que o estudo poderá tornar-se relevante. Nesse sentido, tomo emprestada a visão de Thomson (1997, p. 57) ao afirmar: “Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”. Trazer essas narrativas das histórias de vida, trajetórias pessoais e experiências de

outras épocas significa (re)propor ações sobre o presente (BOSI, 2004). Este presente, na conjuntura atual do movimento sindical brasileiro, reinterpreta fatos e fenômenos remanescentes de um passado recente.

A identidade de gênero concernente à posição de sujeitos sociais, à experiência de homens e mulheres militantes, de pesquisadora afrodescendente, sindicalista e feminista, me impeliu a retomar o passado na voz de homens e mulheres militantes sindicais, sujeitos coautores desta tese, instigados a trazer a validade da temática para a conjuntura atual.

Sabe-se que o movimento sindical neste século, na Bahia, em suas particularidades, ainda nos força a lançar um olhar sobre os desprivilegiados da sociedade brasileira, isto é, a classe trabalhadora, homens e mulheres, num país ainda com tantas desigualdades estruturais e sociais e que são também de gênero, de classe social e de raça/etnia. Situação que foi discutida na França, por ocasião do 13º Congresso da CES, em 2015, logo na abertura, ao ser abordada a variante da crise cíclica do capital, que gera desempregos, revelando-se também a problemática central vivenciada por milhares de pessoas que sobrevivem do trabalho e resistem à crise do capital neste tão conturbado século XXI.

Para Saffioti (2009), o patriarcado, emaranhado na relatividade da diversidade de hierarquias concernentes à classe social e ao racismo, manifesta-se através de relações de poder vinculadas às categorias de sexo/gênero, expressando as contradições e os privilégios que cercam a vida de homens e mulheres. Aliás, pode-se até afirmar, com base nos estudos e pesquisas trazidas pelas teóricas feministas e com foco nos estudos de gênero e das mulheres, que estas sempre tiveram sua figura encoberta na sociedade de classe e na história.

Ressalte-se que não é possível deixar de fora da discussão o viés geracional, como propõem, de forma convincente, os estudos da socióloga Alda Britto da Motta (1999), na medida em que as trajetórias vividas por homens e mulheres posicionam-se na heterogeneidade de um espaço e de um tempo social vivido e aprendido, entendido como não igual para todas/os. Isso quer dizer que também não descarto a dimensão de idade/geração por se tratar de relações construídas pela sociedade, para atender às exigências de regulação e de controle da vida social. Defendo, neste recorte, que sexo/gênero, raça/etnia e classe, por si só, não vão conseguir espelhar as “diferenças” constituídas nas trajetórias e experiências enquanto vivências, sem raciocinar em termos de intercruzamentos das relações sociais que

operam no mundo social do trabalho e como produção e reprodução social – na representação do sindicato como catalisador de movimentos sociais – de trabalhadores(as) nas interseccionalidades de gênero e classe, na perspectiva de Crenshaw (2002) e nas consubstancialidades de sexo e classe através do olhar da feminista francesa Kergoat (2016).

As autoras supracitadas certamente trouxeram subsídios para a discussão que se esquadrinha no que é diferente e no que é semelhante ao ser feito o recorte, neste estudo, sobre o sujeito situado, homens e mulheres, no campo do gênero e do sindicalismo a partir das relações sociais que incidem sobre gênero, raça/etnia e classe social.

Com isso, quero ressaltar que a história da classe operária, na maioria das vezes, foi escrita por militantes tradicionalmente interessados na divulgação da imagem masculina e das correntes políticas, omitindo, de modo parcial, personagens relevantes como as mulheres, integrantes de peso na condução do movimento sindical e da história. Esse modelo ou modelagem pode denotar e reproduzir relações conflituosas no espaço do sindicalismo entre dirigentes e militantes sindicais, homens e mulheres.

A trajetória e a experiência, exprimindo o caminho como vivência plena de significados atribuídos por homens e mulheres, isto é, o ser homem e o ser mulher, definem a posição diferenciada e aproximada nos deslocamentos da trajetória sindical, mesmo em contextos distintos do capitalismo. Esta assertiva aqui desenhada parte da suposição de que a concepção assexuada de trabalho, sob a égide da divisão social do trabalho e das hierarquias de gênero, subalterniza, a depender da classe, da raça/etnia e da nacionalidade, a posição e a localização de homens e mulheres no mercado de trabalho e no sindicato. Tal concepção reproduz marcadores sociais de diferenciações e de construção de espaços de agências, permeando contornos, como apresentam os estudos de Vanessa de Barros (1998). A realidade social de homens e mulheres reproduz ferramentas, criando obstáculos à inserção política das mulheres nas instâncias de poder, coextensivas ao sindicalismo, ao tomar como referência a divisão sexual do trabalho e a história das mulheres durante o processo da industrialização (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 2009).

Esta proposta de tese interroga, assim, o sindicalismo como instituto de mediação de conquistas sociais em vista da proposição feminista de que “o privado

é político”. Isso veio ocorrer por conta do emergir das cinzas do movimento feminista, sobretudo na França pós-1968 e no Brasil durante o processo de transição da ditadura militar para o Estado de direito, em 1985.

Em outros termos, o sindicalismo na França, diante da necessidade de sobrevivência política, obrigou-se a romper com o ocultamento e o silenciamento decorrentes de práticas excludentes de marginalização do feminino. Assim, compreendo que, no Brasil, em relação à mulher trabalhadora, atitude perpetuada pelo próprio movimento sindical, cuja prioridade constituía a reivindicação de ordem econômica, negaram-se, durante quase todo o século XX, o reconhecimento e o direito às condições igualitárias de trabalho, principalmente em relação a gênero, a raça/etnia e classe. Questões como jornada de trabalho e assalariamento desigual sempre foram ignoradas, na perspectiva de privilegiar o espaço do doméstico como exclusivo para as mulheres. Com isso, reservou-se, tradicionalmente, a chefia da casa aos homens, mesmo quando a mulher assumia o sustento da família, como no caso das famílias monoparentais femininas.

Não obstante, abordo aqui algumas questões pertinentes a esse velho e atual dilema:

1. Qual a relevância em se estudar essas trajetórias e experiências de militantes sindicais no SINERGIA-BA?
2. Como o masculino e o feminino ocupam esse espaço?
3. Quais aspectos e dimensões da vida social estão imbricados nas trajetórias de mulheres e homens na esfera da militância no SINERGIA-BA?
4. Quais implicações este estudo pode suscitar para o feminismo nas intersecções das relações de gênero, raça/etnia e classe social, em contextos socioculturais de tradição da hegemonia masculina, como o Brasil?

Essas interrogações não são apenas meras indagações, haja vista que a realidade prática, muitas vezes, impõe-se à ação política, e esta pode vir a se constituir num desafio a que esta tese se propõe, qual seja, procurar encontrar possibilidades de reflexões, de explicações e, quem sabe, de respostas, sobretudo

no que diz respeito à análise das experiências que perpassam as relações de gênero na trajetória da participação política em sindicatos.

Essa minha inquietude se explica ao analisar as particularidades que atravessam a abordagem feminista, sobretudo a relação histórica de gênero com o mundo do trabalho e do sindicalismo, desconstruindo os diversos “mitos” sobre as mulheres serem avessas à participação política, de não fazerem planejamento das lutas e de estarem presas às reivindicações do cotidiano, cabendo aos homens, como atitude “natural”, as hierarquias de poder, a tomada de posição e a direção nas lutas políticas e sindicais.

Realmente, as fontes históricas e documentais, ao serem mais bem analisadas a partir da década de 60 e durante os anos 70 e 80, apontam transformações acerca dos estudos sobre a história das mulheres, sobretudo quanto à entrada das mulheres no mercado de trabalho, particularmente na indústria, e seu *bias* sindical, incorporado gradualmente pela sociologia do trabalho. Esse pretenso “casamento” entre os estudos de gênero e sindicalismo nas ciências sociais, particularmente na sociologia do sindicalismo, na história social e nas ciências políticas, não ocorreu nem ocorre de forma pacífica, acarretando tensões, possivelmente em decorrência de hierarquias de gênero que excluem o feminino e, ao mesmo tempo, privilegiam o masculino como o mais capacitado, mais potente e mais viril para exercer o domínio e subalternizar “o outro”, com base em práticas culturais engendradas nas relações sociais de poder e, nesse aspecto, a ciência não tem sido vista como tão imparcial.

Dessa forma, cabe agora apresentar a estrutura e a organização desta tese, que contempla a trajetória e a experiência de militantes sindicais, homens e mulheres, no espaço do SINERGIA-BA, e, de forma pontual, de militantes sindicais na CFDT e UFEQT/CGT, Paris. O presente trabalho está dividido em seis capítulos.

Neste **Capítulo introdutório**, são tecidas considerações iniciais sobre a relevância dos estudos no campo de gênero e sindicalismo no que diz respeito aos desenhos de trajetórias de homens e mulheres em espaços políticos, a exemplo do sindicato. São apresentadas, então, algumas reflexões teóricas como guia para a tessitura de construção deste estudo, de viés qualitativo, na perspectiva do *Standpoint*, na articulação entre as relações de gênero, raça/etnia e classe no sentido dado à intersecção como conhecimento dos mecanismos de opressão reproduzidos como desigualdades sociais. Na análise dessas trajetórias e experiências, em um segundo momento, tento trazer os possíveis avanços e

conquistas, tendo o empoderamento das mulheres como uma perspectiva de saída. O Ponto-de-vista como perspectiva singular da pesquisa qualitativa depende do lugar de fala. Segue-se a descrição de minha trajetória pessoal, profissional e sindical, como sujeito situado. Tratando-se de uma pesquisadora ativista sindical e feminista negra, impossível ocultar-se desta minha trajetória a chegada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), seguida da oportunidade da realização de uma bolsa “sanduíche” (Éleve en Recherches Doctorales Libres – EHESS/Paris) com pesquisa desenvolvida em Paris, França, na EHESS¹⁶, através de bolsa concedida pela CAPES¹⁷. Na sequência, são expostos o objeto de estudo e as justificativas, assim como o objetivo geral, questionando-se o sindicalismo como espaço de relações antagônicas de gênero, no particular, em relação às contradições emanadas dos papéis exercidos ou não pelas mulheres como militantes sindicais.

O **Capítulo 2** traça, inicialmente, um histórico sobre a formação da classe operária em seus diversos períodos, destacando a greve de 1791, no Rio de Janeiro, as do início do século XX, como a de 1903 no Rio de Janeiro e a de 1919 na Bahia, e o surgimento do anarquismo no Brasil também nesse início do século XX. Em um primeiro segmento, são também analisadas as origens, a estrutura e a unificação do sindicalismo brasileiro e os vínculos internacionais com o movimento operário. O capítulo se completa com uma abordagem sobre o sindicalismo no Estado Novo, a criação da CLT, as formas de opressão desencadeadas sobre o movimento sindical nos dois períodos do governo Vargas, continuando a análise até o período da ditadura militar deflagrada em 1964. Vale assinalar o esforço despendido para localizar as mulheres trabalhadoras, com exceção das têxteis, nessa conjuntura do século XX.

Aborda-se, no **Capítulo 3**, uma estratégia de trabalho de campo inteiramente qualitativa, através da realização de entrevistas semiestruturadas e de reconstrução das trajetórias pessoal, profissional e sindical de homens e mulheres, sendo 19 militantes sindicais do SINERGIA-BA e 8 membros de sindicatos franceses vinculados às Confederações CFDT e UFEQT/CGT (Apêndice B). Com base nessas entrevistas, foram elaborados 27 perfis biográficos (Apêndice C), apresentados de

¹⁶ École des Hautes Études em Sciences Sociales.

¹⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

forma analítica, visando, no conjunto, visibilizar a trajetória pessoal, profissional e sindical em relação à experiência como militantes sindicais, indo mais além, no caso francês, aos altos fóruns de deliberação e definição das políticas sindicais. Além disso, na França, realizei um esforço de observação participante, fazendo-me presente nos locais de passeatas e no XIII Congresso da CES¹⁸, no sentido de aproximação com o contexto dos sujeitos a serem investigados, de acordo com os procedimentos e princípios metodológicos adotados que garantissem a coerência teórico-epistemológica deste estudo. Para isso, tomei o enfoque de gênero e sindicalismo como subsídio de reflexão sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e como elas lidaram com as relações hierárquicas de gênero neste seu voo para a conquista de um lugar legítimo no chamado novo sindicalismo.

O **Capítulo 4** traz reflexões principalmente sobre o movimento chamado sindicalismo renovado, novo sindicalismo ou sindicalismo autônomo, a partir do movimento desencadeado durante os anos 70 a 90, com o surgimento das oposições sindicais no País, cujo intuito era o enfrentamento das direções sindicais consideradas conservadoras e retrógradas para lograr um avanço para a classe trabalhadora. Neste escrito, foi importante trazer para o centro do debate a proposta neoliberal dos governos dos anos 90, que resultou na privatização de várias empresas nacionais, inclusive a COELBA, obrigando uma nova frente de confronto dos sindicatos, principalmente aqueles filiados à Central Única dos Trabalhadores – CUT. Também é analisada a questão da chamada crise e queda do sindicalismo brasileiro a partir da década de 90, em decorrência da reestruturação produtiva que tornou mais aguda a precarização do trabalho, com a crescente demissão dos/as trabalhadores/as, a extinção de postos de trabalho e o aumento da jornada laboral.

No **Capítulo 5**, com a pretensão de responder às questões propostas na pesquisa, o enfoque é colocado sobre: a relevância do estudo das trajetórias e experiências de militantes sindicais do SINERGIA-BA; a ocupação do espaço sindical por homens e mulheres; aspectos e dimensões da vida social imbricados nessas trajetórias e experiências; as implicações deste estudo para o feminismo nas intersecções das relações de gênero, raça/etnia e classe social, em contextos socioculturais de tradição da hegemonia masculina, como o Brasil.

¹⁸ Confédération Européenne des Syndicats.

Por último, no **Capítulo 6**, referente às considerações finais – intitulado **Em direção a um ponto de vista final?** –, são feitas reflexões sobre as questões norteadoras da tese, tendo em vista os objetivos traçados, considerando-se, assim, as trajetórias de vida de homens e mulheres a partir da revisitação de suas narrativas e com as recomendações para futuros trabalhos que venham contribuir para o campo de estudo, uma vez que nenhuma pesquisa logra esgotar o tema abordado.

2 O SINDICALISMO NO BRASIL: APANHADOS HISTÓRICOS

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este capítulo objetiva, em primeira mão, trazer à tona a história do movimento operário no Brasil, passando pelas primeiras organizações e formas de resistência da classe trabalhadora, a exemplo das associações, sindicatos, greves, comissões de fábricas, centrais sindicais¹⁹, etc. Traz igualmente, para discussão, os arquétipos estratégicos desenhados pela classe patronal e por um conjunto histórico de governos, que buscavam limitar as lutas de mulheres e homens no processo de exploração de sua força de trabalho.

O sindicato tem sua gênese com a chegada da industrialização e o surgimento da nova classe operária. Desse mesmo contexto, nasce também a chamada nova classe patronal. Com a produção em larga escala, os donos das fábricas passam a exigir, cada vez mais, produção dos/as trabalhadores/as. De início, os membros da classe operária não sabiam como se opor à exploração a que estavam submetidos. Com o passar do tempo, foram desenvolvendo maneiras de se organizar e resistir à exploração histórica enquanto classe que vende a sua força de trabalho.

Ao revisitar a história do sindicalismo no Brasil, é preciso ressaltar que, até fins do século XIX, a produção era praticamente agrícola, voltada, portanto, para a exportação de açúcar, café, tabaco, ouro, etc. Com a Inglaterra dominando o comércio internacional, ela dificultava a implantação das indústrias no País, já que se beneficiava dos produtos agrícolas brasileiros, trocando-os por ferramentas e outros utensílios produzidos por sua indústria (ROSSI; GERAB, 2009).

Havia, pois, no Brasil oficinas de conserto ou de produção artesanal. Não é por acaso que os trabalhadores não tinham experiência de trabalho na produção industrial, quando as indústrias começam a emergir. Adotou-se como estratégia para essa situação um amplo programa de imigração, envolvendo camponeses

¹⁹ Segundo a definição adotada na 15ª Conferência Internacional sobre Estatísticas do Trabalho, realizada em Genebra em 1993 (OIT, 1993, p.1003), a greve é “uma paralisação temporária realizada por um ou mais grupos de trabalhadores a fim de impor demandas, ou resistir a elas, expressar queixas ou apoiar outros trabalhadores em suas reivindicações ou queixas”.

operários europeus, sobretudo italianos e espanhóis, e, em menor número, alemães, eslavos, etc. Esses mesmos imigrantes trazem consigo não apenas suas experiências na área da produção industrial, mas também suas vivências em termos de lutas operárias. São eles que dão início ao processo de enfrentamento contra a exploração patronal, colocando na pauta do dia bandeiras como: 8 horas diárias de trabalho, leis específicas para o trabalho das mulheres e dos menores, etc. (RAGO, 1985; CASTELLUCI, 2001; COSTA, A.A., 2004; ROSSI; GERAB, 2009).

Apesar da adoção do programa de imigração para formar o operariado, não se pode negar que a história da formação da classe operária brasileira está intrinsecamente agregada, na sua origem, a uma sociedade escravista, o que retardou a sua constituição como classe, inclusive até o século XIX, pois as indústrias (incipientes) da época não adotavam em seus contratos a concepção do que poderia ser compreendido como trabalhador livre (GORENDER, 1978; KOWARICK, 1994; MARTINS, 2011; 2013).

As marcas do sindicalismo brasileiro, no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, são de origens socialistas e anarquistas dos imigrantes europeus. Nesse contexto, considero significativo registrar o processo de organização e de articulação política, através da memória social de uma época vivida por gerações de homens e mulheres, trabalhadores/as no espaço social do sindicalismo, através de suas lutas, conquistas e derrotas, dado que esse movimento enfrenta um “caldo” de influências, que vão desde a repressão, o populismo, o controle ministerial, o peleguismo, passando pela intervenção, burocratização e ambiguidade política, etc.

Nessas idas e vindas, marcadas por conquistas e retrocessos no processo estratégico de enfraquecimento da luta e resistência das/os trabalhadoras/es por parte do empresariado e dos governos classistas, evidencia-se o quanto se faz necessário retomar e avançar na organização sindical de base, unificar os sindicatos, trazendo para esta discussão a força política e social da mulher, a força do sindicalismo autônomo, desatrelado dos partidos políticos, capaz de romper com a “intervenção” dos governos, na arena do enfrentamento das classes antagônicas, num contexto político marcado por perdas de direitos sociais e trabalhistas, que remontam ao início do processo de luta da classe que vive do trabalho no Brasil.

Isso leva essa classe a crer que tudo estaria perdido, quando a luta apenas começara, visto que o sindicalismo brasileiro tem uma marca de intervencionismo e

controle ditatorial e estatal peculiares, que ainda insistem em vender a ideia de que não vale mais a pena lutar contra o capital. O argumento é o de que essa “guerra” já se encerrara com a derrota e o esfacelamento da classe trabalhadora, a exemplo da reforma trabalhista do governo Temer²⁰ que, entre outras questões, retrocede aos direitos sociais, amparados pela Confederação das Leis Trabalhistas de 1943, usando-se estratégias policiais e repressoras para conter a luta social.

2.2 CLASSE OPERÁRIA BRASILEIRA: BREVE PANORAMA

2.2.1 Concepção de classe social

De início, faz-se necessário trazer a concepção de classe social desde Marx, para, assim, revisitar a historiografia brasileira que trata dos eventos marcantes ao longo do seu processo de formação. Para Marx e Engels (1998), a sociedade é dividida em duas classes sociais antagônicas, quais sejam, proletários e burgueses, e o que distingue essas duas classes sociais é o poder de disposição dos meios de produção:

A classe trabalhadora moderna desenvolve: uma classe de trabalhadores que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital. Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprio aos poucos, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e são por consequência, expostos as vicissitudes da competição, a todas as flutuações do mercado. (MARX; ENGELS, 1998, p. 20).

Esses autores (1998, p.10) chamam a atenção de que “a sociedade burguesa moderna [...] não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas”. Assim, para Marx e Engels, o poder está intimamente vinculado à concepção de classe social e ao exercício de sua missão histórica. O pensamento marxiano defende a visão de que a superação das desigualdades de classe depende da consciência de classe, da consciência política de organização dos trabalhadores e de sua capacidade de modificar os meios de produção, expropriando o poder econômico e político das classes sociais. Marx e Engels (1998, p.42) ressaltam que: “uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo de classes” e

²⁰ Lei 13.467/2017 (BRASIL, 2017).

concluem afirmando que a libertação da classe oprimida impõe, necessariamente, uma nova forma de viver em sociedade.

Destarte, a organização política está voltada para a transformação da realidade e a construção de uma nova sociedade. Essa concepção, baseada nas lutas de classe, constituiu-se como fundamento dos sindicatos, e ainda hoje se apresenta numa perspectiva de superação da desigualdade de classe.

Acrescentando as contribuições de Thompson (1987), ressalto que esse autor traz o conceito de experiência, defendendo o ponto de vista de que a concepção de classe está vinculada à relação histórica, indispensável, para estabelecer a diferença entre experiência de classe e consciência de classe. O entendimento do fenômeno de classe vai exigir a compreensão das categorias tradição e identidade:

[...] a classe acontece, quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem aos seus). A experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram – Ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 1987, p. 10).

O significado teórico de classe em Thompson (1987) incorpora, como apontado, a noção da sua historicidade e processualidade. Ele se opõe à noção de classe como se os indivíduos estivessem vinculados, apenas, à relação de produção, neste sentido, estática, mecanizada. Na sua visão, a classe se constitui como um arranjo, engendrado de modo artificial para dar conta das relações de produção. Sob esse ponto de vista, Thompson concebe a classe vinculada ao modo de produção na perspectiva de Marx, mas reconhece que a formação da classe é também produto da ação humana, construída no antagonismo, na relação contraditória entre outros homens. A experiência de classe, segundo Thompson (1987), é determinada pela origem dos homens, pelo seu nascimento. Já a experiência como consciência de classe está associada às experiências comuns, que se traduzem em uma identidade entre sujeitos. O modo como essa experiência se constrói, com base nos sistemas de valores culturais, tradições, ideias e formas institucionais, confere a categorias como tradição e identidade o elemento principal para compreender o fenômeno da classe social.

2.2.2 O embrião da classe operária brasileira: do escravismo ao chão de fábrica

Kowarick (1994), no seu livro *Trabalho e vadiagem*, ressalta a peculiaridade da relação produtiva no Brasil colonial, que se assentava na polarização entre senhores e escravos. Discordando de alguns estudiosos do assunto, Kowarick (1994) avalia ser impossível comparar o regime de produção do Brasil, suas características de país de maior duração do trabalho escravo, sem nenhuma peculiaridade integrativa primitiva, com a configuração peculiar do regime feudal. O autor defende o ponto de vista de que o alicerce da integração no território nacional reside no modelo de regime baseado na escravidão.

Olhando por outro viés, Kowarick (1994) refere-se, no seu relato histórico, a sua versão sobre a formação e o perfil da mão de obra brasileira. No entendimento desse autor, os trabalhadores livres e pobres tinham uma relação aversiva em relação ao trabalho disciplinado e organizado, por conta do tratamento dispensado pelo modo senhorial-escravocrata de exploração, semelhante ao trabalho da mão de obra escrava. Desse modo, esses trabalhadores livres, desde o período colonial, eram marginalizados pelos senhores, sendo vistos como vagabundos, uma “corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício, o crime à disciplina do trabalho” (KOWARICK, 1994, p.43).

Conforme ainda Kowarick (1994), embora houvesse a ideia de polarização entre senhores e escravos, há homens e mulheres livres que não estão dentro desse grupo, pois parte da população era de livres e libertos. Há também uma heterogeneidade étnica racial que formou a identidade da população brasileira. Para o autor, esses trabalhadores sentiam-se excluídos, já que o trabalho nessa configuração representava a negação da sua dignidade, pois, do lado do capital, havia uma desqualificação desses segmentos.

Ressalte-se que, no decorrer do sistema escravista, não há mercado de trabalho, mas uma apropriação primitiva dessa categoria (KOWARICK, 1994). Destarte, na defesa de sua tese, o autor acha necessário refletir: como a imobilidade do cativo pode ser subordinada à utilização de trabalhadores livres num país onde a maioria não havia ingressado nas fileiras do trabalho disciplinado e regular?

Na Bahia, o peso da escravidão era maior no Recôncavo, mudando a mão de obra de indígena para mão de obra escrava (STOLKE, 2006), uma vez que estava vinculado a ciclos da cultura agrícola. A título de exemplo, a Cidade do Salvador, ex-

capital da colônia, possuía, até 1872²¹, uma população estimada em 66 mil pessoas, sendo que o contingente de indivíduos escravizados representava 41% desse total e era utilizado em diversos segmentos do trabalho. Tal dado comprova a heterogeneidade de ocupação da mão de obra escravizada da Capital e a diminuta participação de trabalhadores livres. Essa questão é examinada de forma minuciosa em *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, um estudo de Marcelo Badaró Mattos (2009), que aponta os setores dos portos, transportes terrestres, transporte de mercadoria, comércio urbano e as primeiras fábricas onde ainda se fazia uso dessa mão de obra escrava.

Em 1886, dois anos antes de a Lei Áurea entrar em vigor, grupos de fazendeiros paulistas se articularam e fundaram a Sociedade Promotora de Imigrantes, a fim de iniciarem o processo de importação de mão de obra. Esse processo ocorreria por intermédio de contratos firmados com o governo paulista. O Estado passou, então, a subsidiar parte dos gastos dos fazendeiros com os imigrantes (KOWARICK, 1994). Os trabalhadores manuais, a única mão de obra disponível até então, eram constituídos por escravos e trabalhadores livres recém-libertos.

A economia cafeeira, em meados do século XIX, favorecida pela independência política do País em relação à Coroa portuguesa, não conseguiu abolir a reprodução do trabalho compulsório escravocrata. Em regiões como o Vale do Paraíba (1820) e Oeste Paulista em (1880), ainda predominava o uso de mão de obra escrava, dando continuidade às formas degradantes de relações de produção, que iriam ser determinantes para o surgimento dos primeiros movimentos de resistência da classe trabalhadora – posteriormente operária – brasileira (KOWARICK, 1994).

Assim, do final do século XIX até 1930 no século XX, registram-se transformações nas relações sociais que passam do regime senhorial-escravista para as relações sociais de cunho assalariado-capitalista. Esse período histórico

²¹ A realização do primeiro recenseamento geral da população brasileira tem como referência principal o ano de 1872, sendo constituído de listas nominais dos habitantes, constantes dos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, de inventários/testamentos, nos documentos inquisitoriais e processos crimes, entre outros. Slenes (1986), estudioso das famílias escravas dessa época, retoma os relatos de viajantes e outras pesquisas na tentativa também de se valer da apreensão do cotidiano da população. São evidentes as tensões propiciadas por esse tipo de ação junto àqueles que se sentiam ameaçados, principalmente, imigrantes e ex-escravos, com os boatos de retorno ao passado recente da escravidão, da prisão e da deportação.

configurou-se como precursor do surgimento de ideias, pensamentos e esforços para inserir o País em um novo tempo. Paulatinamente, o Brasil deixa de ser considerado um país rural para se constituir como polo urbano-capitalista, ainda que uma parcela de sua mão de obra continuasse num regime de escravidão. Nada obstante, havia também um incipiente grupo de trabalhadores livres, geralmente imigrantes estrangeiros, além da crescente leva de migrantes oriundos do Nordeste que, década após década, passam a configurar uma importante mão de obra em transição territorial (MARTINS, 2013).

A sociedade brasileira vislumbrou novos cenários com o advento da industrialização, contudo ainda eram mantidos os paradigmas econômicos e sociais oriundos do período colonial, destarte a persistência da utilização da mão de obra escrava na lavoura do café. Verificou-se, nessa transição, que os fazendeiros mantiveram a produção agrícola, fazendo uso da mão de obra livre, forçando a opressão sobre a força de trabalho, obtendo, porém, a multiplicação da mais-valia a partir da poderosa acumulação de capital possibilitada pelo café (BUARQUE DE HOLANDA, 1978).

Essa conjuntura aponta as várias contradições eivadas de tensões e conflitos, por conta da permanente relação de subordinação/dominação e exploração à qual estava submetida a maior parcela da população, cujo momento histórico era caracterizado por um regime político marcado por golpes, ditaduras e restrições aos direitos políticos e civis. Portanto, qualquer reação de parte da população trabalhadora era, imediatamente, encaminhada à delegacia de polícia, demonstrando que questões sociais, tais como relações entre as classes, eram vistas e tratadas como arruaças, motins, insurgências e punidas pronta e rigorosamente.

Vários autores como Gorender (1978) e Boris Fausto (1983) entendem que, nesse contexto, já sobressai o incipiente e tênue processo de formação da classe trabalhadora, ainda sob a modalidade do trabalho escravo, tanto no cenário da agricultura de exportação, como em transportes terrestres, portos, comércio urbano e trabalhos pesados de mercadorias, ao lado de imigrantes e migrantes. Vale registrar que, nesse período, já existiam várias organizações operárias herdeiras das Irmandades, Associações Benéficas e de Auxílios Mútuos (ANTUNES, 1985; REIS, 1986; GOLDMACHER, 2009; MATTOS, 2009). Dessas associações mutualistas, advieram as Uniões Operárias.

Em 1890, o tenente da Marinha José Augusto Vinhaes fundou um Partido Operário, a partir do Centro Artístico do Rio de Janeiro, e defendia um partido policlassista e a cooperação entre classes. O Partido Operário possuía uma estrutura parecida com a Liga Operária, fundada no Rio de Janeiro em 1872, uma associação mutual que oferecia aulas de línguas, música e desenho, reunindo trabalhadores de diferentes ofícios, mas que também mantinha atividade reivindicativa, lutando pela redução de horas de trabalho e melhoria nos salários (GOLDMACHER, 2009; MATTOS, 2009).

O Partido Operário, criado por Vinhaes, compunha-se, além do partido propriamente dito, do Centro do Partido Operário (CPO), organização que mantinha intensa atividade para além das participações eleitorais, até 1893. “O que se propunha eram formas de associação de trabalhadores, com base em ofícios, que iriam se articular em um órgão central, do qual emanariam as diretrizes políticas do movimento” (GOLDMACHER, 2009, p.33).

Na visão de José de Souza Martins (2013), ao examinar os debates travados entre estudiosos e as teses sobre a formação da classe operária, o trabalho do homem livre mal garantia a sua sobrevivência. O autor afirma ainda que não se pode enquadrar ou considerar esses termos como relação laboral de produção num viés capitalista. Martins usa como referência o termo produção, sugerindo, como base para tal relação, a designação de regime de colonato.

Assim, Martins (2013) explica o que eram, em si, serviços domésticos, ofícios especializados, transporte de mercadorias, comércio de rua, abertura de estradas e, também, os trabalhadores de ganho, que tinham seus serviços e trabalhos alugados a senhoras/es. Além do mais, não se pode negar a existência de homens e mulheres livres que não exerciam esses tipos de ocupação.

O fato é que os interesses econômicos dos fazendeiros, dos capitalistas do café e dos donos de fábricas dificultavam a implementação do trabalho pago, conforme Martins (2013, p.71): “O colono europeu só vale mais do que os negros africanos pelo fato de proporcionar lucros maiores e de custar menos dinheiro”. Ademais, não se deve deixar de assinalar que “o trabalhador não entrava no mercado de trabalho como proprietário da sua força de trabalho, como homem verdadeiramente livre” (MARTINS, 2013, p.63). Essas questões dificultavam ainda mais a absorção dos negros e negras como mão de obra paga nesse mercado em ascensão. Ressalte-se que a resistência de imigrantes ao tratamento dispensado

pelos proprietários das fábricas e cafeicultores veio, *a posteriori*, transformar, em parte, essa realidade, surgindo assim, com o passar do tempo, reivindicações para a melhoria das condições de trabalho.

No ambiente de pós-proclamação da República, embalado por um novo sistema político fundamentado no viés democrático, já propagado pela Revolução Francesa de 1789, efetivamente expandiu-se, não só aqui como pelo mundo, uma perspectiva de mudança (GORENDER, 1978; FAUSTO, 1983; MARTINS, 2013).

Quanto à situação das mulheres, após a abolição da escravatura, o trabalho delas se fez mais presente na agricultura, principalmente nas fazendas de café, com a adoção do sistema de colonato, condição laboral caracterizada, em sua maioria, pela contratação de famílias imigrantes. Essas famílias trabalhavam durante a colheita, sendo pagas com base nas sacas de café colhidas. Nos intervalos da safra, cuidavam especificamente da plantação de café. Às mulheres, cabia o trabalho no cafezal, na pequena lavoura de subsistência, na criação de animais de pequeno porte e o trabalho doméstico. Esse sistema de colonato foi tema do estudo de Martins (2013) em que ele esmiúça as relações de produção entre trabalhadores livres e fazendeiros do café.

A massa da força de trabalho feminina predominante nas camadas populares foi mais absorvida no trabalho industrial²², na sociedade capitalista em formação, à medida que a entrada dessas mulheres nas fábricas têxteis propiciou o máximo de acumulação capitalista, apesar da introdução das máquinas (SAFFIOTI, 2013).

Examinando a conjuntura política dessa época, observa-se que a relação da população pobre no conjunto da sociedade era de marginalização, com o chamado paternalismo de favores como contrapartida à manutenção da ordem social – “o dando que se recebe”. O aglomerado da população estava mais fixado no campo, servindo à economia cafeeira. O centro urbano vivia uma realidade diferenciada do restante do País, que ignorava a conjuntura de grande agitação social, decorrente

²² Na região urbana, na Cidade do Salvador, havia, em 1920, 283.422 habitantes, entre os quais, 151.294 eram mulheres. Esses dados estatísticos são explicativos nas análises de Maria Amélia Ferreira de Almeida (1986, p.121), pois, nesse período, o contingente da população feminina estava assim distribuído: “[...] 1% na agricultura e pecuária; **17% estava na indústria**, sendo que a maior concentração de operárias se dava na indústria de vestuário e tocador (85% da mão de obra); 3% no setor terciário (transporte, comércio, força de trabalho, administração, profissões liberais e em especial magistério, [...] 8,5% no serviço doméstico e 70% em profissões mal definidas” (Grifos acrescidos).

das várias insurgências, motins e revoltas, como a revolta da vacina, a greve dos padeiros, etc.

O impulso na economia local, pressionado pela economia internacional, durante a Primeira Guerra Mundial, conforme mencionado por Castellucci (2005), propiciou o deslocamento do interesse da elite rural e da burguesia urbana atrelada ao alto comércio para o desenvolvimento do mercado nacional e da indústria. Promove-se, assim, o deslocamento dos investimentos oriundos da agricultura, mais efetivamente de fazendeiros do café, para outros segmentos financeiros – bancos, comércio, estrutura mercantil, urbanização das cidades –, exigindo transformações no modo de vida social e das relações econômicas. Essas mudanças não permitem constatar, porém, que os fazendeiros do café e a burguesia urbana ligada ao comércio estivessem à frente de um processo de desenvolvimento econômico capitalista autossustentado e autossuficiente para o Brasil (HARDMAN; LEONARDI, 1991).

Nesse sentido, parte da população constituída por essa mão de obra livre – incluindo as mulheres e as crianças – permaneceu excluída dos direitos políticos, além de não ser plenamente incluída nos direitos civis. A esses indivíduos estavam vetados os direitos de acesso à educação e ao voto, não contemplando o exercício pleno de sua cidadania. Posteriormente, com a eliminação do voto pecuniário, ampliou-se o número de votantes, incluindo os homens casados, os maiores de 21 anos, oficiais militares e doutores, entretanto as mulheres permaneceram durante muito tempo sem o exercício pleno de sua cidadania.

De outro modo, o crescimento econômico e urbano, ao contrário do que esperava a maioria da população, acarretou poucas alterações para as classes sociais menos favorecidas. Para aquelas que viviam da exploração da sua força de trabalho, de baixo assalariamento, do chamado trabalho livre, ainda operado ao lado do trabalho escravo, demorou certo tempo até que isso mudasse.

O acontecimento mais importante do século XIX (CARVALHO, J.M., 2008), certamente está na abolição formal da escravatura, mas isso não significou, de imediato, o rompimento do uso da mão de obra escrava. Destarte, o mesmo não ocorre com relação à mão de obra livre de imigrantes, considerada mais qualificada, disciplinada e mais adequada para o trabalho industrial, embora não submissa às agruras da imposição da exploração capitalista industrial e dos próprios fazendeiros

do café, pois esse conjunto de trabalhadores não trouxe para o chão de fábrica apenas as suas experiências de produção, mas também as de luta e resistência²³.

Em relação à industrialização, o recrutamento da maioria do operariado era feito entre os imigrantes: portugueses, italianos, espanhóis e alemães. Essa tendência era comum desde o início da industrialização em outros países, como Estados Unidos, em alguns países da Europa, além de outros países latino-americanos, como a Argentina. O emprego feminino na indústria fabril brasileira foi constituído de um grande contingente de mulheres imigrantes, majoritariamente de italianas (MATOS; BORELLI, 2012).

Dessa forma, as transformações na ordem econômica e no sistema produtivo, sem dúvida, estabeleceram um novo tempo na estrutura social do Brasil com consequências diferenciadas para homens e mulheres. Exigia-se um novo ordenamento da sociedade, como o controle social sobre a população, a valorização de novas práticas sociais agregadas à obrigatoriedade do trabalho disciplinado e a instauração de um contingente de trabalhadores/trabalhadoras assalariados/as ou não (KOWARIK, 1994).

A seguir, são analisados alguns elementos expressivos das dificuldades e complexidades enfrentadas por trabalhadoras/es na organização e deflagração de movimentos, tais como mobilizações, greves e paralisações, assinalando a diversidade e as divergências no modo de ver a presença de homens e mulheres no movimento operário e de lidar com isso.

2.2.3 Movimento Operário: as primeiras lutas sindicais

As elaborações teóricas de Marx (2010) podem ajudar a entender alguns elementos na perspectiva capitalista histórica e materialista, traduzida na teoria do valor e do salário como preço da força de trabalho, ou o valor que o capitalista paga ao/à trabalhador(a) para garantir a sua produção ou parte de sua reprodução. A luta por melhores salários é uma disputa travada com o capital para pagar o necessário à sobrevivência de quem detém a força de trabalho. Assim, o salário é um elemento

²³ Os primeiros recenseamentos industriais apresentam os seguintes números para o País, conforme José Albertino Rodrigues (1969, p.88): “empresas em 1889 existiam 86; operários existiam 54.169; já em 1907, os números de empresas cresceram para 156.250”; para o autor, “o surgimento do sindicato não é resultante do elevado crescimento industrial, mas da expansão de ideias socialistas no Brasil, no curso do século XIX. Sobretudo pelos imigrantes europeus italianos” (Tradução nossa para fins deste trabalho).

propulsor da luta pela sobrevivência dos/as trabalhadores/as no processo de emancipação histórica. Desse modo, pode-se assimilar o significado atribuído à força de trabalho na sua expressão monetária e como traduz a mais-valia.

A relevância da categoria salário está no fato, isto é, no processo de fixação do preço da força de trabalho, que flutua acima ou abaixo do seu valor, originando o antagonismo entre o propósito do capitalista de mais-valia e os interesses dos/das trabalhadores/as de melhores valores para sua força de trabalho, traduzida em salário. É evidente que os capitalistas impõem menores preços, fazendo uso das hierarquias sociais, da divisão sexual do trabalho, mais imputada às mulheres, e da relacionada a etnia/raça e origem (negros e imigrantes).

O salário aparece na sociedade burguesa como expressão monetária do valor (preço) do trabalho através de uma dada quantidade de dinheiro correspondente a uma quantidade de trabalho. Nessa perspectiva, menciona-se o valor do trabalho como expressão do salário pago, como se fosse necessário e natural. Assim, ao se falar de salário, estabelece-se uma possível relação com a oscilação dos preços, abaixo ou acima. Marx e Engels (1998) mencionam que, para David Ricardo, a quantidade de trabalho despendida na mercadoria define o valor do salário. A oscilação do mercado de trabalho impõe a oscilação do salário.

O trabalhador poderia pensar, então, se o salário auferido é justo ou não de acordo com a jornada ou tarefas executadas. O capitalista compra com dinheiro o trabalho dos trabalhadores, contudo, na realidade, o que ele compra é sua força de trabalho. O/a trabalhador/a não se constitui em mercadoria, a sua força de trabalho é que constitui a mercantilização, disponibilizada no mercado por um determinado espaço de tempo (hora, dia, semana, mês).

Nessa perspectiva, segundo Marx (2010), o salário se oferece sob uma forma imediata, sem que haja explicações, pois se apresenta no mercado como mercadoria anterior ao processo de mercantilização. Marx considera o tempo através da hora como a unidade de medida para definir o preço do trabalho. Supondo que uma jornada de oito horas seja comprada por quarenta reais e, com esse dinheiro, o trabalhador compre uma saca de arroz; assim como o arroz tem seu preço, a força de trabalho tem o seu. Dessa forma, a força de trabalho consiste numa mercadoria.

A título de ilustração, o valor da força de trabalho dos/as empregados/as da COELBA e da CHESF, no período das campanhas salariais, conduzidas sob a

liderança do SINERGIA-BA²⁴, obedeciam a várias etapas, das quais a entrada no processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho se constituía, evidentemente, no ápice da questão. Na composição das pautas, estas se dividiam em itens de natureza econômica, social e política. A condução do processo de negociação, no geral, estava intrinsecamente vinculada, no discurso, ao preço da tarifa de energia, do valor atribuído a compra e venda de energia, todavia rezava pela cartilha da política econômica ditada pelo governo federal, através do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social(MTPS) (BRASIL, 1963)²⁵.

Na condição de dirigente sindical, negociadora desde a militância de base, em 1985, tive a percepção de que existia algo “contraditório” neste contexto negocial: a natureza do negócio das duas empresas – CHESF e COELBA – se chocava com os interesses de seus trabalhadores. O SINERGIA-BA defendia os interesses e reivindicações desse coletivo de trabalhadoras/es cuja força de trabalho advinha da prestação de serviços essenciais de energia à população e, em número reduzido, às duas indústrias, portanto direcionada para estas: à CHESF como geradora e responsável pela produção e transmissão de energia à Região Nordeste, e à COELBA, empresa (compradora da CHESF) distribuidora aos municípios do Estado da Bahia. Portanto não se pode negar que, nessa relação, havia interesses do capital que se chocavam e serviam de argumentos da direção de ambas as empresas, na barganha sobre a fixação do valor da força de trabalho. Esse sentimento não se constituía apenas no viés da análise do ponto de vista social, pois, na entrevista a mim concedida, João Carlos Magalhães, também afiliado do Sindicato dos Engenheiros – SENGE, assim se pronunciou:

O sindicato, na verdade, era da Bahia, [...] englobava CHESF e COELBA. Um negócio que eu nunca consegui entender direito. Não deveria ser assim. [...] tinham interesses diferentes. [...] uma empresa era federal, a outra estadual [...] tinham os Dissídios em épocas diferentes, era um negócio meio [...] tinha meio que uma disputa entre um e outro. (João Carlos Magalhães, 65 anos, engenheiro elétrico, militante de base SINERGIA-BA e SENGE).

²⁴ Sindicato dos Operários e Empregados das Cias Linhas Circular e Energia da Bahia, hoje Sinergia – Sindicato dos Eletricitários da Bahia, criado em 3 de fevereiro de 1932. O STIEHTEEB – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétricas do Estado da Bahia, fechado em 1937 e sem direção sindical, foi reativado apenas em 1946.

²⁵ Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963, com o objetivo de definir a Política Salarial para as sociedades de economia mista, cujo capital social fosse a União ou o Estado da Federação.

É, necessariamente, o valor de troca de dada mercadoria instituído em dinheiro que constitui o seu preço. Desse modo, o salário é simplesmente o preço que se paga pela força de trabalho e do qual o capitalista usa uma reserva de dinheiro para pagá-lo antecipadamente à venda das mercadorias produzidas. Isso posto, o capitalista percebe que a flutuação econômica pode lhe trazer vantagens e desvantagens na venda desses produtos. Em outros termos, o salário não se constitui em uma parte pertencente à trabalhadora e ao trabalhador em relação à mercadoria por ele produzida.

O salário é um componente das mercadorias já produzidas que permite ao capitalista adquirir uma parcela da quantidade de força de trabalho produtiva. Justificava-se, assim, a forma como a COELBA, contra-argumentava as reivindicações de sua mão de obra, fundamentada nas planilhas de custo de produção, para levar energia até a residência dos consumidores, cujo pagamento à CHESF teria de ser imediato. Portanto existia um esforço hercúleo para garantir a contrapartida de honrar o pagamento da folha de pessoal. Outro argumento da CHESF e da COELBA era relativo à autoridade dos governos federal e estadual, principais acionistas, de darem a última palavra.

Na medida em que o salário não se configura como o pedaço do bolo que o trabalhador “ganha” como sua parte da riqueza social, ocorre o processo de alienação e exploração desse trabalho, visto que a mercadoria produzida é alheia, não lhe pertence, ao contrário, a mercadoria é propriedade exclusiva do capitalista, neste caso, os acionistas, em que o poder público é a principal parte.

Os/as trabalhadores/as trocam a sua mercadoria – a força de trabalho – pela mercadoria do capitalista – o dinheiro – e, posteriormente, por outras mercadorias para suprir suas necessidades básicas e manter sua força de trabalho de forma a produzir mais-valor e mercadorias para o capitalista. Nesse movimento – contraditório –, à medida que os/as trabalhadores/as trabalham para viver, terminam vivendo para trabalhar.

O trabalho consiste, para o/a trabalhador/a, em uma atividade vital, um meio possível para ter direito à vida, já que é dessa forma que consegue o dinheiro para adquirir os seus meios de subsistência, isto é, de sobrevivência. Contudo, sua vida se manifesta após o fim da sua jornada de trabalho, no momento em que se senta à mesa de sua casa, vai ao boteco, à praia, isto é, que vivencia experiências para

além das relações produtivas. Isso explica o fato de que o objetivo do seu trabalho não são as mercadorias que produz, mas o salário que recebe para trocar por certa quantidade de meios de subsistência: a alimentação, a roupa, a conta de água, de luz, a escola, etc.

Quanto ao motivo que determina o preço do salário, para Marx (2013), será definido pela mesma lei que regulamenta o preço das demais mercadorias: a concorrência entre compradores e vendedores. Por sua vez, o preço do salário abaixará ou subirá de acordo com a oferta e a procura. Se há, no mercado, duzentas vagas para eletricitistas e dez mil profissionais capazes para desenvolver esse trabalho, a concorrência entre os trabalhadores será muito forte. Por sua vez, o capitalista se apropriará dessa disponibilidade ofertada pelo “exército industrial de reserva” para impor suas leis e condições trabalhistas.

Marx (2013) tece críticas aos economistas que, ao atribuírem as altas e baixas dos preços a processos naturais, consideram a média do preço da mercadoria igual ao custo de produção. Ainda para Marx, esse movimento se dá ao contrário: trata-se de um processo histórico amparado nas normas preestabelecidas pelo Estado burguês, no qual o preço da mercadoria é sempre inferior ou superior a seu custo de produção. O confronto entre a instituição de defesa dos interesses das/os trabalhadoras/es e as empresas se concretizava no campo de força de resistência, de levar o outro lado a ceder, inicialmente através de fortes argumentos, no campo da economia, do direito e da sociologia do sindicalismo nos anos 80 e 90, assessorado pelo DIEESE, e, no decorrer do processo mobilizatório, avaliando a capacidade de enfrentamento do coletivo de trabalhadores.

Segundo Marx (2013), o capitalista usa o discurso do custo de produção como critério para aferir o lucro, analisar as vantagens e desvantagens de comprar determinadas matérias-primas, examinar e projetar as relações produtivas, aumentar ou diminuir os postos de trabalhos, vender determinadas mercadorias, entre outros fatores. Na medida em que o preço do trabalho determina o custo de produção, a jornada de trabalho como o tempo de trabalho que é necessário para produzir essa mercadoria, a produção de energia, sua distribuição e transmissão, o custo de produção da força de trabalho é, de outro modo, o preço dos meios de subsistência necessários para sua sustentação em estado de produtividade.

Da mesma forma que ocorre com as máquinas, acontece o desgaste físico e, além disso, o desgaste psíquico do operário, incluindo o custo de reposição de

novos operários nos cálculos do custo de produção. Para o capital, é interessante estipular um preço pela força de trabalho que minimamente garanta a satisfação das necessidades fisiológicas da classe trabalhadora, a fim de garantir as substituições de trabalhadores desgastados por novos. Além disso, incorpora a manutenção e a disponibilidade de um exército industrial de reserva e de indivíduos aptos ao trabalho. A mão de obra do setor elétrico se constitui em uma mão de obra específica, por isso, até a introdução do modelo neoliberal, não existia motivação explícita de demissão; ao contrário, funcionava mais a articulação de ferramentas disciplinares que possibilitassem a redução da folha de pagamento.

Em síntese, para Marx (1980, p.24), o valor da força de trabalho é determinado pelo custo de produção e pela “diversidade natural”. No entanto, considera Marx que as circunstâncias e as leis são determinantes no preço, no valor da força de trabalho e da mais-valia. As circunstâncias que determinam o preço são expressas nas seguintes variáveis: duração do trabalho ou sua grandeza/importância extensiva; a intensidade normal do trabalho ou sua importância intensiva, consoante a quantidade de trabalho para dado tempo; e, por fim, a produtividade do trabalho. Dessa forma, as categorias *tempo*, *grandeza*, *quantidade* e *produtividade* são basilares para a definição do preço da força de trabalho e da mais-valia. Marx (2013), ao fazer a leitura das relações produtivas na Inglaterra, séculos XVIII e XIX, considera que, além do custo de produção, há outro fator que determina o valor da força de trabalho, o qual ele identifica como a “diversidade natural”. Segundo ainda Marx (2013), essa “diversidade” consiste na diferença do trabalho dos homens e das mulheres, das crianças e dos adultos.

O termo trabalho diz respeito a todos os/as trabalhadores/as urbanos/as que executavam trabalhos manuais nesse começo da industrialização nas fábricas têxteis, a exemplo de chapeleiros, costureiras, alfaiates, tipógrafos, trabalhadores de olaria, carpinteiros, ferroviários, etc.

Esta breve introdução da perspectiva marxista sobre a teoria do valor na concepção de salário possibilita compreender, em parte, a questão social enfrentada pelo conjunto dos assalariados relativamente à produção e à reprodução da força de trabalho, no caso brasileiro, no decorrer do século XX. Os conflitos relativos à questão social que permeia a relação entre capital e trabalho se iniciaram muito antes, isto é, desde o início da industrialização. Um desses movimentos operários aparece nos registros de estudos do final do século XIX, em Salvador, onde eclodiu

um movimento nas cinco fábricas têxteis do grupo Companhia União Fabril da Bahia, em protesto pelo sistema de “assalariamento por peça”, conforme Mattoso (1978) e Fontes (1982). Isso significava que o critério de venda da força de trabalho pelo/a trabalhador/a ao capitalista adotava o sistema equivalente ao número de peças produzidas como valor do salário a ser pago.

O/a trabalhador/a, para Marx (2013), coloca sua força de trabalho no mercado, recebendo em troca um valor equivalente ao número de peças produzidas, determinadas pelo capitalista. Em consequência dessa forma de apropriação da mais-valia cujo salário correspondente não cobria as necessidades imediatas das/os operários/as, mesmo que este salário fosse elevado, seu valor não aumentava em decorrência da forma de pagamento por peça. O salário por peça se constitui em uma modalidade salarial que individualiza cada trabalhador. O trabalho, no caso brasileiro, sempre se caracterizou pela precariedade, ilustrativa das condições de trabalho que, além de apresentar riscos, eram sujeitas a insalubridade e reprodutoras da baixa qualidade de vida. Marx (2013) considera uma modalidade diferente para cada operária/o principalmente no segmento têxtil, na medida em que as peças produzidas justificam a flutuação do salário.

Seguindo essa iniciativa do operariado de Salvador, vários movimentos paredistas também aconteceram em São Paulo, em 1901, provavelmente por motivos semelhantes aos ocorridos na Bahia. Uma greve, como ferramenta de resistência do operariado, foi deflagrada pelas mulheres têxteis na Fábrica Sant’Anna, no Bairro do Brás, São Paulo. Essas operárias revoltaram-se contra a criação de uma nova “tabela de pagamento”, justamente o pagamento por peça, cuja consequência implicava a redução do salário, o aumento da produção e, como fruto desse afluxo, exigiam a ampliação da jornada de trabalho, caso trabalhadores/as quisessem receber o salário anteriormente acordado.

A forma de assalariamento por peça praticada amiúde no setor industrial, imposta pelo capitalista, não se constitui em algo desconhecido. Isso significou um novo critério de mercantilização da força de trabalho do/a trabalhador/a pelo capitalista de forma unilateral. A adoção desse sistema de pagamento equivale ao número de peças produzidas como valor de troca. É importante esclarecer que esse tipo de remuneração se caracteriza como uma modalidade praticada durante o processo de produção, em época de crise e/ou de variação da circulação de

mercadoria. Hoje, o trabalho temporário, em tempo parcial e intermitente, na maioria das vezes, substitui essa modalidade.

O ano de 1901 registra ainda o crescimento da indústria fabril e da classe operária, e vários movimentos grevistas foram deflagrados por todo o Brasil, reproduzindo-se várias paralisações. Surpreendem a mobilização e a diversidade das categorias ocupacionais, entre estas, até os vidreiros de origem francesa como insurgentes, reivindicando o pagamento dos salários em mil réis, moeda brasileira, rejeitando o pagamento na moeda francesa, o franco, por conta da burocracia e da taxa de conversão.

Registros históricos têm apontado a participação das mulheres operárias, mais presentes nas fábricas têxteis desde as greves de 1901, 1903 e 1907²⁶, impondo a inclusão, na pauta de reivindicações, de demandas prioritárias para as trabalhadoras, como o aumento dos salários, melhores condições de trabalho, melhor tratamento nas relações de trabalho, redução das horas de trabalho de 13 para 8 horas e proibição do trabalho infantil.

Apesar disso, as mulheres foram postas sempre na retaguarda, poucas saíram da “cozinha”, na teoria e na dinâmica do movimento sindical. Foram teoricamente incluídas apenas nos estudos a respeito das famílias operárias na linha produtivista. Torna-se fundamental, desse modo, discorrer sobre a natureza e o tipo do trabalho feminino naquela conjuntura inicial do capitalismo brasileiro, questão a ser tratada mais adiante.

As lideranças anarquistas recém-imigradas são vistas como protagonistas, principais impulsionadoras e organizadoras das primeiras lutas reivindicatórias operárias. Há, porém, alguns questionamentos com relação ao peso depositado nessa afirmação. Sem dúvida, não se pode negar que algumas correntes do pensamento operário internacional anarquista já circulavam naquela conjuntura entre a classe operária brasileira. Imigrantes italianos anarquistas, por exemplo, constituíam 25% do conjunto da mão de obra da indústria paulista. Esses operários imigrantes anarquistas posicionavam-se contra a estrutura da sociedade pautada na formação pré-capitalista de organização da produção, implantada no contexto do

²⁶ 1901 – greve de operárias têxteis da fábrica Sant’Ana, Brás, São Paulo (RAGO, 1985); 1903 – greve geral na cidade do Rio de Janeiro (GOLDMACHER, 2009); 1907 – greve dos 600 têxteis da Fábrica São Bento, Jundiá, São Paulo (MONTENEGRO, 1985).

quadro dos latifúndios tradicionais, bem como nos setores têxteis de trabalho urbano (MARTINS, 2013).

2.2.4 Uma breve história das primeiras greves

Quanto ao registro das primeiras greves no Brasil, estas remontam a um período anterior à época industrial. Todavia, somente a partir de 1880 é que começam a surgir e a proliferar as greves nas fábricas das primeiras cidades operárias brasileiras: Salvador, Recife São Paulo e Rio de Janeiro. Um desses primeiros movimentos operários aparece nos registros de estudos do final do século XIX, em Salvador, no começo de setembro de 1895, quando eclodiu um movimento das cinco fábricas têxteis do grupo Companhia União Fabril da Bahia, durante três dias, em protesto pelo sistema de “assalariamento por peça” de acordo com os estudos de Fontes (1982, p.254). Segundo esse autor, a greve “envolveu 5 fábricas da empresa, embora não tenha paralisado todo o trabalho”. Foi preciso a intermediação do Governo e da Polícia para se encontrar uma saída. No entanto, conforme Rossi e Gerab (2009, p.25), as primeiras greves foram as seguintes:

1791 – Greve dos trabalhadores nas oficinas das Casas de Armas (Rio de Janeiro); 1815 – Greve dos pescadores (Recife -PE); 1858 – Greve dos gráficos (Rio de Janeiro); 1863 – Greve dos ferroviários (Rio de Janeiro); 1877 – Greve dos carregadores (Santos -SP).

Os operários brasileiros, porém, viviam à margem do desenvolvimento capitalista. Os anarquistas se opunham, até então, às relações de trabalho vigentes, que imprimiam opressão e cooptação e levavam a uma análise marxista de reforma do Estado (HARDMAN; LEONARDI, 1991).

Desde 1832, instituiu-se a prática do auxílio mútuo e sua relação com os sindicatos de resistência era bastante diversificada, isto é, não existia nenhum vínculo formal e de autoridade entre eles. Na Bahia, Castellucci (2001) assegura ter encontrado cerca de cem sociedades de auxílio mútuo, a maioria alojada na Capital, Salvador, alertando o autor que a tese da origem dos sindicatos vinculados às Sociedades de Auxílio Mútuo, como citado em trabalhos recentes, foi completamente negada. Destarte, existia vínculo de solidariedade e apoio entre essas instituições, mas em casos específicos de assistência social. Contudo, no

decorrer do processo de organização dos sindicatos, estes criaram, *a posteriori*, seus próprios programas assistenciais.

O processo social da aglutinação das forças operárias para enfrentamento da exploração/opressão nesta fase de transição teve, na corrente anarcossindicalista, a liderança do movimento como propulsor da organização da força de trabalho. Desse modo, a organização em sindicatos e ligas de resistência constituiu o instrumento de luta e de práticas laborais mais coletivas. A título de protesto e resistência, o instrumento da greve geral tornou-se o principal caminho de enfrentamento, de organização e de conscientização da classe operária brasileira.

No geral, os anarcossindicalistas sustentavam e defendiam as reivindicações das mulheres, inclusive as mais amplas, assemelhadas às bandeiras de lutas defendidas pelas operárias anarquistas americanas e europeias. Entre essas questões, podem ser citadas a luta de classe, o divórcio e o amor livre (RAGO, 1985).

Fatores subjetivos, como a heterogeneidade étnica no seio da classe operária, composta de imigrantes, migrantes e brasileiros livres, criavam dificuldades para aglutinar interesses de classe. Todavia, não impediram o crescimento do movimento de resistência diante dos fatores de dominação, da pauperização desse segmento, das condições precárias de saúde, das investidas de dominação do patronato e do próprio Estado, que colaboravam para impedir o avanço das conquistas trabalhistas. (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Nesse contexto, entende-se que a greve foi a principal ferramenta de reivindicação social do operário anarquista e anarcossindicalista nas lutas iniciais das(os) trabalhadoras(es).

Os militantes anarquistas e socialistas brasileiros costumavam imputar a fragilidade política da classe operária a diferenciações regionalistas dos imigrantes. Em vez de se ver como trabalhador explorado, esse operário via-se antes como um imigrante ou migrante desta ou daquela região, e, a partir daí, poderia colocar-se numa posição de superioridade ou inferioridade em relação ao seu potencial companheiro de classe social. Esse preconceito regionalista dos imigrantes chegava a motivar propensões corporativistas com base não só na profissão, mas também na origem regional, como indicam as associações nas quais essas pessoas se congregavam, de acordo com José de Sousa Martins (2013).

Segundo Rossi e Gerab (2009), as marcas do sindicalismo brasileiro, no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, são da origem socialista e

anarquista dos imigrantes europeus. Ainda ressalta que os trabalhadores da época, mesmo com suas divergências, tinham em comum a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a primazia do ser humano sobre o lucro. Para esses autores, o embrião do sindicalismo, de forma simplificada, estaria dentro das fábricas, extrapolando-se para as organizações interfábricas e de caráter de classe.

Em 1905, criou-se a Federação Operária de São Paulo (FOSP). Em 1906, foi sediado no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Operário Brasileiro, elencando as seguintes definições, conforme Rossi e Gerab (2009, p.25).

Organização federativa e não centralizada; Sindicalismo de resistência e não assistencialista; Combate ao parlamentarismo: o fundamental é a ação direta da classe operária; Luta contra as propostas dos agentes do governo e da Igreja; Formar a COB (Confederação Operária Brasileira).

Os autores citados ainda registram que, em 1913, a COB realiza o 2º Congresso Operário Brasileiro. Em 1915, surge o Comitê de Defesa Proletária, sendo esse mesmo comitê que lidera a grande greve de 1917. Este ano foi marcado por intensa agitação, movimentação e mobilização, mas não apenas em São Paulo, local onde os comícios e passeatas aglomeraram cerca de 80 mil pessoas. Também o Rio de Janeiro e Recife tiveram inúmeros movimentos grevistas, levando o governo a decretar estado de sítio no Rio de Janeiro, proibindo as greves e fechando os sindicatos. Mesmo com toda essa repressão, as greves de São Paulo obtêm um final vitorioso, conquistando um aumento salarial de 20%, a não dispensa dos operários, e o governador e prefeito da cidade se comprometeram a fiscalizar as condições de trabalho das mulheres e dos menores, a combater o aumento dos preços de gêneros alimentícios e a libertar os operários presos. Enfim, nesse período cresce a violência governamental e patronal. Há relatos de mortes de operários em São Paulo²⁷ e Campinas-SP. Na sequência, o estado de sítio marca a década de 20, e a repressão vai destruindo as organizações operárias.

A análise da participação do anarquismo na formação inicial do movimento operário brasileiro pôde evidenciar que a Revolução Russa de 1917 referenciou e

²⁷ Rossi e Gerab (2009) registram o assassinato do sapateiro Antonio Martinez, três dias antes da grande manifestação dos/as trabalhadores/as paulistas. No enterro desse trabalhador, havia pelo menos 10 mil operários, que cruzaram os braços em protesto ao crime cometido pelas medidas repressivas e violentas contra o operariado.

influenciou os operários em suas lutas no Brasil e no mundo. Registram-se, nesse momento histórico, a deflagração de greves e os primeiros embriões de partidos políticos de orientação marxista propriamente dita. O Brasil de uma República oligárquica, como foi classificado o período inicial republicano, passou a conviver com diversos movimentos grevistas em nível regional que culminaram na grande greve geral e nacional de 1917. Verificou-se, após essa greve geral, a ocorrência de várias outras greves pelo país afora.

A tentativa de criação de um partido socialista ocorreu no I Congresso Socialista Brasileiro em 1892, cuja pauta e referências políticas eram nitidamente marxistas, defendendo a luta de classes como motor da história (ANTUNES, 1985). Todavia, o movimento operário ainda estava dominado, em sua organização e direção, pela representação dos anarquistas e, mais efetivamente, dos anarcossindicalistas, como citado anteriormente. A partir de 1917, inspirados pela Revolução Russa, os comunistas brasileiros buscaram organizar um partido que embasasse a luta operária, com seus militantes submetidos a uma rígida disciplina corporativa através de uma organização sindical centralizada e pautada nas reformas sociais e políticas que conduzissem ao socialismo.

O fato é que tanto o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) como o de Arthur Bernardes (1922-1926) adotaram medidas de repressão ao movimento social. Esses presidentes tiveram o apoio dos três Estados (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) mais fortes econômica e politicamente da Federação. Contudo, é exatamente nesses dois governos que as primeiras leis trabalhistas foram promulgadas (ROSSI; GERAB, 2009, p.29):

1919: Lei sobre acidente de trabalho aprovada na Câmara Federal;
1923: Conselho Nacional do Trabalho, cujo objetivo era elaborar projetos de lei sobre o trabalho; 1925: Surgimento da lei de concessão de 15 dias de férias anuais; 1926: Regulamentação da primeira lei relacionada ao trabalho do menor.

Em 1921, já se encontravam núcleos comunistas nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Juiz de Fora, Salvador, São Paulo e Santos. O que se percebe nos textos dos autores pesquisados são registros de que o antagonismo entre operários/as socialistas e burgueses/as ultrapassava as questões políticas, materiais e sociais, abarcando, sobretudo, as questões morais. Atentos ao comportamento burguês, os operários comunistas e socialistas consideravam a classe burguesa em

decomposição moral, pois seus patriarcas geralmente submetiam suas famílias a casos de corrupção, amoralismo conjugal e depravação sexual. Na visão daqueles militantes da causa, o comunismo seria, portanto, uma solução política, social e principalmente moral que construiria um homem renovado, livre dos defeitos e vícios da sociedade capitalista.

Dessa forma, no campo da organização político-partidária, foi fundado, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fruto da confluência de diversas tendências libertárias, que tinham como referência o surgimento e a consolidação de uma poderosa classe operária no Brasil (ROSSI; GERAB, 2009). O referido partido proporcionou a origem de diversos outros agrupamentos políticos de esquerda no decorrer da história. Todavia, pelo menos até os anos 60, esse partido desempenhou um papel importante nos planos organizativo, político e ideológico das lutas dos trabalhadores no Brasil.

Uma figura importante do período de formação do socialismo baiano foi Agripino Nazareth, jornalista e advogado. Nazareth fez carreira no Rio de Janeiro, quando participou da Conspiração dos Sargentos e, já em 1917, junto com Lima Barreto, defendeu os ideais da Revolução Russa no periódico *O Debate*. Em 1918, Agripino Nazaré, em conjunto com Astrojildo Pereira e José Oiticica, envolveu-se em um novo movimento conspiratório, dessa feita numa tentativa de destituir o governo republicano brasileiro e implantar o anarquismo. Preso, fugiu para a Bahia em 1919 (CASTELLUCCI, 2001) e, já convertido completamente ao socialismo, passou a frequentar as vielas da cidade, tornando-se advogado de associações e sindicatos, como o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e de outras categorias, que deflagraram a greve de 1919 (CASTELLUCCI, 2001; RISÉRIO, 2004).

Após 1919, Agripino Nazareth continuou a participar de greves, na organização dos operários baianos e nas lutas sindicais. Risério (2004) observa que, para Agripino, essa organização de paralisações e mobilizações no decorrer da luta teria, como perspectiva final, a instauração do socialismo na Bahia e no Brasil. Em 1920, segundo o mesmo autor, passa a circular na capital baiana o periódico de caráter operário, *O Germinal*, cuja apresentação foi escrita por Agripino, que atribui ao jornal a defesa do ideário socialista, concluindo: “Há, pois, um Germinal em cada cérebro de operário consciente na Bahia”. Risério (2004) também ressalta que as forças políticas dominantes tentavam eliminá-lo ou expulsá-lo, fato que só vai ocorrer em 1921. Em 29 de janeiro desse ano, Agripino foi deportado para o Rio de Janeiro. Só

voltaria à Bahia em 1936, após implantar a jornada laboral de 8 horas, como representante do Ministério do Trabalho durante a ditadura Vargas.

O Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, liderado pelos socialistas, convocou pela imprensa, em 31 de março de 1919, todas as categorias de trabalhadores e de trabalhadoras a se unirem a eles. Esse itinerário grevista passou a contar com garçons, costureiras, serventes de pedreiro, empregadas domésticas, vendedoras de acarajé, doceiras, babás e manicures, constituindo um conjunto bastante heterogêneo. Agripino, como advogado das categorias operárias, assumiu o comando da greve. Através da sua coordenação, foi possível pautar encontros com o governador e com empresários. Entre as reivindicações principais, estavam a jornada de trabalho de 8 horas, o aumento de salário, a proibição do trabalho infantil, a equiparação salarial entre homens e mulheres e nenhuma punição para os grevistas. Salvador ficou sem carne, pão, luz, transporte, serviço telefônico, ou seja, completamente parada. Sem ter condições de combater a greve integralizada, o empresariado soteropolitano acatou as principais reivindicações do movimento quanto à limitação da jornada de trabalho e à igualdade salarial entre homens e mulheres.

Em várias cidades brasileiras em que havia organização do movimento operário, o uso dos periódicos²⁸ foi decisivo para que as organizações anarquistas e socialistas propalasse suas queixas e as reivindicações gerais do operariado, principalmente denunciando, em suas pautas, as péssimas condições e a falta de higiene nos locais de trabalho, além dos baixos salários.

Parece-me significativo ir além dessas referências supracitadas, buscando o aprofundamento na literatura histórica, na história oral, como pequenos fragmentos sobre homens e mulheres, no particular estas últimas, nas pesquisas das feministas sobre a história de mulheres e outras. A trajetória de inserção dessas mulheres trabalhadoras na organização e participação política dos movimentos sociais, operários e de resistências laborais constitui elemento relevante e elucidativo para a compreensão da formação da identidade da classe trabalhadora brasileira.

A história das mulheres nos sindicatos vai além da perspectiva de um sujeito subalterno. Elas são consideradas os sujeitos invisíveis dessa história, visto que aparecem relegadas a uma participação praticamente nos bastidores do espaço

²⁸ *Anima e Terra Livre* (1906); *La Battaglia* (1907); *A Plebe* (1919) (MATOS; BORELLI, 2012, p.146).

sindical, quando comparadas à atuação masculina na estrutura hierarquizada das diretorias do poder sindical (PERROT, 1992; 1995; CAPPELLIN, 1994; ARAÚJO; FERREIRA, 1998). Em consequência desse “esquecimento”, vários estudos sobre a história das mulheres nos sindicatos foram produzidos (BLAY, 1978; PENA, 1981; RAGO, 1985; CAPPELLIN, 1994; CASTRO, 1995; COSTA, A.A., 2004) para recuperar a memória social da participação das mulheres. Alguns desses estudos foram minuciosos; em outros, as mulheres aparecem de modo fragmentado, como atrizes de apoio às grandes greves do início da industrialização e ao longo do século XX, como se pode verificar em publicação de Castellucci (2001).

As greves desse período tiveram efeitos positivamente surpreendentes, se considerarmos que foram desencadeadas por trabalhadores/as sem as condições mínimas de organização. O fenômeno social se materializa e ganha substância através dos eventos que ocorrem pouco a pouco, reproduzidos nos fatos da vida cotidiana. Assim, de acordo com os dados documentais, os resultados alcançados através do movimento operário, estratégias de paralisações e greves e outros instrumentos, como um todo, acabaram trazendo resultados positivos. Igualmente, foram identificadas várias questões relacionadas às origens da opressão de raça/etnia, de classe social, de gênero na desvalorização das mulheres ou à natureza intercultural da família e seu papel na vida social.

Entre as tendências do movimento sindical brasileiro do início da industrialização, a corrente socialista reformista, em contraposição à corrente anarcossindicalista, pregava a criação de um partido político e a mudança gradativa da sociedade. Ocorreram, nesses anos iniciais, dois congressos: em 1913, o I Congresso e, em 1920, o II Congresso, na perspectiva de recompor a Confederação Operária Brasileira. Nesse contexto, já existia o interesse do Governo em exercer o controle sobre os sindicatos, mesmo aqueles cuja categoria mostrava-se combativa, a exemplo dos ferroviários. A deflagração de diversas greves amiúde, nesse conjunto de acontecimentos, possibilitou o fomento da combatividade operária, decorrente também da crise da produção depois da Primeira Grande Guerra.

Buscando fortalecer ainda mais a repressão policial, o governo de Arthur Bernardes conseguiu aprovar, em 1923, uma nova lei repressiva, alcunhada de Lei Adolfo Gordo²⁹, também conhecida como lei “infame”, dada a série de punições que

²⁹A primeira proposta de lei do Senador Adolfo Gordo foi aprovada em 1907

ela criou contra os operários e de tentativa de censura à imprensa que fizessem propaganda ou movimentos considerados perigosos para o País. Isso seria motivo para fechar qualquer organização de trabalhadores, assim como decretar a expulsão de estrangeiros (ROSSI; GERAB, 2009).

Ressalte-se que os problemas dos governantes desse período não se davam apenas no campo das relações de trabalho e dos movimentos de trabalhadores. Conhecido como autoritário e vingativo, Arthur Bernardes tivera de lidar com setores políticos adversários e com as alas militares. Assim, em 1922, teve de enfrentar o levante conhecido como “Os 18 do Forte”, que deu início ao movimento dos tenentes, o “Tenentismo”. Valeu-se do estado de sítio para derrotá-lo. Esse movimento provocou outras reações ao autoritarismo desse governo. Desse modo, em 1925, teve início a “Coluna Prestes”, a partir do Rio Grande do Sul, que avançou por vários Estados brasileiros chegando até ao Piauí. Em 1927, o movimento é derrotado, mas deixou sua marca, enfraquecendo a “República Velha”.

Com a fundação do Partido Comunista em 1922, aumenta a disputa pela hegemonia política no movimento sindical, que já envolvia os anarquistas e católicos. Essa disputa, somadas às repressões patronais e do governo, enfraquece significativamente a luta das/os trabalhadoras/es daquela época e se encerra em 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas (ROSSI; GERAB, 2009).

Rossi e Gerab (2009, p. 31), à luz de Vito Giannotti (2007), sintetizam quatro grandes tendências no meio sindical, no período que vai de 1920 a 1930, a saber:

1. Socialistas, cuja referência era a socialdemocracia europeia, que apresentava duas tendências internas: a reformista e a revolucionária. A primeira defendia um processo reformista do capitalismo, a fim de torná-lo mais humano; e a outra propugnava o fim do capitalismo. Essa tendência pouco influenciou o movimento sindical no Brasil nesse período;
2. Comunistas, cuja referência era o *Manifesto do Partido Comunista*. Com o advento da Revolução Russa de 1917, receberam forte impulso quando Lênin rompe com a socialdemocracia, abrigada na Segunda Internacional e, em 1919, funda a Terceira Internacional, transformando a fração bolchevique do Partido Socialdemocrata Russo em Partido

Comunista. A partir de 1922, esse pensamento político ganha força e crescimento no Brasil.

3. Anarquistas, que se inspiravam nos escritos e nas propostas do filósofo e militante revolucionário russo Bakunin. Eles se consideravam internacionalistas, antimilitaristas e anticlericais. Acreditavam na ação direta das massas para construir uma nova sociedade. Mas, desde o final da década de 20, o pensamento anarquista começa a enfraquecer.
4. Católicos, que elaboraram um texto contrário ao *Manifesto do Partido Comunista* e que buscava não apenas construir uma prática conciliadora dos conflitos de classes, mas também apartar os seus fiéis das tendências de esquerda. Esse documento de oposição ao Manifesto foi a encíclica papal *Rerum Novarum*, que orientava os operários católicos à organização dos seus próprios partidos e sindicatos. Esse movimento na França criou, inclusive, a Confédération Française des Travailleurs Chrétiens – CFTC, que ainda se constitui em uma organização do coletivo de sindicatos de influência cristã na França.

2.2.4.1 A força de trabalho feminina e sua militância nas primeiras greves

Para percorrer o caminho do processo social de inserção das mulheres na organização e participação política nos sindicatos, já antes mencionado, abordo a conjuntura sócio-histórica do início do século XX com relação à classe trabalhadora no Brasil. É no campo da Nova História, que se vai constituir a partir das mudanças no campo historiográfico, que surgem novos contextos de pensar o sujeito da investigação científica, através de novas fontes, resultando na corrente histórica francesa denominada *Nouvelle Histoire* (PERROT, 1988; DELPHY, 2013).

Em busca da raiz dos acontecimentos, das referências historiográficas e do histórico das greves deflagradas, percebe-se o “avesso” no que diz respeito à participação das mulheres no conjunto das lutas operárias. A *Nouvelle Histoire*, a história social e os estudos culturais pós-colonialistas e feministas nos permitem um novo olhar, um novo viés, o despontar das relações de gênero nas entranhas das relações de poder, principalmente denunciando e revelando outra visão de mundo, do ponto de vista dos oprimidos, até então sem voz, imersos nos anonimatos dos marcadores de gênero, raça/etnia, classe, sexo, origem, localização, escolaridade,

ocupação, idade. Estudos como os de Fausto (1983), Rago (1985), Matos e Borelli (2012) e Saffioti (2013) registram que o emprego na indústria fabril, nesse período, foi constituído por um grande contingente da força de trabalho feminina, principalmente de mulheres imigrantes.

Acompanhando o desenrolar desses acontecimentos, os registros históricos sobre as formas de resistência da classe operária, aqui e alhures, é possível identificar a diminuta presença de uma visão acurada das “diferenças” no seio do trabalho industrial e sindical relativamente à força de trabalho feminina e da corporeidade do trabalho das mulheres operárias como força motriz no conjunto da própria classe trabalhadora. Foi na deflagração dos movimentos paredistas, nas grandes greves, que elas se mostraram, na literatura histórica e na grande imprensa, de modo inidentificável, sem personalidade, ainda mais ausente na própria imprensa sindical. A abordagem sobre a mulher operária na imprensa vincula-se a elementos da sexualidade, da contradição entre o ambiente do lar e o da fábrica, considerado como impróprio à presença feminina, pela submissão das mulheres a todo tipo de subordinação (RAGO, 1985).

Assim se refere o *Jornal Socialista Avanti* (1901), conforme citado por Rago (1985, p.71), durante a greve na Fábrica Sant’Anna no Brás:

A NOSSA VITÓRIA

Mais de 700 mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, débeis e indefesas, na suprema reivindicação dos mais elementares direitos, encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na empenhada luta contra ele.

Mesmo assim, as operárias eram destratadas pelas outras mulheres militantes das elites como mulheres inábeis e ignorantes. Legitimando essa visão de uma publicação de ideias consideradas avançadas, a grande imprensa conservadora fazia coro na concepção de um perfil de mulheres: frágeis, indefesas, passivas e desprovidas de consciência política (RAGO, 1985).

Em número reduzido, nota-se a presença das mulheres de outras nacionalidades e, ainda menor, daquelas que formavam a força de trabalho livre oriunda da escravidão. Com base nos dados numéricos, o percentual de mulheres da população (diminutos 4,2%) no conjunto do operariado era mais elevado no ramo

têxtil (SAFFIOTI, 2013). A força de trabalho feminina predominante nas classes populares, “camadas populares” na visão de Gorender (1978), Kowarick (1994) e José Sousa Martins (2013), foi mais absorvida no trabalho industrial, na medida em que a introdução dessas mulheres propiciou o máximo de acumulação capitalista (SAFFIOTI, 2013).

No período inicial da industrialização brasileira, as mulheres eram alocadas nos vários ramos da chamada produção industrial – metalúrgica, têxtil –, no comércio e nos serviços. Elas atuavam na manufatura de charutos, cigarros, fumos, fósforos, velas e sabão. As mulheres restritas como trabalhadoras dos setores têxtil e fabril, integrantes da produção, eram discriminadas, objeto de exploração laboral, de exclusão das chefias, sujeitas às condições precárias de trabalho e desigualdades salariais em relação aos homens. No contexto social, seu trabalho era considerado como complementação da renda familiar, juntamente com o trabalho infantil. Nesta conjuntura de salários mais baixos, as mulheres ocupavam sempre atividades de menor prestígio, valor e *status* social. Algumas tarefas fabris eram classificadas pelos homens como “tarefas de mulheres” (MATOS; BORELLI, 2012).

A tripla posição desigual – como mulher, como trabalhadora e como militante sindical – a que foram sempre submetidas as mulheres, é evidente no caso brasileiro e assinala as condições precárias de trabalho, determinando desvantagens sociais como baixos salários, em relação ao trabalho masculino, ambientes insalubres, intensificação das jornadas de trabalho – até 16 horas por dia –, além da execução de tarefas repetitivas e rotineiras.

No que se refere ao “assédio sexual”, este apresentava características tidas como naturais, derivadas das hierarquias de relações patriarcais, onde a autoridade do homem se sobrepõe à vontade das mulheres desde os primórdios, também fazendo parte do tratamento recebido pelo contingente feminino de operárias. As mulheres eram assediadas por mestres e contramestres, além dos proprietários fabris. Esse fato era tão corriqueiro que foi alvo da divulgação em periódicos anarcossindicalistas que denunciavam suas práticas nas fábricas, a exemplo do protesto de operárias/os da fábrica de Tecidos Aliança onde uma tecelã foi demitida por um contramestre que a engravidou. Essa destituição constituiu um dos estopins que antecederam uma das principais paralisações têxteis do início da Nova República, a greve de 1903 (FAUSTO, 1983).

Os anarcossindicalistas denunciaram esse fato nos periódicos, mostrando o desacordo com o tratamento dispensado nas fábricas às mulheres e às crianças, com a exploração do trabalho infantil. É visível nos dados o perfil das trabalhadoras, com a predominância de jovens, solteiras e das camadas populares.

É surpreendente pensar na deflagração de um movimento operário, uma greve geral na Primeira República, motivada por questões afetivo-sexuais, isto é, por imposição de abusos e discriminações de sexo, como revela a história. E, nesse aspecto, aparecem, de forma atenuada, o domínio e o abuso sexual como elementos ignorados nos escritos do movimento sindical e nas relações de produção. As relações afetivo-sexuais eram justificadas pela hierarquia de poder, encravada nas relações sociais ideológicas e culturais, mas também ocultando o poder de gênero na divisão sexual do trabalho, não somente como sistema de produção, de partilha de tarefas e de subjugação efetiva dos corpos das mulheres, mas de um sistema que vai mais além da mercantilização dessa força de trabalho.

O destaque dado à deflagração da “Greve Geral de 1903”, no Rio de Janeiro, explica-se pelo seu alcance organizativo e pela conquista maior obtida pelos operários: a criação de vários sindicatos a partir daí. No entanto as reivindicações, no entendimento de Goldmacher (2009), podem ser caracterizadas como mais ligadas à vida cotidiana, além disso, as mulheres, segundo a autora, expunham ainda problemas específicos, como o já citado abuso sexual por parte dos mestres e contramestres.

Os trabalhadores e trabalhadoras da fábrica da Aliança, no primeiro momento, justificam sua adesão à greve de 1903 pelo fato de uma operária ter sido demitida após dar à luz uma criança, fruto de abuso sexual como já apontado por Boris Fausto (1983). Essa greve foi deflagrada na Capital da República, no Rio de Janeiro, eclodindo como um dos primeiros movimentos operários no Brasil, em resposta às pressões dos patrões e representando, no sentido inverso, a resistência dos operários. Considero, então, relevante retratar o fenômeno das greves desse período e dos demais neste estudo sobre gênero e sindicalismo. A greve de 1903 pode ser considerada como o ápice entre os diversos movimentos sociais de resistência da classe operária, incorporando também ao movimento a insatisfação de parte da população, por ter ocorrido na conjuntura política da “Primeira República” – 1889-1930.

Os registros apontam para o fato de que, a partir de 1903, na deflagração dos primeiros movimentos paredistas na Bahia, alguns desses movimentos contaram com a participação das mulheres, embora, de certo modo, esparsa. Essas mobilizações foram mais efetivas nas indústrias têxteis pelo maior contingente de mulheres neste ramo. Inicialmente, o movimento abrange vários ramos de produção e/ou atividades, unindo-os na luta comum pela jornada de 8 horas (CASTELLUCCI, 2001).

A paralisação da fábrica de tecidos Aliança teve a adesão de outras categorias além dos têxteis, como o ramo dos alfaiates. Dois anos, depois, em 1905, os portuários e estivadores do Porto Santista e do Rio de Janeiro deflagraram outra greve, agregando, mais uma vez, ao movimento setores do carvão, dos depósitos de gás, dos foguistas e dos carpinteiros.

A greve de 1903 traz algumas discordâncias entre estudiosos e também é alvo de críticas a pesquisa registrada em forma de diário, realizada pela professora Francisca Azevedo (2005). Chama atenção, em primeiro lugar, o título: *Malandros desconsolados: o diário da Primeira Greve Geral no Rio de Janeiro*. Este estudo se destaca pelo modo interessante e criativo como a professora construiu os registros históricos desta greve, apropriando-se de ilustrações divulgadas na imprensa da época³⁰. Azevedo, porém, não aprofundou a análise das fontes trazidas. A autora apenas discorreu sobre as ilustrações, sem realizar nenhuma análise de fundo, sem explicações, sem associações com os fatos do cotidiano e, além disso, descarta a relevância política deste episódio.

Evidente que esse movimento teve resquícios do movimento do século anterior, em 1890 na Bahia. É uma prática comum, entre os/as pesquisadores/as, delimitarem os estudos sobre o operariado brasileiro a São Paulo e Rio de Janeiro, como centros principais da industrialização. Tal relevância não quer dizer que, apenas nesses Estados, os/as operários/as se manifestassem, contudo a amplitude e a divulgação desses movimentos reivindicatórios ocorriam mais nesses espaços, considerando a crescente expansão urbana da Capital Federal e a industrialização em São Paulo, além do processo migratório e imigratório.

Os ferroviários da Companhia Paulista, em 1906, cruzaram os braços, recebendo apoio de outras categorias como vimos nos exemplos citados. Esse

³⁰ O *Correio da Manhã*, O *Paiz*, O *Malho* e *Rio Nu* (jornais cariocas).

movimento é diferenciado, a demarcar a relevância da mobilização da família dos ferroviários que fizeram pressão na linha férrea, no sentido da reabertura das negociações e do pagamento dos salários atrasados, em virtude da precariedade das condições de vida e da fome a rondar suas famílias.

Assim como ocorreu na França, conforme apontado por Perrot (1974), sobre os estudos das mobilizações operárias e das greves. Em *Les Ouvriers en Grèves – Trabalhadores em greves –*, a historiadora capta o fervor da militância das mulheres nas greves do final do século XIX, nas ocupações masculinas, pois, mesmo quando essas mulheres não são sindicalizadas, atuaram com seus filhos em piquetes para impedirem o bloqueio à greve por parte da polícia e do governo.

Nessa direção, Frader (1996) traz o mesmo tema, isto é, sobre a atualidade da pesquisa com vínculo entre “Femmes, genre et mouvement ouvrier”, a formação de classe, as relações entre setor político e privado e a proteção social. A respeito do que ela trata, já foi anteriormente sublinhado na perspectiva de Perrot no texto citado. Essa série de mobilizações acarretou como resultado a reação contundente do governo em apoio aos industriais.

A forma encontrada de combate ao movimento grevista operário de 1906 aconteceu logo em seguida. O governo oligárquico de Afonso Pena promulgou, em 1907, a Lei Adolfo Gordo, que propunha, entre outras medidas, a expulsão de estrangeiros envolvidos em greves. Logo no primeiro ano, foram expulsos 132 estrangeiros, número elevado se levarmos em conta que, de 1908 a 1921, foram expulsos 556 imigrantes, de acordo com o historiador Batalha (2000). Essa lei foi promulgada para punir objetivamente operários anarquistas e anarcossindicalistas, grande parte constituída de imigrantes europeus.

A greve parcial por categoria, como se pode avaliar, era constante nas fábricas, o que vai demonstrar que nada ocorria sem pressão, sem enfrentamento, nesta fase de industrialização e urbanização. Em maio de 1907, ocorreu um movimento grevista por melhores salários na Fábrica São Bento em Jundiaí, São Paulo, cuja mão de obra era composta na sua maioria por mulheres – operárias têxteis e costureiras – que reivindicavam melhores salários, jornada de oito horas de trabalho, ao invés das 13 horas. Essa “bandeira” do operariado têxtil tinha sido uma decisão do Congresso dos Trabalhadores em 1906. Esses movimentos balizam e expressam o modo de organização operária, já promovendo congressos e deliberando por ações políticas coletivas, relativas à jornada de trabalho (CASTELLUCCI, 2001).

Assim como ocorria repressão aos operários durante as greves, acontecia também a prisão de mulheres, conduzidas à delegacia de polícia, como registrado por Rago (1985) em sua pesquisa antropológica. Uma dessas questões é apontada pela feminista cearense Ana Montenegro, militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que denuncia a prisão de muitas mulheres em 1917 no movimento grevista ocorrido na fábrica têxtil Cotonifício Crespi (MONTENEGRO, 1985).

O registro desses acontecimentos desconstrói a suposição reverberante de vários estudos sobre a não participação feminina no movimento operário, assim como a falácia da aversão feminina à representação política. O que se pode notar, em tudo isso, são os papéis estratégicos imputados às mulheres na contribuição ao movimento: permanência em casa, piquetes, distribuição de panfletos, enfim, trabalhando nos bastidores, na chamada infraestrutura do movimento.

As ideias anarquistas, socialistas e comunistas dominavam o ambiente dos movimentos grevistas urbanos das duas primeiras décadas do século XX. Em janeiro de 1918, aconteceu um dos principais movimentos da categoria das/os professoras/es, que deflagram uma greve municipal em Salvador, Bahia, embora paralisações já viessem ocorrendo desde 1912. Um dos meios utilizados pela categoria sobre queixas a respeito da situação de atraso no pagamento de salários era através de cartas à imprensa. Os jornais *A Tarde* e o *Diário da Bahia* trazem fontes e indícios de que os/as professores/as estiveram a liderar o movimento paredista (COSTA; CONCEIÇÃO, 2001). O elemento propulsor desse longo movimento é explicado pela prática do Município de Salvador em atrasar os salários do magistério em decorrência da crise durante a primeira greve, pelo fato de a maioria dessa categoria ser mais representada por mulheres. Ao longo do século XX, os homens foram desistindo dessa profissão pelo seu caráter mais afeito ao perfil feminino, atraindo mulheres inclusive das elites e da classe média.

Durante a paralisação da classe docente, o ato de arbitrariedade da Intendência Municipal de Salvador, de suspensão de um professor à frente do movimento de reivindicações, acirrou ainda mais o ânimo da categoria, e a greve foi deflagrada, obtendo apoio generalizado e se prolongando por 9 meses. Essa greve é omitida na maioria dos estudos a respeito dessa época, inclusive por ocasião da comemoração do Centenário da República, quando um professor chamou a atenção sobre o fato e, especificamente, sobre a ausência de estudos na historiografia em relação aos movimentos sociais daquele período (COSTA; CONCEIÇÃO, 2001).

É evidente, na literatura da época, nas pautas de reivindicações e na imprensa oficial e sindical, a constatação sobre a pouca unidade do movimento operário, caracterizado pela individualidade das categorias operárias. Desse modo, as greves não são unificadas, cada categoria, sobretudo as principais da época, chamadas de artífices, era levada a fazer reivindicações de forma distintas. Por exemplo, os padeiros exigiam revezamento do pessoal noturno, a não entrega domiciliar de pão; os ferroviários pediam a readmissão de companheiros demitidos em 1915; as operárias das fábricas de roupas exigiam o fim da obrigação de elas comprarem correias, azeite e linhas para as máquinas de costura, além da eliminação e isenção das multas que vinham sofrendo; os operários das empresas de transportes urbanos exigiam o cancelamento de todas as multas e garantia de amparo em caso de acidentes ocasionados no serviço.

Ao contrário, dos demais trabalhadores, as costureiras domiciliares foram ativas na defesa de suas reivindicações, decerto articuladas politicamente, tendo em vista a busca de melhorias nas condições de trabalho e de vida. O alcance de sua capacidade de articulação pode ser avaliado nos documentos que assinalam a existência de associações como a União das Operárias Costureiras, de 1905, a Liga de Resistência das Costureiras, de 1906, o Sindicato das Costureiras, de 1908, em São Paulo, conforme relatam Matos e Borelli (2012). Essas autoras mencionam que, no auge do movimento operário, em maio de 1919, uma greve liderada pela União das Costureiras foi deflagrada na Cidade de São Paulo, reivindicando o estabelecimento de um salário mínimo para a categoria do ramo de costura e a redução do valor dos aluguéis domiciliares.

A luta pelas melhorias nas condições de trabalho não se dava apenas por meio de greves, mas também através de boicotes à produção, reduzindo o ritmo de trabalho, costurando peças com qualidades não tão boas, delongando a entrega das encomendas, entre outros, a fim de declararem, mesmo que de maneira silenciosa, seu descontentamento. Esse período era caracterizado pela existência de movimentos operários com viés ideológico anarquista e socialista, para denunciar, através de articulação política, as condições precárias de trabalho. E os movimentos das costureiras de carregação não fugiam à regra. Pertencentes a uma classe não reconhecida e muito explorada, as costureiras de São Paulo declaravam greve sempre que suas pautas não eram atendidas (MATOS; BORELLI, 2012).

Esses acontecimentos balizam o modo de organização operária, já promovendo congressos e deliberando por meio de ações políticas coletivas, relativas à jornada de trabalho e às desigualdades salariais e não aceitando a elevação dos preços de produtos básicos (CASTELLUCCI, 2001). A bandeira sobre a jornada de trabalho de 8 horas, reivindicada há bastante tempo, propiciou nessa greve de 1919, pela primeira vez, a unificação de um item da pauta do movimento operário, obrigando a maioria dos donos de fábricas a realizar negociação com as várias categorias laborais.

Destarte, as análises sobre essa greve em estudos que abordam a visão da imprensa, do governo e até de parte do operariado comprovam uma visão contrária aos resultados favoráveis para as categorias insurgentes. Em contraposição a essa ideia, os fatos posteriores demonstraram que, do ponto de vista organizativo, esse movimento grevista de 1919 pode ser visto como vitorioso.

Tal circunstância está associada às decisões tomadas posteriormente aos fatos desenrolados, no pós-greve de 1919, no particular, o movimento de trabalhadores de serviços essenciais como transporte e energia, pelo encaminhamento dado no final pelos empregados da Companhia Linha Circular de Bondes, Luz e Força Elétrica de Salvador. As atas, jornais e estatutos apresentam indicativos confiáveis, visto que 50 trabalhadores – condutores, motomeiros e fiscais das companhias de bondes e usinas de geração e distribuição de energia elétrica – tiveram a iniciativa de fundar o sindicato de resistência de sua categoria, a “Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica”³¹, o que oferece indícios de vínculos com o sindicato criado no Estado Novo, o atual SINERGIA-BA.

Em 1928, foi criada uma das primeiras associações de mulheres trabalhadoras conforme assinalam Sardenberg e colaboradoras (2001, p.135) sobre “O Comitê de Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras associações, integrantes do Bloco Operário e Camponês, organização político-partidária operária”³². A classe trabalhadora de Salvador já era constituída também de um contingente feminino, acima de tudo de mulheres negras, mulheres que eram consideradas híbridas, pois

³¹ Estatutos da Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 1º fev. 1920. A primeira fonte indica a fundação dessa sociedade no dia 6, mas os estatutos foram registrados e publicados com a data de 11 de junho de 1919. A informação foi encontrada nos jornais *O Tempo*, *O Imparcial* e *Diário de Notícias*, de 5 de junho de 1919, APEB – Seção Republicana (CASTELLUCCI, 2001).

³² Organização ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), convocando as mulheres trabalhadoras a participarem da organização e da luta política.

egressas da escravidão. São também trabalhadoras/es manuais da construção civil, de pequenas oficinas, manufaturas com pouca mecanização. Entre os homens trabalhadores, muitos possuíam instrumentos individuais de trabalhos, que lhes conferiam a condição de artífices, artesãos, dotados de prestígio e certo *status*.

Além disso, as mulheres operárias, nesse contexto de submissão a uma rígida moral burguesa e religiosa, eram consideradas como “imorais”, por estarem muitas vezes sujeitas à prática dos abusos sexuais por parte de seus superiores, além da exposição pública nos piquetes de greves e paralisações. Ademais, as mulheres foram alvo de críticas a seu papel dito primordial, já que lhes era escasso o tempo dedicado à família e ao trabalho doméstico.

Torna-se relevante, na condução deste estudo, trazer o panorama histórico do movimento operário no Brasil, da participação das mulheres em algumas das greves deflagradas, sobretudo, para validar o protagonismo dessas mulheres no início da formação da classe operária brasileira. Pareceu-me fundamental, desse modo, discorrer sobre a natureza e o tipo do trabalho feminino naquela conjuntura inicial do capitalismo brasileiro.

A viagem ao passado permite reafirmar a desmistificação da concepção de que as mulheres operárias em nosso país, em todo esse processo histórico, não foram ativas na vida política, no movimento sindical, nas esferas do poder e em menor número como força de trabalho. As mulheres fizeram vários movimentos e paralisações, contudo abriam mão de sua representação e liderança para os homens, talvez por reconhecê-los mais capazes e mais habilitados.

Entretanto essas mulheres das camadas desprivilegiadas permaneciam submissas a uma rotina de trabalho muito penosa e degradante. Em princípio, é preciso se fixar na tecnologia de então, ante a natureza do trabalho manufaturado, que era visto como exigindo menor esforço físico, embora mais cansativo, portanto pensado como mais adequado às mulheres e às crianças. É evidente que as mulheres também detinham a responsabilidade de sustento das famílias, com relevante papel econômico, como fabricante da riqueza social. Isso, porém, não se traduzia em independência econômica da mulher, pois circulava na periferia do sistema capitalista de produção, sem valorização, com baixo salário e desrespeitada como sujeito social. Este tipo de atividade fabril tradicionalmente já era executado no espaço domiciliar, portanto apenas transmutou-se com a industrialização, apenas no modo e nas relações de produção.

Registra-se um contingente de mão de obra infantil, de menores, principalmente de meninas, incorporadas nessas fábricas, conforme citam Matos e Borelli (2012, p.126):

Entrei para a fábrica Bangu, no período da primeira Guerra Mundial, com 7 anos de idade. Iniciava o trabalho às 6 horas e terminava por volta das 17 horas – sem horário de almoço. Isso, evidentemente, depois de passar a fase do trabalho gratuito, que chamavam aprendizado [...] (Luiza Ferreira de Medeiros, operária têxtil).

O relato da menina operária confirma a prática da exploração e apropriação da força de trabalho do menor, a partir dos cinco anos, sem proteção, não legalizado e não assalariado, despencando, desde o embrião da industrialização, na vala do trabalho informal, por conseguinte invisível, em substituição certamente ao trabalhador e à trabalhadora livre, resistentes a esse trabalho disciplinado, precário e legalmente violável. Os menores, na sua maioria, eram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade. O assalariamento, correspondente a pagamentos de salários a operários ainda se constituía, nesse contexto, em uma ação excepcional. Os trabalhadores remunerados eram os imigrantes, os mestres e contramestres. Ademais, os operários ainda trabalhavam ao lado de indivíduos ainda escravizados, mesmo após a Lei de 1888, portanto o tratamento dado a todos os operários pouco diferia. Os demais operários não qualificados recebiam, em contrapartida, o chamado “quinhão” – comida, bônus, uniforme – no final do ano, a depender do comportamento e da qualidade do serviço (HARDMANN; LEONARDI, 1991).

Diferentes setores eram primazia das mulheres: vestuários, confecções de roupas, camisas, bordados, tamancos, chapéus, toucador; produção de cigarros e charutos, velas e sabão; setor de alimentação. O requisito para recrutar as mulheres consistia na certeza elevada da natureza, do perfil feminino para lidar com alguns produtos que exigiam delicadeza, paciência, além de submissão e aceitação de normas e preceitos.

As condições de trabalho no País, relativamente à posição desigual da mulher, amiúde precária, ainda no bojo do trabalho escravo e semiescravo, jamais foram muito favoráveis às mulheres se postas em comparação ao trabalho dos homens. As mulheres eram submetidas a baixos salários, a tarefas repetitivas, rotineiras, em

ambientes insalubres, sendo obrigadas a longas jornadas, chegando, em alguns casos, a 16 horas por dia da venda de sua força de trabalho.

Deve-se atinar que a maioria das mulheres, ao encerrar a jornada de trabalho na fábrica, não saía do espaço laborativo e continuava sua jornada, agora no ambiente doméstico-fábril. O trabalho da mulher era exercido em sua própria casa, durante o início da industrialização, confundindo-se com o próprio trabalho familiar caseiro, por assim dizer não pago, indistinguível do equivalente trabalho fábril.

Como bem declaram Maruani e Meron (2016), o modo de trabalho feminino, na conjuntura da metade do século XIX na França e, a partir do final desse século, no Brasil, pode ter sido produzido de diversas formas, em cada sociedade, em cada período, em cada cultura, ocultando as imagens e representações das mulheres. Sempre existiu um questionamento se a natureza das atividades femininas, tanto aqui como alhures, se constitui no perfil a ser estudado com base na categoria trabalho.

Essas autoras argumentam que, na França durante a metade do século XIX e a partir do seu final no Brasil, na América do Sul e em vários países, as atividades agrícolas constituíam uma valiosa parcela exercida por mulheres. Assim, o trabalho agrícola e o fábril se constituem no começo do capitalismo moderno, sendo mais absorvido pelas mulheres das classes desprivilegiadas. Concordo com essas pesquisadoras, quando concluem em suas pesquisas históricas de mais de um século na França que o trabalho feminino, por não ter sido remunerado, torna-se invisível, não contabilizado, portanto não reconhecido.

Desde o início do processo de industrialização no Brasil, as mulheres vêm sendo incorporadas a essa nova dinâmica do trabalho produtivo de forma gradativa, mais intensa nos períodos de crise capitalista. E, atreladas a essa nova dinâmica, novas formas de discriminação e exploração foram sendo operadas, especificamente na distinção do sistema de dupla opressão – de gênero e classe social e de sexo e raça – das condições adversas de trabalho das mulheres, se colocadas em comparação ao trabalho dos homens. Segundo Silvera (2016), o chamado regime de um quarto a menos já revelava a desigualdade salarial entre os homens e as mulheres na França.

A incorporação das mulheres à produção fábril foi marcada por uma série de discriminações – de raça, de sexo e de classe –, efetivamente atreladas à divisão sexual do trabalho, com base na cor da pele, no sexo, na posição ocupada pela

mulher na sociedade patriarcal e em relação ao trabalho masculino. O valor atribuído à mulher como força de trabalho, o seu valor como mercadoria, era irrelevante, principalmente por ser considerada uma mão de obra invisível, desqualificada, não reconhecida, ocupando postos de trabalho equivalentes ao trabalho doméstico, por si mesmo desqualificado.

As mulheres, se remuneradas, recebiam assalariamento de valor menor, 65% do salário quando comparado ao salário pago aos homens, e estes ainda detinham o comando dos meios de produção nas fábricas, como mestres e contramestres, sendo afinal, na hierarquia, superiores às operárias (MATOS; BORELLI, 2012). A prática do trabalho feminino não assalariado era comum, a título de aprendiz nas fábricas, cabendo a outra operária repassar o conhecimento, a experiência, à novata com a promessa de, no futuro, vir a se tornar uma operária. No geral, operários e operárias foram se constituindo como força de trabalho coletiva desde a infância, formando uma força de trabalho gratuita. Posteriormente ao regresso de parcela de imigrantes a seus países de origem ou por meio de deslocamentos para outros países da América do Sul, a exemplo da Argentina, também grupos de famílias optaram por outros setores da economia como a atividade comercial. As condições precárias de vida exigiam a ocupação de toda a família, funcionando numa extensa rede de parentesco.

Observa-se, nos estudos realizados a partir deste período marcado pelo começo da industrialização, particularmente do ramo têxtil, pós-Primeira Guerra Mundial, em 1919, a incidência de confrontos entre a força de trabalho feminina e masculina, no caso brasileiro, tal qual ocorreu na Inglaterra e, posteriormente, na França (SAFFIOTI, 2013). Parece que aqui, no começo da industrialização, registrou-se uma posição não tão adversa por parte dos homens no que tange à ocupação feminina nas fábricas.

Com a solidificação da indústria nacional antes formada de pequenas fábricas, retomou-se o discurso pautado em valores moralistas e maternais quanto à relevância da mulher em relação à maternidade, à natureza do trabalho da mulher como esposa e responsável pela educação dos filhos, logo ocorrendo seu retorno ao espaço da domesticidade.

Na França, a cada mulher contratada pela indústria gráfica, correspondia um dia de paralisação nessas indústrias. Os operários franceses consideravam a mulher uma concorrente, na ocupação dos postos disponíveis, portanto melhor seu retorno

a casa, ao cuidado dos filhos e da saúde da família. A mulher era tida como uma força de trabalho secundária, sendo resguardadas as ocupações de posição hierárquica superior para os homens. Os homens, no fim das contas, detinham o comando das tarefas tidas como mais complexas, que exigiam autoridade e domínio nas relações de trabalho.

Dados nacionais da época revelam que o contingente de mulheres nas fábricas no Brasil era de 15,3% em 1920, passando para 15,9% em 1940³³. Esses números expressam o lento crescimento da ocupação da mão de obra feminina (ALMEIDA, 1986).

As greves, no contexto histórico do século XX, registradas por Castellucci (2001), em *Salvador dos operários: uma história dos operários da greve geral de 1919 na Bahia*, espelham a conjuntura político-social do movimento operário no Brasil. Assim, eles/elas reivindicam, no início do movimento, melhores condições de trabalho e salário. As pautas de reivindicações já citadas oferecem conteúdos importantes e elucidativos do pensamento, da ação e das perspectivas da classe operária.

As mulheres sempre foram atuantes e aguerridas, apostando no confronto, ao contrário do que se diz sobre o conjunto do movimento operário, desde as greves gerais deflagradas no País e no Estado da Bahia no começo do século XX. O item isonomia salarial entre homens e mulheres demonstra como ocorria a divisão social do trabalho, com as diferenças do valor da jornada de trabalho entre homens e mulheres, mesmo quando essas mulheres realizavam tarefas iguais e tinham atribuições correlatas.

A relevância do movimento operário de 1919 e a repercussão dos seus efeitos no caso da Bahia são ressaltadas nos estudos de Castellucci (2001) e Vanessa Matos (2008). Indaga-se: em que conjuntura histórica estão situadas essas mulheres?

Matos (2008) traz questões importantes a respeito da greve de 1919 na Bahia, no que diz respeito às transformações que ela acarretou no pós-greve. Primeiro, a greve chamou atenção da sociedade civil pelo fato de não ter sido apoiada pelos políticos da época e nem pelo governo da União, inclusive não obteve apoio das

³³ O cenário político mundial durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) favoreceu o desenvolvimento e crescimento da indústria no Brasil. Desse modo, houve o incremento no número de trabalhadoras/es: em 1907, era de 150.841, aumentando para 275.512 em 1940. Desse último, 182.670 eram homens e 92.842 eram mulheres (SAFFIOTI, 2013).

demais categorias da greve anterior, isto é, de junho desse mesmo ano. Pode-se afirmar que foi uma greve altamente reprimida pelo poder público e sem apoio dos jornais da época. É relevante assinalar que esta categoria dos têxteis, segundo Vanessa Matos (2008), era, conforme o recenseamento industrial de 1920, composta de 67,3% de mulheres, e são mulheres negras e mestiças, oriundas do grande contingente de escravizados e do longo período da escravidão na Bahia. Essas mulheres eram, na sua maioria, analfabetas, assim sendo não tinham quase nenhuma influência sobre o pleito eleitoral, portanto sem nenhuma expressão em relação ao poder oligárquico dominante no meio político local.

Matos (2008) ainda revela que, após a criação da Sociedade União Geral das Tecelãs da Bahia, entidade de resistência que veio associar-se à Federação dos Trabalhadores Baianos, foi publicado pelo Jornal *O Germinal* a existência de uma mulher trabalhadora têxtil na diretoria executiva da sociedade. Pode-se até concluir que, se uma mulher chega, num contexto como este do início do século XX, a um posto de direção sindical significa que a tese que defende a passividade feminina não assegura a ausência da participação política feminina, nem a aversão das mulheres à liderança de movimentos sociais.

Esse episódio me faz lembrar as reflexões de Michele Perrot (1996) ao enfatizar que as mulheres ocupam posições de destaque, de poder, mas que marcam um tipo de poder no singular, que tem uma conotação política e assinala, basicamente, a figura central do poder que se fragmenta em frações múltiplas e é equivalente a alcances em que as mulheres têm sua parcela de contribuição.

A noção de classe social é vista por Perrot (1998) nos estudos sobre o tema mulher como uma questão central, para refletir as relações sociais de gênero e o significado das representações das classes sociais nesse tipo de investigação. A inclusão da agenda feminista nos sindicatos certamente não foi e não tem sido pacífica, principalmente com as transformações nas relações de trabalho, no neoliberalismo, impondo um novo modo de relação com os trabalhadores/as.

Na visão de Ana Alice Costa (1998), é preciso evidenciar o modo como as mulheres são consideradas na história, vistas como acostumadas à subordinação, à aceitação das leis como algo imperativo, inquestionável, portanto seu lugar era justamente do outro lado, de sujeitos que serviam ao poder como força de trabalho, espaço delimitado na família patriarcal. Certamente, não podemos negar a força não

apenas dos valores patriarcais numa sociedade tradicionalista, como das hierarquias de gênero, contudo diverjo dessa generalização.

Mulheres foram atuantes no movimento sindical, ocuparam espaço como dirigentes sindicais, desde a década de 30, certamente, fizeram uso da sua experiência como negociadoras, diferentemente dos homens, conseguindo avanços para o conjunto dos/as trabalhadores/as, entretanto, permaneceram invisíveis, não reconhecidas como força de trabalho naquilo que o capitalismo considera prestígio, *status* e poder. Portanto, ficaram discriminadas no gênero, na raça e na classe, vítimas do baixo salário e do trabalho precário e temporário.

Michele Perrot (1995) ressalta que, no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues, isto é, menos visíveis. Concentrando-se na memória sindical dos grupos, as mulheres estiveram pouco presentes, especificamente no caso de liderança, quando não ficavam excluídas do sindicato. Reina, (2014) assinala que a memória do operariado brasileiro tem sido ainda escrita mais do lado masculino.

2.2.5 Sindicalismo de viés corporativista e populista (1930-1964)

A primeira fase do governo Vargas, de 1930 a 1934, conforme Mattos (2009), caracterizou-se por mudanças estruturais fundamentais para o controle das relações entre operários e o patronato com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC (1931)³⁴, quando foi promulgada a maioria das leis trabalhistas. O Ministério teve como incumbência principal propor o novo modelo de sindicato oficial que, de forma surpreendente, vai se contrapor aos sindicatos autônomos existentes.

Ao assumir o poder, Vargas carregava o projeto da burguesia à frente, ao mesmo tempo que cedia a algumas pressões da classe operária. Todavia, não deixa de criar instrumentos para controlá-la. Nesse sentido, o primeiro grande passo dado por ele foi a criação do MTIC e, através dele, a elaboração do plano de controle da classe operária e do atrelamento sindical ao Estado (ROSSI; GERAB, 2009).

Ainda em 1931, Vargas lança o Decreto nº 19.770, que trata da Lei de Sindicalização, através da qual o Estado assume o controle sobre os sindicatos. Os sindicatos tornam-se, então, de entidade privada a organismo de direito público e deveriam ser “reconhecidos” pelo Estado a partir das seguintes medidas:

³⁴ Apelidado de “Ministério da Revolução”. Do MTIC saiu a maioria das leis trabalhistas, que em 1943 vieram compor a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

Estatuto-padrão (para todos os sindicatos); Controle de suas finanças pelo Ministério do Trabalho; Exigência de atestado ideológico para seus diretores; Proibição de propaganda e atividade político-partidária; Direito de intervenção do Estado; O sindicato passar a ser um órgão de colaboração com o Estado. (ROSSI; GERAB, 2009, p.33-34).

A criação desse Ministério e dos sindicatos oficiais legitimados pelo governo altera profundamente a relação entre capital e trabalho. Os sindicatos são oprimidos e obrigados à conciliação de classe, perdendo sua autonomia de negociar diretamente com a classe empresarial, como instituto de representação da classe dos/as trabalhadores/as, relação que passa a ser mediada pelo Estado. A finalidade dessas mudanças estava em estabelecer vínculos oficiais de controle da estrutura dos sindicatos, impondo a estes a política corporativista encetada pelo governo Vargas.

O modelo de sindicato burocrático e corporativista³⁵, concebido dentro dos poderes do governo e mantido em seu cerne, funcionaria como um órgão público, cuja atuação se dava através da interlocução com a base operária, sem intermediação de representantes de classe. Em síntese, o ministro Lindolfo Collor, como salienta Mattos (2009, p.63), ao se referir ao sindicato oficial, assim expressou como se daria o controle do Estado: “Os sindicatos ou associações de classe serão os para-choques dessas tendências antagônicas. Os salários mínimos, [...] as horas de trabalho serão de [...] prerrogativa [...] do Estado”.

Ressalte-se que, inicialmente, os sindicatos de base política autônoma não aceitaram a tutela do Estado, em contrapartida, o MTIC não emitia a “carta de concessão”, impossibilitando, assim, as categorias salariais de terem acesso aos direitos trabalhistas preconizados na lei. Desse modo, caberia às bases pressionar a direção dos sindicatos mais combativos para forçar a legalização da entidade. A adesão dos sindicatos não aconteceu de forma espontânea, mas de modo gradativo ao modelo impositivo, conforme ilustra o Quadro 1 na sequência, citado por Mattos (2009), a partir de estudo realizado por Sergio Costa (1986).

³⁵ Rossi e Gerab (2009) assinalam que, a partir de então, centenas de sindicatos oficiais são “criados” com a intenção de se levar a crer que a história do sindicalismo teria começado nessa época.

Quadro 1 – Número de sindicatos de empregados reconhecidos: 1931-1936

Ano	Sindicatos reconhecidos no ano
1931	32
1932	83
1933	141
1934	111
1935	73
1936	242
Total	682

Fonte: Costa (1986) apud Mattos (2009, p. 64).

O Quadro 1 ilustra a progressão do reconhecimento dos sindicatos através da carta de concessão, emitida pelo MTIC. Apesar de alguns autores, conforme mencionado, apoiarem-se na tese de que a maioria dos sindicatos não reagiu a essa imposição, a História revela que houve resistências e lutas. Como exemplo, pode-se citar o desacato a essa lei por parte dos comunistas, trotskistas e de alguns anarquistas, que denunciaram em seus jornais o caráter fascista, bem como as desvantagens e as armadilhas, que a suposta “unicidade sindical” trazia em seu bojo, tendo em vista a grave violação dessa lei no que se refere à essência do sindicato, qual seja, autonomia e representatividade.

Diante da perplexidade quanto ao autoritarismo então vigente, sindicatos autônomos, que não aceitaram o controle estatal, reagiram aos poucos e começaram a burlar os sindicatos oficiais, organizando, assim, as chamadas “comissões de negociação”, que faziam acordos diretamente com o patronato, à revelia do modelo imposto pelo governo.

É importante frisar que, em 1932, foram criadas as juntas de conciliação para atender às reclamações somente dos sindicalizados. Isso abalava a força da luta coletiva, estabelecendo a individualidade das reivindicações. Apesar dessa manobra, parte do sindicalismo resistiu até 1934, coexistindo os sindicatos oficiais e os livres. Nesse mesmo ano, Vargas concede férias aos trabalhadores da indústria que eram sindicalizados, golpeando ainda mais os sindicatos livres, que já se encontravam enfraquecidos. Entretanto, todo esse aparato ditatorial não foi suficiente para impedir a luta dos trabalhadores, de modo que, entre 1930 e 1932, houve centenas de greves na Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (ROSSI; GERAB, 2009).

Conforme visto antes, o sistema de relações trabalhistas, criado nesse governo, destacara-se pelo modelo corporativista de organização sindical³⁶ (ANTUNES, 1985; ROSSI; GERAB, 2009), pois adotava características próximas dos sindicatos de massa, mantendo, porém, o caráter burocrático e administrativo, cujas pautas e organização retiravam a autonomia sindical. Para atingir seu objetivo, segundo os autores citados, o governo emitiu o Decreto-lei nº 1402, de 1934, que, de forma compulsória, determinava o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho, fato este consumado anos depois, em 1943, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. É nítido o viés ideológico³⁷ na representação marginal veiculada pela imprensa brasileira com relação ao Partido Comunista, aos sindicatos e, também, à situação política das mulheres. Contudo, o movimento sindical buscou reproduzir suas matérias e editoriais no propósito de apresentar a sua versão dos acontecimentos, do pensamento dos filiados e suas possibilidades de “resistência” através dos jornais próprios e demais veículos da imprensa³⁸.

No desenrolar dos acontecimentos, percebe-se que talvez a maior contradição no Regime do Estado Novo tenha sido a conquista do direito de votar e de ser votada por parte das mulheres, concomitante à ação de repressão aos sindicatos e a qualquer tipo de manifestação de origem popular. Mais adiante, observa-se o sentido dado a essa pressuposição, em face da repressão oficial que a força de trabalho operária teve de encarar, especificamente a força de trabalho feminina, na defesa de suas reivindicações trabalhistas históricas, a saber: aumento salarial, melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho para 8 horas, equiparação salarial entre homens e mulheres, etc. Em resposta a suas reivindicações, o governo volta sua atenção para a questão da “proteção à maternidade”, reforçando, assim, o seu caráter conservador, ao conceber as

³⁶ *Carta Del Lavoro*, decretada por Mussolini em 1927, subordinando os sindicatos italianos ao Estado fascista (ANTUNES, 1985, p.28).

³⁷ Vide DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda criada pelo governo com objetivo de todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. (Cf. ABREU et al., 2001).

³⁸ A exemplo do *A Plebe*, São Paulo (1932-1935); *A Lanterna*, São Paulo (1932-1935); *A Tarde*, (1930) e *Diário de Notícias* (1930), Salvador.

mulheres como meras reprodutoras da vida social, deixando de atender a suas principais pautas trabalhistas (MATOS; BORELLI, 2012).

Diante da forte repressão imposta ao operariado no transcorrer do Estado Novo, esse segmento social teve um papel de resistência e de enfrentamento ao governo e aos empresários das indústrias, mantendo assim, nesse percurso, ainda que de forma não tão visível, o caráter de luta popular. A chamada Revolução de 1930, como salienta Araújo (2002, p.31), foi classificada como uma “revolução passiva” na fase inicial do processo de industrialização do Brasil, descrita como “[...] um processo conduzido por um Estado forte, que assumiu o papel de condutor do desenvolvimento e regulador da distribuição”. Fatos que acabam, de certa forma, por evidenciar a dimensão consensual, que teria permeado as relações entre o Estado e os/as trabalhadores/as no período. A autora em tela questiona se não houve por parte do Estado um controle exacerbado do sindicalismo, visto que uma parte significativa dos/as trabalhadores/as teve de aceitar o consenso de classe com base na proposta corporativista, que vigorou durante os 15 anos do Governo Vargas.

No Estado Novo, ainda em 1937, a ditadura Vargas, legislando sobre todos os setores da sociedade, restringiu a liberdade de organização de todos os sindicatos do País. Permanecia ainda, nesse período, a repressão do Estado em relação ao movimento operário, incidindo na destruição do espaço institucional dos sindicatos, prisão dos militantes, quebra-quebra de gráficas, prisão das mulheres.

Os estudos sobre o sindicalismo, anterior aos anos 80, pouco fazem vínculo com as empresas e as fábricas em relação à área de atuação dos sindicatos ou associações da época e os fatos sociais do passado. Contudo, ao se investigar a natureza dos serviços prestados por essas empresas, tais como a Companhia Linha Circular de Bondes, Luz e Força Elétrica de Salvador, deduz-se que os sindicatos já existiam muito antes do que apontam os estudos e registros históricos, tendo sido alguns criados como associações³⁹. Com o decorrer do tempo, tornaram-se sindicatos ou permaneceram como associação por estratégia política de grupos de poder partidários, pela conveniência de seus dirigentes e pelo fato de os arquivos dos sindicatos terem sido, na sua maioria, destruídos durante as diversas fases de repressão ocorridas amiúde nos diversos regimes autoritários brasileiros. Essas

³⁹ Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica.

questões são referências mencionadas nas pesquisas de autores como Consuelo Sampaio (1982) e Castellucci (2001).

Apesar das estratégias adotadas no chamado Estado Novo, certos avanços podem ser identificados. Por exemplo, algumas leis foram criadas com a finalidade de atenuar as condições de periculosidade e insalubridade no exercício ocupacional, a saber: seguro de acidente do trabalho, 15 dias de férias e a lei de sindicalização. Essas transformações ilustram a mudança nos sindicatos minoritários de militantes, transformados em um sindicalismo perdido no “burocratismo de massa”, nitidamente com o objetivo de fomentar a “colaboração de classes”, marcador da época do movimento sindical brasileiro. Então, a função do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) era a de um órgão de controle das relações de trabalho.

Nesse período, o Estado, via poder executivo e órgãos legislativos, inicia o processo de intervenção, posicionando-se como mediador oficial, garantidor dos direitos e do atendimento às reivindicações da classe operária e dos empregadores. É notório que essas medidas não agradaram aos interesses dos patrões e não deixaram de trazer desconfiças a parcelas da classe operária.

A promulgação da Constituição de 1934 veio incorporar uma série de medidas legislativas já efetivadas, muitas delas durante o governo provisório, em termos de assuntos trabalhistas, como: adesão sindical, jornada de trabalho, federalização do trabalho, carteira profissional, convenções coletivas do trabalho, regulamentação do trabalho de mulheres e menores, implantação dos Institutos de Previdência Social, entre outras questões. Essa mesma constituição altera em parte a legislação sindical, concedendo pluralidade e autonomia sindical, com o objetivo de enfraquecer o sindicalismo anarquista e comunista, porém mantendo a subordinação ministerial e proibindo a formação de organismos unitários. Apesar dessa proibição, os comunistas criam a Confederação Sindical Unitária Brasileira, durante a realização de um congresso no dia primeiro de maio de 1935.

Enfim, o cenário do sindicalismo dos anos 30 leva a algumas reflexões sobre as lutas da classe trabalhadora nesse passado recente. A análise dessa conjuntura socioeconômica e política, tomando a versão de Sampaio (1982) quando ela aponta certa oscilação no movimento operário brasileiro registrado nos estudos do período, mostra a trajetória de avanços e retrocessos a que esteve submetida a classe trabalhadora brasileira no decorrer desse processo histórico. Essa questão conjuntural de queda na frequência reativa do operariado, segundo Sampaio (1982),

já se tornara visível nos anos 20, sendo geradora de desmobilização e de insucesso, justificados como fruto da desorganização do movimento operário brasileiro após as últimas greves.

A divisão das forças políticas mais importantes no período – o comunismo e o anarquismo, cada um deles a buscar hegemonia no conjunto do sindicalismo – torna as divergências, no desenrolar das lutas políticas, mais acirradas no começo dos anos 30, acarretando certa fragilidade e perda de força das mobilizações operárias. As dissensões entre as três tendências – comunista, anarcossindicalista e socialista, esta última já descartada como representação – contribuíram para aprofundar a fragilidade do movimento sindical.

Em “Movimentos Sociais na Bahia, anos 1930: condições de vida do operariado”, Sampaio (1982) traz questões relevantes sobre a atuação sindical em 4 de outubro de 1930. A autora registra as greves ocorridas na Bahia, deflagradas pelos trabalhadores da Rede Ferroviária Leste Brasileiro e da Companhia Linha Circular e Energia Elétrica da Bahia, os quais inseriram, nas pautas de reivindicações, conteúdos semelhantes às propostas já negociadas nas greves de 1919. Isso demonstra o retrocesso a que estiveram submetidos/as os/as trabalhadores/as do movimento sindical brasileiro.

Em 1937, Vargas promove novo golpe militar e decreta o “Estado Novo”, promulgando uma nova Constituição, inaugurando um período de ditadura de caráter fascista que se manteria até 1945. Assim, legisla sobre todos os setores da sociedade, restringindo a liberdade de organização de todos os sindicatos do País. Permanecia ainda mais forte a repressão do Estado em relação ao movimento operário, incidindo na destruição do espaço institucional dos sindicatos, prisão dos militantes, quebra-quebra de gráficas, não excluindo a prisão de mulheres. Os sindicatos foram perseguidos, tiveram seus arquivos destruídos, contudo, nesse contexto, evidencia-se a participação daquela Associação que liderava essa categoria de trabalhadores, fundada em 1919, na Bahia, conforme Sampaio (1982).

Observando-se essas lutas e resistências, avanços e retrocessos na tentativa de desarticular a estrutura sindical de viés corporativista, na perspectiva teórica de Erickson (1979), defende-se aqui o ponto de vista de que o embrião do STIEHTEEB

⁴⁰remete a essa Associação, que se desenvolveu no início dos anos 20, sendo tal entidade vinculada às empresas⁴¹, que lhe conferem sentido e legitimidade.

As pautas de reivindicação também se constituem em fonte relevante para desnovelar as pistas das contribuições de mulheres operárias na luta de classes e nas relações de gênero na produção industrial da história contemporânea. A perspectiva foi aprofundar como o ingresso das mulheres está associado à estrutura capitalista, funcionalista, patriarcal e sexista, justificada numa representação participativa, sob controle da legislação trabalhista impetrada pelo Estado burguês, a partir da Segunda República brasileira.

A autonomia sindical, conquistada de 1932, seria destruída mediante decretos de 1939, que impõem o sindicato único por base de trabalhadores e proíbem sindicatos fora da estrutura social. Em 1940, surge o decreto sobre o salário mínimo, acompanhado da criação do imposto sindical, obrigando cada trabalhador a pagar, anualmente, e compulsoriamente, 8 (oito) horas de sua força de trabalho, tendo a contrapartida dos sindicatos, que são obrigados a assumir algumas responsabilidades inerentes ao Estado. Esse imposto reforça o atrelamento dos sindicatos ao governo, que centralizava e distribuía esses recursos, e o enquadramento sindical (ROSSI; GERAB, 2009).

Ao se tornar uma instituição meramente burocrática, o sindicato muda completamente seu papel político, sendo acrescentada a suas atribuições, por exemplo, a responsabilidade de prestar serviços na área da assistência social e médica às categorias profissionais, eximindo o Estado de investir em políticas sociais desse caráter, transferindo essa “conta” para a classe trabalhadora. Esse fato figura como o que se pode denominar de marcador central e formal do processo de implementação do corporativismo sindicalista brasileiro, qual seja: subordinar a estrutura sindical aos interesses do Estado capitalista burguês.

Após a adesão do Brasil ao Bloco dos Aliados, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo aprovou leis que permitiam a perseguição aos sindicatos e criminalizavam as greves, adotando medidas duras e radicais no sentido de impedir o fomento do movimento sindical. Nesse período, a jornada de trabalho foi ampliada

⁴⁰ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétricas do Estado da Bahia.

⁴¹ Como a Companhia Linha Circular e Energia Elétrica da Bahia.

de 8 (oito) horas para 10 (dez) horas, além de ter sido aprovado o trabalho noturno para crianças e mulheres, que fora proibido em 1937.

Na conjuntura posterior a 1942, mobilizações e greves esparsas começam a apontar, à revelia dos sindicatos burocráticos, que não aceitavam e negavam a legitimidade dessas comissões de negociação. Antes, nos anos 40, o PCB consegue a sua legalização. Ao contrário do esperado, o partido concorda com a política de colaboração de classes e, junto com a burguesia nacional, defende e legitima a frente para combater o imperialismo internacional, cujo propósito de início era aperfeiçoar a legislação trabalhista e reconduzir a reforma sindical. Contudo, isso estava longe de acontecer, como comprova a história no decorrer do tempo.

A história deixa evidente que o Estado Novo de Vargas, antes de ceder às demandas constitucionalistas, consegue concluir sua interferência na organização sindical dos trabalhadores no 1º de Maio de 1943, por exemplo, quando promulga a reunião de toda a legislação a respeito dessa organização, cobrindo lacunas através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que unifica todas as leis que beneficiam as/os trabalhadoras/es e determina a estrutura sindical brasileira de subordinação aos interesses do Estado capitalista (ROSSI; GERAB, 2009).

A CLT se aplicava apenas aos trabalhadores e às trabalhadoras urbanos/as, excluindo os/as rurais, que formavam um contingente de maior expressão numérica⁴². Apesar de o Brasil, até a década de 50, ter sido considerado um país predominantemente agrícola, os trabalhadores rurais foram proibidos, de 1939 a 1963, de se organizarem por meio de sindicatos. Essa atitude do governo se justificou para coibir a reforma agrária, reivindicação central dos trabalhadores rurais (RODRIGUES, J. A., 1968). O movimento de trabalhadores/as rurais, nessa fase, ainda estava se estruturando em Ligas Camponesas e, com organização política forte, rejeita a política corporativista, quando o Estado tenta implantar os chamados sindicatos oficiais no meio rural.

Em 1946, através de ação do Partido Comunista, foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, cuja duração foi breve. No começo da Guerra Fria, o presidente Eurico Gaspar Dutra cassa os direitos políticos dos representantes do PCB na Câmara e no Senado, fecha a CGTB e promove a

⁴² “Até 1930, o Brasil era predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, apenas 16,6% da população vivia em cidades de 20 mil habitantes ou mais (não houve censo em 1930), e 70% se ocupava em atividades agrícolas” (CARVALHO, J.M., 2008, p. 54). Em 1943, dados do IBGE mostram que mais de 60% da população residia no meio rural (IBGE, 1946).

intervenção em 134 sindicatos. De 1947 a 1950, o movimento operário sofreu dura repressão em suas bases ideológicas e de movimentação sindical, através da política opressiva do Estado brasileiro. O movimento grevista operário só voltaria a agir com veemência a partir dos anos 50, com a eleição democrática e direta de Vargas (ROSSI; GERAB, 2009).

Não obstante, o fim do primeiro período getulista ocorre concomitantemente ao fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. As insatisfações acumuladas dos trabalhadores fazem eclodir greves por todo o país, tornando a queda do líder populista uma questão de tempo. O pós-guerra vai expressar no Brasil um contexto de conflito do corporativismo sindical criado por Vargas, já que, ao tempo em que se lutava ao lado dos aliados na guerra, vivia-se numa ditadura. Com a vitória dos aliados, foram criadas as condições políticas internas e externas que levaram ao fim da ditadura getulista no mesmo ano de 1945. As insatisfações acumuladas das/os trabalhadoras/es ganham força através de centenas de greves, possibilitando, assim, a conquista de liberdades políticas (ROSSI; GERAB, 2009).

Segundo Rossi e Gerab (2009), o período que vai de 1945 a 1964 é marcado por fortes tensões políticas e sindicais, combinadas com a explosão da industrialização de pós-guerra, revelando também os efeitos da concepção e estrutura sindical, herança do getulismo.

A luta operária, nesses primeiros anos de redemocratização no Brasil, vai ter a influência determinante do PCB, que apresentava três frentes ideológicas diferentes: uma esfera antifascista, mais ideológica e obediente às orientações das Internacionais e do Partido; uma que acreditava nas mobilizações sociais dos trabalhadores através das greves, ou seja, a frente de massa; e, ainda, uma terceira, militância independente, ora a tender para o sindicato, ora seguindo as orientações ideológicas (NEGRO, 2004).

Em 1946, as greves se ampliam. Os sindicatos, sob a esfera de influência do PCB, criam a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), substituindo o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), criado em 1943. Nesse contexto, as possibilidades de ampliação do movimento sindical eram grandes e os comunistas precisavam de organismos capazes de somar grandes massas, inclusive os setores de trabalhadores e de outras influências políticas (ROSSI; GERAB, 2009).

No que se refere à categoria dos eletricitários da Bahia⁴³, com base no modelo corporativista, sob a força da lei, da tutela do Estado e do controle das empresas de distribuição e transmissão de energia hidro e termoelétrica, assim como os demais sindicatos brasileiros, era submissa ao fenômeno do “peleguismo”⁴⁴. Em outra tradução, era como se tivesse “apeado”, com dificuldades de ação, caminhando de forma contida, isto é, algemado, sem autonomia na condução da categoria eletricitária e de transporte coletivo.

A partir de 1948⁴⁵, o PCB constata que sua política de recuo, de puxar o “freio de mão” do operariado não estava dando certo e é obrigado a conduzir o movimento sindical aos solavancos, empurrado pelos trabalhadores, na tentativa de manter seus acordos com o governo e a classe patronal. É surpreendente, porém, como a elite rompe com os partidos quando enxerga riscos a seus propósitos e recua, impondo suas pretensões de classe. O endurecimento do regime termina logo com essa aliança, os partidos são cassados, obrigando o PCB a dar uma reviravolta na sua postura de passividade. A partir dessa situação, não lhe resta outra saída para sua sobrevivência senão fomentar a reorganização operária, enfatizando a deflagração de greves em alguns momentos (ROSSI; GERAB, 2009).

Em 1950, Vargas retorna ao poder, dessa vez, eleito presidente e recorre à política populista, que marcou seu período ditatorial, e à repressão sindical, apesar do anúncio de medidas populares. Em 1951, elevou, por exemplo, o salário mínimo a 100%, enquanto prendia e mandava para o exílio os filiados do PCB. Vargas adotou medidas que conduziram a um grande surto de desenvolvimento industrial, quando foram implantadas grandes indústrias, tais como a petrolífera, a química, a farmacêutica, a siderúrgica, a qual se expande, havendo o crescimento da metalurgia. Realizou uma política de cunho nacionalista e fortaleceu os sindicatos legais em busca de apoio ao seu nacionalismo (ROSSI; GERAB, 2009).

Em 1953, durante a greve dos têxteis, que se expande para outras categorias profissionais, foi criado um comando, que se transformou na Comissão Intersindical (CIS), formada por dirigentes sindicais, em sua maioria, comunistas. Nesse contexto, as direções que deveriam representar os interesses dos trabalhadores passam a controlar seus movimentos. É com esse instrumento que a ambiguidade se implanta

⁴³ O STIEHTEEB foi fechado em 1932 e ficou sem direção sindical, sendo reativado apenas em 1943.

⁴⁴ Informação retirada do endereço eletrônico do SINERGIA-BA: < <http://sinergiabahia.com.br/>>.

⁴⁵ Em 1947, a paz internacional sofreu um forte abalo com o surgimento da Guerra Fria.

no movimento sindical, mesmo sendo instrumento de luta de classes para se opor à exploração patronal, havendo setores que se aliam ao empresariado. A CIS evolui para a formação do Pacto de Unidade Intersindical (PUI).

Em meados dos anos 50, precisamente no dia 22 de dezembro de 1955, funda-se o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Com o objetivo de realizar estudos e pesquisas científicas, traz à tona o sonho antigo de alguns sindicalistas, isto é, a existência de um órgão que estivesse em prol das organizações sindicais, desde a época do Pacto da Unidade Intersindical – PUI. O DIEESE realiza estudos a partir da realidade socioeconômica da classe trabalhadora, com vistas a subsidiar as entidades de classe, sindicatos, centrais, federações e confederações.

Após 1955, é constituída uma nova aliança, mais estruturada, entre PCB e setores que compunham a ala mais radical do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Essa aliança foi possível através de novas práticas, da estruturação de sindicatos autônomos, de organizações intersindicais e da criação de núcleos na base. Essa aliança tinha como objetivo acabar com o imposto sindical, dando fim ao atrelamento ao governo, e aumentar a autonomia do sindicato com relação aos partidos. Esse discurso de renúncia ao imposto sindical atravessa o longo percurso do movimento sindical brasileiro. Hoje, com a reforma trabalhista imposta pelo governo Temer, atinge-se o propósito de extinguir e alterar a lei trabalhista de 1943, com a finalidade de restringir e enfraquecer a luta dos sindicatos.

Entretanto, o período apresentou o antagonismo político ideológico de Vargas e seu nacionalismo com o liberalismo conservador da UDN (União Democrática Nacional) de Carlos Lacerda. O líder da UDN engrossava o coro do empresariado, constrangido com a CLT e com as políticas trabalhistas supracitadas. Sem conseguir atender às demandas das classes operárias, e ao tempo em que desagradava aos conservadores do empresariado, o presidente Vargas passou a enfrentar forte movimento de greves em seu mandato. A principal dessas greves ocorreu de março a abril de 1953, que ficou conhecida como a greve dos 300 mil (IBRAHIM, 1986; NEGRO, 2004; MATTOS, 2009).

A conhecida greve de 1953 pode ser considerada como vitoriosa para a classe trabalhadora, já que os/as trabalhadores/as alcançaram sua principal reivindicação econômica, ou seja, o reajuste salarial de 32%. Além disso, essa greve dos 300 mil obteve um longo alcance durante todo processo mobilizatório, pois fomentou a

criação de vínculos de solidariedade no conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, além do forte apoio que conseguiu por parte da população. Ademais, outros segmentos de trabalhadores/as participaram indiretamente desse movimento de luta, como a classe dos médicos, por exemplo, que prestaram assistência gratuita aos grevistas feridos e machucados, em consequência dos conflitos violentos que tiveram ante as ações truculentas da polícia. Para exemplificar esse fato histórico de apoio de vários segmentos da população ao movimento grevista, na Mooca, bairro operário paulista, foi montada uma cozinha popular, onde refeições eram servidas aos grevistas.

Ainda nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil (PCB), imerso na clandestinidade, participou de maneira decisiva da organização do movimento grevista de 1953⁴⁶. Aqui, o processo grevista lançou novamente à luta operária o desafio de se organizar sindicalmente de maneira mais classista e combativa, criando associações independentes do controle do Estado, principalmente para a mobilização das massas. Desse contexto, a CIS passa a se organizar através do que foi denominado de Pacto de Unidade Intersindical (PUI), reunindo, assim, mais sindicatos e federações de âmbito estadual (MATTOS, 2009).

Na greve geral de 1954, segundo Negro (2004), houve boicote à deflagração por motivo de denúncia entre os próprios trabalhadores. Negro apresenta, na sua pesquisa, um trecho do relatório onde encontra registros da parceria empresarial-policial. Segundo o autor, a conspiração contra o movimento dos trabalhadores, mesmo após o falecimento de Vargas, permaneceu já sob o governo de Juscelino Kubitschek. Várias greves foram sabotadas entre 1956 e 1959, usando-se como discurso do enfrentamento a ameaça dos comunistas.

A partir de 1954, a luta operária passa também a repercutir na zona rural, onde o/a agricultor/a enfrentava dificuldades ainda maiores que os/as trabalhadores/as urbanos/as. A luta no campo desenvolve-se, organizada pelas Ligas Camponesas e com a sindicalização dos trabalhadores rurais (ANTUNES, 1985).

Os anos JK (1956-1961) trouxeram ainda mais aceleração industrial e, por isso, números positivos de crescimento econômico. Entretanto, o desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek proporcionou uma inflação galopante, fator que diminuiu o poder aquisitivo do operariado, dificultando sua sobrevivência. Nesse

⁴⁶ Nomes que atuaram na articulação desse movimento, como Pedro Poma, Iara Lavelberg e Carlos Marighella merecem ser destacados nessa luta de resistência.

período, o movimento operário se utilizava de organizações legais e ilegais, flexibilizando a estrutura sindical, tornando-a mais consistente e coesa. Um dos elementos marcantes desse período foi o atraso do pagamento de salários dos/as trabalhadores/as, justificado pelos gastos advindos da construção de Brasília, mas pouco apontado pelos estudiosos da historiografia.

De 15 a 25 de outubro de 1957, eclode a greve dos “400 mil”, a mais expressiva greve geral do período populista. O parque industrial contava com fábricas automobilísticas e seus operários engrossavam a massa de trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho. Entra em cena o “piquete” como instrumento de coalizão entre as categorias têxteis, metalúrgicos, gráficos, dos mestres e contramestres da indústria de fiação e tecelagem, trabalhadores em curtumes e papeleiros. Esse fenômeno explica-se pelo fato de as assembleias e os sindicatos decidirem de fora da fábrica os passos e as correntes ideológicas hegemônicas nas lutas operárias. Segundo Negro (2004), os sindicatos não possuíam raízes profundas. Assim, a ordem de paralisação das assembleias não era suficiente sem o piquete, pois a maioria dos operários não abandonaria o serviço. Diante disso, o autor conclui que o proletariado era desprovido de consciência de classe e de espírito sindical. As lideranças eram por demais partidárias, e a massa operária não ia muito além das reivindicações salariais.

Em reunião intersindical convocada pelo PUI, no dia 3 de outubro de 1957, os sindicatos paulistanos dos trabalhadores têxteis, metalúrgicos, gráficos, dos mestres e contramestres da indústria de fiação e tecelagem, trabalhadores em curtumes e papeleiros, entre outros, decidiram juntar forças e exigir um aumento salarial de 45%, além de medidas concretas de controle de preços e combate à carestia.

Ressalte-se que o contexto político da época, a democracia e o voto acabavam por favorecer as reivindicações dos/as grevistas. Desempenhando papel central na vida produtiva e nas questões eleitorais, os/as operários/as e os sindicatos foram cortejados por diferentes vertentes políticas.

O governador Jânio Quadros e o prefeito Adhemar de Barros, ambos com pretensões presidenciais, disputavam a simpatia do operariado e se posicionaram com diferentes formas de apoio à greve. Os dois eram moderados quanto ao envolvimento no sindicalismo. O presidente Juscelino Kubitschek, por sua vez, demonstrando apreensão quanto ao que poderia repercutir no que se refere ao seu apoio ao movimento grevista, mantinha, assim, um discurso ambíguo, indiferente às

questões mais relevantes e pautava sua administração na realização de obras, incluindo seu projeto mor, a construção de Brasília. Dessa forma, evitava ao máximo ser entendido como alguém que não era insensível à causa operária. João Goulart, seu vice-presidente, era um tanto quanto mais comprometido com a causa trabalhista, chegando a manifestar total apoio aos/às grevistas em 1957.

Em linhas gerais, o populismo caracterizou-se por adotar um estilo de governo que, por medo, demagogia ou razões ideológicas, não ousava ser diretamente contra qualquer manifestação operária, principalmente as movimentações expressivas como a greve de 1957. Essa greve iniciou-se na “The São Paulo Alpargatas”, uma empresa do ramo têxtil de capital inglês, que destilava uma série de ações no sentido de barrar greves e impedir as estratégias políticas e organização dos/as operários/as dentro de sua fábrica.

Dessa forma, usou como estratégia a infiltração de falsos operários, ou indicados, aliciando, assim, dedos-duros, para vigiar e controlar o processo de panfletagem e rodinhas. Ademais, com isso, acabavam também investigando a ficha sindical de funcionários/as e se aliando com políticos e policiais para combater a luta operária em seu todo. Registra-se que as diligências policiais, infiltradas na fábrica, identificaram 10 (dez) agentes de confiança dos chefes e líderes do movimento operário, sendo, desse total, 7 (sete) mulheres. Ou seja, as mulheres constituíam a maioria na árdua tarefa de promover a adesão do operariado à causa sindical diante das várias estratégias de controle do empresariado e do governo populista (NEGRO, 2004).

É possível extrair dessa realidade social flagrantes das desigualdades de gênero na constituição do movimento sindical. O maior equívoco desse episódio expressa-se na representatividade majoritária de mulheres no papel de convencer a fábrica a aderir ao sindicato, e isso não ser tratado com a dimensão que esse fato requer. Logo, a tradição historiográfica machista relega esses dados à margem e torna diminuta a presença das mulheres nas pesquisas e nos fatos históricos, mesmo quando as mulheres ocuparam o papel de protagonistas do movimento operário, sobretudo no convencimento do operariado fabril à adesão sindical.

Negro (2004) avança sua discussão para além da questão de gênero, ao afirmar que havia um caráter inter-racial, plurinacional e multiétnico na luta do movimento operário no âmbito das fábricas. O autor registra, a título de ilustração, a ofensa dirigida ao funcionário Philadelpho Braz, chamado de “tijolo mal queimado”,

pelo seu chefe, revelando muito bem o que estava por detrás desse tratamento dispensado a esse trabalhador em face de sua cor/raça. É notável, no caso, como o chefe branco refere-se ao migrante baiano negro ou mestiço, possivelmente ítalo-brasileiro.

A paralisação de 1957 revelou conexões complexas e dinâmicas entre as bases operárias, dirigentes sindicais e lideranças políticas. Todavia, não se exclui desse processo de confronto do operariado, o papel fundamental que o piquete ocupou como instrumento básico de adesão das categorias laborais. Não obstante o contexto, demarcaram-se as intrínsecas relações de gênero e raça, latentes no cotidiano do movimento operário e da produção fabril. Esse fenômeno constitui-se como vetor central de análise em diversas investigações científicas sobre a greve de 1957 (NEGRO, 2004).

Assembleias, passeatas e reuniões em fábricas e bairros eram convocadas, gerando um clima de crescente mobilização, que culminou com a deflagração do movimento em 15 de outubro de 1957. A greve, propriamente dita, atingiu grandes proporções, paralisando praticamente toda a capital e centenas de indústrias na região vizinha ao ABC, como também em várias cidades do interior de São Paulo de expressivo parque industrial.

Enormes piquetes, alguns compostos por milhares de operários, garantiam a eficiência do movimento, percorrendo os grandes corredores industriais da cidade e, na maioria dos eventos, convencendo os/as operários/as a aderirem à greve. Essa participação maciça ultrapassou em muito as mais otimistas previsões dos próprios operários do movimento. No dia 16, a paralisação cresceu, e o movimento ganhou ares de verdadeira rebelião popular, escapando em parte ao controle dos próprios dirigentes sindicais.

Não apenas os/as trabalhadores/as em greve ocuparam as ruas, mas também a população em geral, protestando contra suas condições de vida, algo próximo das reivindicações dos/as operários/as. Pode-se evidenciar que o sofrimento do/a trabalhador/a provocava um efeito cascata nas famílias, gerando caos econômico e social.

O ambiente relativamente pacífico do dia anterior foi substituído por cenas de violência, e muitas fábricas foram depredadas. Choques entre seguranças das empresas, policiais e manifestantes resultaram em mais de 50 feridos. O Jornal *O Estado de S. Paulo* registrou na época que “a ação dos piquetes da greve é cada

vez mais eficiente e em 90% dos casos, sua presença conduz à paralisação do serviço”. A própria instituição responsável pelo pronunciamento patronal (FIESP) não negou que grande parte das empresas estava impedida de trabalhar por causa dos piquetes. Antônio Chamorro, líder operário da Indústria têxtil, filiado ao Partido Comunista, proferiu em seu discurso de encerramento da greve de 1957: “os piquetes como a grande arma e instrumento de adesão operária”.

Desse modo, o conflito e o impasse nas negociações entre as classes de trabalhadores e empresários só seriam solucionados pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT. No dia 24 de outubro de 1957, o TRT decidiu dar 25% de reajuste salarial aos operários. Os trabalhadores decidiram, majoritariamente, pelo fim da greve. Boa parte deles comemorou o fim das manifestações em caminhada pelas ruas do centro da cidade.

Posteriormente, parte do contingente de trabalhadores/as ainda assistiu a paralisações grevistas contra demissões motivadas pela greve de 1957 e o não pagamento do reajuste acertado na justiça. Segundo Negro (2004), em janeiro de 1958, o Tribunal Superior do Trabalho voltaria atrás em sua decisão e acataria recurso jurídico dos empresários, reduzindo o reajuste salarial para 18%. Diante do quadro, pode-se analisar o caráter contraditório inerente ao processo de luta de classe, de tal modo que o judiciário elitista mostra sua verdadeira face, demonstrando seu compromisso com a categoria do empresariado ao julgar os embargos no dissídio, mudando decisões julgadas anteriormente. Esse modo de agir levou a classe trabalhadora a temer a via judicial, não confiando nesse setor, que passou a aplicar com frequência a lei em favor do mais forte, ou seja, do Estado e/ou do empresariado, quando não julgava a greve como ilegal.

No período compreendido entre 1950 e 1960, há uma expansão do movimento operário, as lutas no campo se desenvolvem com as Ligas Camponesas e com a sindicalização dos/as trabalhadores/as rurais. Aumentam os apelos populares pelas reformas de base, que têm na luta pela reforma agrária sua principal reivindicação (ROSSI; GEREB, 2009). Contudo, a expansão dessas lutas ganha maior teor depois de 1959, devido à queda de poder aquisitivo, à tentativa de desnacionalização da economia e à inflação galopante. Esse quadro cria terreno propício à mobilização.

Em 1961, firmou-se uma aliança entre PCB e PTB, que passa a assumir o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI. Essa

confederação deflagra uma greve geral pelo 13º salário, tendo sido vitoriosa, custando, por outro lado, a prisão de milhares de trabalhadores.

Em 1962, houve o Congresso Nacional dos Sindicatos, ocasião em que se criou o Comando Geral dos Trabalhadores, cujas principais bandeiras eram: democratização do poder, restrições e controle do capital estrangeiro, maior presença do Estado na economia e reforma agrária. Há uma forte coincidência entre essas demandas com as chamadas reformas de base que o governo João Goulart tentava implantar e incluíam as reformas bancárias, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária.

Ressalte-se que a reforma agrária figurava como a demanda mais importante no conjunto das reformas de base. Essa reforma, entre outras questões, almejava combater as grandes propriedades rurais, que sempre geraram (e geram) conflitos com os camponeses pobres, tendo, pois, como meta, uma melhor distribuição de terras para os milhões de trabalhadores no campo (ROSSI; GERAB, 2009).

Nesse contexto, é válido frisar que em 1963, na Cidade de São Paulo, pelo menos 78 sindicatos se unem para enfrentar – pela primeira vez na história – a Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP. Dessa forma, 700 mil grevistas tomam as ruas da cidade em grandes piquetes. A repressão foi violenta, porém não impediu a vitória dos trabalhadores, que, na ocasião, conquistaram um reajuste salarial de 80% (ROSSI; GERAB, 2009).

Sem lugar a dúvidas, as reformas de base não agradavam nem um pouco aos interesses dos diversos setores das elites políticas e econômicas, incluindo nesse conjunto os setores financeiro, imobiliário e rural, entre outros. Ademais, a perspectiva das reformas fiscal e administrativa colocava em risco privilégios e facilidades que os grandes donos do capital estavam acostumados a usufruir tradicionalmente.

Todavia, os setores ligados aos capitais estrangeiros eram os mais ameaçados de todos, visto que, com as reformas, eles seriam mantidos sob controle do Estado brasileiro, quando não retirados dos serviços, cujo funcionamento fosse essencial para o desenrolar da economia do País. Os receios dos mais diferentes setores do capitalismo eram ainda maiores quando eles começaram a perceber que boa parte da população vinha aderindo à proposta, participando do movimento e apoiando as reformas de base.

Todo esse cenário de mobilizações e lutas populares atingia os interesses expansionistas do capitalismo multinacional, particularmente dos Estados Unidos. Valendo-se das profundas divergências existentes dentro do movimento sindical, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) adota uma política de apoio aos pelegos mais reacionários, agrupados no Movimento Sindical Democrático – MSD, através do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre – IADESIL (ROSSI; GERAB, 2009).

No Brasil, em particular, a CIA lança como instrumentos para manobrar os sindicatos o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBADE e o Instituto Cultural de Trabalho – ICT, os quais ofereceram treinamento a mais de 30 mil ativistas sindicais brasileiros, no Brasil e nos Estados Unidos. Esses ativistas seriam os futuros interventores⁴⁷ nos sindicatos com o advento do golpe militar de 1964.

Em resumo, na concepção de Leôncio Rodrigues (2009), o sindicato no Brasil pode ser descrito de acordo com as responsabilidades que lhe são imputadas pela CLT: como entidade de assistência médica e dentária; assistência jurídica; como instrumento de reivindicações das/os trabalhadoras/es por melhores condições salariais; e como mecanismo de luta em prol das necessidades de ordem social, econômica e profissional das/os trabalhadoras/es.

Como vimos, o fato é que o sindicalismo brasileiro, devido a sua ambiguidade política, sem raízes profundas nas fábricas e com forte intervenção estatal, não tivera forças sequer para realizar uma greve de resistência a esse ataque à democracia. Dessa forma, centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção, e inúmeros dirigentes presos ou foragidos. Inicia-se, então, um novo capítulo na história do sindicalismo com o golpe militar de 31 de março de 1964, que será abordado no item a seguir.

2.2.6 O sindicalismo no contexto da ditadura militar e da transição democrática

Com o golpe de 1964, finda-se o período do sindicalismo populista, desenvolvido por Getúlio Vargas. Assinale-se, porém, que o regime militar mantém intacta a estrutura sindical, tomando medidas para aprofundar seu caráter

⁴⁷ Entre eles, vale citar os seguintes: Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, Clemiltres Guedes e Orlando Malvesi, interventores dos principais sindicatos metalúrgicos da Grande São Paulo.

assistencialista, dependente do Estado e da colaboração de classes. Isso pode ser ilustrado através dos seguintes fatos, conforme Rossi e Gerab (2009, p. 46):

1. Os novos dirigentes sindicais são indicados pelo regime militar como interventores;
2. As eleições seriam permitidas, mas os candidatos ao cargo de dirigente sindical deveriam ter o aval do Ministério do Trabalho;
3. Lei nº 4.330 que reforça a proibição às greves;
4. Criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com o objetivo de acabar com a estabilidade após 10 anos de serviço e acumular capital das indenizações nas mãos do Estado;
5. O assistencialismo acentua-se com a criação de ambulatórios médicos nos sindicatos, “cooperativas” de consumo, cooperativas para a construção da casa própria;
6. As “assembleias” estavam povoadas de agentes policiais à paisana, porém armados. Quem contestasse essa política era entregue a repressão. A tônica da autocracia burguesa era prisão, torturas e mortes;
7. A Lei nº 4.725 permite ao governo lançar os famosos decretos de arrocho salarial bancados pelo peleguismo.

Por trás de todas essas pressões político-econômicas e da repressão, manter a classe operária sob controle, impedindo suas manifestações, era uma das muitas exigências das multinacionais, que acabaram de se instalar no País.

Como já assinalado acima, os instrumentos para manusear os sindicatos pelo regime militar já estavam dados pela própria CLT, que delegava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Tão logo consolidado o golpe, o regime militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava, de modo que o impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, sendo necessária mais de uma década para a retomada efetiva das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas. Todavia, entre o golpe e o surgimento do “novo sindicalismo”, os sindicatos não deixaram de vivenciar conflitos, nem os trabalhadores de criar formas de resistências à exploração e à ditadura (SANTANA, 2008; MATTOS, 2009, ROSSI; GERAB, 2009).

Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e pelas perseguições aos militantes mais conhecidos do período

anterior. Diante desse contexto, não foi à toa que trabalhadores e militantes que se debruçavam sobre o impacto do golpe chegaram às seguintes conclusões:

- O golpe já era vitorioso;
- Os sindicatos não tinham força para resistir, bem como toda a esquerda;
- Os militares iriam destruir o que restava do sindicalismo combativo, impondo novas regras;
- O golpe viria para ficar.

Diante de tudo isso, as/os trabalhadoras/es concluem que teria chegado o momento histórico de iniciar e desenvolver um processo de organização das fábricas para romper com a estrutura sindical. Tinha-se em mente que seria um processo longo e que exigia determinação e perseverança. Essa discussão aconteceu em São Paulo, porém contou com a presença de operários das cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Seus integrantes eram ativistas dos movimentos da Ação Católica, Juventude Operária Católica – JOC e Ação Católica Operária – ACO (ROSSI; GERAB, 2009).

A discussão acima, levada para o meio sindical, passa a ser encampada por todos que se opunham ao golpe militar. Todavia, existiam diferentes visões, sendo as principais: ativistas do PCB defendiam a organização de todos os sindicalistas, visando derrubar os pelegos; outros, pertencentes aos demais movimentos de esquerda, acreditavam no trabalho político, com o objetivo de derrubar a ditadura em 2 ou 3 anos. Ainda havia os que apontavam para um trabalho de base, de médio e longo prazo, objetivando a organização de classe, a derrubada da estrutura sindical e o combate à ditadura. Desse movimento, passam a surgir as oposições sindicais, que combatem, simultaneamente, o peleguismo, a estrutura sindical e a ditadura militar (ARAÚJO; FERREIRA, 1998; COSTA, A. A., 2004; ROSSI; GERAB, 2009).

Nesse cenário de pressão dos militares, em fins de 1968, a ditadura passou por um processo de endurecimento ainda maior, com a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), que fechou temporariamente o Congresso Nacional, cassou mandatos, instituiu a censura prévia à imprensa e cassou direitos civis. Com o AI-5 e o endurecimento do regime militar nos anos seguintes, os governos ditatoriais passariam a dispensar aos sindicatos não só o rigor da repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação sindical (MATTOS, 2009).

Com esse ato, inaugurou-se a fase mais violenta da repressão às oposições ao regime militar e, em especial, aos grupos políticos de esquerda que optaram pelo caminho político da luta armada. No plano econômico, os primeiros anos foram marcados pelos altos índices de crescimento econômico, caracterizando o que a ditadura alcunhara de “milagre econômico” (MATTOS, 2009).

As bases de tal “milagre” encontram assento na recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, gerando maior concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos (de capital estrangeiro, em especial) e do sistema financeiro; e sobre a retomada dos investimentos públicos em grandes obras indutoras de atividades econômicas. Além disso, o “milagre” tinha outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevaram em muito a lucratividade do capital.

3 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

3.1 QUESTÕES PRELIMINARES

Esta tese, como já descrito na Introdução, apresenta como objeto central – traçar e discutir as trajetórias e experiências de militantes sindicais, constituídas nas intersecções entre gênero e sindicalismo, numa perspectiva feminista, tendo em vista a realidade do SINERGIA⁴⁸ em Salvador, no Estado da Bahia.

Entende-se como trajetórias, neste desenho, o percurso trilhado por homens e mulheres, num determinado tempo e contexto histórico – 1970 a 1990 –, quer seja individual ou coletivo, para assumir uma posição na estrutura do SINERGIA-BA, a fim de cumprir um papel e uma ocupação de características voluntaristas, sem onerosidade, eventual e de impessoalidade como militante no espaço sindical. Assim, almeja-se traçar o perfil de homens e mulheres de acordo a diversidade das trajetórias e experiências como dirigentes sindicais, delegadas/os sindicais e militantes de base, em decorrência das formas de adesão sindical.

A delimitação do espaço temporal no início deste estudo correspondia ao espaço e fatos dos anos 80 e 90, contudo acatei a sugestão da Banca de Qualificação de retroceder à década de 70, tendo em vista os acontecimentos de ordem conjuntural como: o acesso de mulheres ao mercado de trabalho no Brasil e na Bahia na metade dos anos 70⁴⁹; a organização dos movimentos autônomos de viés feminista na “década da mulher” da ONU; a transição para a democratização da sociedade brasileira; o surgimento do movimento sindical renovado e uma certa aproximação entre o sindicalismo e a emergência do movimento de mulheres. Portanto, justifica-se este estudo também pela necessidade de discutir a instabilidade das relações entre feminismo e sindicalismo, a ser examinada na

⁴⁸ SINERGIA-BA – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétrica do Estado da Bahia.

⁴⁹ De acordo com os dados do IBGE/PNAD (1990), em 1970, a força de trabalho feminina equivalia a 18% do total da população feminina de dez anos ou mais de idade. Em 1978, essa porcentagem subiu para 35,5%. Já em 1980, as mulheres representavam 20,9% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. E, em 1990, este índice saltou para 35,5%, correspondendo, em termos absolutos, a 22 milhões de mulheres trabalhadoras.

história de vida dessas mulheres em referência às desigualdades de gênero nas relações de trabalho⁵⁰.

Na intenção de realizar uma pesquisa de viés qualitativo, considerei relevante, para o estudo das relações sociais no campo do gênero e do sindicalismo, as reflexões de Flick (2009) por considerá-las mais próximas das multidimensões da vida social, espelho de uma sociedade oriunda do colonialismo e que ainda permanece com estruturas do racismo pós-colonial. Esse autor, quanto ao aspecto do desenho da pesquisa, recomenda efetuar comparações em contrastes e conexões das narrativas. Flick (2009) orienta quanto ao aspecto do desenho da pesquisa qualitativa, enfocada nas experiências bibliográficas por permitir estudar contextos e tópicos mais amplos, interpretando os dados em análise narrativas e se fazendo combinações em contrastes e conexões. Flick aproxima-se nesta linha de pensamento de Sartori (1991) quando este arvora o porquê da elucidação como comparação, o que está sendo comparado e de que forma se daria essa comparação.

Ademais, tencionava responder:

1. Qual a relevância em se estudar essas trajetórias e experiências de militantes sindicais no SINERGIA-BA?
2. Como o masculino e o feminino ocupam esse espaço?
3. Quais aspectos e dimensões da vida social estão imbricados nas trajetórias de mulheres e homens na esfera da militância no SINERGIA-BA?
4. Quais implicações este estudo pode suscitar para o feminismo nas intersecções das relações de gênero, raça/etnia e classe social, em contextos socioculturais de tradição da hegemonia masculina, como o Brasil?

⁵⁰ Segundo Bruschini (2007), o IBGE⁵⁰ sequer registrava o trabalho das mulheres como donas de casa, nos anos 1970 a 1980, vistas como inativas. As desigualdades de gênero ficam evidentes nas pesquisas (BRUSCHINI, 2007) quando os dados são desagregados por sexo. Na população total, o número de horas dedicadas ao serviço doméstico foi de 21,9 horas, sendo o das mulheres cerca de 27 horas e o dos homens, pouco mais de 10 horas (PNADs de 1992).

Para isso, busquei trazer à cena da pesquisa aqueles/as trabalhadores/as que estiveram presentes no exercício da militância sindical tais como: dirigentes sindicais, delegadas/os sindicais e militantes de base.

Outras instâncias, como fóruns, plenárias, congressos também garantem a legitimação para assumir uma “posição”, conferindo representatividade à designação de militantes formais como participantes de congressos e assembleias ordinárias e extraordinárias da categoria profissional, além de militantes eleitos ou indicados nos seus locais de trabalho. Esses participantes como militantes estavam inseridos nos espaços institucionais de atuação como Sindicatos, Centrais, Federação, Confederação, Partidos Políticos, FAELBA, FACHESF, DIEESE, Comissões Paritárias e Ongs.

Como também já assinalado na Introdução deste estudo, a questão central a ser delineada e tratada nesta tese se propõe a responder: Ser homem ou ser mulher pode definir uma posição diferenciada na trajetória e na experiência de militantes no contexto do SINERGIA-BA em Salvador, e como o masculino e o feminino ocupam esse espaço?

No caso específico, situei essas interrogações como *locus* na retomada do militantismo do SINERGIA-BA cujo período coincidiria com a volta dos partidos de esquerda para a legalidade, a transição da ditadura militar para o governo democrático, culminando no processo de redemocratização do País, ao mesmo tempo em que emergia o sindicalismo dito renovado e o feminismo também no âmbito sindical. O sindicalismo chamado de renovado teve maior visibilidade como fenômeno social a partir do ABC paulista; o segundo, o feminismo emergente, contemplou as mulheres trabalhadoras mais em relação à crítica referente à divisão sexual do trabalho e à concepção de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2002). No caso brasileiro, a representação das mulheres no meio sindical foi mais evidente no espaço da CUT, por estar mais vinculada à militância do PT. Isso não quer dizer, porém, que não existiam outras militantes de outros partidos, como o PC do B, por exemplo. Era mais comum militantes de base sem filiação partidária, como se verá na análise e interpretação dos dados relativos à sua trajetória e experiência.

O movimento sindical renovado não se restringiu somente a São Paulo, estendendo-se, também, a outros Estados como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, quando novos e velhos personagens entram na cena política sindical e nos movimentos sociais ou a estes retornam (SADER, 1988),

reproduzindo um clima de renovação em parcelas da sociedade brasileira. No Nordeste, coube ao SINERGIA–BA e ao Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco – SINDURB-PE o protagonismo da resistência e do enfrentamento ao governo militar na área de segurança nacional da CHESF, não ficando restrito, portanto, apenas à Bahia. Ressalta-se essa nova relação das questões relativas à classe social, ao gênero e à raça/etnia, pois o SINDURB-PE incluiu, no seu atual estatuto de 2010, itens que contemplam os avanços nas relações sociais, indo mais além que o SINERGIA-BA, ao acrescentar a especificidade das diferenças em relação à força de trabalho da mulher trabalhadora.

Ao serem adotados, nesta tese, procedimentos, instrumentos e ferramentas metodológicos visando as intersecções de gênero e sindicalismo, coextensivas aos intercruzamentos das categorias de análise de gênero, raça/etnia e classe, foi essencial a escolha da metodologia qualitativa para possibilitar a identificação e o redesenho possíveis das diferenças e semelhanças na trajetória e na experiência da militância sindical de homens e mulheres.

Uma escolha metodológica embasada na Teoria do Ponto-de-vista (HARDING, 1987), numa abordagem das interseccionalidades/consustancialidades, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, aponta o caminho a ser trilhado desde a entrada no campo, para o levantamento das fontes documentais e coleta dos dados, até à leitura interpretativa das narrativas de trajetórias e experiências das/os entrevistadas/os.

Para isso, busquei articular a triangulação entre as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social como o modo de lidar com a complexidade das identidades políticas e desigualdades sociais, conforme Collins (1989), Crenshaw (1989, 2002), Hirata e Kergoat (2002) e Kergoat (2009, 2016). Para lidar com essa abordagem metodológica, encontrei em Bilge (2009) reflexões orientadoras relevantes:

A interseccionalidade reenvia a uma teoria transdisciplinar com vistas a apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por uma *aproximação integrada*. Ela refuta a divisão e a hierarquização de áreas principais de diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual. (BILGE, 2009, p.70).⁵¹

⁵¹ “L’intersectionnalité renvoie à une théorie transdisciplinaire visant à appréhender la complexité des identités et des inégalités sociales par une *approche intégrée*. Elle réfute le cloisonnement et la

De um modo geral, o feminino como atriz é oculto mesmo que a sua posição não seja de menor relevância hierárquica. A mulher sempre interpretava um papel secundário no sindicato, isto é, como coadjuvante no palco da cena política do movimento sindical, o que se constituiu no eixo crucial examinado na dinâmica das experiências narradas por militantes do SINERGIA-BA. Ou seja, supõe-se que mulheres dirigentes sindicais, delegadas sindicais e militantes de base, nas multipluralidades das posições ocupadas enquanto sujeitos na trama das interseccionalidades/consustancialidades – gênero, raça/etnia e classe –, podem apresentar proeminentes diferenças em relação ao papel hegemônico do masculino, no que concerne às trajetórias e experiências sindicais.

A presença da mulher militante no espaço sindical não se dá apenas pelo não acesso à posição política de poder, pois essa mulher poderá vir até a ocupar postos de dirigente na diretoria executiva, mas sua experiência como dirigente pode desintegrar-se no *apagamento da própria história do sujeito*, na sua atuação nas instituições públicas, entre as pessoas e a partir dos interesses de um projeto político dominante no seio da própria classe trabalhadora.

Por isso, um dos pontos discutidos nesta tese é examinar a identidade dos sujeitos participantes como testemunhas da história sindical, na luta pelo não apagamento de suas identidades como sujeitos detentores de uma narrativa histórica. Desse modo, analisando as construções de Meihy (2005) através das entrevistas, a história oral traduz a percepção de um passado que implica a atualidade dos acontecimentos, significando que o processo histórico não está acabado.

Assim, é possível fazer uso de dados quantitativos, mas, de acordo com Miés (1998), a pesquisa quantitativa ignora as vozes femininas e suas questões em geral, buscando justificativas no princípio da neutralidade, o que por si só implica desigualdades, a exemplo da não equivalência salarial entre homens e mulheres. As reflexões críticas de Harding (1986, p.37), por sua vez, são instigantes em relação à ciência, quando faz afirmações consistentes ao assegurar que “os fatos não podem ser separados de seus significados”.

Na apresentação do seu trabalho *Introduction: Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic and Scientific Debate*, Harding (2004) elucida o significado do *Standpoint*: não é apenas uma teoria explicativa que critica as ciências e as estruturas que a constroem, mas se configura como uma importante metodologia de pesquisa, reveladora e política. A epistemologia é considerada por Harding como teoria do conhecimento, fortalecendo e transformando os horizontes convencionais das teorias das ciências sociais. O *Standpoint* seria, então, uma estratégia política de pesquisa, recebendo críticas contudo como se fosse uma metodologia de cunho “prescritivo” por ousar romper paradigmas das ciências. Desse modo, essa teoria confere recursos significativos para pensar, em outra perspectiva o movimento sindical, levando em conta a participação política das/os militantes sindicais e ajudando a partilhar a oposição e a consciência nos grupos oprimidos. Vai mais além, quando considera e visibiliza “povos/oprimidos” como sujeitos coletivos da pesquisa, pinçando esses sujeitos da mera posição de “objetos” de observação e de gestão.

Por isso não se pode separar o lugar de fala de homens e mulheres que tiveram na sua experiência a passagem pela colonização, e a voz da mulher negra nesta perspectiva interseccional comprova os eixos de opressão incidentes na trajetória e na experiência como militantes sindicais apontados por Harding (1986), em relação ao institucional, simbólico e individual, e aprofundados nos estudos de Collins (1989). A abordagem interseccional, conforme Collins (1991), deve levar em consideração quatro esferas de poder: estrutural (leis, instituições), disciplinar (gestão administrativa e burocrática), hegemônico (naturalização cultural, relações ideológicas de dominação) e interpessoal (interações diárias informadas por várias hierarquias).

Desse modo, compreendo que é a experiência intersubjetiva apreendida que possibilita aos sujeitos da pesquisa perceberem o conhecimento sobre si mesmos e em relação aos demais atores e atrizes. Para isso, é necessário investigar o sindicalismo à luz de gênero de baixo para cima, isto é, a partir das relações no interior da militância de base, para compreender as subjetividades simbólicas das instâncias de poder sindical.

A participação das mulheres no movimento sindical, tida como “minoría” no universo privilegiado do masculino, seria um desses exemplos, pois essa nova visão de retorno às coisas simples (CRESWEL, 2007) permitiria emergir fatos concretos e

subjetivos que dificultaram os estudos sobre a inserção política de mulheres, numa perspectiva de gênero até então oculta, pois o significado da participação não se explica apenas na densidade numérica, mas na ação coletiva, na individual e na capacidade de resistência. Desse modo, a participação de mulheres como militantes não se constitui e não se mede pelo fator frequência numérica, ao contrário, poderá, num ambiente masculino, exprimir *diferenças* subjetivas e abstrativas até então não levadas em consideração. E, nesse aspecto, o sindicalismo se dobra ao dualismo de gênero justificador da organização das atividades sociais por sexo, princípio que, ao longo da história, determinou a divisão sexual do trabalho de modo privilegiado aos homens.

Na visão de Maria Miés (1998), ao discutir a metodologia das abordagens feministas, a introdução da categoria experiência ou o “fator subjetivo” corresponde ao lema “o pessoal é político”. Nessa perspectiva, Miés (1998) considera significativa, como ponto de partida, a vida real, a experiência pessoal de uma mulher, para analisar as dimensões subjetivas e suas implicações sociais, assim como divergências e convergências. Concordo com o pensamento de Miés e o incorporo a este estudo quando essa autora alerta que o desafio de partir da experiência pessoal de uma mulher surge da sua realidade de vida, de sua história, de sua luta, de seus sonhos, construindo suas trajetórias sociais. Em consequência, a pesquisa qualitativa foi confundida, de acordo com Flick (2009), como pesquisa feminista, discutindo-se até se haveria um modo específico de metodologia de pesquisa feminista. Na realidade, a pesquisa qualitativa, conforme explica o teórico:

[...] é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida [...] e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. (FLICK, 2009, p.20).

Embora o objetivo deste capítulo seja apontar as escolhas teórico-metodológicas de um estudo de caráter qualitativo, impossível omitir o olhar político das minhas próprias escolhas em relação a esses procedimentos metodológicos e de determinados quadros de referenciais teóricos de abordagem, delineamento, análise e interpretação da realidade social no discorrer das trajetórias de gênero e das narrativas das experiências na militância sindical. A mesma lógica que utilizei no

exame das entrevistas poderá ser usada para os textos dos autores e autoras, como um quadro que permite uma leitura vertical e uma leitura horizontal.

De forma explícita, introduzo a minha posição de militante e pesquisadora no diálogo com as/os participantes e, ao expor o “Ponto-de-vista” concernente a essa problemática das relações de poder de gênero, me situo como sujeito que traz as marcas de inserção sócio-histórica no contexto que me propus a investigar – as relações de gênero nas intersecções de raça/etnia, classe social no espaço do SINERGIA-BA.

De forma menos acentuada, lido também com a categoria de análise gerações, pois não posso ignorá-la e descartar a presença de participantes de múltiplas gerações, apesar de não ter tido possibilidade de fazer esse recorte mais profundamente como pretendido no projeto de tese. Contudo, o viés geracional presente na trajetória sindical de homens e mulheres assinala que várias gerações foram portadoras de conflitos e também de êxitos, relevantes no agir da militância na esfera do SINERGIA-BA. Quanto a esse aspecto, na construção dos perfis biográficos (APÊNDICE C) das/os entrevistadas/os, foram contempladas várias faixas etárias, que indicam, de forma objetiva e subjetiva, a experiência e os vínculos das relações geracionais presentes naquele todo.

Essa questão da idade/geração tem sido assinalada nas pesquisas da socióloga feminista Britto da Motta (2001), ao chamar a atenção do movimento feminista e dos estudos feministas em relação a essas categorias fundantes da vida social, que atravessam as trajetórias de gênero, contudo permanecem sem receber o tratamento merecido, vez que todas e todos passam ou irão passar por essa fase da vida. Para essa autora, ignorá-las como dimensões coextensivas de gênero, raça/etnia e classe significa colocá-las, sem exagero, no mesmo patamar de outros “ismos”, descer ao vácuo do sexismo, racismo.

Além disso, gerações de afrodescendentes foram pouco consideradas pelos estudiosos de gênero, por isso, apesar de não estudar essa categoria com a devida profundidade, busco incluí-la no Capítulo 5 como uma das trilhas do meu estudo, numa perspectiva apontada por Mannheim (1993, p. 4) de que somos “o contemporâneo do contemporâneo”, rememorando um tempo social diferente para cada um. Assim sendo, partilha-se um mesmo tempo social, na relatividade de um passado, construindo a expressão do presente. O tempo das/os militantes sindicais, no seu diálogo comigo, conforme Mannheim (1993), era o tempo deles/as,

certamente diferente para mim, pois viviam distintas idades, na diversidade dos projetos pessoais e políticos, porém na mesma contemporaneidade. Alda Motta (1998) comunga essa ideia ao afirmar que os tempos sociais são diferentes também na sua cronologia.

Ao escrever sobre o tema “gênero e sindicalismo” como foco deste estudo, sujeito às identidades sociais e políticas, almejei ultrapassar redefinições das concepções tradicionais do que é relevante historicamente, na perspectiva de introduzir as trajetórias e as experiências sindicais, por si sós subjetivas, nas narrativas de homens e mulheres, atinentes à militância dentro e fora do exercício sindical no SINERGIA-BA. Nem tudo ocorre, porém, como fato social restrito ao espaço interno institucional, pois não pretendo repassar a ideia de que as trajetórias e as experiências estavam restritas ao espaço sindical.

A título de ilustração, optei por ampliar o meu olhar sobre o conhecimento e a experiência deste campo – gênero e sindicalismo –, captado através de algumas falas de militantes da União Europeia, a exemplo da CFDT e da CGT na França, da UGT em Portugal, da CGIL na Itália e dos Sindicatos de Transportes e de Cerâmica na Alemanha, visando acrescentar a este estudo a conjuntura sindical observada fora do Brasil.

Em outros termos, chama-se de trajetórias sociais o significado dado por cada “sujeito social” ao deslocamento operado no seu transcurso de vida, como uma passagem de um processo a outro que este sujeito segue, interrompe e recomeça nos diversos cursos da vida social. Como procedimento teórico, defini as subcategorias de trajetórias como pessoal, profissional e sindical, como forma de espelhar o caminho trilhado pelos/as militantes sindicais.

O uso da categoria de análise experiência retrata a diversidade e a multiplicidade da prática de militantes e se explica pelo fato de essa categoria exigir a interpretação dada pelo sujeito (participante) e pela pesquisadora. Sobre esse aspecto, Scott (1999, p.27) reforça a minha escolha: “a experiência é sempre uma interpretação e, ao mesmo tempo, precisa de interpretação”.

Esse modo de trazer a experiência de militantes sindicais por meio das narrativas oriundas de suas reminiscências constitui, por assim dizer, um filtro da realidade social daí emergente, como interpretação reproduzida sob a forma de uma categoria de análise – experiência – que conduz a uma possível síntese.

As categorias trajetória e experiência são da ordem da orientação teórica, como categorias empíricas extraídas das narrativas e da conversação com a pesquisadora e norteiam a análise e a interpretação dos dados. Considero impossível separar trajetórias de vida e análise das experiências, pois ambas ocorrem ao mesmo tempo, podendo até existir certo afastamento das/os entrevistadas/os da cena relatada, contudo não a sua separação, conforme seguiu, metodologicamente, Macêdo (1999. 2008) nos seus estudos sobre trajetórias de mulheres chefes de famílias.

Na análise da categoria experiência, tomada para explicar a posição e a relação dos sujeitos militantes sindicais aqui incluídos, adotei a perspectiva de Thompson (1987) por considerá-la mais apropriada para analisar a prática não afastada da cultura e das tradições, construída pela militância presente no movimento sindical do SINERGIA-BA. Justifica-se a adoção dessa concepção teórico-metodológica para retratar a experiência desses/as militantes, pelo tipo de ação por eles/as desenvolvido no contexto político, social e cultural do SINERGIA-BA na época analisada, pois essa prática se fazia mais centrada no cotidiano do sindicato.

Apesar das reflexões críticas dirigidas por Joan Scott (1999) à obra de Edward Thompson (1987), quando a autora analisa a experiência de forma aprofundada, trazendo diversas concepções de estudiosos sobre essa categoria, sua visão de fato enriqueceu minha compreensão e serviu para dar segurança a minhas escolhas metodológicas. Aliás, a partir de Scott (1998,1999) e de outras leituras, conforme indicado no Capítulo 1, a exemplo de Varikas (1994) e Macedo (2008), tive a certeza de permanecer na linha adotada por Thompson – consciência de classe. Ao mesmo tempo, não descarto a atenção, o cuidado apontado por Scott (1999), principalmente para não repetir a lacuna deixada por Thompson (1987) de não ter abordado a experiência das mulheres na sua obra *A formação da classe operária inglesa*, publicada em 1963.

O argumento de Thompson (1981), ao introduzir o termo cultura em junção com “experiência”, é que as pessoas não vivem sua própria experiência apenas como construção de pensamentos, ideias, mas também como elemento constitutivo do ser operário. A seguir, Thompson não nega que o trabalhador lida com sua experiência agregando sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores. Isso significa a relevância das suas

reflexões para este estudo pelo fato de ele ter separado a concepção de classe social das “tradicionais categorias do estruturalismo marxista” (SCOTT, 1999, p.33). Como pude compreender deste lugar que falo, isto é, da minha própria experiência como assistente social e dirigente do SINERGIA-BA, nem tudo é explicado pela condição de classe, existe uma brecha, um escape, que vai além dessa concepção. Essa definição de classe em Thompson (1981) também é importante por ter separado o simbólico do econômico e do racional, assim, nem tudo poderá ser reduzido apenas a uma questão de classe social comprimida na base estrutural da sociedade. Para o autor, foi imprescindível considerar a junção da cultura e das experiências dos grupos de trabalhadores na passagem para a revolução industrial, principalmente no que se refere à identificação de uma consciência de classe.

Assim sendo, insiro o esquema descritivo do caminho epistemometodológico adotado na dinâmica deste processo de estudo: (a) problemática e objetivo; (b) aproximações metodológicas; (c) relação da pesquisadora com o tema; e o modo como foram realizadas a análise qualitativa e a interpretação do conteúdo: (a) transcrição dos dados, (b) posterior codificação com o uso do *software* WEBQDA e (c) seu tratamento, processamento e análise.

Além disso, apresento o itinerário do caminho trilhado na investigação, desde a delimitação do problema de pesquisa até a análise de resultados, sendo esse percurso distribuído em cinco etapas no sentido da operacionalização, quais sejam: 1. Levantamento bibliográfico a partir de referenciais teóricos pesquisados em disciplinas de pós-graduação⁵², estágio doutoral na EHESS/Paris (2015/2016) e elaboração de quadro teórico; 2. Investigação exploratória e produção bibliográfica⁵³; 3. Reestruturação do Projeto de Pesquisa; 4. Entrada no Campo; e 5. Análise de dados em três núcleos: a própria experiência, as entrevistas no Brasil e a ilustração de algumas entrevistas na França, em Portugal, na Itália e na Alemanha. Em síntese, essas etapas se concentram notadamente em duas fases: a fase de operacionalização e a de análise de dados, que são descritas a seguir.

⁵² Disciplina realizada durante o ano de 2012, como aluna especial do PPGNEIM, chamada Dinâmica das Relações de Gênero, Raça e Classe no FFCH/UFBA.

⁵³ Artigo autoral publicado no 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) sob o título “Movimento Sindical: rebatimento na história de vida de uma mulher” (REINA, 2012).

3.2 SALVADOR: O CENÁRIO DO *LOCUS* DA PESQUISA

Como já delineado e justificado no percurso metodológico, o campo territorial desta tese está localizado na Cidade do Salvador. A nossa opção de pesquisa em relação à origem da maioria das/os militantes entrevistadas/os deste estudo – no total de 19 pessoas – na Cidade do Salvador, justifica-se por ser o lugar principal onde está localizada a sede do SINERGIA-BA, no bairro das Sete Portas e por ser o local de concentração dos filiados no Estado da Bahia. Desse modo, entendo que fazer um breve resgate histórico, social e econômico da cidade é fundamental para compreender o quanto as trajetórias individuais e coletivas de militantes sindicais do SINERGIA-BA resultaram da formação histórica e cultural, de vínculos com o lugar de origem⁵⁴.

Salvador apresenta, como uma de suas marcas principais, as dezenas e centenas de ruas, avenidas, praças e igrejas, mescladas a hábitos, tradições e costumes do passado e do presente, abrigando um povo que carrega em seu DNA a influência da religião e da cultura de diferentes povos (DIAS, 2005). Convivendo ao lado dessa imensa diversidade cultural e belezas naturais, a desigualdade social caminhou no passado e persevera ainda hoje a passos largos, submetendo a grande massa de trabalhadoras/es pobres e empobrecidas/os às condições precárias de sobrevivência.

A Cidade do Salvador foi projetada para ser a capital do Brasil, em 1549. A forte trama de colonização, de expropriação econômica por parte da metrópole portuguesa, imprimira à população da cidade uma identidade multicultural marcada essencialmente pelas desigualdades sociais, principalmente no que diz respeito ao gênero, à raça/etnia e à classe social.

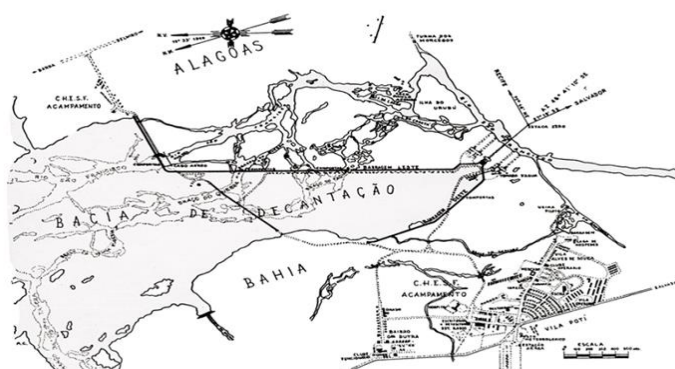
Enquanto permaneceu sede do Governo Geral até 1763, a economia de Salvador era centrada na produção da cana-de-açúcar, com o uso da exploração da mão de obra escrava negra. Esse cenário possibilitou aos donos de engenho a acumulação de capital para posterior investimento em outros ramos de atividade produtiva, como fábricas de tecido, de alimentos, de charutos, entre outros, conforme já registrado neste escrito (BAIRROS, 1988; CARVALHO, I., 2007; PINHO,

⁵⁴ Apenas José Cabral e Maria de Fátima Araújo eram da Cidade de Paulo Afonso onde desempenhavam suas atividades profissionais na CHESF e como militantes sindicais na Delegacia do SINERGIA-BA.

2010). Contudo, a partir da segunda metade do século XIX ao início do século XX, Salvador entrou em um processo de estagnação econômica, além de apresentar menor expressão política nacional, que iria implicar a diminuição de prestígio da Capital e do Recôncavo, marcado pela decadência das antigas fábricas têxteis. Tal cenário passaria, enfim, por uma mudança no final da década de 40 do século XX, quando a Capital e o Estado da Bahia seriam foco de investimentos estatais que possibilitariam o crescimento urbano e industrial dessas regiões, uma vez que a economia do Estado, que até então era de base majoritariamente agrária e mercantil, entrou na era industrial.

Um dos principais investimentos deu-se no setor de geração e transmissão de energia elétrica com a inauguração da Companhia Hidroelétrica do São Francisco-CHESF (1948) que passou a atender às demandas dos Estados de Sergipe e Alagoas, bem como a algumas áreas dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia (Paulo Afonso, Sobradinho e a Capital Salvador). A escolha da área de abrangência dessa Companhia hidroelétrica justificou-se por esses estados estarem localizados em região de longos períodos de seca, conhecida por formar o chamado “polígono das secas”, no vale do Rio São Francisco. A seguir, introduz-se a planta das obras da Usina de Paulo Afonso para dimensionar a extensão do empreendimento para a economia do Nordeste e da Bahia (Figura 1).

Figura 1 – Planta geral das obras da Usina de Paulo Afonso I.



Fonte: Cachapuz (2018. p.156).

A CHESF surge como resultado da política intervencionista dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), que visaram construir um modelo de

indústria nacional com aparato técnico fortificado, já que, outrora, o ramo de energia elétrica era dominado pelas empresas estrangeiras, como a Light, empresa canadense; e a American & Foreign Power Company, empresa estadunidense (OLIVEIRA, 2001).

A década de 40 também marca o início do movimento migratório de trabalhadores pobres oriundos da Região do Recôncavo baiano para Salvador, devido à crise do setor de agropecuária nessa área, como já assinalado. O deslocamento em massa desses trabalhadores para a Capital, em busca de emprego, ampliou não apenas o quadro de desemprego em Salvador, mas principalmente a demanda por habitação. O déficit habitacional constituiu-se, nessa década, em um dos principais problemas sociais, pois o acesso à moradia se deu, sobretudo, por meio de construções irregulares em loteamentos clandestinos, ampliando a precarização da moradia e infraestrutura urbana na Cidade do Salvador (CARVALHO; PEREIRA, 2007).

A partir da década de 50, um novo curso na história da Cidade do Salvador e do Estado da Bahia começa a ser traçado com a implantação da Petrobrás, do Centro Industrial de Aratu e, posteriormente, do Polo Petroquímico de Camaçari. A fundação da Petrobrás em 1953 gerou um impacto positivo na criação de novos postos de trabalho, seguido da valorização salarial dos/as trabalhadores/as, muito superior àquele pago a outras parcelas de trabalhadores fora da esfera petrolífera (BAIRROS, 1988; PINHO, 2010).

Em 1957, como parte do plano de desenvolvimento do Estado da Bahia, pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE), era prevista a criação de uma empresa que viesse a ser responsável pela execução do programa de eletrificação estadual e funcionasse como concessionária da distribuição de energia do interior. As Prefeituras Municipais não suportavam o ônus da operação de suas pequenas usinas térmicas e de suas redes de distribuição, reduzindo assim a capacidade da oferta de energia ao consumidor, constituindo grande prejuízo para o desenvolvimento local (REINA 1974). Desse modo, em outubro de 1959, foi autorizada a criação da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA para atender a essas demandas por meio da produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica em todo o Estado da Bahia.

Ainda em 1959, ocorreu a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o que trouxe novos investimentos públicos para o setor

industrial, modernizando as plantas industriais que já existiam e garantindo a construção e oferta de serviços públicos básicos – água potável, saneamento, energia, telecomunicações e transporte. Na década de 60, a SUDENE teve papel importante na transferência de recursos do Programa de Desenvolvimento do Nordeste para a COELBA, cuja autorização de funcionamento foi concedida em 28 de março de 1960, logo após realização da Assembleia Geral de Constituição da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, nos termos da legislação federal específica (REINA, 1974).

Na década de 70, a criação do Polo Petroquímico de Camaçari contribuiu para a expansão da oferta de emprego para os trabalhadores de nível médio-técnico e superior, principalmente em Salvador e Região Metropolitana. Expandiu-se o emprego na indústria de transformação, com a geração de mais de 20 mil postos de trabalhos diretos e 25 mil indiretos, por meio das prestadoras de serviços (CARVALHO; CODES, 2006). O crescimento do Polo também fortaleceu o movimento sindical na Bahia, liderado, inicialmente, pelos sindicatos dos trabalhadores da indústria petroquímica e química, além do sindicato dos petroleiros, que já existia (DRUCK; FRANCO, 2007).

Os investimentos estatais nos setores industriais também estimularam a expansão de setores da economia como os de serviço e de comércio. A indústria se transformou num grande ponto de diversificação e dinamização da economia baiana, favorecendo o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB de Salvador e Região Metropolitana, que chegou a ultrapassar até mesmo os índices nacionais⁵⁵. Contudo, esse crescimento da indústria e a ampliação do mercado de trabalho não ocorreram *pari passu* à valorização de grande parte da força de trabalho, principalmente porque a ampliação dos postos de trabalho deu-se nos setores que exigiam qualificação especializada da mão de obra, fato este que não permitia o aproveitamento da mão de obra da maioria dos/as trabalhadores/as oriundos do interior da Bahia para Salvador.

Os postos de trabalho de maior qualificação, como os de direção e supervisão, foram absorvidos por trabalhadores vindo da Região Sul do País. Já as ocupações que exigiam conhecimento e especialização técnica, especificamente de nível

⁵⁵ Entre 1975-1979, a economia baiana apresentou as maiores taxas de crescimento, registrando uma taxa média anual de 8,7%, sendo a indústria de transformação a indutora desse crescimento (VIEIRA; SOUZA, 2002).

médio, foram em grande parte preenchidas por trabalhadores negros, oriundos de uma classe média mais baixa ou que viviam em situação de pobreza (PINHO, 2010). Essa força de trabalho, originária da antiga Escola Técnica Federal da Bahia⁵⁶, mesmo ocupando posições de menor poder na hierarquia social do trabalho, foi absorvida pelo setor industrial com remuneração salarial acima da média do mercado baiano, possibilitando a ascensão social a uma nova classe média. Com seu poder aquisitivo, ela surge como grande motor da economia, por meio do consumo crescente de bens duráveis, aquecendo a indústria da construção civil em Salvador e contribuindo para o rápido crescimento de bairros da orla marítima, como Pituba e Imbuí (ALVES, 2003).

Para além da expansão da indústria soteropolitana e da inserção de novos atores e atrizes no cenário econômico local, faz-se necessário observar que, entre 1970 e 1980, esse crescimento não foi acompanhado da inserção da mão de obra feminina no setor industrial⁵⁷. Em contrapartida, nesse mesmo período, os setores da atividade vinculados ao consumo e à circulação ampliaram significativamente sua importância na inserção das mulheres no mercado de trabalho⁵⁸ (CASTRO; GUIMARÃES, 1987).

Para Castro e Guimarães (1987), a ampliação e a diversificação da indústria baiana de transformação resultaram na dificuldade de absorção da mão de obra feminina. O aprimoramento e a qualificação dos processos de trabalho estariam destinados a uma ocupação desses novos postos pelos homens, contribuindo para um modelo de exploração da força de trabalho que submete o trabalho feminino às posições de menor prestígio social, conseqüentemente menor salário e condições precárias de trabalho.

Na década de 80, a forte recessão econômica e as elevadas taxas de inflação culminaram em grandes mobilizações lideradas pelo movimento sindical, que

⁵⁶ Atualmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA.

⁵⁷ Na década de 50, as mulheres tiveram expressiva participação na produção por meio da indústria têxtil, que foi responsável por contratar a metade das mulheres do setor industrial na Bahia (CASTRO; GUIMARÃES, 1987). De acordo com relatório da CETex, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1949, havia na Bahia 5.442 trabalhadoras e trabalhadores no ramo têxtil entre as empresas recenseadas. Destes, 3.441 eram mulheres, ou seja, elas representavam 63,2% dos trabalhadores contratados pela indústria têxtil da Bahia. A maioria da força de trabalho constituía a maior parcela do quadro de trabalhadoras/es na linha de frente da produção têxtil (SARDENBERG et al., 2001).

⁵⁸ No caso da mão de obra masculina, o setor da produção, em especial a indústria de transformação, sempre teve predomínio da presença masculina na Bahia, pois nunca chegou a um percentual de inserção inferior a 80%.

naquele momento se reconfigurava por meio do chamado “novo sindicalismo”, oriundo do movimento operário do ABC paulista em 1979. As lutas sindicais capitaneadas por esse “novo” movimento ocorreram também no Estado da Bahia, a exemplo das greves de 1982 da CHESF, da primeira greve geral do setor petroquímico em 1985 (DRUCK; FRANCO, 2007) e das greves da COELBA em 1985 e 1987.

Em meados da década de 80, ocorre gradativamente a introdução de mudanças no padrão de produção, a exemplo da reestruturação produtiva, que marcou significativamente o mercado de trabalho em Salvador na década de 90, atingindo principalmente as mulheres. Essa década foi marcada pelo crescimento do desemprego, a ponto de Salvador ser alçada ao primeiro lugar do desemprego no Brasil. Houve também um acréscimo no contingente de trabalhadores sem carteira assinada, a exemplo dos profissionais autônomos. No setor industrial, o forte incremento tecnológico e organizacional e as privatizações reduziram os postos de trabalho, como ocorreu nas indústrias petroquímicas e de transformação. Não obstante, observam-se o crescimento e a persistência do setor terciário (DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000).

Esse processo de redução e precarização das condições de trabalho trouxe impacto na reprodução das condições de parcela significativa das famílias baianas. Isso ocorre porque as mulheres tiveram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e de mão de obra de menores salários, desse modo, o quadro da pobreza em Salvador e Região Metropolitana também apresentou a marca de gênero.

Segundo o levantamento censitário, entre os anos de 1991 e 2000, o Estado da Bahia teve um acréscimo de 20% para 27% de chefia feminina, correspondendo a 859 mil domicílios. Quando se comparam os rendimentos médios das famílias cujos domicílios são de responsabilidade masculina, observa-se que as famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos estavam abaixo da linha da pobreza se comparadas com o total de famílias residentes nas áreas que se encontravam nessa condição. Esta situação de desigualdade tem sido nomeada de “feminização da pobreza”, decorrente da precariedade e vulnerabilidade desses domicílios, por serem as mulheres responsáveis pelas atividades econômicas de sustento dos filhos e, igualmente, das tarefas domésticas (FERNANDES; MENDONÇA, 2004).

Aliado a esses fenômenos, em 1991, o Estado da Bahia estava abaixo da linha média do índice de desenvolvimento humano (IDH), que é 0,5 (sendo o máximo 1)⁵⁹. Entre os 27 Estados da Federação, a Bahia apresentava Índice de Desenvolvimento Humano de 0,386, ocupando o 22º lugar no *ranking* nacional, ficando atrás de outros Estados da Região Nordeste, a exemplo de Ceará com 0,405, Sergipe 0,408 e Pernambuco 0,440 (IBGE, 1991). Já a Cidade do Salvador apresentava Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais favorável em relação à média estadual, com 0,563, ficando atrás apenas das capitais nordestinas de Recife e Natal, com IDHM de 0,576 e 0,572, respectivamente (IBGE, 1991)⁶⁰.

Essa realidade leva à compreensão das desigualdades sociais impostas pelas relações de classe, raça/etnia e gênero, e localidade, que impõem, principalmente às mulheres, as piores condições de vida e trabalho, especificamente numa sociedade desigual, cuja inserção no mercado de trabalho implica mobilidade social, isto é, o acesso a uma melhor condição de vida. De acordo com Bairros (1988), no que tange às hierarquias de gênero, o racismo e o sexismo se interseccionam inserindo as mulheres negras numa posição de desvantagem em relação às brancas, mesmo ocupando funções consideradas “femininas”.

3.3 VÍNCULO DA PESQUISADORA COM O TEMA: NARRATIVA SITUADA

A observação dos aspectos anteriormente assinalados suscitou em mim questionamentos acerca do paradoxo das experiências de gênero, em particular o feminino, comumente pouco retratadas no cerne do movimento sindical, tendo em vista a conjuntura das lutas, por exemplo, via organização sindical, da qual fiz parte ativamente enquanto trabalhadora da COELBA⁶¹ nos anos 70 a 90, participando de

⁵⁹ O IDH foi criado pelas Nações Unidas para medir o Índice de Desenvolvimento Humano por meio de fatores associados ao nível educacional, à expectativa de vida ao nascer e à renda *per capita*.

⁶⁰Atualmente, Salvador é a terceira capital do Brasil, com uma população estimada em 2.675.656 e IDHM na ordem de 0,759, conforme projeções do IBGE (2010). É inegável que, entre os anos 2000 e 2010, houve crescimento do IDHM soteropolitano de 16,06%, contudo, a indicação do índice como alto ou baixo varia conforme altera a localidade dos bairros. Regiões como Caminhos das Árvores, Horto Florestal, Itagira, Vitória e Patamares, apresentaram IDH Municipal de 0,952, em 2010; já os bairros como Nova Constituinte, ilha de Maré e ilha dos Frades, apresentaram IDH Municipal em torno de 0,578. Essa distribuição espacial do IDHM revela o quanto Salvador é uma metrópole extremamente desigual, cujo cenário político, social, econômico e urbano da cidade foi forjado pela desigualdade de acesso à habitação, à educação, ao emprego e pela pobreza, conforme o *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas* (IPEA, 2014).

⁶¹ Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

campanhas salariais, conduzindo a discussão e registro das pautas econômicas, sociais e femininas para as assembleias e mesas de negociação.

De forma surpreendente, um fato novo ocorreu naquela assembleia geral de 1986, convocada com o propósito de aprovação de uma chapa única para conduzir a direção do SINERGIA-BA, no mandato para os anos 87 a 90. A constituição antecipada dessa chapa vinha sendo discutida durante o ano por um grupo de diretores e sindicalistas, e costurada entre as várias forças políticas, estando formada por várias lideranças que já dirigiam o sindicato desde 1981. Não causa nenhuma surpresa nessa composição todos os candidatos serem homens.

Durante a assembleia, no final de uma tarde de domingo, a maioria da chapa já estava consolidada, cabendo ao PT os principais cargos que envolviam tomada de decisão, principalmente a Presidência e a Tesouraria. O impasse persistia entre as três lideranças das forças políticas ligadas ao PPS, PDT e PC do B, lideranças da base COELBA, que não cediam, entre si, os postos de vice-presidente, secretário e subsecretário. A negociação prosseguia fora da assembleia quando uma das lideranças, de forma intempestiva, sugeriu o meu nome. Assim, o companheiro Fernandez declarou: “Está na hora de uma mulher ocupar a direção do SINERGIA, vamos acabar com esse machismo no sindicato, Vanderlay Reina para ocupar a Vice-presidência”.

Vale assinalar que a inclusão de meu nome na chapa única não se deu em decorrência de uma tomada de decisão da chapa majoritária, ao contrário, foi pela maioria dos delegados presentes, que surpreenderam a todos e a mim. Impensável, para mim, ocupar aquela posição, apesar de realizar e mobilizar várias companheiras mulheres a participarem da militância política e técnica: pesquisa de opinião do projeto do Plano de Saúde da COELBA; mobilizações na primeira paralisação, em 1983 da PL; convocação para o Curso de Formação Sindical e representante de base na negociação do ACT/1986. Considero que a minha visibilidade ocorreu após o acordo de 1986, como representante de base, cuja pauta incluía reivindicações de itens sociais significativos para homens e mulheres⁶².

Neste contexto de transição política democrática no País, as mulheres adentram o sindicato, “sem açúcar e sem afeto”, lutando para diminuir as desigualdades de gênero, principalmente as sociais. Nesse aspecto, como pista,

⁶² Auxílio creche, Plano de saúde, Gratificação de férias, entre outros.

este estudo difere das pesquisas anteriores, em que os conflitos das relações de gênero não são abordados com profundidade.

A chapa de 1986 foi eleita e passei a ocupar a vice-presidência do Sindicato. Na ocasião, foi possível vivenciar as múltiplas desvantagens que o feminino ocupa nessa frente de engajamento político em prol dos direitos trabalhistas, sendo delegada às mulheres, igualmente como no mercado de trabalho, posições e postos subalternos na hierarquia sindical quando não, a exigência de seu “silenciamento”, atitude do viés sexista.

Ao contrário do que se pensava, a minha presença na direção do SINERGIA-BA, foi o fio condutor da evidência de legitimação, da presença, da insubordinação e da frequência das mulheres no SINERGIA-BA, questão a ser delineada nos capítulos subsequentes, nas narrativas de entrevistadas/os, através dos perfis biográficos das trajetórias e experiências de cada participante (APÊNDICE C). O dado quantitativo do número de mulheres sindicalizadas não foi possível registrar. Inclusive, o número de sindicalizados é factível, pois, até 1992, os/as aposentados/as eram contabilizados/as como filiados/as, apesar de não mais contribuírem financeiramente. A presença feminina pode ser comprovada na militância como dirigentes e delegadas sindicais, em participação nas assembleias de pautas e no registro das atas.

Ademais, sem a presença feminina em postos-chave, pouco se pautavam as reivindicações desse gênero, que ficavam à mercê dos caprichos e perspectivas dos homens. Isso me fez questionar o quanto as configurações patriarcalistas e burguesas na divisão sexual do trabalho colocam o feminino em desvantagem no sentido amplo e restrito da experiência no mundo do trabalho, mesmo quando está se falando de um espaço de organização política e de militância em prol dos direitos dos trabalhadores. Sim, dos trabalhadores, porque as trabalhadoras mal conseguem chegar a esses espaços, pois a presença do macho forte e imbatível, quando a elas recorre, apenas lhes delega “posições femininas” através dos cargos administrativos de último escalão, tais como serviços gerais, administrativos, como redação de atas de reuniões e acompanhamento do setor jurídico de processos e suplência no Conselho Fiscal. Portanto, o sufrágio eleitoral, as leis trabalhistas e algumas leis de proteção à maternidade forjados por Getúlio Vargas não vão significar a queda da opressão de gênero no sindicato.

Procurando ir além dessa questão, resolvi levar também em conta, mesmo pontualmente, as experiências femininas numa realidade em que, muito provavelmente, os direitos trabalhistas das mulheres estivessem menos distantes do masculino, considerando o exemplo de uma cidade europeia, onde as mulheres se encontram numa posição menos subalterna que a das brasileiras. A oportunidade surgida conduziu-me à realidade de Paris⁶³, onde residi por cerca de 6 meses e pude ter acesso a alguns movimentos trabalhistas e, através deles, às experiências masculinas e femininas na luta sindical. Lá, a presença das representações femininas tem sido assegurada através da implementação do sistema de cotas, iniciado nos anos 80, na CFDT⁶⁴ e, em 1999, a paridade na CGT⁶⁵ na França e, posteriormente, nas demais confederações.

Para Silvera (2006), existe uma diversidade em relação à presença das mulheres nas confederações, no sentido de introduzir ou não "ações positivas" (cotas, paridade, "Mixité"). A CFDT, desde a década de 80, envolveu-se com o princípio de cotas (um terço) nos principais órgãos confederados (Escritório Nacional e Diretoria Executiva). A CGT curvou-se de uma maneira mais aguerrida no seu congresso de 1999 à modalidade paridade, confirmada no congresso de 2003. Por fim, os sindicatos filiados à FO e à CFTC relutam quanto a essas modalidades, considerando-as coercitivas e marcadas por uma forte resistência em relação a quaisquer modalidades coercivas nessa área e, segundo Silvera (2009), esse sistema tem sido levado mais à risca pela CFDT na França. Em relação às cotas, isso não vem ocorrendo no âmbito do SINERGIA-BA, mesmo com a recomendação em favor da participação feminina como Resolução desde o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores CUT, em 1986, com a implementação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora e, no IV Congresso (1991), com a determinação de 30% de mulheres na direção da Central.

A ida ao bairro das Sete Portas⁶⁶ na noite de 30 de julho de 2010, para assistir à posse de uma companheira na direção do Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA-BA, Maria Cristina Brito Costa, me confrontou com uma realidade até

⁶³ Essa experiência, que, inicialmente, tinha o objetivo de dar subsídios para uma pesquisa comparada, por circunstâncias diversas, não será incorporada a este trabalho, a não ser quando necessário pontuar alguns aspectos relevantes dessas duas realidades.

⁶⁴ Confédération Française Démocratique du Travail.

⁶⁵ Confédération Générale du Travail.

⁶⁶ Na área da antiga "Baixa dos Sapateiros", famosa na composição de Dorival Caymmi, hoje Rua J.J Seabra, em Salvador.

então desconhecida: a relatividade interpretativa do institucional da narrativa histórica no campo do sindicalismo.

Inicialmente, “preciso” apresentar algumas descrições a título de esclarecimento, pois se concebe como suposição que o institucional domina ainda as hierarquias simbólicas e normativas nas interseccionalidade/consustancialidade das relações de gênero, mas obstaculiza a história social de gênero, a concepção teórica da ciência política, a visibilidade da mulher quando esta assume o poder no espaço público, o que é justificado pelo perene mito do passado: as mulheres são “avessas ao sindicalismo”, destinando-as à escuridão, às sombras da historiografia. E, nesse aspecto, não podemos simplesmente afirmar que o androcentrismo da ciência seja o responsável único, pela distorção da história dos homens e mulheres simples, isto é, explicado apenas pela obediência e dominação passiva do feminino ante o poder patriarcal do masculino.

Eu não fui à sede do sindicato naquela noite sozinha. Convidei a companheira de trajetória sindical, hoje minha amiga, Jocelina Regina, a “Jô” das antigas lutas históricas, brava mulher negra, operária qualificada do ramo eletricitário, eletrotécnica (CEFET)⁶⁷, ex-ocupante do posto de trabalho de eletrotécnica, um perfil visto como mais masculino na COELBA. Acima disso, uma mulher habituada ao confronto teórico e técnico operacional, e de gênero no espaço da empresa e do sindicalismo.

A solenidade começou, como de praxe, instalando-se a mesa de posse. Foram chamados os convidados e uma convidada, na ordem de importância e hierarquia. Conforme a chamada do presidente da mesa para conduzir os trabalhos: o presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; o representante da Federação Nacional dos Urbanitários – FNTU, o deputado Paulo Rangel do PT, eletricitário da CHESF; a deputada Fátima Nunes do PT, da mesma região⁶⁸ da

⁶⁷ “O Decreto-Lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, instituiu as bases de organização para o estabelecimento do ensino industrial, que passou a ser constituído por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. A partir desta data, o Liceu passou a se chamar Escola Técnica de Salvador [...] Nesse contexto, são criados dois cursos importantes e tradicionais na Escola Técnica de Salvador: o curso de estradas, em 1954, e o de edificações, em 1957, que, juntamente com o curso de química, estavam aliados à implantação e expansão da industrialização na Bahia, principalmente à indústria do petróleo com a criação da Petrobras. [...] Após vinte e três anos de funcionamento, por meio da Lei nº.4759, de 20 de agosto de 1965, as escolas profissionalizantes passam a ser federais e ter a denominação do seu respectivo estado, passando então a Escola Técnica de Salvador a se chamar Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA). Nesse período, popularizou-se a nomenclatura “escola técnica” para caracterizar a instituição.” (IFBA, 2009).

⁶⁸ Região do Sisal, Cícero Dantas, Bahia.

companheira a ser empossada na coordenação do SINERGIA-BA, Maria Cristina Brito Costa, entre outros representantes. Durante a cerimônia, nomes eram registrados como o do Superintendente da COELBA⁶⁹.

Na face do SINERGIA-BA, transparecia outro momento, outro ritual sindical. De início, a condução do evento de posse da diretoria por um mestre de cerimônia, que começou a citar as autoridades presentes, notadamente os companheiros de outros sindicatos da Bahia e do Brasil, alguns deles companheiros históricos.

Finalmente, deu-se início às falas das autoridades presentes. Todos registravam e enalteciam o perfil de combatividade, de luta e da história da instituição. Em seguida, passaram a exaltar a candidatura de Dilma Rousseff, do PT, à presidência da República. Posteriormente, nos seus discursos, os homens enalteciam o fato de uma mulher estar assumindo o cargo maior de poder no SINERGIA-BA, tomando posse na diretoria executiva, sendo a primeira vez que tal ocorria na sua história sindical. E percebi, na minha análise discursiva, que aprendi ali quando fui vice-presidente do SINERGIA-BA, a prestar atenção ao conteúdo dos discursos das lideranças sindicais, dos militantes e autoridades presentes nas greves, para compreender as várias correntes do pensamento que permeiam o sindicalismo, tal como refere a análise do discurso (GILL, 2012, p.249): “Como um analista do discurso, a pessoa está envolvida simultaneamente em analisar o discurso e o contexto interpretativo” Apreendi a observar, nesses discursos, a ausência de menção à trajetória sindical e de luta, à experiência da companheira a ser empossada, mas, sobretudo, o fato de a posse da companheira estar vinculada à candidatura de uma mulher à presidência da República.

Neste instante, de forma espontânea, a companheira Jocelina Regina Santos manifestou-se, automaticamente, através de acenos e quis levantar-se para contestar as falas, mas eu a contive. Segurei na sua perna, como fazíamos nos anos 1987-1990, demonstrando a minha desaprovação. É evidente, preciso reconhecer, que esse modo de lidar com a história da presença das mulheres na direção do SINERGIA-BA e nas lutas engendradas na categoria eletricitária ainda causava em mim e em Jô tensões e desconforto pessoal e político. Inclusive, no momento da homenagem ao nosso companheiro do passado, motorista, ex-diretor do SINERGIA-BA, petista – Eduardo Bomfim –, Jô fez questão de demonstrar seu apreço e

⁶⁹ Moisés Afonso Sales Filho.

reconhecimento, emitindo um alto grito, batendo fortes palmas, expressando o caráter e o valor do companheiro homenageado. Parece que a companheira queria revelar: “Gente, eu estou aqui, nós construímos essa história juntos”.

Antes da última fala, o deputado de origem eletricitária, no seu discurso, registrou a minha presença como alguém que participou da luta, ressaltando, naquele momento, que talvez ele não tivesse conduzido o processo político de 1989 do modo como o fizera no passado. Reconheceu, de algum modo, mesmo *en passant*, que havia existido minha presença nesse sindicato. Ouvi tudo calada, embora ainda mais preocupada, pois achava que não se tratava de uma “história pessoal”, mas de um período de intensa luta, de solidificação de um sindicato forte na Bahia e que teve um papel crucial na construção da democracia, da luta dos/as trabalhadores/as urbanitários/as no Nordeste.

Chegou o momento da fala da companheira empossada, que enalteceu a presença da deputada presente, da sua luta pelos direitos sociais da população que representava, a região sisaleira. Agradeceu aos companheiros a sua ascensão à coordenação do sindicato, assumindo o compromisso de eleger Dilma Rousseff em conjunto com a categoria eletricitária. A trajetória histórica do sindicato não foi mencionada na sua fala.

Várias interrogações vieram ao meu pensamento. A primeira pergunta que gritava dentro de mim, e que não queria calar, era: por que a história passada estava sendo apagada? Seguiram-se outras: A história da classe operária também camufla a trajetória histórica de seus personagens, homens e/ou mulheres? Os fatos históricos sempre denotam uma realidade social subjetiva relativa? Os personagens vivos da história do movimento sindical morrem, são esquecidos, descartados quando estes ou estas perdem o vínculo com o poder institucional, sindicato ou partido político? No decorrer desta tese, trago, na análise e descrição das trajetórias e experiências de atores e atrizes, suas reflexões e significados no palco das cenas que protagonizaram durante os anos 70 a 90.

Em seguida, nos dirigimos ao espaço da recepção, para a confraternização, os “comes e bebes”, como diziam os trabalhadores do campo, a “peãozada”, durante as grandes assembleias não menos de 1.000 trabalhadores/as, no período 1987-1990. Surpreendo-me novamente, agora com a organização do evento, com a qual meus olhos não estavam acostumados. Tratava-se do requinte do espaço: mesas com

toalhas de cetim vermelho, arranjos de flores, serviço de roscas, cerveja em profusão e bandejas de salgados.

Como sempre fiz nos eventos sociais na COELBA, dei um passeio⁷⁰ por todas as mesas, cumprimentando as poucas companheiras e muitos companheiros presentes, entre beijos e abraços. Ali, todos/as manifestavam-se com a expressão: “O brasileiro não tem memória”. Discordo deles, entretanto. Duas décadas se passaram: a memória é seletiva, principalmente a memória política, que é regida pela conveniência do poder vigente. A história, ao se apagar, pode ser influenciada por dois elementos: pode ter sido negativa para os protagonistas do poder atual, ou precisa ser apagada por conta de ter sido “vitoriosa” e, talvez por isso, seu reconhecimento abale o poder institucional atual.

Concluídos os cumprimentos das companheiras e dos companheiros presentes no evento, fui sentar-me em uma mesa para onde fomos conduzidas por alguns companheiros, em local externo. Estes insistiram em nos oferecer “segurança”. Assim que eles se afastaram, minha companheira Jô foi logo dizendo “São todos uns ...!”, expressando toda sua indignação.

Assim, nasceu a minha proposta de mudar o meu projeto de doutorado, que, até então, trataria de mulheres evangélicas e era decorrente da minha dissertação de mestrado. Aqui começa um novo processo de lutas e desafios. Eu vinha também pesquisando a família operária na cultura do Recôncavo da Bahia. Em uma festa, conheci uma professora, que me indicou o PPGNEIM/UFBA como o lugar que certamente abraçaria meu projeto de tese.

É evidente que não abandonei os demais projetos, pois escrevi artigos sobre a história da minha família e a minha própria história em que abordo a trajetória de uma menina negra e sua experiência com o racismo. Na interseccionalidade/consustancialidade das relações sociais, estão imbricadas as dimensões de gênero, raça/etnia, classe social e as implicações da geração, pois, no meu entendimento, a construção deste novo itinerário da trajetória do projeto de tese, no campo do gênero e no espaço do sindicalismo, passaria pelo ingresso no PPGNEIM/UFBA cujo processo iniciei com a seleção como aluna especial do programa e, posteriormente, com a seleção definitiva.

⁷⁰ A chamada visita “beija flor”, no jargão sindical.

Como uma militante do movimento sindical, adoto a perspectiva de poder como um “desvio”. Percebi, então, que a minha candidatura ao doutorado adotara um compromisso teórico de pesquisa, porém indo mais adiante, admitindo uma proposta de projeto político feminista de transformação das e para as mulheres. Para isso, como está expresso anteriormente, existe uma relatividade na voz de quem narra, de quem interpreta a história, as ciências sociais, seja homens ou mulheres. Numa perspectiva dos estudos de gênero, o propósito seria registrar não a história de uma mulher, mas trazer os elementos constituídos nas relações sociais, examinados através dos elementos simbólicos, institucionais, individuais e normativos, assim como propõem Harding (1986) e Scott (1994). Para isso, não registro suas narrativas como meras denúncias, como meros objetos de observação e de manipulação interpretativa, mas como construtoras de um conhecimento situado: histórias de mulheres e homens militantes nos espaços do poder sindical.

3.4 INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E SINDICALISMO

Ao se tratar de trajetórias e experiências, existe algo a ser examinado nesse sentido de “gênero e sindicalismo”, fundamentado no conteúdo oriundo de uma realidade social construída, vivida pelas/os participantes deste estudo, a partir do material coletado, apreendido e captado. Esse material cujo conteúdo se inscreve neste estudo foi extraído das narrativas de acordo com o método da História Oral. Primeiro, informei a cada entrevistado/a o objetivo da entrevista, sua importância para o estudo de gênero e sindicalismo e, indo mais além, introduzi, como linha teórica de estudo, o *Standpoint*, o “Ponto-de-vista”, inaugurando a relevância da conversação como fio condutor na interlocução com a pesquisadora como sujeito situado, também oriunda da militância sindical.

Guillaume e Pochic (2013) fazem uma crítica pertinente à Sociologia do Sindicalismo e à Sociologia das Relações Industriais, pois, até a primeira década do século XXI, esses campos de estudos permanecem centrados na análise das instituições como representação dos empregados e, portanto, não susceptíveis à natureza de gênero nas relações operacionais com o sindicalismo. Sintetizando, essas disciplinas no entendimento dessas autoras, devido à “cegueira de gênero”, não conseguiram dialogar com a Sociologia do Sindicalismo e a Sociologia das Relações Industriais, ainda muito focadas na análise das instituições.

Numa perspectiva epistemológica dos estudos feministas, trago para reflexão a teoria do “Ponto-de-vista”, que reconhece uma perspectiva parcial em relação à própria experiência do pesquisador e dos entrevistados, com imbricações nas relações de poder, de gênero, de raça/etnia e de classe (HARDING, 2004). As teóricas do feminismo negro, como Crenshaw (1989) e Collins (1989, 2009), trazem a estratégia metodológica da interseccionalidade como uma unidade indissociável do sistema de opressão das relações de poder imbricadas na reprodução do patriarcado, do sexismo e do capitalismo.

Collins (1989) já traz a noção de consubstancialidade, posteriormente proposta por Kergoat (2016) cuja reflexão nega a permanência dinâmica das categorias de análise das interseccionalidades, embora Collins afirme que essa dinâmica vai além de

[...] identificar uma somatória das opressões como se cada uma das dimensões correspondesse a uma posição fixa, mas sim no sentido de compreender a imbricação das mesmas no terreno das relações sociais, que são dinâmicas. (COLLINS, 1989. p.11).

Esse pensamento interseccional também foi aprofundado na concepção da feminista materialista e socióloga francesa Kergoat (2016) em relação à consubstancialidade, no que diz respeito à classe social e ao sexo.

Ademais, ao lançar mão da metodologia dos estudos feministas, pretendo dar conta da problemática da inserção de homens e mulheres nos espaços participativos, organizativos e reprodutivos do SINERGIA-BA, e também de outras questões feministas surgidas nas trajetórias da vida cotidiana e, de forma eventual, no curso de vida de algumas das mulheres entrevistadas, temas nem sempre tratados de forma pacífica. Quem vai discutir os cursos de vida? É a ideia de que todos nós temos um curso de vida que é, simultaneamente, um encontro das nossas escolhas e das circunstâncias.

Guillaume e Pochic (2013) assinalam que os estudos sobre mulheres militantes sindicais na França não são tão antigos como se pensa; ao contrário, muitos foram produzidos. Eles surgiram a partir do ano 2000 numa estratégia de ressindicalização das mulheres e grupos minoritários, pois a maioria dos sindicatos engajou-se ativamente em questões de desigualdade de gênero e, em particular, da sub-

representação das mulheres pelos sindicatos ingleses, mas também americanos, canadenses e australianos.

Por outro lado, na década de 70, os movimentos feministas, segundo Guillaume e Pochic (2013), são vistos como pressionadores dos sindicatos franceses para praticarem medidas em prol da igualdade interna, incentivando a implementação de leis em favor da paridade de gênero na política, apesar de as autoras criticá-las como mais contratuais do que políticas, especialmente na CFDT e na CGT, o que tem sido elemento de muita controvérsia e de implementação muito heterogênea. Muito mais tarde, essas políticas foram consideradas como uma estratégia de sindicalização.

Contudo, examinar as trajetórias e as experiências das/dos militantes sindicais de acordo com a divisão sexual do trabalho não vai trazer explicações tão persuasivas das condições de inserção das mulheres no sindicalismo; o tempo e a história não nos deixam esquecer. No entanto, mesmo em situações paradoxais como esta, de aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, ainda demarcado pelas relações hierárquicas de poder decorrentes dessa divisão, pode-se examinar se a participação das mulheres como militantes contribuiria para aumentar a sindicalização feminina nos sindicatos, favorecendo a igualdade profissional e política.

Ao ousar exercerem a militância no SINERGIA-BA, essas mulheres vão além do tradicional universo doméstico, tido como espaço natural e inerente ao mundo feminino. Seguramente, elas pensam em dias melhores, de respeito, igualdade de oportunidades e justiça social, construindo um processo de participação individual e coletiva de uma possível emancipação e empoderamento. Ao adentrar o embrião histórico desse sindicato, considero que os dados levantados são apenas pistas, trilhas de um caminho que carece ser buscado, aprofundado, com base em várias fontes empíricas e documentais, lugar onde efetivamente as mulheres estiveram e exerceram ações representativas e de experiência pessoal e coletiva.

Destarte, é significativo examinar à luz das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe como se deu o acesso e constituiu-se a adesão de homens e mulheres na esfera do SINERGIA-BA. Ou melhor como se tornaram e permaneceram militantes? Quais são as diferenças entre filiação sindical e adesão à militância sindical? Alguém escolhe o sindicato ou é escolhido por ele?

Nada obstante, reconheço, concordando com Michael Pollak (1992, p.4), que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Além disso, a memória está sujeita a filtros das/os entrevistadas/os e não menos do/a pesquisador/a por serem esses sujeitos possuidores de um saber localizado, de um saber cognoscente (HARAWAY, 1995). Esse saber cognoscente é visto como o sentido dado ao projeto político arquitetado pelo movimento feminista para a construção do conceito de “conhecimento situado”, não androcêntrico, reconhecidamente de não neutralidade, ou de uma “perspectiva parcial” por meio da crítica à ciência moderna, que exclui os sujeitos subordinados e invisibilizados durante a sua trajetória histórica, reproduzida no silenciamento do trabalho apartidário da militância. Autoras feministas trazem essa discussão epistemometodológica ao entrar no debate sobre o significado da ciência para o feminismo e o privilégio dessa perspectiva parcial – o Ponto-de-vista –, de pensar de modo dinâmico as relações sexuais e sociais de forma imbricada com a construção do conhecimento, sem discriminação e, ainda, da permanência da sub-representação das mulheres na produção da ciência (HARAWAY, 1995; HARDING, 1996; SHIENBINGER, 2001; SARDENBERG, 2002).

No particular, o pensamento de Haraway (1995, p.10) reflete a visão que pretendo redimensionar no aporte dos dados empíricos, adotando a metodologia da interseccionalidade/consubstancialidade, reconhecendo a complexidade e as imbricações das relações de gênero, raça/etnia e classe e adotando a ideia dessa autora quando afirma: “quem tem interesses políticos não pode permitir que o construcionismo social se desintegre nas emanções radiantes do cinismo”. Haraway propõe que se lide com o entrosamento de localização como uma posição intermediária. Assegura, ainda, que todos os conhecimentos são situados (social e histórico), portanto não teria como deixar de ser parcial e, com esse entendimento, concordo com essa linha de pensamento no caminho adotado nesta tese.

Sob essa perspectiva, introduzo as categorias empíricas, estruturadas com base no exame de conteúdo qualitativo das categorias teóricas trajetória e experiência, em torno da problematização do exercício da militância sindical à medida que as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social mutuamente se interseccionam, definindo um “lugar”, ou seja, a posição de militante de base, de dirigente e delegado sindical, seja homem ou mulher, ao aderir ao SINERGIA-BA. A partir desse enfoque, incluem-se não apenas as possíveis concordâncias,

discordâncias e dissonâncias no teor das relações sociais vivenciadas entre militantes e dirigentes sindicais, bem como as dimensões das trajetórias pessoal, profissional e sindical de cada uma dessas partes.

A pesquisa de orientação qualitativa tem buscado encontrar respostas “insight” no retorno às peculiaridades dos sistemas locais, dos casos concretos, nas suas particularidades, espaços e temporalidades. Creswell (2007) propõe na sua abordagem metodológica o cuidado e o vínculo atribuído aos pesquisadores(as) na relatividade da vida social.

[...] o pesquisador qualitativo reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo. Esta introspecção e esse reconhecimento de vieses, valores e interesses (ou refletividade) tipificam a pesquisa qualitativa atualmente. O eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador. (CRESWELL, 2007, p. 187).

Indo da construção de perfis biográficos a partir das trajetórias e experiências construídas e interpretadas à luz de Macêdo (2008) e fazendo uma analogia com as militantes de base, delegadas/os e dirigente sindicais, estas/es estiveram presentes no cotidiano das “lutas e resistências” fruto das relações de produção, de reprodução da vida social e das instancias de conquistas dos espaços social, cultural e político.

A intenção deste estudo, por conseguinte, vai mais além de uma imagem, de uma foto três por quatro, centra-se na percepção do curso de vida de homens e mulheres no espaço sindical através da construção de seus perfis, vista, em nosso entendimento, como operacional por implicar o emergir de narrativas como testemunhos que germinaram das experiências de militantes sindicais de base, dirigentes e delegados sindicais. Esse propósito despertou em mim, *a posteriori*, um dos motivos para compreender o cerne da problemática retratada na dinâmica da experiência de trabalhadoras/es, embora não passível de visão nas circunstâncias em que lá estive na minha convivência cotidiana durante os três anos do mandato 1987-1990, como vice-presidente do SINERGIA-BA: no auge das campanhas salariais, de negociação de acordos coletivos de trabalho, de mobilizações e greves, de discussões da pauta social da Constituição de 1988, da eleição de uma mulher para diretora administrativa da COELBA, da readmissão de trabalhadores demitidos

por “perseguição” política, da organização da pauta feminina no contexto da categoria urbanitária.

A experiência da convivência cotidiana no sindicato me levou a traçar essa proposta de estudo numa visão interdisciplinar, de viés qualitativo, com base em pressupostos teóricos de cunho feminista sindical e na inspiração das teóricas do feminismo negro. Seus objetivos operacionais são os seguintes: 1) Traçar o perfil de homens e mulheres no exercício da trajetória como dirigentes sindicais, delegadas/os sindicais e militantes de base, na esfera do SINERGIA-BA; 2) Examinar em que medida as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social mutuamente se interseccionam definindo um “lugar” de militante de base, de dirigente e delegado sindical, seja homem ou mulher, a partir de sua adesão ao movimento sindical; 3) Interrogar se a militância no SINERGIA-BA, à luz das experiências de gênero, favoreceram a emancipação/empoderamento de mulheres; 4) Evidenciar os elementos reprodutores da permanência de relações patriarcais de gênero no espaço do SINERGIA-BA.

Ao longo dessa prévia análise textual e documental, foi constatada, nas leituras dos referenciais teóricos sobre gênero e sindicalismo, a diminuta visibilidade de gênero imposta às mulheres, ainda reproduzida na atualidade acadêmica. Apesar do protagonismo de algumas mulheres no contexto sindical, essa invisibilidade e esse silenciamento são evidentes nos estudos do passado, que retratam a hegemonia do masculino, como se fosse de menos relevância, conforme Macêdo (2008), o pouco conhecimento sobre a *agency* – quando indivíduo muda a si mesmo e a sua vida – e até a declarada atuação das mulheres nesse âmbito, justificada por sua ínfima experiência política. A mínima ação, mesmo o menor poder de atuação, de quaisquer militantes de base, em particular, das mulheres nesta posição, não merece desprezo e ser relegada a segundo plano, como se fosse realizada por sujeitos inferiores. Além do mais, documentos confinados nas gavetas do “arquivo morto” das instituições, portanto amarelados, nunca são consultados e, na prática, ficam destinados ao silenciamento dessas/es militantes.

É injustificável que tal visão ainda permaneça na atualidade, considerando os avanços na estrutura de participação política das mulheres a partir do sistema de cotas, de paridade e de parceria mista, incrementado nas Confederações europeias e, no Brasil, nas centrais sindicais, principalmente a CUT e a Força Sindical.

Nesse campo epistemológico, discussões têm sido levadas a cabo por teóricos/as feministas ou não, sobre uma epistemologia feminista da ciência. Nessa abordagem, discute-se se existe uma forma feminista de fazer ciência, concentrando-se em torno desse eixo seus debates (SARDENBERG, 2002). Seguramente, não há consenso a respeito de um modo feminista de fazer ciência e é melhor que não exista. As teóricas feministas, seus pressupostos teóricos, como fio condutor, se constituem na base de definição das seguintes questões a serem discutidas no decorrer deste estudo: Quem fala? E de quem se fala? De que lugar se fala? De onde falo? Justamente para possibilitar, às minorias desprivilegiadas, a narrativa da sua própria história.

De fato, dada a inexistência de igualdade de oportunidades, a igualdade de tratamento deveria possibilitar o acesso à igualdade de direitos, quando ações passam a ser reproduzidas via políticas sociais e públicas que reduzem desvantagens vinculadas a diferenças numa perspectiva de gênero. Este é o caminho para uma sociedade mais igual, que incorpore ações transformadoras nas trajetórias de vida das mulheres, por serem estas as mais alijadas no espaço social, mas também nas de homens quando as oportunidades lhes escapam no confronto com outros tipos de relações como as raça/etnia e classe social, além de outras dimensões que inter cruzam os lugares do exercício da cidadania, como a orientação sexual, as deficiências de todo tipo, etc.

O feminismo e o sindicalismo, desde os anos 70 até o final do século XX, jamais tiveram uma relação amistosa, mesmo quando as mulheres foram chamadas a participar dos partidos políticos. Revisitando o passado sindical desde o tempo da hegemonia do Partido Comunista, as mulheres, em nome da igualdade de classe, sujeitaram-se à divisão sexual do trabalho, indo a reboque dos homens, considerados mais competentes e eficazes no espaço do mercado de trabalho. A desigualdade salarial entre homens e mulheres, qualificados/as ou não, sempre foi um fato desprezado pelo sindicalismo na representação de seus dirigentes, concordando com o assalariamento desigual imposto pelo capital, como expressam Ardura e Silvera (2001, p.5) citando Rubery (1998):

A perspectiva da igualdade de tratamento, o que garante a igualdade de direitos através de legislação; o lugar da mulher que envolve medidas positivas para reduzir suas desvantagens, e também estão associados com diferenças em "valores femininos" (perspectiva de

gênero) seguindo o processo de adaptação para uma sociedade mais igualitária e envolve mudanças na vida das mulheres, mas também dos homens.

De igual modo, é relevante neste pensamento a problematização da ação do feminismo, cujas atuações singulares, tanto organizadas como espontâneas de ordem individual, não são, pois este não se revela cidadania que atingem (homens e mulheres) implicadas no campo do sindicalismo, sejam estas formas de representação da classe trabalhadora, tanto formais como informais. E, neste sentido de Rubern (1998, apud ARDURA; SILVERA, 2001, p.5):

[...] a reorganização, a melhoria, o desenvolvimento e a avaliação dos processos de tomada de decisão possibilitam pensar a inclusão da perspectiva da igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas e em todos os níveis pelos intervenientes normalmente envolvidos na implementação de políticas.⁷¹

Nesse aspecto, introduzo a problemática da trajetória e da experiência que envolve mais as mulheres eleitas como dirigentes e delegadas sindicais, sujeitas às situações subjetivas mais complexas, principalmente de acossamento de gênero nas empresas, no sindicato, e de assédio moral, que também ocorre no campo do sindicalismo, questão esta silenciada até em estudos de autoras feministas (PAOLI, 1991; ARAÚJO; FERREIRA, 1998), mas assinalada na narrativa da entrevistada Sandra Magalhães na fase exploratória deste estudo:

[...] porque há uma coisa que era comum. [...] as mulheres que participavam (militantes) eram “cantadas” pelos próprios companheiros. Eu por conta da minha postura não tive nenhuma condição de se aproximarem. As discussões nossas eram no campo da política sindical, portanto não ultrapassavam esta dimensão. (Sandra Regina Magalhães, Ex-delegada sindical, Mandato 1987-1990, Região Oeste da Bahia, Barreiras).

Entre “as” questões a serem destacadas neste estudo, no âmbito do SINERGIA-BA, faz-se relevante apontar a permanente desigualdade nas relações de gênero, tomando-se como referência o ingresso, a participação e a permanência no mundo sindical e suas extensões nas relações de classe e raça/etnia.

⁷¹ **Gender mainstreaming:** “la (ré)organisation, l’amélioration, l’évolution et l’évaluation des processus de prise de décision, aux fins d’incorporer la perspective de l’égalité entre les femmes et les hommes dans tous les domaines et à tous les niveaux, par les acteurs généralement impliqués dans la mise en place des politiques”.(Tradução própria para este estudo).

Para traçar como ocorre o ingresso de homens e mulheres no movimento sindical, ou seja, nos sindicatos, nas centrais e nas confederações, algumas questões precisam ser examinadas e repensadas. A primeira delas vai indagar o sindicalismo quanto à divisão social do trabalho: O que a literatura fala sobre participação masculina e feminina nos sindicatos? Um dos pontos mais incisivos desta antiga discussão sobre “gênero e sindicalismo” remonta aos anos 60, no auge do Movimento de 1968, quando se iniciaram os debates mais efetivos na França sobre a base material do trabalho, a divisão social do trabalho entre os sexos, a chamada divisão sexuada do trabalho, que aparece posteriormente nos anos 80, nos estudos de Danièle Kergoat e Helena Hirata (2002) e, recentemente, no de Kergoat (2016), sendo que, no Brasil, esse tema se destaca nas pesquisas de Elizabete Souza-Lobo (1991).

Essas autoras, em universos diferentes – França e Brasil –, realizaram uma análise crítica que interroga a visão da Sociologia do Trabalho sobre a identidade masculina única construída para a classe trabalhadora. Essa perspectiva vai ser duramente criticada pelo feminismo, que propõe o rompimento com essa visão dicotômica, como se a classe trabalhadora tivesse apenas dois sexos.

Na realidade, essa definição de divisão sexual do trabalho foi utilizada inicialmente, nas sociedades estudadas, no campo da etnologia, para explicar a separação “complementar” dos trabalhos entre homens e mulheres. Essa noção foi apropriada por Lévi-Strauss nos seus estudos a fim de ilustrar a estrutura da sociedade em família (KERGOAT, 2009).

Desde os anos 70, aborda-se, nos estudos e pesquisas, a presença das mulheres no sindicalismo. Sobre esse ponto, vários estudos foram propostos e debates fervorosos foram implementados com o intuito de averiguar as escolhas das/dos participantes por via de suas trajetórias, como aconteceu a chegada, tanto de homens como de mulheres, nos sindicatos. A pretensão era examinar onde se inicia, comumente, a adesão, se é pela militância política, isto é, se suas origens advêm de outras paragens anteriores à participação política sindical, nas lutas e resistências, mais amiúde, de viés social, fora do contexto do sindicalismo.

Numa perspectiva de gênero, é possível assinalar que, em algum momento, essa adesão pode ter sua entrada ligada a fatores subjetivos influenciados a partir dos vínculos de pertencimento com a família de origem – pai, mãe, parentes –, rede de pertencimento, amigos, no tipo de experiências que se articulam mais a partir

dos meios de produção, porém não descartam as práticas culturais, construídas no bojo das relações sociais.

Nesse aspecto, notam-se alguns elementos sinalizadores de princípios e valores que, de algum modo, estão vinculados à experiência de classe social, em decorrência da concepção de transformações da vida social. As próprias carências, as ausências de privilégios, o convívio social determinado pela classe social vão definir o rumo de cada um no que se poderia chamar de cidadania, no viés da experiência da militância política. A participação na militância sindical através do acesso a um posto de militante, de dirigente sindical, de dirigente de confederação ou de central sindical poderá fomentar a abertura para um leque de possibilidades nas representações propiciadas até chegar à instância do partido político, às instâncias do poder institucional.

Pode-se ver que existe uma trama, que também é apontada por Barros (1998, p.35), que se caracteriza como uma trama das trajetórias, à medida que, segundo a autora, o movimento “traça a partir de determinadas estratégias as ‘trajetórias’ das carreiras políticas dos dirigentes”. Esse movimento é visto como natural por aqueles que alcançam a posição de liderança e, na maioria das vezes, permanece como um rodízio das representações, uma vez que há uma hegemonia de correntes e tendências políticas para o alcance do primado neste legado, no sentido de assumir níveis de maior responsabilidade.

Torna-se evidente, no desenrolar desta tese, que leitores/as se deparem com a espontaneidade das/os entrevistadas/os nas falas, nos discursos, na linguagem versada. Pondera-se como relevante não descartar a construção do pensamento de Marx na formação da classe operária internacionalmente, presente no bojo do linguajar sindical. Este linguajar, algumas vezes, é usado até de forma imperativa, originalmente construído no crédito de sua teoria ortodoxa, sendo assim entendida e passível de críticas. A consciência de classe de um grupo social e seu potencial para a transformação social são determinados por sua posição nas relações de produção.

Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (1987) explicam a produção e a reprodução da vida material, para as quais, os debates feministas não se furtam a tensões acaloradas que expressem as divergências entre Marxismo e Feminismo, traduzindo-se como um “casamento infeliz” no discurso das teóricas feministas socialistas. Esse discurso marxista relativo à posição na produção pode ter sido o gerador de tensões entre as teóricas e os/as estudiosos/as do sindicalismo e das

teorias feministas na medida em que Marx e Engels, ao difundirem o conceito de relações de produção, condicionaram o trabalho das mulheres à reprodução social. Com base numa visão economicista, segundo Benhabib e Cornell (1987), Marx e Engels justificam as desigualdades sociais como resultado da relação de produção. Não custa evocar a expressão em voga no percurso traçado no auge do debate entre feminismo liberal, socialista e radical, conforme Delphy (2009), ao fazer uso do pensamento de Hartmann (1981), segundo a qual, não se joga fora a criança com a água do banho.

Militantes são entendidos/as neste estudo como presentes e frequentes na estrutura formal do sindicato, na tomada de decisão, mas também retratados/as no cotidiano das lutas, greves e negociações e nas esferas mais altas, como, por exemplo, na Confederação ou nas Centrais. A partir desse entendimento, procurei estabelecer articulações entre gênero e sindicalismo nas interfaces de raça/etnia e classe social como ferramentas de análise dos espaços da ação política, a fim de clarear o fenômeno das transformações na esfera da representatividade nas lutas e disputas nos sindicatos, principalmente ao posicionar gênero no pilar central das lógicas econômicas, políticas e sociais.

Trago essas trajetórias, que compreendem o curso de vida e da experiência reproduzido pelos militantes sindicais (homens e mulheres) implicados no campo sindical, tanto de forma individual como coletiva, formal ou informal, nas esferas de representação da defesa da própria classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de uma geração, de homens e mulheres que, no contexto histórico – do Brasil e do SINERGIA-BA – estiveram presentes, ou melhor, ajudaram a construir um espaço de resistência e de lutas, principalmente na utopia de igualdade de direitos de uma *sociedade justa e igualitária*, jargão frequentemente repetido no fechamento dos discursos durante os anos 80 e 90.

3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Lancei mão da metodologia da pesquisa qualitativa e dos estudos feministas com o propósito de dar abertura, de escutar e “dar voz” aos informantes, sejam eles no caso particular pertencentes ao SINERGIA-BA ou militantes de outras instituições fora do Brasil. Em dezembro de 2015, através das coordenadas de Maria Cristina Brito, tive um encontro em Paris, com o dirigente da Confederação Sindical

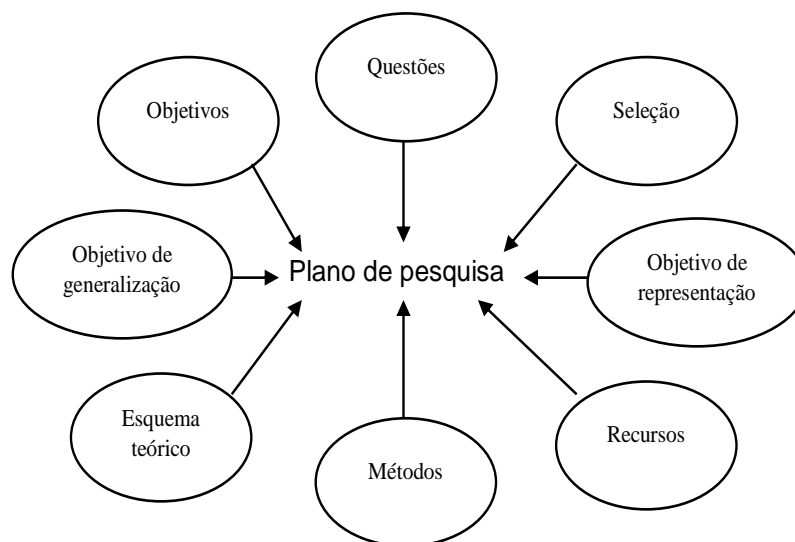
Internacional – CSI, o diretor da CUT João Felício⁷², com o objetivo de esse dirigente possibilitar abertura e acesso aos sindicatos ou às Confederações na França. Confesso a relevância desse encontro, pois esse dirigente sindical me forneceu os contatos das maiores confederações francesas, facilitando o meu acesso à CFDT.

3.5.1 Etapas da pesquisa

Nesta etapa que denomino como operacional, associada aos objetivos específicos da pesquisa, foram elaborados e cumpridos os seguintes procedimentos:

- a) Construção do Plano de Pesquisa em atenção àquilo que Flick (2009, p. 134) delinea tomando por base as seguintes estratégias apresentadas: Questões; Seleção; Objetivo de Generalização; Objetivo de Representação; Esquema Teórico; Método; e Recursos. A seguir, ilustro, com a Figura 2, como se delineou o plano de pesquisa, na perspectiva de levantar e responder as questões formuladas.

Figura 2 – Componentes do Plano de Pesquisa



Fonte: Flick (2009, p.134).

⁷² Na ocasião, fiz uma entrevista para obter alguns dados sobre inserção das mulheres na CUT, quando este dirigente me revelou que, na pauta do próximo Congresso, o XIII, duas questões estariam sendo abordadas: a perspectiva de uma mulher na presidência da Central e o estabelecimento de 50% de cotas entre homens e mulheres. Recentemente, constatei que, nesse Congresso, uma mulher – a trabalhadora rural Carmem Foro – é guindada, pela primeira vez, à Secretária Geral, participante da Chapa Única eleita.

- b) O levantamento sistematizado dos dados contempla as fontes documentais, na tentativa de remontar o cenário histórico do atual e do antigo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia – STIEHTEEB, criado em 21 de abril de 1943. Indo mais além, busco, nos estudos do movimento sindical do século XX, os vários acontecimentos sociais, políticos e culturais, assim como as campanhas salariais, congressos, encontros preparatórios aos conclaves regionais e nacionais, gerais e por empresas, as greves deflagradas, piquetes, passeatas, como pistas dos vínculos históricos e políticos entre esses sindicatos e associações do passado e o atual SINERGIA-BA.
- c) O levantamento das identidades de mulheres militantes sindicais, via fotos dos eventos (Congressos, encontros, passeatas e assembleias) e atas de apuração das eleições e de posse da diretoria plena, abriu rastros e conduziu às fontes de investigação sobre quem eram essas militantes no SINERGIA-BA e como foram reproduzidas as relações de gênero e suas consequências.
- d) Elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada, em português e francês (Apêndice B), eleito como documento básico para obter os dados e fazer a coleta da pesquisa documental de ida a campo, com a aplicação da técnica de entrevista narrativa, na linha de Flick (2009), a partir de uma pergunta inicial e de outras questões centrais e finais sobre as trajetórias (pessoal, profissional e sindical); a estas foram acrescentados os dados de identificação e 14 questões abertas que se desdobraram numa diversidade de perguntas e de pedidos de detalhamento das informações sobre os fatos narrados. A entrevista teve como alvo registrar as trajetórias e as experiências de militantes sindicais no espaço do SINERGIA-BA, nos anos de 70 a 90, além de acrescentar elementos oriundos de uma outra realidade sindical (CFDT e UFEQT/CGT, em Paris.,
- e) Elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) nos idiomas português e francês, de acordo com a legislação brasileira e da União Europeia.

- f) Pedido de autorização para gravação da entrevista.
- g) Solicitação de autorização para uso do nome próprio (atendido).
- h) Explicação sobre os procedimentos da pesquisa e da condução da entrevista.

3.5.2 Quem são as/os entrevistadas/os?

O critério de inclusão dos/as participantes da pesquisa seguiu um caminho dinâmico e flexível, porém não aleatório: homens/mulheres mais presentes no cotidiano das lutas políticas e reivindicatórias da categoria eletricitária do SINERGIA-BA, no ápice dos anos 70 a 90. Para isso, elaborei uma lista de nomes de militantes de base, de dirigentes e delegadas/os sindicais. Posteriormente, também incluí militantes de base de caráter temporário, participantes das greves e das Mesas de Eleição, por não se contraporem aos objetivos definidos.

Para a consecução desse propósito, fiz uso de fotografias e frequentei as redes sociais, no *Facebook*, de ex-colegas da COELBA, além de aceitar indicações de outros/as entrevistados/as, como a dos dois companheiros da CHESF. Em seguida, através da técnica de efeito bola de neve, fui em busca de apoio, informações de “companheiros/as” ainda próximos da minha relação pessoal, tanto aqui como no exterior⁷³. No Brasil, esse procedimento foi facilitado pelo fato de ter participado de uma eleição em 2010 como candidata ao Conselho da FAELBA, ocasião em que reunimos uma parte das/os antigas/os militantes.

Quadro 2 – Duração e localização das/os entrevistadas/os – SINERGIA-BA

Entrevistado/a	Tempo decorrido	Local da Entrevista
Carmilce	1h 16min 10s	Residência do irmão – Bairro Itaipara
Clélia	34min 35s	Residência da entrevistada – Bairro do Bonfim
Jeannette	02h 09min 34s	Residência da entrevistadora – Bairro Piatã
João Magalhães	1h 48min 07s	Residência do entrevistado – Bairro Caminho das Árvores
Jocelina	2h 12min 10s	Residência da entrevistadora – Bairro Piatã
José Cabral	1h 37min 36s	Sede do SINERGIA-BA – Bairro Sete Portas.
Marcos Nilton	1h 42min 30s	Residência da entrevistadora – Bairro Piatã
Maria Antônia	1h 3min 30s	Residência da entrevistada – Florianópolis/SC
Maria Cristina	1h 22min	Sede do SINERGIA-BA – Bairro Sete Portas

⁷³ Para as entrevistas na França, inicialmente fiz uso dos *chats* da CFDT, CGT, FO, CFTC, para a busca de informações e localização de militantes, apenas tendo em êxito com Dominique Marchal.

Maria de Fátima	30min	Telefone e resumo via <i>Email</i> – Paulo Afonso/BA
Maria Helena	29min 45s	Bar da Aliança Francesa – Bairro da Barra
Maria Luiza	22min 47s	Residência da entrevistada – Bairro Piatã.
Marise	01h 36min 01s	Residência da entrevistadora. – Bairro Piatã
Paulo de Tarso	01h 24min 27s	Sede do SINERGIA-BA – Bairro Sete Portas
Roque Afonso	2h 39min 28s	Residência da entrevistadora – Bairro Piatã
Sandra Magalhães	1h 45min	Residência da entrevistada – Bairro Costa Azul.
Teresa Rodamilans	2h 55min 11s	Residência da entrevistada – Bairro Caminho das Árvores
Tereza Cristina	1h 39min 21s	Residência da entrevistadora – Bairro Piatã
Válter Bispo	1h 14min 55s	Residência da entrevistadora – Bairro Piatã.
	TOTAL	1703h,12min

Fonte: Elaboração própria (2018).

Para o contraponto do que foi efetuado com as entrevistas realizadas na pesquisa de campo no âmbito do SINERGIA-BA, realizei 16 entrevistas com membros ou ex-membros de instituições sindicais da Europa (8 da França; 3 de Portugal, 3 da Itália e 2 da Alemanha), a partir de bolsa de estudos de seis meses, na École de Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, em Paris (2015/2016).

Antes de tudo, é importante ressaltar a organização classista francesa CGT, por se situar, entre as demais centrais da França, como uma das maiores confederações, representativa no seio dos principais sindicatos que fazem contraponto à própria CFDT. Mas não posso ocultar que a CFDT ultrapassou, recentemente (2017), o seu objetivo mais desejado durante quase um século, quando foi criada, ao desbancar a centenária CGT. Por conseguinte, torna-se agora a CFDT a mais representativa das confederações francesas no âmbito privado, em número de sindicatos e filiados. Com efeito, as demais confederações francesas como a CFTC, a FO e a SGEN passam, no debate e nas negociações, a buscar novas formas de atuação e de conquistas.

Na França, realizei 7 entrevistas com militantes franceses/as, e mais uma em Salvador, com uma militante franco-brasileira da UFEQT/ CGT, Paris. Eles e elas são militantes sindicais e, durante sua trajetória de vida, tiveram, em algum momento, experiência como dirigentes em instituições sindicais, tais como: representantes locais de quadros técnicos, representantes regionais e secretaria da Confederação. No conjunto desses militantes, 6 são mulheres e 2 são homens. Dentre essas militantes, uma delas, está aposentada recentemente. As sete entrevistas foram realizadas na sede da CFDT/Belleville, no centro histórico e cultural de Paris. A outra entrevista com a franco-brasileira foi realizada em um Café,

no bairro de Ondina, em Salvador. O local foi uma escolha não exequível, pois, apesar do horário, às 14:30 horas, estava sujeito a ruído e completamente lotado (Quadro 3).

Quadro 3 – Duração e localização da realização das entrevistas – CFDT e UFEQT/CGT

Nome	Tempo decorrido	Local da Entrevista
Beatrice Ouin	46min	Sede da CFDT, Boulevard Belleville, Paris
Chantal Richard	1h 02min	Sede da CFDT, Boulevard Belleville, Paris
Didier Blain	1h 10min	Sede da CFDT, Boulevard Belleville, Paris
Dominique Marchal	1h 05min	Sede da CFDT, Boulevard Belleville, Paris
Evelyne Pichenot	1h 38min	Sede da CFDT, Boulevard Belleville, Paris
Maria José Malheiros	1h 49min	Café no Bairro da Ondina, Salvador, Bahia, Brasil
Mariano Fandos	3h 17min	Sede da CFDT, Boulevard Belleville, Paris
Sophie Gaudeul	1h 15min	
	TOTAL 10h 52min	

Fonte: Elaboração própria (2018).

Na Itália, tive a oportunidade de realizar 3 entrevistas com mulheres, sendo uma dirigente sindical, uma diretora do Centro histórico da UGT (não é militante, trabalha com os dados históricos do movimento sindical) e uma ex-militante do movimento sindical, já aposentada.

Em Portugal, realizei 3 entrevistas: uma militante sindical da UGT; uma ex-militante de um movimento social de jovens da Liga de Operários Católicos de Combate ao Trabalho Infantil, que, nesse contexto, lidava com o sindicato para enfrentar os dirigentes de empresas; e outra militante dirigente da CGTP – União dos Sindicatos do Porto, presidente do Sindicato Têxtil.

Realizei 2 entrevistas na Alemanha: uma com ex-dirigente sindical UTV – Sindicato do Serviço de Transporte e Trânsito, ex-Comissária da União Europeia, primeira mulher presidente de sindicato na Alemanha; e um ex-dirigente sindical que, durante 60 anos, atua no Sindicato dos Ceramistas.

É preciso deixar evidenciado, mais uma vez, que as entrevistas na França foram utilizadas na medida em que eram necessárias como instrumento elucidativo, portanto não se constituem em uma amostra no sentido exato, mas seu uso se dá de forma pontual no decorrer da análise do conteúdo das entrevistas do Brasil. Não têm o intuito de comparação, mas de extensão e complemento de ocorrências que

tiveram alguma semelhança ou não com as trajetórias e as experiências de militantes no SINERGIA-BA.

3.5.3 Depuração e análise de dados

Em primeiro lugar, descrevo brevemente como foi feita a depuração dos dados obtidos na pesquisa documental e de campo, através das entrevistas.

3.5.3.1 *Pesquisa documental*

Sobre a pesquisa bibliográfica, foram feitos levantamentos e leituras em vários momentos desse percurso, que vão desde a participação em disciplina como aluna especial, a elaboração do Projeto de Pesquisa até o levantamento feito a partir das demandas que se tornaram necessárias segundo as entrevistas, sejam elas no Brasil ou na França. Essa dinâmica – trazida em cada etapa – ampliou meu olhar, e a minha compreensão crítica sobre o tema, transformando-me como pesquisadora, mulher, negra, militante sindicalista e feminista.

O conjunto da pesquisa bibliográfica delineou-se por autoras e autores com os quais fui dialogando ao longo do processo, estando apontados em vários capítulos desde a Introdução e que me apoiaram durante a leitura e a análise dos dados empíricos.

Os dados da pesquisa documental, conforme descrição supracitada, foram evidenciados da seguinte maneira:

- a) Fontes documentais do SINERGIA-BA – finalidades
 - a.1) Atas – Identificar a hierarquia de gênero.
 - a.2) Estatuto – Analisar a mudança do modelo de estatuto, via rompimento do modelo de sindicato, qual seja, do modelo corporativista, controlado pelo Estado, para um modelo flexível que, em parte, mantém regulações do anterior.
 - a.3) Acordos Trabalhistas e Dissídios Coletivos – Localizar, nas cláusulas de ambos os documentos, se houve perdas de conquistas e os avanços da categoria eletricitária, em particular, os itens de ordem trabalhista e social.
 - a.4) Livro de Teses do II Congresso do SINERGIA-BA – Identificar, nas diversas teses, o pensamento feminino sobre as relações de gênero, raça/etnia e classe

social; e os conflitos ideológicos que permeavam as relações com os partidos políticos majoritários dentro do sindicato.

a.5) Fotografias dos eventos relevantes entre 1970 e 1990 (como greves, inauguração da sede, congressos, plenárias e mesas de negociação) – Aproximar o olhar da leitora e do leitor sobre a realidade social que se quer demonstrar, tendo em vista as dificuldades na tradição escrita e da memória em cumprir esse papel, conforme Bauer e Gaskell (2012).

b) Publicações do *Jornal A Tarde*

Retratar o posicionamento político do Jornal quanto à COELBA e ao SINERGIA-BA, sem o crivo desses atores.

3.5.3.2 Pesquisa de campo

Como já especificado, a pesquisa de campo teve como escolha metodológica a realização de entrevistas gravadas, posteriormente transcritas e aplicadas a partir de um Roteiro Semiestruturado, constante do Apêndice B.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

3.6.1 Dados Qualitativos: Tratamento, Processamento e Análise

O processo de análise e interpretação de dados neste estudo consiste em atribuir significado aos dados coletados a partir da pesquisa de campo, conforme recomenda Creswell (2007). Para esse autor, a análise de dados deve obedecer a uma série de passos genéricos a fim de gerar categorias informativas, que são mecanismos utilizados para se classificar ideias em torno de uma teoria. Os passos a seguir foram dispostos conforme o estudo de Creswell (2007) sobre pesquisa qualitativa no propósito de problematizar, reexaminar e repropor aspectos que possibilitem o entendimento do fato estudado. De forma sintetizada, tanto Flick (2009), Creswell (2007) como outros autores dos estudos qualitativos entendem que, a partir da transcrição das entrevistas, se inicia a análise dos dados como processo subjetivo. Isso permite à/ao pesquisadora/or o registro de observações quanto ao contexto e outras nuances que ajudam na leitura interpretativa e na construção de questões a serem respondidas ou não. Na sequência, os procedimentos realizados:

- Organização e preparação dos dados por meio da anotação de informações e transcrição de entrevistas;
- Leitura dos dados coletados, tentando extrair sentido das informações trazidas pelos/as participantes da pesquisa, buscando identificar suas ideias e o que eles/elas estão querendo transmitir.
- Análise dos dados por meio da separação do material coletados em grupos. A esse processo denomina-se de codificação (CRESWELL, 2007).

É importante lembrar que esta fase de análise dos dados qualitativos não é necessariamente a etapa final da pesquisa, pois ela depende diretamente do desenvolvimento das etapas que a antecedem na fase exploratória. Os dados coletados nem sempre são capazes de responder às perguntas de pesquisa. Desse modo, a/o pesquisadora/o sempre é impulsionada/o a retornar para a fase inicial a fim de rever se elementos indispensáveis como fundamentação teórica, problema, objetivos e questões de pesquisa ficaram compreensíveis.

Os dados qualitativos foram colhidos em pesquisa documental nos arquivos do SINERGIA-BA, conforme já indicado, no meu arquivo pessoal, no arquivo da entrevistada Carmilce Miriam, no Álbum de família de Vanderlice Reina, no arquivo de Marcos Nilton, nas publicações do *Jornal A Tarde*, levantamento este realizado pela historiadora Patrícia Verônica Conceição Santos.

3.6.2 Análise do Conteúdo

Após os procedimentos de transcrição das entrevistas, tarefa entre as mais relevantes e cansativas, ao mesmo tempo compensadora, finalmente foi montado o quebra-cabeça das falas miméticas, pois fiz uso de técnicas ou estratégias que batizei como de “vai e volta”, pois se escuta a narrativa várias vezes, localizando-a no tempo, nos textos e no contexto histórico e cultural, buscando-se várias fontes elucidativas como recomendam Bauer e Gaskell (2012). Retorna-se, assim, à gravação, à fala das/os entrevistadas/os e da pesquisadora, validam-se fontes, fenômenos e eventos atuais e passados, na busca de compreensão dos enunciados.

As entrevistas foram examinadas a partir dos conteúdos das falas, das conversações e de relatos escritos enviados por alguns participantes tanto do Brasil quanto da França posteriormente. Vale salientar que, primeiramente, elaborei o perfil biográfico com base no enredo da trajetória de vida de cada entrevistada/o para demonstrar que se trata de mulheres e homens e de suas experiências como militantes sindicais, possuidores/as de percursos pessoais. Essa construção foi feita, a partir do leque de escolhas possíveis presentes na vida de cada um/a, de maneira a dar valor ao seu ativismo construído no esquema metodológico anunciado. Isso significa que, para além de números, dados e estatísticas, mulheres e homens carregam suas próprias marcas e conquistas, as quais contribuem para o conjunto das lutas de classes e de resistência, das formas de opressão evidenciadas neste trabalho, como a milenar, e ainda tão presente no século XXI, opressão de gênero.

Os perfis biográficos foram assim nomeados por refletirem situações significativas e valorativas na história de cada participante. Estão dispostos no Apêndice C e foram registrados durante os primeiros achados de campo, cuja leitura interpretativa foi elaborada pela pesquisadora, com citações em alguns casos das falas e diálogos. Tais perfis constituem um mostruário, uma forma de análise do conjunto das oralidades recontadas, articuladas às principais questões da pesquisa e na forma qualitativa.

3.6.3 Codificação e Categorização das Narrativas

A depuração das entrevistas foi feita a partir de categorização das questões mais centrais para este trabalho, selecionadas conforme o percurso teórico feito até então. Essa categorização me conduziu à construção de quadros, alguns constantes deste texto e prévios à análise propriamente dita, os quais permitiram um panorama das evidências diretas na relação com as questões propostas no plano de pesquisa e correlatas ao tema estudado. Nesta etapa, fez-se uma separação dentro do material bruto, retirando-se o texto completo das partes que se articulavam com as categorias e com os objetivos específicos desta pesquisa, sendo elaborados Quadros de subcategorias com base em Sousa, Costa e Moreira (2016), que desenvolveram o *Software* WEBQDA, e também via retorno ao texto das entrevistas no decorrer das análises interpretativas.

Tais Quadros são considerados como Apêndices e foram objeto das

problematizações no processo de análise e do que estamos chamando de triangulação dos dados empíricos, documentais, teóricos e outros estudos (APÊNDICE D).

A categorização foi definida segundo os pontos mais relevantes nas evidências diretas supracitadas relacionadas ao roteiro semiestruturado. Este, por sua vez, teve um momento prévio de entrevista piloto, de modo a ajustar as conformações entre o planejamento e a execução das entrevistas. Essa entrevista piloto evidenciou, no processo de pesquisa, as três primeiras categorias centrais, vinculadas às trajetórias de vida das/dos entrevistadas/dos, quais sejam: trajetória pessoal, trajetória profissional e trajetória sindical – sendo trajetória e experiência as categorias transversais, que permeiam a pesquisa do início ao fim.

Em termos metodológicos de uma pesquisa qualitativa, na perspectiva de interseccionalidades/consubstancialidades, identificam-se as categorias vistas como permanentes e presentes em toda a extensão da pesquisa, de forma interdependente, imbricadas e entrelaçadas, sem perder de vista a dinâmica das dimensões de gênero, raça/etnia e classe social.

3.6.4 Codificação e uso do *Software* WEBQDA

Esta categorização serviu de base para se chegar à construção de uma codificação via WEBQDA, programa de computador específico utilizado na análise de dados qualitativos não numéricos e não estruturados, como imagens, textos, vídeos e áudios. A escolha de uma ferramenta computadorizada para análise dos dados deu-se em virtude da grande quantidade de entrevistas transcritas para serem analisadas, 19 no Brasil e 8 na França. Desse modo, o uso do *software* pôde me auxiliar, como pesquisadora, neste estudo, composto de grandes dados, diminuindo o tempo de codificação, análise e categorização (BAUER; GASKELL, 2012).

Na área de administração do WEBQDA, é possível criar, gerir ou anexar projetos. O projeto recebe um título curto e uma pequena descrição, como, por exemplo, aquilo que se quer investigar. No caso deste estudo, deu-se ao projeto o seguinte título “Gênero e sindicalismo: as trajetórias e experiências de militantes sindicais”. Já o sistema de fontes é o local onde o utilizador tem acesso aos dados inseridos. Essas fontes são subdivididas em fontes internas, fontes externas e notas.

Nas fontes internas, podem ser anexados os dados em formato de texto, em formato de áudio, em formato de vídeo ou de imagem. Não foram utilizadas fontes externas.

As fontes internas deste trabalho foram as 19 entrevistas realizadas com militantes sindicais do SINERGIA-BA, em Salvador, Paulo Afonso e Florianópolis, e as 8 entrevistas realizadas na França.

3.6.5 Processamento e Análise dos Dados Qualitativos

A interpretação dos dados obtidos a partir dessas entrevistas configurou-se como parte essencial para a formulação de um pensamento teórico alicerçado nos estudos de Gênero e Sindicalismo, nas interseccionalidades/consubstancialidade das categorias de análise das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe social. Sendo assim, nesta tese, enquanto pesquisa qualitativa, a parte de codificação foi o que possibilitou relacionar e agrupar aquilo que foi dito pelas/os entrevistadas/os com as categorias previamente estabelecidas pela apropriação dos estudos teóricos durante a fase doutoral realizada pela pesquisadora (BAUER; GASKELL, 2012).

Na etapa de codificação, foram processados os dados das fontes, neste caso, as entrevistas em formato de textos. Os códigos, divididos em código livre e código em árvore, não são organizados de forma arbitrária, mas com base nos recursos fornecidos pelo WEBQDA.

Entre os códigos livre e em árvore, constante do WEBQDA, escolheu-se como ferramenta metodológica o código em árvore, pois, diferentemente dos códigos livres, o código em árvore permite a criação de hierarquias em códigos maiores e subcódigos. O sistema em árvore é o que faz a ligação para as demais fontes internas e externas, num sistema hierárquico com ligação entre os códigos. No estabelecimento de hierarquias dos códigos, as categorias centrais, que são trajetória pessoal, trajetória profissional e trajetória sindical, foram colocadas como pontos destacados da árvore, seguidas dos subcódigos ou subcategorias.

Tendo o gênero, a raça/etnia e a classe como categorias transversais a todas as trajetórias, construiu-se assim o seguinte sistema hierárquico: trajetória pessoal subcodificada em família e movimento estudantil; trajetória profissional subcodificada em mercado de trabalho; e trajetória sindical subcodificada em militância sindical, despertar político, greves, filiação partidária, adesão sindical e experiências.

Diante desse resumo da trajetória da pesquisa como percurso metodológico,

fica evidente que, em nenhum momento deste estudo, tentei construir e substituir falas, conversas e histórias dos sujeitos participantes como conceitos frios, para tentar esconder o real. Ao contrário, o perfil biográfico individual, coletivo no conjunto vivenciado, por si só retrata a realidade dos 19 participantes do Brasil e dos 8 da França. Faço uso, de forma possível e com os recursos que a CAPES me disponibilizou para o estágio doutoral em Paris, a partir do roteiro de entrevista em língua francesa – adaptado pela Profa. Dra. Antoinette Fauve-Champoux para uma realidade mais ampliada –, de algumas falas da experiência de militantes sindicais franceses, dentro do mesmo esquema metodológico utilizado no Brasil.

No Capítulo 4, a seguir, apresento de forma mais aprofundada, as fontes documentais e os achados empíricos da pesquisa em campo, de modo que as/os leitoras/es possam conhecer, na narrativa de militantes do SINERGIA-BA, a questão central e as secundárias do fenômeno do sindicalismo renovado, que emergiu nos anos 70 e 80 no Brasil.

4 O DESENVOLVER DE NOVAS CONFIGURAÇÕES SINDICAIS

Para elaborar, em poucas linhas, uma reflexão sobre o movimento sindical brasileiro, baiano, do período 1970-1990, considero importante examinar o testemunho de um militante de esquerda – Marcos Vasconcelos –, antigo dirigente sindical e um dos líderes das oposições sindicais responsáveis pelo movimento de retomada (1979/1980) do SINERGIA-BA das mãos de uma direção sindical submissa ao controle do Estado desde a época do Estado Novo e que se estendeu até o período do governo militar que se iniciou em 1964.

O novo movimento sindical não apenas buscou uma autonomia administrativa e funcional, como também mudou o foco para as lutas de cunho político, social, econômico e cultural. Esse cenário retrata o rompimento com a prática sindical anterior, quebrando o vínculo ideológico e de submissão, principalmente no que tange à inclusão de itens reivindicatórios em combinação prévia com as direções das empresas CHESF e COELBA. A composição do comando do sindicato passa a retratar, então, a realidade política e social da época. A maioria dos seus dirigentes era de militantes dos partidos de esquerda – PT, PDT, PCdoB, PCB – e, também, de membros sem filiação partidária. Esses militantes eram representativos dos setores da área operacional.

Quanto às mulheres, como diziam os próprios dirigentes, constituíam “o mínimo de duas gatas pingadas”, demonstrando além da pouca participação, a falta de importância que lhes era atribuída pelos companheiros de sindicato. Porém, nessa mesma conjuntura, as mulheres passam de personagens ocultas a atrizes visíveis, com sua participação mais evidente em passeatas, piquetes, assembleias, seminários, embora também permaneçam com suas costumeiras atividades na cozinha.

Os documentos e fotos registram, a partir de 1982, na base do SINERGIA-BA/CHESF, a presença de uma delegada sindical, Alzira Barbosa, militante histórica da delegacia de Paulo Afonso, telefonista da Empresa, demitida nos períodos de 1982, 1992, 1997, sendo subsequentemente readmitida após os diversos períodos grevistas.

O SINERGIA-BA pós-1979 – ano da vitória eleitoral sobre a direção burocrática – incorporou várias bandeiras, aglutinando, ao seu perfil, requisitos e características ao assumir posição de relevância na liderança e no curso da luta do sindicalismo no Brasil e na Bahia, desde o final dessa década de 70 até o início dos anos 80 do século XX.

Abre-se um longo período de mutações e transformações no discurso, nas ações, na formação da militância, das lutas de classe, de apoio político e jurídico, através da atuação de profissionais de jornalismo e advogados, como também de apoio logístico como os serviços de gráfica, confecção de faixas, hospedagem e concessão de auditório para as assembleias, contribuindo para a organização dos/as trabalhadores/as dos diversos segmentos sociais da Bahia. Este sindicato no conjunto incrementa e participa da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT, em São Paulo, partindo de uma proposta classista arrojada que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT e, posteriormente, da Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

Assim, como declara Marcos Nilton Vasconcelos, o dirigente sindical anteriormente mencionado:

Ele [SINERGIA] teve um papel importante para a esquerda onde lá a gente servia de “guarda-chuva” para a reunião com as esquerdas. Serviu à questão da própria Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Tudo isso, [...]. as reuniões aconteciam por lá, e a gente ajudava as oposições. Então [ele] teve esse papel. O problema é que a gente poderia ter avançado com as massas na mobilização. Nós não conseguimos fazer. Eu me desiludi muito naquele processo de Valdir Pires⁷⁴, quando vi as coisas. Todo mundo achando que podia tudo, que podia tudo, e não podia nada. Diretor [da COELBA] indo para a assembleia para poder votar [...] (Marcos Nilton Vasconcelos, 65 anos, dirigente sindical durante 10 anos). (Grifos acrescentados).

O Movimento Contra a Carestia – MCC se constitui em um dos elementos que ilustram e permitem analisar a dimensão desses Movimentos Sociais cujas reuniões eram realizadas na Sede do SINERGIA-BA. Pode-se incluí-lo como um dos mais importantes e significativos, ocorreu em agosto de 1981 e ficou conhecido como

⁷⁴ Primeiro Governador eleito na Bahia (1986) a partir de um projeto amplo de aliança das esquerdas com o centro.

“Quebra-quebra dos ônibus”, como transcreve Ferreira (2008) de matéria do *Jornal da Bahia* de 11 de agosto de 1981:

No dia 10 de agosto de 1981, houve mais uma passeata organizada pelo Movimento Contra a Carestia (MCC), protestando contra o próximo aumento do transporte coletivo. O percurso foi do Campo-Grande ao Terminal da Barroquinha, e a passeata reuniu cerca de 500 populares no seu início, sendo incorporados, ao longo do percurso, mais simpatizantes [...] Hoje, às 19h30min, na sede do Sindicato dos Eletricitários, (SINERGIA) localizada entre o Aquidabã e a Sete Portas, o Movimento Contra a Carestia, (MCC) realizará uma reunião com a participação de populares, quando serão definidos novos encaminhamentos para o movimento reivindicatório. Além do MCC, a manifestação de ontem teve o apoio da **Federação das Associações de Bairros de Salvador** e de outras entidades populares da capital. (FERREIRA, 2008, p.51). (Grifos acrescentados).

O cenário descrito sugere o cerne dos anos 70⁷⁵, 80 e o advir dos anos 90, destacando-se pela retomada gradual, porém crescente, do movimento estudantil, do sindicalismo, dos movimentos sociais, sendo significativa por conta das mobilizações populares, das passeatas do movimento estudantil e de outras organizações sociais como as organizações femininas de bairro, tal qual o Clube de Mães, a Juventude Operária Católica – JOC e a Ação Católica Operária – ACO (SADER, 1988; MATTOS, 2009).

Quanto ao sindicalismo, interesse principal deste estudo, este se torna mais ativo e concreto com a entrada em cena da ação sindical que dá oportunidade a novos e velhos personagens, atores e atrizes, que constituíram, num esforço coletivo, outro protótipo de relações sociais no âmbito do capital e do trabalho na Bahia, mais concretamente desde 1979, em Salvador, Paulo Afonso, Itabuna, Senhor do Bonfim, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Feira de Santana e outros municípios baianos.

Os sindicatos desenvolveram suas atividades a despeito de estarem sujeitos às freadas bruscas impetradas pelo governo militar desde 1964 e durante o longo período de repressão, principalmente por meio do uso de atos institucionais, os quais arrancaram da cena social e política um contingente significativo de quadros da esquerda progressista, do movimento sindical, do movimento estudantil e de

⁷⁵“Na década de 1970, na segunda metade, o Brasil, sujeito aos efeitos dos programas de estabilização econômica aplicados pelos países industrializados, desde o início da crise do petróleo, cruzara uma conjuntura crítica concernente aos efeitos nocivos do endividamento externo. Este fato provocara a paralisação da fase de crescimento econômico” (BRUSCHINI, 1998, p.12).

representantes da Igreja Católica, que, a partir desse período, retornam com mais força ao cenário político.

Na ótica do sindicalismo internacional, o pensamento teórico de Sartori (1991) me possibilitou compreender realidades díspares, como a prática sindical em países do capitalismo dito avançado em relação a países como o Brasil, dito de capitalismo periférico. Esse autor, numa perspectiva dos estudos de Ciência Política, quando trata da questão do método, sugere que existe a possibilidade de comparar até aquilo que é, na aparência, incomparável, para que seja definido, de forma explícita, o fato social, isto é, o universo comparativo.

Neste sentido, é aqui introduzido, a título de ilustração, o ponto de vista da primeira mulher presidente de sindicato urbano na Alemanha, anos 80, a entrevistada Monika Wulf-Mathies⁷⁶, ex-dirigente de sindicato do segmento de transporte urbano público da Alemanha – OTV⁷⁷ nos anos 80, que discorre sobre a “crise do sindicalismo”, que não se limitou apenas à realidade europeia, como será destacado mais adiante neste capítulo:

Eu acho importante que essa história seja estudada e trabalhada. Falta muito interesse aqui para trabalhar esse assunto. Os sindicatos estão muito pressionados pelo desemprego. E há uma discussão se o sindicato não era coisa de passado, se ainda se precisava realmente do sindicato. Os sindicatos têm problemas de organizar e trabalhar com os operários de salários muito baixos, porque há muitos aqui [...] e está aumentando [...]. Fica muito difícil para os sindicalistas conseguirem a associação deles. Na sociedade alemã, o papel do sindicato não é considerado muito progressista hoje em dia, apesar de se precisar muito de sindicato porque as condições de trabalho estão piorando, piorando. O ano passado [2015] foi um ano melhor para os sindicatos, com greves importantes. Na Alemanha, há um desequilíbrio forte, cada vez mais forte, entre os pobres, os ricos, e deve haver um movimento contra essa separação, que é profunda na sociedade, e **o sindicato é esse poder que pode controlar ou tentar controlar**. Em referência aos sindicatos, está ficando mais forte no momento porque os relatórios especificam sobre os ricos no mundo, que são os 60 não sei quantos, e a grande maioria de pobres, o que está piorando [...]. A tarefa dos sindicatos é considerada mais importante nessa situação [...], na Alemanha existe uma classe média muito ampla e agora estamos nos aproximando do

⁷⁶ Entrevista realizada em 2016, na Cidade de Bonn, Alemanha, durante estágio doutoral na EHES, Paris. A ex-sindicalista ocupou Ministério Federal da Economia, do Partido Social Democrático da Alemanha (SPD), durante a gestão do Chanceler Karl August Fritz Schiller. Em 29 de setembro de 1992, foi eleita 1ª presidente mulher do Sindicato único na Alemanha (DGB), tendo conquistado 35 horas semanais para os trabalhadores, cuja jornada de trabalho era de 39,7 horas.

⁷⁷ Gewerkschaft öffentliche Dienste, Transport und Verkehr (ÖTV).

Brasil, que tem menos classe média, mais pobres e mais ricos.⁷⁸ (Monika Wulf-Mathies, 73 anos, doutora em Economia, Ex-Conselheira da União Europeia, filiada ao Partido Social Democrático da Alemanha – SPD. Entrevista realizada em sua residência, na cidade de Bonn, em 28 de janeiro de 2016).⁷⁹ (Grifos acrescidos).

Reconhecendo a distância da realidade social entre esses dois países, Alemanha e Brasil, a própria entrevistada, nas suas reflexões, expressa a sua visão de mundo sindical, na dimensão de classe, estabelecendo, de algum modo, algumas diferenças e analogias sobre a realidade social da Alemanha com o nosso país, visto como de capitalismo periférico, sujeito às lacunas de um país colonizado e, por isso, de substantivas desigualdades sociais – raça/etnia, classe, sexo/gênero e localização.

Para Wulf-Mathies, o sindicato, como instituição que detém um certo controle sobre as relações de poder, ao exercer alguma influência sobre as relações de produção, sobre a força de trabalho, poderá em tese contribuir para diminuir a opressão/exploração do capital como força de dominação e subalternização da mão de obra assalariada, freando a ação do capital, que reproduz o fosso que separa as classes sociais.

Ao trazer a visão numa abordagem metodológica das interseccionalidades, Patrícia Hill Collins (1989) me alerta para essas dimensões de opressão, e, com o mesmo entendimento, Kergoat (2016) menciona a via da consubstancialidade, que recorta a divisão sexual do trabalho – gênero e classe. Sandra Harding (1986) examina estas dimensões das categorias de gênero, raça/etnia e classe incidentes no institucional, no subjetivo e no simbólico, questão esta também tratada, de forma mais ampla, nas análises de Scott (1994). Por esse viés, examina-se como a categoria de análise *classe social*, como assinala a ex-dirigente sindical alemã, engloba outras dimensões da vida social, não apenas estagnada no ponto de vista das relações de produção. Provavelmente, nesta conjunção europeia, a raça não se constitui em uma dimensão tão abrangente em relação às desigualdades sociais – como no caso brasileiro sujeito às injunções da mestiçagem –, pelo fato de ser uma sociedade de hegemonia de pessoas brancas, portanto dessemelhante da

⁷⁸ O crescimento da classe média urbana possibilitou o surgimento de setores de serviços que contribuíram para expansão do setor terciário da economia.

⁷⁹ A entrevista foi traduzida do alemão por Eva Neuroth, crítica de arte contemporânea e amiga pessoal, que foi filiada ao Sindicato ÖTV.

substantivada exclusão brasileira. Não se deve esquecer, atualmente, a questão imigratória na Europa com relação a raça e nacionalidade.

Em relação à classe social, os dados apontam para o fato de que, entre os mais pobres, no caso brasileiro, é imprescindível responder: quem ergue o estandarte das desigualdades sociais? A população negra, as minorias étnicas, resumindo, especificamente as mulheres, entre elas, as mulheres negras, localizadas na periferia do mundo capitalista. Indicadores sociais têm demonstrado, de forma mais acentuada, as diferenças entre sujeitos sociais da população brasileira, negros e brancos, onde estão focalizadas as desigualdades de raça, neste caso, sendo mais assujeitadas as mulheres negras.

Indicadores sociais das desigualdades de gênero estão assinalados nos estudos que abrangem as últimas décadas do século XX até os primeiros anos do século XXI, destacando-se, entre estes, Bruschini (1998)⁸⁰. Já em relação aos estudos comparativos das desigualdades de gênero e raça, é possível examinar os dados de publicação do IPEA (2011), que assinala a persistência do racismo estrutural imputado à população negra, embora tenha aumentado a renda média em índices superiores aos da população branca. Nesse período, entretanto, as disparidades sociais entre essas duas populações permaneceram acentuadas. Em 2005, os negros apresentavam 55% da renda média recebida pelos brancos; todavia, em 1995 a renda média dos negros em relação aos brancos era menor, em torno de 45%.

Em relação às disparidades dos números concernentes a essas desigualdades de raça e gênero, em 1995, os homens negros apresentaram renda média superior à das mulheres brancas, embora, a partir de 1999, os homens negros tenham passado a perceber renda levemente inferior. Em 2009, a renda média das mulheres brancas correspondia a 55% da renda média dos homens brancos; já para os homens negros, esse percentual caiu para 53%. Mesmo com a diminuição da desigualdade social e de renda ao longo desses 14 anos estudados, é possível verificar que, em todas essas relações hierárquicas de gênero e raça, as mulheres negras permanecem excluídas, ocupando um lugar marginal na base da pirâmide social. Apesar de a renda média das mulheres negras ter alcançado, em 2009, 30,5% da renda dos homens brancos, se comparada ao percentual de 18% de 1995,

⁸⁰ Bruschini (1998) baseou-se na análise dos dados do IBGE e do Ministério do Trabalho, entre os anos de 1985 e 1995.

em 1995, é nítido que esse crescimento está abaixo do percentual alcançado pelos homens negros e mulheres brancas (IPEA, 2011).

Além disso, inclui-se neste fenômeno do racismo estrutural o sentido dado à localização regional – Norte/Nordeste. Essas regiões têm registrado a persistência do baixo assalariamento, do tratamento desigual na mercantilização da força de trabalho. Alguns indicadores destacam-se neste perfil da divisão sexual do trabalho, segregando homens e mulheres, conforme o IPEA (2011): escolaridade, formação profissional, sexo e idade são elementos usados para justificar o exercício de atividades menos complexas, além das condições físicas não adequadas. Esse discurso serve de desculpa para essa falácia, justificando a exploração do trabalho, a aplicação de menor remuneração, a reserva de mercado e a delimitação de nichos ocupacionais – as mulheres negras no trabalho doméstico, como auxiliares de serviços gerais, em empresas terceirizadas e na construção civil como serventes. Esse fenômeno, tido como racismo estrutural, vem sendo estudado e aprofundado por diversos pesquisadores, cujo foco está associado às questões de políticas de reconhecimento, como aponta Silva (2009).

Feministas brasileiras negras, como Luiza Bairros (1995) e Suely Carneiro (2003), em suas formulações, denunciam a ausência da categoria raça, na maioria dos estudos sobre gênero e trabalho no Brasil, dos anos 70 a 90. Outrossim, no que se refere às mulheres, além da segregação de gênero e classe, traduzida na divisão sexual do trabalho, a cor tem sido o fator crucial na determinação do acesso e da permanência das mulheres no mercado de trabalho, do valor atribuído a essa força de trabalho, dos baixos valores de assalariamento e do trabalho precarizado. Ademais, não se pode encobrir o fenômeno do racismo como elemento estruturante da formação da sociedade brasileira.

O propósito consiste em examinar a forma como a conjuntura política e social influenciou o processo de transformação social do movimento sindical brasileiro, desde o sindicalismo de controle do Estado até o sindicalismo chamado por alguns autores de autêntico, enfrentando o fenômeno do desemprego, da informalidade e da substituição da força de trabalho em postos manuais por sistemas automatizados e ações defensivas contra o neoliberalismo. Tal sindicalismo, como ressaltado por Barros (1998), inaugura uma nova experiência de consulta e participação de militância de base nos processos de negociação coletiva: as questões ligadas às condições de trabalho, à organização dos trabalhadores no local de trabalho, à

saúde e à seguridade dos trabalhadores, entre outras reivindicações como negociações diretas entre sindicatos dos/as trabalhadores/as e os sindicatos das/dos empregadoras/es, sem a arbitragem do Estado.

4.1 ATUAIS E ANTIGOS PERSONAGENS SÓCIO-HISTÓRICOS

Após nova leva de intervenções, a ditadura, no início dos anos 70, tratou de valorizar um “novo” modelo de atuação sindical, pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política dita de cunho redistributivo, que não chegou a se concretizar. Essa face assistencial dos sindicatos seria fortalecida pela injeção de recursos do governo, via financiamentos, doações, e reforçada pela conjuntura de início da crise da saúde pública, efetivada com a extinção dos institutos de aposentadorias e pensões (MATTOS, 2009).

Semelhante a esses fatos que marcaram a sociedade brasileira, a sociedade na América Latina⁸¹ viveria, na sua maioria, sob o tacão de violentas ditaduras militares, apoiadas e reconhecidas pelo governo dos Estados Unidos, na sanha de exterminar quaisquer indícios de uma infiltração comunista neste lado do mundo. Essa ação não ocorreu de forma tão pacífica, havendo resistência de segmentos pontuais da população, principalmente na figura do sindicalismo, do movimento estudantil, da igreja progressista, apesar de atuarem de forma discreta sob o efeito do medo e da tortura. Mesmo atuando de forma esparsa, não aglutinavam um coletivo coeso de pensamento e ações. Embora imbuído de necessária discrição, de certa lentidão pós-AI 5, o sindicalismo não abandonou sua intenção de criar novas possibilidades de retorno ao Estado de direito. O sonho da liberdade democrática era visível na conjuntura nacional, a despeito do discurso antagônico e omissos dos meios de comunicação, na leitura e ocultação de fatos graves irretratáveis da realidade social, como tortura, mortes e ações clandestinas imputadas de forma subjetiva e fantasmagórica ao comunismo, à guerrilha.

⁸¹ Diversos países da América Latina também sofreram com os sucessivos golpes de Estado apoiados pelos Estados Unidos: Guatemala e Paraguai (1954), Argentina (1962), Honduras (1963), Brasil (1964), Peru e Panamá (1968), Equador (1972), Uruguai e Chile (1973), República Dominicana (1978), Nicarágua (1979), El Salvador (1980), Bolívia (1982) (LIMA, 2004). A transição democrática ocorreu: na Bolívia em 1982; na Argentina, em 1984; no Brasil, em 1985; e no Chile em 1988 (VILLAÇA, 2010).

Nessa conjuntura histórica do final do século XX, a diferença apontada para o sindicalismo brasileiro advém de alguns elementos específicos que marcaram esse período: a modernização da economia decorrente do avanço do setor industrial, da tentativa de desvinculamento da ação de partidos e do próprio Estado e com o foco numa militância de base mais atuante e em uma arrojada luta reivindicatória centrada, particularmente, nos interesses econômicos da classe trabalhadora.

Em 1963, já existia a ASPETRO, que não conseguiu obter a carta sindical, somente alcançando o registro um ano depois para se transformar em sindicato diante da perseguição sofrida pelos seus dirigentes e da intervenção institucional declarada pelo Ministério do Trabalho na ditadura militar. No período de 1964 a 1972, esta Associação foi dirigida por três juntas interventoras, pois os dirigentes sindicais eleitos foram presos. O Polo Petroquímico de Camaçari foi criado em 1978, concomitante à obtenção da carta sindical do SINDIQUÍMICA.

Percebe-se, como reflexo dessas transformações econômicas e políticas, uma nova conformação do movimento sindical brasileiro, que se delineava de forma silenciosa, em vários espaços, seja por empresa, fábricas e/ou categorias ocupacionais: metalúrgicos, ferroviários, eletricitários, telecomunicações, têxteis, químicos, bancários, entre outros (MATTOS, 2009). No caso baiano, esse período caracterizou-se pelo desenvolvimento dos setores produtivistas como metalurgia, siderurgia e química.

A estrutura sindical corporativa do governo militar figurava como forte empecilho para uma mínima unidade de pensamentos, de ideias e de ações, na medida em que, a depender das especificidades e particularidades de cada grupo ocupacional, bloqueava-se a ação política, estorvando-se o trabalho dos sindicatos que se prendiam cada vez mais a questões mais gerais, a saber: reajuste salarial, piso salarial, horas extras, jornadas de trabalho, valor nominal e facial das diárias em caso de viagens, adicional noturno, entre outras.

[...] Cruzeiro novo. [...] o salário mínimo, tinha o Fundo de Garantia. [...] não tinha estabilidade. [...] terminou em 1967. [...] se não fosse a CLT, o trabalhador ia ser escravo. Não recolhia nada. [...] depois veio o PIS [...] agora, na época não tinha essas coisas aí, o seguro desemprego. (Valter Bispo, ex-comerciário, ex-Eletricista predial na COELBA, formação em eletrotécnico, filiado ao SINERGIA-BA. Entrevistado em maio de 2015).

O relato do electricista entrevistado retrata o panorama vivido por ele e demais assalariadas/os, nesta época, anos 70. A Bahia ainda estava no começo da industrialização de base, apresentava uma taxa média anual de crescimento do PIB de 8,7, no período de 1975 a 1979, como resultado do incremento da indústria de transformação. A economia baiana, entretanto, em 1982, cresceu 5,8% em relação a taxa do PIB nacional, de diminuto 0,8 (SEI, 2006). O Brasil apresentava taxas de crescimento do PIB, superior ao crescimento do PEA, inserindo uma demanda de trabalho que impulsionou a migração rural-urbana, ascendente intra ou intergeracional. Nada obstante, Inaiá de Carvalho (2008), em estudo sobre Salvador, alerta sobre o caro itinerário desta metrópole para sua população, que, apesar desse desenvolvimento, não alcançou, no conjunto, melhores condições produtivas de integração e de sobrevivência para essa população de vulneráveis. Assim, pode-se perceber essas condições da Bahia no relato do entrevistado Roque Afonso

Roque Afonso: – Naquela época, com exceção da Petrobrás, o comércio era pouquíssimo. Não tinha indústria, não tinha...

Vanderlay: – A Petrobras estava chegando ou já estava?

Roque: – Não. A Petrobras já estava se firmando. Mas a Petrobras era mais serviços de campo. Serviço assim mais de força bruta.

Vanderlay: – Mais de refino. Porque diz que começou o refino de Petróleo.

Roque: – Exatamente. Então, ou técnicos especializados ou pessoas que eram muito fortes. Então eles faziam quase que uma seleção de pessoas fortes, porque iam pegar peso. (Roque Afonso Pinto da Silva, ex-sargento do Exército brasileiro, anistiado político, aposentado, militante de base, SINERGIA-BA/COELBA).

Inaiá de Carvalho (2008) aponta dois fatores primordiais para essa condição social da economia baiana: a abundância de mão de obra e a dimensão do exército de reserva, constituindo a permanência das relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais e o trabalho doméstico. Mesmo com uma parcela da população de camada de renda alta e camadas médias desfrutando do mesmo espaço urbano convivia-se com o proletariado industrial, ao lado de um contingente de trabalhadores pobres, voláteis de vida, de empregos incertos e duvidosos.

A título de ilustração, o depoimento desses trabalhadores, tanto de Roque como de Valter, mesmo falando de lugares diferentes em relação à posição da classe social de pertencimento, revela as mesmas pretensões –, o ingresso no mercado de trabalho de forma competente e digna, apesar de se referirem a conjunturas e épocas diferentes, anos 60 e 70, respectivamente. O primeiro trabalhador relata a sua experiência na perspectiva de uma carreira militar, o segundo como ex-comerciário. Eles retratam a representação do espaço urbano, elementos do social e da economia baiana para a população de classe média, de baixa renda, dos moradores da periferia da chamada Velha Bahia – Salvador.

Valter discorre sobre a sua trajetória profissional, ocupacional, quando prestava serviços numa loja no bairro do Comércio, em Salvador, durante o período do governo militar. Ele menciona que se demitiu para ingressar na Coelba, em 1975, como eletricitista. Sua visão do Sindicato dos Comerciários retrata a conjuntura política e o perfil das instituições sindicais dos anos 70, de pouca possibilidade reivindicatória para os trabalhadores, como analisam os autores já citados sobre os sindicatos regidos pelos decretos do governo militar, ainda sob os auspícios do “milagre econômico brasileiro”, da modernização da economia e do avanço do setor industrial na Bahia:

Vanderlay: – E como era o sindicato nessa época?

Valter: – O sindicato dos comerciários era como é hoje. Não tem nada, só é mesmo fantasia. Brigam, conseguem um ticket refeição que aumenta CR\$2,00 (dois reais). [...] Se eu voltasse a ser de algum sindicato ia ser do Sindicato dos Eletricitários. [...] Eu não tenho vontade de pagar sindicato. (Valter Bispo, formação em eletrotécnico, aposentado da COELBA, ex-filiado ao SINERGIA-BA).

Ademais, a própria Justiça do Trabalho através dos Tribunais Regionais (TRTs) não reconhecia e acatava qualquer cláusula vinculada a itens sociais e de representação como as comissões de fábricas e outras como, por exemplo: concessão de Plano de Saúde, seguro social, auxílio-creche e auxílio-educação (fora dos limites da lei) e demais reivindicações de cunho social⁸². Alguns desses

⁸² Essas reivindicações chamadas como sociais eram acordadas entre as empresas e o SINERGIA-BA como “Carta compromisso”, documento este que não tinha como o ACT – Acordo Coletivo de Trabalho, *status* de lei.

itens já constavam na CLT, destarte eram ignorados pelo governo e pelo empresariado.

Além disso, a representação dos/as trabalhadores/as, como delegados/as sindicais, de maioria masculina, estava atrelada numericamente à coletividade de empregados/as e não às particularidades por setor ocupacional de trabalho, isto é, o “sindicato de Estado” acabava por proibir a constituição das “comissões de fábricas”, reivindicação antiga do movimento sindical brasileiro (IBRAHIM, 1986; ABRAMO, 1999; MATTOS, 2009; ROSSI; GERAB, 2009).

Segundo ainda os autores citados, na tentativa de manter essa estrutura corporativa institucional de controle dos sindicatos, o Ministério do Trabalho agia subsidiando, com recursos públicos, os sindicatos tidos como parceiros, afinados com a ideologia do governo militar dominante e com a proposta de crescimento econômico que não autorizava a reposição da inflação para a mão de obra assalariada. Outro mecanismo de manutenção dessa estrutura sindical, tutelada pelo Estado e distante das lutas de classes, foi a obrigatoriedade do imposto sindical, porquanto os/as trabalhadores/as eram instados/as a contribuir independentemente de afiliação sindical.

Devido a essa obrigatoriedade de contribuição anual⁸³, os sindicatos passam a funcionar mais como um elemento sujeito a forte rejeição por parte dos filiados e de não filiados, ao serem penalizados com o desconto de um dia de trabalho, mas que só atingia aqueles trabalhadores/as filiados/as. Esse artifício de contribuição forçada era o mote para quebrar a resistência dos dirigentes, reproduzir acomodação e desagregar o coletivo de trabalhadores/as, sendo ainda responsável pela ausência de unidade de classe, de autonomia sindical e de solidariedade, portanto funcionária ao mesmo tempo como um freio para o avanço das lutas sindicais. É fato comprovado que a adesão impositiva teve ressonância de caráter prático na maior parcela dos/as trabalhadores/as que ingressaram no mercado de trabalho na década de 70 (RODRIGUES L, 2002).

⁸³ “A Lei nº 13.467/2017, que institui a “Reforma Trabalhista”, não alterou as normas contidas na Constituição Federal de 1988. Assim permanece vigente o artigo 8º da Constituição de 1988 que considera a liberdade de associação profissional ou sindical, mantendo-se o custeio das entidades sindicais mediante o pagamento de contribuições. O governo Bolsonaro, através de Medida Provisória (MP 873) deliberou que a decisão do*a trabalhador/a seja individual e não por decisão de assembleia ordinária. A questão encontra-se no TST para análise da corte. (CALCINI, Ricardo Souza. Contribuição sindical: as dúvidas dos leitores neste mês de março. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 23, n. 5364, 9 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64610>. Acesso em: 13 out. 2019).

O ativismo sindical nos anos anteriores não pode ser negado. De fato, um dos propósitos do governo militar com esta ação de controle sobre os sindicatos era minimizar também os efeitos prejudiciais da extinção dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e camuflar a profunda crise da saúde pública brasileira. Esse aparelhamento dos sindicatos através de atos normativos governamentais apresentara os efeitos em parte esperados, como o incremento de 100% de filiados entre 1970 e 1978, dado confirmado nos estudos de Mattos (2009) e divulgados pelo IBGE (1992).

Contudo, segundo Mattos (2009), este percentual não equivalia ao aumento de filiados aos sindicatos, ao contrário o parâmetro se refere ao total absoluto da população economicamente ativa, de entrada e saída no mercado de trabalho. Este incremento relevante de filiados pode ser justificado pelo fato de os/as trabalhadores/as sindicalizados/as urbanos/as, ao assinarem o contrato de trabalho, serem pressionados no setor de pessoal das organizações patronais, obrigando-os/as, de forma indireta, a se filiarem ao sindicato da categoria.

Essa prática das empresas também foi identificada nos dados empíricos desta pesquisa. A maioria dos/as entrevistados/as, inclusive esta pesquisadora, também na assinatura do contrato de trabalho na COELBA, teve de se filiar ao STIEHTEEB /SINERGIA-BA. Esta prática de convencimento de afiliação era um instrumento de persuasão às/aos recém-contratadas/os nas duas empresas, tanto na COELBA como na CHESF, de se filiar ao SINERGIA-BA no ato de admissão, e os motivos apresentados foram baseados nos seguintes direitos: assistência médica, odontológica e jurídica, auxílio funeral extensivo aos dependentes, alojamento na sede do sindicato (no caso de pessoas de passagem na Capital, Salvador). Verificase que esta ação de convencimento de trabalhadores/as era prescrita no interior da COELBA, por seus empregados do setor de pessoal. O sindicato ainda se encontrava, nas décadas de 60 e 70, sob o jugo da direção do sindicato sem autonomia, no espaço do STIEHTEEB⁸⁴. Fica a seguinte questão: qual o interesse das empresas em fomentar a adesão da força de trabalho ao sindicato?

Durante muito tempo, no Brasil, o sindicato não aliado com as esquerdas de viés classista foi chamado, no jargão popular do meio sindical, de “Sindicato Pelego”, referido como o encosto de apoio às formas do Estado, usado a partir do

⁸⁴ No III Congresso dos Eletricários da Bahia (1992), o nome STIEHTEEB formalizou-se para SINERGIA-BA.

conceito cunhado por Poulantzas (1978) de “Classe-apoio”, para designar a base social e de classe de sustentação de uma determinada política estatal. Mesmo hoje, ainda é possível registrar o viés conservador em muitos sindicatos. Trópia (2009), por exemplo, faz reflexões pertinentes sobre os sindicatos conservadores, como o Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo (SMSP) que defende um sindicalismo de resultado.

O sindicalismo dos anos 70 esteve, durante quase toda essa década, preso ainda aos limites da ação do sindicalismo de Estado, diferentemente do sindicalismo de 1960 a 1964. Antes do golpe de Estado, os/as trabalhadores/as já tentavam romper com os limites impostos no intento de avançar, impulsionados/as a ultrapassar os impeditivos legais normativos da CLT. Entretanto, apesar da repressão do regime militar sobre o movimento social, mais incisivo no sindicalismo, os sindicatos mais reivindicativos não deixaram de discutir o rompimento com o corporativismo burocrático que insistia não apenas em anular a ação política e reivindicadora de trabalhadores/as sobre os dirigentes sindicais (SIMÃO, 1966), como também forçar, desde a metade dos anos 60, a não politização do dirigente e a burocratização de sua função.

4.2 A CONQUISTA DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS NA BAHIA

A greve do SINDIQUIMICA-BA, em agosto de 1985, se tornou um marco na história do movimento sindical baiano e brasileiro. Esse movimento paredista foi a primeira mobilização de grandes proporções liderada pelo setor químico e petroquímico do Brasil após a ditadura militar de 1964. As motivações para sua deflagração não se deram apenas por melhores condições de salário, todavia, dado o longo período de repressão das forças de segurança aos militantes de esquerda, que também compunham e lideravam o SINDIQUIMICA-BA, esta greve teve elementos políticos. Como consequência, diretores e dirigentes sindicais perderam os cargos e a estabilidade no emprego, diversos contratos foram suspensos, 171 trabalhadores/as foram demitidos/as, sendo que apenas 3 eram mulheres (SINDIQUIMICA-BA. [2018]). As demissões de diretores e dirigentes sindicais, militantes do SINDIQUIMICA-BA foi um dos últimos atos punitivos da ditadura militar brasileira.

Marcos Nilton: – Esses sindicatos todos começaram com o nosso..., não é?

Vanderlay: – Começaram como?

Marcus Nilton: – Dentro do nosso [SINERGIA]. Quer dizer, as oposições todas. Nós ganhamos o primeiro sindicato, na Bahia, de esquerda (1982). [...] lá se reunia a oposição do Sindicato dos Metalúrgicos [...].

Vanderlay: – Mas o primeiro não foram os Metalúrgicos?

Marcos Nilton: – Não. Primeiro fomos nós, depois ganharam os metalúrgicos, bancários [...] o pessoal do SINTEL⁸⁵ (Pinheiro foi presidente do sindicato).

Vanderlay: – Todo mundo se reunia lá?

Marcos Nilton: – Todo mundo ia lá.

Um dos principais eixos que giram no processo de efervescência política do Sindicalismo na Bahia que impulsionou esta nova prática sindical, está relacionado ao modo como a militância sindical, do final dos anos 70 e início dos anos 80, buscou mudar e transformar a sua experiência, alterando, desse modo e em parte, trajetórias de lutas e resistências da classe que vive do trabalho, como traz à baila Antunes (2011), e que é examinado de forma aprofundada no Capítulo 5. Esses movimentos rompem com a burocracia funcionalista e corporativista interna dos sindicatos cujos dirigentes mantinham-se viciados nesta inércia, inoperância ou melhor, como diziam trabalhadores mais ousados, “na maresia”.

Finalmente, como um “cuscuiz”, os de baixo da fervura – trabalhadores/as de postos manuais, operacionais e também costureiras do setor têxtil – assim como o vapor do cuscuzeiro não suportaram tanta pressão, tanto arrocho salarial, e colocaram a cabeça de fora e deflagraram os primeiros acenos do começo de um fenômeno social – o sindicalismo ressurgente.

As chamadas oposições sindicais atuaram na transformação do sindicalismo, caminhando lado a lado e de frente para as militâncias de base, deslocando-se do ambiente interno burocrático das sedes dos sindicatos – verdadeiros palácios inoperantes de mármore e granito, a exemplo das instalações da Confederação dos Urbanitários (CNTU), em Brasília – para o ambiente externo, porta das fábricas, das

⁸⁵ SINTEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações.

empresas e nas passeatas⁸⁶. Vários/as autores/as, dirigentes sindicais, militantes de base, entre estes, Sader (1988), Negro (2004), Mattos (2009), Rossi e Gerab (2009) e Lula, conforme depoimento concedido a Oliveira e Noronha, em estudo publicado pelo DIESSE (2015), ao abordarem este tema, pouco divergem entre si sobre a abrangência do surgimento desse fenômeno social que impactou as relações sociais de trabalho e de atuação da militância, atualizando não só o estilo de luta, mas efetivamente a sua metodologia. O movimento explodiu na grande ABC, em Osasco e Diadema, e assim expressa Luís Inácio da Silva, o Lula, citado por Antunes (1985, p. 83): “O arrocho salarial faz com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora no mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas”. Imagine-se que os operários do Estado de São Paulo, da categoria metalúrgica em particular, eram considerados os mais bem pagos no conjunto da força de trabalho brasileira.

É evidente que estar localizado na Região Nordeste, por si só, justificava menor assalariamento, e os sindicatos ainda permaneciam sob o domínio de dirigentes na linha conciliatória de sindicatos e empresas. A primeira medida a ser acionada era organizar um grupo de oposição para compor uma nova direção dos sindicatos. O SINERGIA-BA, nesse sentido, teve um papel relevante e decisivo. Contudo, como menciona o entrevistado João Magalhães, o movimento não começou apenas em Salvador, mas também em Recife-PE, Campina Grande-PB e Paulo Afonso, na Bahia. Inclusive, no meu entendimento, os sindicalistas, na pretensão de valorizar o seu campo político-partidário, omitem o engajamento do movimento estudantil, de antigos militantes da esquerda, das várias correntes do PCB, do PCdoB e do MR8 e dos sem partido. Nesta conjuntura, havia a presença significativa de um contingente de mulheres, que apenas nas fotografias podem ser

⁸⁶ No SINERGIA-BA, foram criados vários recursos de comunicação e divulgação: 1. O Jornal *Alarme*, de publicação mensal e de conteúdo geral de andamento das campanhas, mobilizações, paralisações, deflagração de greves, geral, parcial, 24 horas, advertências, entre outras, das lutas da categoria eletricitária da CHESF e COELBA; 2. Informativo Semanal específico das demandas específicas de encaminhamento das reivindicações e denúncias específicas de cada empresa; 3. Distribuição de “mosquitinhos”, pequenos panfletos de efeito surpresa, tamanho ¼, convocatórios das/os trabalhadoras/es para a área externa da COELBA ou CHESF, às 7 horas da manhã ou às 12 horas, na entrada da empresa ou em “cordão polonês” na passagem para o restaurante e refeitórios. Essa mobilização relâmpago surtia efeito surpresa, de imediato, e seu alcance e extensão eram bem amplos quando realizada nos locais de trabalho de maior concentração de pessoal. O tamanho do “mosquitinho” facilitava sua elaboração e distribuição, assim como o efeito multiplicação. Difícil para a empresa naquela época possuir a mesma agilidade de ação através dos seus canais de comunicação. Nesse contexto, havia a possibilidade de usar o próprio recurso da empresa via malote, mas, se não estivessem em temporada de greves, tinham de fazer uso da Empresa de Correios oficial.

notadas, visibilizadas, mas sentadas no final das cadeiras do auditório do STIEHTEEB, atual SINERGIA-BA. Nos depoimentos, vários/as entrevistados/as registram a presença de mulheres militantes como Clélia Bispo, sem partido e Alzira Barbosa, da CHESF, Célia Lima, da COELBA e Idalina (militantes do quadro do PT). No entanto, na entrevista dada por Lula a Oliveira e Noronha (2015), em 22 de julho de 2011, ele afirma que, anos depois, observou que alguns militantes metalúrgicos tinham vínculos com a esquerda. Esse relato de Lula calha com os depoimentos de Marcos Nilton, Tereza Rodamilans e o de João Carlos Magalhães, a seguir transcrito:

Os jovens estudantes daquela época muito cedo já faziam uma opção de grupo político, que era uma coisa do ponto de vista político se pensar hoje: “Ah, foi um erro, foi uma coisa de juventude.” Até concordo. Mas também naquela época não tinha saída. O próprio partidão era muito criticado pela *moleza* dele, da forma que ele via a política. Ele não confrontava [...], e o jovem tinha aquele impulso de fazer as coisas. Então, muita gente saiu, partiu para fazer seminários. Vários colegas meus foram presos, um deles foi Naldenor que foi meu colega no Central [Colégio]. (João Carlos Magalhães, engenheiro elétrico, militante de base).

Prosseguindo nesse veio, a pesquisa também traz à baila o argumento do dirigente sindical Marcos Nilton sobre a participação integrada entre movimento estudantil e movimento sindical da categoria eletricitária⁸⁷. Ele começou sua trajetória ainda no movimento estudantil, desde o Instituto de Educação Isaías Alves – ICEIA, Colégio Antônio Vieira e Escola Politécnica, inclusive foi contemporâneo de Theodomiro Romeiro dos Santos⁸⁸, personagem histórico do movimento de 1964.

Os estudantes tiveram um papel fundamental, porque nessa época a CHESF tinha escola. A CHESF tinha hospital. E o Gilberto Santana⁸⁹ era líder estudantil da COLEPA. Então, os professores da CHESF pararam porque os estudantes exigiram. E quem são esses professores? Quem são as grandes lideranças depois? Lázaro Bilac de Souza e Loureiro⁹⁰. Quer dizer, então, eles foram empurrados

⁸⁷ Detalhes do perfil deste atuante militante encontram-se no final deste estudo (Apêndice C.1).

⁸⁸ Líder estudantil do Colégio Marista que, ao receber voz de prisão dos agentes do governo, defendeu-se atirando em dois agentes. Um deles morreu, um sargento da Aeronáutica.

⁸⁹ Dirigente sindical do SINERGIA-BA, aos 21 anos já era filiado ao PCdoB, natural de Paulo Afonso, mas empregado da COELBA no Município de Juazeiro. Frequentou o Colégio Paulo Afonso – COLEPA.

⁹⁰ Lázaro Bilac de Souza e Carlos Alberto Loureiro da Costa: ambos foram Presidentes do SINERGIA-BA. Hoje, Lázaro é advogado do Departamento Jurídico da CHESF; afastou-se do SINERGIA-BA em 1987. Loureiro advoga na área trabalhista.

para a greve, eles não eram as grandes lideranças do movimento. Então, eu conheci algumas dessas lideranças, lá em Recife. Mal acaba o movimento, [...] a ter a eleição. [...] eles precisavam de pessoas, já que o sindicato tinha eleição lá, e tinha eleição cá também. Aí eu faço até uma pausa, é um detalhe que soube há pouco tempo agora. Tem um filho de Napoleão Topázio [...] no período da eleição, a gente teve [...] a gente não entendia nada do processo eleitoral, não entendia de nada. Mas precisava ter fiscal, precisava indicar mesário. Então você tem que ter uma forma. Como agora você tem a equipe de “transição”. Você na época da eleição tem que ter forma de contato. E o Topázio [...] eu acho que o Topázio não era um pelego...⁹¹ Nada, nada demais! Era um cara que se conformou com a situação. Foi pego dentro de uma situação e ficou conformado dentro daquela situação. (Marcos Nilton Vasconcelos, 65 anos, Engenheiro elétrico, dirigente sindical – 1982-1992).

O exposto na fala de Marcos Nilton não se constitui em um consenso no pensamento da militância, o que não poderia ocupar este lugar neste estudo, pois não se busca uma harmonia de ideias e pensamentos. Ao contrário, o que avulta é a cata de novas perspectivas históricas e teóricas sobre o sindicalismo no âmbito do feminismo e das relações de gênero. Oriunda do seio da experiência de militante sindical, Tereza Rodamilans traz outra visão sobre o viés do “peleguismo”. Ela introduz um novo pensar a respeito desse perfil de dirigente, constituído, desde o Estado Novo, como figura central para viabilizar o sindicalismo nessa época. Argumenta, sobretudo, quanto às características identificadas, por ela, no perfil de dirigentes de sindicatos ditos “peleguistas”, de modo diferenciado da leitura interpretativa dos fatos históricos:

A gente tem várias posições. Porque esse Napoleão de que eu estava falando, que ficava esperando lá [sede da COELBA], ele fazia parte da classe dominante. Ele sentava também e almoçava com o diretor da COELBA. Então, ele [...] mantinha um controle sobre o pessoal de nível mais baixo (eletricistas, operadores de SE, auxiliares). Ele mantinha, sim, [controle sobre] os técnicos, os eletricistas. Eletricistas, principalmente. (Tereza Rodamilans, engenheira elétrica, militante de base, aposentada, Representante em Comissões Paritárias, Conselho de Curadores da FAELBA).⁹²

⁹¹ “Pelego” foi o termo que se popularizou durante a Era Vargas, nos anos 30. Na época, a *Carta Del Lavoro* escrita pelo Partido Nacional Fascista, liderado por Benito Mussolini, na Itália, apresentou orientações que deveriam ser seguidas nas relações de trabalho na sociedade, nomeadamente entre o patronato, os trabalhadores e o Estado. Segundo este documento, todos deveriam seguir as orientações e o interesse do Estado. O termo “pelego” voltou à tona durante a ditadura militar de 1964 e passou a ser direcionado para dirigentes sindicais indicados pelos militares.

⁹² Fundação Coelba de Seguridade Social.

É importante analisar as reflexões de Tereza Rodamilans quando ela própria se interroga e, ao mesmo tempo, faz elaborações pertinentes quanto à classificação, ao posicionamento e ao deslocamento desse dirigente sindical em transpor fronteiras de classe para ocupar lugar de tomada de decisão pertencente a outra classe, ou seja, da ideologia dominante (diretores das empresas estatais). Napoleão Topázio, como presidente de um sindicato relevante do ramo eletricitário, cujo princípio na concepção marxista seria de viés classista, assumiu a posição de defender o trabalhador, de forma jurídica, embora não ideológica, como preconiza Marx; Engel (1998), dado o vínculo de pertencimento de origem. Esse vínculo implicaria o exercício de poder, prestígio e *status* conforme a concepção marxiana.

Destarte, esses elementos, no meu lugar de pesquisadora situada, me obrigaram a interrogar a interlocutora, analisando a conduta desse dirigente de dentro do espaço sindical, embora na distância imposta pelo tempo social, conforme aconselha Collins (1989, 1991) para compreender como um dirigente sindical pode vir a defender outra classe que não a classe trabalhadora. Neste sentido, não pretendo negar as demais tendências, a diversidade de correntes do sindicalismo: de Estado, do sindicalismo propositivo, do sindicalismo amarelo e do peleguismo. No pensamento da militante de base Tereza Rodamilans, examinando do ponto de vista do lugar da sua fala (mulher, engenheira, mãe, sindicalista e gestora), várias posições podem ser questionadas ao examinar essas relações sociais entre a direção do sindicato (presidente) e as direções das empresas, no caso COELBA e CHESF.

Indo mais além, a título de ilustração, apropriando-me do saber específico dos estudos de Peter Loizos (2012), busquei analisar, através de filmes, vídeo e fotografias, como método de pesquisa qualitativa, as ações do presidente do sindicato nessa época. Pesquisei, então, testemunhos de ações temporais desse passado e de acontecimentos reais registrados, tais como as fotos encontradas, nos arquivos do atual SINERGIA-BA⁹³, em que aparece, na inauguração de melhorias na sede do sindicato nas Sete Portas, em 1970, o então governador do Estado da Bahia, Luiz Vianna Filho. Surpreendeu-me como pesquisadora, e mais ainda como militante sindical, esta revelação das relações entre a representação sindical, a

⁹³ O STIEHTEEB – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia. Após a retomada pelas oposições, intitulou-se como SINERGIA-BA, em 1992.

direção do sindicato e o governador do Estado, ainda mais, em pleno governo da ditadura militar.

A foto da Figura 3, como imagem, por si só fala o que a história não pode negar: ilustra a memória episódica, não tão abstrata, das relações de poder entre as classes dominantes e o Sindicato, como apontam estudos como o de Simão (1966); Negro (2004); Santana (2008) e Mattos (2009). Outras fotos também ilustram esse momento em que componentes do sindicato, dirigentes e trabalhadores, demonstravam, nos seus trajas, que não eram os ocupantes de postos manuais, pois se vestiam a caráter – paletó, calça e sapatos finos, diferentemente do seu dia a dia de trabalho (Figura 4).

Figura 3 – Foto do Governador Luiz Vianna Filho, ladeado por Napoleão Topázio (à direita) e outros diretores, com Monsenhor Sadoc, na inauguração de melhorias nas instalações do STIEHTEEB, Salvador, 1970.



Fonte: Arquivo da sede do SINERGIA-BA, Salvador (1970)

Figura 4 – Foto de Evandro Paiva Araújo, dirigente sindical da oposição a Napoleão Topázio, mandato 1981-1990.



Fonte: Arquivo da sede do SINERGIA-BA, Salvador (1970);

A presença do governador na inauguração de melhorias na sede do sindicato bem demonstra as relações de dependência e ausência de autonomia sindical, pois provavelmente as instalações do STIEHTEEB foram financiadas com dinheiro público. Indo mais além, Tereza Rodamilans levantou a seguinte suposição: o presidente do sindicato Napoleão Topázio se constituía em uma parcela da classe dominante, mesmo se tratando de um dirigente sindical, na perspectiva do “fazer sindical”, sendo visto por alguns da oposição como “sem autonomia, eivado de subalternidade à classe dominante, imbuído da postura assumida de colaboração com a direção da CEEB, em seguida à da COELBA”. Assim, pode-se questionar: o presidente do SINERGIA-BA, nos anos 70, não tinha autonomia? Ou ele não procurava essa autonomia, não sabia como procurá-la? Esse saber do dirigente sindical, como aponta Foucault (1992) não pode ser entendido, porém, como saber inocente.

A postura subserviente do dirigente sindical nessa época do sindicalismo atrelado ao poder estatal foi assim por mim colocada quando da entrevista com Marcos Nilton Vasconcelos:

Eu conheci Napoleão Topázio. Eu, numa posição de secretária do diretor administrativo da Coelba, em 1970. E ele chegava e ficava sentado defronte de mim, na secretaria. Passava um dia, passava o outro, o diretor não dava a mínima para ele. E eu ficava agoniada, ia lá dentro: “Oh doutor, o senhor não podia atender ele, não? Fica esse homem aí, defronte de mim”. Incrível, a situação daquele homem! Eu até não entendia, quando vocês, depois que ele saiu, ficavam conversando lá dentro [na Diretoria] no ano de 1985, naquela primeira greve da COELBA. A realidade que eu via dele era outra. Ele era muito humilhado, ali. (Vanderlay Reina, pesquisadora, dirigente sindical (1987-1990), interlocução durante a entrevista de Marcos Nilton Vasconcelos, em 21 de outubro de 2016, Piatã, Salvador/BA).

Nessa perspectiva multifacetada de poder, Foucault (1992) é quem mais se aproxima das minhas suposições sobre o tema tratado. Ele se propõe a analisar o poder dominado em duas perspectivas. Ele menciona, em primeiro lugar, os conteúdos históricos que foram encobertos, mascarados, em contradições funcionais e sistematizações formais. Em segundo, os saberes que não são levados em consideração, desqualificados como não competentes, insuficientes, inocentes, na hierarquia inferior. Em relação à classe dominada, não é de estranhar que o

dirigente de um sindicato atrelado às determinações do poder estatal sofresse na época discriminações e humilhações por parte da classe dominante configurada na direção da empresa, apesar de obter algum ganho pessoal com sua posição subalterna.

É oportuno ressaltar que essa segunda opção de saberes de que fala Foucault oferece pistas para compreender as coligações e conexões, como avalia Collins (1989), ao estudar as interseccionalidades nas dimensões das relações de gênero, classe e raça, o que poderá contribuir para o entendimento das relações de poder no sindicato, pois, no sentido local, as mulheres são tidas como sujeitos que não dominam o saber político sindical (CASTRO, 1995; COSTA, A. A., 1998). No geral, o sindicato, mesmo quando parece resistir às regras, às normas coercitivas do Estado e das instituições legais, costuma, numa perspectiva ainda patriarcal, querer aplicá-las às mulheres. Daí que, nesse período, pode ser constatada a ausência significativa de mulheres no Sindicato dos Eletricitários da Bahia, como em geral, no resto do País.

No Estado da Bahia, o SINERGIA-BA foi um dos mais fortes sindicatos de resistência e de lutas, principalmente nos anos 80, imbuído por ideais de justiça social, direito dos trabalhadores, cidadania e socialismo. O Sindicato esteve à frente de várias greves que deixaram preocupação em relação a um possível *blecaute* – falha no fornecimento de energia elétrica em uma determinada área –, mas também desencadearam repressão violenta do poder local, como a invasão do Sindicato em Paulo Afonso pelo Exército em 1982. Esse sindicato esteve sempre na dianteira da defesa dos direitos do cidadão na Bahia, liderando intensas mobilizações juntamente com outros sindicatos como o dos Bancários, o SINDQUIMICA-BA, os dos Metalúrgicos, Petroleiros, entre outros, como as passeatas pelo *impeachment* do presidente Collor em 1992, juntamente com o Sindicato dos Bancários.

Em dezembro de 1977, na primeira tentativa de eleição realizada, a oposição sindical não conseguiu eleger-se; a Chapa 1, da corrente do então presidente Napoleão Topázio, obteve 1.450 votos, portanto permaneceu na direção do sindicato. A avaliação do processo eleitoral depois dessa derrota exigiu organização, e um dos expedientes adotado foi principalmente o de novas filiações, e a campanha de filiação se constituiu em uma das estratégias utilizadas pelas novas oposições para conquista da direção do sindicato, questão está confirmada pela ex-diretora Clélia Bispo: “Entrei no setor elétrico em 1964, eu só fui sindicalizada em 1979

quando o sindicato que era a oposição começou a batalhar para tomar o sindicato da mão do 'Pelego'". Verifica-se que, em 1977, o número de filiados era insignificante, estando em torno de 2.900, e o quórum exigido era de 50% mais 1 voto. Essa direção do sindicato de perfil peleguista, próxima à direção das empresas e distanciada das bases, não se interessava pelo aumento de sindicalizados, pois vivia de contribuição sindical e assistência do Estado para manter seus programas assistenciais de interesse do governo.

Em 1980, finalmente, a oposição sindical representada pela Chapa 2, conseguiu vencer as eleições com 3.486 votos, tendo como presidente Lázaro Bilac da Silva, da CHESF, e Marcos Nilton Vasconcelos como vice-presidente, da base COELBA. A posse se deu em 31 de janeiro de 1981, notando-se nos registros a presença de uma mulher, Maria do Socorro Oliveira Aguiar, na diretoria executiva.

No mandato de 1984 a 1987, com 4.286 votos, permaneceu a presidência com Lázaro Bilac, com a vice-presidência de Eduardo Bomfim, ambos da base CHESF. Nesse mandato, registra-se a presença da militante de base Clélia, na suplência da diretoria executiva. Ressalte-se que essa militante, durante a greve de 1982, destacou-se ao fazer parte da "Comissão Cuscuz", que se manteve no anonimato por conta da repressão do governo militar, dirigindo o Sindicato na Sede em Salvador, na ausência dos diretores efetivos.

No mandato de 1987 a 1990, a Chapa única foi encabeçada por Carlos Alberto Loureiro da Costa da base CHESF, da qual fiz parte como Vice-presidente, representando a base COELBA, sendo a primeira mulher a assumir esse cargo e com a responsabilidade de conduzir as negociações entre o Sindicato e a COELBA.

Como assinalou Tereza Rodamilans em relação à participação dos engenheiros, muitos profissionais de outras áreas como Serviço Social, Economia, Contabilidade e técnicos da área operacional participaram da renovação do SINERGIA-BA:

Eu cheguei à COELBA, grávida. Pari em maio. Tive 3 meses de licença. Eu participei pouco do processo (oposição sindical). Não foi muito, porque eu tinha meu filho pequeno e tal. Mas o pessoal do entorno, os engenheiros, já estavam se mobilizando. Então, tinha saído da universidade um grupo que tinha um novo pensar. E estava lá também, fez parte do movimento. Eu acho que o pessoal que estava lá nem se dava conta de como esses engenheiros foram importantes nesse momento. Não que foram eles que tivessem construído, mas assim, para a classe dominante, o engenheiro

também estar no movimento fazia um peso diferente. Por que só o peão? Como [se fossem] eles sempre... No meu modo de ver hoje, não. Claro que, naquele tempo, eu não via isso. [...]. (Tereza Rodamilans, 63 anos, aposentada, Representante em Comissões Paritárias, Conselho de Curadores da FAELBA).

Em 1990, ocorreu a posse da nova direção, intitulada ELETROCUT, formada pela aliança entre os partidos PT e PC do B, que afastou lideranças de peso da luta sindical, com a justificativa de somente fazer aliança com os chamados “Puros Sangue”. A Ata de Apuração demonstra que 9.534 associados⁹⁴ encontravam-se habilitados a votar, tendo comparecido e votado 7.146 filiados. O resultado do pleito apontou a Chapa 1 com 4.369 votos, cabendo à Chapa 2, 2.569 votos. Esta chapa derrotada era encabeçada por uma mulher, esta pesquisadora, e vinha de um mandato anterior como vice-presidente, sendo também paritariamente composta de modo igualitário (50% de mulheres e 50% de homens), entre eletricitistas, assistentes sociais, professores, eletrotécnicos, operadores de usina e auxiliares administrativos. Já a Chapa 1, vencedora, se destacou pela presença de duas mulheres valorosas sindicalistas militantes: uma do PCdoB – Carmilce Carneiro⁹⁵ no Conselho Fiscal – e outra militante do PT, na suplência – Benigna Nunes de Lima.

A partir desse marco político, ficou evidente, gradativamente, o afastamento de parte da militância do cotidiano do SINERGIA-BA (das assembleias, das mobilizações, das campanhas salariais), corroborando, de certo modo, para o enfraquecimento do SINERGIA-BA, que perdeu a coesão na luta iniciada nos anos 80, principalmente em decorrência do processo de reestruturação produtiva, por ocasião da privatização da COELBA em 1997.

Hoje não tem mais o mesmo significado por conta do tempo, do momento das organizações. Mas nas décadas de 80, 90 até 2000 [...] o sindicato exercia o papel dele, com as dificuldades [...], mas exercia. E eu vejo assim, que sem essa participação sindical, sem essas lutas do sindicato, a gente estaria numa situação infinitamente pior do que a que conseguimos estar hoje. Trabalhador, dentro da organização COELBA [...] por falta de lutas, de batalhas não tem mais demonstração de nada. É tudo muito frio [...]. (Marise Souza Santos, Eletrotécnica da COELBA, militante de base sem mandato, Presidente da CIPA).

⁹⁴ Ata geral de apuração das eleições para direção do SINERGIA-BA, 08 de dezembro de 1989.

⁹⁵ Vide perfil da entrevistada no Apêndice C.1.

Em 1992, o Sindicato, entre ativos e aposentados, possuía 9.914 associados/as na Bahia, incluindo os municípios das usinas da CHESF, em Paulo Afonso e Sobradinho⁹⁶. Esta eleição no mesmo campo ideológico possibilitou a presença de 3 mulheres como suplentes da Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal. Essa leve inserção talvez seja explicada devido à mudança do Estatuto que inseriu a proporcionalidade na direção e a possibilidade de mais acesso ao cargo de Coordenador em sistema de revezamento. No mandato 1995-1998, finalmente, uma companheira (Benigna) chega à Diretoria Executiva, contudo foi um mandato pouco visibilizado para os filiados da base COELBA, pois Benigna certamente esteve mais vinculada à militância da Usina de Sobradinho – CHESF.

Na eleição de 1998, dos 4.386 associados habilitados a votar, apenas compareceram 2.588. Nesta eleição, na chapa vitoriosa, entre os 36 componentes eleitos para os cargos diretivos, havia apenas 2 mulheres na suplência da Diretoria Executiva, Maria Cristina Brito, base COELBA e Maria de Fátima Araújo, base CHESF, 1 na suplência da Diretoria Plena, Maria de Fátima Barbosa e outras 2 Conselho Fiscal, Darti Roullet e Vania Lima Fonseca.

Verifica-se, neste período dos anos 90, com base nas ATAS de eleição, a *grosso modo*, a redução do número de filiados/as em decorrência da reestruturação produtiva na CHESF e, principalmente, na COELBA, nesta visando a privatização, o que veio a ocorrer em 1997. Essa reestruturação mais concreta e agressiva de redução do quadro de pessoal da COELBA certamente concorreu para mudar o perfil do SINERGIA-BA. Ficou constatado que houve redução do número de greves, além da diminuição do número de militantes, a perda de conquistas históricas (a gratificação de férias), a demissão e a remoção de ex-diretores do Sindicato quando do retorno à empresa, forte pressão da empresa para o encaminhamento ao Programa de Demissão Voluntária de um número expressivo de eletricitistas, operadores de Subestações e técnicos administrativos, setor este composto, na maioria, por mulheres. Foram os trabalhadores de postos manuais das áreas operacionais os mais atingidos com as medidas adotadas pela COELBA, contribuindo para a transformação do perfil do SINERGIA-BA, que hoje se caracteriza conforme (DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000, RODRIGUES, I. J., 2015) como de um sindicalismo apenas defensivo.

⁹⁶ Atas gerais de apuração das eleições para direção do SINERGIA-BA, 1977 a 2001.

4.3 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER NA NOVA ESTRUTURA DO SINERGIA-BA

Desde a criação do Sindicato dos Eletricários da Bahia, inicialmente com a denominação de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétrica do Estado da Bahia (STIEHTEEB), até a instituição do Sindicato dos Eletricários da Bahia – SINERGIA, as relações de poder dentro da entidade sindical sempre foram favoráveis à participação ativamente majoritária dos homens em detrimento do protagonismo das mulheres, que sempre estiveram dentro do espaço sindical, lutando para uma participação mais efetiva e igualitária. O Quadro 4, a seguir, busca espelhar essas representações de Gênero na Estrutura Diretiva do SINERGIA-BA, de 1978 a 2001.

Quadro 4 – Representações de Gênero na Estrutura Diretiva do SINERGIA-BA –1978-2001

Mandatos Diretivos	Presidente coordenador	Vice-presidente	Diretoria executiva	Suplentes Diretoria	Conselho Fiscal	Rep. FNTU/CUT
1978 1981	1 H	1 H	5 H	7 H	3 H (s)	3 H 3 H (s)
1981 1984	1 H	1 H	4 H 1 M	7 H	3 H 3 H (s)	3 H 3 H (s)
1984 1987	1 H	1 H	5 H	4 H 1 M	3 H 3 H (s)	3 H 3 H (s)
1987 1990	1 H	1 M	7 H	7 H	3 H 3 H (s)	3 H 3 H (s)
1990 1992	1 H	1 H	5 H	7 H	3 H 3 H (s)	1 M 2 H 3 H (s)
1992 ⁹⁷ 1995	1 H	–	12 H	10 H 3 M	3 H 1 M	3 H 3 H (s)
1995 1998	1 H	–	11 H 1 M	5 M 7 H	1 M 2 H 3 H (s)	3 H 3 H (s)
1998 2001	1 H	–	12 H	1 M 12 H	1 M 2H	3 H 3 H (s)

Fonte: Atas de posse da diretoria do SINERGIA-BA.

Legenda: Homem (H), Mulher (M) e suplente (S).

⁹⁷ Neste período houve mudança no Estatuto do SINERGIA-BA, contemplando a inclusão das chapas de tendências diferenciadas da CUT (PT e PC do B) dividindo proporcionalmente cargos na diretoria do sindicato. Contudo, a proporcionalidade somente ocorre para Diretoria Plena. Na Executiva, apenas uma corrente pôde compor os 13 cargos da diretoria. Aumentaram, numericamente, os postos: de 7 e 9 para 13 diretores. Adotou-se o sistema de coordenação com revezamento anual.

Os dados evidenciam a hierarquia de gênero nas relações entre homens e mulheres no SINERGIA-BA, e, apesar de a composição ser entre iguais, não permitia às mulheres galgarem ainda postos na executiva, como aconteceu em 1987. As mulheres sempre marcaram presença nas comissões paritárias, na fase de consolidação do chamado sindicalismo renovado, o que pode ser explicado com dois fatos: trata-se de trabalhos que exigem estudo e dedicação, além de requerer a terceira jornada de trabalho, fora do controle político-partidário; o outro, fato está na escolha através do voto, quando a mulher apresentava suas propostas nas assembleias e eram votadas pelo conjunto de trabalhadores da base, por serem menos excludentes e patriarcais do que os dirigentes sindicais, que estavam mais interessados na ação político-partidária e na carreira sindical que poderia levá-los a candidaturas e sagração na carreira política.

O número de militantes mulheres, no conjunto, é diminuto, correspondendo mais ao contingente de eletrotécnicas, engenheiras elétricas e pessoal administrativo – escriturárias, auxiliares administrativas e técnicas administrativas –, girando em torno de 10%, no discurso dos sindicalistas, número não factível, como todo dado numérico do SINERGIA-BA. Na realidade, a presença das mulheres era mais visível no aspecto da qualidade, sendo expressivo no empenho da militância feminina, não na quantidade numérica como representação do feminino, como poderá ser constatado durante o decorrer deste escrito. Apenas através da leitura das Atas e das entrevistas de homens e mulheres, pode-se ter uma ideia aproximada dessa realidade social.

A dificuldade de acesso aos dados está na irrelevância dada à filiação, pois não havia interesse da força política dominante sobre o contingente numérico de filiados. O número de filiados, em sua maioria, era de trabalhadoras/es da COELBA em comparação com a filiação das/os empregadas/os da CHESF, inclusive o critério de contribuição de filiação não era igual para as duas empresas. O critério da COELBA era diferenciado: 1% sobre a remuneração, isto é, o total recebido; já na CHESF, era de 1% sobre o salário base. Essa diferença de critérios não era do conhecimento do coletivo de trabalhadoras/es. O discurso da direção do sindicato era longe de ser coerente com sua prática, e, nesse aspecto, no papel de vice-presidente do SINERGIA-BA, ignorei esse fato durante toda minha trajetória sindical, apenas tive conhecimento desse critério durante a fase empírica desta pesquisa, através da fala de um dos entrevistados.

A partir de 1992, houve a mudança de Estatuto do Sindicato, no III Congresso da categoria eletricitária, defendido pela diretoria da época. Assim, na convocação da assembleia extraordinária de 8 de abril de 1992, a direção do sindicato propunha os seguintes artigos para serem modificados, conforme Ata do referido Congresso: primeiro, propõe a mudança do nome, de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Hidro e Termo Elétricas do Estado da Bahia – STIHETEEB para Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA-BA, alteração aprovada pelo TRT/BA

[...] aprovação do novo estatuto disposição da diretoria de dotar a entidade de um regulamento moderno e ágil, compatível com a realidade constitucional que passou a vigorar a partir de 1988. [...] foi aberta discussão do assunto, sem que ninguém fizesse uso da palavra. Encerrada a fase de discussão teve início o processo de votação da matéria por aclamação[...]. Após o processo de apuração, constatando-se que o número de votantes correspondia ao número total de associados presentes no início. (ATA Geral da Assembleia Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Hidro e Termo=Elétricas do Estado da Bahia,1992).

Diante de tudo isso aqui traduzido, do ponto de vista do coletivo de sindicatos na Bahia, torna-se relevante pensar e indagar: Qual a importância estratégica desse Sindicato dos Eletricitários da Bahia no conjunto do movimento sindical local? O que se pode tecer de reflexões a respeito da atuação do SINERGIA-BA no contexto dos anos 80 e 90. Inicialmente, busco essas respostas na fala dos/as militantes, delegados/as e dirigentes, que integraram a oposição sindical para a retomada do SINERGIA-BA, no propósito de inseri-lo no viés do sindicalismo autêntico:

Eles conseguiram tomar o sindicato da mão do “pelego”. Eles fizeram três campanhas, mas no princípio eles estavam fracos sem muito conhecimento, sem muita experiência, mas depois o sindicato lá de São Paulo dos metalúrgicos do ABC veio dar apoio a eles, inclusive com advogado deles. Orientaram. Então, na terceira campanha, eles conseguiram tomar o sindicato da “mão do pelego”, Topázio, o nome dele. (Clélia Bispo, 75 anos, técnica em Contabilidade da CHESF, ex-dirigente sindical [suplente], 1984-1987).

Durante o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, promovido no Rio de Janeiro, em 1978, e posteriormente, com a aceleração da abertura política desde 1985, pressionada pelo “Movimento das Diretas Já”, ação esta que não estava isolada, coincidindo com o estudo sobre a

reorganização do movimento sindical, de acordo com Leôncio M. Rodrigues (1991), as lideranças sindicais, formais ou de fora da estrutura legal, iniciaram a articulação do movimento de reestruturação dos sindicatos. O sindicalismo era assim concebido pelo dirigente sindical, vinculado ao PCdoB, Marcos Nilton Vasconcelos, ao traduzir a imagem do SINERGIA-BA como fazendo parte dessa conjuntura nacional e local, como descrito na introdução deste capítulo.

Segundo Rodrigues (2002, p.108): “A entrada em cena desses novos sindicatos significou certa reativação do sindicalismo como um todo, pois foi capaz de introduzir um pouco de dinamismo para as estruturas consolidadas e acomodadas dos sindicatos”. Para ele e outros autores, numa visão de fora como estudiosos do campo, essa fase é resultante de um processo crescente de mobilização e de transformação, ao longo da década de 70, que resultou em mudanças de estratégias no modo de ação dos/as novos/as dirigentes sindicais e da militância de base (IBRAHIM, 1986; SADER, 1988; BARROS, 1998; SANTANA, 2008; MATTOS, 2009).

O estudo de Rodrigues (2002) sobre a possível crise do sindicalismo durante os anos 80 e 90 resume esse pensamento:

Estava bastante bem adaptado ao modelo fordista da produção mecanizada e de massas e à sua clientela preferida, que era o trabalhador manual da grande indústria e dos serviços coletivos. (RODRIGUES, 2002, p.8).

O emergir desse tipo de sindicalismo traz profundas transformações, principalmente de concepção no modo de ver e de atuar, na forma política e reivindicativa, diferenciada por fábrica, por categoria, por função, como é apontado por Laís Abramo (1999) e Negro (2004), ao se referirem ao que Negro cunhou depois como o chamado “sindicalismo autêntico”. Esse grupo de sindicalistas, na concepção de Negro (2004), não se constituía em uma única corrente nem um único pensamento, no conjunto do movimento sindical. Justificava-se de início na ilusão do imaginável apartidarismo do movimento operário, questão esta não acatada nem pela esquerda, nem pelo centro, nem pela direita.

Desse modo, tudo não passava de um discurso de acentuada rejeição às correntes sindicalistas de esquerda, principalmente ao PCB, ator tradicional, cujas ações eram projetadas como: políticas, partidárias, populistas, irresponsáveis,

demagógicas e afastadas das bases. Ademais, era perceptível, mesmo de forma camuflada, a tensão, talvez a crise de identidade entre o operariado e os dirigentes sindicais, cujo perfil na época era o de ter assumido e tomado posição favorável às diretrizes do então peleguismo de Estado.

O que mudou e não mudou com o surgimento do chamado “novo sindicalismo”? Na visão de Sader (1988, p.179-180), esse “novo sindicalismo”, alicerçado nos movimentos minoritários de base, buscou virar a página da trajetória do movimento sindical, pois colocou em xeque a forma como os sindicatos estavam configurados e até conformados à antiga estrutura estatal. Segundo esse autor, e quanto a esta questão ele não está sozinho (BARROS, 1998; ABRAMO, 1999; NEGRO, 2004; OLIVEIRA; NORONHA, 2015), dirigentes sindicais já tinham perdido há muito o poder de representação e de atenção para com as reivindicações dos anseios e necessidades – econômicos e sociais – dos/as trabalhadores/as. Estudos posteriores, no decorrer das décadas seguintes, demonstrariam isso na forma de análises críticas e, no meu ponto de vista, trazem *nuances* de registros calorosos do avanço da classe trabalhadora brasileira, como os de Sader (1988), Rodrigues (1991), Barros (1998), Abramo (1999), Negro (2004) e Boito Jr. e Marcelino (2010).

Na visão de Vanessa de Barros (1998), emergem novos sujeitos coletivos, como já mostrara Eder Sader (1988), que fundam um lugar próprio, como, por exemplo: o movimento pela anistia⁹⁸, os novos movimentos de bairros, o movimento contra a carestia, o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Operária, a Renovação do Movimento Negro⁹⁹, etc.

Abrindo um parêntese, o Movimento Negro Unificado – MNU, visto no mundo de Salvador onde está também imerso o SINERGIA-BA, como menciona, no seu estudo, Osmundo Pinho (2010), tal qual como num campo disperso, teve reflexos neste segmento da população para o surgimento de novas identidades, reafirmadas na cultura afrodescendente. Isso vai representar mudanças nos contextos e

⁹⁸ O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em dezembro de 1975. Este movimento tinha como objetivo conscientizar, persuadir e pressionar a sociedade e o governo em prol da necessidade da anistia. O movimento tinha na sua composição a maioria de mulheres, geralmente esposas de maridos torturados, presos e assassinados. Esse movimento foi muito atuante e recebeu apoio e simpatia de parcela da sociedade. A anistia em 1979 não cancelou o trabalho desse movimento. (MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. *Memorial da Anistia, 1975-1999*. Disponível em: < <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/> >. Acesso em: 12 maio 2017).

⁹⁹ Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do País do movimento negro organizado.

cenários, como o alerta para a população afro-brasileira ignorar as comemorações oficiais do 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura, e passar a comemorar o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra – em homenagem à morte de Zumbi. Considerada esta visão de transformação como uma possibilidade classista, parcela do movimento negro vinculou-se aos partidos de esquerda e a sindicatos, criando vínculos nas atuações de natureza classista e antirracista.

Apesar de, aparentemente, não terem sido pensados e delineados para atuarem de forma conjunta, esses movimentos denotaram alguma incidência que pode ser examinada na perspectiva apontada na Introdução deste estudo, a partir da perspectiva da interseccionalidade/consubstancialidade, que permite a análise em termos de analogias e diferenças tais como marcadores sociais de classe social, sexo/gênero, raça/etnia e localização.

Segundo João Batista Moreira Pinto (1992), citado por Barros (1998, p.238), quatro características podem distinguir esses novos movimentos, os quais são considerados como fundamentais para compreender que, ao contrário do que se pensa, esses movimentos não agiram de forma isolada.

1. Revalorização cultural e pessoal.
2. A constituição de uma nova cultura política de base.
3. Uma ação política libertária.
4. Um projeto de sociedade socialista e democrática.

Cotejado com outros países como a França e a Alemanha, de capitalismo heterogêneo e que viviam a experiência do decaimento do movimento sindical ao longo dos anos 80, o Brasil vivia uma fase de características totalmente diferenciadas, pois o movimento sindical brasileiro esteve à frente das lutas sociais e sindicais, mesmo quando se faz comparações com esses outros países tidos como mais avançados e mais experientes na ação sindical.

No entanto, havia dois campos distintos no movimento sindical brasileiro, na segunda metade dos anos 80, início da abertura política: o grupo dos chamados sindicalistas combativos, originários do “Novo sindicalismo” ou os chamados “puros sangue”, responsáveis pelas lideranças das quatro maiores greves gerais de protesto contra o plano econômico. O outro campo era dos chamados sindicatos oficiais, do “sindicalismo de resultados”, representado pelo peleguismo clássico. Em

1983, é criada a Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT que posteriormente, no mesmo ano, se desdobrou na criação da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT.

A criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, da CGT em 1986, o movimento pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais, a campanha da Constituinte, a promulgação da Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições de 1989 são exemplos vivos da força das lutas daquela década. Na Bahia, não diferente dos outros Estados, a exemplo de Minas Gerais, esses movimentos sociais se situavam ainda na conjuntura da repressão político-militar e de isolamento sociopolítico. A mão de obra dessa época, segundo o discurso dos generais presidentes, era na sua maioria de perfil dócil, disciplinada desde 1964, havendo, portanto, uma verdadeira paz social para a instalação aqui das multinacionais, seja na área urbana como no campo, através de subsídios e facilidades fiscais.

Laís Abramo (1999) traz interpretações significativas, basilares, para aquelas e aqueles trabalhadoras/es que, nas trajetórias sociais, coexistiram nessa contemporaneidade, construindo novas formas de luta e rebelando-se contra o tipo de atuação do sindicalismo burocrático, chamado, na França, de “sindicalismo amarelo”. Se é que se pode nomear esse comportamento ou atitudes desse sindicalismo como rebelado. Abramo defende a tese de que o sindicalismo chamado “autônomo” pode ter contribuído para outra versão do sindicalismo, discordando de outros autores estudiosos do fenômeno. E, segundo ainda a autora, esse nominado “novo sindicalismo” estaria mais ligado ao “resgate da dignidade” (o merecimento, o respeito, a consideração, os direitos), esclarecendo-se como algo que se obtém somente pelo meio da luta do coletivo da classe trabalhadora, tema este também incluído nos estudos de Negro (2004), ao qual me filio como militante dos movimentos sociais, do feminismo negro e do sindicalismo.

É preciso registrar que, mesmo na conjuntura de autoritarismo de Estado, durante o regime militar, os/as trabalhadores/as não acataram de forma tão pacífica as imposições emanadas do eixo corporativista. Eram perceptíveis, embora silenciosos, o anseio de retomada da democracia, o enfrentamento não tão explícito e de cunho menos mobilizatório ao regime militar e a luta pela anistia, segundo ressalta Luís Inácio Lula da Silva, em 2011, na entrevista integrante da publicação de Oliveira e Noronha (2015).

Por outro lado, as primeiras greves dos anos 70 não serviram apenas de mote para o alcance desse propósito, mesmo sendo essas greves de início deflagradas tomando como bandeiras todo tipo de demandas corporativas e cujo estopim principia, na linguagem das/os trabalhadoras/es, no “ronco da barriga”, motivadas pela longa política de arrocho salarial.

Diferentemente dos trabalhadores metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, do ABC paulista e dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco-SP, estes mais bem remunerados, os trabalhadores do Nordeste, pode-se afirmar, eram mal remunerados e maltratados nas empresas e fábricas, em particular pelos gerentes, como aponta Abramo (1999), sem a dignidade pessoal reconhecida. Em relação a isso, na Bahia, em particular na COELBA, empresa onde exerci o posto de Assistente Social, era visível essa prática de relação autoritarista, de confronto entre trabalhadores e corpo gerencial das empresas, por conta de esses/as trabalhadores/as estarem sujeitos a maus-tratos, punições disciplinares e condições de trabalho precárias – descontos no salário, ausência de equipamentos de segurança do trabalho (EPIs e EPCs), higiene nos locais de trabalho, exposição às intempéries e aos ruídos. As condições de trabalho na COELBA, por exemplo, ainda eram mais precárias nas unidades descentralizadas, fora da sede da empresa, na Região Metropolitana e municípios do interior do Estado da Bahia. Tal situação somente veio a se transformar posteriormente, nos anos 90, com a reestruturação produtiva, na perspectiva de uma futura privatização. Os trabalhadores de postos manuais (auxiliares e eletricitas de distribuição) relatavam que, no passado, na antiga Companhia de Energia Elétrica da Bahia – CEEB, existia um protótipo de “tribunal de justiça”, para punir os trabalhadores que cometessem indisciplinas antes de uma possível demissão. Este júri era composto de juiz, advogados de acusação e defesa, júri popular, os gerentes e cabos de turma que, no final, davam o veredito. É preciso deixar explícito que o corpo gerencial da área de operação/distribuição da COELBA tinha como chefes poucos brasileiros: eram portugueses, bolivianos, peruanos e colombianos. Além do mais, a maioria dos engenheiros eletricitas era originária de outros Estados da Federação, principalmente de Minas Gerais.

Com a incorporação da CEEB pela COELBA, em 1973, ampliou-se o trabalho do Serviço Social da empresa, cujos profissionais passaram a intermediar as relações sociais de trabalho entre trabalhadores e corpo gerencial. O STIEHTEEB,

atual SINERGIA-BA, no início dos anos 70, ainda não se fazia presente na intermediação das relações conflituosas de trabalho. Durante esse período, em 1974 precisamente, mudei de cargo, saindo do nível técnico para o posto de Assistente Social da FAELBA. Nessa ocasião, tive conhecimento de que o presidente do SINERGIA-BA Napoleão Topázio, queixara-se à diretoria da COELBA a respeito da minha postura profissional, pois soubera que emitira comentários críticos como assistente social sobre a maneira como o Sindicato encarava as condições de trabalho impostas aos trabalhadores.

Assim, fui chamada e advertida verbalmente pelo diretor administrativo no sentido de que evitasse comentários negativos sobre o STIEHTEEB. Na realidade, nessa época, fiz realmente severas críticas de viés profissional, pois não tinha compreensão política dos compromissos do sindicato como representação de classe, mas entendia que muito da ação do assistente social caberia ao sindicato como órgão de representação dos trabalhadores, em concordância com os indicativos da própria CLT.

Conforme as ideias e estudos desenvolvidos por Yazbek (2009), deve-se considerar a contraditória atuação do Serviço Social, em particular – no meu entendimento – no campo específico do trabalho e, mais ainda, quando no exercício profissional lida-se direto com trabalhadores de cargos manuais, locados na linha de produção, termo usado comumente na empresa para designar os profissionais da área fim da COELBA.

[...] o Serviço Social como profissão insere-se, desde a sua emergência, no interior dos equipamentos socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada: [...] por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência. (YAZBEK, 2009, p.135).

Retomando a análise das transformações nas relações de produção entre sindicatos e os trabalhadores de cargos manuais nos anos 70, havia a preocupação crucial no que diz respeito às relações sociais já de algum modo instadas na direção do rompimento entre o sindicalismo renovado e o velho sindicalismo, de prática e ideologia “peleguistas”, cujas discussões eram feitas com base na extinção do imposto sindical. Várias indagações eram levantadas: como sobreviveriam os pequenos sindicatos com menor poder de organização e “barganha”? Como essas

categorias obteriam recursos fora dos meios legais para sustentar o funcionamento da estrutura sindical imposta pela CLT?

Desde 1973, já se iniciavam em todo o país críticas e pequenas mobilizações, a exemplo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em relação à política de arrocho salarial do governo militar, à opressão e às punições dos trabalhadores. Essa política de arrocho salarial decretada pelo Ministério do Trabalho, seguida de não correção das perdas salariais, impunha tentativas de algumas categorias, como os metalúrgicos, bancários, químicos, entre outros, de romper com esse controle do governo sobre o movimento sindical. A título de exemplo, o rompimento já havia sido tentado no começo de 1964, na CSN, porém, de acordo com Gracioli (2009), as mobilizações foram duramente reprimidas uma vez que tiveram como propósito o apoio ao governo João Goulart. A pesquisa de Morel (1989) traz esse relevante fato, desconhecido da maioria dos historiadores e de militantes do movimento sindical.

Apesar do protagonismo e avanço das lutas sindicais desta década de 70, os Sindicatos dos Metalúrgicos se diferenciavam da maioria dos demais sindicatos, o que não quer dizer que estavam nesta luta sozinhos, embora não dispusessem de total liberdade e autonomia, pois, com a nova lei do sindicalismo, estavam presos à burocratização e ao assistencialismo. Nesse período, as greves eram proibidas no País como um todo. Uma das primeiras reivindicações apresentadas e conquistadas, segundo relato de Luiz Inácio Lula da Silva, à Oliveira e Noronha (2015), foi a estabilidade para as gestantes. Paradoxal esse começo, justamente com uma pauta feminina que rompe o medo, confrontando os donos das fábricas, apoiadores do regime militar e por estes apoiados. Este dirigente sindical vai fazer um relato ilustrativo deveras interessante e significativo¹⁰⁰.

Em 1974, como efeito das eleições parlamentares que garantiram a vitória do MDB, que havia alcançado expressiva votação – maioria no Senado e quase maioria na Câmara dos Deputados, expressando o enfraquecimento da ARENA, partido que legitimava o governo ditatorial –, a ditadura militar concretamente começará a demonstrar a inviabilidade e sustentação do regime. Essa conjuntura das eleições

¹⁰⁰ “[...] um dia eu trabalhava no departamento jurídico do sindicato – chegou uma mulher que falou assim para mim: Lula eu preciso ser mandada embora. E eu falei: mas não pode, [...] a mulher pegou o seio e apertou e falou: Não é possível que eu não possa ser mandada embora: eu tenho filho em casa, olha a quantidade de leite que eu tenho, e eu não posso amamentar meu filho” (OLIVEIRA; NORONHA, 2015, p.164).

parlamentares de 1974 esteve a reboque da constante insatisfação das/os trabalhadoras/es sobre a crescente política de arrocho salarial, o que, no seu conjunto, também influenciou a ascensão dos movimentos de lutas pela retomada da democracia. O movimento operário ganhou novo fôlego sob os auspícios de um sindicalismo mais aguerrido, classista e dinâmico, arrastado não somente para as conquistas econômicas das/os trabalhadoras/es, mas sobretudo para o enfrentamento das forças autoritárias e torturadoras do regime militar.

O acesso da militância operária, que deu início às mobilizações de 1978 e 1979, não adveio de maneira espontânea apenas no foco econômico, ao contrário, foi resultado de um longo caminho de lutas, de repressões, de demissões e de clandestinidade, que teve origem na primeira metade dos anos 70. Esses primeiros anos foram marcados por um trabalho de “formiguinha” dentro das fábricas, das empresas, nos bairros, lidando diretamente com os trabalhadores e as trabalhadoras por meio de grupos clandestinos que não se intimidaram com os impeditivos da violência e repressão da ditadura, apesar do medo e do receio da tortura.

O ex-presidente Lula faz um relato minucioso desse período. Segundo ele, em 1976, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC obteve várias vitórias e, entre estas, a mais importante foi destronar a Federação dos Metalúrgicos, o que significou a conquista do direito do sindicato de representação dessa categoria, até então impossível, diante do tipo de configuração estrutural legal conferida pelo Estado de exceção (OLIVEIRA; NORONGA, 2015). Essas conquistas só foram possíveis graças ao longo, lento e gradual processo de efervescência política nos sindicatos que, mesmo com a repressão dos anos pós-AI-5, continuaram fazendo o trabalho de resistência dentro das fábricas. Assim, a via judicial foi o caminho escolhido para a almejada autonomia sindical do Sindicato de São Bernardo do Campo. Segundo os sindicalistas, inexistia nessa época respeito às pautas de reivindicações, inclusive dos metalúrgicos. A título de exemplo, a campanha de reposição salarial em 1977, com base em relatório do Banco Mundial, fomentou uma grande mobilização e se transformou em estopim das grandes greves deste período. Apesar de todo movimento e luta, os metalúrgicos não conseguiram conquistar os 34,1% de reposição salarial (OLIVEIRA; NORONHA, 2015).

Além do mais, essa década de 70 demarca também uma das fases mais importantes da mão de obra do trabalho feminino, das mulheres não operárias, as nominadas de “colarinho rosa” no mercado de trabalho – as telefonistas, as

escriturárias, as prestadoras de serviços (bancos, hospitais, escolas, seguradoras) e as prestadoras de serviço público (CAPPELLIN, 2004). Esses nichos ocupacionais impõem diferenças entre masculino e feminino, as mulheres são guinadas às ocupações de pré-requisitos sexuados, de competências diferenciadas.

O crescimento significativo da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 70, teve, porém, como consequência o aumento da sua sindicalização. Entre 1970 e 1978, o crescimento da taxa de mulheres sindicalizadas chegou a 176%, já a participação masculina foi apenas de 87% (BRUSCHINI, 1998, ARAÚJO, 2005;).

Quanto à constatação da existência de um contingente de mulheres na base sindical, é preciso refletir sobre o protagonismo da categoria mulheres e da categoria trabalhadores nos sindicatos e as contradições em relação ao gênero e à classe, como menciona Kergoat (2016) sobre as relações antagônicas que giram em torno das formas da divisão sexual do trabalho, vivenciadas e reproduzidas no interior do movimento sindical. É isso que permite a metodologia no viés da interseccionalidade/consubstancialidade, para ajudar a perceber as relações sociais em suas analogias e diferenças.

Assim, considero pertinente lançar um olhar que aborde a inserção das mulheres nos sindicatos, examinando em que perspectiva as relações de gênero são engendradas neste espaço de resistência. Como poderia o feminino engajar-se nesse movimento cuja configuração sindical beneficiaria a exclusão de parcela dos trabalhadores dos espaços de direção e decisão política? Ora, de início, esse contexto foi marcado pela organização das trabalhadoras em torno de suas lutas específicas, pouco engajadas ou não, relacionadas pela articulação com o movimento feminista brasileiro.

O feminismo da segunda onda já contestava nesta época, anos 70, a noção de trabalho, tendo como alicerce interrogar a concepção, no pensar de Kergoat (2016), do modo de trabalho doméstico. Segundo a própria Kergoat (2016, p.22): “foi necessário o conceito de divisão sexual do trabalho para que a continuidade entre trabalho assalariado e trabalho doméstico e entre fábrica/escritório e família fosse intelectualmente pensável”. A consubstancialidade, no pensar dessa autora, permite examinar as diferentes formas de divisão sexual do trabalho, as relações de gênero e raça dentro da mesma classe, como se constatou no decorrer deste escrito.

As lutas e mobilizações sindicais gerais desse período até os anos 80 foram centradas na resistência interna nas fábricas, nas empresas, através das mobilizações, passeatas e greves (SOUZA-LOBO, 1991). Interessa neste estudo retroceder ao passado para examinar como se constituem as experiências de gênero, principalmente pelo fato da reduzida participação de mulheres como apontam os estudos sobre a sindicalização feminina. Porém, apesar de invisíveis como atrizes militantes de segundo ato no palco do sindicalismo, elas sempre foram atuantes no interior das entidades sindicais.

Os dados da PNAD/1985 (IBGE, 1992), ao divulgar o perfil dos dirigentes sindicais, omitiram, na sua metodologia, o que representava o quociente de 12% de mulheres dirigentes sindicais na década de 80. Um exemplo dessa conduta de apagar a participação das mulheres está registrado nas Atas de posse da diretoria do SINERGIA-BA. Desde 1978 até 2000, por exemplo, conforme espelha o Quadro 4, observa-se a quase ausência de mulheres, durante mais de 23 anos, na Diretoria Executiva do sindicato. Além disso, quando aparecem, verifica-se que as mulheres são, na maioria, suplentes privilegiadas, registradas nas Atas de posse, inclusive estão mais presentes no Conselho Fiscal do SINERGIA-BA (Quadro 4).

Estudo de Castro (1995) sobre o Sindicato dos Bancários da Bahia, no período 1989-1994, mostra que algumas mulheres foram dirigentes sindicais, observando que, na década de 80, ainda não tinha sido aprovado, nos sindicatos filiados à CUT, o sistema das cotas, conforme apontam os dados do estudo de Nilde Balcão em 1993. No final dos anos 80, em 1989, no Brasil, as mulheres eram 15% dos membros das diretorias dos sindicatos de trabalhadores urbanos, 5% nos sindicatos de profissionais liberais, 12% entre trabalhadores autônomos e 7% entre trabalhadores rurais. Os dados ratificam essa assertiva, possibilitando a sua permanência na direção dos sindicatos ao reconhecerem que a hierarquia e a submissão precisam ser subtraídas do contexto das lutas de liberação das mulheres pelo reconhecimento do seu valor.

Pretende-se particularmente conhecer como se deram as relações sociais de gênero neste espaço sindical. Tomam-se como exemplo as formas desiguais de reprodução da vida social, de relações antagônicas e ideológicas entre os sexos, na lógica de uma sociedade de relações patriarcais, caracterizada pelas hierarquias de classe e de gênero, que giram em torno das diferenças, que certamente eram bem

mais difíceis para as mulheres, obrigadas a assumir responsabilidades em relação ao mercado de trabalho, à família e ao sindicato.

Tomo como exemplo da experiência sindical parte da minha trajetória pessoal, na disposição de registrar também meu testemunho, como ex-dirigente sindical e militante de base no SINERGIA-BA nesse período, concordando com a visão de Araújo (2005). Apesar de essa autora afirmar que estudos sobre sindicalismo, numa perspectiva de gênero, esclarecem a atuação sindical e as lutas das mulheres quando feitos sob uma perspectiva de gênero a partir da emergência do "novo sindicalismo", considero exagerada essa afirmação na medida em que os estudos estavam muito mais focados na experiência sindical em São Paulo, como centro industrial do País (RAGO, 1985; CARVALHO, 2008; GOLDMACHER, 2009), e também mais dentro do discurso político de correntes partidárias, muitas vezes olhando apenas o entorno de seus interesses e para o "próprio umbigo". Isso quer dizer que as trajetórias e experiências das mulheres no sindicalismo estiveram invisíveis e sujeitas à subordinação a grupos políticos, ao aspecto, de localização e a preconceitos de toda ordem.

Diminutos estudos revelaram o alcance desse fenômeno fora do eixo do ABC paulista e, a título de ilustração, faço uso das greves da CHESF e da COELBA – 1982 e 1987 – deflagradas em áreas de segurança nacional, de transmissão e distribuição de energia elétrica¹⁰¹. Apesar das proibições de deflagração de greves que vieram ocorrer a partir de 1968, conforme observa Antunes (1985), houve continuidade das mobilizações dentro dos espaços fabris, por meio de pequenos atos de resistência.

O SINERGIA-BA, como os demais sindicatos em outras regiões do País, rompeu inclusive o cerco da lei de greves – através de operações tartaruga, greve pipoca, operação padrão, paralisação relâmpago, entre outras. Esse ato de retaliação se distingue pela redução do ritmo de trabalho, estratégia muito utilizada no SINERGIA-BA antes da deflagração de greves por tempo indeterminado, como rebate à política salarial da ditadura e também, posteriormente, nos governos democráticos, o que forneceu instrumentos para o endurecimento do arrocho salarial ditado pelo FMI, na primeira metade da década de 90.

¹⁰¹ CHESF – Paulo Afonso, Sobradinho, Salvador e Funil, em 1982 e a da COELBA, em 1985 e 1987.

Mesmo nessa época, o sindicalismo pouco se abriu para o feminino, além de, principalmente, ficar ausente nas questões de raça, mantendo o viés das correntes majoritárias partidárias de esquerda com foco na *classe* e no *fator econômico*. Sabia-se que um contingente da classe trabalhadora brasileira era relegado a segundo plano, a salários mais baixos, espelhados na cor da pele, no sexo e na origem regional (Nordeste):

Depois teve em 1978 a participação naquela greve que demorou 30 dias, 40 dias, a greve de Lula, que era uma greve por resultado econômico. O PT não falava em política, ele falava em resultado econômico do trabalhador, é como se o trabalhador fosse um trabalhador em prol dos outros. E um trabalhador de lá (São Paulo) ganhava igual a um engenheiro do Nordeste. Um mecânico daquela fase de lá ganhava bem. Então era diferente, não era um trabalhador, não era um “Severino” que não tinha emprego, não tinha nada, não tinha função. Porque o **Brasil é movido até hoje por trabalho escravo**. (Grifos acrescidos). (João Carlos Magalhães, engenheiro eletricista, COELBA, militante do SINERGIA-BA e SENGE¹⁰²).

Como tentativa de estimular a participação feminina na luta sindical, surgem os primeiros congressos de trabalhadoras, no final dos anos 70¹⁰³. Em Salvador, ocorreram vários eventos, destacando-se, entre outros, o I Encontro da Mulher Operária, em 31 de julho de 1988, do qual fizeram parte: a União de Mulheres de Salvador, o SINDTEXTIL, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em Geral no Estado da Bahia – SINDIBEB, o Sindicato dos Ferroviários, a Comissão de Mulheres da COELBA, a Corrente Sindical Classista. Seu programa reflete os efeitos da licença-maternidade aprovada na Constituinte de 1988, com 120 dias da licença para gestação, mas que, na prática, provocou demissões de mulheres de forma pontual, exigindo inclusive atestado de esterilidade para trabalho nas fábricas e lavouras.

¹⁰² “Eu, quando saí da escola (graduação), fui fazer uma pós-graduação em Campina Grande (Paraíba), isso em 1976. [...] comecei a fazer os créditos, isso no primeiro ano, depois me engajei lá com o pessoal do sindicato, [...] participava bastante disso” (Continuação da fala de João C. Magalhães).

¹⁰³ As trabalhadoras do ramo metalúrgico foram as primeiras a promover mobilizações em torno das pautas próprias das mulheres, em consonância com o movimento feminista no Brasil na década de 70. Duas mobilizações merecem destaque: o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, em 1978; e o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, em 1979. O CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher, através da Lei Nº 7.353 foi criado em 20 de agosto de 1985 (BRASIL, 1985).

No Acordo Coletivo do Trabalho de novembro de 1988/1989, entre o SINERGIA-BA e a COELBA, obteve-se, porém, a inclusão da cláusula sobre o direito à licença-maternidade, com a contemplação desta conquista de forma antecipada.

Com relação ao SINERGIA-BA, no âmbito da COELBA, em 13 de junho de 1986, encontrou-se um ALARME¹⁰⁴ de campanha para delegado sindical e representante no Conselho de Curadores da FAELBA. Nesta eleição para delegado sindical, três nomes masculinos são indicados: Paulo de Tarso (eletrotécnico), Pedro Rufino (eletricista) e Jeremias Moura (engenheiro eletricista). Para o Conselho de Curadores, a assembleia indicou quatro nomes: Edson D. Pereira (professor), Maria Luiza R. Aguiar (assistente social), Zilson Santana (técnico administrativo) e Daguimar da Silva Dias (auxiliar administrativo). A composição das candidaturas aponta, costumeiramente, a ausência de mulheres nas candidaturas oficiais das representações para delegados sindicais na estrutura do SINERGIA-BA (COELBA) e na FAELBA. Entretanto, aquele momento marca a presença inédita de candidaturas de duas mulheres, sendo uma delas eleita e outra ficando na suplência.

Igualdade salarial e creches nos locais de trabalho foram algumas das reivindicações presentes nas resoluções desses congressos, sendo, além do mais, apontada a necessidade da ampliação do número de trabalhadoras sindicalizadas. A criação de departamentos femininos em diversos sindicatos, enquanto conquista das sindicalistas, colocou a discussão sobre as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras no mercado de trabalho e teve o papel de forjar lideranças e incentivar a participação política das mulheres nos espaços de tomada de decisão política nos sindicatos. Evidente que essas discussões aconteceram mais no campo da CUT e, posteriormente, da Força Sindical, restrito as poucas mulheres que tiveram acesso à direção das Centrais exigindo o cumprimento das cotas. Nesse aspecto, Sandra Magalhães traz observações pertinentes em relação a influência político-partidária no sindicato.

Os trabalhadores que participavam do sindicato eram ligados a vários partidos [...] PT, PCdoB, PCB. [...] assim quando a diretora administrativa (COELBA) foi eleita Tereza Mousinho, ela teve que conciliar esses vários interesses, porque apesar de todos pensarem a nível de toda uma sociedade, mas a forma de conduzir era

¹⁰⁴ ALARME: Salvador, Sinergia, Bahia, sexta-feira, 13 jun. 1986.

diferente. Então eu acho que esse momento, foi um momento prático para gente. Mas hoje em dia acho muito diferente, acho que o sindicato assimilou muito das instituições. (Sandra Magalhães, delegada sindical, escriturária do Município de Barreiras)

No SINERGIA-BA, quanto à democratização das relações de gênero, essa questão das **cotas** foi completamente ignorada e ainda é, pois pouco alterou o percentual de representação feminina na direção da instituição e em postos de responsabilidade¹⁰⁵.

Vários estudos foram realizados sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, conforme Bruschini (1998), tanto em nível nacional como internacional, focados na sociologia do trabalho, no surgimento de organizações de mulheres trabalhadoras, até então pouco representativas, excluídas ou até excluindo-se algumas vezes, diante do esqueleto estrutural das organizações sindicais imposto pelo Estado ainda inspirado nas relações patriarcais e nas hierarquias de identidade de gênero.

4.4 DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO, ANOS 90: RESISTÊNCIA DO SINERGIA-BA EM FACE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS EMPRESAS ESTATAIS CHESF E COELBA

No final das últimas décadas do século passado, como já descrito, no caso brasileiro, ocorre o que se chamou crise da dívida externa, com aplicação dos choques nefastos e perversos dos planos denominados de ajustamento econômico¹⁰⁶, recomendados pelas agências multilaterais, tais como FMI e Banco Mundial. Acompanhados destes choques de ajustes para fazer face ao processo de estancamento da crise inflacionária e de enfrentamento dos programas de estabilização econômica dos países industrializados, o País ancorou seu programa de crescimento econômico no endividamento externo. Em consequência, teve de recorrer às determinações dessas agências. Outro elemento a ser examinado associa-se às cadeias produtivas e à reestruturação produtiva das empresas globais

¹⁰⁵ Vide Quadro nº 4 – Representações de Gênero na Estrutura Diretiva do SINERGIA-BA – 1978 a 2000.

¹⁰⁶ Planos: Cruzado I, Cruzado II (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991), Plano Real (1994) (PAÍS teve vários planos econômicos para controlar a inflação; conheça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2014).

cujas medidas são adotadas por essas organizações promotoras do deslocamento de investimentos produtivos para outros mercados ou outras localidades.

Além disso, todos esses planos apresentam, como pano de fundo, a política de restrição aos gastos públicos, impondo dificuldades para as ações de responsabilidades do Estado no cumprimento do seu papel de garantidor da concessão de políticas públicas, sobretudo aquelas essenciais para a sobrevivência de parte da população, no particular aquela mais carente (POCHMANN, 1999; CARVALHO, I., 2008). Este período ainda está inserido no clima remanescente da década de 80, caracterizada, em alguns estudos de viés economicista, pelos seus efeitos sociais, como a “década perdida” (GOLDANI, 2002; CARVALHO, I., 2008), caracterização esta imputada ao fracasso desses planos econômicos encetados pelos vários governos desse período, marcado por índices elevados de inflação, em consequência da corrosão dos salários e perda do poder aquisitivo. Essa crise econômica, que estava em curso desde os anos 70, ganhou repercussão e, mais adiante, foi seguida do movimento de abertura política do País, pois também trazia, no seu veio, o impulso de reorganização e resistência dos movimentos populares a esse modelo, com uma atuação mais efetiva dos movimentos sociais, conforme aponta Céli Pinto (1992): movimento dos sem-terra, movimento dos sem-teto, movimento das periferias (favelados e invasores) em prol da urbanização e movimentos de bairros exigindo serviços essenciais.

Começam, então, os anos 90, já centrados nas transformações decorrentes do avanço protagonizado pelo esquema neoliberal, como: privatizações, diminuição da proteção social e redução e focalização de todos os serviços de âmbito social. A chegada dessa onda neoliberal ao Brasil veio acompanhada dos impactos na organização sindical diante das mudanças nas estruturas produtivas, que já vinham ocorrendo desde a metade dos anos 80 nos países centrais, a exemplo da França, Estados Unidos e Inglaterra, e países da América Latina como indicado na pesquisa de Leôncio Rodrigues (2002). Na América Latina, os países foram mais afetados nas estruturas produtivas diante de suas particularidades como países de capitalismo dependente.

Com esse entendimento, busco nas reflexões de alguns estudos sobre a época, tais como o de Harvey (2008), compreender esse fenômeno, pois este autor concebe o neoliberalismo, em primeiro lugar, como um pensamento baseado numa

teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano, para ser mais bem agenciado, se justifica no seguinte pressuposto:

[...] liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais [...] no domínio [...] da estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p.12).

Para atingir esse propósito, o capitalismo neoliberal gira em torno do conflito de classes e incide diretamente na queda das condições de vida de parte da população, em posição denominada pelos antropólogos e economistas de desenvolvimento “informal”. E não apenas atinge a situação econômica dos/as trabalhadores/as como também as condições concretas para a sua organização, ao construir pilares reprodutores de complexidades e criar diversas dificuldades para impor seu modelo de (re)produção.

Desse modo, na compreensão de Trópia (2009, p.16), pesquisadora dos efeitos do neoliberalismo no sindicalismo: “O neoliberalismo tem como pressupostos a livre iniciativa individual e a ideia de que o mercado, inclusive o de trabalho, é autorregulável e deve fluir sem interferências e resistências”. A partir dessa concepção de sociedade construída pelos liberais, a sociedade é pensada como um conjunto de indivíduos, que usufruem de liberdades, porém naturalmente portadores de desigualdades e que, nesse aspecto, tão somente através da fiança pautada na “plena liberdade econômica e sem interferências externas ao mercado, podem satisfazer suas necessidades e vontades [...]” (TRÓPIA, 2009, p.17). *A fortiori*, indaga-se: quem seriam os confrontantes às propostas e salvaguardas dos neoliberais? Seriam as próprias empresas, os bancos, o Estado e as variadas corporações da sociedade moderna cujos interesses pressupõem desigualdades sociais? Evidente que, sob esse ponto de vista, cabe àqueles mais sujeitos aos efeitos prejudiciais das medidas neoliberais, que são as representações da classe trabalhadora, assumir esse papel na tentativa de frear os seus efeitos: os sindicatos, as centrais sindicais, as confederações e todo tipo de organização que se propõe a travar o bom combate de confronto e resistência ao neoliberalismo. Esse debate questionou e impulsionou várias discussões sobre o futuro do trabalho e dos empregos (ANTUNES, 2011; STANDING, 2013) nesta conjuntura do neoliberalismo: “o debate sobre os sindicatos [...] remete-nos à discussão sobre o futuro do trabalho

e do emprego no contexto da globalização, de um processo de reestruturação produtiva e de vigência das políticas neoliberais” (DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000, p.144).

Na perspectiva acima dimensionada, esse tipo de fenômeno pode ser mais bem ilustrado por conta do fracasso dos planos econômicos encetados pelos vários governos desenvolvimentistas da ditadura militar brasileira – 1964 a 1985 –, que reproduziram índices elevados de inflação e acarretaram conseqüentes mudanças, no universo do trabalho, reportadas na precarização das condições de trabalho e extensivas à perda do poder de compra dos salários.

Hoje, estudos sobre precarização do trabalho, tais como os de Annie Thebaud-Mony (2011) e Standing (2013), mostram que o regime de trabalho inseguro cresceu com a globalização, com as relações de trabalho de forma cada vez mais flexível, aumentando de modo crescente as desigualdades sociais, isto é, milhões de pessoas passam a fazer parte do mercado de trabalho considerado como precarizado, visto por Standing (2013) como um novo fenômeno, embora ainda com vestígios do passado.

O cenário do trabalho precarizado pouco mudou no Brasil, ao contrário, aprofundou-se ainda mais desde o começo dos anos 90, nesse panorama de transformações, de desaceleração da produção, de baixos níveis de investimento, de aceleração da dívida externa e interna, da dependência do mercado financeiro. Além disso, o País está não apenas sujeito à vulnerabilidade e aos ataques especulativos, mas também submetido às crises internacionais que permearam e ainda permeiam a economia brasileira, em conseqüência das transformações decorrentes da reestruturação produtiva encetada pela ofensiva neoliberal.

No caso brasileiro, a chegada do modelo neoliberal traz consigo as *nuances* da forma de organização política e econômica construída pelas alianças do Estado com as elites locais, as quais nunca tiveram como cartilha fazer concessões à classe trabalhadora, impondo penalidades às trabalhadoras e aos trabalhadores – mesmo em meio ao processo de redemocratização e luta pela implementação da Carta Constitucional, então recém-aprovada em 1988.

Boito Jr. (2012) ressalta que a década de 90 maximizou a concorrência e a competitividade, que não se concentraram apenas nas privatizações, aberturas e desregulamentações dos princípios do mercado, estendendo-se a outros aspectos da vida, como se examina a seguir. É o que se pode depreender do prognóstico

expresso no pensamento da militante sindical do SINERGIA-BA e que vem a ser confirmado pelos estudos de Lavinias (1996) e Farah (2004):

Agora quando a gente vai pensar, em fazer uma discussão desse momento histórico para o movimento sindical os anos, de 85 a 90, neste processo de redemocratização do País – quando a gente entra no governo e com muitas greves – deve lembrar muito bem que tivemos muitas greves gerais no Brasil inteiro por conta do processo inflacionário do Governo de José Sarney e depois vem a entrada de Collor. Com a entrada de Collor no Governo, com a *introdução do modelo neoliberal*. [...] começa não só a expansão da COELBA, das empresas estatais, mas também começa uma discussão em torno da **“privatização”**, que é inclusive a “bandeira” do modelo neoliberal. (Grifo acrescido). (Sandra Magalhães, Delegada Sindical do SINERGIA-BA no Município de Barreiras, (1987-1990). Entrevista concedida em 2013).

Por fim, o propósito deste item, consiste em apresentar, primeiro, elementos da agenda do neoliberalismo e sua chegada ao Brasil, via transformações no cerne das estruturas produtivas, no seio da privatização das empresas brasileiras, seguida de aceleração produtiva, acumulação flexível e precarização social nas relações e condições de trabalho que vai, num segundo momento, levar à reação dos sindicatos contra esse projeto neoliberal.

4.4.1 Breve panorama das privatizações no Brasil

Sendo a privatização uma das principais estratégias de colocar em prática o modelo de adoção de políticas de caráter neoliberal no processo de reestruturação produtiva, agora são abordados aspectos das privatizações no início da implementação da agenda neoliberal brasileira, mais incidentes nos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e ostensivos no primeiro governo deste último, adequando assim, a agenda pública brasileira ao chamado, na época, “Consenso de Washington” conforme Sergio Eduardo Pereira (2007) na sua tese de doutorado sobre o *Sindicalismo e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*.

A chegada ao poder de Fernando Collor de Melo, com a primeira eleição direta para a presidência da República pós-regime militar, em 1989, deu início, no ano seguinte, à proposta neoliberal logo que ele assumiu o governo. Armado de um cenário midiático, Collor, mal tomou posse, anunciou, através de vários decretos,

mais um plano econômico, plano este centrado principalmente no congelamento de salários, confisco da poupança e, mais ainda, como promessa de campanha, no alvo maior que seria a higienização dos servidores públicos. O novo presidente deixou explícito que as/os trabalhadoras/es continuariam a pagar a conta. (MATTOS, 2009). Com um programa de demissão de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para as importações, procurou-se ajustar o País às receitas neoliberais “[...] ditadas pelos organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial” (MATTOS, 2009, p. 129).

Resumindo, as diretrizes políticas centrais do Plano I do Governo Collor consistiram, de acordo com Boito Jr. (2012, p.25), nos seguintes pontos:

[...] a abertura da economia brasileira com a redução das alíquotas de importações; a redução do quadro de funcionários públicos; de imediato, 1000 funcionários colocados em disponibilidade; a privatização das empresas estatais; desindexação da econômica; congelamento de preços e salários; e o confisco de ativos financeiros em conta corrente ou em caderneta de poupança e acima de 25 cinco mil cruzeiros, no caso dos ativos aplicados em overnight.

O Governo Collor caracterizou-se de início pela adoção de políticas públicas de “ajuste estrutural”, de “reformas estruturais” ou reformas focadas no mercado econômico, estabelecidas em um programa de estabilização envolvendo uma proposta de abertura econômica cuja estratégia, intensa e rápida, incluía um amplo programa de *privatizações*.

Para viabilizar essa proposta de perfil reformista, tanto o Governo Collor como o de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, deram ênfase aos mecanismos de mercado via uma ampla reformulação do papel do Estado: “tanto em termos do seu protagonismo econômico e de suas funções reguladoras como de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais” (CARVALHO, I., 2008, p.111).

Assim, o marco desse processo é o Plano Nacional de Desestatização (PND) do Governo Collor, que, dada a sua importância, tinha vinculação direta com a Presidência da República. Sergio Eduardo Pereira (2007), em sua pesquisa sobre sindicalismo e privatização, observa que Collor já declarara, durante a campanha eleitoral, e define via discurso de posse qual a direção a ser dada por ele e como seriam aplicadas as diretrizes de ação econômica e social, particularmente na

passagem das empresas públicas para a iniciativa privada, de tal modo que ele estabelece três setores principais da base industrial – siderurgia, petroquímica e de fertilizantes –, sendo então privatizadas as seguintes empresas: “Companhia Siderúrgica de Tubarão, Usiminas, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica do Nordeste, Petroquímica Básica, Copersul, Copene, Goiás Fértil, Fosfértil, Nitrofértil e Ultrafértil, Mafersa, Mineração Caraíba, Usiminas Mecânicas, Celma, Franave, Enasa, SNPP” (PEREIRA, 2007, p. 279).

O fato que mais surpreendeu, na meta estratégica desenhada pelo Governo Collor, consistiu na ausência de critérios balizadores, porquanto, no bojo do programa de governo não foram definidas as restrições quanto ao tipo e à natureza das empresas a serem privatizadas, mostrando certa insegurança na aplicabilidade das diretrizes adotadas. Ainda no começo dos anos 90, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND). Este plano já trazia consigo a reorganização do Estado a partir da sua desresponsabilização no que diz respeito à transferência para a esfera privada de setores rentáveis, conhecida como a reforma do Estado. Em 1992, o PND foi intensificado e importantes empresas foram a leilão: EMBRAER, COSIPA, CSN, AÇOMINAS, Lloydbrás, COBRA, RFFSA, AGEF, LIGHT ESCELSA e Banco Meridional (BNDES, 1992, p. 42-43).

Na mesma conjuntura da onda neoliberal e no epicentro dos acontecimentos da entrada de Collor no governo brasileiro, em março de 1991, o fato novo no contexto sindical foi a deliberação do congresso da categoria metalúrgica de São Paulo: a fundação de uma nova instituição de representação das/dos trabalhadoras/es, a Força Sindical (FS), que arregimentou não apenas metalúrgicos, mas agregou outras categorias importantes, como trabalhadores urbanos e manuais do setor privado, com predomínio dos industriários e como a dos eletricitários de São Paulo, cuja razão programática aproximava-se de uma proposta de perfil moderno, democrático, independente, apartidário, pluralista e latino-americano¹⁰⁷ de acordo com Leôncio Rodrigues (1991) e Rodrigues e Cardoso (1993). O principal discurso dos dirigentes sindicais da FS era ser um contraponto, isto é confrontante, à CUT, e também se distanciar da CGT, fazendo oposição, no convencimento, entre

¹⁰⁷ O Congresso contou com a participação de 1.793 delegados, 783 sindicatos (OS PRINCÍPIOS da Força. *Força Sindical*, ano I, n.1, jun.1991).

outros pontos, ao conjunto das/dos trabalhadoras/es da categoria de metalúrgicos e eletricitários.

Após a criação dessa segunda Central, entre as mais importantes do País, como contraponto à CUT, de perfil classista, inegavelmente mais incisiva e contrária à proposta das demais centrais, e cujo segmento do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo – SMSP concentrou toda sua força, ficou dividida ainda mais a classe trabalhadora. Um dos elementos que facilitaram o discurso das Centrais contra a CUT está na sua real vinculação com o PT no conjunto do movimento sindical. Esta nova Central, a FS, conforme Trópia (2009), não apenas foi criada com o apoio de Collor na condição de presidente como também retribuiu esse apoio em forma de anuência aos projetos pragmáticos desse governo como o incremento dos processos de privatização e a desregulamentação dos contratos de trabalho no Brasil, gerador do dito processo de flexibilização do trabalho.

Para se apoiar no braço popular com relação a suas medidas e planos, o Governo Collor, diversamente do que acontecia, por exemplo, nos países europeus, tais como a Inglaterra, que tinha como mira o desmantelamento do sindicalismo, buscou logo o apoio de parcela do movimento sindical e, particularmente, nesta corrente sindical que se mostrara anteriormente simpatizante de ideias de viés neoliberal, a recém-criada Força Sindical, liderada por um antigo militante das esquerdas, Antonio José de Medeiros.

Na criação do sindicalismo brasileiro, não é novo, este sindicalismo de perfil propositivo, que se assemelha às práticas da CFDT, confederação francesa, que se pauta pelo incremento de negociação de contrato por empresa e de apoio ao neoliberalismo na França. Contudo há controvérsias se a Força Sindical não estaria entre a liberal-democracia e a socialdemocracia. O principal discurso dos seus dirigentes sindicais Magri e Medeiros, no convencimento do conjunto dos trabalhadores da categoria de metalúrgicos e eletricitários, seria, principalmente, relativo ao combate do fenômeno do “desemprego”, questão mais ameaçadora para as/os trabalhadoras/es do segmento metalúrgico. Esse tipo de sindicalismo denominado por Trópia (2009) como mais próximo do sindicalismo de negócios ou renovado, nas suas propostas papéis e responsabilidades, atua como se fossem patrões ou gestores capitalistas.

Como o neoliberalismo tinha no sindicalismo seu inimigo principal nos anos ditatoriais, “anos de chumbo” no Brasil, desde que chegou ao poder pelas eleições

de 1989, Collor nomeou o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, como Ministro de Trabalho e Previdência Social¹⁰⁸.

O desemprego constituiu um efeito político derivado das noções neoliberais deste governo, reproduzidas através da “conciliação com as políticas paliativas e compensatórias, a naturalização das causas do desemprego e a difusão de uma concepção segundo a qual cada um é responsável por sua própria sorte”, de acordo com a visão neoliberal (TRÓPIA, 2009, p.210).

Posteriormente, com o *impeachment*, a saída de Collor do governo, durante o processo em curso, pelo movimento “FORA COLLOR”, nada se alterou e nem teve como alvo a crise provocada pelo incremento de medidas neoliberais, tão prejudiciais aos vários e diferentes setores e classes sociais da sociedade brasileira. Assim sendo, nada foi proposto, nem pelos partidos políticos, nem pelas organizações sociais, questão até hoje não respondida pelos diversos estudos no entendimento de Boito Jr. (2012), com o qual, como ex-sindicalista, também concordo.

Seguindo sua lógica da continuidade, o projeto neoliberal de privatização atravessou o rápido mandato de Itamar Franco e entra em plena expansão no começo de 1994 pelo Governo FHC. Este presidente, de imediato, no discurso de posse, anuncia as pretensões do seu governo, declarando o final da chamada “Era Vargas”, referência ao desenvolvimentismo e à legislação trabalhista, artifício usado com o objetivo de acalmar o mercado financeiro, na fase inicial do seu governo. Mais ainda, este Presidente salienta a importância de adoção de uma agenda que, segundo ele, modernizaria o Brasil, em face das crises conjunturais do mercado econômico, fazendo uso do argumento quanto à necessidade imperativa de enxugamento de todo o aparato estatal brasileiro, propondo a continuidade e a ampliação das privatizações, cuja condição de eficiência dependia apenas de um maior monitoramento de todo o processo de reestruturação produtiva (PEREIRA, 2007).

¹⁰⁸ O Governo assinou a Medida Provisória nº 193, de 25 de junho de 1990, que instituía uma política salarial provisória até o mês de agosto. A concessão de um abono para os trabalhadores que ganhassem até três salários mínimos, não obstante ter sido inicialmente aceita pelo ministro Magri, foi em seguida rejeitada por ele, que a considerou negativa, “pois trazia de volta a memória inflacionária”. A política do ministro na área da Previdência Social pautou-se por essa mesma preocupação. Convencido pela ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo, desistiu de reivindicar um abono de um salário mínimo, em agosto de 1990, para os aposentados. Com o objetivo de arrecadar recursos para o pagamento das aposentadorias, o ministro propôs, no mesmo mês, um novo indexador para o cálculo das aposentadorias, baseado na cesta básica, e estender o piso de um salário mínimo para os trabalhadores rurais (FGV, 1990).

Segundo Giovanni Alves (2006), durante os anos 90 por meio da privatização, FHC constituiu e consolidou as reformas estruturais do Estado brasileiro de forma mais célere. Nesse panorama, o incremento das mencionadas privatizações passaria a ocupar lugar central no cenário de criação, implementação e incremento do Plano Real.

Para facilitar a adesão e diminuir a resistência do empresariado e da classe trabalhadora junto com as privatizações, as novas medidas neoliberais trazem consigo um aparato ideológico-cultural de discurso de ineficiência e suposto excesso e gigantismo do tamanho do Estado, o que o Governo de FHC fará de forma brilhante nos espaços da grande imprensa, a partir das leis e diretrizes de proposições à Reforma do Estado. Este leque de ações iniciadas nos governos anteriores e de FHC cumpre a agenda neoliberal brasileira, consolidada nas privatizações de empresas da envergadura e porte da Vale do Rio Doce, transferindo o patrimônio nacional para empresários do mercado internacional. Desse modo, estrangeiros vieram a ser os principais investidores das nossas empresas e, principalmente, daquelas mais rentáveis. Inclusive o BNDES torna-se o centro de financeirização de todo esse processo.

Quais elementos podem ser observados durante todo esse processo da reestruturação produtiva? A reestruturação produtiva ainda em curso no País apresenta especificidades relevantes. Em primeiro lugar, o seu aprofundamento, que ocorre a partir do início da década de 90, está sustentado nas políticas de conteúdo neoliberal que se consubstanciaram no plano de estabilização econômica ainda vigente no País, conforme ressalta Druck (1998, apud DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000, p. 149): “Há um verdadeiro movimento de reestruturação na intervenção e regulação do Estado, que vem mudando o ‘pacto’ que havia se constituído ainda na fase de implementação do ‘fordismo periférico’”. Esses autores acrescentam que leis foram aprovadas no Congresso, retirando direitos trabalhistas e sociais, a exemplo do Contrato por Tempo Determinado – CTD, regulamentado com base na Lei 9.601 de 21/01/98.

Na análise conjuntural neoliberal, verifica-se que, a reestruturação produtiva¹⁰⁹ vai se efetivando nos moldes à brasileira, ao mesclar características das imposições

¹⁰⁹ “No dia 31 de julho de 1997, a Coelba foi privatizada através de leilão, sendo arrematada por R\$1,73 bilhão pelo Grupo Guaraniana, hoje, Grupo Neoenergia. Nesta época a COELBA já apresentava no seu quadro de pessoal, 4185 empregados(as). [...]. Neste mesmo ano, a empresa

das agências econômicas internacionais, como as conhecidas medidas de austeridade, com as conformações de trabalho semiescravo, ou trabalho precário, ainda hoje cada vez mais presentes na sociedade brasileira, manifestadas, entre outras, pelo não reconhecimento das premissas de liberdade, de autonomia e de dignidade da classe trabalhadora, cuja precariedade incidirá ou se reservará para o trabalho de características próprias do feminino.

Uma das principais características do neoliberalismo no modelo brasileiro difere da ocorrida nos países de capitalismo central. O nosso país não atravessou como economia dependente a experiência do pacto socialdemocrata, nem o nominado *Estado de Bem-Estar Social*, pois, apenas parcialmente, algumas categorias profissionais pertencentes a estratos mais especializados, vinculados a sindicatos considerados fortes e organizados, talvez mais afetos a setores de grandes multinacionais e empresas estatais, tiveram em parte esse alcance, como é apontado por Graça Druck (2011).

A crise política e econômica gerada na década anterior arrastou-se, trazendo elementos críticos na esteira das medidas de efeitos estratégicos neoliberais. Destarte, foi crucial, nessa conjuntura de privatização, vislumbrar-se o descontentamento social e a não efetivação das reformas neoliberais no ritmo exigido pelos defensores deste modelo econômico, pois o setor industrial estava insatisfeito com o ritmo acelerado dado pelo governo à abertura comercial. No sentido oposto, porém, os representantes do capital hegemônico no País demonstravam sua insatisfação pela morosidade do governo federal no incremento das medidas de desregulamentação da economia nacional, de interesse deles próprios.

atingiu a marca de 2,5 milhões de clientes ligados e, no ano 2000, implantou o novo sistema comercial e o serviço de teleatendimento gratuito.” Hoje, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia é a terceira maior distribuidora de energia elétrica do país em número de clientes e a sétima em volume de energia fornecida. Nestes mesmos termos, ocupa a primeira posição entre as concessionárias do Norte – Nordeste. Presente em 415 dos 417 municípios da Bahia, atende a mais de 15,3 milhões de habitantes em uma área de concessão de 563 mil km². Possui uma força de trabalho de mais de 14,5 mil colaboradores (entre empregados e terceirizados) para contribuir para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Para atendimento ao cliente, a Coelba está presente nos municípios baianos com 43 agências de atendimento, mais de mil pontos da rede Coelba Serviços e 18 agências móveis, veículos especialmente montados para levar até os consumidores os serviços da concessionária. No início da década de 90, a empresa adotou a filosofia de gestão da Qualidade Total, voltando-se para modernização empresarial. Em 1993, a Coelba foi a primeira concessionária de energia da América do Sul a construir uma subestação totalmente digitalizada, a Subestação Candeal, localizada em Salvador” (COMPANHIA DE ELETRICIDADE DA BAHIA – COELBA. *História*. Disponível em: < <http://servicos.coelba.com.br/acoelba/Paginas/Quem%20Somos/historia.aspx> >. Acesso em: 16 out. 2018).

A companhia de distribuição de energia baiana foi cuidadosamente preparada para ser privatizada. O presidente da empresa, André Teixeira, conta que há aproximadamente quatro anos a Coelba passou a desenvolver sofisticados **programas de qualidade**. Uma política que ganhou intensidade a partir de julho do ano passado (1996). [...] foi firmado o contrato entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Eletrobrás, que permitiu o saneamento financeiro da empresa, impulsionando sua reestruturação. (GAMA NETO, 1997).

No tocante à reação do movimento popular, em paralelo ao sindicalismo, questões como perda do poder aquisitivo, desvalorização salarial e queda nas vagas de emprego se constituíram em insatisfação quase generalizada, apesar de esses efeitos e consequências do modelo neoliberal serem pouco mencionados e debatidos no seio das/os trabalhadoras/es. Pode-se até arriscar, tomando-se como ilustração a forma como se desenhou o processo de privatização da COELBA, que a mobilização de trabalhadoras/es ensaiada pelo SINERGIA-BA – cuja diretoria nesta conjuntura era composta por correntes da CUT (militantes do PT e PCdoB) – foi considerada incipiente, frágil, como se diz no jargão da linguagem sindical: “os dirigentes sindicais fizeram corpo mole”. Sobre esse aspecto, como empregada e, naquela época, Presidente da CIPA/SEDE, pude observar que a direção da empresa foi mais eficiente no discurso das vantagens para os/as trabalhadores/as dos efeitos da privatização, como melhores salários, distribuição de ações, contudo o “fantasma das demissões” também era uma questão ausente da fala dos dirigentes sindicais daquela conjuntura. Autores como Boito Jr. (2012) dão a entender que esta dinâmica de viés neoliberal já apontava para o desmanche do chamado “sindicalismo renovado” (SADER, 1988), como pode ser inferido a seguir.

Indiretamente, pode ter ocorrido certo adesismo de parte da diretoria do SINERGIA-BA, como se os eletricitários da COELBA estivessem “descendo ladeira abaixo”, comparando-se com a mobilização dos anos 1980-1990¹¹⁰, período de greves, paralisações e grandes pautas econômicas e, mais concretamente, de cláusulas sociais. Primeiro, a direção do SINERGIA-BA era composta e de domínio de correntes ideológicas cujas lideranças não contemplavam, no conjunto, o pensamento e a confiança da categoria eletricitária na condução do movimento de resistência. Também havia outras questões de ordem externa, sobretudo a pressão

¹¹⁰ Vide SOUZA, Pedro. Eletricitários param a partir de hoje. Dissídio Coletivo do Trabalho 1988-1989, TRT 5ª Região-Bahia. *Jornal A Tarde*, Salvador, 18 fev.1988. Coluna Trabalho.

exercida pelo corpo gerencial da empresa para que empregados/as se inscrevessem no programa de demissão voluntária e gratificação de aposentadoria (inclusive me incluo neste coletivo):

A decisão de vender 65,64% das ações ordinárias da Coelba foi tomada em paralelo com a emissão de debêntures da empresa, o que proporcionou a capitalização de R\$ 225 milhões. “Quitamos a dívida de curto prazo, restabelecendo a saúde financeira da companhia”, [...] Teixeira (presidente da COELBA) em 1997. (GAMA NETO, 1997).

É por meio dessas ações definidas por objetivos e metas estabelecidas no processo de reestruturação produtiva, nas formas de padrão organizacional, conforme se entende analisando a visão de Antunes (2002) e Standing (2013), que o dirigente da COELBA mostra o desenho traçado para preparar a reorganização da empresa. Esta é feita através da obtenção de recursos para introduzir uma nova dinâmica, elegendo o caminho mais fácil e menos complexo da administração por resultados, isto é, a racionalização do quadro de pessoal, em outros termos, o enxugamento do quadro de pessoal:

[...] investir em um programa de demissão e aposentadoria incentivadas. De 1991 para cá, a empresa reduziu o número de servidores de 7.316¹¹¹ para 4.744. [...] retorno que garantiu investimentos na modernização da empresa em termos de automação, sistema de informática, renovação da frota de veículos e melhoramento do sistema elétrico [...] Teixeira complementa: “Fizemos ainda um grande esforço para enxugar nossa estrutura organizacional.” Em novembro de 1995, a Coelba possuía 765 órgãos espalhados pela capital e pelo interior. Hoje, são 146. (GAMA NETO, 1997).

Como se pode deduzir, ao lado dessa dinâmica de reestruturação flexível da COELBA e sobre as vantagens da privatização como aumento dos salários, o discurso é de que haveria possibilidades de redução da tarifa de energia, favorecendo o baixo custo para os consumidores. O saneamento da empresa seria mais efetivo, tendo em vista a desvinculação da tomada de decisões da empresa do entrave político do governo do Estado da Bahia.

¹¹¹ Segundo ressalta Souza (1988): “Os eletricitários baianos, servidores da COELBA, que são mais de 7.000 que estão em greve, a partir de hoje, por tempo indeterminado [...]”.

Outro elemento conduzido pela empresa foi um programa de saneamento de empregados endividados, desencadeado durante seis meses, junto às/aos empregadas/os reincidentes em empréstimos financeiros. A empresa disponibilizou a oferta de empréstimos financeiros para empregados/as para quitação de dívidas (comprovadas através de recibos). Neste caso, os próprios técnicos da empresa faziam a negociação com as instituições financeiras, formais e informais, via empresas de empréstimos pessoais, agiotas, cartões de crédito, FAELBA e bancos. Esse contingente de pessoal – empregados e empregadas – com pendências financeiras, “endividados/as”, era representativo de todos os níveis ocupacionais da empresa, com exceção do corpo gerencial. Essa foi uma das diretrizes adotadas na empresa para repassar à futura empresa privatizada, um quadro de pessoal de trabalhadores/as menos vulneráveis financeiramente, ao tempo em que, no ato da demissão, esse valor emprestado era descontado da indenização trabalhista.

Posteriormente, a FUNDAÇÃO COELBA DE SEGURIDADE SOCIAL – FAELBA também esteve sujeita, pós-privatização, à racionalização e reestruturação do quadro de pessoal da Coelba: mudanças nos planos de benefícios, aposentadorias e pensões, o chamado FAELFLEX. Este plano consistia na oferta de valores compensatórios para os associados, e o investimento a ser distribuído aos adesistas continha uma fórmula atuarial que agraciava mais o corpo gerencial, os cargos de nível universitário e as mulheres. Às mulheres, neste coletivo de agraciados/as, beneficiados/as, caberia a interrogação simples: qual o interesse da COELBA em privilegiar um gênero sobre o outro, o feminino, em detrimento do masculino, hegemônico, composto de um quadro de pessoal de técnicos e engenheiros, já que as mulheres eram apenas em torno de 20% do número total da empresa? Esse privilégio ocultava uma intenção, pois a empresa não tinha interesse em permanecer com o quadro de pessoal feminino, na sua maioria técnicas do nível administrativo, secretárias e eletrotécnicas, atividades que agregavam menor valor à empresa, em relação comparativa com os técnicos, locados na linha de produção.

Verifica-se, pelos dados coletados neste estudo, que, em sua maioria, as mulheres eram mais jovens, ainda estavam na fase reprodutiva e tinham baixos salários, se comparadas à mão de obra masculina, conforme dados da PNAD examinados por Bruschini (2007). Nesta divisão sexual do trabalho que encobria a problemática de gênero, 300 técnicos de engenharia (homens jovens), com cinco anos de serviços prestados à empresa, foram excluídos das vantagens inclusas no

plano previdenciário da FAELBA que privilegiou as mulheres. Qual a explicação para os trabalhadores serem tratados diferencialmente do programa de aposentadoria, cuja contribuição tinha sido da maioria da mão de obra da COELBA? A empresa justificava o uso desse indicador excludente, de forma reservada, nas reuniões do Conselho de Representantes da FAELBA (para o qual fui eleita durante 7 mandatos, de 3 anos) no receio de que os técnicos de engenharia (eletrotécnicos), mão de obra especializada, treinados, experientes na área de eletricidade, não teriam interesse pessoal em permanecer na empresa com os salários então pagos, pois, com a demissão, poderiam se capitalizar e se organizar, possivelmente abrindo empresas prestadoras de serviços, influenciando o valor da força de trabalho no mercado da Bahia e levando consigo a memória técnica da empresa. Desse modo, esses profissionais nada receberam na implantação do FAELFLEX e o “medo de demissão”, naquela conjuntura de transição de empresa de economia mista para empresa privada, se constituiu num fator que pesou na tomada de decisão de nem sequer questionarem a exclusão coletiva.

Outro fator de incremento do aceite da privatização como algo positivo foi a criação do Clube de Investimento cujo objetivo seria a oferta aos funcionários da COELBA de, no máximo, 10 lotes de ações ordinárias escriturais¹¹² entre as/os empregadas/os do lote de mil ações acordadas, cujo valor nominal, até as vésperas do leilão, foi superdimensionado, mas que, após o leilão de venda da COELBA, imediatamente despencou. Essas ações foram financiadas pelo próprio BNDES no valor facial, mas que, no decorrer do ano, não correspondia ao empréstimo concedido, ao tempo que fomos obrigados, no contrato assinado, a não poder vender as ações durante 364 dias. Posteriormente, essas ações chegaram ao patamar mínimo de desvalorização, obrigando as/os acionistas empregadas/os a se desfazerem delas, vendendo-as a preço simbólico à BRASCHEN. Assim, encerra-se a história do sonho da categoria eletricitária da COELBA em se tornar acionista da empresa, da qual também se sentia ilusoriamente proprietária.

4.4.2 O sindicalismo brasileiro: crise ou descenso no Brasil?

¹¹² Nº de 1 a 10 lotes de ações da COELBA, preço de lotes por ações adquiridas R\$ 644,35, conforme Edital Nº01/97 – Alienação de Ações ordinárias do capital social (COELBA, 1997).

As transformações no mundo do trabalho, principalmente na conjuntura internacional de mundialização do capital, causaram impactos na organização sindical diante da reestruturação produtiva. Esses fatos também atingiram o sindicalismo, que se vê em meio à crise mais relevante dos últimos períodos a qual permeou a economia brasileira em decorrência das transformações provocadas pela reestruturação produtiva encetada pela ofensiva neoliberal.

Os anos 80, ao serem analisados pelos economistas e pesquisadores sociais, representaram o caminho inverso da conjuntura do movimento sindical internacional quando comparado ao cenário do sindicalismo brasileiro. Decorrente desse fato, houve uma reação à contraofensiva do capital e da hegemonia internacional, concretizada pela dívida externa que submetia o País e a classe trabalhadora às relações de exploração/opressão, dentro dos diversos conflitos e experiências novas que diz respeito aos diferentes interesses de: empresas, administração pública, organizações da sociedade civil e também às/aos trabalhadoras/es.

O neoliberalismo investe diretamente no contexto econômico, passo a passo com a precarização social e familiar, sendo expressivamente responsável não só pela queda das condições de vida dos/das trabalhadores/as, como pelas condições concretas para a sua organização, ou melhor, ao construir pilares reprodutores de complexidades e criar diversas dificuldades para impor seu modelo de produção e reprodução. Com base nesses elementos, é importante questionar: de que modo a ideia e a ação do sindicalismo na conjectura do coletivo de trabalhadores/as conseguem confrontar e podem constranger os capitalistas a aceitarem a compra da força de trabalho de uma forma que se aproxime de um valor justo de barganha, além do estabelecimento de claras regras de negociação de salários? Além disso, como estabelecer a determinação de jornada ou condições de trabalho exequíveis?

Percebe-se que neoliberalismo e sindicalismo seriam, portanto, em termos concretos, institutos em constante mutação, geradores de oposição. Destarte, quais seriam os confrontantes ou apoiadores às propostas e salvaguardas dos neoliberais? Seriam as próprias empresas, os bancos, o Estado e as variadas corporações da sociedade moderna? Evidente que sim e não. E, sob esse ponto de vista, isso caberia à representação da classe trabalhadora: os sindicatos, as centrais sindicais, as confederações e todo tipo de organização que se propõe a travar o bom combate de confronto e/ou de freio às investidas dos defensores ferozes do neoliberalismo, reprodutores das mazelas sociais, favorecendo o avanço do capital.

As críticas ao modelo anterior da administração do trabalho vão sendo engendradas juntamente com a sua antiga estrutura, seja ela no nível da produção concreta ou das ideias necessárias para que tal reestruturação fosse minimamente aceita pelos/as trabalhadores/as, inclusive no sentido de que o trabalhador e a trabalhadora seriam mais livres nas formas de desenvolvimento dos processos de flexibilização do uso da força de trabalho, como bem aponta Harvey (2008), Trópia (2009) e Standing (2013).

No que se refere a essa questão da flexibilização da mão de obra, Montes (1996, p.23) traz reflexões pertinentes sobre os efeitos das medidas neoliberais: “o neoliberalismo [...] descobre os ‘perigosos efeitos’ do *Welfare State* – *Estado de Bem-Estar*. Seriam eles: a desmotivação dos trabalhadores, a concorrência desleal (porque protegida), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas”¹¹³.

Assim, para os neoliberais, torna-se mais que imperativa a emergência da necessidade da reestruturação da produção. A linguagem da reestruturação produtiva impregna todas as atividades – privadas e públicas – de conteúdo essencialmente mercadológico. Os objetivos declarados são: reduzir custos, aumentar a produtividade (o Produtivismo), garantir a competitividade, flexibilizar o trabalho, neutralizar os conflitos entre capital e trabalho, buscar a negociação e a parceria constantes (DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000).

Considerando as análises dos autores citados, verifica-se que, em decorrência dos efeitos da ação neoliberal, implodiram, no cenário mundial, vários fenômenos, tais como: desemprego estrutural, precarização do trabalho e do emprego; fragmentação dos coletivos de trabalhadoras/es, marcados por um processo crescente de individualização ou informalização do trabalho e fragilização da ação coletiva e sindical (STANDING, 2013). Esse conjunto de elementos que remodelam o esquema de precarização no âmbito das relações de trabalho criou barreiras e impedimentos para o convívio das/dos trabalhadoras/es, de inserção no contexto social e na participação social, a que os trabalhadores associados ao trabalho estável têm acesso.

Robert Castel (1998), ao discutir a categoria trabalho, propõe outra categoria, precariedade, ou categoria assalariada. Para interpretar o significado da

¹¹³ Tradução minha para fins deste trabalho.

institucionalização da precariedade, ele vai utilizar o termo “Zonas” de coesão social submetidas à instabilidade. Segundo ele, a precariedade está sujeita à crise econômica, ao aumento do desemprego, à generalização do subemprego. E, nesse aspecto, Castel (1998, p.24) vai esclarecer a compreensão sobre o eixo do trabalho precário ou assalariado:

[...] a associação trabalho estável – inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir exclusão, ou melhor, como vou tentar mostrar, a desfiliação. A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.

O padrão de acumulação fordista/taylorista, que entrou em crise a partir da década de 70, deu lugar ao padrão de acumulação flexível, gerador dos seguintes fenômenos: o enxugamento da produção, com redução de quadro de profissionais, alta especialização do trabalho e forte incremento tecnológico (ANTUNES, 2002).

Comecei no movimento sindical em 1986, [...] “fichei” ainda na empreiteira da CHESF. Naquela época, existia uma luta muito forte dos “terceirizados” com o objetivo de serem absorvidos pela Chesf, e eu era uma das lideranças que organizava o movimento dos terceirizados, em Paulo Afonso/Ba. (Maria de Fátima Araújo, técnica industrial, representante dos trabalhadores terceirizados, dirigente sindical, 1992-1994).

No entanto, desde 1968, Thebaud-Mony (2011) mostra que a “flexibilidade dos empregos”, na França como nos demais países industrializados, se tornou uma questão imperativa da reestruturação das empresas, exigida tanto pelo patronato como pelos poderes públicos, constituindo-se na porta a ser aberta como alvo do retorno do presumido crescimento econômico. A partir dessa iniciativa neoliberal, começa, segundo essa autora, uma hábil precarização estrutural já referida neste escrito sob o desenho da terceirização da força de trabalho. E, nesse viés, confirma-se o descrito acima, cujos registros se mostram possíveis no depoimento dado pela trabalhadora, militante sindical, Fátima Araújo, sobre a sua experiência ao ser contratada como prestadora de serviços administrativos à CHESF, através de

Contrato Temporário, por Tempo Determinado, ainda nos anos 80¹¹⁴. Observa-se que esse fenômeno também foi adotado em toda a empresa, pois, na administração da CHESF/Pituaçu, a mão de obra feminina era contratada também dentro desse mesmo perfil de condições precárias de trabalho:

Eu fiz movimento com as trabalhadoras terceirizadas que queriam colocar “para fora”. [...] nós conseguimos com esse movimento [...] estender a “alimentação” ao pessoal terceirizado que não tinha alimentação [...]. E muitas dessas terceirizadas, [...] ficaram efetivas devido a esse movimento, entendeu? Não foram pra rua, [...] depois, em 1997, que muitas pessoas foram para rua. Também, quando eles começaram a reduzir o efetivo de “servidores” nas empresas do setor elétrico. (Clélia Bispo dos Santos, técnica em contabilidade, delegada sindical na CHESF Pituaçu, mandato 1987-1990).

Essa problemática de absorção de terceirizados/as teve apoio do SINERGIA-BA na relação com a CHESF. Contudo, neste caso da administração de Pituaçu, a maioria dessa mão de obra era de mulheres, por isso entende-se, no relato das ex-militantes sindicais, quase a ausência de conflitos e de disputas na condução desse movimento, segundo Clélia. No caso da administração da Usina de Paulo Afonso, a militante sindical Maria de Fátima, após a absorção como empregada de contrato permanente na CHESF, tornou-se diretora do SINERGIA-BA. No entanto, essa legitimação da contratação não lhe garantiu estabilidade, isto é, permanência no quadro da empresa como previsto na CLT, pois, após um ano de efetivada na CHESF, também veio a ser demitida com outras/os trabalhadoras/es, como represália a seu ativismo na greve de 32 dias, em 1992 durante o Governo Collor. Posteriormente, a militante retornou à CHESF onde ocupou posto gerencial no Governo Lula.

¹¹⁴ “Sob a orientação da ELETROBRÁS foi adotada uma política de terceirização de obras e serviços, antes a cargo da CHESF, constatando-se o declínio da empresa construtora e a progressiva consolidação da empresa geradora. Os anos 70 assistiram à irreversível ascensão da empresa privada da engenharia nacional de projetos e construção de hidrelétricas, cuja capitalização passou a ser assegurada com a boa e contínua carteira de obras registradas com as contratações efetivadas pelo setor produtivo estatal. Segundo o CMEB (1988, p. 231), a grande arrancada da expansão da capacidade geradora ocorreu a partir de 1967 e 1968, sendo que o total instalado praticamente dobrou entre 1966 e 1972 e mais do que duplicou entre 1972 e 1979. Já nos primeiros anos da década de 80, a taxa média de crescimento anual reduziu-se um pouco, situando-se em torno de 6%. Por outro lado, em função das grandes obras empreendidas pelas empresas estatais, as indústrias produtoras de equipamento para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica alcançaram um índice médio de nacionalização próximo de 90% nos fornecimentos relativos às usinas hidrelétricas” (OLIVEIRA, 2001, p.20).

4.4.2.1 Acordos Trabalhistas na CHESF: absorção de mão de obra contratada a terceiros

A partir do acordo de 1989-1990, os sindicatos representativos da categoria eletricitária do grupo Eletrobrás da Região Nordeste, inclusive o SINERGIA-BA, assinaram acordo coletivo de trabalho com a CHESF, avançando na proposta de adoção, por parte da empresa, de uma política de recursos humanos, mais exequível e igualitária, na sua intenção de definir critérios de seleção de pessoal e admissão para o quadro de empregados, conforme Cláusula 2ª:

A partir desse acordo, a admissão de empregados se dá por processo seletivo a ser disciplinado em cada empresa (Grupo Eletrobrás), através de regulamentos compatíveis com diretrizes básicas que serão estabelecidas para todo o grupo Eletrobrás.

Desse modo, a organização dos sindicatos avança na conquista da definição de critérios normativos de procedimentos para absorção da mão de obra terceirizada, intermitente e temporal, conforme Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) assinado pelos sindicatos do grupo ELETROBRÁS, de acordo com o Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Cláusulas de Acordos Trabalhistas com mão de obra de terceiros – CHESF (1985-1987)

Anos	Cláusulas
1985	Cláusula 14ª A CHESF compromete-se a cessar, a partir deste acordo, a admissão de mão de obra de caráter permanente através de empresas de locação de mão de obra. Efetivar estudos no sentido de estabelecer critérios visando a progressiva absorção de quem desempenha, na companhia, atividade nesta condição apontada, iniciada antes de 2 de outubro de 1985.
1986	Clausula 7ª Compromete-se a iniciar, no 1º semestre de 1987, a regularização da situação atual, com a absorção de mão de obra de terceiros, já contratada, de tal modo que a mesma esteja concluída no prazo de 3 anos, dentro de uma média anual de, no mínimo, mil pessoas.
1987	Cláusula 17ª Dar continuidade à política seguindo os critérios previstos na resolução 22/86.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Acordos Trabalhistas do SINERGIA-BA (2018).

A onda de privatização nas empresas estatais seguiu, na sua trajetória, processos diversificados, como pode ser examinado nas ilustrações introduzidas, tanto no nível federal como no estadual. De imediato, nos anos 90, precisamente nas distribuidoras de energia na Bahia, o processo de reestruturação e acumulação flexível reproduz-se na flexibilização das relações de trabalho, na precarização social provocada pelos novos modelos produtivos na COELBA e na CHESF, configurando-se nas medidas neoliberais prontamente adotadas pelo Estado brasileiro, cujo embrião já estava em andamento desde o começo dos anos 80¹¹⁵. No setor elétrico, essas medidas se deram por meio de investimento em tecnologia e mudança na organização do trabalho, a fim de colocar as empresas como mais atraentes ao mercado¹¹⁶.

Os indicadores não eram ignorados nas análises de conjuntura econômica, social e política, no âmbito do SINERGIA-BA, sobre o futuro do setor elétrico. A discussão girava em torno da preocupação crucial da maioria das lideranças políticas – dos sindicalistas também – naquele contexto do capitalismo periférico, (Brasil – Bahia) porquanto já sopravam os ventos vindos de outras paragens, dos acontecimentos vividos nos países de capitalismo central, desde os anos 70 – estes alcunhados como mais avançados. Os dirigentes sindicais do CNE, mais efetivos e de proximidade da minha experiência como dirigente sindical do SINERGIA-Ba nessa conjuntura, já traziam reflexões nas falas, discursos e estudos sobre o avanço da onda neoliberal na América Latina e no Brasil, no todo da reestruturação produtiva conduzida e adotada em alguns países europeus, como Itália, Suécia e Alemanha, desde o início da década de 70. Pode-se afirmar que esse fenômeno não era novo e nem tão velho. Internacionalmente, preanunciava-se o surgimento de velhas situações de vulnerabilidade de massa e da instabilidade como forma de

¹¹⁵ Conforme Rezilda Oliveira (2001), o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no Artigo 175 da Constituição Federal de 1988 foi regulamentado pela Lei nº. 8.987, de 13.02.1995 (BRASIL, 1995b). Já as atuais concessões foram prorrogadas por mais 30 anos, através do Decreto nº. 1.717, de 24.11.1995 (BRASIL, 1995a).

¹¹⁶ O cenário provável da privatização da CHESF preconiza o rompimento da unidade existente entre seus sistemas de geração e de transmissão, embora esse formato institucional fosse provisório e volátil, não havendo, portanto, nada de concreto a respeito do assunto. O que se observa são alterações ocorridas na cadeia de valor da indústria elétrica, ao longo dos anos 80, as quais vieram a desmistificar a tese dos monopólios naturais (RIBEIRO FILHO, 1997), oferecendo toda sorte de argumentos para que se proponha um novo ordenamento patrimonial e operacional para esse segmento produtivo (OLIVEIRA, 2001).

transformar a vida em sociedade e, neste particular, o alvo maior seria o mundo do trabalho.

No nível local, o II Congresso dos Eletricitários, em julho de 1988, que contou na Abertura com a presença do lendário líder político do PCB Luís Carlos Prestes, entre as teses apresentadas por dirigentes sindicais e militantes de base, no Tema 1 – “Conjuntura Nacional” e subtítulo “A crise econômica e os trabalhadores, contribuição para a discussão da conjuntura”, estava entre outras: “Nossa querida dívida e Empresas estatais, patrimônio do Povo” (SANTANA, 1988). Esse título chama a atenção, hoje e outrora, pois anuncia um pensamento que se entendia na época ainda como prematuro, sendo alvo inclusive de críticas daqueles que achavam que o processo eleitoral com a possível vitória de Luiz Inácio Lula da Silva certamente seria um freio à onda neoliberal. A proposta apresentada por Zilson Santana, então secretário do SINERGIA-BA, mandato 1987-1990, militante do PCB, se destaca das outras por nitidamente fazer a defesa do patrimônio do povo brasileiro.

Na COELBA, nos discursos do SINERGIA-BA, difundia-se o valor agregado para os/as trabalhadores/as e que estes/as deveriam, por uma questão de princípio, assumir o compromisso de salvaguardar a empresa como propriedade da sociedade baiana, fiscalizando e defendendo, desse modo, o direito dos consumidores, evitando o uso político da empresa em favor de quaisquer grupos, denunciando o seu mal uso, inclusive a corrupção. Sobre esse ponto, o informativo do SINERGIA-BA *O Alar-me* publicou várias denúncias de uso dos recursos da empresa em detrimento de suas finalidades como empresa pública. Entretanto, uma parcela considerável de empregados ingressou na empresa através de “pedidos” de políticos¹¹⁷.

Neste sentido da investida do projeto neoliberal, com exceção do setor petrolífero, que é protegido por leis constitucionais, todos os demais setores estiveram ameaçados de privatização a partir das nocivas disposições do decreto presidencial de José Sarney, número 91.991, de 28 de novembro de 1985, que estabeleceu privatização (BRASIL, 1985) e do decreto de desestatização nº 95.886/88 (BRASIL, 1988).

¹¹⁷ Vide Apêndice C.1: Perfis de Jocelina Regina (Jô) e Carmilce Miriam Carneiro.

O dirigente sindical Zilson Santana, autor da proposta de tese contra a privatização das estatais apresentada no Congresso referenciado, demanda a defesa das estatais, a exemplo da Petrobras, apelando para ações realizadas no passado contra o projeto desenvolvimentista da era Getúlio Vargas. Além disso, atenta esse dirigente para o fato de que às novas gerações caberia defender o elemento propulsor da soberania nacional. Comparando com a relação de produção da indústria de petróleo, ele aponta para o fato de que a mesma operação ocorre com a produção e distribuição de energia elétrica e de tantos outros minérios. Tece críticas aos contratos de riscos firmados nos governos ditatoriais militares (1964-1985) que autorizaram a exploração do nosso subsolo às empresas multinacionais, cuja contrapartida, se rentável, teria de dividir o resultado produtivo, mas que, em caso contrário, o prejuízo seria somente assumido pela sociedade brasileira.

Esse dirigente defendeu a análise dos fatos históricos na visão expressa por Engels (1979, apud NETTO, 2011, p.34:).

[...] O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente [...] cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...] as suas [dos homens] relações materiais formam a base de todas as suas relações.

Nada melhor que dar a palavra a este dirigente sindical Zilson Santana, no referencial histórico. Segundo Santana (1988), o referencial histórico deveria ser o principal foco da classe trabalhadora, pois o desprezo à realidade histórica consiste em erros irreparáveis, embora primários.

Zilson Santana advoga o valor atribuído à criação das estatais no Brasil, impregnado de uma forte motivação nacionalista. De posse dos fatos históricos, dos fatos passados, no entendimento do contexto político atual, o dirigente sindical lembra a campanha “O petróleo é nosso” e também a defesa das demais empresas e, como ilustração, menciona as do grupo Eletrobrás, Telebrás (SANTANA, 1988, p.17).

No final de 1988, na campanha salarial da categoria eletricitária no País, embrião da proposta da campanha unificada, após aliança política com os

companheiros da executiva do SINERGIA-BA¹¹⁸, obtive maioria de votos¹¹⁹ para representar, como dirigente negociadora, os interesses das/os empregadas/os da COELBA e da CHESF no plano nacional, juntamente com o diretor da Executiva da base CHESF Paulo Rangel, hoje deputado pelo PT/BA. Assim, na reunião da executiva, consegui me incluir como representante, e única mulher dirigente sindical, no coletivo do Comando Nacional dos Eletricitários (CNE)¹²⁰. Este CNE tem, no seu perfil, a hegemonia masculina, branca, de engenheiros e técnicos do setor elétrico, todos da diretoria executiva dos sindicatos em âmbito nacional, que se reuniam no Rio de Janeiro, na sede da Federação Nacional dos Trabalhadores Urbanitários – FNTU¹²¹ e da ELETROBRAS.

As negociações também eram deslocadas para Brasília, para o Ministério do Trabalho, cuja ocupante da pasta, em 1988, era a Ministra do Trabalho Dorothea Werneck¹²², ainda no governo Sarney. Essa ministra era conhecida pelo seu trânsito e abertura, mais efetivos nas relações com o movimento sindical. Durante as reuniões do CNE estiveram presentes à oposição sindical que representava as empresas como Furnas, Eletrobrás, Light e CERJ. Desde os anos 80, ocorreram duas grandes greves na Bahia, deflagradas pelo SINERGIA-BA. A primeira durante a ditadura militar, na CHESF, concentrou-se mais nas Usinas de Paulo Afonso estendendo-se às Usinas de Sobradinho e Funil, além da Subestação de Salvador/Matatu. Durante a “grande greve” dos trabalhadores da Chesf em 1982, conduzida pelo SINERGIA-BA, o jornalista Otto Filgueiras (1983), na sua obra intitulada, *CHESF em alta tensão: a greve proibida*, faz um rica narrativa sobre a

¹¹⁸ Eduardo Bomfim, Zilson Santana, Marcos Nilton Vasconcelos, Pedro Rufino de Souza (único eletricista na diretoria executiva)

¹¹⁹ PCB, PCdoB, CUT pela base.

¹²⁰ É significativo revelar que pela primeira vez, apesar dos 5 votos que detinha na diretoria executiva dos 9 diretores, apenas um dirigente sindical da base CHESF (José do Carmo, operador de Usinas, da corrente Articulação da CUT/Bahia) fez avaliações sobre o meu perfil para representar o SINERGIA-BA juntamente com o diretor Paulo Rangel, este mais experiente segundo Jose do Carmo. Este dirigente suplente nesta reunião, assim se pronunciou: “Vanderlay você faz muitas perguntas sobre a maioria dos assuntos da história do movimento sindical e a respeito do próprio SINERGIA-BA, portanto não tem *handicap* para ocupar tal posição, mesmo reconhecendo que à nível local como vice-presidente estava nas mesas de negociação da Coelba”. Os outros companheiros permaneceram calados diante do meu constrangimento. Apenas eu, como mulher dirigente, defendi o direito de participação no Fórum Nacional.

¹²¹ Em 1990, a atual Federação Nacional dos Urbanitários – FNU (2017) se filia à Central Única dos Trabalhadores – CUT e começa a liderar, juntamente com os sindicatos, a luta contra a privatização das empresas de saneamento e do setor elétrico, que era uma das prioridades do governo Collor de Mello.

¹²² WERNECK, Dorothea. Ministra do Trabalho. 1989-1990; Min. Ind. Com. e Turismo 1995-1996 (WERNECK, 2018).

repressão empreitada pelo regime militar aos trabalhadores da Chesf, precisamente os da Usina de Paulo Afonso, inclusive invadindo a sede do sindicato, violentando os trabalhadores e seus familiares – mulheres, velhos e crianças ¹²³. Contudo, as fotografias são testemunho da presença das mulheres no palanque, na igreja e em outros lugares. Aparecem, nas fotos da época, as mulheres carregando os/as filhos/as nas reuniões e assembleias¹²⁴.

Figura 5 – Presença de mulheres na Greve de 1982 – Paulo Afonso



Fonte: Filgueiras (1983).

Figura 6 – Alzira Bezerra, delegada sindical, demitida na greve de 1982(*)



Fonte: Filgueiras (1983).

(*) Foto de Alzira Bezerra, delegada sindical, demitida com mais quatro mulheres: Maria de Pompéia, Maria Zilaque, Maria Alice Torres e outra não identificada nos registros pesquisados.

¹²³ Esta obra se constitui em uma narrativa significativa, por trazer fatos relacionados a influência da Igreja Católica, com a presença do Cardeal Arcebispo da Bahia, na participação em uma assembleia na Igreja de São Francisco, no Município de Paulo Afonso, com o propósito de ser interlocutor na negociação do final da greve de 1982. Esse fato era comumente repetido por sindicalista do seguinte modo: “Vocês radicalizam, depois vão de cunha na mão pedir ao Cardial para acabar a greve.”

¹²⁴ No final da greve, foram demitidos 25 homens e 4 mulheres.

A maior greve deflagrada pelo SINERGIA-BA, na Bahia durou 31 dias, tendo sido iniciada de forma antecipada na terceira rodada de negociação em 18 de outubro e finalizada em 19 de novembro de 1988 por decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), pós-julgamento do Dissídio Coletivo¹²⁵ empreitado pela Procuradoria do Trabalho, representando a FIEB/COELBA. Também foi, até então, a mais duradoura da história do SINERGIA-BA e da COELBA, geradora de Dissídio Coletivo do Trabalho, solicitado pela COELBA, após várias Audiências de Conciliação realizada na Delegacia Regional do Trabalho, acompanhada pela militância na frente do prédio da DRT, na Avenida Sete de Setembro.

O TRT 5ª Região entrou em recesso após o julgamento, mantendo, não obstante, a situação em suspenso quanto ao reajuste salarial até o retorno do recesso. A partir desse episódio jurídico, as/os empregadas/os não tiveram seus salários reajustados, criando um fato inédito, pois a greve terminou sem nenhuma contrapartida, isto é, “ganhou, mas não levou”. Como dirigente sindical, negociadora principal junto à COELBA, eu e outro companheiro decidimos buscar em Brasília uma solução para o impasse. De início, fomos ao Ministério da Fazenda, mas não obtivemos êxito. Como dito anteriormente, abriu-se uma agenda para uma reunião entre a referida ministra e o Comando Nacional dos Eletricitários – CNE. Nesse coletivo, havia representações de diversos sindicatos de eletricitários de vários Estados: São Paulo, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, entre outros. De forma surpreendente, ao nos receber, a ministra Dorothea Werneck fez a seguinte contestação no início da reunião: “Finalmente, esses ‘machões’ pela primeira vez trazem uma mulher para a reunião”.

As palavras da Ministra, não posso negar, me espantaram e, ao mesmo tempo, revelaram o óbvio – mulheres são ocultadas na representação sindical. Realmente, os companheiros nada responderam e “silenciaram”, comportamento este diferente das outras reuniões do Grupo Eletrobrás. Eles mostraram-se inibidos e intimidados diante da observação acintosa da ministra do Trabalho, a respeito da minha presença. Surpreendi-me diante da atitude daqueles “machões”, que comumente se achavam homens viris, fortes, dominadores, autointitulados como portadores de um saber político androcêntrico, baseado em um saber da estrutura classista da

¹²⁵ Dissídio Coletivo do Trabalho, nº 801880278-30 – FIEB/COELBA; STIEHTEEB/SENGE – referente à greve de 31 dias, iniciada em 18 de outubro de 1988 e finalizada em 19 de novembro de 1988. “As diferenças em atraso (de novembro/88 a março/89), do percentual de que trata esta cláusula serão pagas em 3 parcelas mensais consecutivas a partir de abril/89” (TRT-BA, 1988).

sociedade, portanto o avesso do saber feminino, tido como atrasado politicamente, verdadeiro retrocesso para a classe trabalhadora, devido “aos preconceitos quanto a sua presença na entidade” (CAVALCANTE et al., 1988, p.80).

É evidente que não senti nenhum temor e tomei a iniciativa, apresentando um minucioso relato da situação crítica dos coelbanos e da sua “greve fracassada”, cujos resultados do julgamento, emitidos no Parecer do TRT, via instrumento do Dissídio Coletivo, registrava valores econômico-financeiros contendo reivindicações acima da proposta do sindicato, de conteúdo impeditivo, do ponto de vista legal, para concessão pela empresa.

Após discorrer sobre o Dissídio de forma minuciosa, dei explicações técnicas e documentais à Ministra, além das particularidades descritas pelo Juiz Relator do Dissídio, especificamente quanto ao aspecto de reposição da inflação, chamada correção salarial, fixada em 66,08% sobre os salários vigentes em outubro de 1988, questão vista como ponto pacífico entre a empresa e o TRT/BA, com base em decreto do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS¹²⁶ estabelecendo o índice oficial. A Ministra, por sua vez, esclareceu e dirimiu dúvidas sobre o decreto de lei salarial, informando determinadas aberturas no referido decreto, o qual permitia aplicações de reajuste, sem prejuízo para as/os trabalhadoras/es e, no mesmo movimento, poderia em parte acatar o parecer do TRT/BA.

Neste sentido, a Ministra comprometeu-se a ensejar recomendações junto ao setor competente para, em conjunto com o Ministério, encaminhar uma solução à Assessoria de Cargos e Salários da COELBA. Dessa forma, prestaria orientação sobre a antecipação do reajuste, antes das análises dos “Embargos Declaratórios”, já oficializados pela COELBA junto ao TRT 5ª/BA.

Retomando a expressão dita pela Ministra do Trabalho:, “ausência de mulheres nas representações sindicais,” no meu ponto vista, essa problemática da diminuta participação de mulheres na direção dos sindicatos e, no particular, no SINERGIA-BA estaria afeta a três questões: talvez o fato de as mulheres não terem filiação partidária, no particular ao próprio PT, partido majoritário na direção do SINERGIA-BA e na CUT; outro elemento a ser considerado seria a visão masculina sobre as mulheres, a imagem essencialista, o fator pessoal quiçá vinculado a aspectos

¹²⁶ CNPS – Órgão instituído pelo Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963, com o objetivo de estabelecer a política salarial a ser observada pelas autarquias federais de natureza econômica e as sociedades de economia mista em que a União ou qualquer de suas autarquias detivesse maioria do capital sócia (BRASIL, 1963).

sociais e afetivos; e, por fim, a competência política e a dita natureza feminina imposta pelo modo de lidar do masculino com o feminino.

Os dirigentes sindicais – no SINERGIA-BA e fora deste, nos outros sindicatos em que tive possibilidade de estabelecer relações sociais e políticas – estavam habituados ao confronto entre si, na disputa por postos de direção na estrutura sindical e, mesmo tendo vindo de suas empresas de origem, pouco deles ocuparam postos de comando nessas empresas.

Sabe-se que, em tese, dirigentes sindicais trazem, na sua trajetória política, a intenção de virem a ocupar os espaços de poder político, trajetória que lhes possibilitaria, no futuro, a carreira partidária, conforme afirma Vanessa de Andrade de Barros (1998). Suponho que dirigentes não abririam um espaço para contemplar a mulher em cargo de direção, pois era vista como sem experiência, sem saber político. Naquela conjuntura, as mulheres eram arrojadas e audaciosas, enfrentando os dirigentes sem lhes dar o crédito que eles pensavam possuir, isto é, serem apenas predicado deles. O terceiro elemento de rejeição talvez estivesse ligado ao modo de agir de algumas mulheres, tidas como ativas e autônomas, por não aceitarem “ser pau mandado”, defendendo seu próprio ponto de vista, considerado por elas mais apropriado aos interesses da categoria eletricitária, mas que, do ponto de vista dos aludidos dirigentes, era um saber traduzido por eles como o discurso do atraso. As mulheres, para eles, não dominavam a experiência política.

[...] na verdade assim, o fato da gente ser mulher, deu a gente uma credibilidade maior do que os homens tinham. Os próprios homens não gostam de acreditar neles. Eles sabem o quanto eles mentem [...] Eu acho que a “peãozada”, enxergou na gente assim, a mãe. Alguém que estava defendendo os interesses gerais. Não eram os interesses específicos, não era o que vinha de aumento para mim. Mas o que podia acontecer de melhor para todo mundo [...] a gente colocou uma visão um pouco mais [...] universal. Menos individualista. (Tereza Rodamilans, engenheira elétrica, militante sindical, representante eleita no Conselho de Representantes da FAELBA, negociadora eleita de base).

No Parecer do TRT, consta o apelo da Procuradoria Regional do Trabalho que aventou, nesse Dissídio Coletivo, a imputação da ilegalidade da greve, o que foi negado pelo TRT com base na recém-nascida Constituição brasileira de 1988. O tribunal, em seu Parecer, entendeu o direito de greve irrestrito, bem como aventou a inexistência da noção de greve ilegal para setores prestadores de serviços

essenciais, independente dos possíveis excessos cometidos pelos trabalhadores que, segundo o mesmo tribunal, não se confundem com a ilegalidade do movimento em si.

A questão da estabilidade no emprego sempre era incluída na pauta de reivindicações considerando a análise de conjuntura política, econômica e de instabilidade gerado no exercício da militância sindical, fora da CLT, cujo alvo maior alcançava os trabalhadores ocupantes de cargos manuais, no exercício do ativismo sindical, de forma mais específica, os eletricitistas – punição disciplinar como suspensões de dias de trabalho, ameaça de demissão, demissão, transferências de locais de trabalho, mudança na escala de turno a revelia do empregado.

No Dissídio Coletivo de Trabalho de 1988, é visível, no parecer do TRT da 5ª Região, a negativa ao pedido dos trabalhadores de estabilidade no emprego com o argumento da instabilidade concernente às demissões administrativas e de cunho político, Na Cláusula 13ª, ao se reportar ao pedido de garantia da estabilidade no emprego, o juiz relator assim declarou:

[...] a proposta, extremamente radical, choca-se com o conceito novo de estabilidade, a ser estabelecido a partir da garantia posta no art. 7º, I, da Constituição¹²⁷ recém promulgada. Sua parte final, de reintegração de todos os empregados dispensados por motivos de perseguição política ou administrativa, repousa inteiramente em elementos subjetivo. Indefero. (TRT/BA, 1988).

A COELBA, desde o ano de 1986, não realizava novas contratações de caráter permanente da força de trabalho para o seu quadro de pessoal. No entanto, o parecer desse Tribunal nesse dissídio, ao “bater o martelo”, indeferiu o pedido da categoria eletricitária, apresentado pelo SINERGIA-BA e SENGE, com base na Cláusula 13ª – Estabilidade no emprego (contrato por tempo indeterminado) e na Cláusula 9ª – Absorção da mão de obra de serviços terceirizados, constituídos de prestadores de serviços (as empreiteiras) à COELBA, abrindo um precedente, a meu ver arriscado. Estavam sendo legitimados, dessa forma, o trabalho precarizado e temporário, com base no contrato por tempo determinado, além das relações de trabalho constrangedoras, de convivência do quadro de pessoal permanente, como

¹²⁷ Art. 7º, São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos. (BRASIL, 1988).

aconteciam no passado, no tempo do trabalho escravo, com a mão de obra livre. Trata-se de uma fissura nas relações entre capital e trabalho, pois o TRT, em seu parecer, favoreceu a facilitação da precarização do trabalho, das condições inseguras de trabalho, do elevado índice de acidentes fatais da mão de obra de empreiteiras, pois era sabido que essas empresas não cumpriam a legislação trabalhista, realizando contratos de tempo parcial e temporário, ao tempo em que possibilitavam, à empresa contratante, o enxugamento do quadro de pessoal, ao optar por contrato indeterminado. Esse fenômeno veio a se solidificar e expandir durante toda a década de 90, firmando raízes da modalidade de acumulação com o trabalho flexível, concretizado no contrato temporário, sem garantias de proteção social e condições de vida digna.

Segundo Pochmann (1998, p.161), os anos 90 foram marcados por cinco alterações importantes no sindicalismo brasileiro: queda na quantidade de greves, redução na taxa de sindicalização, proliferação “administrativa” do número de sindicatos – fenômenos possibilitados pela estrutura sindical corporativa de Estado ainda existente no Brasil –, fragmentação das negociações e diminuição da quantidade de cláusulas acordadas. Esses indicadores apontados por diversos estudos demonstram o embrião da fragmentação do movimento sindical, no qual se insere também o segmento eletricitário no Brasil, desenrolando-se durante toda a década de 90, enfraquecido pelo avanço da força de governos neoliberais. Essa desestruturação ameaça e se materializa no Governo Collor, notadamente em relação à privatização, à demissão de funcionários públicos e também à retaliação aos sindicatos filiados à CUT.

A militância sindical de base, liderança de defesa dos empregados e empregadas terceirizado/as, obteve, nos anos 90, conquistas positivas na CHESF, conquistas estas já reproduzidas e negociadas desde a metade da década de 80, vindo a concluir o processo de absorção da maioria de trabalhadoras/es no início do Governo Collor. Contudo, a eleição de Collor tornou essa demanda para alguns funcionários sem efeito, como se vê a seguir:

[...] voltando ao ano de 1990, a greve dos 32 dias da CHESF, foi uma luta muito bonita. [...] Collor conseguiu fragilizar o movimento sindical com as demissões dos eletricitários a nível nacional. [...] e eu fui demitida da Chesf em 20/09/1990. Pasmê! Eu tinha apenas um ano de empresa. Na época, estava tão envolvida no movimento sindical, ainda solteira, sem filhos, que não percebia a existência do

corporativismo. Ao ser demitida, no outro dia cedinho, fui para o sindicato para continuar a minha militância, agora, com mais tempo, já que estava afastada da Chesf. Foi aí que notei o corporativismo e as limitações impostas pelo fato de ser mulher. (M^ª de Fátima Araújo, filiada ao PT, dirigente sindical, anos 1991-1994).

Essa greve na CHESF teve, como motes, a defesa do emprego, o cumprimento de cláusulas acordadas e o enfrentamento da retirada da CHESF do PND e o fim do CCE 09. Contudo, o custo a ser pago pelos militantes e dirigentes foi enorme, ocorrendo várias demissões, inclusive da dirigente Maria de Fátima Araújo.

Antunes (1995) chama de “crise dos sindicatos” as repercussões da reestruturação produtiva em moldes brasileiros, o que desencadeará mais perdas na construção de identidade coletiva de classe, indo no sentido inverso da individualização. Junto com a mecanização pela via microeletrônica, a pulverização e as formas diversas de contratação, de vínculos e de cobertura, de maneira especial nos direitos trabalhistas e previdenciários, trouxeram complexidade aos segmentos e estratos da classe trabalhadora, dificultando consideravelmente a organização do movimento.

A introdução da tecnologia da informação e da automação também prejudicou o sindicalismo, pois ele tinha como alicerce, fundamentalmente, os trabalhadores manuais, cujo número, no decorrer da década, foi reduzido, tornando-se assalariados de contratos por tempo determinado e com jornada de trabalho em tempo parcial. O declínio só não foi mais profundo porque, ao contrário do que aconteceu com o setor privado no Brasil e nos outros países capitalistas do mundo, houve um crescimento do sindicalismo dos funcionários públicos (RODRIGUES, I. J., 2002; BOITO Jr.; MARCELINO, 2010).

A entrada em cena desses novos sindicatos significou certa reativação do sindicalismo como um todo, pois foi capaz de introduzir um pouco de dinamismo para as estruturas consolidadas e acomodadas dos sindicatos. (RODRIGUES, I.J., 2002, p.108).

Para Iram Rodrigues (2002), nesse contexto de ofensiva neoliberal, trata-se mais de um declínio do que de uma crise do sindicalismo. Contudo, Boito Jr. e Marcelino (2010), no sentido inverso do autor citado, principalmente a partir de análises mais aprofundadas de vários outros estudos, defendem a tese de que a crise é reversível, porém o declínio é um fenômeno irreversível.

No Brasil, conforme Giovanni Alves (2006) a rigidez autoritária do governo e dos empresários contribui para uma luta desigual, de titãs para categorias de minorias sociais, dessa forma, a organização das/dos trabalhadoras/res sofre neste período: “[...] sucessivas perdas, seja por causa do endurecimento das negociações (algumas delas nem chegando a ocorrer, como no caso do setor estatal), seja por causa da pressão do capital para reduzir a abrangência dos acordos coletivos” (ALVES, 2006, p.467).

A continuidade do endurecimento nas relações sociais das empresas estatais prossegue no governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual também se aprofundou na extensão do espaço de medidas, dirigindo as perdas à massa de trabalhadoras/es, como é o caso da “suspensão temporária do contrato de trabalho e contratação por tempo determinado, que tratam de contratos de trabalho individuais e, tanto no caso do ingresso quanto no caso da demissão, conduzem para a negociação individual” (DIEESE, 2002, apud ALVES, 2006, p.468).

Novas configurações surgem, destarte, não se pode afirmar que tais configurações irão contribuir substancialmente para o sindicalismo feminino por várias razões, como a presença da dominação masculina dentro e fora das estruturas sindicais, das várias jornadas de trabalho da mulher em razão de seu lugar de cuidadora do lar, bem como das contratações em tempo parcial; o desemprego; o subemprego; a precariedade; mais incidentes na mercantilização da força de trabalho feminina (MARUANI; MERON, 2016).

Segundo ainda Hirata (2011), a racionalização do quadro de trabalhadores/as não se reverte em baixa produtividade, dado que esse modelo de acumulação flexível de produção intensifica ao máximo a exploração da força de trabalho daqueles inseridos em processos ocupacionais geradores de mais valor, por exemplo, a minimização da mão de obra de postos manuais, neste caso, os eletricitas e operadores de subestações na COELBA, anteriormente e após a privatização da empresa. Esse tipo de ocupação da força de trabalho de menor valor, em alguns casos, passa a ser reserva de mercado, ou melhor, nicho preferencial de serviços executados por empresas terceirizadas – as empreiteiras¹²⁸.

¹²⁸ Essas empreiteiras eram identificadas pelos trabalhadores como “gatas”, devido ao seu alto grau de apropriação e exploração da força de trabalho, não acatando sequer os direitos mínimos trabalhistas, tais como, a segurança do trabalho.

Também essas ocupações podem ser extintas, a exemplo da implantação de subestações automatizadas.

Os dados demonstram que, no método de acumulação flexível, no decorrer das décadas de 90 a 2000, a Coelba tinha 4186 empregados.¹²⁹ O balanço de 2017 registra, nos dados sobre o número de empregados chamados de colaboradores, cerca de 14,5 mil colaboradores entre empregados e terceirizados, para contribuir para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Examinando-se o quadro de pessoal da década de 80, cujo número de empregados se aproximava de 10.000, já em 1996 o número de empregados era de 7.316, para, em 1997, diminuir para 4.744, números que retratam o período que antecedeu à privatização da COELBA.

Examinando os dissídios coletivos e as pautas de reivindicações na COELBA e na CHESF, pode-se verificar a abrangência e duração das mobilizações que levaram, em alguns casos, à declaração de greve. Verifica-se a extensão da pauta da COELBA no final dos anos de 1987, 1988 e 1989, com declínio evidente nos anos posteriores, pois a reestruturação produtiva, com enxugamento do quadro de pessoal, reduziu significativamente o quadro de pessoal fixo e permanente.

Nesse período, que inclui também o ano que antecede a preparação para a privatização, julho de 1997, a orientação da empresa esteve voltada completamente para o processo de desregulamentação da sua razão social, como empresa de economia mista. Algumas dessas ações são identificadas na reestruturação organizacional que permitiu a redução dos postos de trabalho, a aceleração do processo de informatização da empresa, o incentivo à aposentadoria, além de um amplo programa de demissão voluntária.

Nos anos 2000, somente para ilustrar, um relatório da empresa mostra o quanto a Coelba sofreu redução do seu corpo funcional:

No final de 2013, a Coelba mantinha 2.489 colaboradores próprios. A redução na comparação com o ano anterior decorre de arranjos internos cujo propósito foi aumentar a sinergia entre áreas e, conseqüentemente, ampliar a produtividade. A taxa de rotatividade na empresa foi de 8,26%, **sendo que 196 profissionais foram**

¹²⁹ “A COELBA fechou o ano de 1999 com um resultado do serviço de R\$ 206,9 milhões, o que representou um crescimento de 57,6% em relação à 1998. [...] este resultado em 2000 somou R\$ 293,2 milhões, sendo 42% superior ao verificado em igual período de 1999. Esse desempenho foi obtido[...] pela diminuição dos gastos operacionais, especialmente as despesas com pessoal. O número de empregados da empresa caiu de 4186 em 1997 para 2956 em 2000, o que contribuiu com o crescimento dos indicadores de produtividade a cada ano no período pós-privatização” (COELBA. *Relatórios Anuais: 1997-2000*).

contratados e 215 desligados. A companhia conta ainda com o trabalho de 12.712 pessoas contratadas por Empresas Prestadoras de Serviços (EPSs), que executam trabalhos de construção, operação e manutenção. (COELBA, 2013).

O novo acordo coletivo, 1997-1999, traz nas suas cláusulas mudanças significativas na condução do negociado sobre o legislado. O Dissídio Coletivo de 1988 entre o SINERGIA-BA e a COELBA, homologado na justiça, garantia o acordo anual, respeitando a data base de 1º de novembro. Observa-se, logo no início da nova gestão privatizada da empresa, nos moldes neoliberais, a imposição do diretor de Recursos Humanos, de nacionalidade espanhola, pertencente aos quadros do Grupo Guaraniana, IBERDROLA, de um Acordo Coletivo Bianual, declarado na aquiescência do SINERGIA-BA a essa nova modalidade de relações de trabalho. No entanto, esse acordo imposto muda radicalmente o conteúdo da pauta social de forma escorregadia, o chamado acordo “Casca de Banana”, “Acordo Quiabo”, que, no menor indício de crise é descumprido, como pode ser examinado nos termos publicados pela COELBA:

Um inédito Acordo Coletivo, para dois anos, foi firmado entre a COELBA e o Sindicato dos Trabalhadores em Energia, cobrindo o período de 1997/1999. Este Acordo estabelece um padrão de estabilidade negocial dentro de uma visão de médio prazo, com manutenção das políticas sociais relativas aos empregados e negociação dos itens econômicos a cada exercício, na data-base da categoria. Acordo coletivo para dois anos, racionalização do quadro de pessoal, ênfase no treinamento e na segurança do trabalho. (Acordo coletivo de trabalho assinado entre COELBA e SINERGIA-BA –1997/1999).

Neste contexto de reestruturação produtiva e acumulação flexível, pós-privatização, pode ser observado, nesse acordo coletivo de trabalho 1997/1999 entre a COELBA e o SINERGIA-BA, um dos principais elementos dessa acumulação flexível, ou seja, a chamada “otimização quantitativa e qualitativa” dos recursos humanos, tais como ilustra a publicação acima, cujo eixo central está na racionalização do quadro de pessoal, que trouxe no seu veio a ênfase no treinamento e na segurança do trabalho. No Balanço de 1997, a empresa declara

que obteve com essa medida um dos melhores índices de produtividade do setor elétrico no País, de “567 clientes por empregado”¹³⁰(COELBA, 1997).

Isso demonstra a forma oculta do trabalho, aumento de horas extras, banco de horas e redução do custo da hora adicional a partir dos acordos pós-privatização cujo foco foge deste estudo na sua amplitude – período de 1970 a 1990. Os acordos não deixam margem de dúvida quanto a esse aspecto, pois nenhum acordo na COELBA contemplou a absorção da mão de obra terceirizada como veio a ocorrer na CHESF durante os anos 1987-1990. A COELBA fazia uso, e ainda faz, da força de trabalho precarizada, a mais-valia, repassando parte de seus serviços de manutenção de rede e da sua mão de obra semiespecializada para empresas terceirizadas (empreiteiras), desse modo repaginando as funções ocupacionais do quadro de pessoal, assim como a jornada de trabalho, estabelecendo a rotatividade de atribuições e responsabilidades, com deslocamentos da mão de obra entre capital e interior do Estado da Bahia.

Faz, então, uso de mão de obra sem qualificação, migrada de outros Estados do País, de custo menor porquanto não agrega a garantia de proteção social conquistada ao longo do tempo pela mão de obra fixa, de contrato formal, por tempo indeterminado.

É importante frisar que a flexibilidade na quantidade de empregos, com fortes consequências sobre o Quadro de Pessoal, não teve a mesma configuração para homens e mulheres, na medida em que havia em curso duas formas de flexibilização: de um lado, uma caracterizada pela alta especialização da força de trabalho e multifuncionalidade dos trabalhadores, neste particular destinada aos homens; e outra caracterizada pelo crescimento de empregos por tempo parcial e precarizado para as trabalhadoras. Esse contexto desigual manteve-se sob a égide de que, para a mulher, o trabalho por tempo parcial favoreceria uma possível conciliação entre suas obrigações com a vida privada e a vida pública, reforçando papéis e estereótipos de gênero (HIRATA, 1998; 2011). Segundo Perrot (1996), é possível pensar que o sindicalismo do século XXI pode ter uma face das mulheres, como assinala a militante Tereza Rodamilans:

¹³⁰ Entretanto, três anos após esse balanço de 1997, registra-se a seguinte notícia: COELBA está causando grandes prejuízos. *A Tarde*, Salvador, p.19, 12 nov.,2000.

[...] o fato de a gente ser mulher, [...] E isso nos deu credibilidade. [...] todas as coisas que a gente entrou para brigar, [...] entrou com seriedade. A gente estudou. Não foi “oba, oba”. [...] discutia, a gente discutiu sempre tudo. Quando a gente participou, eu fui representante do sindicato quando a FAELBA reformulou o plano de benefício. Eu e Marcos (dirigente sindical, 1984-1986) participamos. [...] A gente era conselheiro, e fomos indicados pelo sindicato para acompanhar. E a gente fez. Conseguiu avanços. Me lembro muito, [...] a maior bandeira de Marcos era a “**Aposentadoria especial**” (para empregados da área de risco) que não tinha no plano anterior. Ele conseguiu se colocar. [...] A gente conseguiu mudar os percentuais que tínhamos de contribuição. Então, [...] foi muito importante para as lutas gerais. E as pessoas acreditavam na gente. Por isso, elas nos elegeram. Porque elas achavam que a gente preferia interesses gerais. Não só o que nos atenderia [...]. (Tereza Rodamilans, militante de base, Eng. Elétrica, Conselheira eleita FAELBA).

Isso posto, Jocelina Regina, eletrotécnica, delegada sindical, vai revelar a visão daquela nova mulher vinda da luta, do bairro popular da Liberdade, negra, e que enfrentava as hierarquias de gênero e as relações patriarcais dos dirigentes do SINERGIA-BA:

Os dirigentes do sindicato não pensaram que eu ia ter tanta influência na base, e que eu tinha inteligência, que eu tinha uma visão social mais ampla [...]. [Pensavam] Que eu ia ter medo. Eu não tinha medo. A dificuldade de viver dentro do SINERGIA-BA era que eles queriam poder, e o poder estava na mão do homem. [...] Quando eles perceberam que eu já vinha de Alagoinhas, não vinha um voto só. Porque meu respeito dentro do SINERGIA-BA era só ali, porque eu não fui para o sindicato com um voto só, dizendo: “Eu quero ir para o sindicato.”. Eu fui representando o GRG-5. Entre eles, estavam meus artífices, que se transformaram em eletricitas na mudança do Plano de Cargos e Salários da COELBA. Tinham as pessoas que eu trabalhei com eles na base que há muito tempo eles não faziam movimento sindical nenhum dentro de Alagoinhas.

O DIEESE ([2009]) relata que foram realizadas, antes do ápice da segunda etapa de privatizações, cerca de 280 greves no primeiro semestre de 1997 no País (FGV, [2018]). A mais célebre delas, pelo seu resultado “caótico”, foi a greve deflagrada pelos petroleiros cujo final manteve o movimento sindical apeado, ressabiado, enfraquecido, amedrontado, inclusive o SINERGIA-BA do lado da COELBA, pois o governo FHC usou de todos os artifícios para ceifar a resistência da classe trabalhadora, impondo multas impagáveis. A greve, de pingo em pingo,

perdia conquistas anteriores, e o Governo, de forma autoritária, provocou fissuras nas relações entre governo, TST e os sindicatos filiados à CUT, principal central de resistência ao neoliberalismo estatal e privado.

As greves de conquistas encerraram sua fase áurea, mudaram-se as pautas, além de sua duração e extensão. Os assalariados sofreram ainda perda nos reajustes salariais, participação nos lucros e resultados, além de alteração ou manutenção da jornada de trabalho. Das 1.258 greves deflagradas, segundo o DIEESE ([2009]), em 1996, 10% foram por motivo de redução de jornada de trabalho. Acresce-se a tudo isso, algo mais agravante na virada dessa década e nesse cenário: o desrespeito às conquistas anteriores e aos direitos trabalhistas pelas empresas, principalmente o descumprimento do pagamento de salários e do 13º.

Como pode ser examinado no desenrolar das reflexões deste escrito, concordo com a tese de Rosanvallon (1999), estudioso do campo sindical na França, que tece questões pertinentes como: o sindicalismo na sua essência está em crise? Primeiro, analisa quais suas correlações com outros espaços do capitalismo. No caso brasileiro, por exemplo, o sindicalismo, de viés periférico, durante todo o passado lidou com o trabalho, que já nasceu precário no Brasil.

Cabe, nestas considerações aqui trazidas, a interrogação: existem pontos de diferenças e semelhanças entre França e Brasil? Caso afirmativo, quais seriam esses elementos que podem permitir reflexões a respeito da modernização do sindicato? No discurso, vê-se que o sindicato, como representação de um segmento coletivo da sociedade – ressalte-se que não se pode negar estar revestido de grande relevância social, no decorrer dos séculos desde o começo da industrialização –, abstém-se de uma avaliação de conjuntura realista, franca e objetiva que enseje a trabalhadoras/es compreenderem a perspectiva de mundo a ser transformada no decorrer do processo histórico. E, nesse aspecto, partidarizar o sindicato significa fragmentar fragilidades e filigranas de poucos resultados nesta conjuntura de reestruturação produtiva, de acumulação flexível e de despedida ao trabalho, o que torna cercadas de complexidades suas relações com a sociedade, na condição de instituto de representação das transformações sociais. Quão intensamente se apresenta o sindicato como instituto que representa não apenas segmentos profissionais e ocupacionais diversos no conjunto das classes sociais, de

gênero, de raça, de localização e demais marcadores sociais, mas também no que se refere ao sentido temporal e ao espaço do capitalismo e do próprio sindicalismo?

Ora, tanto o capitalismo como o sindicalismo são comprometidos com a prestação de serviços essenciais e estratégicos à sociedade e pretendem nela agregar ideias, pensamentos e ações que não se prendam apenas a questões da mercantilização da força de trabalho e da mais-valia. Os estudos aventam que um novo caminho está sendo percorrido e a percorrer, e parece que não houve nem declínio nem crise. Na verdade, o sindicalismo atravessa trajetórias que não são novas nem tão diferentes dos vários acontecimentos do passado.

Ressaltaram-se aqui, a partir dessas reflexões, os principais elementos que distinguiram os anos 70, 80 e 90, numa síntese dos períodos analisados, sendo apreendido que o SINERGIA-BA poderia ter avançado mais, numa perspectiva metodológica das interseccionalidades, buscando ser mais efetivo nas saídas que acionassem elementos de defesa de temas de interesse gerais, em respeito ao pluralismo social, em prol de uma sociedade menos desigual, menos excludente e, no caso da Bahia, de defesa de políticas sociais de resistência e de proscricção do racismo estrutural, câncer que afeta mais as minorias étnicas como os indígenas, a população negra, os desempregados e as mulheres.

Hoje, aquele sindicalismo de viés classista distanciou-se e sobrevive aos arrancos da proposta original do final do século XX, essa completamente distante do projeto sindical preso ao “propositismo”, mais assemelhado ao sindicalismo da CFDT na França, cujo negociado prevalece sobre o almejado no decorrer da primeira década do século XXI. Trata-se do deslocamento do sindicalismo combativo, inovador para o sindicalismo negocial, sentado nas mesas de negociação, afastado das bases, de pouca compreensão das aspirações das novas gerações, vez que esses dirigentes dominam a carreira profissional do sindicalista que envelheceu, envelhecendo com ele o sindicalismo, afastando-se de algum modo do imaginável e utópico avanço da classe que aspira um posto de trabalho, no desalento do desemprego ao lado da minoria que ainda sobrevive do trabalho.

5 TORNAR-SE MILITANTE SINDICAL

Este capítulo apresenta a visão de militantes sindicais sobre suas próprias trajetórias sociais, articulando as dimensões da vida social concernentes ao gênero, à raça/etnia e à classe social, tendo como eixo de análise as trajetórias de cunho pessoal, profissional e sindical. Ademais, aborda alguns pontos entre os principais achados da pesquisa empírica, de natureza qualitativa, tendo em vista o uso de narrativas biográficas cujo critério é constatar se o relato da/o entrevistada/o corresponde, até determinado sentido, a uma narrativa como conhecimento situado e de apresentação de experiências de vida.

A entrevista narrativa de natureza biográfica é utilizada na forma de recolhimento de dados através de relatos/vozes dos/as entrevistados/as, homens e mulheres, ao engendrar vínculos nas lutas e resistências travadas na esfera do SINERGIA-BA. No sentido dado por Flick (2009), a entrevista narrativa foi mais utilizada no campo da psicologia. Neste estudo, a narrativa está sendo utilizada por fornecer dados que outros tipos de entrevista não teriam possibilidades de revelar. Essa narrativa possibilita aos/às entrevistados/as certa independência, o conhecimento de saber e de relatar sobre suas vidas e, ainda mais, aquilo que militantes sindicais acionam como construção do conhecimento sobre si próprios e sobre coletividades sociais. Essas/es militantes sindicais podem reproduzir a interpretação dos fatos sociais e políticos como foram vivenciados como atrizes e atores situados.

Em paralelo, a narrativa vai exigir a inclusão de fragmentos que não ficaram devidamente claros, a introdução de outras questões surgidas a partir do roteiro semiestruturado, geradoras dessas narrativas, além de procedimentos e instrumentos de cunho metodológico. De maneira alguma, pretendo fazer uma retrospectiva de um processo, contudo compreendo que todo estudo exige a delimitação do tempo e do espaço para dar conta dos objetivos e, em particular, possibilitar responder às questões de partida, relativas a uma perspectiva temporal e histórica que ocorreu em paralelo com a via institucional (QUIVY; von COMPENHOUDT, 2005).

Essa delimitação contribui para a operacionalização dos objetivos específicos traçados no projeto de pesquisa, a partir de fatos vividos que se constituem como

etapas da história de vida das/os participantes a partir da primeira fase, que considere como etapa da pesquisa exploratória. Posteriormente, quis saber como o feminino e o masculino ocupam esse espaço no SINERGIA-BA. Nomeei esse espaço como *trajetórias de militantes sindicais* no período 1970 a 1990, ocasião da nossa (minha e delas/es) presença mais efetiva e cotidiana no espaço do SINERGIA-BA.

Para tentar superar as falhas porventura apontadas por outros estudos (FLICK, 2009) nesse tipo de entrevista narrativa, me utilizei de questões semiestruturadas que, no decorrer da entrevista, vão sendo aprofundadas para o detalhamento e a compreensão dos eventos relatados. Percebi que essa escolha metodológica teve melhores resultados com as/os entrevistadas/os da CFDT e a entrevistada da UFEQT/CGT pela objetividade nas respostas. As entrevistas do SINERGIA-BA pareciam mais livres no começo, contudo a localização dos eventos no tempo e no espaço, revividos nas narrativas e evocados por algumas mulheres, foi relatada de um modo diferenciado dos homens.

Deve-se lembrar que, na entrevista narrativa, se procede de forma diferenciada do relato oral. O relato oral surge como método para se contrapor à pesquisa quantitativa, hoje conhecido como método da História Oral por fornecer uma descrição de fatos e de situações circunstanciais do momento da pesquisa. É evidente que me vali desse instrumento para entender e acompanhar a logicidade do desenrolar das narrativas, a complementação dos dados e até de fontes históricas.

Na realidade, militantes sindicais e a pesquisadora vivenciaram juntos a maioria dos acontecimentos da militância sindical e podem ter, naturalmente, visões diferenciadas, mesmo tendo entabulado parcerias ou afastamentos na mesma contemporaneidade geracional.

Para dar conta das narrativas sobre trajetórias sindicais a partir do Ponto-de-vista e numa visão perspectivista dessas/es participantes introduzi a categoria de análise trajetórias, à luz de Perrot (1995; 1996), Sardenberg (2004), Macedo (2008) e Guillaume e Pochic (2013), a fim de analisar os diversos caminhos por elas/es trilhados, e, como subcategorias, elegi as trajetórias pessoal, profissional e sindical, vinculando-as ao uso de procedimentos metodológicos extraídos principalmente dos dados empíricos.

Para tanto, busquei, na noção de interseccionalidade, em relação às questões de gênero, raça/etnia e classe social, dentro do possível, o caminho para examinar o quanto elas como dimensões da vida social estão interligadas, possibilitando apreender a complexidade das identidades políticas e das desigualdades sociais por uma *aproximação imbricada*. Como fizeram Collins (1989;1991) e Bilge (2009), também rejeito a divisão e a hierarquização de áreas principais de diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, raça/etnia, classe social, idade, deficiência e orientação sexual, e as dimensões que operam entre essas variáveis, em decorrência das relações sociais apreendidas na disposição do uso da teoria, da metodologia e matrizes de opressão. Isso quer dizer como podem ser examinadas as diversas formas de subordinação, discriminação, exploração e de exercício de poder, sem cair seja numa adição, seja numa mostra causal.

Nesse porto de chegada, olhando do ponto de vista das relações hierárquicas de poder, na perspectiva de Scott (1999), quanto à questão das relações de poder no SINERGIA-BA, ressalto a interseccionalidade por vê-la de forma mais ampliada nas discussões trazidas das reflexões de Akotirene (2018, p.14):

Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política.

Ao encarar o desafio de construção deste estudo, como pesquisadora engajada, tomo emprestada a visão de Collins (2009), neste caso, a de um sujeito ainda submisso às normas e aos normatizadores desta ciência acadêmica, que se baseia nos princípios da neutralidade, da imparcialidade e da racionalidade para recusar a fala e a escrita de sujeitos tidos e vistos como de fora – mulheres e homens negros, cisheterossexuais.

Mesmo assim, arrisco, deste lugar de pesquisadora¹³¹ e de um olhar instituído de subjetividades, de ocultações históricas de falas do sindicalismo brasileiro, trazer as experiências de mulher negra trabalhadora, oriunda de uma família operária do Recôncavo da Bahia, portadora de uma vivência singular como mulher dirigente sindical nos anos 87-90. Hoje, vivenciando outro curso de vida na condição de militante aposentada, doutoranda do PPGNEIM, entendo que inexistente ex-militante,

¹³¹ Stage Doctoral Recherche et Conférences à EHESS (Paris, França).

“aquela que foi sempre será”. O que ocorre é o deslocamento para outros lugares, para novas paragens de lutas, para novos saberes e, até na reconstituição de trajetórias e conhecimentos passados, talvez possibilite a reconstrução de um novo porvir. Como declara Scott (1999), a experiência exige interpretação, por conseguinte, espero que, a partir dessas novas vozes, as mulheres usem – como aquelas mulheres militantes sindicais do final do século XX – ocupar o lugar que é seu de direito e de envergadura política.

Ao chegar até os dados empíricos, o foco deste estudo – como já apontado nos capítulos anteriores – não está apenas em discutir as diferenças e semelhanças como reprodução das relações de gênero na esfera do SINERGIA-BA como algo de natureza essencialista, mas inserir, na análise das relações de gênero, raça/etnia e classe social, outro Ponto-de-vista quanto à organização das relações hierárquicas no seio de uma instituição que se propõe a lutar pelas causas trabalhistas e de transformações sociais.

Desse modo, o método e as abordagens, nesta pesquisa, tomam como referência a diversidade da militância sindical, que, neste trabalho, é mais específica da visão feminina, já que pretendo questionar o sindicalismo numa ideia perspectivista, a partir de um Ponto-de-vista próprio à militância, dando ênfase, em particular, a trajetórias e experiências das mulheres. Em relação aos homens, especificamente, pretendo saber como eles pensavam e pensam desse lugar, com a convivência e o trânsito das mulheres no SINERGIA-BA. As mulheres pouco puderam se manter neste espaço de lutas e reivindicações, ao ousarem desafiar e se contrapor à hegemonia da autoridade do masculino.

Para a consecução dos objetivos traçados na pesquisa, foram postos estes questionamentos: Qual a relevância em se estudar essas trajetórias e experiências de militantes sindicais no SINERGIA-BA? Como o masculino e o feminino ocupam esse espaço? Quais aspectos e dimensões da vida social estão imbricados nas trajetórias de mulheres e homens na esfera da militância no SINERGIA-BA? Quais implicações este estudo pode suscitar para o feminismo nas intersecções das relações de gênero, raça/etnia e classe social, em contextos socioculturais de tradição da hegemonia masculina, como o Brasil?

Ao encarar o desafio de construção deste estudo, como pesquisadora engajada, hoje na condição de “militante sindical aposentada”, consegui o apoio de companheiras/os de outrora, do passado do SINERGIA-BA, acrescido da

contribuição de militantes das Confederações e sindicatos da União Europeia – CFDT e UFEQT/CGT, em Paris.

A proposta de conhecer as interfaces entre gênero e sindicalismo se constitui na base epistemológica deste estudo de viés qualitativo, na perspectiva da pesquisa feminista. A partir desse entendimento, a pesquisa se estendeu para o exame das vivências dos homens e das mulheres no seio do ativismo sindical. Ao examinar as experiências, preferi trazê-las concomitantemente às trajetórias como contíguas, por não entendê-las separadas, para melhor delinear e valorizar, em particular, a experiência das mulheres na envergadura da militância sindical, de forma a incorporar objetividade/subjetividade como símbolos e normas coerentes, minuciosos e realistas, por vezes até contraditórios.

As dimensões da vida social nas narrativas das/os militantes foram organizadas em categorias de análise (trajetórias e experiências), para possibilitarem um intercruzamento entre as trajetórias de vida e as experiências sindicais numa perspectiva feminista e dos estudos de gênero, que desafia as normatizações epistêmicas e as provocações impostas na vida cotidiana em relação às dimensões de gênero, raça/etnia e classe social, sem deixar de lado os aspectos socioculturais e históricos que envolvem as vivências dos homens e das mulheres que formam o *corpus* deste estudo, conforme Thompson (1987) e Scott (1999).

Com relação ao exame da categoria experiências, preferi trazê-la numa visão de coletividade, para delinear e valorizar a vivência das mulheres por estas terem permanecido, durante tanto tempo, justamente na negação da sua própria experiência, e de forma oculta e silenciada nos estudos da Sociologia do Sindicalismo, da Sociologia Industrial e da Sociologia do Trabalho (PERROT, 1996; MARUANI; MERON, 2016).

Dessa forma, neste capítulo, assinalo a caracterização dos/as entrevistados/as, com base nos marcadores sociais: identidade, estado civil, escolaridade, profissão, nacionalidade, ocupação, origem, sexo, cor, remuneração, etc., especificada nos Perfis (Apêndice C) e nos Quadros 8 e 9 (Apêndice D). Também analiso e busco responder as seguintes indagações sobre a filiação e a adesão de trabalhadoras/es ao SINERGIA-BA: Por que se sindicalizar? Alguém escolhe o sindicato ou é escolhido por ele? Como se deu o despertar político dessas/es militantes sindicais?

Na última parte, faz-se a descrição das subcategorias de análise, isto é, as trajetórias pessoal, profissional e sindical de cada participante, a serem discutidas à

luz da análise do conteúdo das narrativas, da história oral e de fontes históricas já compiladas, como perfis biográficos à luz da perspectiva teórica adotada, incluindo as problematizações de minhas escolhas, na tentativa de responder as questões formuladas, que perpassam pelas interseccionalidade/consubstancialidades das categorias fundantes da vida social no que concerne às relações de gênero, raça/etnia, classe social, geração e localização. A geração por si só está presente na oralidade da vida cotidiana, sempre audível, visível nas falas das pessoas, fala-se de um lugar que já findou e de outro lugar que está sendo construído por meio das vivências e experiências do sujeito social. Hoje, já são adultos, adultos maduros e idosos trazendo as narrativas do curso de vida atravessado, nos anos 70 a 90.

5.1 O DESPERTAR POLÍTICO DE MILITANTES SINDICAIS

A ideia é descrever o percurso inicial na vida de homens e mulheres, vistos nesta pesquisa como atores e atrizes, de certo modo, privilegiados como participantes testemunhais desta tese doutoral, na medida em que retrata e discute o caminho por eles trilhado no período de 1970 a 1990, entrecortando uma parte de suas trajetórias como militantes sindicais. Trata-se de um recorte de gênero, raça/etnia, classe social e gerações, que retrata um período da militância sindical em que se descortinam fatos diretos e indiretos da conjuntura sindical do Brasil, em particular na Bahia, por terem sido vividos pelas/os protagonistas desta tese, na pressuposição de analisar se ser homem ou ser mulher vai influenciar a posição diferenciada na trajetória sindical, mesmo em contextos semelhantes e às vezes distintos no que se refere às relações sociais do trabalho e à ação política do sindicalismo (HIRATA; KERGOAT, 2009). Assim, pretendeu-se retratar e discutir a trajetória de militantes sindicais do SINERGIA-BA, trazendo, a título de ilustração, o ativismo de militantes da CFDT/Paris, valendo-se da visão perspectivista, do Ponto-de-vista de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao mesmo tempo, o sindicalismo é questionado como um entre os vários espaços distintos das lutas antagônicas travadas no seio da sociedade de classes, que reproduzem diferenças e presumíveis desigualdades sociais nas relações sociais entre homens e mulheres. Assim, pretendo, no decorrer da trajetória social de cada componente do *corpus* deste estudo, encarar o desafio de questionar gênero e sindicalismo, não só atuando antes como militante de base sem mandato

sindical, como Vice-presidente do SINERGIA-BA durante um mandato de três anos, conforme foi registrado em capítulos anteriores. Todavia, como pesquisadora engajada, tive o privilégio de granjear o apoio de antigas/os companheiras/os do SINERGIA-BA, acrescido da contribuição de militantes de sindicatos europeus, mais diretamente da CFDT/Paris, na França, apesar de relações mais recentes 2015-2016.

Inicialmente, trato apenas da trajetória social e seus desdobramentos, tais como o caminhar, que exige dar conta de possibilidades para analisar as trajetórias de sujeitos sociais até o tornar-se militante no movimento sindical. Como consequência, opto por traçar o percurso de homens e mulheres referente à realidade desses sujeitos, com o propósito de conhecer o processo de “adesão ao sindicalismo” dessas/es atrizes e atores. Constituem personagens centrais para o estudo desse fenômeno, no conjunto das instituições representativas da classe trabalhadora, contemplando: militantes de base, delegados/as sindicais, dirigentes sindicais representantes junto às confederações, federações e centrais sindicais. Em relação aos últimos estágios, estão inseridos em posições de responsabilidade e de encaminhamento de propostas políticas nas instâncias das confederações internacionais.

Como dito antes, a pesquisa tomou como base Collins (1989), Crenshaw (1989; 2002), Bilge (2007) e Kergoat (2016), na perspectiva de interseccionalidades/consubstancialidades, ao considerá-las como eixos de possível opressão e de diferenças que se articulam em torno das dimensões de gênero, de raça/etnia e classe social. Apoiada em Stuart Hall (2003), trago o passo a passo, no sentido do começo da luta para a conquista de espaços de igualdade de gênero e também da permanência neste lugar de enfrentamento dos marcadores de opressão sobre vetores no mundo do trabalho, sendo assim reprodutores das relações de poder no sindicato. Desse modo, esse poder é responsável pelo possível entrelaçamento das relações de dominação propiciadas pelas dimensões de raça/etnia, gênero e classe social. Pretendo, ao fazer uso da noção de interseccionalidade, indagar: Quais implicações este estudo pode suscitar numa perspectiva de contextos socioculturais diferenciados, como é o caso do Brasil e da França?

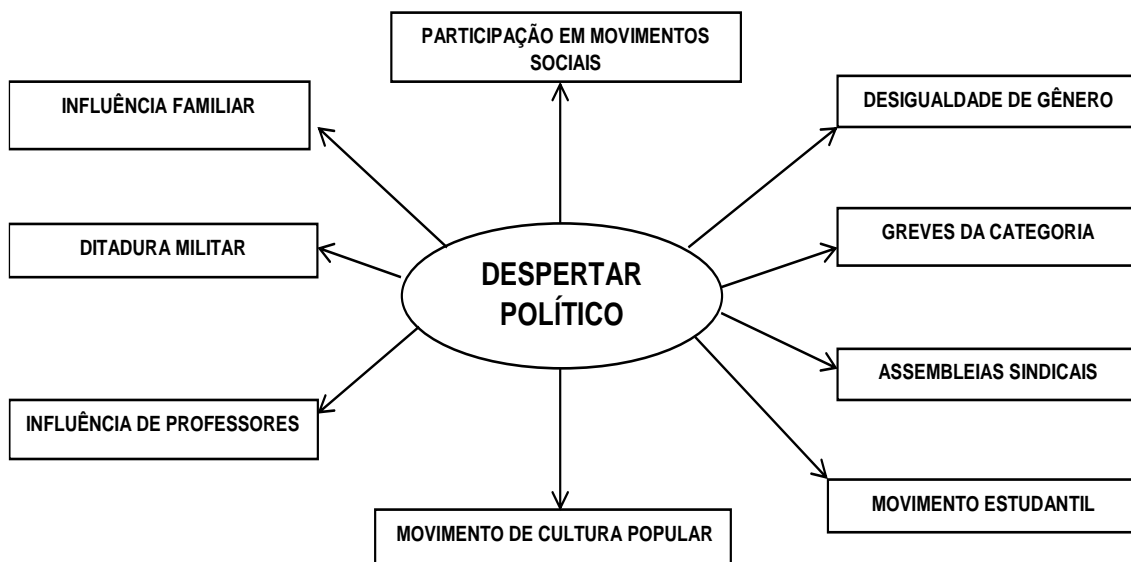
Para isso, faço uso da entrevista semiestruturada, como instrumento de diálogo, como um canal de interlocução entre a pesquisadora, também atriz situada,

e demais atores e atrizes presentes no palco da militância sindical (o chamado 'militantismo') naquele contexto de 1970 a 1990, alguns ainda atuantes até a presente época. Assim, demandei a eles e elas a narrativa de sua trajetória social, a qual viria a se tornar reveladora de identidades múltiplas, portanto não fixas, constituídas durante o percurso traçado, propulsor este de elementos constitutivos das diferenças subjetivas e objetivas, tanto individual como coletivamente, que certamente articulam gênero, raça/etnia e classe social (HALL, 2003). Entendo que a forma melhor de construir esse diálogo seria começar a partir do momento no qual o sujeito revive as diversas fases de sua trajetória pessoal.

Dessa forma, foi solicitada a colaboração desses militantes cujo critério de escolha foi ser ou ter sido moldado no espaço do sindicalismo, no período 1970 a 1990, identificando-os na similaridade de comparar e descomparar, como recomenda Sartori (1991), que assim nos guia: O que comparar? De início, examinar o modo como são percorridas suas trajetórias de vida, que significados são aportados por esses militantes na sua trajetória como proposição, segundo a qual a trajetória, em conjunção com a experiência, define um itinerário inicial, central e final que organiza a prática e vai dar alicerce para a apreensão dessas experiências ulteriores de militantes sindicais, homens e mulheres, numa cidade do capitalismo central (Paris) e uma do capitalismo periférico (Salvador).

Ao repassar as narrativas de homens e mulheres tanto em Salvador como em Paris, sobre o percurso trilhado, testemunham as suas escolhas, expressando a individualidade das suas instabilidades e opções, acreditando no projeto pessoal, profissional e político propulsor de cada um no seu caminho. Cada militante vai revelar o curso trilhado, evocando o memorável, trazendo minúcias das ocorrências de fatos que recortaram a trajetória de vida, que impuseram desvios, retomando o prumo do fio condutor de onde vieram, para onde foram, até onde chegaram e como aí permaneceram (Figura 7).

Figura 7– O despertar político de Militantes Sindicais



Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas (2019).

O vínculo de pertencimento familiar desde a família de origem constituiu-se no fio condutor da trajetória da maioria das/os militantes sindicais, que tomam como personagens centrais as figuras da representação simbólica da mãe, do pai ou de outros parentes como se tivessem influenciado suas trajetórias e experiências. É como se quisessem pescar, de um lago de águas turvas, algo que não perceberam durante o curso de vida, porém passam a vislumbrar a partir de diversos pontos, como já assinalado: influência das famílias, movimentos sociais, ditadura militar, movimento estudantil, desigualdades profissionais, greves da categoria, influência de professores, movimentos da cultura popular.

As narrativas vão esmiuçar – o que se pode verificar neste começo de relações sociais de pertencimento a um sindicato, no particular, o SINERGIA-BA – dois instantes distintos, que parecem apontar caminhos desiguais: no local de chegada – a filiação individual, e no de partida – a adesão individual e coletiva. O primeiro vai se referir à filiação ao sindicato, o ato legítimo imposto pela CLT para associar-se, ao consentir que as/os trabalhadoras/es possam ser representadas/os em assuntos que dizem respeito às profissões ou categorias ocupacionais, como é comumente constituído para organizar as relações de produção.

A adesão à militância sindical – em um segundo momento – é possível estar associada a vários aspectos como ilustra a Figura 7, e a amostra das narrativas de alguns militantes, que revelam, nas suas falas, as variáveis sociais e políticas, tidas para homens e mulheres como propulsoras da trajetória e definidoras da experiência sindical (Quadro 6).

Quadro 6 – O Despertar Político de Dirigentes Sindicais, Delegados/as Sindicais e Militantes de Base

<p>INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA</p>	<p>[...] na minha infância, eu acredito que foi muito construído pelos valores que eu tive, do que eu recebi [...] foram valores assim do social, de ver, de estar atenta à necessidade do outro [...] (Tereza Cristina Rodrigues).</p> <p>[...] eu sou de uma família branca e rica. Rica para o padrão daquela época, claro. Mas é uma família que os chefes de família ensinaram, todo tempo, a respeitar todo mundo [...] meu pai e minha mãe ensinaram isso. E nos colocaram também para sermos Bandeirantes. Que também ensina esses valores. Bandeirante não fazia, e espero que ainda não faça, qualquer distinção social [...] então, a gente foi convidada, desde pequeno, a tentar ver o mundo de uma forma mais igualitária. Para mim, todo mundo é gente Então, para mim, todo mundo ser gente significava também que eu tinha que lutar por aquelas pessoas e por mim. Eu tinha que lutar por algum <i>princípio</i> [...] todo mundo é gente e igual. E tem direito igual. E isso eu venho fazendo a minha vida toda. (Tereza Rodamilans).</p> <p>[...] eu sou assim, a irmã que todo mundo quer contar tudo. Todo mundo quer ter opinião. E meu pai, meu pai me criou assim. Quando ele queria fazer uma reunião lá em casa, só começava depois que eu chegava. E meu pai faleceu e eu tomei o lugar dele. [...] Eu sempre fui a filha do papai. Nunca fui a filha da mamãe. [...] Diretamente, eu penso como homem. Eu não penso como mulher. Vanderlay: O que é pensar como homem? Todos os meus relacionamentos, o pessoal fala que eu sempre quero ser a dona da relação, a cabeça da relação. Que eu quero sempre decidir tudo. Eu quero sempre estar à frente de tudo. (Jeannete).</p>
<p>MOVIMENTO ESTUDANTIL</p>	<p>[...] No Curso Ginásial, fui me ligando à Juventude Estudantil Católica (JEC), ligada à Igreja Católica, com orientação de padres jesuítas, quando comecei meu processo de conscientização, despertando a solidariedade para com a camada mais explorada da população; fui, aos poucos, me ligando aos movimentos sociais. (Carmilce).</p> <p>Em 1969 [...], eu ainda era zero à esquerda, nada de política [...] apesar de que o Marista era um colégio particular e tudo, mas lá tinha estudado Teodomiro. Teodomiro Romero. E Teodomiro tinha sido do Centro Estudantil, então era uma pessoa conhecida. Então, existia todo cuidado com qualquer manifestação [...], mas eu também passo ao largo de tudo isso. [...] quando a gente entra na universidade em 1972, era aquela confusão porque tinha acontecido a reforma universitária [...] então nisso, eu, Teresa Rodamilans, Paulo Bastos, que éramos colegas, a gente tinha necessidade de ter uma maneira de nos encontrarmos. Resolvemos que essa maneira seria o Diretório Acadêmico, sem entender nada de política</p>

	<p>[...] ali estava sendo o início do resgate do movimento estudantil. [...] nisso foi feito um Encontro dos Estudantes de Engenharia, que foi a primeira tentativa de se reunir a nível nacional os estudantes. (Marcus Nilton).</p> <p>[...] As memórias mais distantes, as memórias mais antigas da minha participação política começam no São Bento [...] na segunda série, com o padre Dom Marcos [...] ele era professor de Geografia e de História, e ele sempre levava muito para o lado político, o lado da nação brasileira. Ele mostrava que os verdadeiros heróis não eram aqueles. Enfim, ele tinha uma visão crítica em relação ao <i>status quo</i> das coisas brasileiras, ao governo. (João Magalhães).</p> <p>Eu já vim do movimento estudantil, do movimento de igreja. [...] Participei de Concílio [...] eram as CEB – Comunidades Eclesiásticas de Base. Chegamos até em criar o Movimento Social de Paulo Afonso com as igrejas, com os movimentos sociais, associações de moradores. Já fui presidente da Associação de Moradores, Vice-presidente da CUT em Paulo Afonso. Então, na base, eu comecei a me destacar por ser contra determinadas coisas, mesmo sem entender nada, mas era contra. Porque eu sempre fui contra a qualquer tipo de arbitrariedade ao trabalhador, eu não suporto trabalhador injustiçado. (José Cabral).</p> <p>[Fui] eleita representante no colegiado, no departamento. [...] na Universidade foi só batalha. Todas as lutas, todas as greves eu fazia parte. Porque também eu achava isso, que a gente tem que brigar pelo que a gente acredita [...] teve as duas colegas mulheres que participaram e as outras, não. Na verdade, não era nem questão de gênero. Não participar era uma questão de posição de comodismo das pessoas [...] Era também uma questão individualista [...] eu fui colega no tempo de Marcus Nilton. Nós éramos do mesmo tempo de escola. Já tivemos várias lutas, na escola, que a gente lutou junto [...] o diretório era um lixo [...] quando você chega ao diretório, você começa a encontrar pessoas de outras correntes de pensamentos. E era um pensamento muito livre. [...] 1970 era um momento no Brasil de a intelectualidade estar sendo colocada a serviço de todo mundo. Porque, antes estava só a serviço dos ricos. (Tereza Rodamilans).</p> <p>A gente sempre participou de todos os movimentos sociais que aconteciam, por conta da influência da Faculdade de Filosofia, dos professores, dos estudantes dos cursos que iam treinar com a gente, As nossas salas eram estúdios dos professores [...] eu era adolescente[...] mas a gente viu, por exemplo, baionetas, na Faculdade de Filosofia, em relação ao pessoal que estudava lá. E a gente participou de passeatas, gás lacrimogêneo, mas, enfim, não era uma coisa consciente, era uma coisa influenciada, a gente era influenciada. Não era uma coisa consciente, como a gente tem hoje. Olhando hoje, eu vejo assim. (Maria Luiza).</p>
<p>PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (Movimentos sociais)</p>	<p>[...] lá em Sergipe, eu vivia fazendo movimento da cultura popular, eu vivia fazendo peça de teatro viajava para o interior, o governador dava transporte e a gente ia para o interior fazer movimento de cultura popular [...] A gente ia esclarecer o povo, fazer, por exemplo... levar a cultura para o interior, eu fiz uma peça uma vez que falava sobre Lampião e falava sobre a seca, a cultura de Lampião [...] Fazia crítica contra a ditadura e tudo. (Maria Antônia).</p>
<p>PARTIDO POLÍTICO</p>	<p>[...] Iniciei minha história no sindicato paralelamente no Partido dos Trabalhadores-PT. Neste momento, entre as décadas de 80 e 90, havia uma forte influência do PT aqui na minha cidade de Paulo Afonso. Vi Lula várias vezes aqui e tive a oportunidade de conversar com ele naquela época. (Maria de Fátima)</p>

<p style="text-align: center;">MOVIMENTO CONTRA O GOLPE DE 1964</p>	<p>[...] quando foi dia 4 de abril de 1964, o presidente João Goulart já se havia evadido para o Uruguai [...] dos quarenta sargentos, trinta e dois da tropa se rebelaram [...] não aceitávamos [...] [porque] quando você é militar, você faz um juramento. Você promete defender os poderes constituídos da ordem e da lei. Os poderes constituídos no Brasil era a presidência da república, então a gente só teria que obedecer a ordem vinda do comando da República que era, foi eleito. (Roque Afonso).</p>
<p style="text-align: center;">DESIGUALDADES DE GÊNERO</p>	<p>[...] eu comecei a entender que existia uma diferença do lado profissional, entre homens e mulheres. Eu mesma fui técnica de engenharia na COELBA e não tinha direito ao percentual de periculosidade pelo fato de ser mulher. Eu tinha direito a 10% e os homens a 30%. Na realidade, eu me inspirei e comecei uma participação bastante ativa, porque eu me inspirei em Vanderlay. Vanderlay Reina. Que era pra mim, sempre foi para mim, uma mestra, tanto assim que até hoje eu sou conhecida como “Helena Vanderlay”. (Helena).</p> <p>Não, isso não. Porque a COELBA... o que aconteceu foi eu ficar <i>congelada</i> muito tempo, por vários motivos. [...] eu fiquei como Júnior a vida toda, 10 anos. [...] ele (gerente) me pediu 15 dias pra ele resolver. Aí, em menos de 15 dias, ele me chamou na sala e me promoveu para Pleno, de Júnior pra Pleno. Ainda me disse que... eu... foi muito difícil de fazer isso porque teve que pedir ao diretor, teve que pedir autorização à Neoenergia, e fez a maior confusão comigo. Recebi 10% de aumento de salário. (Jeannette)</p>
<p style="text-align: center;">PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS</p>	<p>Que eu já era sindicalista. Quando eu entrei naquela greve de 15 dias da COELBA. (Jeannette)</p> <p>[...] eu tinha 21 anos de idade, mas já tinha uma compreensão de mulher, do interior, que vinha aqui para as assembleias. [...] falava sem medo, participava ativamente. E, inclusive, eu era muito respeitada pelos homens, devo assinalar que, apesar da idade, eles me respeitavam. (Sandra Magalhães).</p> <p>[...] depois [do] encontro que eu tive com você lá em Alagoinhas, eu comecei a participar mais. [...] aí cheguei lá [SINERGIA], comecei a militar mesmo no sindicato e vinha de Alagoinhas para as reuniões [...] A galera sempre me mandava como representante. Aí foi ganhando um corpo. Quando eu vim pra Salvador, para DIME, me elegeram como Delegada Sindical [...] depois eu fui Coordenadora das Mulheres Urbanitárias que era da EMBASA e COELBA, e que foi num Congresso, foi em um encontro de Congresso que eu fui eleita. Depois representante da Embasa e da COELBA. (Jocelina [Jô]).</p> <p>Só ia nos horários que tinham as assembleias. [...] Tinha chefe que mandava eu ir.</p> <p>Vanderlay: – Por que você acha que ele mandava?</p> <p>Valter: – Porque ele queria participar também, não é? Era doutor Geraldo, o arquiteto. Trabalhava com ele. [...] ele chegou cá no comércio: “Vá para o sindicato...” Ele dava carona a mim e ia embora. Era eu e Juraci. (Valter Bispo).</p>
<p style="text-align: center;">MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL</p>	<p>[...] 1979, o sindicato, que era a “oposição”, começou a batalhar para tomar o sindicato da mão do “Pelego” [...] quando chegou em 1982, invisto nesse movimento [...] A partir daí, por estar participando do SINERGIA, começou a pressão sobre mim, porque o “sistema” permitia isso, com todo mundo nas chefias imediatas a mim, faziam crescer com isso, me pressionando, então foi numa dessas pressões que eu resolvi procurar o sindicato em 1982 [...]. (Clélia Bispo).</p>

	[...] Fui para o Cabula, era o setor de operação [...] e aí eu comecei a me identificar com essas causas, as dores [...] foi quando surgiu a oposição sindical para tirar o Topázio. Aí veio as conversas. O que era Topázio? O que foi? O que é que não foi? Em 1981, foi quando começou [...]. (Paulo de Tarso).
PARTICIPAÇÃO EM GREVES	[...] em 1985, pegamos essa greve dentro da empresa e abracei aquela greve como uma causa justa para se defender. Comecei a ter uma compreensão do que era a participação sindical dentro do setor elétrico, como é que a gente ia caminhar com isso. Então, após a saída de Valmir, ele pediu transferência, eu virei delegada de base, representação de base naquele município. Comecei a atuação. (Cristina Brito). Todos os movimentos sindicais, eu participei até o último dia [...] [era uma] participação de empregado, empregado sindicalizado. Participar do movimento, fazer a escuta, analisar as situações [...] as pessoas diziam [que eu era] ‘formadora de opinião’. Então, eu era utilizada dessa forma. A minha palavra era escutada por muitas pessoas e seguida. Eu fazia mais papel de formadora de opinião. Eu fazia escuta, eu formava minha opinião e passava para as pessoas. (Marise).

Fonte: Elaboração própria (2019).

A trajetória social dos/as militantes, na maioria das vezes, segue a linha do tempo social, em concomitância com a fase de desenvolvimento dos sujeitos sociais. Segue períodos marcantes por eles/as vividos, relacionados à história da sociedade e a fenômenos de ordem social e política.

No Brasil, fatos políticos como a ditadura militar influenciaram, ou melhor, impulsionaram a tomada de novos rumos na trajetória social de militantes sindicais. Entre esses/as militantes de base do SINERGIA-BA, como Carmilce, Maria Antônia, Clélia, Roque Afonso, Marcos Nilton, João Magalhães, Tereza Cristina, Valter, eu me incluo, ao lado de mais alguns. Os demais vivenciaram essa passagem sem incidência desses acontecimentos tão norteadores nas suas trajetórias.

A ditadura militar de 1964 se constitui no elemento mais central na trajetória pessoal, profissional e sindical da geração de 70 a 80 como um meio que interferiu nos rumos, lutas e retomadas de um processo libertário encampado pelo movimento estudantil, pelo movimento das esquerdas e progressistas, entre outros movimentos sociais. Esse acontecimento político de modo direto e indireto, sem organização prévia, evidencia-se e concretiza-se como o fio condutor do despertar político e, posteriormente, pode ter levado alguns desses militantes à participação nos movimentos sociais e políticos.

No caso dos/as militantes sindicais da França, o despertar político associa-se a vários fatores de ordem social e política. Evelyne Pichenot assinala o pertencimento a uma classe social – de pobreza à pauperização – em consequência da Segunda

Guerra Mundial. Outras famílias, como a de Mariano Fandos e a de Sophie Gaudeul, se deslocaram do país de origem, fugindo do regime ditatorial franquista da Espanha, assim como aconteceu com a exilada brasileira Maria José Malheiros, refugiada, por ter vivido como clandestina no Brasil e, posteriormente, na França. Outros/as militantes são oriundos/as do movimento estudantil de Maio de 1968, da organização institucional do Sindicato da Educação, das greves e da filiação sindical – Dominique Marchal e Evelyne Pichenot. Ainda outros vinculam-se ao sindicalismo a partir da entrada no mercado de trabalho, como ação profissional – Didier Blain e Chantal Richard –, que constitui o *locus* de inserção, adesão, passagem e permanência no movimento sindical.

A franco-brasileira Maria José Malheiros e a francesa Beatrice Ouin foram fortemente influenciadas e influenciaram o movimento estudantil, a primeira no Brasil e a segunda na França.

Eu começo minha participação no movimento estudantil, “Maio 1968”, o movimento de rua “proibido proibir”. O povo estava na rua em greve e havia um grande movimento estudantil. Eu comecei a me engajar neste momento. Como meus pais não estavam de acordo com esse engajamento, eu deixei muito jovem a minha casa e renunciei aos meus estudos para trabalhar. Nesta época, os jovens que queriam fazer a revolução como eu recusavam os estudos e decidiam trabalhar numa fábrica (oficina, atelier). (Beatrice Ouin, na época tinha 15 anos, estudante secundarista, militante do movimento de Maio de 1968).

Verificam-se, ao retomar o panorama em passado recente, isto é, no final do século passado, 1970-1990, as implicações desses fatos narrados sobre a trajetória de uma geração, de estudantes dos mais diversos níveis, desde secundaristas a universitários que aspiravam transformações sociais progressistas e cuja utopia abria o leque de multiplicidades de anseios que contrapunham mudanças, inclusive no ensino, na pesquisa, conseqüentemente nas relações capitalistas de produção e reprodução social. Estudantes buscavam, no contexto de Maio de 1968 na França, proximidade com as classes trabalhadoras na intenção de transformações sociais reivindicativas e emancipatórias do masculino e do feminino, com o propósito de se vincularem, de algum modo, a acontecimentos de uma época, ou seja, como representantes de uma geração, que se fizeram presentes de forma ativa e altiva

como militantes nos vários eventos sociais e históricos relevantes do final do século XX.

Esta conjuntura do final do século foi descrita por vários autores, entre estes, Thiollent (1998), que faz um minucioso relato situado sobre Maio de 1968, vivenciado na época em que era estudante na Sorbonne/Paris. Foi um período expressivo também para uma das depoentes, Beatrice Ouin, ativa militante sindical durante longo tempo da sua trajetória de ativista da CFDT, na França. A narrativa da entrevistada aponta o itinerário do passado de sua trajetória de vida, que tanto pode ser vista de uma forma individual como coletiva, ilustrada na sua fala pessoal, profissional e sindical, ademais por se tratar de fatos vividos pela geração protagonista daquele Maio de 1968. A adesão ao sindicalismo, de certa forma, vincula a militância sindical ao modo como ocorre a reconstrução de suas trajetórias sociais, notadamente evidenciadas nos acontecimentos históricos e sociais que incluem elementos significativos de gênero, de classe social e um pouco de raça/etnia. Beatrice Ouin assinalou que, nessa época de militância estudantil, ela não teve nenhum contato com mulheres africanas, apenas com um operário negro durante a militância sindical em uma fábrica, operário que, posteriormente, tornou-se seu companheiro.

No SINERGIA/BA e na CFDT e UFEQT/CGT, Paris, a adesão das/os militantes aconteceu, na maioria das vezes, durante eventos de mobilização e ante a deflagração de greves, elemento este mais crucial e significativo da participação ativa e efetiva como fator de inclusão individual e coletiva dos/as militantes nos anos 70 e 80. Essa adesão sindical vai caracterizar o exercício e a adoção da identidade como militante de base nas greves, nas mobilizações, no cotidiano do projeto de lutas das categorias profissionais ou por ramo. A presença de militantes na esfera sindical e confederal propicia apreender o funcionamento da dinâmica social, política e de socialização ensejada pela estrutura sindical, o aprendizado do trabalho voluntário, a ampliação das relações socioafetivas e o reconhecimento do trabalho voluntário dos militantes mais participativos. Beatrice Ouin registra que o retorno à sua militância sindical em Marseille, França, propiciou a ela o reencontro com antigas companheiras do movimento feminista, iniciado como secundarista naquele Maio de 1968.

Contudo, ao finalizar o conflito entre sindicatos e empresas, ou confederação e empresas, o plano social e a fase de reestruturação produtiva passam também a ser

vistos no período 1990-2000 na indústria, mas também em outras áreas do setor empresarial e público. Estudos realizados por Guillaume e Pochic (2009) mostram que outras pesquisas realizadas na França ressaltam que o envolvimento sindical é construído sobre interações sociais com uma ou mais pessoas envolvidas em sindicatos, militantes eleitos/as, ativistas ou ante a organização de um setor sindical ou de um projeto político emancipatório, lugar onde o pluralismo permite essa liberdade.

As variáveis filiação e adesão podem acontecer de forma simultânea ou no decorrer da experiência funcional na empresa. O fato de que são raras as associações por motivos ideológicos entre os/as militantes (independentemente da idade), constatado nas entrevistas, mostra que a filiação nem sempre representa um compromisso com o militância. Da mesma forma, quanto aos ativistas que aderem para agradar amigos/as ou parentes, ou porque a sindicalização de seu mundo de trabalho é alta, não significa necessariamente que se vão tornar militantes, seja porque eles não são convidados a militar, seja por medo de serem rotulados/as ou porque desejam construir uma carreira, ou, ainda, decorrente da falta de tempo.

Verifica-se, no caso da CFDT, a existência de uma trajetória sindical mais descontínua no início da filiação, quando, por exemplo, trabalhadores/as apenas se engajam em momentos decorrentes de um conflito individual ou coletivo com o empregador, especialmente devido à frequência de demissões ou mobilidade do emprego. Em relação ao SINERGIA-BA, a descontinuidade da militância decorre, na maioria das vezes, dos resultados negativos das campanhas reivindicatórias.

Lembrando Vanessa de Barros (1998), na sua tese com um estudo sobre trajetórias políticas de dirigentes sindicais no Brasil, esta autora vai levantar questões pertinentes a respeito das trajetórias políticas, inserindo as seguintes perguntas relativas às motivações conscientes e inconscientes, que, segundo ela, são a base dessas trajetórias: “qual é o motor que impulsiona o militante em suas trajetórias políticas?” “Que é que os alimenta?” Encontrar narrativas que respondam a essas questões contribui para complementar as perguntas de partida aqui delineadas, que constituem a centralidade deste capítulo.

Considera-se, nesta reta final, que os estudos sobre o sindicalismo pouco incluem o sujeito do sindicalismo, as subjetividades de homens e mulheres, suas características pessoais, suas singularidades, impessoalidades, afetividades, (des)privilégios, desigualdades, oriundos da raça/etnia, principalmente o cotidiano de

suas vidas, suas famílias. Tudo isso é traduzido nas relações permeadas por marcadores sociais reprodutores das desigualdades sociais, oculto no descaso em relação ao peso da categoria raça/etnia na contratação de mão de obra feminina e da omissão em relação à mão de obra de mulheres negras.

Nem sempre a direção do sindicato demonstra interesse no crescimento do número de filiados. A filiação de trabalhadores/as não significa apenas aumentar a arrecadação, podendo até representar perda de espaço na esfera de poder, como ocorreu no passado do SINERGIA-BA¹³². Durante o mandato de 1978 a 1981, a chapa eleita de sindicalistas tradicionais obteve 1.450 votos. Já no mandato de 1981/1984, a chapa da oposição obteve 3.446 votos. Na eleição para o mandato de 1990/1992, foram 7.146 votantes, decorrente de existir duas chapas antagônicas. A filiação ganhou, portanto, impulso, crescendo o número de filiados ao SINERGIA-BA, pois a meta da militância de base era aumentar a filiação em 1.000 filiadas/os, e esse universo quase foi atingido. Verifica-se, pelas atas de eleição, o decréscimo do contingente de filiados: em 1998/2001, dos 3.610 ativos aptos a votar, compareceram 1.901 votantes. Esse número mostra o declínio de filiados ao SINERGIA-BA, comparado aos anos 70, época da longevidade da direção chamada de ‘pelega’. Esse declínio se deu em todo o país.

5.2 MILITANTES DE BASE

5.2.1 “Eu comecei sem ser nada”

Em 1982 invisto nesse movimento da greve da CHESF. [...] começou a pressão sobre mim. [...] O “sistema” permitia isso, com todo mundo, através das chefias imediatas [...] me pressionando, então foi numa dessas pressões que eu resolvi procurar o sindicato. Eu comecei a participar da vida do sindicato, das reuniões de base que tinha toda terça-feira. Aí, eu fui me entrosando. (Clélia Bispo dos Santos, Auxiliar de Contabilidade, militante de base até 1983, CHESF Pituaçu, dirigente sindical 1984/1987, 1984/1987, Salvador).

[...] e ao mesmo tempo, eu comecei participando “sem ser nada”. Participando das lutas sem ser nada – até 1986. Na época, foi o próprio Loureiro. Foi Loureiro. Quem foi a outra pessoa, meu Deus? [Pensando alto] ... José Fernandes que trabalhava no hospital, que foi Delegado Sindical. [...] Quem foi a outra pessoa? [Pensando alto

¹³² De 1992-1999, a densidade sindical decresceu, a chamada fase do declínio. Nesse aspecto, as atas de eleição do SINERGIA-BA desse período podem ser utilizadas como referência.

de novo] ... Paulo Rangel. (José Carlos Cabral, Guarda da CHESF, Dirigente Sindical, Delegacia de Paulo Afonso, Ba, 1979-1986).

O militante ou a militante como afirmam Clélia Santos e José Carlos Cabral, ainda “não eram nada” no início da participação sindical, não compunham a estrutura hierárquica do SINERGIA-BA, apesar de terem significativa atuação na militância, pois estavam no ativismo desde 1979. Inclusive, nesse particular, galghei, na minha trajetória sindical, a Vice-presidência do SINERGIA-BA, sem ter sido ocupante de posto na hierarquia sindical – jamais fui Delegada de base, apesar do meu frequente ativismo no dia a dia.

A militância de base, no caso do SINERGIA-BA, era constituída pela maioria de homens da área de operação e por uma minoria de mulheres da área administrativa, de Engenheiras, de Assistentes Sociais, Eletrotécnicas, que detinham dupla ocupação e responsabilidades de forma simultânea, ou seja, exercendo atividades ocupacionais e profissionais como força de trabalho, no ramo da produção de energia elétrica, no interior das empresas – CHESF e COELBA.

Concomitantemente ao cumprimento das obrigações e responsabilidades profissionais, ao se filiar ao SINERGIA-BA e posterior adesão à militância, assume-se o compromisso da ação sindical e do engajamento individual ou coletivo na defesa de uma causa, seja de instância trabalhista, profissional, social, política ou cultural.

Para além das falas, captadas nas narrativas e conversações de militantes sindicais, opto, como sequência das nossas reflexões – minha e de demais entrevistadas/os – na condição de sindicalistas atuantes que fomos, por trazer, nesta tese, a análise dessas narrativas de militantes – homens e mulheres – que possam conduzir a uma discussão e traçar as trajetórias e experiências no espaço do SINERGIA-BA e fora dele.

Em outros termos, quero registrar que, durante o meu ativismo no SINERGIA-BA no período definido, e colocando-me hoje como sujeito e pesquisadora situada nas intersecções (COLLINS,1989) incidentes durante essa minha trajetória de militante feminina (primeira mulher negra dirigente sindical), para mim e a maioria das militantes de base, não nos foi possível entender, naquela época, o “porquê” do estranhamento e de algumas fissuras, conflitos e confrontações ocorridos no espaço do sindicato.

Deparei-me, nessa mesma linha de pensamento, com similaridades na narrativa de Dominique Marchal, da Comissão Executiva sindical, quando ela estava no Departamento da SGEN/CFDT, ao trazer reflexões próximas da nossa experiência como dirigente sindical e militante, em relação ao significado de ser homem ou ser mulher nesse espaço:

Quando estava no meu departamento, muitas vezes me dizia “ah, só tem homens”, mas não percebi isso da primeira vez. Foi à força que isso me pegou. Interiorizei coisas como olhares, coisas não muito tranquilas. Só me dei conta quanto parti, quando deixei esta função. Acredito que isto tenha sido importante, esta experiência, para o posto que ocupo hoje. Há muitas mulheres que não têm a oportunidade de perceber o que se passa, de poder fazer essa reflexão. As coisas são complicadas, precisamos interiorizar muitas coisas e comportamentos. E quando somos muito batalhadoras, sou antes de tudo uma batalhadora, atraímos as coisas. Se não fosse assim, elas não existiriam e não nos marcariam. (Dominique Marchal, Secretária Confederal, CFDT).

Faz-se necessário esclarecer que essas diferenças não se traduziam numa maioria, mas correspondiam a uma parte da direção e de militantes próximos a eles ante a nossa atuação e a de demais militantes, em especial, essa tensão era mais direcionada às mulheres militantes. Esse estranhamento estreitava-se no encaminhamento das lutas, das reivindicações trabalhistas e políticas da categoria eletricitária. É necessário esclarecer que essa tensão era menos frequente e incisiva durante a Campanha Salarial anual, pois esse momento era de união e conciliação na direção do SINERGIA-BA. Isso não quer dizer, porém, que não existissem divergências de ideias e encaminhamentos políticos.

Tal posicionamento no movimento sindical não significa curvar-se ao inaceitável, o não acatamento à multiplicidade das diversidades de ideias, opiniões e até de divergências oriundas de uma sociedade plural como a brasileira, e que ficam patentes na formulação de juízos no seio dos debates e na condução do movimento da categoria eletricitária de modo a caminhar para uma participação de forma mais igualitária e mista.

Não era esse, porém, o caminho trilhado pelo SINERGIA-BA, naquele contexto mais restritivo, com uma prática grotesca de encobrimento do feminino na diretoria plena e forte rejeição à presença de mulheres autônomas, independentes e sem vínculos partidários na diretoria executiva, onde perdurava – e até hoje perdura – o

discurso de que apenas os “Puros Sangue”¹³³ podiam e podem constituir-se em dirigentes sindicais.

Oliveira e Noronha (2015, p.172), ao entrevistarem Luís Inácio Lula da Silva – o Lula, colocam a visão do ex-presidente sobre o perfil dos sindicalistas, para ele, tidos como autênticos: “Eu me lembro que a minha diretoria de 1978 era “Puro Sangue” [...] ninguém de nenhuma organização de esquerda”.

Parece que essa concepção dos antigos sindicalistas transformou-se no decorrer do tempo, principalmente a partir dos anos 90, de acordo com os dados da pesquisa de Druck, Filgueiras e Neves (2000) sobre dirigentes sindicais na Bahia, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) começaram a exercer maior influência no sindicalismo. Do total de diretores entrevistados, 50% e 36%, respectivamente, responderam a preferência por esses dois partidos; apenas 5% revelaram não ter preferência partidária; o restante (9%) não declarou sua filiação partidária. No período da pesquisa citada, entre os dirigentes sindicais que atuavam na indústria, a preferência era pelo PCdoB (56%), mas no setor de serviços, a opção era pelo PT (58%). Naquele contexto dos anos 90, havia uma aliança entre o PT e o PCdoB para conduzir as eleições para presidente do País.

Considere-se que a passagem do/a trabalhador/a pela direção do sindicato era garantia de ascensão à carreira política partidária, de ser liberado/a pelas empresas, de fazer jus a todos os direitos trabalhistas e sociais como se estivesse na empresa no desempenho profissional. A questão, porém, do predomínio do masculino sobre o feminino, alijando as mulheres dessa possibilidade, pode ser encarada sob os auspícios da reprodução da representação simbólica do “Macho” na sociedade brasileira, sendo o “Masculino” forte, dotado de domínio do conhecimento político e do poder de voz.

Os “diferentes”, aqueles/as que não “rezavam na mesma cartilha” neste espaço do SINERGIA-BA, eram rotulados de “oposição”, de atrasados e de defender privilégios da burguesia. Essa rotulação dos dirigentes, contudo, era mais direcionada às mulheres. Caberia a indagação “quem faz o quê” no sentido de que o feminino executa como sujeito social diversas atividades, pois sua forma de inserção

¹³³ No jargão sindical, ‘puro sangue’ significa manter vínculos com um partido de esquerda. Com a criação do PT, essa expressão passa a nomear os filiados do partido.

de ordem pessoal, biológica, familiar e profissional define sua participação na produção e reprodução social. Em que a mulher seria “a desigual”, supostamente, entre os “iguais” no espaço sindical quanto à defesa dos direitos trabalhistas?

Além disso, estudos como o de Castro (1995) e outras autoras feministas (COSTA, 2004; SARDENBERG, 2004; GUIMARÃES, 2010) registram o fato de as mulheres, tanto nas empresas como nos sindicatos, serem caracterizadas por fatores de exclusão e inclusão relacionados a: idade, estado conjugal, escolaridade, número de filhos, fase da vida familiar, localização (urbana ou do interior), profissão e características de submissão e aceitação. As alegações sobre ausência de perfil ideológico e sobre falta de experiência, pouco domínio das tecnologias do poder de gênero – capacidade de discurso, habilidades de negociação, “virilidade” – e envolvimento com responsabilidades familiares são elementos que permanecem reforçando o ocultamento, o disfarce da baixa participação feminina.

Importante neste estudo conhecer o que os homens na posição de dirigentes sindicais pensavam ou pensam a respeito da participação das mulheres no SINERGIA-BA. O Dirigente Sindical Paulo de Tarso, ao falar sobre a relação entre o SINERGIA=BA e o exercício da militância como dirigente sindical, visível na figura ausente ou pouco presente das mulheres nas representações sindicais, na estrutura hierárquica superior, aponta as dificuldades imputadas às mulheres para galgar a posição de dirigente sindical. Assim sendo, diante dessa condição imposta às militantes femininas, fiz a seguinte indagação ao dirigente:

Vanderlay – Como você percebe o exercício da militância sindical entre homens e mulheres no SINERGIA-BA?

Paulo de Tarso: – Uma das coisas que limitava “as meninas” era a liberdade: casamento para a mulher. Elas tinham dificuldades de participar das viagens, das agendas. As agendas do movimento sindical são muito intensas. Muito intensas! É reunião, em cima de reunião, é Federação, é Central, é CUT, é viagem, é Congresso, não sei o quê! Então eu acho que as mulheres terminavam ficando mais na retaguarda, por conta de tudo disso.

Vanderlay:– O que você chama de retaguarda?

Paulo de Tarso: – Não iam porque não tinham condições de cumprir as agendas por conta da família, filho, marido. Entendeu? (Paulo de Tarso Guedes de Brito, Dirigente Sindical da executiva do SINERGIA-BA, 30 anos na carreira sindical).

Para justificar essa assertiva de ausência das mulheres na direção dos sindicatos, Paulo de Tarso carrega nas suas ideias e reflexões, de algum modo realista, porém de viés tradicional, eivadas de um naturalismo exacerbado, baseado nas relações de poder como explicação da ausência das mulheres nesta esfera, por estas estarem “presas” ao espaço doméstico, como lugar reservado ao feminino. Destarte, no seu discurso, Paulo de Tarso vai trazer como consequência uma série de impedimentos, de senões, à atuação sindical de mulheres. Tergiversa esse dirigente.

As desigualdades sociais que atingem as mulheres são resultado da divisão sexual do trabalho, ao serem estabelecidas diferenças entre homens e mulheres quanto ao trabalho remunerado, às contestações salariais, às dificuldades para as mulheres em exercer profissões consideradas masculinas, etc. Essa mesma mulher que não está livre para o exercício do poder sindical, está inserida no universo da produção e apresenta resultados com a venda da sua força de trabalho, porém, na balança salarial, oscila sempre para menor valoração. Por que a incorporação de demandas específicas relacionadas à condição feminina no exercício político, administrativo, gerencial e especializado das atividades sindicais levaria a mulher a ter menores condições ocupacionais quando comparada ao homem? Enfim, como trabalhadora, a mulher, no seu desempenho profissional, está sujeita às mesmas normas da empresa, igualmente aplicadas ao trabalho do homem: pressão dos gerentes para cumprir prazos, cumprimento de cronogramas, assiduidade, e apresentar resultados, produtividade. Inclusive, coloco-me como exemplo de que, como empregada da COELBA, na posição de coordenadora de projetos de desenvolvimento de pessoal, sempre fui escolhida pelos gerentes para apresentar esses projetos.

Nesse ponto de vista, o dirigente sindical Paulo de Tarso refere-se às mulheres usando o cognome *as meninas*. Ao escutar essa nomeação de *meninas*, lembrei-me de que os companheiros dirigentes sindicais, quando queriam ser atenciosos comigo e, ao mesmo tempo, se referindo a meu saber como um saber ingênuo, me chamavam de “*companheirinha*”. Por que não companheirona? Como Dirigente Sindical sempre estive no comando do movimento, cumpri todas as agendas sindicais, inclusive viajando e retornando no mesmo dia na ponte aérea Salvador-

Brasília, até mesmo tive meu segundo filho durante a “Greve dos Menudos” em 1988¹³⁴.

Já Maria Luiza traça alguns paradigmas ao expressar sua condição como mulher, branca, da camada alta, eleita para postos de representação na hierarquia superior. Na posição de militante, revela a contradição vivida entre ser mulher, profissional, cidadã e a sobreposição desses papéis identitários de gênero, conexos à vida familiar.

Vanderlay: – E este curso de sindicalismo [...] abordava o quê?

Maria Luiza: – Eu acho que esta metodologia vinha daí, a metodologia de Paulo Freire. Mas quando a gente entra no contexto dentro de casa, mulher, mãe, deixa de ser idealista e passa a ser mais a necessidade, o interesse da família, muda assim. Eu estou dizendo em relação a minha história como jovem, mãe, casada, mulher. Então já houve uma grande diferença. (Maria Luiza Aguiar, branca, Assistente Social, Conselho de Representantes da FAELBA).

Toma-se o pensamento de Kimberlé Crenshaw mais atualizado, trazido pelas reflexões de Akotirene (2018, p.112) para compreender os efeitos reproduzidos na trajetória e experiência de mulheres numa perspectiva da interseccionalidades para pensar a identidade e sua relação com o poder: “[...] não sendo exclusiva para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não-negras devem pensar de modo articulado suas experiências identitárias”. Assim, é possível fazer reflexões pertinentes à origem dessa estrutura social que pesa na dinâmica da vida social das mulheres, do Ponto-de-vista do homem, uma perspectiva trazida ao debate sobre identidades a partir do pensamento teórico da própria Kimberlé Crenshaw (apud AKOTIRENE, 2018, p.112), que trabalha com identidades binárias, a partir da noção de homem e mulher: “O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõe papéis de gênero desde a infância”.

Encontra-se uma diversidade de ideias e opiniões que parecem contraditórias, no Ponto-de-vista das próprias mulheres em relação à participação das mulheres como militantes sindicais, principalmente para ocupar postos como dirigentes

¹³⁴ Greve deflagrada pelo SINERGIA-BA, para defender a “não demissão de trabalhadores/as”, uma maioria de engenheiros jovens, brancos, da classe média e que exerciam o cargo de gestores, contratados no final do governo de João Durval Carneiro, em 1986, durante o período eleitoral, e apelidados na “Rádio Corredor” com este cognome: “Os Menudos”. Os “Menudos” eram um grupo musical de jovens da América Latina que fazia sucesso naquela época. (Nota da pesquisadora).

sindicais, a partir do Ponto-de-vista da percepção de si mesmas, pois se mostram divididas em relação às responsabilidades familiares como mãe e outros afazeres fora do espaço doméstico. A cidadania, na concepção dessas mulheres, era vista como algo próprio do homem, como ação de natureza masculina.

Por outro lado, mulheres militantes de base são cobradas também quanto às responsabilidades familiares na opinião dos filhos, similar ao Ponto-de-vista do dirigente sindical. Vários Pontos-de-vista são paradoxais, descrevendo as mulheres como não capazes no campo sindical, ao considerar as responsabilidades inerentes às obrigações da mulher na família, que seriam contraditórias com o trabalho de ativista, parecendo causar certo conflito e dubiedade de papéis, até mesmo na fala das mulheres deste estudo, como, por exemplo, entre a Maria Luiza mulher e a Maria Luiza militante.

Tereza Cristina, mulher, branca, separada na época da militância, oriunda da camada média, assistente social, também do mesmo modo estava sujeita à pressão sutil dos filhos, que a intitulam de *inquieta*, em decorrência de sua militância política no Conselho do Serviço Social e no SINERGIA-BA, e pelo modo como a percebem como mãe de família. Ela vai confirmar o modo de pensar dos seus filhos a respeito da mãe como militante sindical.

Interessante, eles (filhos) não diziam assim para mim, que deixasse não. É porque eles diziam: “Minha mãe você é muito inquieta, você não pode, não para assim, você tem que estar no grupo, tem que estar não sei onde, você faz isso, você faz aquilo”. Eles falavam assim, que era do meu temperamento, que eu sou assim. Que eles viram, foi no CRESS¹³⁵. Foi também, por exemplo, onde eu moro, no condomínio, eu participava também das coisas, de organizar. Às vezes tinha festinha, eu fazia, ajudava. (Tereza Cristina Rodrigues, Assistente Social, 36 anos (na época) Gestora e Coordenadora do Conselho de Representantes da Diretora Administrativa eleita da COELBA).

É evidente que, ao falar sobre as mulheres e seus impedimentos para a posição de dirigente sindical, Paulo de Tarso omitiu-se em revelar a questão de fundo que impede as oportunidades para as mulheres quanto à ocupação de postos na hierarquia sindical, o qual não equivale na representação a sua presença crescente no mercado de trabalho. Ao assim compreender, discordo desse pensamento do homem trabalhador, como dirigente sindical que fui. O sindicato,

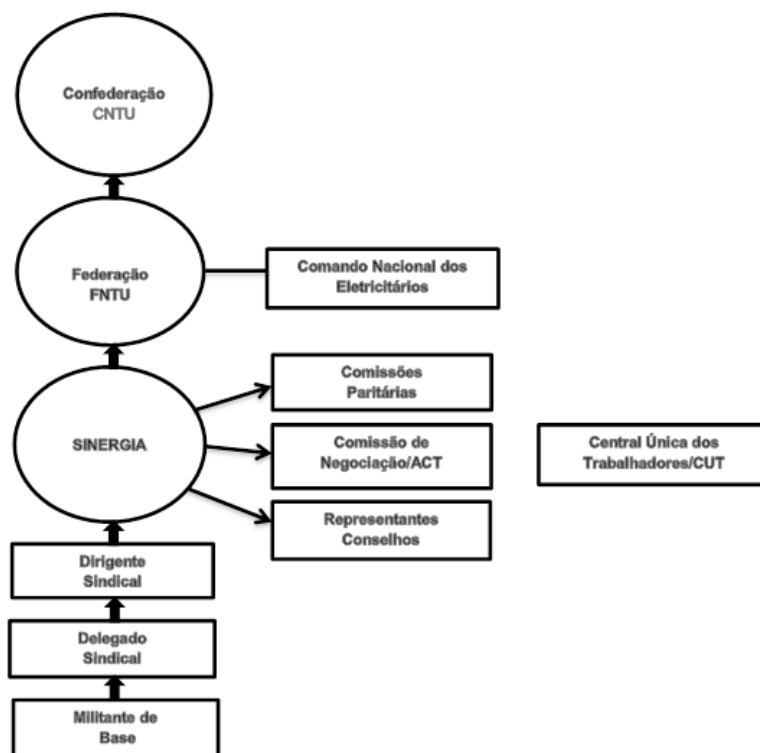
¹³⁵ CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

como representação mais legítima da classe trabalhadora, jamais pode ser considerado, sendo uma instituição de defesa das reivindicações trabalhistas, como espaço para acolhimento apenas dos iguais, imbuído de radicalismo e sem respeito às diferenças, sem um espírito crítico principalmente em relação às desigualdades de gênero, raça/etnia, geração, localização entre trabalhadores e trabalhadoras. Se assim for, vai de encontro a um dos princípios básicos da luta de classes, qual seja, o de defesa da universalidade dos direitos sociais dos povos oprimidos.

Militância sindical para todas e todos parece ter sido, inicialmente, um caminho de via única, da entrada nas empresas à filiação sindical, isto é, filiação no ato de contratação nas empresas CHESF e COELBA. Sobre esse ponto, apresenta-se a Figura 8 a seguir, como ilustração das mudanças ocorridas no SINERGIA-BA, que o tornaram diferenciado dos demais sindicatos cuja estrutura ainda configurava o modelo estabelecido pela CLT.

A Carta Constitucional de 1988 introduziu poucas mudanças na antiga estrutura sindical, mantendo-a no formato anterior, de estilo corporativista e de relações autoritárias do domínio do Estado nas inter-relações com os sindicatos e suas representações. A Figura 8 desenha o esqueleto dessa configuração sindical com o Estado patronal, mostrando a amplitude e o avanço de algumas alternativas negociadas pelo SINERGIA-BA: o rompimento com esse modelo de estrutura vertical, via a dinâmica social, alçada na negociação coletiva com as empresas na perspectiva de tornar as relações sociais mais participativas e menos excludentes.

Figura 8 – Instâncias da Militância Sindical/SINERGIA-BA



Fonte: Elaboração própria a partir da estrutura do SINERGIA-BA e da prática sindical (2019).

Dentro desse molde, incluo um resumo das instâncias da estrutura do sindicalismo na França, com escusas por ser uma citação longa. Essa descrição de Maria José Malheiros, também foi referida na entrevista de Mariano Fandos da CFDT:

As Federações fazem acordo o tempo todo [...] todos são federações, todos são confederações. Aqui também (Brasil) também existem várias Confederações, tem a CUT¹³⁶ ..., que são centrais. E lá tem vários também. Tem a CFDT¹³⁷, tem a CFTC¹³⁸, tem a CGT¹³⁹, tem a FO¹⁴⁰ (Force Ouvrière), tem a Solidaires¹⁴¹, tem a SUD¹⁴² Tem

¹³⁶ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma entidade de representação sindical brasileira, fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT.

¹³⁷ Confédération Française Démocratique du Travail.

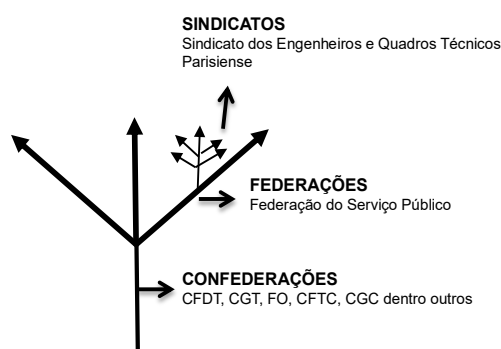
¹³⁸ Confédération Française des Travailleurs Chrétiens.

¹³⁹ Confédération Générale du Travail.

¹⁴⁰ Force Ouvrière.

... eu [you] ver outro... tem a CGC¹⁴³. A quantidade de confederações é enorme, são muitas. Ele (trabalhador/a) entra numa dessas centrais e dentro delas ele vai ficar com a categoria dele. Então, tem os ferroviários, tem os metalúrgicos, os professores, bancários, petroleiros, tem tudo, mas dentro da Confederação dele. Por exemplo, eu faço parte da CGT, e, dentro da CGT, eu faço parte do “Sindicato de Engenheiros e Quadros Técnicos Parisiense do Serviço Público”, da Prefeitura de Paris. Então, você vê, vai diminuindo, diminuindo, é como se fosse uma árvore, você tem o tronco principal, que no caso meu é a CGT. Depois saem as Federações. Posso fazer um esquema para você se quiser. Você tem, digamos aqui, o tronco, no meu caso o tronco é a CGT. Desse tronco você tem os galhos que são as federações. Então você tem várias federações e das federações saem os sindicatos base. Certo? Tem aqui a Federação do Serviço Público e os Sindicatos Bases são vários. Pode ter vários sindicatos de base porque aí tem a Federação do Serviço Público, mas na Federação do Serviço Público – UFCIT tem o sindicato da Prefeitura de Paris. Dentro do sindicato dentro da prefeitura de Paris, eu faço parte dos Engenheiros e Quadros Técnicos, mas também tem o pessoal administrativo. E aí vai tendo [...] mas aqui no Brasil, pelo que eu soube também é assim agora”.(Maria José Malheiros, Delegada sindical da UFEQT/CGT).

Figura 9 – Configuração sindical na França



Fonte: Elaboração de Maria José Malheiro durante entrevista (2016).

É visível a diferença desse modelo apresentado por Maria José em relação à estrutura sindical brasileira. A estrutura sindical, no caso brasileiro, não comporta o pluralismo sindical, pois a base do sindicalismo brasileiro é territorial. As centrais sindicais não fazem parte da estrutura geral, ela foi uma proposta de unidade do

¹⁴¹ Solidaires.

¹⁴² Union Syndicallé Solidaire: é uma união sindical francesa criada em 10 de dezembro de 1981.

¹⁴³ Confédération Française de l'encadrement.

movimento sindical que nunca existiu desde sua criação. Várias centrais surgiram no decorrer do tempo, principalmente a partir da concessão de uma parcela do imposto sindical para essas centrais.

Tomando o estudo de Barros (1998) como referência sobre a trajetória da militância de base nos sindicatos em Minas Gerais, vivenciada no mesmo tempo histórico do SINERGIA-BA, verifiquei que essa autora apresenta dados que se assemelham aos achados da minha pesquisa. Barros traz alguns elementos plurais sobre as trajetórias e experiências da militância de sindicalistas cujas características, segundo a autora, são próprias do exercício da militância do movimento sindical brasileiro, com os quais concordo em parte.

Na sua pesquisa, Barros (1998) identifica o exercício de dupla ocupação, o pertencimento a uma categoria profissional ou ramo de produção e a atividade sindical. O militante de base adquire o respeito do seu grupo de trabalho no desempenho profissional executando, de forma eficiente, ações que exigem dele participação e engajamento em atividades organizativas de tomada de responsabilidade política e de defesa de uma causa individual ou coletiva. A maioria desses atributos assinalados por Barros (1998) coincide com os tipos e natureza da militância de base exercida no SINERGIA-BA.

Não obstante, essas características extraídas da pesquisa de Barros, tenciono – como me propus à luz dos objetivos operacionais – responder a questões já anteriormente colocadas: Qual a relevância em se estudar essas trajetórias de militantes de base no espaço do SINERGIA-BA? Quais elementos e dimensões da vida social podem influenciar as trajetórias e experiências de homens e mulheres na esfera sindical?

Ao lado dessas narrativas das experiências, que desenvolvi de modo individual e coletivo, outras me foram possíveis registrar, apreender e conhecer com base nos estudos, pesquisas, e nas narrativas das/os entrevistadas/os sobre o “fazer da militância de base”. De tal modo, de acordo com a percepção examinada, a partir dessas narrativas, acrescentaria, no contexto das empresas e do SINERGIA-BA, militantes que frequentavam, ou não, o dia a dia, constituindo-se numa variedade e diversidade de múltiplos tipos de militantes.

5.2.2 Militantes de base eleitos/as: Delegados/as Sindicais

A organização da militância de base é um instrumento imbuído de complexidade na condução da ação sindical. Em primeiro lugar, aparece a questão da identidade de militantes e o modo de serem distinguidos no meio do coletivo de trabalhadores/as. Em segundo, vem especificamente a identidade de militantes que não tivessem tido frequência ao cotidiano do SINERGIA-BA, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e das relações interprofissionais e institucionais: CUT, ASEC, AADM, ATEC, CIPA e SENGE ¹⁴⁴. As mais variadas linhas de convergências e diferenças de pensamentos e de ordem ideológica constituíam esses fóruns de condução de interesses individuais e de corporativismo.

Nos anos 80, uma mulher ser indicada para ocupar um cargo na direção de um sindicato era quase impossível, não existia ainda o recurso das cotas, da paridade e do “*Mixité*”, como nos sindicatos do capitalismo avançado, na Europa. Maria Cristina, diretora da executiva do SINERGIA-BA, filiada ao PT, diretora da CUT/Bahia, aponta para um dos fatos mais significativos ocorridos no País: a eleição de Dilma Rousseff para ocupar o cargo de primeira mulher presidente da República no Brasil. Certamente, isso deu visibilidade para que a mulher pudesse ocupar novas frentes, novos núcleos de ações. Porém, segundo Cristina, as mulheres, dentro da organização sindical, ainda são invisíveis no que se refere à participação em cargos de liderança. Mesmo com a aprovação da cota mínima de 50% de gênero nos cargos de direção da CUT (CUT, 2015), na hora de elegerem os pares, as *tendências* escolhem uma mulher que reside bem distante do centro das discussões, então, ela não tem como interferir nas decisões. Ela não participa devido à longitude do seu local de residência e de trabalho.

Distantes do movimento sindical durante muito tempo, devido à repressão militar, era difícil nessa geração de militantes em tal contexto, tanto individual como no coletivo, na dinâmica do sindicalismo como movimento, as mulheres ocuparem uma posição no centro do ativismo sindical. A descentralização administrativa da CHESF e da COELBA é um fator de complexidade sobre o ativismo do/a militante. É

¹⁴⁴ Central Única dos Trabalhadores; Associação dos Engenheiros da COELBA; Associação dos Administradores de Empresas; Associação dos Eletrotécnicos; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Clube de Engenharia e Sindicato dos Engenheiros.

evidente que os/as militantes eleitos/as eram reconhecidos/as no seu local de trabalho e fora dele, pelo poder do discurso, da fala e da tarefa.

No caso francês, a militante da UFEQT/CGT Maria José Malheiros percebe o ato de filiação ao sindicato como uma ação política inerente ao ser trabalhador/a. Para ela, era mais significativo o ato do que a escolha a qual sindicato se filiar:

Então, eu fui com consciência mesmo, achando que o trabalhador precisa ter uma relação com o sindicato. Com um sindicato. Eu digo até para meus colegas: “Pessoal, não querem vir para o meu sindicato (CGT) que vocês consideram muito de esquerda, muito radical, se filiem a um outro”. Mas nós temos que fortalecer o sindicato, porque senão o patrão será mais forte. [...] Então, eu não tinha ... pra mim, a luta sindical já se justificava porque nós temos uma luta de classes aí, e se, do nosso lado, não nos organizarmos nós estaremos sempre na pior. (Maria José Malheiros, Arquiteta na Prefeitura de Paris, Delegada Sindical da UFEQT/CGT, Ex-exilada política na França).

Esses/as militantes de base eleitos/as exerciam determinadas ocupações sindicais, tais como: trabalho que exigia conhecimento especializado em comissão paritária; representação como conselheiro/a nos Fundos de Pensão (CHESF e COELBA); Conselho de Administração da COELBA; acompanhamento de Planos de Cargos e Salários; Comissão Paritária do Plano de Saúde; Comissão de Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho; Comissão para condução das eleições para Diretoria do Sindicato; Diretoria de Fundos de Pensão; Comissão de Estudo de Periculosidade e Jornada de Turno, entre outras.

Nesse viés de sindicalismo, conforme Iran Rodrigues (2009), a maior parte das lideranças dos sindicatos cutistas pode ser classificada, *grosso modo*, como de classe média, como diz o autor, um sindicalismo de classe média. Vejo deveras a pertinência da menção desse autor, pois no início da retomada do sindicato, anos 80, as primeiras diretorias executivas do SINERGIA-BA eram compostas, na sua maioria, por profissionais de nível universitário e uma minoria de ocupantes de cargos manuais, eletrotécnicos/as e técnicas/os administrativas/os.

A diretoria plena sempre foi mais diversificada, constituindo-se na maioria pela representação de trabalhadoras/es em cargos manuais, administrativos e técnicos. Esses diretores da plena e a militância de base formada pelos não eleitos exerciam no seu local de trabalho as tarefas e atividades do cotidiano sindical e a captação de votos para as eleições. Entretanto alguns diretores da plena eram pouco conhecidos

das bases descentralizadas, tanto da COELBA como da CHESF. Ao contrário da executiva do mandato de 1987/1990, composta de 8 homens e uma mulher, havia, porém, na diretoria plena certa diversidade no conjunto da militância de base, distanciando-se do perfil da diretoria executiva em relação à cor, à classe e ao gênero: 1 mulher negra, 1 homem negro, 2 homens pardos e 5 homens brancos. Contudo, os indicadores sociais da época, em geral, são pouco elucidativos do perfil das dirigentes sindicais. Como já registrado, o IBGE/PNAD 1988-1992 não divulgou o perfil dos 12% de mulheres dirigentes sindicais na década de 80. É instigante, nesse período, o perfil apresentado pelos dirigentes sindicais, predominando os homens brancos (88%), com curso de formação (69%) e no mínimo 10 anos de sindicalismo, além de filiados a partidos políticos (45%) A maioria desses dirigentes (79%) se intitulava como católicos e 77% eram casados.

Era visível o viés economicista da pauta do SINERGIA-BA naquela conjuntura. O carro-chefe das reivindicações não prescindia dos índices econômicos para uma pauta economicista e uma proposta de sociedade socialista, porém vazia no discurso e no conteúdo, ao não levar em consideração a construção concreta de uma consciência de classe trabalhadora. Neste sentido, no período de 1970 a 1980, apenas foi realizado um Curso de Formação Sindical para militantes eleitos/as ou não.

Quanto mais elevado e diversificado o índice da planilha econômica a ser encaminhada às empresas, maiores eram as possibilidades de mobilização e talvez maior probabilidade de declínio. Exageros foram cometidos, tal qual a pauta de 1988 da COELBA. Na campanha salarial da CHESF, era mais difícil essa trama da pauta, pois, no conjunto, dependia do consenso entre os Sindicatos de Energia e de Urbanitários da Região Nordeste. A direção do SINERGIA-BA parecia querer garantir alguma relevância e sobressair-se no movimento sindical nacional. Evidencia-se a pretensão de deflagrar greves na COELBA em primeiro plano, entre as categorias, na data base de novembro. Era moda os sindicatos pleitearem o rótulo de combativos, aguerridos e “ponta de lança”.

Diferentemente da pauta economicista, a proposta social de um Plano de Saúde para a família dos/as trabalhadores/as se constituiu no item de maior relevância encaminhado em 1985, assim como a cobrança de eleição para a Diretoria Administrativa da COELBA, em 1987. A CHESF conseguiu avanços consistentes relativos a esses itens sociais de forma antecipada em relação à

COELBA, todavia não existiam comissões paritárias na condução das propostas. A CHESF obteve aprovação para a eleição para a Diretoria de Seguridade anos depois da conquista pela COELBA. A COELBA realizou o pleito em 1999, em plena fase pós-privatização, sendo eleito um candidato da classe média, filiado ao PT.

Em 1992, ocorreu a aprovação de um estatuto com uma nova configuração estrutural do SINERGIA-BA, aumentando o número de diretores e dividindo-se as delegacias em regionais. O critério da proporcionalidade foi para eleição de cargos na diretoria plena do SINERGIA-BA, após ter ocorrido a predominância de diretores e militantes do mesmo campo político, orientando, a partir daí, as novas eleições sindicais.

A tendência CUT pela Base, parceira do mandato anterior 87/90, que fez parte naturalmente da chapa “Puro Sangue” – encabeçada pela tendência Articulação –, lançou uma chapa em 1992 cuja candidata à Coordenação Geral do SINERGIA-BA, foi a petista Maria de Fátima Araújo, companheira militante de base da CHESF/Paulo Afonso, Delegada Sindical. Segundo Maria de Fátima, ela aceitou a proposta:

[...] atendendo a um pedido do meu querido companheiro Eduardo Bonfim, pela CHAPA 2, lembra? Em 1992, houve um embate entre as Chapa 1 (Paulo Rangel) e Chapa 2 (Fátima Araújo), infelizmente, perdemos porque, em Paulo Afonso, existia uma verdadeira adoração pelo senhor Paulo Rangel, e ele teve maioria na votação. Como existia um acordo de conciliar as duas chapas proporcionalmente, fiquei na direção (Diretoria Plena) do SINERGIA, sabendo que foi uma briga em Salvador onde o companheiro Bonfim foi um dos meus defensores na época. Não pude participar (da articulação para garantir a presença na diretoria) porque estava “de resguardo”, tinha acabado de dar a luz a minha primeira filha “Fiamma”. (Maria de Fátima Araújo, militante de base e delegada sindical 1991/1992, Paulo Afonso/Ba).

A prática da hegemonia masculina na direção do SINERGIA-BA permaneceu durante os anos 90; não obstante as militantes de base, mulheres candidatas do mesmo campo partidário, isto é do PT, deduz-se que a causa não seja tanto de ordem ideológica, como alimentava o discurso no mandato anterior, ao defender a tese de diretoria “Autêntica”, repetida em nível nacional e local.

Essa tese se desconstrói quando um sindicato como o SINERGIA-BA filiado à CUT, não se esforça para cumprir a resolução do V Congresso da CUT desde 1994, de contemplar 30% de mulheres na direção, sob forte pressão das mulheres do

CNMT que, após um trabalho de três anos, submeteu para apreciação o sistema de cotas. Esse congresso finalmente reconheceu a participação política e a necessidade de representação feminina, no entanto verifica-se ainda hoje a diminuta participação das mulheres como dirigentes sindicais, como revelado no Capítulo 4 desta tese. Um exemplo desse caráter patriarcalista e machista da direção hegemônica do SINERGIA-BA, desde 1987, diz respeito à prática de “oposição” deflagrada às chapas que incluíam, na sua composição, mulheres “empoderadas”¹⁴⁵, guindadas a postos de hierarquia de poder na diretoria executiva – Vice-presidência, Coordenação Geral, Secretaria Geral, Tesouraria.

Em 1987, fui eleita para compor a chapa, sem ter conhecimento da existência da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras (CNMT), pois os resultados do II Congresso da CUT ficaram ocultos do debate no espaço do SINERGIA-BA. Em 1988, no II Congresso do SINERGIA-BA, os delegados cutistas “Puro Sangue” votaram contra e ensaiaram até um “racha” na diretoria para cancelar o avanço da criação de um departamento feminino no sindicato.

Posteriormente, para o mandato 1992/1995, apresentou-se no pleito a chapa da CUT pela Base, que exibia, na “Cabeça de Chapa”, uma mulher branca, filiada histórica do PT, portanto “Puro Sangue”, delegada sindical de Paulo Afonso, portadora de experiência como liderança do movimento de contratação de mão de obra terceirizada, constituída de um numeroso contingente de mulheres de prestação de serviços administrativo e auxiliares de serviços gerais. Entretanto, houve novo “bate-chapa”, desta vez com uma chapa liderada por um companheiro do mesmo campo político. Maria de Fátima, a que liderava a chapa da CUT pela Base, após a derrota, apesar da proporcionalidade para a composição da Diretoria, sofreu resistência da chapa vitoriosa para compor a Diretoria executiva.

O SINERGIA-BA declara pautar-se nos dois princípios básicos da CUT: a igualdade e a democracia, no entanto não cumpre, até a presente data, a Cota mínima. Recusam-se ainda os companheiros da direção, a tornar a igualdade uma questão de princípios.

Diante desses fatos, qual seria o ponto de intersecção visível nas trajetórias da militância na esfera do poder sindical no SINERGIA-BA? É possível identificar

¹⁴⁵ Esse conceito se refere a mulheres militantes sindicais que apresentam, no fazer sindical, uma postura crítica, questionadora e de enfrentamento à postura dos dirigentes sindicais e militantes contra a autodeterminação das mulheres como sujeitos avessos à discriminação de gênero.

marcadores sociais incidentes das relações de poder em face das categorias analíticas de gênero, raça/etnia e classe social?

No decorrer deste estudo, nas entrelinhas, estão evidenciados elementos de inclusão e exclusão de mulheres militantes de base. Será que as práticas coletivas nesse espaço, por princípio de defesa e de combate às desigualdades sociais, apenas consideram o posto na hierarquia sindical abalizado como sexualizado? Há algo a ser investigado. As mulheres podem até exercer funções tipicamente subalternas, similar às atividades de reprodução social, como o trabalho doméstico, mas parece que, ao contrário, o “Outro”, o masculino, hegemônico, não pode submeter-se à direção feminina, cuja posição na hierarquia social denota assimetria de poder, de inferioridade, de incapacidade de conduzir o coletivo no espaço sindical. Estudos como o de Capellin (1994), Castro (1995), Delgado (1995) e Araújo e Ferreira (1998) mostram que as mulheres ainda permanecem nas atividades sindicais em posição subalterna. Mesmo com as transformações provocadas pelo chamado sindicalismo renovado, passados mais de 38 anos, ainda há resistência em se acatar os sistemas de cota, paridade ou qualquer outro que democratize as relações de poder nos sindicatos.

Era perceptível, nesse contexto, entre os militantes de base, a ausência de disputa para ocupação de postos de delegados/as sindicais, pois cabia a estes/as o trabalho duro de exposição, tais como: mobilizar para assembleias e greves, fomentar paralisações, denunciar os gerentes autoritários, encaminhar as inspeções das condições precárias de trabalho e o descumprimento da legislação trabalhista. Além do mais, a função de delegado/a sindical não trazia o benefício da estabilidade no emprego, negociada anualmente com as empresas e limitada à data base.

O espaço sindical era, e é, comumente de viés hierárquico masculino, e dirigentes e militantes parecem não ter ainda compreendido a igualdade de gênero nos espaços da vida social, principalmente em postos de comando. Situações dessemelhantes ocorriam em relação à eleição para as Delegacias Sindicais, pois não se travava o embate de gênero e geração como para a eleição da Direção do SINERGIA-BA, prova visível nas narrativas de Sandra Magalhães, Jô, Maria Cristina, Maria de Fátima, guindadas ao posto de Delegadas Sindicais ainda muito jovens, aos 21 anos. Surpreende que essa dominação masculina na hierarquia sindical atravessou o século XX e adentrou o XXI, perdurando ainda o domínio patriarcal e de hierarquia de gênero do início do movimento operário, aqui e alhures.

Desse modo, como aponta Sandra Magalhães, o/a militante de base formal estava exposto/a a sanções disciplinares, às consequências da punição disciplinar, à instabilidade no emprego e até, em último caso, à demissão. O delegado sindical apelidado de “Pombo Roxo”, José Alberto de Assis, foi um exemplo de recondução à empresa e “ponto de honra da greve de 1988” de retorno ao trabalho, no governo de Valdir Pires. Ao mesmo tempo, a maioria dos/as paredistas aceitou, pela primeira vez, o corte dos 31 dias parados.

[...] naquela época ainda era “malvista” pelos nossos chefes, pelos nossos gestores da COELBA, principalmente lá onde eu era lotada, em Barreiras. Havia um processo de perseguição a essas pessoas que participavam dos sindicatos [...] Era visto como uma pessoa rebelde [...] então, não foi fácil. Para você ter uma ideia Vanderlay, praticamente todas as greves da Coelba, tanto eu na condição de Delegada, como também na condição de que já tinha saído do movimento, eu fui suspensa. Tive várias suspensões, inclusive tive uma suspensão de quinze dias. (Sandra Magalhães, Técnica administrativa, Delegada sindical do Oeste, Município de Barreiras/Ba, mandato 1987-1990).

O fator correção salarial foi concluído por via negociada três meses depois, em reunião com a ministra do Trabalho, em Brasília, como já descrito no Capítulo 4.

Vanderlay: – Agora, como era essa organização das greves? Você se lembra das bandeiras de luta traçadas para essas greves?

Helena: – Inicialmente, tinha reuniões. A COELBA recebia o sindicato com as nossas propostas, [mas,] como a Coelba nunca se sensibilizava em atender a nossos pedidos, o sindicato declarava a greve. E as nossas bandeiras eram sempre *melhorar a vida do trabalhador*, como um todo. O sindicato se aprofundava na parte financeira do trabalhador. Felizmente, tivemos muitos ganhos, mas também tivemos perdas. 84.32¹⁴⁶ foi uma perda, que até hoje não se explica, não é?

Vanderlay: 84.32, você tá falando de...?

Helena: – 84.32, Plano Verão e Plano Bresser¹⁴⁷. (Maria Helena, eletrotécnica, militante livre).

Esse percentual assinalado na narrativa de Helena, com base no recurso do Dissídio Coletivo do Trabalho, foi encerrado em janeiro de 1989, inclusive com pagamento de valores parcelados (Quadro 7).

¹⁴⁶ Greve de 31 dias na COELBA, em 1988.

¹⁴⁷ O Plano Bresser foi um plano de estabilização da economia brasileira, instituído em 12 de junho de 1987, através dos Decretos-Lei nº 2335/87, nº 2336/87 e nº 2337/87, durante o governo José Sarney, quando Luiz Carlos Bresser Pereira era o Ministro da Fazenda.

Quadro 7 – Acordo Coletivo do Trabalho Nº 01/89 – COELBA

CLÁUSULAS	DEFINIÇÃO	CONTEÚDO
Primeira	Correção Salarial	Correção de 66,08%.
Segunda	Produtividade	Concederá o valor de 0,8%, a título de produtividade.
Terceira	Garantia do Poder Aquisitivo dos Salários	Fica atribuído aos empregados da COELBA tão somente no mês de novembro de 1988, o aditamento de 21,39%, incidentes sobre os salários de outubro de 1988.
Quarta	Realinhamento Salarial ¹⁴⁸	A COELBA concederá aos seus empregados, sob a rubrica em referência, o percentual de 18,65%, incidente sobre o salário base de novembro de 1988.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Passada a eleição para prefeito e terminada essa greve três dias depois, tudo retomou a normalidade com o retorno ao trabalho e à empresa. O fator correção salarial, no entanto encerrou-se pela via negociada três meses depois, em reunião com a Ministra do Trabalho em Brasília, na qual estive presente juntamente com o diretor Paulo Rangel. Coube a mim como Vice-presidente e principal conhecedora das particularidades do Dissídio e da pauta realizar a exposição de motivos sobre a crítica condição dos eletricitários da COELBA, pós-greve de 31 dias.

Impossível negar o término melancólico desta Campanha Salarial de 1988, não obstante a categoria eletricitária da COELBA não criticou a diretoria do sindicato como ocorreu no passado de outras greves. Cada um tinha consciência da sua parcela de responsabilidade em relação à condução daquele movimento grevista.

Para a problematização dessa forma de ultrapassagem de greves extemporâneas, perpassa uma questão de método na organização da Campanha Salarial. Isso não quer dizer que não houve planejamento, cronograma e ausência de estratégias. O inusitado político teve mais força sobre o plano estratégico traçado às claras.

A legislação trabalhista brasileira possibilitava essas alternativas em nome da “Unicidade Sindical”, que se contrapõe ao “pluralismo sindical”, isto é, exige apenas um sindicato por base territorial, contrapondo o direito de escolha do coletivo de

¹⁴⁸ As diferenças em atraso (de novembro/88 a março/89) do percentual de que trata esta cláusula deveriam ser pagas em 3 parcelas mensais consecutivas a partir de abril/89.

trabalhadoras/es, de qualquer modo facilitando o controle da classe por parte de grupos, de partidos políticos, das empresas e das instituições governamentais.

5.2.3 Militantes de base: sem mandatos

De início, sinalizo para aqueles/as militantes de base que exerciam o ativismo, sem passarem pelo crivo dos fóruns deliberativos da categoria eletricitária, isto é, sem serem eleitos/as em assembleias e em eleições conduzidas pelo sindicato. Esses/as militantes eram chamados/as na linguagem popular de “tarefeiros/as”, “piqueteiros/as”. Sem mandato legal, aceitavam executar determinadas tarefas sem *status* como: participação em comissões e mesas eleitorais, distribuição de boletins informativos e jornais, receber e levar mensagens a trabalhadores de campo, recolher material da sondagem de pautas, realizar levantamento de dados das pesquisas de opinião, entre outras. Quem são as/os militantes de base influentes que atuavam de modo independente?

Esse grupo de militantes independentes atuava, na maioria das vezes, de modo disfarçado, transitando no sindicato e na empresa com certa desenvoltura, autointitulando-se seletos/as formadores/as de opinião política. Algumas vezes, antecipadamente, compareciam à “antessala” onde se encontrava a diretoria do SINERGIA-BA mostrando interesse, trazendo informações sobre o encaminhamento vazado da pauta de negociação das empresas.

Evidenciava-se, principalmente, a presença das/dos militantes dos partidos de esquerda, na condição de trabalhadoras/es certamente indicadas/os pelos seus partidos políticos para atuarem nas empresas e nos sindicatos. Impossível negar a visibilidade de alguns/algumas militantes de base como personagens históricos no movimento das esquerdas baianas. O que os/as diferencia dos/as demais militantes de base eleitos/as? Um desses aspectos está no fato de estes/as militantes não se alvitarem a ser eleitos/as como delegados/as sindicais, para continuarem apenas como voluntários/as das causas trabalhistas e sociais.

Alguns desses sujeitos, porém, podem ser alcunhados também de militantes ocultos independentes, uma vez que, possivelmente, possuíam ou não vínculos partidários, porém, aos olhos da coletividade, passavam despercebidos.

No quadro desta pesquisa, identifiquei essa estreita relação do/a militante de base com os partidos políticos por entendê-la como crucial para a compreensão da

trajetória da condução da luta da classe trabalhadora brasileira. Destarte, com base na teoria *Standpoint*, procuro não ser omissa na minha crítica quanto à prioridade, algumas vezes, das decisões dos partidos, em detrimento do fórum de decisão do sindicato, mas a favor das estratégias de dirigentes sindicais, militantes de base e ideólogos comprometidos com a pauta de seus partidos e dos próprios projetos pessoais.

Dirigentes sindicais e militantes com vínculos partidários se imbuem de certa superioridade, até mesmo de *status*, galgando o pódio de “iluminados”, autoproclamando-se detentores de um saber político, a fim de exercerem certo domínio sobre o coletivo da militância sindical e da força de trabalho. De certa forma, percebe-se alguma manipulação em contraposição à capacidade de reflexão e de tomada de decisão. Verifica-se mais essa prática principalmente em uma conjuntura pós-peleguismo, em que predominavam as condições de baixos salários, de trabalho precário, de desemprego estrutural, de pobreza e de ausência de políticas públicas, características das mais acentuadas no século passado na sociedade brasileira.

A meu ver, este sentido autoatribuído por alguns dirigentes sindicais, militantes de esquerda, de se considerarem especiais e escolhidos como “os melhores” por se intitularem detentores de um saber político privilegiado, era responsável por apresentá-los como verdadeiros “salvadores” da classe trabalhadora. De forma metafórica, eles se veem como “cercados de uma auréola do saber político”. Essa postura me parece indicar a permanência da hierarquia de gênero, própria da dominação masculina (BOURDIEU, 2014), ainda permanente nos dias atuais nas estruturas das instituições sociais, das empresas, dos partidos políticos, dos sindicatos e, em particular, do SINERGIA-BA.

Entre esses militantes livres, por assim dizer, também existiam trabalhadoras e trabalhadores que pretendiam contribuir com o coletivo dos eletricitários sem pretensões pessoais e particulares.

5.2.4 Militantes de base: a relação com os partidos políticos

Maria Antônia: – E achava até ruim, quando os partidos políticos se metiam. Porque tinha muita gente da Coelba que era de extrema direita mesmo, e ia pra...

Vanderlay – Você percebia isso?

Maria Antônia – Percebia.

Vanderlay: – Então eles iam lá infiltrados?

Maria Antônia – Se infiltravam e, inclusive, se infiltravam com os empregados; aqueles que eram mais esclarecidos não admitiam. Mas muita gente aplaudia. (Maria Antônia, Assistente Social, militante de base sem mandato).

O vínculo das/os militantes de partidos políticos com os sindicatos no Brasil não se constitui em um fato novo, tendo sido sempre motivo de conflitos no seio da classe trabalhadora entre as várias correntes políticas, ou seja, anarquistas, socialistas, comunistas e petebistas no século passado. Os anos 70 são um exemplo claro e funcional apontado na narrativa da trajetória sindical da militante franco-brasileira Maria José Malheiros¹⁴⁹, cuja entrevista foi realizada aqui em Salvador. Contudo ela traz a sua experiência de militante de base do Sindicato dos Bancários no passado e a atual na UFEQT/CGT, em Paris. Isso não significa assunto novo na esfera sindical brasileira, e este fato já foi abordado no Capítulo 2 em relação aos sindicatos, ocorrendo desde o início do século XX.

Maria José faz uma distinção sobre o modo de agir dos partidos em relação à atuação dos seus militantes, em particular, a obrigatoriedade de atuação nos sindicatos na época em que era militante no Brasil, em Goiânia, e posteriormente como bancária em São Paulo, na época do governo militar de 1964¹⁵⁰. A entrevistada assinala que ela se considera, possivelmente, diferente dos demais militantes sindicais pelo fato de ter começado a militância muito cedo como estudante na AP e depois no PCdoB¹⁵¹.

Maria José: – É, cheguei no sindicato através da militância política. O trabalho político me obrigava a ir para o sindicato. [...] Era algo assim, vamos dizer, um desdobramento natural, não é?

¹⁴⁹ Essa entrevista foi realizada em julho de 2016, por indicação de Maria Cristina Brito, que me deu as coordenadas sobre a presença dessa ex-exilada política em Salvador.

¹⁵⁰ A fuga para não ser presa e a estratégia do grupo a que pertencia, a Ação Popular Marxista-Leninista, fizeram com que Maria José passasse grande parte do período militar percorrendo cidades brasileiras na mira dos militares, até que decidiu sair do país.

¹⁵¹ Ao se mudar para São Paulo, desta vez sob o codinome de Mariana, foi destacada pela Ação Popular para atuar como militante no movimento bancário. Lá, iniciou um trabalho sindicalista que consistia em debater com os colegas as condições de trabalho e salário dos bancários, mas principalmente a luta contra a ditadura. Havia também um trabalho mais clandestino e amplo, de panfletagem e de denúncia da situação política do País.

Vanderlay: – Desdobramento natural?

Maria José: – É. E na França, porque eu não queria militar, em nenhum partido, entrar em nenhum partido. O sindicato significava mais para mim do que um trabalho de partido que eu não queria. E minha escolha foi pela CGT que, para mim, era o sindicato que eu me sinto ainda mais próxima. Certo? [risos]. Porque a CGT é, para mim, o sindicato mais combativo, é um sindicato que tem uma longa história. Ele foi fundado em 1895 e tem uma longa história de lutas. Nunca foi um sindicato de compactuar e de fazer compromissos que são, para mim, inaceitáveis, com os patrões. É, para mim, o sindicato que melhor defende os trabalhadores, por essa razão eu estou nele. [...]. Quem trabalha, na minha opinião, tem que ter uma relação com o sindicato. Luta de classes posta, não é? (Maria José Malheiros, Arquiteta na Prefeitura de Paris, Delegada Sindical da UFEQT/CGT, Ex-exilada política na França).

Assim, Oliveira Jr. (2011), nos anos 80 militante de esquerda, traz registros, a meu ver, elucidativos no que diz respeito ao papel da militância de base ao descrever, de forma minuciosa, a sua trajetória política, marcada pela dupla experiência, ou seja, como dirigente do Sindicato dos Músicos e militante do PT, denotando o sindicato naquela época como o foco principal da ação política.

De forma pertinente, esse autor, como historiador e pesquisador situado, discorre sobre a relação dos militantes dos partidos e seus tentáculos no sindicalismo na Bahia. Indo mais além, ele assinala aspectos da tomada de decisão, das estratégias do PT e sua trajetória parlamentar, em torno das eleições municipais da Cidade do Salvador em 1985, e a opção pelo movimento sindical – as categorias em greve – como “o palanque central da campanha do candidato Jorge Almeida”.

Oliveira Jr. (2011, p.354) aponta fatos instigantes do pleito eleitoral para prefeitos e o conflito gerado na fase anterior ao lançamento da candidatura de Jorge Almeida – o Macarrão – no seio do PT da Bahia com os militantes do grupo de Fernando Conceição, segundo ele: “era bem mais agudo. Na defesa do justo projeto de uma candidatura *negra* acusavam Jorge de ser um candidato burguês” e a O¹⁵² de ser uma “corrente burguesa”. Esse recorte do autor vai mostrar como o racismo estrutural é agudo em um partido de esquerda cuja candidatura a prefeito era apenas para marcar posição e a estratégia principal era eleger vereadores para o Município. Resultante da insistência de uma candidatura negra à Cidade do Salvador, Fernando Conceição militante negro, tido como a voz da favela – O

¹⁵² Organização Política.

Calabar – foi no final do pleito expulso do PT, pelo fato de ter levado sua proposta mais adiante – a adesão à candidatura a prefeito do negro Edvaldo Brito, porém apoiado por ACM.

No entanto, em 1988, durante a campanha eleitoral de Zezéu Ribeiro parece que a estratégia anterior foi repetida, as categorias com data base de setembro a novembro foram novamente usadas como palanque dos candidatos das esquerdas. Evidentemente, nenhum outro candidato poderia subir no palanque do SINERGIA-BA.

A Campanha Salarial da COELBA, conduzida pelo SINERGIA-BA, era o palco privilegiado dos candidatos, sendo mais efetivo do petismo. A data base dos/as empregados/as da COELBA era 31 de outubro a 1º de novembro¹⁵³. Desse modo, fica evidente o encaminhamento da campanha salarial, a deflagração da greve de 1988, de forma extemporânea, ainda na segunda “rodada de negociação”, e que durou 31 dias, logo após a eleição para prefeito de Salvador e Câmara Municipal. Durante esse período, foi constante a presença de candidatos à Câmara Municipal e à Prefeitura na Sede do SINERGIA-BA, na Sete Portas, mais efetiva do prefeiturável Zezéu Ribeiro.

O ativista Pontes (2018, p. 118), assim como Oliveira Jr. (2011), refere-se também na sua obra recente, *Memórias da resistência: na ditadura e depois*, a alguns militantes de partidos que foram reconhecidos por ele, posteriormente, como militantes do sindicalismo:

Abrindo novas frentes de trabalho, fui conhecendo potenciais militantes contatos clandestinos com antigos dirigentes do trabalho político aqui em Salvador. [...] Orlando Miranda¹⁵⁴ – reencontramos na militância para construção do PT na Bahia. [...] Acácio Araújo¹⁵⁵, ex-presidente da CUT.

Diante do exposto, no que se refere à organização da militância de base com vinculação política, considero o tema complexo. Isso acontece por diversos motivos, em relação aos/às militantes serem distinguidos/as, no seio da categoria eletricitária,

¹⁵³ Hoje, a data base foi transferida para 1º de outubro. A reivindicação para mudar a data base era antiga dos militantes petistas para terem tempo mais livre para campanha eleitoral, conforme Oliveira Junior (2011). Essa proposta foi motivo de disputa na direção do SINERGIA-BA em 1989, tendo sido derrotado no plebiscito conduzido na categoria. Recentemente, a data foi antecipada com aquiescência da COELBA. A data base da CHESF é 1º de maio.

¹⁵⁴ Engenheiro Elétrico da COELBA.

¹⁵⁵ Antigo militante da POLOP – Política Operária.

por alguém que não tivesse tido frequência ao dia a dia do sindicato, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e das relações interprofissionais, e conseguirem distinguir esses sujeitos, tanto individual como coletivamente, na dinâmica do sindicalismo como movimento no centro da coletividade sindical.

Observou-se que, na circulação entre esses vários espaços da representação no SINERGIA-BA e nas empresas, esses sujeitos políticos não se deixaram identificar ou não se permitiram perceber de forma clara e explícita: “Quem é quem? Qual o seu vínculo com o SINERGIA-BA?” Responder a essas indagações possibilitava-me distinguir o lugar de “fala” de cada um deles ou delas no palanque, no encaminhamento de suas propostas.

Parte dessas/es militantes sem postos formais, legais, quando se pronunciavam era na chamada “boca pequena”, em grupinhos ou “panelinhas”. Esses e essas militantes livres não se pronunciavam nas assembleias, nem nas grandes, que abrigavam em torno de mil pessoas, e nem nas chamadas da “arraia miúda”. Mas, nem por isso, deixavam de ser escutados/as, e é claro que exerciam influência sobre a “massa” de trabalhadores/as. Não obstante, essa prática, que antecedia a tomada de decisões mais importantes, era utilizada por todos os grupos de militantes de base, na informalidade, mesmo aqueles que não se posicionavam politicamente.

O dirigente do SINERGIA-BA (Eduardo Bomfim, motorista, base CHESF), no início da minha adesão à militância sindical, alertou-me sobre a importância da “análise da falação dos militantes e dirigentes sindicais” nos palanques, nas reuniões de base, na diretoria plena, na executiva e nas mesas de negociação com as empresas. De acordo com este dirigente, questões precisam ser colocadas para mim própria e autocontestadas: Quem fala? E de quem se fala? De que lugar se fala? Qual o interesse de quem fala? Esta última pergunta, segundo ele, é a mais relevante de todas, porém sem as demais inquirições não se chegaria ao entendimento da última. Essas indagações, de acordo com ele, me permitiriam construir reflexões mais realistas sobre a conjuntura política e social, em relação ao fato social e discernir, de forma analítica, sobre as propostas colocadas na mesa pelos interlocutores. Caberia aprofundar a proposta de quem fala: se era “recado” do partido ou de construção do próprio militante; ou do dirigente, se do interesse de minorias ou de categorias profissionais privilegiadas.

No que se refere à filiação a um partido político, Jocelina Santos, a Jô, considerava complexo e sofrido pertencer a um sindicato, como militante de base, ou como dirigente, sem filiação partidária. Segundo Jô, “alguns nos apelidavam de ‘Metralhadora giratória’, pois poderíamos opinar, falar o que quiséssemos e, ao mesmo tempo, estávamos livres de cobrança das bases”.

Isso posto, confesso que não me filiei ao PT na época, inclusive depois de um curso no Instituto Cajamar/CUT, em função da atitude machista e de dominação dos companheiros da direção do SINERGIA-BA e até de algumas mulheres filiadas e simpatizantes desse partido. Éramos chamadas de rebeldes e até de “mal-amadas”. Na realidade, na narrativa de Jô, ela se refere à perspectiva suprapartidária, apesar de utilizar o termo multipartidária:

Ah sim, nós fizemos a nossa organização [...] Teve um momento no sindicato que a gente não podia ser *multipartidária*, tinha que ser partidária, tinha que se filiar a um partido para nos defendermos como mulheres dentro, e termos uma força política por trás [...] nós nos filiamos ao PDT. O partido escolhido que atendia a nossas reivindicações, ao que almejávamos, o mais próximo era o PDT. (Jocelina Regina, eletrotécnica, militante de base, Grupo Mulher COELBA).

Em 1991, pós-retorno à COELBA, no final do mandato como dirigente sindical, juntamente com 25 companheiras e companheiros, nos filiamos ao PDT¹⁵⁶, tornando-nos militantes políticos deste partido, com a proposta de discutir um projeto de defesa da vida e segurança dos trabalhadores/as através do aperfeiçoamento das normas e diretrizes educativas para a segurança do trabalho, em coerência com o programa do partido para a democratização da educação. Ser militante político é um desafio mais paradoxal em relação ao militante sindical. Com o apoio de militantes de base e do Grupo Mulher, candidatei-me a vereadora do Município de Salvador, com o *slogan* “Energia de Mulher”, obtendo 1172 votos, ficando como suplente. A categoria eletricitária ajudou a eleger, nesta eleição, dois vereadores: Walter Pinheiro da TELEBAHIA pelo PT e Carlos Alberto Batista Neves, médico da COELBA, pelo PDT¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Conforme notificou o Jornal *A Tarde*, Salvador, 21 maio 1991. Coluna do trabalhador, Pedro Souza.

¹⁵⁷ Ao me candidatar como vereadora, surgiram 14 candidatos a vereadores por diversos partidos empregados da COELBA. O PT foi o partido que diretamente no contexto da COELBA, fez o confronto com a minha candidatura, diferente da prática dos partidos nas eleições anteriores, nunca

5.2.5 Militante de base sazonal

A expressão Militante de Base Sazonal foi cunhada neste estudo por uma militante sindical, que no momento da entrevista se encontrava em processo de demissão da COELBA. Segundo ela, um novo perfil de militância de base feminina surgiu durante os anos 90, no decorrer da trajetória do próprio SINERGIA-BA até os dias atuais. Trata-se de Jeannette, que frequentou o SINERGIA-BA nos anos 80 e 90 e foi Delegada Sindical. Era eletrotécnica, e naquela época simpatizante do PT.

Vários autores como Thebaud-Mony (2011), Verônica Ferreira (2005), Antunes (2015) e Rodrigues (2015), entre outros, se referem às transformações no mundo do trabalho e suas consequências para trabalhadoras/es, no particular nos anos 90, como já mencionado no Capítulo 4. Diante dessa conjuntura de acumulação flexível, assiste-se a uma fragmentação das formas e dos postos de trabalho e, portanto, do perfil de trabalhadores/as (FERREIRA, 2005). Mudanças na ordem política, econômica e social pós-privatização provocaram grandes transformações nas relações entre a COELBA e o SINERGIA-BA, o que vai corroborar para o surgimento de um novo perfil funcional de homens e de mulheres militantes internalizando uma nova relação com o sindicato. Desde o final dos anos 80, no particular, mulheres digitadoras já transitavam no sindicato pedindo reuniões com a diretoria do SINERGIA-BA para tratar da precarização do trabalho e de seus danos especialmente às mulheres, apesar do receio de punição vinda dos/das gerentes. Elas já buscavam apoio no que se refere às extensões dos danos e riscos ao corpo, a que estava exposta sua saúde, associadas às difíceis condições de trabalho a que estavam sujeitas, em relação à aceleração do ritmo da jornada de trabalho, à intensificação da pressão psicológica e, conseqüentemente, a crescentes doenças profissionais como LER (Lesões por Esforço Repetitivo). Os leituristas de medidores também se “queixavam” do ritmo de trabalho, em relação às longas caminhadas.

A CUT, na ocasião, formou um grupo de trabalho junto ao CESAT – Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador, coordenado por uma diretora do SINDQUIMICA-BA – Moema Gramacho – para estudar esse problema, que trouxe poucos efeitos e, praticamente, as reflexões nem sequer foram ouvidas e acatadas pelo SINERGIA-BA.

fui ao palanque do SINERGIA-BA apresentar minha candidatura e pedir votos a minha base. Inclusive, disputei no mesmo partido e na mesma base com o candidato médico eleito.

No entanto, ressalvas foram feitas a esse respeito, pois, na visão de militantes femininas, a participação das mulheres no sindicato enfraqueceu-se nessa época. Para Jeannette, por exemplo, as mulheres no sindicato, a partir dos anos 90, não tinham mais o número de participantes e ritmo de militância em comparação aos anos 80:

Jeanette: – Eu acho que as mulheres são movidas quando o calcanhar aperta [...]

Vanderlay: – Como assim?

Jeannette: – Enquanto está acontecendo com o “outro”, as mulheres acham que sindicalismo é coisa de homem. Na hora em que o negócio aperta lá do lado dela, ela sente a necessidade. Eu vi muita gente entrar pela emoção. Falar pela emoção. Como Celeste, lembra? (Jeannette Monteiro, eletrotécnica, administradora de empresa, demitida da COELBA em 2016).

Prosseguindo em suas reflexões, do “Ponto-de-vista” de um olhar feminino, Jeannete discorda do *modus operandi* de as mulheres lidarem com a divisão sexual do trabalho, o assédio moral e às vezes até assédio sexual e suas repercussões no sindicato. Para ela, a mulher faz mais uso da emoção ao sair do “casulo” quanto a situações específicas, tais como o assédio moral por parte dos/as gerentes, ou quando uma questão pessoal exigia dela um posicionamento:

Então, eu vi muita gente entrar e falar pela emoção. Darti – Delegada Sindical, ex-diretora do SINERGIA na época – entrou também movida por problemas pessoais, depois viveu o sindicato. Incorporou. A mulher vinha para o sindicato movida por uma questão pessoal. Ela estava incomodada [...] a voz dela era o sindicato.

Com esse entendimento, a interlocutora mostra a forma como é construída a adesão ao sindicalismo e, ao mesmo tempo, a permanência na militância sindical ou a saída. A esse respeito, Clélia também esclarece sua adesão ao SINERGIA-BA nos anos 80, observando que essa adesão se altera por estar sujeita às intempéries de outro tempo social, a depender também do contexto geracional, do panorama histórico e de outro processo político. Esse tempo geracional traz novos protagonistas, o lugar de fala passa a ser outro.

De acordo com a militante Maria Luiza, a entrada das mulheres no sindicato seguiu várias trilhas e projetos diferenciados:

No sindicato, a gente formava um grupo, e esse grupo a gente fez valer. Inclusive teve um grupo de mulheres na Coelba, grupo chamado “GRUPO MULHER”, e NÓS fizemos, participava bem. Inclusive, eu fiz parte do Conselho da Faelba. [...] E a gente procurava, através dos processos elaborados, sintonizar a categoria. Informávamos sobre a importância da Faelba, do Plano de Saúde, de que também fazia parte. A gente ficava atenta à administração, porque, afinal de contas, nós lutamos para obter um Plano de Saúde. Participamos das reuniões, das viagens, para montar o Plano de Saúde. Então, foram acontecendo por conta das nossas lideranças que foram articulando e da nossa participação [...] porque a gente foi trabalhando para que isso acontecesse. (Maria Luiza Aguiar, Assistente Social, Gerente de Recursos Humanos (1988-1990), Conselho de Representantes da FAELBA (1986-1988)).

A participação da mulher como Militante de Base no SINERGIA-BA se reflete na dinâmica do curso de vida, na trajetória pessoal em relação ao convívio em sociedade. Assim, com o ativismo da mulher no sindicato, no movimento dos trabalhadores, é importante saber a repercussão que isso teve do ponto de vista individual e coletivo. Daí a indagação à entrevistada: – “Há uma diferença entre o individual e o coletivo na trajetória de vida das mulheres que participaram do sindicato?”, obtendo-se como resposta:

[...] Com certeza. Porque, a nível de crescimento em busca do social [...], inclusive onde eu moro hoje em dia, mudou. A gente mora em um condomínio, que era chamado Condomínio “Aldeia Moscou”¹⁵⁸. Então, a gente procurava sempre se agregar a esses valores, a pessoas com esses valores. Eu acho que tem, individualmente, essa energia, uma energia de ter o coletivo presente, de viver em sintonia com a sociedade. Hoje em dia, eu vejo que é difícil a gente ser feliz sem ter uma sociedade mais igualitária. (Maria Luiza Aguiar, Assistente Social, Gerente de Recursos Humanos (1988~1990), Conselho de Representantes FAELBA (1986~1988)).

Outro grupo de militantes registrado nesta pesquisa, eu os chamei de “*militantes vai e vem*”. Trata-se de militantes não filiados, transitórios. Um contraste os diferencia dos militantes efetivamente não filiados, evidenciando algumas particularidades. Esses ou essas militantes de base foram, durante algum tempo, filiados ou filiadas ao SINERGIA-BA e, por motivos diversos, desligaram-se. Desligaram-se da filiação, entretanto não se afastaram da militância de base, ao contrário, permaneceram frequentando e dando sua contribuição às lutas do

¹⁵⁸ Essa nomenclatura também era cunhada dentro da militância de esquerda em Salvador: “Moscou Rosa”, condomínio de luxo idealizado pelos comunistas de classe média.

SINERGIA-BA, fazendo o trabalho como militantes. Instigante esse comportamento individual e, ao mesmo tempo, coletivo.

Durante a minha trajetória sindical como militante de base, entre 1982 e 1986, percebi que a primeira greve da COELBA, em 1985, ensejou um movimento de desfiliação, houve desencanto de parte dos/as militantes mais aguerridos/as e participativos/as em relação ao modo como a diretoria do SINERGIA-BA conduziu o movimento. Esses/as militantes participavam das campanhas salariais, mobilizações, greves e tinham frequência nas reuniões de base, toda terça-feira. Alguns, por serem homens, formadores de opinião política, respeitados e aceitos pela base, eram escutados. Em relação a essa problemática de filiação e desfiliação, podem-se explicar algumas probabilidades: a primeira opção estava vinculada ao valor da contribuição, 1% do salário base descontado das/os empregadas/os da base COELBA e 1% do piso salarial dos filiados na base CHESF. A segunda alternativa estava vinculada à discordância da forma como a diretoria do sindicato conduzia o processo de luta, das greves e dos acordos coletivos de trabalho. Dá-se como exemplo que, após a vitória, na eleição de 1981, das oposições sindicais, o militante de base livre, sem posto no SINERGIA-BA, João Magalhães assim se expressa: “Fui sindicalizado em 1979 e saí em 1981, salvo engano. Sindicalizei-me para tomarmos o sindicato nas campanhas contra Napoleão Topázio e saí depois”

Devo ressaltar que o número de filiados sempre foi e é uma questão sigilosa no SINERGIA-BA. As atas de eleições dão uma ideia pelo contingente de eleitores, porém não são confiáveis. Sabe-se que ainda não existe controle em relação à demografia sindical, ao sexo, à cor, à categoria profissional, à escolaridade, entre outros marcadores sociais. O número de sindicalizados na COELBA era maior em relação à CHESF dos anos 80 aos 90, hoje parece que não. Um diretor do sindicato, em conversa informal, me contou que existiam em torno de 900 sindicalizados no total. Durante a pesquisa, tentei obter essa informação, porém sem êxito.

A CHESF na Bahia tinha uma densidade sindical mais reduzida, pois existiam apenas dois contingentes de densidade numérica de trabalhadores/as: a administração das Usinas de Paulo Afonso e Sobradinho. Portanto, em relação ao SINERGIA-BA, pesavam, na maioria, os/as filiados/as de origem coelbana na sustentação financeira e eleitoral, através da contribuição sindical individual e da contribuição coletiva, via o imposto sindical de um dia de trabalho.

A título elucidativo, verifica-se que os/as filiados/as não tinham conhecimento desses detalhes, dessas *diferenças* e da manutenção de determinados programas assistencialistas, tais como a Escola de Corte e Costura, o empréstimo da sede do SINERGIA-BA para a Junta Trabalhista e a Escola para dependentes dos trabalhadores/as, todos na Delegacia de Paulo Afonso, pois, em decorrência de “reprovação” continuada, os/as estudantes eram impedidos/as, de acordo com as normas da empresa, de frequentarem a escola mantida pela CHESF.

Em Salvador, ainda se mantinham os programas assistenciais, como já assinalado, entre alguns, o alojamento para trabalhadores/as e pessoas de Paulo Afonso em trânsito em Salvador. Apesar de ser a responsável pela sua administração, jamais tive acesso e controle sobre a vinda e ida desse pessoal. E confesso que fechei os olhos para situações que, no meu entendimento, não trariam prejuízos à coletividade. No entanto, fui voz única a indagar e me posicionar em relação à escola, pois divergia desse encaminhamento da diretoria do SINERGIA-BA.

Compreendo que, a um sindicato de viés classista, cabe o rompimento com esse assistencialismo chamado de “O feitiço da Ajuda” por Mota (1991), uma vez que, no meu entendimento, é dever do Estado da Bahia assumir a responsabilidade coletiva em relação à educação de sua população, fazendo o trabalhador soltar-se das amarras da ajuda, do encanto, do próprio fetiche para ultrapassar os limites impostos pelas desigualdades sociais. É evidente que essas ações assistencialistas foram herdadas da época do “peleguismo”, do sindicalismo de Estado, e a proposta do novo sindicalismo seria romper com essas amarras. Por que continuar sustentando essa estrutura que teve e foi motivo de tantas críticas e lutas ferrenhas? Será que o medo do retorno ao *modus operandi* prendia o SINERGIA-BA a esse jogo para captar e controlar a hegemonia do colégio eleitoral? Adotava-se o caminho mais fácil. Ao invés de buscar uma forma mais apropriada para a socialização de crianças e adolescentes, o SINERGIA-BA assumia a incumbência de manter uma escola precária.

Havia um cuidado, um interesse para com a delegacia sindical de Paulo Afonso e Sobradinho, pelo seu perfil estratégico de maior concentração de trabalhadores de base geográfica, cuja eleição se decidia nestes locais. A COELBA possuía maior número de trabalhadores/as sindicalizados/as, porém dispersos/as pelos municípios do Estado da Bahia. Contudo, a densidade eleitoral da base COELBA era alvo de

interesse dos partidos políticos, favorável ao SINERGIA-BA em caso de eleições parlamentares. No caso da eleição sindical, esta é mais onerosa, trabalhosa e complexa, sendo ocasionada pela dispersão dos votos. O número de mulheres sindicalizadas era diminuto, contudo nos maiores centros de Distribuição da COELBA, as mulheres se identificavam com as propostas políticas, sociais e reivindicações que refletiam suas necessidades, como, por exemplo, as mulheres em atividades administrativas. Essas mulheres contribuía de forma discreta como veículo de informações sobre o andamento das negociações, em resposta às contrainformações da empresa.

Além desses pormenores, a categoria de Engenheiros Eletricistas impunha o SENGE na mesa de negociação com a COELBA, por não se sentirem bem representados pelo SINERGIA-BA. Eles criaram a ASEC (Associação de Engenheiros da Coelba) no mandato em que dois engenheiros ocupavam a diretoria executiva do SINERGIA-BA:

A gente criou a associação, porque o sindicato não estava representando os engenheiros. A associação se fortaleceu, inclusive, porque os melhores acordos foram quando o Sindicato dos Engenheiros ... a gente chamou o Sindicato dos Engenheiros para participar da mesa com dois sindicatos, foram dois sindicatos participando das negociações. E aí começava a se aprofundar em questões reais dos engenheiros, como condições de trabalho. E qualificou as pautas de negociação. Registrou a ocorrência de militantes que não ocupam um posto oficial, isto quer dizer que não exerciam função na hierarquia sindical conforme a lei que regulamenta e controla os sindicatos pelo Governo. (João Magalhães, Engenheiro eletricista, Militante de Base sem mandato).

5.3 “VOCÊ QUER FALAR COM UM HOMEM”?

Em fevereiro de 1987, durante a primeira greve do mandato no qual estive como vice-presidente, ao chegar mais cedo na sede da COELBA, na abertura das negociações com essa empresa, ao ser abordada por um jornalista do Jornal *A Tarde*, este interpelou-me de forma inesperada: – “Quero falar com um diretor do sindicato”. Então, eu respondi: – ‘Eu sou diretora do SINERGIA”. Ele insistia, repetindo a sua fala várias vezes. Novamente, respondi: – “Eu sou Vice-Presidente do sindicato”. E ele persistia, parecia não me escutar, não me entender. E eu também não sabia aonde ele estava querendo chegar. De repente, compreendi o

alcance da sua afirmação. No meu estilo, sem a preocupação do risco de ser mal interpretada, eu perguntei a ele de supetão: – “O senhor está querendo um homem para lhe dar as informações?” Atônito com a minha indagação, o jornalista, sem ao menos se identificar e se desculpar, me lançou uma pergunta capciosa, a qual chamávamos internamente entre a militância de “casca de banana”: –“Vai existir apagão”?

A minha resposta a esse jornalista serviu de críticas oportunistas por parte de um companheiro que disputou o cargo de Vice-presidente comigo. Naquele momento, na ausência do titular, como Vice-presidente ocupei o posto de Presidente, portanto porta-voz legítima do SINERGIA-BA. Este dirigente estranhou não ter sido ele o protagonista da entrevista e não teve a empatia que era comum entre os dirigentes homens, ao tecer críticas infundadas a minha resposta dada ao jornalista. Na resposta dada, dividi a responsabilidade do “Apagão”, entre sociedade civil, empresa e sindicato. Neste contexto de “greve” em que se prezava a unidade da categoria eletricitária, independente das disputas internas, o dirigente utilizou-se da tradicional hostilidade masculino-sindical que assume novas formas de oposição à presença das mulheres no sindicato.

Destarte, são componentes intrínsecos, o machismo e o sexismo do jornalista que insistiu em não reconhecer a pessoa de uma diretora para conceder a entrevista, como se o gênero determinasse a capacidade e a qualidade da entrevista. O jornalista, ao não ser acatado e questionado em relação ao seu comportamento sexista, deturpou a resposta construindo a matéria objetivando arranhar a imagem dos eletricitários e da greve como instrumento de pressão, perante a opinião pública via os leitores do Jornal *A Tarde*, deste modo:

Segundo a Vice-presidente do Sindicato dos Eletricitários Vanderlay Reina, os Sindicatos dos Eletricitários de Pernambuco, Ceará e Piauí já aderiram a greve. [...] eles reivindicam 81%. [...]. **Eletricitários querem desligar a luz para obter aumento de 81%. Os grevistas ameaçam cortar a energia para forçar o reajuste.** (ELETRICITÁRIOS...,18 fev. 1987. Grifos acrescentados).

A partir dessa ótica, percebe-se a forma da violência sutil no modo como o masculino branco hegemônico, seja na representação sindical, seja num veículo de comunicação midiático, lida com a presença da mulher negra no espaço sindical, numa sociedade ainda de viés patriarcal, racista e sexista, que não admite a igualdade no plano da política, na coexistência entre os sexos. Visto dessa forma,

pode-se afirmar que “ser homem e ser mulher” designa diferenças cujos marcadores sociais – gênero, raça/etnia e classe social – definem a experiência de sujeitos na posição de dirigentes ou de militantes durante a trajetória e a experiência sindical, não obstante dentro de contextos semelhantes e, por vezes, diferenciados, derivados da divisão sexual do trabalho, da cor e coextensivo à ação política no sindicalismo.

De modo óbvio, não se constitui em um processo individual, ou individualista, porém de cunho social, por assim dizer coletivo, de acordo com Scott (1999, p.16). Essa autora afirma, nesse sentido, que a “Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada”. Assim, ela mostra que o relato histórico não pode declinar a história do sujeito, do lugar onde a história foi encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas: é preciso compreender, por exemplo, como as vozes das mulheres negras coletivamente constroem, afirmam e mantêm um “Ponto-de-vista” autodefinido e dinâmico. Portanto, homens e mulheres são atingidos nas relações sociais de formas diferenciadas em distintos coletivos, no entanto, as mulheres são diversamente mais atingidas em várias esferas sociais.

Este estudo evidencia que as diferenças, sejam elas de gênero, raça/etnia e classe social, conformam uma base material enraizada nas relações sociais, oriundas das relações de poder, imbuídas de desigualdades, geradoras de privilégios naturalizados nas relações sociais e contidas tanto no interior como fora do campo sindical. São mais perceptíveis nos estudos quando se utiliza a perspectiva da abordagem metodológica da interseccionalidade/consubstancialidade das experiências das mulheres negras, ao se articularem às estruturas do racismo, do capitalismo, do sexismo e da nacionalidade, concretizadas nas práticas antidemocráticas da sociedade. Esta sociedade parece não se dar conta dessas intersecções que atravessam as dimensões de gênero, raça/etnia, classe social e outros marcadores sociais e de como isso se foi desenvolvendo até este ponto.

Foi possível trazer, neste escrito, diversas experiências vivenciadas pelas entrevistadas, principalmente por aquelas que lograram alcançar as hierarquias de poder nos sindicatos, no SINERGIA-BA e na CFDT e UFEQT/CGT, em Paris. Dentro desse enredo, a relação com a imprensa, com a mídia em geral, exigiu muito esforço e capacidade de logicidade e abstração de parte das mulheres enquanto dirigentes sindicais. Maria Cristina Costa, Maria de Fátima Araújo, Jocelina Regina Santos,

esta pesquisadora, Dominique Marchal e Didier Blain trazem esse recorte para iluminar o saber sindical das/dos militantes que desempenham e lutam neste campo político das relações sociais de trabalho na esfera do sindicalismo.

Dominique Marchal, na sua entrevista, falou sobre a indignação de que foi acometida ao ser entrevistada por um jornalista no seu departamento de atuação sindical. Ela disse que, quando ela deixou a *Secrétaire Générale-adjointe* da CFDT-Lorraine onde ela atuava, para ocupar um posto mais alto na hierarquia da CFDT em nível nacional, foi substituída por um homem, e, nesta ocasião, um jornalista veio entrevistá-los. O jornalista fez perguntas a ela sobre os filhos, a família, a posição dela na família. Conforme Marchal, ao homem, que assumia o posto, seu substituto, o jornalista não perguntava: “Como vão seus filhos, sua família?”. Assim, ele não perguntava nada a ela. Então, conforme Dominique Marchal, ela ficou nervosa ao perceber que, só porque ela era mulher, tinha de falar dos filhos.

Esse testemunho de Carmilce, a seguir, delinea o perfil das mulheres no entorno do sindicalismo do final dos anos 80, quando as mulheres começaram a romper com o receio de falar, de serem criticadas, sem medo da censura, que na maioria das ocasiões vinha do poder do discurso dos homens, que se autodeclaravam detentores de um conhecimento e experiência política elevados, portanto mais apropriado para a formação da consciência de classe dos/as trabalhadores/as. Dizia-se até que alguns faziam discurso “voador” no palanque, de tantos gestos e gritos:

A gente se reunia naquela escadaria do Edifício Sede¹⁵⁹, e muitas mulheres tomavam a palavra, muitas mulheres falavam. Quando você falava animava as outras, aí a gente falava. (Carmilce, Militante de base, filiada ao PCdoB).

No que se refere ao gênero da militância, percebe-se, nas narrativas das militantes de base, o privilégio do masculino, pois os homens dirigentes eram mais levados em consideração e, desse modo, mais escutados. Ao contrário, os trabalhadores comuns apenas filiados demonstravam total confiança na fala das

¹⁵⁹ O Edifício Sede da COELBA situa-se na Avenida Paralela. Na chamada “Praça Vermelha” – eram realizadas assembleias e reuniões. Sua estrutura é em forma de arena com o piso de tijolinhos vermelhos. Essa arena está localizada embaixo do segundo andar onde ficavam a presidência e a maioria das diretorias da COELBA. As “falações” da militância e da direção do SINERGIA-BA eram escutadas pelos diretores da empresa em seus gabinetes.

mulheres, em comparação com o direito de voz das mulheres na militância, com representação ou não, inclusive alguns diretores condutores da síntese final omitiam as militantes autoras das propostas, conforme Carmilce: “[...] eu achava que eles (dirigentes) ouviam mais os homens. A gente dava muitas ideias, mas, quando passavam, passavam como se fossem dos homens. Eu sentia aí um certo machismo”. Confirmando as reflexões de Carmilce, José Cabral discorre sobre a militância na maior delegacia sindical descentralizada do SINERGIA-BA, a de Paulo Afonso:

José Cabral: – Uma participação importante [a das mulheres], que fez alavancar, melhorar mais a visão do sindicalismo, não é? Até daqueles que diziam que a mulher não devia participar de nada.

José Cabral: – Os homens, não é? Com exceção. Alguns pensavam com uma mentalidade um pouco atrasada. Quem tinha que fazer eram os homens, mas elas foram lá mostrar também que tinham o poder de alavancar, de dialogar, de interferir.

Vanderlay: – Elas iam ao palanque? Falavam, pegavam no microfone?

José Cabral: – Iam ao palanque, pegavam no microfone, discutiam.

Vanderlay: – Era considerada a voz delas?

José Cabral: – Era garantida a voz delas, era respeitada. [...]. Tinham pessoas que não gostavam, porque ninguém é obrigado a agradar todo mundo. E às vezes havia até aquele confronto de um para outro. [...] isso quando saía do palanque [...] nas reuniões de base: “Ah porque isso, aquilo outro”, havia discussão.

Vanderlay: – Então, era mais na reunião de base?

José Cabral: – Mas no palanque era respeitada. Inclusive era respeitada pela direção do sindicato e pelos trabalhadores que estavam ali presenciando aquele ato naquele momento.

Para José Cabral, a luta da mulher começa na militância nos anos 80, a partir da participação nos sindicatos e, em decorrência dessa experiência, muitas delas foram eleitas vereadoras, prefeitas, deputadas e senadoras.

Vanderlay – Dessas mulheres, teve alguma que foi candidata a algum pleito fora do sindicato?

José Cabral – Teve! Alzirinha. Teve várias que foram candidatas. Dentro do movimento sindical foi Alzirinha, foi Maria de Fátima Araújo. Candidatas a vereadoras. Sem êxito, mas foram candidatas. Teve também Ana Paim. [...] era diretora da Escola Parque, e que hoje mora em Salvador.

Como pode ser examinado, as relações de gênero alteravam-se a depender da localização, do contexto social, da filiação partidária, pois elementos de ordem sociocultural e política interferiam para transformar essa realidade. Em Salvador, como pode se verificar neste escrito, a condição de diálogo era de outro modo, mudando a realidade local. Na vida pública, na vida privada e no espaço sindical, permanece a última palavra sendo a do dito masculino, como diz Maria Cristina diretora do SINERGIA-BA:

[...] na concepção dos companheiros militantes, a função das mulheres é ser do lar. É de segunda categoria. Mesmo respeitando uma direção, vou colocar aqui: no posicionamento do voto, tem que seguir o voto do “macho”. Se a mulher traz um tema e quer fazer o debate, e se os demais forem mulheres não querem fazer debate. O debate não acontece e, quando acontece, é esvaziado. E, quando não é esvaziado, é inexistente [...]. (Maria Cristina, diretora do SINERGIA-BA, 2016).

Na opinião de Paulo de Tarso, há 32 anos como Dirigente sindical no SINERGIA-BA, as mulheres militantes no seu ponto de vista, tiveram espaço para fazer valer sua experiência sindical, discordando de estudos como os de Castro (1995), Ana Alice Costa (2004) e Sardenberg (2004) em relação à invisibilidade, o mito das mulheres avessas à participação política, por não dominarem o uso das tecnologias do poder sindical: o discurso político, habilidades de negociação, disponibilidade para deslocamentos e tempo livre.

Esse discurso que você ouviu lá na pesquisa dos bancários (Castro) eu discordo. Eu não enxerguei aqui essa coisa de... as mulheres..., quando elas se dedicavam aqui foram muito boas. Tivemos aqui... você é um exemplo disso. Quando você quis vir, você veio. E você aprendeu, você fez. Célia Lima, Adonei participavam e contribuía. Teresa Rodamilans, não é? Foram muitas pessoas... (Paulo de Tarso Guedes de Brito, Presidente da Federação dos Urbanitários em 2014).

Diferente desse contexto da Bahia, Paulo de Tarso, desde 2018 alçado a Presidente da Confederação Nacional dos Urbanitários, diz que houve avanço a respeito da presença das mulheres na Região Nordeste, na CUT em particular, ao se adotar a paridade de 50/50. A presença de mulheres dirigentes ampliou-se na ocupação de cargos de poder na hierarquia dos Sindicatos dos Urbanitários.

Paulo de Tarso: – Hoje você tem no Sindicato dos Eletricitários do Ceará, a presidente é uma mulher.

Vanderlay: – Em Pernambuco, a mulher está na direção?

Paulo de Tarso: – Em Pernambuco, a vice-presidente é uma mulher, Madalena. Zilnete é presidenta. Amélia já foi presidente, agora ela foi para a CUT. Amélia era presidente do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas.

Embora as referências dos outros sindicatos do setor sejam de avanço da crescente presença das mulheres, como nos Urbanitários, segundo Paulo de Tarso, o SINERGIA-BA não adota nem o critério da paridade nem o da cota de 30% para mulheres, pois, caso tentasse esse critério de 50/50, não se formaria uma chapa. Entende-se o realismo da sua colocação em relação ao controle exercido pela sua tendência, a Articulação, no domínio da direção do SINERGIA-BA há quase 30 anos. Questionado sobre o número de mulheres nas duas maiores empresas, ele informou que a relação é de 30/70 entre mulheres e homens como empregados e empregadas. Na diretoria plena do SINERGIA-BA, num universo de 24 membros, apenas 04 são mulheres. Na executiva, são duas, uma da base CHESF e outra da base COELBA. Uma jovem diretora da executiva, Julia Margarida, quando lhe indaguei sobre essa lacuna na direção, ela questionou: – “Será que elas estão querendo ocupar essa posição?”

Ainda com relação a essas minorias por si só as maiorias – mulheres negras, empregadas domésticas e professoras –, Carole Pateman (1992) ressalta que as mulheres eram tidas como avessas à participação, como portadoras de apatia política. Isso posto, o que as cotas, a paridade e o “*Mixité*”¹⁶⁰, assim como o sufrágio iriam mudar na vida delas? São questões desconstruídas neste estudo. Pateman (1992) chama atenção para a representatividade dos não excluídos, que representam minorias não incluídas, pois em que medida, dentro desse critério de baixa equidade de gênero, os dirigentes sindicais têm-se esforçado para incluir nas pautas sindicais equidade profissional e de salários?

Retornando à discussão sobre o modo como o fenômeno do machismo não era um comportamento relacionado apenas aos homens, mulheres militantes também se colocavam e se posicionavam ao lado do poder masculino, defendendo a

¹⁶⁰ Nota 14 do artigo de Hélène Le Doaré (2009, p.171) “traduzimos *mixité*, sem equivalente em português, por “coexistência entre os sexos”. A edição espanhola traduziu esse termo por “grupos mixtos”.

capacidade única do masculino de condução do movimento sindical. Assim sendo, algumas mulheres militantes repetiam o discurso e apoiavam propostas do lado dos homens contra o posicionamento de outras mulheres nas assembleias, nas reuniões de base e nos processos eleitorais sindicais, até contra si mesmas.

Saffioti (2009, p.6) insiste em apontar o poder do patriarcado como um sistema de opressão e exploração que subordina as mulheres, afirmando, porém, que: “nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado”. Quanto à postura das mulheres sem opinião própria, vale trazer a perspectiva de Ana Alice Costa (1998), a respeito das mulheres na história, estas são vistas como afeitas à subordinação, à submissão às leis como algo indubitável e autocrático, portanto seu lugar seria justamente do outro lado, de sujeitos que serviam ao poder como força de trabalho, espaço delimitado pela família patriarcal.

A paridade como instrumento de equidade de gênero, aprovada recentemente pela UFEQT/CGT/Paris, torna-se um exemplo do modo de se posicionar das mulheres desse lugar de fala. Segundo Maria José Malheiros, logo após a sua defesa fervorosa da adoção da paridade, até mesmo enfrentando a posição contrária da vontade das mulheres do sindicato, ela foi surpreendida com o argumento contra de algumas dessas mulheres. Muitas delas diziam que, por ser um sindicato com muitos engenheiros e técnicos homens, a igualdade de espaço para homens e mulheres, por meio da paridade, poderia tirar a possibilidade de os homens militantes bons estarem participando. Mesmo assim, a paridade foi aprovada. E a sua chapa ganhou a eleição justamente pelo fato de sua composição contemplar a paridade. Lanço a seguinte questão, no sentido contrário: os homens podem representar as mulheres num setor como a educação de perfil feminino?

Retornando o foco para o SINERGIA-BA, mulheres militantes, como refere Jô, tinham perfis distintos, uma vez que era *difícil e duro* escapar ao controle da fala exercido pelos dirigentes do SINERGIA-BA nas assembleias e reuniões de base dirigidas por uma maioria de homens, em relação ao poder de fala e de articulação política, pois o critério de uso dessa fala era, e é, delimitar o tempo de voz de cada militante. Esse poder era exercido sem isenção, com parcialidade e sem neutralidade e, a depender do lugar de fala do sujeito, o critério de 3 minutos era respeitado. Para uma mulher ultrapassar esse tempo, os trabalhadores precisavam impor esse privilégio, quando o assunto era do interesse deles.

Para tentar compreender a complexidade que redimensionou as relações sociais de gênero, raça/etnia e classe social no campo sindical, o ser homem ou ser mulher na militância de base, o que se pode dizer do gênero da militância? O que se diz da participação das mulheres no sindicato? No que diz respeito ao gênero entre o masculino e o feminino, tomem-se como exemplo as narrativas da própria Carmilce e de Jô como indicativos do significado das falas femininas. Carmilce era professora, filiada ao PCdoB, feminista, militante livre, sem posto formal, indicada segundo ela por Marcos Nilton para compor a chapa da ELETROCUT em 1989, elegendo-se para o Conselho Fiscal do mandato 1990/1993: “Eu falava rapidinho, pouco, doida para acabar logo. Porque eu tinha esse lado da timidez [...], mas muita gente assim, eu ficava meio azoada, me perdia”.

Um dos pontos destacáveis da conduta da mulher no sindicato está no enfrentamento de subir ao palanque, do discurso, do microfone, enfim, de buscar coragem para discursar com conteúdo, lógica e argumentos para tentar mudar a opinião de cerca de 500 a 1.000 pessoas. Eletricistas eram hegemônicos nesse espaço até os anos 90. Esses companheiros da COELBA eram cerca de 5.500 no total de quase 10.000 empregados/as, e eram respeitados, pois eles faziam por valer seu voto, votando em bloco. As mulheres eram um número não tão significativo, mas aquelas de luta valiam por 100 homens, como eles próprios, no arrobo das conquistas, declaravam: – “Essa mulher é uma verdadeira Joana D’ Arc.”. Ora, a maioria dos trabalhadores de campo, ocupantes de postos manuais, eram negros, sendo visível sua cor nas fotos, e, nas grandes assembleias, mas raramente eles se pronunciavam. A voz desses homens eram as mulheres. Dentre essas mulheres militantes de base, Jocelina Regina, a Jô, sempre que estava presente nas assembleias mais difíceis e decisivas, tinha como estratégia, até corajosa, solicitar uma questão de ordem, a título de esclarecimento. Esse gesto de suspensão das mãos de forma vertical e horizontal, encaminhando uma pergunta à mesa diretiva, interrompendo a fala do sujeito, era justamente uma pergunta que, na linguagem sindical, se constituía em questão problematizadora. Ao ser encaminhada, a questão de ordem era considerada deveras inoportuna, pois o/a expositor/a já estava defendendo a proposta da maioria da direção do sindicato, muitas vezes já aprovada pelo Comando de Greve e negociada com a direção das empresas:

Quando eu fiz a primeira intervenção foi lá no auditório do SINERGIA [...]. Eles não me deixavam falar, mas só que eu gritava, eu falava. Cortavam. E não davam direito de eu falar, não davam. Então eles foram observando que teve um momento até que a própria plateia pedia: “*Não, deixa ela falar, de hoje que ela está pedindo, pedindo, pedindo...*”. E não deixavam. Você tentava orientar, você tentava deixar. Era zoada, eram pessoas levantando-se. Como eu tinha um timbre de vozzzzz... Eu falava e defendia os meus ideais. (Jocelina Regina, (Jô), eletrotécnica, militante de base, representante da ATEC/Alagoinhas, Bahia), suplente de Delegada sindical, mandato 1987-1990).

Era realmente, na linguagem proferida por Jô, “pura zoeira”, burburinho e agitação. Aquela geração de homens e mulheres lutava acreditando na utopia da igualdade de oportunidades e reconhecimento, defendendo o desenvolvimento das empresas COELBA e CHESF, para que fossem mais eficientes como empresas públicas, prestadoras de serviços essenciais à população baiana. Lutavam por um SINERGIA-BA unificado, a equidade de tratamento profissional e o mesmo direito dispensado entre empregados/as do setor operacional, tanto da Capital como do Interior.

No caso francês, chama atenção a maneira como as mulheres sindicalistas têm-se valido da lei para romper essa perpétua opressão e dominação de um gênero sobre o outro na sociedade, do poder desigual do masculino em detrimento do feminino. As categorias de análise trazidas possibilitaram, neste estudo, revelar essas dimensões de gênero, raça/etnia e classe social impactantes nas relações interprofissionais, nas relações intraclasse, e, também, confrontar o ser homem e ser mulher modelado pela divisão sexual do trabalho, no desempenho profissional, na militância sindical, no contexto do capitalismo internacional, em duas Confederações mais importantes, a CFDT e a CGT, em Paris. Dando um passo à frente, coloco a experiência de Dominique Marchal, Secretária da CFDT, no Sindicato da Educação, que fala, assim como Maria José Malheiros do Sindicato de Quadros da CGT, da posição ocupada no sindicato, um lugar na hierarquia sindical:

Quando eu alcei aquele posto de trabalho como Secretária Geral, eu era a única mulher. Eu tinha que falar com os metalúrgicos, tinha que falar com o proletariado. Eles olhavam para mim e não davam muito crédito. Eu era uma mulher. Então, na minha posição era muito difícil. Eu tinha que me posicionar com *virilidade*. Eu gosto do termo, “virilmente”, com virilidade. Eu tinha que ser um pouco homem para poder, não é? (Dominique Marchal, branca, professora de crianças

11 a 14 anos, Secretária da FEN¹⁶¹, Secretária Confederal Nacional da CFDT).

Durante a entrevista com Dominique Marchal, estranhei o uso por ela do termo *virilidade*, tido como algo não apropriado ao feminino. Indaguei à sindicalista se ser viril não seria uma característica apropriada ao comportamento tanto dos homens como das mulheres. A minha contestação como feminista negra não foi recebida por esta feminista/sindicalista sem agravo. Marchal explicou-me o significado dado por ela ao termo virilidade. Para ela, virilidade é um elemento de construção do masculino diante do mito de as mulheres não serem aceitas, em princípio, pelo proletariado, representado pelo macho viril.

Neste sentido emprestado pela feminista/sindicalista ao termo virilidade, as mulheres, ao serem vistas como “frágeis”, não seriam cabíveis na direção das lutas. A meu ver, dirigir não é apenas mobilizar, dirigir é conduzir, é dar comando ao movimento dos/as trabalhadores/as em sua maioria. Por conseguinte, seriam impróprias as características do ser mulher, do seu sexo, sendo inadequada a *performance* do feminino de fala suave, de gentileza, de submissão às ordens dominantes numa sociedade de classes, principalmente em um país como o Brasil, cujo racismo, sexismo e patriarcalismo estão entranhados na espinha dorsal da sociedade.

Normal esse estranhamento vindo de uma militante sindical negra brasileira, hoje pesquisadora situada, no passado acostumada a falar para grandes assembleias de maioria masculina. Sabe-se que a categoria a que Dominique Marchal se refere, os metalúrgicos, são detentores de *status* como categoria operária, sendo até mais bem assalariados, mais bem remunerados, porque estão na linha direta de produção. Registra-se essa diferença com a eleição, no Brasil, do primeiro Presidente operário, oriundo dessa categoria.

Imaginar que as mulheres dependiam, para ter voz na empresa, da intermediação da diretoria do SINERGIA-BA significa que a mulher não conseguiu manter os avanços que teve no século passado. Há de se convir que, depois da privatização, a COELBA colocou em prática, de forma mais acelerada, a reestruturação flexível, extinguindo vários grupos profissionais como o quadro de assistentes sociais, de eletricitas, de operadores de subestações, de leituristas

¹⁶¹ Fédération de l'Éducation Nationale (França).

entre outros, e com a omissão do SINERGIA-BA. Apenas nos acordos constava a não demissão por extinção de setores, no entanto a pressão sobre os/as empregados/as era constante, e logo depois vinham as demissões, programa de demissão voluntária, punição, inquéritos.

Desconheço se o SINERGIA-BA conduzira questões específicas das desigualdades profissionais e salariais entre homens e mulheres do mesmo grupo profissional nas empresas COELBA e CHESF. Ao examinar os Acordos Coletivos de Trabalho da CHESF¹⁶², verifiquei que uma das cláusulas garantia a estabilidade às empregadas gestantes quando do retorno da licença-maternidade, assegurando apenas o benefício previsto na Constituição de extensão da licença amamentação. Essa cláusula do acordo significa demissão pós-licença gestação. Nesse aspecto, ficam evidentes as reflexões de Jeannete Monteiro de que havia um tratamento diferenciado da parte da COELBA em relação às mulheres como profissionais, inclusive até hoje como assinala a entrevistada: “Se você olhar para o corpo gerencial da COELBA, é homem”.

Na verdade, o departamento que eu trabalhei[...] dei sorte e dei azar. Porque tinha os melhores engenheiros da COELBA. Então, eu dei sorte porque eu aprendi muito com eles. Hoje, eu sou uma profissional que a COELBA respeita. Eu aprendi muito com eles. Mas, em compensação, eu não tinha ascensão profissional porque a prioridade eram eles, não é? Mas eu nunca quis ser chefe na COELBA. Eu sempre quis ser boa profissional. Sempre quis ser reconhecida pelos meus colegas. Não é? E isso eu consegui. Eu sou uma referência profissional. (Jeannette, negra, eletrotécnica, hoje administradora de empresa, militante livre).

Tomando a experiência da CFDT, ilustro o exercício da militância sindical de uma trabalhadora em um sindicato francês, sem prática anterior no movimento social. Trata-se da Secretária Confederal Chantal Ricard¹⁶³, que estreou sua trajetória como Delegada Sindical em 1991, no Setor Familiar e de Saúde. De início, teve acesso a um sindicato interprofissional, integrando-se à área de saúde social, onde atuou com outros membros eleitos que vinham da área hospitalar, de casas de repouso e educadores, entre outros.

¹⁶² Garantia de emprego provisório à gestante, confirmada gravidez até 90 dias após a cessação da licença-maternidade, ressalvados os casos de rescisão contratual por justa causa, iniciativa da empregada (pedido de demissão) acordo bilateral. Nulidades das duas últimas se ocorrerem sem a presença do sindicato.

¹⁶³ O papel da “trabalhadora/agente familiar” era ir até as famílias, ajudá-las por ocasião de um nascimento, de uma doença, de problemas sociais. Ela cuidava de toda a família.

Progressivamente, após a eleição para tal posto, Ricard foi orientada a participar de um treinamento para compreender, tomar conhecimento dos projetos, responsabilidades e princípios defendidos pela CFDT. Em seguida, Ricard fez outro treinamento para conhecer e assumir o papel de uma representante no Conselho da Empresa, onde também atuava como militante.

É fácil falar da minha trajetória porque estou bem. Acredito que o sindicato me trouxe muitas coisas boas. É fácil falar a respeito. Foi o sindicato que me ensinou a ser crítica, foi o sindicato que me ensinou a me apresentar diante de trezentas pessoas – coisa que jamais imaginei –, foi o sindicato que me ensinou, que me deu a oportunidade de conhecer muitas pessoas – o que também jamais pensei. Sou muito grata pelo que esta trajetória me proporcionou. Nunca tive problemas com os dirigentes do sindicato porque não os encaro como dirigentes superiores, mas sim como companheiros. E mantive minha forma franca de falar, então, me sinto livre para dizer o que quero. Respeito o papel de cada um, me satisfaço com as decisões tomadas, mas, antes da decisão, sinto-me livre para dizer se estou ou não de acordo, apresento subsídios. Pouco me importa a hierarquia, são militantes responsáveis como eu e não me sinto cerceada. (Chantal Richard, Secretária Confederal da CFDT, começou como Delegada Sindical).¹⁶⁴

De outro lado, a França, como um país do capitalismo central, de origem colonizadora, traz elementos importantes para fins de análise em relação à militância sindical feminina, ou até feminista. É preciso lembrar que a CFDT se constitui como uma Confederação propositiva, passando, a partir dos anos 80, a defender a “mundialização liberal”, a exemplo da reforma da seguridade social. no período 1982-1992. Nicole Notat, primeira Secretaria Geral da CFDT parece que apoiou a flexibilização das relações de trabalho e liderou o boicote à greve geral de 1995, (TRÓPIA, 2009), em contraponto às ações da CGT, como mencionou Maria José Malheiros. Segundo estudos de Guillaume e Pochic (2009), a presença das mulheres na hierarquia sindical na CFDT e em outras centrais francesas foi incentivada com o propósito de aumentar o número de filiados à Confederação. Em outros tempos, o motivo era enfrentar o avanço do comunismo, criando sindicatos de mulheres, vinculados à Igreja Católica, representados na figura da CFTC.

¹⁶⁴ Neste posto, tem sido responsável pela área de inserção, pobreza e desemprego. Sua atividade consiste em trabalhar com o setor associativo, principalmente com agentes do desemprego para fazer avançar os direitos dos desempregados, nas empresas e junto à militância da CFDT para tentar fazer com que as pessoas mais pobres, sem qualificação ou com problemas na vida (um divórcio, uma doença) sejam reintegradas, reabilitadas e tenham também acesso a um trabalho digno.

Um aspecto precisa ser registrado no sindicalismo francês, díspar do sindicalismo brasileiro. Trata-se do pluralismo sindical. A proliferação de sindicatos na mesma base territorial das empresas e categorias profissionais tem provocado a pulverização sindical, dificultando a negociação com os empregadores para a realização de bons acordos, como argumenta Didier Blain:

Didier Blain – [...] a consequência é que os sindicatos não conseguem entrar em acordo. Um vai firmar o acordo separado. E nessa época, o acordo era validado por só um sindicato. Era muito fácil. Agora é um pouco diferente porque temos uma lei representativa que diz que uma organização, mais ou menos, sindical para ser representativa tem que fazer mais de 10% dos trabalhadores da empresa [...] do mesmo ramo profissional, no nível interprofissional. [...]o acordo para ser validado tem que ter mais de 30%. [...] isso faz uma obrigação para os sindicatos de serem mais fortes. Essa é a lei.

Vanderlay – Isso enfraqueceu, não é? Essa forma do sindicato concluir o acordo separado?

Didier Blain – Simmm. [...] isso faz com que os pequenos sindicatos[...] algumas vezes... tinha um sindicato que representava ninguém. Só uma pessoa, duas pessoas, e podiam firmar acordo para uma empresa de 50 mil. Você pode imaginar. Então isso não é mais possível. Acho que em 2008, essa lei mudou. A primeira nova representatividade começou em 2013. E na história, a CGT era muito mais forte que todos os outros. A CFDT era a segunda em representatividade.

O avanço das mulheres no mundo do trabalho na França, assim como em nosso país, aconteceu, mas em confronto com a concepção da divisão sexual do trabalho, que separa a força de trabalho de homens e mulheres, moldada nas características biológicas e culturais do sexo. As mulheres, ao romperem com essa estrutura do mercado de trabalho, forçam a abertura para sua entrada no sindicalismo, embora isso venha a acontecer no tradicional modelo dominante, do trabalhador masculino, como bem ilustra Rogerat e Zilberberg-Rocquard (2009). Para isso, pode-se afirmar que há um movimento de aproximação e estranhamento entre o movimento feminista e o sindicalismo na França. Essas autoras dizem que a maioria dos estudos sobre sindicalismo deixa ocultas as relações de gênero fora das lógicas econômicas, sociais e políticas. O próprio movimento sindical, segundo elas, pouca atenção tem dado a essa perspectiva, embora, como se verifica neste estudo, o debate sobre as mulheres no sindicato não ocorreu de forma pacífica, ensejando

os conflitos entre dirigentes sindicais homens e mulheres. Essa aproximação entre feminismo e sindicalismo é vista como mais complexa do que no passado, pois as novas modalidades possibilitaram o ingresso das mulheres através do sistema de cotas, paridade e “*Mixité*” reivindicada pela CFDT em 1970 e, posteriormente, pela CGT em 1977 (ROGERAT; ZILBERBERG-ROCQUARD, 2009; GUILLAUME; POCHIC 2013). Segundo Didier Blain, a CES – Confederação Europeia de Sindicatos consegue a aprovação de uma lei sobre igualdade de gênero e igualdade profissional:

Tinha uma resolução [sic] para que tivesse uma igualdade de gênero na hierarquia da CES. Foi... tinha uma maioria, causa que todos os sindicatos da Europa votaram para essa resolução. A exceção do sindicato polonês, que se chama Solidarnosc¹⁶⁵. Que era, nos anos antigos, um grande amigo da CFDT, que a CFDT ajudou muito na época da...

Estudos sobre sindicalismo numa perspectiva de gênero, das autoras já mencionadas, vão iluminar a atuação sindical, as lutas específicas das mulheres como, por exemplo, as oportunidades no caso de contratação, pois se verifica que hoje existe um contingente feminino de força de trabalho não absorvido pelas empresas. No caso da CHESF, ao se olhar a empresa a partir de uma perspectiva de gênero, vê-se que houve avanços consideráveis na década atual com a criação do Comitê de Gênero e Raça, responsável pelos dados demográficos contemplando variáveis identitárias do seu quadro de pessoal, situação impossível no século passado. No entanto, este estudo mostra que as diferenças e desigualdades estão dentro e fora do campo sindical e dentro das práticas antidemocráticas da sociedade, que não se dá conta das intersecções que atravessam o gênero, a raça/etnia, a classe social e outros marcadores sociais.

No geral, as mulheres não eram escutadas pela direção do SINERGIA-BA, mas possuíam micropoderes, e o poder das mulheres estava na base eletricitária, sem cujo apoio não se conseguia nada. Na diretoria executiva, era diferente, pois

¹⁶⁵ Sindicato autônomo Solidariedade, fundado em 17 de setembro de 1970, em Gdansk, na Polônia. Didier Blain – [...]se chama Solidarnosc. Era o sindicato de Lech Walesa, o primeiro presidente da Polônia depois do comunismo. E esse é muito católico, esse sindicato é muito católico e votou contra essa resolução da paridade, nos sindicatos”.

aprovava quase tudo encaminhado por mulheres, se não fosse assunto de interesse das forças políticas.

Segundo Mariano Fandos, Secretário Confederal da CFDT nos anos 80, as mulheres como militantes não tinham representação na estrutura dos sindicatos, faziam o trabalho como militantes livres:

Na França, os sindicatos que se consideram como representativos, têm o direito de nomear em cada empresa 1 delegado sindical. Agora a lei mudou um pouco, este delegado sindical tem que ter pelo menos um mínimo de votos nas eleições. Antes não era assim, podia ser indicado como delegado sindical.

No SINERGIA-BA, durante as greves, havia insatisfação por parte de alguns militantes de base, porque, como coordenadora dos grupos na greve de 1988 da COELBA, designei uma maioria de mulheres para compor a Comissão de Mobilização. No entanto, esse trabalho de mobilização exigia que as militantes transitassem por várias áreas da empresa e também, antes da assembleia, fossem para os bares da Sete Portas captar as informações e contrainformações a respeito da greve. O problema era a moral da época, a maioria das mulheres não ingeria bebidas alcoólicas em bares, como entabular, então, conversas em bares lotados de homens? Era complexo. Contudo, como negociadora, presa à mesa de negociações, precisava de informações, pois as rodadas eram prolongadas e muitas vezes chegávamos à sede do SINERGIA-BA no horário da assembleia e ainda tínhamos reunião do comando de greve com o objetivo de nivelar o discurso. Assim, ao chegar à sede do sindicato, as informações eram repassadas pela militância tanto masculina como feminina.

Como militantes de base, as mulheres relativamente não eram numerosas, mas havia muita disposição para o trabalho militante, principalmente pelo poder de mobilização, no seu empenho para a realização de atividades específicas como distribuição de jornais, boletins, organização de comissões de greves, contatos com delegados/as sindicais que trabalhavam no campo, trabalho da CIPA, piquetes, realização de pesquisas de sondagens sobre a pauta social, etc. As mulheres militantes sabiam fazer a diferença em relação ao empenho, à dedicação e ao espírito de luta, características não tão visíveis no militante de base masculino. A cultura sindical ainda é baseada nas características do masculino, e o trabalho era realmente árduo, exigindo das mulheres tempo livre, horário para reuniões pós-

jornada de trabalho, enfrentar a localização do SINERGIA-BA, o tipo das reuniões de falas delongadas, o uso da linguagem no estilo do jargão sindical, as críticas machistas e misóginas. Além disso, os companheiros eram estressados, sempre à beira da histeria quando contrariados. No entanto, confrontar essa cultura do macho o desestabiliza, como observa Maria Cristina Brito, pois, segundo essa dirigente, a mulher tem mais iniciativa e se volta para o trabalho nas bases, e os companheiros buscam alcançá-la. Esse modo de conduzir o trabalho sindical sem disciplina, em horário e jornada de trabalho flexíveis, predominava naquela época e ainda hoje. É preciso registrar que existem companheiros que participam, trabalham, outros, porém, os “iluminados”, dizem que “fazem política”.

As mulheres como filiadas e militantes só chegaram aos postos de tomada de decisão depois do novo sindicalismo, a partir de 1984, mesmo assim para dar opinião (“pitacos”) na elaboração da pauta social, em questões mais específicas das condições de trabalho das mulheres.

Pelas narrativas das militantes sindicais do SINERGIA-BA, naquela época, as mulheres exerciam a militância de base com muito fervor, empenho e coragem, o que não era aceito por alguns dirigentes sindicais que se impunham na hierarquia sindical em relação ao modo como as mulheres se mostravam: resolutas, não aceitavam nenhuma imposição e iam para o embate no microfone, faziam objeções às falas desses diretores, mostrando as consequências prejudiciais de determinadas propostas, como já assinalado por Jocelina Regina, Maria Helena, Tereza Rodamilans, Clélia, Carmilce, Maria Antônia, entre outras.,

Na CFDT, as mulheres passaram a ser apelidadas de “Madame Cota” pelos companheiros, como se tivessem usurpado um lugar que não lhes cabia, que não era seu. Nicole Notat, Secretária Geral Confederal, propôs ao Congresso uma legislação sobre as cotas obrigatórias em todas as instâncias sindicais.

Em 1983, uma mulher tornou-se Secretária Geral (CFDT). Ela se chama Nicole Notat. Isso é muito importante. Nicole Notat tornou-se chefe da CFDT. Foi a primeira vez que uma mulher atingiu esta posição e esta mulher ajudou muito as mulheres a tomarem seus lugares no sindicato. (Evelyne Pichenot, professora, Secretária Geral Confederal, CFDT).

Segundo Evelyne Pichenot, na época, havia duas teorias: uma dizia que era preciso introduzir a paridade entre homens e mulheres pouco a pouco; e outra que

dizia que as mulheres já haviam esperado demais. A título de exemplo, a Ex-Comissária da União Europeia, Monica Wulf Mathies, representando os sindicatos alemães de transporte público, assim se dirigiu a mim no encerramento da sua entrevista: “Minha querida, não se sinta inferior por você estar fazendo um doutorado pelo sistema de cota. Este lugar é seu por direito, apenas a sociedade lhe negou este lugar”. Essa observação foi a mim dirigida, segundo a intérprete Eva Neuroth, pelo fato de ela estar diante de uma mulher negra da América Latina, brasileira, de um país que manteve por longo tempo a escravidão e de viés pós-colonialista. No olhar dela, só me seria possível estar neste lugar via política afirmativa, visão com a qual concordo plenamente, pois sempre tive de romper os grilhões do racismo, do sexismo e das relações patriarcais.

Como já mencionado neste descrito, neste coletivo que faz a militância no cotidiano, estavam inseridas/os aquelas/es militantes que têm vínculos com as várias tendências e correntes políticas do movimento sindical e dos partidos políticos de esquerda. No conjunto, existem os grupos organizados com larga plataforma política dos partidos, no particular do PT, e outros grupos minoritários como o PCdo B, o PCB e o PDT.

Fora do período eleitoral, esses grupos faziam alianças na condução das lutas e havia divergências que os conduziam à disputa de propostas como a Unidade Sindical¹⁶⁶. Muitas vezes, as propostas, aos olhos da categoria, pareciam incoerentes, apenas para “queda de braço”, na demonstração clara da “disputa pela disputa”. Nesse aspecto, militantes de base que não tinham vínculo algum com as tendências e correntes, consideravam que a prejudicada, no final da campanha, era a categoria eletricitária, pois diretores filiados aos partidos políticos não defendiam o interesse primeiro dos trabalhadores.

É nesse contexto que as mulheres tentaram “arrombar” a porta da frente, não aceitaram permanecer apenas na cozinha, pretendendo chegar à sala, ao auditório e até apresentar propostas, enfim, serem escutadas e propositoras de rumos para a categoria eletricitária.

A narrativa de Marcos Nilton confirma que há um vínculo partidário, porém, essa medida não é tomada de modo tão automático. No início do sindicalismo

¹⁶⁶ A Unidade Sindical se constituía na proposta de um sindicato único por categoria ocupacional, com base territorial como impunha a CLT.

renovado nos anos 80, existiu a necessidade de apoio logístico da militância dos partidos de esquerda.

No processo eleitoral, a gente tinha que ter mesário [...], fiscal. E quem é que a gente teria? Nisso, eu vim procurar o pessoal do PC do B, aquele pessoal que na época me convidou e que eram meus amigos. Olival, que estudou comigo no Marista, entramos juntos em Elétrica. Ele era do PC do B. Meus irmãos eram do PC do B. E eu fui atrás desse pessoal, (eles) foram os mesários. Foram fundamentais no processo. E nisso surgiu uma matéria da *Veja* (Revista), logo após a eleição, falando que o Sindicato dos Eletricitários da Bahia tinha sido ganho pelo PC do B. Aí foi uma grita, uma grita! Me pressionaram, perguntando o que eu tinha a ver com isso. Aí eu disse: “Não, eu não sou do PC do B. As pessoas que eu chamei são as pessoas que nos ajudaram nesse processo, mas não sou. O PT, inclusive, veio me chamar, pressionar, querendo que eu participasse. (Marcos Nilton, Eng. Elétrico, Vice-presidente do SINERGIA-BA, 1981/1984)

A presença, pela primeira vez, de duas mulheres naquela época, uma na diretoria executiva do SINERGIA-BA e outra eleita para a diretoria administrativa da COELBA, incomodou a elite da COELBA e a esquerda na direção do SINERGIA-BA. Esse novo processo embrionário, lançado na perspectiva de igualdade de gênero em 1987, possibilitou até a criação do Grupo Mulher COELBA, e o Grupo Mulher Urbanitária no plano nacional da Federação dos Urbanitários.

Tereza Cristina: – E aí acontece, eu lembro que eu fiquei sem entender como era que a gente tinha lutado tanto, tanto, colocou uma mulher [...] quer dizer, na verdade não foi a mim, mas eu como mulher, eu senti isso. E, ao mesmo tempo, passou a ter uma forma de modificar aquilo, através de [...] fazendo complôs, sabotagens, para inviabilizar o exercício do mandato daquela pessoa eleita, que era uma mulher, a mulher eleita.

Vanderlay Reina: – Mas isso tudo você vê como o quê?

Tereza Cristina: – Por que essa sabotagem toda? Era política, ou era por questão de ser mulher? Era questão de gênero? Olhe, eu vou dizer, viu, eu acho que começa mesmo pelo gênero e pela questão política.

Do Grupo Mulher COELBA, participavam: Clélia Bispo, Vanderlay Reina, Tereza Cristina, Luiz Carlos Paixão, Zilson Santana, Antônio Reis, Hamilton, Edilson, Maria Antônia Mendes, Luizinete, Maria de Lourdes Araújo, Guilhermina, Maria Luiza Aguiar, Rodrigo Veloso, Eulina Jezler, Carmilce Carneiro, Marizanda Souza,

Jadinilza Cavalcanti, Everaldo Silva, Iracema Sampaio, Leda Peixoto, Telma Cristina Lima, Irangá Iglesias, Maria de Lourdes Bastos, Maria Conceição de Santana, entre outras mulheres anônimas.

Apesar de não receber apoio da diretoria do SINERGIA-BA, esse Grupo Mulher fazia reivindicações específicas do feminino, propondo, na pauta de negociação, que o auxílio Creche¹⁶⁷ fosse estendido aos trabalhadores, sem diferença de gênero e classe, porém a mulher recebia proporcionalmente a depender da idade da criança. Esse grupo não fazia oposição ao SINERGIA-BA, no entanto era um “mote” para exercício da militância sem estar amarrada à “corda curta” da hierarquia sindical. Defendia, em particular, o direito de participação das mulheres, realizava reuniões no espaço do SINERGIA-BA, era composto de um número significativo de mulheres e de pouquíssimos homens. Desse grupo, participavam militantes independentes, de partidos como PCdoB, PDT, PSB e simpatizantes. Apesar de existirem, nas relações com a militância sindical, algumas articulações com a tendência da CUT pela Base, as mulheres dessa tendência não participavam das reuniões, porém, quando um evento acontecia, elas participavam, pois ficar de fora significava estar a favor da dominação masculina, e entendo que, quando um projeto político está obtendo resultados, poucos querem se omitir.

As mulheres eram ‘arrojadas”, não acatavam os limites impostos pelos partidos, reivindicaram a participação nos grupos temáticos da Constituinte de 1988, pois apenas os homens se intitularam delegados. As mulheres não aceitaram e exigiram, da direção do SINERGIA-BA, recursos para organizar um grupo de Mulheres Urbanitárias e foram participar no Congresso Nacional em 1988, em Brasília. Nós, juntamente com as Mulheres chamadas de Boias-Frias, fomos empurradas pela segurança, mas entramos e nossas propostas foram apresentadas nos Grupos Temáticos. Os homens participaram da Constituinte via seus partidos políticos.

Uma das questões inovadoras apresentadas no II Congresso dos Eletricários, em 1988, pelas militantes de base membros do Grupo Mulher, foi a defesa da reforma agrária, além das bandeiras das lutas gerais e específicas do negro e da mulher brasileira. Como reivindicação da mulher eletricitária, pedia-se a aprovação

¹⁶⁷ O auxílio creche já existia na CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais, contudo a sua extensão aos homens, para beneficiar as mulheres no espaço doméstico foi concedido pela primeira vez na COELBA.

do Departamento Feminino no SINERGIA-BA, inclusive ressaltando que a iniciativa colocava o sindicato na vanguarda na Bahia em relação à luta das mulheres (II CONGRESSO dos Eletricitários da Bahia, 1988).

As teses aprovadas neste II Congresso não foram implementadas pela diretoria do mandato 1990/1993, já que as teses desses dirigentes sindicais foram derrotadas no referido congresso, pois iam de encontro às teses dos diretores e militantes contrários. Com a vitória eleitoral da Chapa 1, esta realizou o III Congresso em 1992, aprovando um novo Estatuto, acatando novas medidas de ação: não ao sistema de Cotas e de criação de um Departamento Feminino. Aliás, durante a sua trajetória, dos anos 90 até a primeira década do século XX, o SINERGIA-BA modificou o Estatuto a depender do surgimento de qualquer grupo que viesse ameaçar a hegemonia iniciada em 1990. Hoje, não existe mais a proposta de proporcionalidade, conforme informações de Maria Cristina Brito.

Verifica-se que os diretores e delegados sindicais nas suas teses referem-se ao Grupo Mulher com a alcunha de pertencimento à CGT. De fato, apenas um diretor do SINERGIA-BA era do PCB e jamais nos repassou qualquer proposta ou posição que fosse de encontro aos princípios e decisões dos Congressos da CUT, e de mobilizar em todas as greves gerais orientadas pela Central, uma vez que naquela conjuntura dos anos 80 e 90, as bandeiras defendidas pela CUT eram um consenso no seio da militância de base e da categoria eletricitária. O dissenso ocorria nas correntes cutistas em busca de hegemonia na conquista de espaço na direção do SINERGIA-BA.

Percebe-se que não havia a “Sororidade feminista” e nem feminina entre as mulheres do movimento sindical, pois claramente nos ignoravam na direção do SINERGIA-BA e não possibilitavam a nossa inclusão no movimento intersindical. Chamava atenção, porém, a nossa presença, pois chegávamos em grupo e não íamos aos eventos com um número menor que 10 mulheres. Nessas reuniões, o comando era mais de Carmilce Carneiro, pelo seu vínculo com o PCdoB, que sempre nos informava a agenda feminista nos sindicatos da Bahia e, posteriormente, Jocelina foi nossa representante no grupo Mulher Urbanitária.

A frequência de mulheres no espaço do SINERGIA-BA, naquela conjuntura do final dos anos 70 e metade dos anos 80, tanto na Capital como no interior, era muito pouca, estando mais presentes as engenheiras elétricas, assistentes sociais, técnicas administrativas e eletrotécnicas,

No entanto, elas aceitavam minhas coordenadas. Dessas mulheres, algumas insistiram na reivindicação pela cozinha: Jeanette, Maria Helena, Marise.

Eu participei de todas as greves. Inclusive teve uma greve de trinta e tantos dias, de trinta e um dias, onde eu fiz parte do...ficava na cozinha fazendo comida, foi um sofrimento muito grande, porque nós tínhamos medo. Mas nós tínhamos medo, mas, acima de tudo, nós tínhamos vontade de vencer. Era eu, Jaciara, Mauricio...pessoas que acreditavam no movimento. E em nenhum momento nós ficamos com medo de perder o emprego, porque nós sabíamos que o sindicato negociaria, naquele momento, o nosso emprego. E eu ainda fui muito mais ousada do que as demais, porque o diretor da COELBA, olhando para mim disse: “Que se nós participássemos da greve que podíamos nos considerar desempregadas.”. Eu o achei tão audacioso, que eu peguei a minha bolsa, tranquei a minha gaveta e fui embora. Começou a greve aí, todo mundo levantou, foi atrás de mim, e ele ficou sozinho olhando. Esqueci o [nome]... aquele diretor dos olhos verdes. Um dos olhos verdes. (Maria Helena, militante de base, sem mandato, eletrotécnica).

Diferente das demais mulheres Maria Antônia Mendes, durante a greve, conduzia um grupo de teatro, poesia e composição de musicais com o tema da campanha. Evidente que Maria Antônia e outros/as militantes eram criticados/as pelos sindicalistas “Puro Sangue” ao considerarem a arte como uma expressão da prática da burguesia para afastar os trabalhadores e trabalhadoras do foco da luta. Na realidade, fora do horário das assembleias nada era programado, apenas os homens faziam uso dos jogos de cartas, dominó e frequência aos bares da Sete Portas:

Eu sei o seguinte, que a greve é um momento difícil porque a gente tem que mobilizar, insuflar todo tempo, mas chega um momento que as lideranças veem que a greve deu o que tinha que dar. Aí como é que você? [...] porque a massa vai. Eu sempre tentei raciocinar junto: “Olha, vamos ver os passos que a gente vai dar?” Mas é aquele processo que você não pode estar. [...] não é um processo muito simples, se fosse você não tinha o embate. O seu outro lado estava vendo claramente onde é que ia acabar. Então, esse é o processo. (Marcos Nilton, dirigente sindical, filiado ao PCdoB).

As atas de posse dos mandatos correspondentes a essas décadas de 70 a 90 são instrumentos da visibilidade como testemunhos dessa minoria feminina – apenas uma mulher ocupava cargo diretivo na executiva e na diretoria plena do SINERGIA-BA no primeiro e segundo mandatos da diretoria chamada combativa. No entanto, algumas mulheres já ocupavam postos de delegada sindical, com pouca

atuação ou sem visibilidade, principalmente se elas não tivessem vínculos com os partidos políticos da situação.

Como militante de base, assim como Tereza Rodamilans, fomos eleitas em assembleias ordinárias para realização de atividades específicas. Igualmente, fomos as primeiras mulheres representantes de base a participar das mesas de negociação do ACT, representantes na Comissão Paritária do Plano de Saúde da COELBA e eleitas para o Conselho de Curadores da FAELBA. Nesse período, como militante de base, reuni um grupo para elaboração de uma pesquisa de opinião com o objetivo de levantar sugestões das esposas dos trabalhadores sobre o tipo de assistência médica que queriam para suas famílias. O resultado dessa pesquisa consolidou a elaboração do Projeto de Plano de Saúde da COELBA, cujos dados serviram como um instrumento de convencimento dos outros dois representantes da empresa. Desse modo, acompanhamos a implantação durante dois anos e que perdurou por mais de 15 anos. Os trabalhadores, a chamada “peãozada”, expressavam o grau de confiança e a certeza da competência das mulheres, elegendo-as para representá-los.

Eu acho, que na verdade assim, o fato de a gente ser mulher deu a gente uma credibilidade maior do que os homens tinham. Os próprios homens não gostam de acreditar neles. Eles sabem o quanto eles mentem. (Tereza Rodamilans, Engenheira Eletricista, Gestora, Militante de Base Eleita).

A escolha de militantes não eleitos/as para o comando de greve pela maioria dos/as participantes utilizava o critério de indicação dos diretores, cuja decisão certamente passava pelo aval não tão explícito das correntes da CUT: corrente da Articulação e CUT pela Base. A sala do Comando de greve ficava como se fosse “sardinha em lata”, havia um número significativo de mulheres, como apontou Carmilce.

De minha parte, antes de ocupar a direção do SINERGIA-BA, jamais fui convidada para participar do Comando de Greve e das chapas majoritárias. Minha postura era de independência, inclusive em relação a meu companheiro, que era do PCB, e da executiva do SINERGIA-BA desde 1984. Daqueles que participavam do comando, os nomes eram “guardados a sete chaves”, sempre havia seguranças – eletricitas/operadores – guardando a porta da reunião. A partir de 1987, findou-se essa prática, a qual sempre abominei.

Durante a greve que durou 31 dias na COELBA, deflagrada antes do encerramento da data base, em 18 de outubro de 1988, a mais longa da história da COELBA e do SINERGIA-BA nos anos 80, percebi pela primeira vez que nem sempre o poder é exercido e legitimado através do voto, da aclamação em assembleia, isto é, da tomada de decisão nos fóruns deliberativos, sob o crivo de legitimação da representatividade. Há no sindicato, como em qualquer instituição social, algo que encobre os fatos, uma história oculta, tipo o “segredo de famílias”, o *dito pelo não dito*.

A partir da experiência, tanto individual como do coletivo, passei a compreender como são constituídas as possíveis relações sociais no sindicato, as hierarquias de gênero e classe, a oculta discriminação de raça, além da obediência e, na realidade, quem detém autoridade na tomada de decisão no comando de greve. Percebi que existe o Militante de Base Oculto, o chamado “Capa Preta” – representante do partido majoritário na direção do SINERGIA-BA. Esse militante oculto não necessitava prestar serviço e se expor ao aval de um coletivo no sindicato. As mulheres presentes no comando estavam ali sob as ordens desse líder informal, de poder formal.

O silêncio significava uma tessitura de mal-entendidos, uma rede de intenções, de números fictícios e de estratégias para atender a uma realidade social que foi negada e omitida da militância de base.

Observei, durante o meu mandato no SINERGIA-BA, essa diferença entre militantes. No coletivo dos/as militantes de base, existiam diferenças complexas, não explícitas, por sinal encobertas. Na maioria das vezes, posicionei-me, por assim dizer, similarmente ao psicanalista, usando da mudez como uma estratégia de fala e de escuta, ouvindo esses homens, escutando cada fala deles, traduzindo a linguagem em cada símbolo, decifrando o normativo, as instituições e, principalmente, perguntando: Quem é o “Capa preta” institucional que detém o poder informal, sem deixar ver sua face oculta? Esse emaranhado de situações pouco revela a tessitura das dimensões de gênero, raça/etnia e classe as estratégias de

interseção das relações de poder na esfera do SINERGIA-BA. Para as militantes de base, no desenrolar do seu ativismo, urge decifrar o sujeito que detém o poder informal no lugar do personagem legítimo para, nos bastidores, arrombar a porta do machismo, do sexismo, pois neste ambiente a sexualidade está representada um sujeito nem sempre tão oculto para a conquista do lugar de fala.

A título de exemplo, anos depois que me afastei do SINERGIA-BA, tive conhecimento, ao contrário de que sempre pensei, de que um grupo de homens, entre apoiadores ou não, da área operacional de manutenção das linhas de distribuição da COELBA, aqueles inocentes eletricitas na minha visão, tinham aberto uma lista com 20 nomes. Qual o propósito dessa lista? Candidatar-se para uma relação afetivo-sexual e, à medida que um conquistasse o intento, poderiam ser incluídos novos nomes no documento. A informação chegou aos meus ouvidos da parte de um eletricitista que, ao me repassar esse fato, em nenhum momento o considerou como algo ‘insidioso’, fora do propósito e até fora da normalidade das relações políticas entre homens e mulheres e nem de crítica machista.

A companheira Sandra Magalhães, na sua entrevista, foi a primeira militante que apontou a “sexualidade” como instrumento de uso do poder em relação às mulheres no sindicato. A opressão de gênero como dimensão da vida social no sindicato ia além das relações de classe social, coextensivamente às mulheres empregadas e em relação às militantes de base.

Com efeito, trazer a análise da trajetória e da experiência das mulheres trabalhadoras no sindicato, adotando as categorias analíticas gênero, raça/etnia e classe possibilita dar significado e empoderamento à categoria “mulher”, por permitir, no bojo da sua história, a apropriação da ideologia patriarcalista e suas diferenças (SAFFIOTI, 2009). Entretanto, esse entendimento foi mais ampliado na perspectiva de Joan Scott (1994).

Nesta perspectiva da abrangência da hierarquia de gênero na representação do masculino como superior, portanto controlador, e objetificador do corpo das mulheres, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa desigualdade salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização no desempenho de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de

sua capacidade profissional. A sexualidade é um símbolo das relações de gênero Scott (1994). Como exemplificação lembro um comentário durante o final de uma greve relâmpago sobre a fala de um nosso companheiro dirigente: “[...] essa greve não foi boa” – diz um diretor aqui do sindicato. [...] uma pessoa então perguntou: Sua resposta é a própria representação do machismo. Por que não foi boa? “Eu não consegui comer ninguém”.

Com relação ainda ao assédio de mulheres no sindicato, a dirigente Maria Cristiana diz que ao tomar conhecimento dessa prática buscou combatê-la:

Maria Cristina – Quando eu ouvi isso, eu comecei a me posicionar, comecei a brigar, interferir. Então, essa parte eu digo que ela está amenizada, mas com um posicionamento muito forte, muito duro! Porque havia por parte de quem trabalhava como mulher, *medo de todos eles*. Eu queria saber, eu queria partir da origem. Quando descobri a origem, eu fui atrás, comecei a trabalhar.

Maria Cristina Brito, Secretária Geral SINERGIA-BA, assinalou como teve de enfrentar o machismo operado também via assédio às mulheres nas relações de trabalho. Ela usa a expressão “bateu de frente” para mostrar a postura que adotou como mulher e dirigente em relação a essa prática no ambiente de trabalho:

Maria Cristina: – [...] eu encontrei aqui quando cheguei, foi o posicionamento das pessoas que trabalham aqui que questionam o sindicato como administração.

Vanderlay: – Como o quê?

Maria Cristina: – Para administrar. E que trabalham no sindicato até hoje.

Vanderlay: – Ah, a equipe do sindicato, as/os trabalhadoras/es.

Maria Cristina: – O que é que eu encontrei? Eu encontrei que havia abusividade por parte do sexo masculino em relação ao sexo feminino, é como se ao trabalhar aqui, a história que eu ouvia era de que “tinha que comer, tinha que comer.” Eu comecei a identificar de onde vinha essa origem e como é que isso perpassava. [...] comecei a me posicionar aqui dentro. Então, esse conflito desapareceu, não vou dizer que 100%, que eu não estou aqui toda hora para ver.

Vanderlay: – [...] Na minha época não vi aqui dentro, não.

Maria Cristina: – Eu identifiquei isso aqui e disse: “Isso aqui está tudo errado”. Quando eu identifiquei de onde partia e como acontecia.

O dirigente sindical, da base CHESF/Paulo Afonso, José Cabral descreve, nas entrelinhas, o viés machista existente na militância sindical: prevalecia mais, na

adesão sindical, a afinidade entre pares e o vínculo político entre os militantes e os dirigentes sindicais, apontando o tratamento especial reservado aos homens, em consequência das relações de gênero entre afins. A adesão sindical para assumir responsabilidades é um processo comum, é evidente que o homem é mais aceito, talvez por ser menos complicado em decorrência do jogo, das estratégias que possibilitam o trabalho fora do horário, o ser solteiro, ser jovem, ter afinidade profissional e vínculo partidário. No caso, eles eram convidados para exercer um papel, uma função e um posto na estrutura sindical. Usando a metáfora da força de trabalho, parece expressar o vínculo entre o ferreiro e a corrente. O fogo e a força do homem não constituem um simples elo, pois funcionam como uma corrente, um elo por dentro do outro, criando laços de solidariedade política entre eles. Na imbricação desses elos, qual o lugar de fala do sujeito feminino e masculino? Ou seja, quando se trata de minorias como mulheres, dos/as sem partido, do militante tarefeiro e demais filiados, sujeitos sem *status* na empresa, como ocupar um lugar na hierarquia do SINERGIA-BA?

Marise, eletrotécnica, foi presidente da CIPA/Sede da COELBA, local de cerca de mais de 1.000 empregados/as. Mas se define como militante sem mandato, pois, segundo ela, foi convidada para participar várias diversas vezes, para como Delegada Sindical, porém jamais aceitou, pois se via mais com o perfil de cipista, sendo inclusive eleita várias vezes para presidente: “A minha palavra era escutada por muitas pessoas e seguida, eu fazia mais papel de formadora de opinião.;Eu fazia escuta, eu formava minha opinião e passava para os companheiros”.

Ao contrário do que se pensa mesmo neste contexto de embate nas relações sindicais por conta das hierarquias de poder, algumas mulheres foram eleitas como a própria Marise, Jeannette, Maria Luiza, Maria Cristina, Clélia, Sandra Magalhães, Maria de Fátima. Existiam mulheres que, em algum momento, foram aceitas, isso não significa que outras foram bem acolhidas.

Ao se discutir a experiência da Militância de Base no contexto do SINERGIA-BA, faz-se necessário registrar que quem fala, hoje, pertencia a outra geração no passado, portanto impossível negar elementos que dizem respeito a idade/geração e, como as outras categorias sociais referidas, também expressam relações sociais de poder. Sobre essa questão, a socióloga feminista Alda Britto da Motta (1999) defende a ideia de que a categoria gerações é de grande complexidade analítica,

pois corresponde a uma dimensão fundante das relações sociais, em articulação inseparável com outras categorias de peso semelhante.

Realmente, a presença das mulheres neste período dos anos 70 a 90 foi marcante para a categoria eletricitária, pelo alcance de suas conquistas, do empoderamento enquanto mulher, principalmente na apropriação do saber político, dos desdobramentos reproduzidos na sua vida pessoal, profissional e, acima de tudo, ao cumprir o seu papel como cidadã paradoxal, como formulou Scott (2002). Desse modo, a mulher, fora do espaço tido como natural, em torno da representação política desencadeada em volta das lutas pela igualdade, demonstra sua contemporaneidade já no século passado, na atualidade do feminismo e das feministas históricas.

Eu achei muito importante para o feminino. Porque o homem não via que também era para ele, depois é que ele percebeu, como naquela questão da creche. Quanto ao auxílio-creche, foi muito feminista aquele pedido. Mas, na maior parte, os beneficiados foram os homens. Também, não é? Porque os homens podiam receber o auxílio. (Tereza Rodamilans. Representante no Conselho de Curadores da FAELBA, gerente de Departamento da Coelba).

Mulheres na militância sindical colocam-se neste lugar de fala como Tereza, avalia hoje o avanço da sua contribuição passada e no presente como militante de base, como delegada sindical, dirigente sindical e com outras responsabilidades assumidas, posicionando-se assim nessa perspectiva de ter dado o pontapé inicial. Inaceitável apenas o homem ter o poder de fala, de dar a última palavra, como o sujeito universal, como não contraditório. Retomo a fala de Tereza Rodamilans sobre o alcance do poder ou o empoderamento das mulheres, sua luta vai além da equidade de gênero, ao ocupar as lacunas nos espaços da sociedade que as discrimina.

Volto a repetir, registros documentais¹⁶⁸ comprovam que mulheres foram dirigentes sindicais desde o antigo STIEHEEB,¹⁶⁹ até o atual SINERGIA-BA. A trajetória dessas militantes e suas histórias permanecem na oralidade de trabalhadores/as, como ocorreu nos movimentos sociais desde o início da industrialização no século XIX, cujos dados históricos ocultaram o seu protagonismo.

¹⁶⁸ Atas das eleições do SINERGIA-BA do período de 1978 a 1990; Jornal *A Tarde* (1987).

¹⁶⁹ Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia – STIEHTEEB.

5.4 “UMA MULHER NEGRA NÃO PODIA BOTAR O PESCOÇO DE FORA”: A QUESTÃO DA COR NA MILITÂNCIA

5.4.1 “Sou negra mesmo, de nascimento”

Eu sou negra em tudo, né? Negro¹⁷⁰ na concepção da palavra e da própria vivência das discriminações que a gente sempre viveu. Então, **sou negra mesmo, de nascimento**. (Jocelina [Jô Negona])

“*Eu sou negra em tudo*”. Parto desse Ponto-de-vista de Jocelina Regina dos Santos – a Jô Negona¹⁷¹ –, tão caro a nós mulheres, significado da identidade racial, desde quando somos socializadas, para negar a nossa negritude, a nossa corporeidade, os nossos traços fenotípicos como mulheres negras. Ambas, identidade social e pessoal, estão imbricadas, mas não são fixas, mudando a depender da nossa identidade cultural ou etnicidade: “Etnicismo, eu diria, define a experiência de grupos racializados principalmente em termos ‘culturais’: isto é, postula ‘diferença étnica’ como modalidade principal em torno da qual a vida social é constituída e experimentada” (BRAH, 2006, p.337).

Assim, negamos a nós mesmas, ou seja, não protagonizamos abstrações acerca da nossa própria condição de existência, nos legando um lugar de conformidade à subordinação de marcadores civilizatórios coloniais e da exploração capitalista. Jô rompe com essa subordinação ao relacionar a sua negritude à concepção de lutas e resistências. Então, *sou negra mesmo de nascimento*. A escolha por Jô Negona, portanto, não é casual.

A identidade de Jô vai além de um sujeito político, ao se assumir e declarar-se negra, permitindo a mim, como pesquisadora situada, navegar com confiança nas águas das interseccionalidades/consustancialidades afluentes da passagem metodológica adotada. Essa escolha metodológica não foi ingênua, pois me possibilitou adotar raça/etnia, gênero e classe como categorias de análise interseccionais, não apenas restritas às experiências das mulheres de cor (negras e pardas), mas em relação a todo o grupo de entrevistados/as na perspectiva

¹⁷⁰ Etnia negra: pretos e pardos; etnia não negra: brancos e amarelos, segundo o Mapa do Negro no Mercado de Trabalho (DIEESE, 1999).

¹⁷¹ Jô Negona, cognome impingido a Jocelina na COELBA e na militância sindical pelos/as companheiros/as eletricitários/as.

abraçada por Collins (1989) de distinguir novas modalidades de sistemas de opressão. Desse modo, Collins, na concepção do *Standpoint*, chama a atenção, alertando para os exemplos de opressão incididos nas experiências das mulheres negras, como não querendo defini-las como as mais oprimidas, no entanto ela não nega que a opressão pode ser mais diferenciada em relação às negras a depender do contexto das demais mulheres.

Nesse sentido operado por Collins, em relação às discriminações raciais, para as mulheres negras, diferentemente das mulheres pardas e brancas, conforme entendimento do próprio meio social em questão, as formas de opressão muitas vezes são complexas, por serem mais visíveis, mais concretas e até duras, a partir do olhar do próprio sujeito oprimido. No entorno das mulheres negras, haverá sempre um pretexto como justificador da opressão de gênero, raça/etnia e social, como se isso fosse natural. Sandra Harding (1986; 2004) entende que a opressão está estruturada em torno de três dimensões-chave – a institucional, a simbólica e a individual,- que contribuem para explicar as incidências desses marcadores sociais expressando sua utilidade na compreensão da experiência de Jocelina em relação às dimensões de gênero, raça/etnia e e classe social. Dentro dessa mesma perspectiva, à luz de Scott (1995), entende-se que a experiência de Jô foi sendo construída e ganhando significado nesse contexto socioeconômico, político, histórico e cultural.

O pensamento de Sojourner Truth¹⁷², citado em Angela Davis (2016), mostra toda a lucidez de uma mulher negra, ex-escrava, ativista dos direitos humanos, defensora do seu povo no século XIX, principalmente na luta pelo reconhecimento das mulheres negras como cidadãs. Ao contestar o discurso dos homens brancos em uma conferência com os clérigos onde se discutia a extensão do voto às mulheres brancas, durante a Campanha Abolicionista nos Estados Unidos (1851)¹⁷³, negando-lhes esse direito por uma série de razões, entre as quais a alegada fragilidade feminina, Sojourner questionou após descrever a sua luta como mulher negra e escrava: – Eu não sou uma mulher?

É desse lugar de fala que Jô Negona, como era chamada *na zoeira*, se torna um expoente das reflexões deste escrito, por expor fatos tirados das próprias referências e afirmações e de deslocamentos ante comportamentos antagônicos ao

¹⁷² O nome por ela adotado significa “Peregrina da verdade”.

¹⁷³ Patrocinada pela Women’s Rights Convention e realizada em Akron, Ohio, Estados Unidos.

papel e às condições impostas ao feminino pelas hierarquias sociais, a partir das práticas institucionais representativas do *status quo*. Pode-se assegurar que Jô, como uma jovem mulher negra, colocou-se de modo enfático, por vezes barulhento, destemido e forte, assim como fez no século XIX Sojourner Truth. Resumindo, Jô teve um papel transformador na consolidação do SINERGIA como instituto do movimento de renovação sindical entre os anos 70 e 90 do século XX.

A posição de Jô como militante sindical, nesta tese é imbuída de relevância, pois, ao narrar suas trajetórias e experiências, falando a partir de diversos lugares, aponta o “sítio” do negro brasileiro na história, no particular, da mulher negra, que é desenhado pela resistência dos povos africanos em diáspora, escravizados na sociedade brasileira, em contraposição à narrativa epistêmica do colonizador branco. Tais dados e fatos, ao serem extraídos da narrativa de Jô, exigiram o seu deslocamento para o eixo central desta tese na análise da categoria raça/etnia, como personagem singular entre as mulheres militantes sindicais, por situar-se entre uma das poucas mulheres negras que exerciam o protagonismo e a liderança em espaços institucionais e informais.

Jô, como profissional, lutou para ser alocada em um posto de trabalho estruturado para ocupação do masculino, por exigir conhecimento específico, desenvolvimento de habilidades para manusear fios, cabos e equipamentos elétricos na rede de distribuição, e responsabilidade na supervisão do trabalho dos eletricitas de acordo com o Plano de Cargos e Salários da COELBA. No engajamento profissional, esteve à frente como membro mobilizador dos/as eletrotécnicos/as, na ATEC. No SINERGIA-BA, a partir da militância de base, ocupou o mandato de Delegada Sindical e a representação do Grupo de Mulheres Urbanitárias em nível nacional.

Impossível ocultar, mesmo com todo o avanço alcançado pelas mulheres brasileiras de todas as classes, o lugar de minoria das mulheres negras assalariadas ou não, pois ainda é maioria no emprego doméstico e precário, porém é minoria, principalmente, em relação aos direitos humanos, por vivenciar as barreiras da discriminação racial, originadas do lugar comum da vivência diaspórica de negros e negras *amefricanas* – termo tirado das reflexões de Lélia González (1988) – e afro-baianas. Isso não quer dizer que essas mulheres se omitam em partilhar processos de lutas e resistências via movimento negro, feminismo negro, blocos afroculturais em confronto acintoso com o racismo, o sexismo e o patriarcalismo.

A autoafirmação da identidade de Jô como mulher negra mostra o alcance da gravidade do racismo como estruturante, legitimador de desigualdades sociais, gerador de obstáculos, de estratificação racial na sociedade baiana e brasileira, visualizado quando se analisam as interconexões de gênero, raça/etnia, classe e localização. Foi possível apreender a imbricação desses marcadores sociais ao analisar a narrativa da trajetória e da experiência de Jô, sob os percalços das travessias enfrentadas, que exigiram dela como mulher negra mais esforço para chegar ao mesmo lugar das companheiras e companheiros na empresa e no sindicato. Neste arriar das malas, estava imbuída da força e da resistência, legado do povo negro baiano, para ocupar um “lugar” como sujeito da história. Essa força foi adquirida a partir das condições a ela exigidas como estudante, como estagiária da mineradora Caraíba Metais, como profissional na COELBA, como sindicalista no SINERGIA-BA, como militante política no PDT; enfim, como cidadã de direitos na sociedade baiana.

Jô, desse lugar de luta contra a exclusão, não oculta os desafios e dificuldades impostos às jovens mulheres negras da geração dos anos 70, como ela, oriundas das escolas públicas de bairros populares de Salvador, como o bairro da Liberdade, para o ingresso, a permanência e a conclusão de um curso técnico profissionalizante (PINHO, 2010). Possuidora de formação em eletrotécnica, era chegado o instante de desbravar as longas, trabalhosas e sofridas trilhas que podiam conduzi-la ao mercado de trabalho na Bahia. Essa conquista foi para ela um sonho visualizado a partir das experiências individuais, institucionais e simbólicas de homens negros bem-sucedidos do seu bairro, como assinala Pinho em sua tese de doutorado (2010). Jô não conseguia entender por que as portas estavam fechadas para ela como profissional. Incomum essa mobilidade social a ser conquistada pela mulher negra. Jô vai mostrar o não conformismo com a realidade social na qual nascera, pois o percurso a ser percorrido não se encerrara com a luta travada durante um ano, após sua aprovação no concurso realizado pela COELBA na década de 80.

O encontro com outra mulher negra como ela, recém-empossada na direção do SINERGIA-BA, a impulsiona para sua adesão ao sindicato, à militância de base e à filiação a um partido político. A filiação partidária, para Jô, é percebida, sobretudo, como mais um ato de enfrentamento, em um período ainda de consolidação da democracia. A sociedade na qual estava inserida literalmente impôs barreiras, ainda hoje rarefeitas, às gerações de mulheres negras, não apenas ao acesso ao mercado

de trabalho, crescente naquele contexto, mais também a lugares de protagonismo do exercício da cidadania.

Para nós mulheres negras é relevante, a concepção metodológica das interseccionalidades das feministas afroamericanas Davis (1981; 2016; 2018), Collins (1989), Crenshaw ([1989]1992) e Yuval-Davis (2006). Entendo, porém, que a apropriação desse conceito por pesquisadoras brancas tornou-o um conceito “viajante”, cada vez mais amplo e menos esclarecedor, pois se percebe que existe um desconforto no seu uso, principalmente entre feministas materialistas como Kergoat (2016) que só recentemente o articula concepção de consubstancialidades. Assim, admito em relação ao deslocamento da categoria de análise classe social, que esta é ainda considerada ainda como um ponto central que tudo explica e pouco diga de referência às desigualdades salariais, de ascensão funcional, das condições de risco no desempenho profissional dos/as trabalhadores/as de cor (negro, pardo e suas *nuances*), como nos discursos recorrentes dos palanques do SINERGIA-BA.

Dentro da visão feminista de questionamento à divisão sexual do trabalho, críticas têm sido feitas à concepção androcêntrica das ciências sociais. Essas críticas recomendam o enfoque na perspectiva interdisciplinar, articulando a contribuição de outros campos. Os estudos sobre a história da participação política das mulheres nos sindicatos pouco têm incluído a diversidade de saberes e a concepção política de poder em relação aos eixos de opressão, reproduzidos nas relações de gênero, raça/etnia, classe e gerações. Os avanços dos estudos na sociologia do sindicalismo também pouco têm abordado a mulher negra como trabalhadora fora do enfoque do *Cuidado* (KERGOAT, 2016), no que diz respeito ao enfoque de raça/etnia, em relação ao fenômeno do militantismo sindical, quando a mulher negra atua fora da categoria emprego doméstico.

5.4.2 Raça, etnicidade e cor

Neste estudo, as trajetórias e experiências das/os militantes sindicais delineiam, de modo determinante, os dados empíricos que levam a compreender as diversidades de narrativas e as escolhas políticas desses/as militantes. Isso decorre das diferenças interseccionais de gênero, raça/etnia, e classe em relação às mulheres negras e pardas, quando se refere à identidade das/os demais militantes autodeclarados/as brancos/as. Ser negro/a imputa ao sujeito uma herança de

subalternização e, no caso das mulheres negras, estas ocupam um lugar paradoxal, porque não são nem brancas e nem homens, enfrentando o apagamento como sujeito da subcidadania, como assinalam Lélia Gonzalez e Hansenbalg (1982). São, assim, desprovidas de *status*, de prestígio e de poder, o que se torna expressivo na divisão racial do trabalho, carregando as estatísticas dos empregos precarizados e de empregadas domésticas (DIEESE, 1999). Essa subcidadania evidencia-se na permanência, ora camuflada, ora explícita, dos valores de descrença e antipatia social imputados ao negro e à negra e concretizados no descaso, na aversão, nas barreiras de acesso a postos de trabalho que levem à mobilidade social. A interseccionalidade/consustancialidade, como ferramenta deste estudo, permitiu analisar a invisibilidade e a ocultação da dimensão de raça/etnia. A narrativa de Jô em relação à trajetória profissional e sindical vai mostrar essa prática secular de seleção e exclusão, constituída pela diversidade de subgrupos representados por negros e pardos na militância sindical.

As trajetórias e experiências de Jô em relação aos/as outros/as entrevistados/as relativamente às identidades de cor autodeclaradas – o ser negro/a – têm um peso maior na compreensão de si mesma e dos desafios superados. Outros/as entrevistados/as autodeclarados/as pardos/as vacilaram na afirmação da sua cor, pois tiveram dúvidas a respeito da sua origem negra em relação à raça/etnia, alegando origem indígena e/ou portuguesa. Ao contrário desses/as entrevistados/as, Jocelina assume e reconhece a identidade de negra e mulher, não restrita apenas à cor da pele. É “preta”, como um dispositivo discursivo, mas também como uma condição de existência, resistência cultural e força, no jogo das identidades forjadas no Brasil.

Para Jô, excluída como mulher, como profissional, como militante sindical por ser negra, de que adiantaria não se reconhecer como negra, neste lugar que a sociedade lhe negou? Jô, por ser uma “negra retinta”, portadora de traços mais próximos da origem africana, é tratada de forma diferenciada em relação aos demais afrodescendentes, numa escala de cor e aproximação com o fenótipo europeu, entre os que conformavam a maioria excluída de negros e pardos. Ser “negra retinta” constitui-se no marcador central da trajetória social de Jô. A classificação de negros e pardos, usada na metodologia do IBGE (2010) como arranjo racial, como identidade política, distorce, na minha visão, este nó interseccional, em relação aos marcadores sociais. Toma-se o exemplo de Maria Cristina, dirigente sindical, que se

autodeclarou negra, quando na realidade, dentro do que se considera matriz de opressão, se articulam vários elementos fenotípicos que a posicionam como não negra, numa cidade de maioria de população negra.

Como assinala Stuart Hall (2003), mesmo em relação a esse marcador social “negro”, não se pode negligenciar o sentido dado à localização como contexto, embora essa categoria não tenha sido eleita para análise neste estudo inicialmente, por se tratar de uma pesquisa em que a maioria dos/as participantes é habitante da Cidade do Salvador. Neste caso, a linguagem de uma mulher de origem popular define o lugar de fala da subalterna, exposta a episódios próprios de sujeitos subordinados, que ainda hoje trazem marcas do seu passado ancestral pelo escravismo colonial, de classe média ou mesmo da elite.

Para atravessar as avenidas interseccionais, estruturadas pelo racismo, sexismo e capitalismo, Jocelina, como mulher negra, conseguiu, construir sua trajetória, mesmo aos solavancos, tal qual marinheira de primeira viagem, enfrentando o racismo estrutural e, em cada esquina, o tombo das matrizes de opressão, por assim dizer, desta Salvador negra, capital de um Estado que recebeu um elevado contingente de pessoas negras escravizadas. É neste sentido emprestado da interconexão das relações de gênero raça/etnia e classe, como o fez a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989, 2002) ao trazer a análise da denúncia do processo jurídico de não contratação de mulheres negras pela empresa General Motors nos Estados Unidos, que me permiti trazer, neste estudo, a pertinência dessas reflexões.

Diante de tudo que se apresentou nesta tese, urge aprofundar se a categoria de análise raça/etnia, enquanto marcador social, poderia reproduzir o lugar de fala das militantes sindicais. Ao contrário de Jocelina, as demais militantes não trazem, em suas narrativas, a cor como algo imperativo em relação à condição do fazer sindical no SINERGIA-BA.

A cor como identidade, ao ser inquirida, suscitou entre entrevistados/as brasileiros/as um posicionamento analítico individual na definição da própria cor. A cor da pele, o fenótipo, foi ponto pacífico entre os/as entrevistados/as da França, a maioria declarando-se brancas/os. Diferentemente das militantes da CFDT, apenas a militante sindical da UFEQT/CGT/Paris, a franco-brasileira Maria José, sem titubear sobre a sua origem brasileira, declarou-se parda, apesar de seu fenótipo aparente. Avtar Brah (2006) menciona a questão da declaração de identidade

política e racial dos povos migrantes com vistas a atender às políticas sociais, à polícia, ao lugar de ocupação. No entanto Maria José, ao se autodeclarar parda e brasileira, não está apenas demonstrando uma identidade política, mas a convicção do significado de sua nacionalidade – o fato de ser brasileira.

Conforme Maria Luiza Bairros (1995) e Suely Carneiro (2003), na maioria dos estudos feministas no Brasil, apesar da presença marcante de sua população afrodescendente no território nacional, a mulher negra esteve e ainda permanece sendo tratada à margem, não incorporada coletivamente às lutas de emancipação das mulheres pelas feministas brasileiras, mais afetas a questões de classe social e alheias ao racismo e ao mascaramento imperante na sociedade brasileira sobre democracia racial. Justifica-se tal democracia racial pela apropriação da cultura dos/as afro-brasileiros/as, como, por exemplo, o carnaval, o samba e as músicas. A partir da década de 80, inspiradas nas denúncias de feministas negras, principalmente americanas e de fora deste eixo, pensadoras feministas brasileiras também passam a manifestar as tensões e os percalços das “diferenças” geradas na apropriação das categorias de análise de gênero e raça/etnia em seus estudos (GONZÁLEZ, 1988b; PINTO, 2015; AKOTIRENE, 2019).

Inspirei-me na perspectiva de Foucault (1992), apesar de ele não se referir diretamente à mulher negra nas suas construções teóricas. Entretanto, este autor se aproxima das minhas suposições em relação a saberes tidos como inocentes, pois se propõe a analisar o poder dominado sob duas perspectivas: em primeiro lugar, os conteúdos históricos que foram encobertos, mascarados, em contradições funcionais e sistematizações formais. Em segundo, os saberes que não são levados em consideração, desqualificados como não competentes, insuficientes, inocentes e postos em hierarquia inferior. Parece que essa segunda opção de saberes oferece pistas para compreender as relações de raça/etnia, gênero, classe e geração no SINERGIA/Ba, pois, neste sentido, as mulheres são tidas como sujeitos que não dominam o saber político sindical (CASTRO, 1994; COSTA, A.A.,1998). No geral, apesar de os sindicatos resistirem às regras, às normas coercitivas do Estado e das instituições legais, no seu âmbito, ainda querem aplicá-las às mulheres, como é o caso das restritas cotas.

O feminismo, já na década de 90, muda de cara e surge o nominado feminismo popular, com o incremento e a ampliação das organizações feministas e do movimento negro. Sendo assim, ele passa a assumir uma nova identidade, na

perspectiva das interseccionalidades, em relação à raça/etnia. A presença da mulher negra na sociedade brasileira sempre foi ocultada, inclusive nos estudos acadêmicos, por conta da não abertura do debate sobre a parcialidade das pesquisas em relação a esse objeto de estudo, praticamente encobrendo a identidade das mulheres negras (CALDWELL, 2009). Estudar os problemas sociais causados pela diversidade de raça/etnia se constitui numa forma de reconhecer e introduzir a identidade social da mulher negra, inserindo-a na sociedade como um todo. Assim, no contexto de “cotização do saber” com a presença da mulher e do homem negros na universidade, pode-se reafirmar: a mulher negra trabalhadora pouco aparece e continua ainda encoberta na história social do sindicalismo na Bahia.

Como afirma Perrot (1992), as relações das mulheres com o “poder” estão inseridas num jogo de palavras, num discurso, querendo isto dizer que ela se expressa através de vários significados. Talvez o mais questionável, no singular, seja a conotação política, como denotação da figura central do Estado, sempre vista como masculina. O poder da mulher se fragmenta em estilhaços, equivalentes aos espaços onde a mulher consegue penetrar, obtendo sua porção de autonomia, mesmo no âmbito privado, doméstico, e indo além, no mundo do trabalho, ao entrar num sindicato de hegemonia masculina, como militante de base.

Sob esse ponto de vista, considera-se pertinente elucidar as estratégias das mulheres para terem acesso às lutas sindicais. A História Social é significativa para mostrar como funcionam as normas, as representações e as regras que promovem conflitos, resistências e ações, principalmente pelo fato de as mulheres não serem tradicionalmente filiadas a partidos políticos, espaço de dominação masculina e de estreita articulação institucional e política.

No encadeamento dessas restrições, ao serem analisar as intersecções das dimensões de raça/etnia com os demais marcadores sociais, deve-se inquirir a quem interessa restringir o poder e os poderes relativos à ação das mulheres e, em particular, das mulheres negras militantes sindicais a fragmentos, a micropoderes, a não poderes.

Gerda Lerner (1986), investigando a criação do patriarcado, esmiuçando o modo como as mulheres foram dominadas e exploradas, afirma que muito precisa ser ainda discutido sobre a história das mulheres. Lerner distingue o patriarcado como institucionalização, criação histórica do domínio masculino sobre as mulheres

na família e sua extensão na sociedade. Seriam diferentes essas relações sociais hierárquicas no espaço do SINERGIA-BA e da CFDT/Paris para as mulheres negras? Na verdade, a opressão de mulheres combina racismo, capitalismo e sexismo como precursores da formação e da dominação de classes.

Maria Miés (1998) assegura que a introdução da categoria experiência ou “fator subjetivo” corresponderia ao lema “o pessoal é político”. Nessa perspectiva, Miés considera significativa, como ponto de partida, a vida real, a experiência pessoal de uma mulher, para analisar as dimensões subjetivas e suas implicações sociais.

Deve-se ressaltar que o desafio de partir da experiência pessoal de uma mulher surge devido a sua realidade de vida, a sua história, a sua luta, a seus sonhos. Essa história, conforme Miés (1998), não faz parte do interesse da comunidade científica que trata “homem” no sentido universal. Justifica-se, assim, trazer para o palco desta pesquisa, na perspectiva metodológica do *Standpoint* e das interseccionalidades/consubstancialidades, raça/etnia e suas articulações com outros marcadores sociais pois a mulher negra está sujeita aos impactos ao atravessar a *avenida do racismo e do sexismo*.

Outra feminista do pensamento negro perspectivista, de *empoderamento* das mulheres negras, é Patrícia Hill Collins. Na sua publicação de 1990, de significativa relevância, intitulada *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*, contribui com o pensamento feminista negro ao arquitetar sua teoria focada na teoria crítica marxista, permitindo, assim, abrir um leque de possibilidades no que ela denominou de “*Ponto-de-vista*”. Essa teoria social marca este estudo na medida em que traz a narrativa da mulher no sindicato como um lugar ainda a ser conquistado, apesar dos atuais sistemas de cotas, paridade e “*Mixité*”.

Durante o estágio doutoral em Paris, sempre estive atenta ao movimento de rua, à presença das bandeiras dos sindicatos ou das Confederações. Nesse sentido, chamou-me atenção uma pequena passeata na Rua Rivoli, com cerca de 25 homens negros, sem a presença da mulher, e que empunhavam uma faixa. Por isso, na entrevista ao tratar da experiência sindical de Beatrice Ouin, militante branca, mas que tinha sido casada com um negro, busquei saber sobre a existência de mulheres negras no sindicalismo francês, especificamente na CFDT, por considerar um dado relevante para esta pesquisa. Na história narrada por Beatrice (Apêndice C.2), ela diz não haver participação de mulheres negras nos sindicatos regionais

desde quando iniciou sua militância sindical, mencionando ter convivido apenas 14 anos depois com militantes negros de origem africana na Confederação Nacional.

5.4.3 Trajetória Pessoal: Famílias de Origem

As trajetórias de vida, assim como as experiências desses militantes sindicais, mostram como as famílias de origem foram importantes não só como mantenedoras das necessidades básicas de seus/suas filhos/as, como também serviram de referencial na transmissão de valores, propulsores da formação educacional e de apoio a suas escolhas profissionais. Neste sentido, tanto os/as oriundos/as de famílias populares como aqueles/as das famílias da elite foram influenciados/as na concepção de um ideal de sociedade com base na necessidade de transformações sociais, a partir de um sentimento de justiça social, de igualdade ante as discriminações, principalmente de raça/etnia e classe, visivelmente identificadas na maioria da população baiana (IBGE, 2000).

Os perfis biográficos dos/das militantes sindicais mostram a extensão das dimensões de gênero, raça/etnia e classe e suas consequências, principalmente a partir do lugar de fala: quem é esse sujeito e sobre quem mais incidem as matrizes de opressão. São evidentes o esforço e as lutas em algumas dessas famílias, no que se refere à sobrevivência e à superação da pobreza, a partir do desemprego, dos baixos salários, de empregos incertos e vivência no contexto de uma Bahia ainda de economia agropecuária, baseada na monocultura e em trabalhos braçais.

Para as/os militantes cujas famílias de origem, há três gerações, vêm desse lugar de pobreza, de baixos salários, os pais almejavam, através da educação, da formação profissional, a autonomia e a independência principalmente para as filhas. O objetivo era evitar, no caso das mulheres, que elas repetissem o mesmo ciclo de suas mães e avós, sujeitas ao trabalho doméstico tanto no público como no privado e, quando não, à dependência econômica de seus maridos. Portanto essa necessidade de mobilidade social não esteve deslocada do alcance de melhores condições materiais de sobrevivência, como a aquisição da casa própria, equipamentos de consumo, plano de saúde, entre outras, principalmente quando a origem está no contexto de uma família operária.

Na conjuntura dos anos 60, a força de trabalho negra, como apontam Bairros (1988) e Pinho (2010), incorpora os mestres de obras, pedreiros e serventes da

construção civil e as/os empregadas/os domésticos/as, como as mulheres negras, tradicionalmente prestadoras de serviços nas residências de famílias mais abastadas.

No contexto das relações de pertencimento a uma família, entre as diversas configurações familiares existentes, no caso dos/as militantes sindicais, a maioria assegura ter na infância convivido em famílias conjugais (pai, mãe e filhos/as). No entanto, individualmente, na fase de adultos jovens ou maduros, conviveram, na sua trajetória pessoal, com as diversas configurações de família existentes na realidade brasileira: famílias conjugais, famílias recompostas, famílias de mulheres e homens sozinhas/os e famílias monoparentais femininas. Esta última configuração representa a situação atual da maioria das entrevistadas. Chama atenção a presença de filhos/as maiores ainda dependentes, prática que não se observa nas famílias de militantes francesas/es, com exceção da franco-brasileira Maria José.

Para fins de análise, foi possível compilar três grupos familiares de militantes, em relação a suas famílias de origem: famílias operárias, famílias das camadas médias e famílias das camadas altas. A narrativa dos/as entrevistados/as foi analisada a partir dos seguintes dados: origem, gênero, classe, raça/etnia, valores transmitidos pelos pais, localização, recorte geracional, renda, profissão, cor, mobilidade social. No primeiro grupo de famílias, encontram-se: Jocelina Santos (Jô), Marise, Clélia, Maria Antônia e Valter. No segundo grupo, estão Paulo de Tarso, Roque, Sandra Magalhães, José Cabral, Maria de Fátima, Maria Helena e Jeannete; e o terceiro grupo se compõe de Carmilce, Marcos Nilton, Tereza Cristina, Tereza Rodamilans, João Carlos e Maria Luiza.

Como já dito neste estudo, opto em trazer, de forma ilustrada, a fala de alguns desses/as militantes, que possibilita, nessas narrativas, auferir dados qualitativos sobre as trajetórias e experiências e em que o componente 'famílias de origem' significou diferenciação em relação às interconexões de gênero, raça/etnia e classe. Apesar de a divisão de classe reproduzir o racismo e a discriminação, também militante brancas, tanto no Brasil como na França, expuseram em suas falas situações de desigualdade social. Assim, busco, sob a perspectiva metodológica de Sartori, (1991), descrever as trajetórias e experiências desses/as militantes em suas famílias para traçar e discutir esse contexto com suas similaridades e diferenças. A questão é se isso vai além dessas dimensões sociais de gênero, raça/etnia e classe social.

A interseccionalidade, como trilha de partida, me autoriza a eleger o Ponto-de-vista construído por Jocelina em uma experiência de família negra operária, ao atravessar a avenida do racismo estrutural, do capitalismo e de suas matrizes de opressão.

A narrativa a respeito de sua origem, em uma família operária negra, significa, na voz e no corpo de Jocelina, algo diferenciado, explicável, porquanto, durante a entrevista, a Jô Negona se agiganta na cadeira, plena de orgulho e reconhecimento de suas origens. Todo esse entusiasmo não se viu expresso pela maioria das/os entrevistadas/os deste estudo. Jô viveu sua infância e adolescência no Bairro da Liberdade¹⁷⁴, conhecido como o Bairro Negro de Salvador. Sua família materna é originária do Recôncavo da Bahia, da cidade de São Francisco do Conde. Seu pai, oriundo de Salvador, era um operário da estiva¹⁷⁵, antenado politicamente e pertencente a uma tradicional categoria de trabalhadores das mais atuantes, sendo uma das primeiras a se mobilizar em movimentos paredistas na Bahia. Composta, na maioria, de jovens negros, era tida como combativa no movimento sindical brasileiro.

A educação é um dos pilares marcantes na trajetória pessoal de Jô. De modo enfático, ela atribui o significado e o reflexo da educação recebida à figura materna, mulher negra e sem oportunidades na vida e que foi a mola propulsora de incentivo para que ela desse continuidade a seus estudos para uma situação profissional que lhe possibilitasse uma ascensão social. Jô abriu um parêntese para conversar a respeito das suas lembranças sobre a trajetória de Dona Olindina, sua mãe: “Ela veio aos 15 anos do interior da Bahia, para a Capital, Salvador, acompanhando sua irmã mais velha, pois já estava na idade de trabalhar”. Naquela época, em torno dos anos 40, segundo Jô, sua mãe veio a conhecer o seu pai, que era viúvo e 19 anos mais velho e com dois filhos de um casamento anterior. É nesta família extensa, assalariada, de quinze membros, entre filhos/as consanguíneos/as e outros vínculos de parentesco, que Jô desenvolve sua trajetória pessoal, profissional e sindical.

¹⁷⁴ Populoso bairro pertencente a parte alta da cidade de Salvador, Bahia. Grande contingente populacional formado por negros (as) e de baixa renda.

¹⁷⁵ Os estivadores participaram da luta pela jornada de 8 horas em suas pautas reivindicatórias, caso dos movimentos de estivadores, tecelões e sapateiros de 1903 e 1906. Entre suas mais antigas e importantes associações destaca-se a Sociedade União dos Operários Estivadores, fundada no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1903. Com a filial em Salvador criada no dia 1º de maio de 1912 (CASTELLUCCI, 2001).

Segundo Jô, a sua família como um todo enfrentou as várias crises financeiras do País, situação mais complicada para os trabalhadores negros, sujeitos a trabalhos pesados e à competição com numerosa mão de obra predispondo ao baixo assalariamento. Para ela, é admirável a atitude de seu pai, mesmo sendo um operário, pensar numa outra perspectiva, a do futuro dos/as filhos/as, exigindo que todos/as estudassem.

Jocelina registra esta fase da sua trajetória de vida como o lugar ocupado pela educação formal, o estudo sendo pensado na frente de tudo. Entretanto, por ter nascido em 1958, participou de uma geração que conviveu, entre os anos 60 e 80, com o auge da repressão da ditadura militar no País e com seus desdobramentos nos anos subsequentes, época de muito arrocho salarial e de uma inflação crescente. Por isso, Jô supõe que este foi um dos elementos impulsionadores de sua trajetória estudantil e profissional e, até quem sabe, pelo seu próprio jeito de ser, de mulher propensa a aceitar desafios, principalmente pelo anseio de lutar por transformações sociais, de querer ser uma agente de mudança, inclusive da própria realidade social e do mundo.

No conjunto do segundo grupo, Jeannette, relata a trajetória e a experiência de sua identidade como mulher e negra. Sua primeira formação foi em eletrotécnica, mas atualmente é formada em Administração de Empresas. Também se diz oriunda de uma família operária, porém de classe média baixa. Foi a única na sua família a estudar em escolas particulares durante a maior parte da vida. Residente no Bairro da Ribeira, na Península Itapagipana, em Salvador, assim ela descreve o seu bairro: “Ah, Cidade Baixa? A Ribeira é um lugar bom de morar, de pessoas conservadoras, e todo mundo se conhece. O bairro da Ribeira é como se fosse uma cidadezinha do interior”. Esse bairro tradicionalmente reunia todas as classes de Salvador tanto os ricos, como ‘remediados’ e pobres, estes, em sua maioria, vivendo em palafitas nos Alagados. A afirmação da identidade como mulher e negra, faz Jeannette compreender que essa diferenciação está associada justamente ao perfil que ela traça de sua família de origem, como uma família inter-racial, sendo filha de um arquiteto negro e de uma mãe branca, dona de casa e que estudou somente até o ensino fundamental.

O ser uma mulher negra não foi uma questão pacífica para Jeannette, nem em termos da trajetória e nem de experiências. Primeiro, ela se refere a sua posição na família em relação a seus/suas irmãos/ãs dizendo: “É, sou a *única preta* lá de casa.

Então, acho que, no fundo, minha mãe sempre foi racista. Mas nunca admitiu isso”. Jeannete, ao considerar essa “relação racista” com sua mãe, faz uma associação com o modo como sua mãe a tratava, principalmente com base na responsabilidade que lhe era atribuída na realização das atividades domésticas. Jeannete entende que seu lugar não estava no mesmo patamar das irmãs, pois se sentia tratada como a “empregada” da casa por sua mãe. No entanto, percebe-se que, por ser uma filha estudiosa e cumpridora dos trabalhos domésticos, ela recebia um tratamento privilegiado tanto por parte da figura paterna como materna:

Meu pai é que era moreno, cabo-verde. Então eu puxei a meu pai. Nós irmãos, todos só tem dois morenos lá em casa. Que é eu e Jonas, o mais velho. E Jonas também fala a mesma coisa. Ele acha que foi ... [risos]. Então, eu fazia tudo. Não sei se é porque ela mandava e eu obedecia. As outras, não. Não sei se era por conta desse preconceito que ela nunca admitiu. Não sei. Eu sei que eu fazia tudo e ainda tinha tempo pra estudar. E eu era a quem tinha o melhor rendimento. Em casa, na escola, em tudo, né? Eu fui criada assim.

O tratamento discriminatório no seio da família em relação a seu fenótipo, não é nenhuma novidade, isso não quer dizer que essa problemática do racismo nas famílias seja aceite como objeto de estudo com frequência nas pesquisas acadêmicas. Isto é algo comum, principalmente num país que nega haver discriminação racial, camuflada em um ideal de democracia racial que vê a miscigenação como algo imperativo e aceite nas práticas e no seio das instituições.

O racismo é mais perceptível pelo próprio sujeito nas relações individuais, sendo mais excludente quando homens e mulheres vão buscar, na coletividade, no mercado de trabalho, um lugar de ascensão social para si mesmos e suas famílias. Na vida privada, ele é negado veementemente, mas seria bom se ele não existisse principalmente no seio das famílias de negros e pardos, pois, entre essas famílias, verifica-se, por parte de filhos e filhas, menção depreciativa em relação à cor da pele, ao cabelo, ao nariz de irmãos e irmãs. Inclusive, durante a entrevista, indaguei a Jeannete qual era sua posição na hierarquia familiar, se ela era a mais velha, pois, na minha própria experiência familiar, sempre fui incumbida de responsabilidades domésticas na família, em virtude da minha condição de filha mais velha, entre as irmãs.

O racismo na família e suas variáveis, conforme Schucman (2018), é um assunto que causa dor, enfraquece o sujeito e, no meu entendimento como mulher negra, há momentos em que exaure e cansa, tensionando o sujeito excluído até no contexto familiar. Fica restrito à intimidade da família, com chistes, brincadeiras de mau gosto ao fenótipo, mas evitado no público e nas reuniões familiares mais amplas. Na cidade de São Felix, Recôncavo da Bahia, de população majoritariamente negra, as *comadres* ao se dirigirem a minha mãe, faziam comentários em tons racistas, ignorados por ela como discriminatórios, por ela ser negra: – “Vanda, você é uma negra de ‘barriga limpa’ por ter tido filhos/as mais pardos/as e menos negros/as”.

Apesar do tratamento dispensado por sua mãe no sentido entendido por Jeannette como racista, no decorrer da entrevista, ela ressalta a preocupação e a iniciativa maternas com referência a sua formação profissional, ao matriculá-la na EEMBA, onde veio a concluir o curso de Formação em Eletrotécnica.

Diferentemente do que ocorria em relação a sua mãe, segundo Jeannette, a relação com seu pai sempre foi diferenciada, pois este exerceu grande influência na sua formação pessoal, principalmente como mulher. Na condição de chefe da sua família, Jeannette expressa a alegria e o entusiasmo de trazer os mesmos valores que seu pai empregava em casa, na criação de suas/seus filhas/os. Por conta dessa relação mais afetiva com seu pai, Jeannette acha que desenvolveu um perfil tido por ela como de padrão masculino, uma vez que sempre luta para querer estar à frente de tudo e ter o poder de decisão. Julga-se diferente da maioria das mulheres, que, para ela, são submissas no geral. Com a morte do seu pai, ela assumiu, no grupo familiar, o lugar que era dele, por isso toda a família a procura para se aconselhar.

Valter faz parte daquelas pessoas no Brasil que se afirmam como negras, na denominação, pois, na classificação do IBGE, seriam pardas, mais próximas do padrão de branquitude, ou seja, de tez branca, de olhos azuis e cabelos crespos. Sua família de origem é de Feira de Santana, Sertão da Bahia. Ao se identificar, declarou-se inicialmente de cor amarela, depois consertou para o modo como ele se “enxerga”, como negro, tomado da identidade de seu pai, que era negro. Portanto, não se trata de uma identidade política, pois, em relação ao branco, ele realmente é negro. Deslocou-se, aos 14 anos, de Feira de Santana para Salvador, a fim de estudar e trabalhar no armazém de um tio, onde permaneceu até os 18 anos, época do alistamento militar, sendo convocado para servir no Quartel General dos Afritos,

no período da ditadura militar de 64. Separou-se do primeiro casamento com uma mulher branca e com a qual teve três filhos. Vive em uma nova família, com sua mulher negra e um filho. Inicialmente eletricista predial, aposentou-se na COELBA como eletrotécnico por ter realizado esse curso enquanto trabalhava. Hoje trabalha como autônomo em instalações prediais como empreendedor individual.

Em relação ao racismo no Brasil, Valter chama atenção para o fato de ele ter vindo do interior, portanto não percebia, naquele contexto dos anos 60, a discriminação de raça como percebeu em Salvador e dentro do Quartel General. Essa concepção de Valter somente mudou, segundo ele, quando começou a estudar e compreendeu que essa forma de discriminação é errada. Então, ele passa a perceber que: “todos são iguais perante a lei e perante a Deus.” A narrativa de Valter é importante, assim como as demais, para este estudo, pois, na análise das práticas sociais emaranhadas de mascaramento racial, principalmente no discurso da meritocracia, da escolaridade, da formação profissional, é que se observa onde o racismo está estruturado. Nem sempre o racismo se mostra de forma concreta, escondendo-se nas suas intersubjetividades como um elemento sutil de discriminação, através de atitudes como o autoritarismo policial, o amedrontamento e a anulação da perspectiva de ascensão social de minorias excluídas, sejam homens, mulheres, população indígena, cisheterossexuais, não poupando nem as crianças.

Valter não enxergava o racismo por conta da cegueira provocada pela anulação da visão do outro, numa sociedade excludente. Ao compreender hoje a discriminação sofrida pelo militar negro, constitucionalmente tido como defensor da pátria, mas relegado, no quartel, a uma condição de subalternidade, como serviçal. Valter reconhece a anulação de sua visão de mundo por não ter percebido o fenômeno do racismo, naturalizado naquela época. Residindo no Quartel General da Mouraria, onde servia diretamente ao Coronel Melo Campos como estafeta, agora percebe que nunca notou a ausência de militares negros, mesmo de baixo escalão, de deslegitimação desse militar negro. Questionei, então, se os negros não seriam também militares nessas instituições de defesa da República brasileira.

A narrativa de Valter aponta o racismo institucional, resultante das práticas de exclusão causadoras de restrições a sujeitos negros, que não são tratados como cidadãos nas instituições deste país. No caso relatado, havia exclusão do afrodescendente até das menores hierarquias funcionais do Exército brasileiro,

assegurando que o número de negros servindo no local – Quartel General – era pouco, pois o critério de seleção era definido pelo sargento, e este não designava negros para o Quartel General. Logo, Valter desfrutava no quartel o tratamento dispensado a recrutas brancos por conta do seu fenótipo.

A entrevista de Maria Antônia – Toinha, branca, assistente social, foi incluída como narrativa pela trajetória social de vida, que nos remete à relação direta do acolhimento de crianças pobres em instituições religiosas de educação privada. Órfã de mãe, Toinha conviveu com a pobreza de sua família de origem, no litoral da Bahia, no Município de Valença, em um lugarejo privado das mínimas condições básicas de sobrevivência. Durante a sua primeira infância, por volta dos seis anos, em decorrência da pobreza de seus pais, pequenos agricultores, vivenciou, juntamente com um irmão mais novo, a separação de seu núcleo familiar em consequência de sua mãe ter sido acometida de tuberculose, vindo a falecer. Neste contexto de famílias pobres, era muito comum, na Bahia, as meninas saírem de casa muito cedo, inclusive para trabalhar em serviços domésticos.

No final da década de 40, ela foi internada numa instituição de acolhimento para crianças de pais tuberculosos, e lá permaneceu até 10 anos de idade¹⁷⁶. Quando completou 10 anos, com o apoio de uma de suas irmãs, que era freira, foi transferida para um colégio confessional na cidade de Propriá, em Sergipe. A condição de sua classe social, segundo Toinha, sempre atravessou a sua trajetória pessoal, mudando o seu destino. No colégio de freiras, frequentado por meninas de classe alta, ela percebeu, desde cedo, as desigualdades de classe, a discriminação bem nítida em relação ao lugar ocupado pelas meninas pobres, que eram separadas das meninas internas da elite. Onde estava essa diferença? Segundo Toinha, na contrapartida do trabalho infantil por elas realizado, não valorizado, nem reconhecido, nem sequer pago, fazendo parte do seu cotidiano, entendido por ela como importante para ter acesso a uma educação de qualidade.

Nesse tempo de convivência no colégio, ela não registrou a presença de meninas negras, em igual condição à dela. Maria Antônia, alguns anos depois, transferiu-se para Aracaju, pela justificativa das freiras de que não poderia permanecer no internato de órfãs, por conta de sua maioridade. Na realidade, como o ensino fundamental era realizado fora do internato, ela não tinha mais nem tempo

¹⁷⁶ Preventório Santa Terezinha, situado na época no bairro de Brotas.

disponível para trabalhar nos serviços do colégio nem bolsa de estudos, por isso foi forçada a sair da instituição. Essa bolsa de estudos lhe havia sido concedida pela Secretaria Estadual de Educação, fato que não a dispensou da prestação de serviços exigida pela instituição. Finalmente, concluiu o antigo ginásio em Aracaju, estudando e trabalhando ao mesmo tempo.

Como venho desenhando nesta tese, desde os capítulos anteriores, foi possível ilustrar, através das narrativas, as trajetórias e experiências das/dos militantes francesas/es, mesmo em um contexto tão diferenciado do capitalismo, como no caso da França, considerado país de capitalismo central. Exemplifico com a entrevista de Evelyne Pichenot, Secretária Confederal da CFDT, Paris.

Pichenot considera importante esse tipo de pesquisa sobre gênero e sindicalismo conduzida por uma militante sindical, por permitir o debate deste objeto por alguém que vem da prática, do meio sindical, principalmente se tratando de uma mulher.

Evelyne Pichenot foi a última entrevistada na sede da CFDT, Belleville. Essa militante sindical demonstrou afabilidade e interesse em participar. Abriu sua fala dizendo que já tinha vindo ao Brasil, como relata: “A melhor lembrança na vida que tenho de mulheres militantes foi quando fui ao Congresso Mundial de Mulheres Sindicalistas no Rio de Janeiro e havia mulheres do mundo inteiro”. Sobre esse Congresso, Evelyne Pichenot mostra o seu entusiasmo por ter trazido a Secretária Geral da CFDT, Nicole Notat, para também conhecer o Brasil, e, em particular, por ter estado com Martha Suplicy, na época candidata à prefeitura de São Paulo.

Assim, antes de começar a entrevista, ela declara que entende que é complexo para nós da América Latina compreender a sua fala hoje, pois se tem uma imagem de uma Europa mais organizada e bonita, na verdade, tão divergente daquela conjuntura de pobreza que marcava as condições de vida de algumas famílias como a dela naquela época na França e na Europa como um todo. Concordo com ela em parte, discordando no geral, pois vários filmes, considerados clássicos na época, já haviam mostrado essa situação social sofrida pela classe operária no mundo todo, na Europa inclusive. Achei estranho, na sua fala, ela ter dito que, na França, não seria compreendida se falasse da situação de dificuldades sofrida por sua família nessa época.

Evelyne Pichenot apresenta os elementos das diferenças vivenciadas por ela, particularmente as multidimensões da pobreza que atravessaram a sua trajetória

pessoal e a de sua família de origem, particularizando que a pobreza é vivida de diversas formas pelos sujeitos pobres, como ocorreu com as pessoas da sua geração, nascidas entre 1946 e 1956. É nesse citado período que Maria Antônia também atravessou situações semelhantes, como o deslocamento para uma Casa de Acolhimento, em Salvador, na Bahia, por algo muito caro a ela, a perda de sua mãe. Assim, como Maria Antônia, entende Pichenot que as dificuldades impostas pelo contexto da pobreza obrigaram-na a fazer escolhas na sua vida que lhe possibilitaram sair dessa situação de pauperismo.

Evelyne Pichenot é oriunda de uma família conjugal, operária, pobre, da Europa pós-guerra. Ela traça uma narrativa detalhada do seu contexto social naquele período, caracterizado principalmente pelo chamado fenômeno do *pauperismo*, o da extrema pobreza (LENOIR, 1998). Ainda muito pequena, conheceu as consequências da Segunda Guerra Mundial, ao vivenciar situações de extrema miséria, insegurança, fome e frio. Dos 4 aos 6 anos, infectada pelo bacilo da tuberculose, passou a viver completamente separada da família de origem. Para Evelyne Pichenot, havia, verdadeiramente, uma vida muito dura para algumas famílias francesas naquele momento.

Para ilustrar a condição de pobreza da sua família e as dificuldades decorrentes de tal situação, ela faz um recorte da história da sua vida pessoal. Conseqüentemente, nesta fase, seus pais não tiveram acesso ao que chamam na França de “tempos gloriosos”. Segundo Evelyne Pichenot, “não tiveram carro, televisão, geladeira, isto é, uma vida de conforto,

[...] como as pessoas da minha geração, sou uma filha do pós-guerra que conheceu a grande repercussão da guerra na minha vida. Sou de uma família operária, muito modesta. Por que relaciono à guerra? Porque é muito importante. Quando nasci, estávamos em um estado de extrema miséria, não tínhamos nenhuma segurança, sofriamos com fome, frio... É difícil para os latino-americanos compreender. Difícil porque temos a imagem da Europa próspera e esquecemos que passamos por fases de grande miséria. Então, quando digo modesta [...] tive um início de tuberculose aos quatro anos e fui enviada para o campo, longe dos meus pais, dos quatro aos seis anos. [...]. (Evelyne Pichenot, professora, Secretária Confederal da CFDT, aposentada).

Para Evelyne Pichenot, falar sobre a própria trajetória pessoal e experiência de pobreza é impossível no contexto francês, inclusive porque teve uma educação familiar esmerada.

[...] Tive uma mãe muito lutadora e ela me deu a noção de que, com muita vontade e força, a gente conseguia qualquer coisa. Então, finalizei meus estudos por essa razão, e também porque minha família de origem, meus avós, morreram jovens de tuberculose, então não tive uma família verdadeiramente, mas a herança familiar que recebi foi uma herança de... não sei se para vocês posso explicar assim: uma herança de pessoas [que eram] socialmente, de fato, pequenos burgueses, mas antes da guerra. Então, eles transmitiam na educação como se integrar com os outros. Eu era muito pobre, mas tinha uma parte (um lado) social de rica. Como me apresentar, como me mover, como comer à mesa... tudo era muito rigoroso!

A mobilidade social decorrente de um processo de saída da pobreza, via educação, teve como pano de fundo a influência imputada à figura materna: “Minha mãe tinha sido sindicalista (CFTC) durante a guerra, sob a influência da igreja”. Desse modo, ela conclui afirmando que teve na sua mãe a imagem positiva para a sua trajetória de vida, impulsionando-a para realizar o projeto que ela mesma desenhava.

Sophie Gaudeul, branca, francesa, militante da CFDT, casada com um economista negro da Martinica, tem um filho e uma filha menores, negro/a. Exerce a militância sindical como especialista em estudos ambientais, não tendo sido eleita para cargo sindical. Também atravessou dificuldades por sua mãe ter sido uma mulher chefe de família, criando-a sozinha até os 15 anos, quando ela própria decidiu viver sozinha. Afirma que teve, na figura materna, desde a infância, a grande influenciadora da sua participação no movimento social e sindical. Sophie Gaudeul, durante um almoço comigo e Mariano Fandos, outro líder sindical, fez comentários de forma reservada sob o quanto o racismo ainda perdura na França.

Outra entrevistada, Beatrice Ouin, branca, jornalista, foi Secretária Confederal na CFDT. Sua família é de origem burguesa, do ramo de negócios empresariais. Seu pai era funcionário, diretor da Renault. Sua mãe, porém, não trabalhava. Era uma família de seis pessoas – pai, mãe e quatro filhas. Logo no começo da sua entrevista, ela afirma: “Minha trajetória vai traduzir o perfil da minha geração, aquela geração do final dos anos 60. Minha história... eu comecei em maio de 1968, no

movimento estudantil”. Para Beatrice Ouin, a história pessoal é o fio condutor da narrativa de sua trajetória de vida. Retratar o período histórico de sua experiência geracional é o modo que ela encontra para expressar o compromisso por ela assumido com a sociedade francesa, aquele modo de interagir do grupo de estudantes de 1968, que pretendia traçar o mesmo rumo para a França. Realmente, trata-se do percurso político de uma estudante que fazia a “diferença”, a de almejar e assumir a posição da classe social subalterna – a classe trabalhadora – e enfrentar suas consequências. Evidente que sua classe de origem, como comumente acontece, não foi sua escolha. De origem burguesa, fez, porém, opção pela experiência como classe operária. Acreditava, naquela circunstância, sendo ainda muito jovem, que sua decisão, como projeto coletivo com os demais jovens secundaristas, transformaria o mundo, a sociedade em que vivia e na qual foi formada.

Logo depois, Beatrice conheceu um operário argelino que trabalhava numa fábrica, e se apaixonaram. Sua família, seu pai principalmente, não aceitou este namoro e sua decisão de casar-se. A partir dessa sua decisão, Beatrice deixou toda uma história familiar para trás. Em 1973, decidiu trabalhar numa organização social, no setor administrativo. Um ano depois, em 1974, nasceu sua primeira filha. Logo depois, em 1976, teve mais um filho. Em seguida, veio a separação e, como consequência, a família monoparental, criando sozinha os filhos. Sua formação cultural, entretanto, continuou até a graduação em Jornalismo.

No grupo dos autodeclarados brancos dos/as entrevistados/as do SINERGIA, é fundamental a narrativa da experiência de Tereza Rodamilans no que diz respeito às relações familiares com os trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, como serviçais de uma família pertencente à elite. Tereza relata que faz suas próprias leituras quando pensa sobre esse passado. Elementar para ela entender que hoje consegue discernir algumas coisas que, naquele momento por ela vivido, não percebia. Afirma: “Eu sou de uma família branca e rica. Rica para o padrão daquela época, claro, anos 60, porque tinha conforto, mesmo sendo de uma família de nove filhos”. Ela caracteriza a família como imbuída de valores morais de convivência e de utilidade das coisas: “Ensinarão todo tempo, a respeitar todo mundo, a dividir. Não ter nada para jogar fora. Tudo, ou você reutiliza, ou você dá pra alguém”. Tereza assinala que, depois de passado algum tempo, ela foi analisando a dinâmica da própria casa:

[...] minha mãe participava do trabalho de meu pai. [...] Era minha mãe que fazia a folha de pagamento. Meu pai trabalhava em obra. Ele era o engenheiro, construtor [...], mas ela (mãe) estava em casa, administrando esse monte de filhos e ainda ajudando na obra. Meu pai...não...[...] meu pai praticamente não tinha dinheiro. Minha mãe que controlava tudo e dava a ele o dinheiro. [...] sabia quanto tinha no banco, fazia todas as contas, dizia o que tinha que pagar. Então ela trabalhava como contadora em casa, na obra, no que tivesse. Nas outras coisas que ele trabalhava. Nas cobranças. Ela que anotava tudo. Ela estava por trás do engenheiro, que crescia e se mostrava uma pessoa proativa, pra frente, não sei o que? [...], mas por trás tinha realmente essa mulher trabalhando. (Tereza Rodamilans, engenheira eletricista da COELBA, Militante de Base).

Percebe-se, nesse contexto de uma família branca bem mais diferenciada em relação aos demais grupos, o gozo de privilégios de classe e até de gênero. Há um distanciamento flagrante em relação à família de Jô, em que a mãe dela foi uma empregada doméstica, não completou a educação formal, e a própria Jô sofreu um desmaio na Escola por carência de alimentos. Marise, Sandra, Maria Antônia, Valter também sofreram as agruras da pobreza, pois ser de família operária é se estar sujeito a todo tipo de exclusão, que começa com a alimentação e se estende à assistência básica de saúde, pela ausência de políticas públicas, até de saneamento básico.

Tereza Rodamilans pensa deste modo a respeito da situação da pobreza:

Eu sempre achei que a gente devia fazer alguma coisa pra melhorar o todo. Não pra melhorar só uma vida. E que eu batalhava, [...] pequena eu já brigava. Eu já brigava, tinha discussão com meu pai e com minha mãe sobre os direitos das pessoas. Porque apesar de eles serem democratas, respeitadores, não sei o quê, e Eles não tinham o movimento dentro deles de querer mudar esse estatuto [...] de querer achar que o empregado, mesmo sendo... se ele está sendo respeitado, ele pode ganhar pouco. Não precisa ganhar mais.

Conforme Jô, sua mãe tinha “medo” por ela, como filha, não ter sucesso na vida por conta do seu perfil, desde cedo, como mulher “independente”, desinibida e enfrentadora das adversidades. Mas, ao contrário de suas irmãs, Jô sempre foi muito estudiosa e dedicada.

Minha mãe criou a gente com muita personalidade. E, depois disso, meu pai era estivador, tinha uma vida razoavelmente confortável, mas eu não peguei essa época, quem pegou foram os irmãos mais

velhos. Eu peguei uma época de muita dificuldade, porque eles passaram por muitas crises né? Então, essa Jô veio de querer modificar, querer trazer minha avó para Salvador, dar as coisas assim, televisão colorida, tudo que achava que era uma “máquina”. Eu era muito danada, e minha mãe tinha muito medo que eu não desse para nada, então eu sempre estudei. Eu era abusada, brincava bastante, tive uma infância muito legal [...] mas eu estudava bastante. Minha mãe dizia: “Quem não estudava, dava para empregada doméstica”. E meu pai tinha uma ideia assim de mulher: “Mulher não é para ficar dentro de casa, você não vai ser igual a sua mãe, né?”. O que a gente achava que não era igual a mainha é que mainha tinha muitos filhos, e além de criar os filhos do marido dela, criava sobrinhos e só vivia para o lar.

O desenrolar de sua trajetória pessoal, como oriunda de uma família negra das camadas populares, foi o de romper as barreiras das desigualdades sociais através do acesso à educação, mesmo tendo de enfrentar o lugar da subalternidade, para finalmente lograr a ascensão tanto cultural como profissional.

Difícil dissociar os motivos da adesão ao SINERGIA-BA da maioria desses/as militantes daqueles valores transmitidos pelas famílias de origem principalmente quando essa origem está amarrada às condições de sobrevivência no contexto de uma família operária. Além disso, a família das classes populares, na Bahia, está representada na sua maioria pela população negra. Portanto, tanto a raça/etnia como a classe não são marcadores sociais dissociados no caso em pauta. No conjunto, os/as entrevistados/as creditam a suas famílias – pais/mães, irmãos/ãs, tios/as, etc. – a transmissão dos valores propulsores de uma perspectiva de construção de uma sociedade menos excludente e mais igualitária, mesmo no caso de militantes oriundas/os de famílias de classes mais favorecidas, como Tereza Rodamilans, Beatrice Ouin, João Magalhães, Tereza Cristina, Didier Blain, etc., tanto na experiência sindical brasileira como francesa.

5.5 DO MERCADO DE TRABALHO AO SINDICATO

5.5.1 Militantes sindicais: percurso profissional

Na Bahia, a partir dos anos 50, já existia a Petrobras, o que, de algum modo, interferiu na geração de novos empregos na indústria e em outros setores da economia. Entre os anos 50 e 60, com a intensificação dos investimentos da Petrobras para dar andamento à produção petrolífera – extração e refino –, a

consequência foi um impacto considerável na sociedade baiana, principalmente no Recôncavo, originando um processo de desestruturação das pequenas elites locais, imputado, sobretudo, ao pagamento de salários mais altos pela indústria do petróleo. Entretanto, verifica-se que, a despeito da importância da Petrobras, não havia integração desta empresa com os demais setores industriais do Nordeste e do País, mesmo durante o transcorrer dos anos 60. Esse impacto propiciou transformações de curso migratório, de levadas de famílias pobres procedentes do interior do Estado para os centros urbanos, e de outros Estados do Nordeste para a Bahia. Este contingente migratório de homens e de minorias de mulheres deslocava-se em busca de meios de sobrevivência e disposto a ofertar a sua força de trabalho para o mercado de trabalho local. No sentido oposto, aconteceu o deslocamento de famílias de outros Estados do Nordeste em direção a Paulo Afonso, durante a construção das Usinas da CHESF¹⁷⁷ neste município.

Conforme Lima (2004), a partir desta conjuntura de desenvolvimento econômico do País, a concepção de pobreza muda de entendimento, passando a ser abordada como *questão social*, diferindo do passado, quando era tratada como mero caso de polícia. Assim, a concepção de pobreza em relação à classe trabalhadora passa a ser vista de forma dual, por conta do subemprego e de seu deslocamento para a periferia, em substituição à denominação de favelado (LIMA, 2004). A esse fenômeno de deslocamento dos trabalhadores e suas famílias do centro urbano para áreas mais distantes, chamou-se de *periferização* ou *metropolização*, a exemplo de Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Catu, Alagoinhas, entre outras (CARVALHO, I., 2008).

Outro fator significativo do ponto de vista do crescimento econômico da Bahia diz respeito à instalação do Polo Petroquímico de Camaçari nos anos 70, produtor de bens intermediários necessários ao desenvolvimento das indústrias do Centro-Sul, o que fomentou um mercado de trabalho local. O incremento da economia

¹⁷⁷ “Os anos 70 assistiram à irreversível ascensão da empresa privada da engenharia nacional de projetos e construção de hidrelétricas, cuja capitalização passou a ser assegurada com a boa e contínua carteira de obras registradas com as contratações efetivadas pelo setor produtivo estatal. Segundo o CMEB (1988, p. 231), a grande arrancada da expansão da capacidade geradora ocorreu a partir de 1967 e 1968, sendo que o total instalado praticamente dobrou entre 1966 e 1972 e mais do que duplicou entre 1972 e 1979. Já nos primeiros anos da década de 80, a taxa média de crescimento anual reduziu-se um pouco, situando-se em torno de 6%. Por outro lado, em função das grandes obras empreendidas pelas empresas estatais, as indústrias produtoras de equipamento para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica alcançaram um índice médio de nacionalização próximo de 90% nos fornecimentos relativos às usinas hidrelétricas” (OLIVEIRA, Rezilda, 2001, p.20).

requeriu a vinda de uma mão de obra especializada do Sul do País, entretanto foi possível o recrutamento de uma mão de obra local, de técnicos de nível médio, oriunda da antiga Escola Técnica Federal da Bahia¹⁷⁸ de acordo com Pinho (2010) e Ricardo Reina Machado (2015), além de engenheiros da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. É inegável que a expansão econômica, a industrialização e a urbanização propiciaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho, pouco presentes desde a Segunda Guerra Mundial.

Diferentemente dos homens, pela sua constância no mercado de trabalho, inclusive independentemente da idade, esse aumento da mão de obra das mulheres desde 1970, foi registrado por Bruschini (1994 a, b), sendo considerado como uma das mais importantes mutações no País nessa década (BRUSCHINI, 1998). Desse modo, transformações demográficas, culturais e sociais que ocorreram no Brasil demarcaram mudanças nas atividades ocupacionais, fomentando o acesso crescente das mulheres no mercado de trabalho, trazendo consequências para o contexto familiar. Mesmo diante desse avanço social e econômico, as mudanças ocorridas na vida das mulheres, com o acesso ao emprego formal, acarretaram-lhes os efeitos da dupla jornada de trabalho – familiar e profissional.

Os dados demográficos divulgados pelo IBGE (1980), referentes a década de 70, examinados nos estudos de Bruschini (1998, 2007), confirmam a consolidação do crescimento da mão de obra feminina no mercado de trabalho, principalmente no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, assim como ocorreu na Bahia, principalmente para aquelas mulheres oriundas da classe média, mais qualificadas e instruídas.

Conforme ainda Bruschini (2007), de acordo com a PEA, entre os anos 1992 e 2002 – abrangendo ocupados e desocupados – o número de mulheres no mercado de trabalho passou de 28 milhões para 36,5 milhões, tendo a taxa de atividade aumentada de 47% para 50,3%. Essa absorção da mão de obra feminina também foi explicada pela necessidade de uma complementação da renda familiar, em virtude da perda do poder aquisitivo dos trabalhadores provocada pelos efeitos dos diversos planos econômicos do período. Até esse momento, o homem era apontado como o único responsável pela sobrevivência econômica da família.

¹⁷⁸ Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET, após a incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC. A partir de 2008, através da Lei nº. 11.892, os antigos CEFET's, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passam a compor a Rede Federal de Ensino Profissional, intitulando-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA (LESSA, 2002).

O crescente acesso das mulheres ao mercado trabalho, a partir da metade dos anos 70¹⁷⁹, intensificou, na academia, a realização de debates e estudos sobre o trabalho feminino, mas que já vinham sendo divulgados principalmente em grupos e na literatura feminista, desde os anos 60. Os estudos, porém, vão mais além, pois as mulheres no Brasil passaram a ser consideradas as “novas atrizes sociais”, como assinala Sader (1988) na sua pesquisa. Segundo esse autor, quando novas personagens entram em cena no movimento sindical e social, as mulheres não ficaram restritas apenas ao modo de produção, mas se tornaram mais participativas nas suas comunidades e bairros populares, ordenando um novo reconhecimento da sua imagem, a de cidadã.

As análises iniciais sobre a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, tais como ilustra o contexto francês, traz algumas semelhanças com o ingresso deste gênero, o feminino, no mercado de trabalho no Brasil, como aponta Jules Falquet (2016). Essa autora considera que esse fato se destaca, inicialmente, como um dos elementos positivos da globalização, porém logo se percebe o engodo, caracterizado no tipo e na natureza do trabalho reservado para o feminino, pois se verificou que a divisão sexual do trabalho naturaliza os postos de ocupação das mulheres que, na sua maioria, se assemelha ao trabalho doméstico, saindo do contexto conjugal-familiar para o exercido de forma assalariada no mercado de trabalho.

Nessa situação, há exceções para uma minoria de mulheres com escolaridade elevada e formação profissional correlata ao perfil exigido pelas empresas contratantes na absorção de mão de obra especializada. De outro lado, por razões infraestruturais ligadas principalmente à necessidade de complementação, contribuição ou mesmo arrimo da renda familiar, há um aumento da força de trabalho feminina pela porta dos setores de comércio e de serviços, fazendo aumentar também o número de mulheres sindicalizadas, bem como o incremento do

¹⁷⁹ Os estudos realizados por Gitahy et al. (1982), a partir da análise dos dados fornecidos pelo *Anuário Estatístico do Brasil* (1980), apontam mudanças quantitativas e qualitativas na inserção e participação de mulheres de 10 anos ou mais de idade no mercado de trabalho brasileiro, a partir de 1970. Considerando a contagem da população total feminina acima de 10 anos de idade, entre os anos de 1970 e 1978, a força de trabalho feminina passou de 18% para 35,5%, respectivamente. Em números absolutos, no ano de 1970 a população feminina de 10 anos ou mais de idade era de 33.305.630, destas, apenas 6.165.447 exerciam algum tipo de atividade remunerada. Porém, no ano de 1978, há um acréscimo tanto na população total feminina brasileira acima de 10 anos (41.696.518), quanto no contingente de mulheres no mercado de trabalho formal (14.792.256).

quadro do trabalho informal¹⁸⁰. Esse aumento desvincula-se do universo global de trabalhadores para corresponder apenas ao número de novos contratos, de acordo com Bruschini (1998).

Vale indagar: Quem são essas mulheres? Como adentram o mercado de trabalho? Qual o perfil das mulheres, nos anos 70, que tiveram acesso ao mercado de trabalho? O perfil das trabalhadoras nos anos 70, conforme Bruschini (2007), era, em sua maioria, de jovens, solteiras e sem filhos, faixa etária de 20 a 29 anos.

Surpreende, nesta conjuntura da crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, como poucas transformações ocorreram no cotidiano da vida delas como mães, educadoras dos/as filhos/as e donas de casa. A partir da perspectiva de Sartori (1991), entendo que é significativo ir além dos dados demográficos, quando a amostra é pequena, a fim de examinar as diferentes experiências sobre um fenômeno, como fatores subjetivos, marcaram a experiência das/os entrevistadas/os ao buscarem o mercado de trabalho e quais as conquistas para que elas/es protagonizassem a adesão ao SINERGIA-BA?

Contudo, nos anos 80, essas mulheres passaram a ser mais velhas, casadas e mães¹⁸¹; 74% são mulheres de 30 a 39 anos. Verifica-se, segundo esse estudo (BRUSCHINI, 2007), que 69% das mulheres de 40 a 49 anos e 54% das de 50 a 59 anos também são ativas, conforme a PEA feminina.

Pesquisadoras de estudos demográficos como Bruschini (2007) verificaram que o número dos postos de trabalho feminino, como indicam os números da PNAD 1985-1990 (IBGE, 1992), não foi tão agravante considerando a mudança no conceito de trabalho, em que se incluem a produção familiar e a incorporação do trabalho doméstico de autoconsumo.

O crescimento do emprego feminino nos anos 90 mostrou a força do crescimento da população economicamente ativa entre as mulheres, cujo papel foi considerado proeminente em comparação com os homens: “acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63 milhões”, conforme Bruschini (1998). Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2003), em outro estudo, apontam, com

¹⁸⁰ Deslocamento do trabalho formal da ordem de 5,8% resultando em perda absoluta de 1,3 milhões de postos de trabalho entre 1988 a 1992. (Bruschini, 1998).

¹⁸¹ Entretanto, esse mercado de trabalho feminino começa a apresentar redução para a faixa etária entre 30 e 39 anos, correspondente ao período mais reprodutivo da mulher. Por isso, apenas em 2005, ocorre a mais alta taxa de atividade feminina (74%), encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos; 69% das mulheres estão entre 40 e 49 anos e 54% correspondem às que estão entre 50 e 59 anos.

base nos dados do IBGE, que houve aumento da presença de mulheres no mercado de trabalho e demonstram que a divisão sexual do trabalho reproduziu e marcou o perfil das mulheres; logo 30% da força de trabalho feminina e 10% da masculina predominam e ocupam postos de perfil mais adequados a trabalhos informais e de tempo parcial.

Outro elemento que marca esse período dos anos 90 é o trabalho oculto ou desalento cujos representantes são mulheres, aqui e internacionalmente. Dessa forma, não se pode omitir a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho atualmente, mas estas constituem uma minoria no setor fabril, em contraste com o início da industrialização e no decorrer do século XX. Apesar disso, constituem maioria nos setores de comércio e nos serviços. Nesse aspecto, o crescimento do trabalho na modalidade de tempo parcial, temporário, traz dificuldades para o exercício da representação sindical (HIRATA, 2011).

Segundo Bruschini (2007), o IBGE nem sequer registrava o trabalho das mulheres como donas de casa nos anos 70 a 80, vistas como inativas. Em relação à jornada de trabalho entre homens e mulheres, as desigualdades de gênero ficam evidentes nas pesquisas, conforme esse autor, quando os dados são desagregados por sexo, embora a categoria raça/etnia seja desconsiderada nesses dados. Na população total, este número foi de 21,9 horas; o das mulheres foi de cerca de 27 horas e o dos homens pouco mais de 10 horas, conforme as PNADs de 1992 e 2001, a partir da alteração da metodologia de pesquisa do IBGE.

Pode-se até supor que o cotidiano da vida privada, como trouxe Paulo de Tarso, ao colocar o seu entendimento sobre a reduzida presença das mulheres na diretoria do SINERGIA-BA, explicada pela sobrecarga de ocupação na família, o tempo de produção, em paralelo à jornada do trabalho a mais, em comparação com a jornada dos homens trabalhadores, seria uma das explicações da diminuta participação das mulheres nas atividades sindicais.

Contudo, desde o Capítulo 4, vêm sendo apontadas as trajetórias e as experiências dessas/es militantes sindicais, cabendo neste item mostrar as interseccionalidades em relação às categorias de análise raça/etnia, gênero e classe, questionando quando a estrutura do racismo é percebida pelas/os militantes sindicais negras/os e pardas/os e como vivenciaram a experiência da negritude em relação às/aos demais militantes, tanto nas empresas (COELBA e CHESF) quando no Sindicato (SINERGIA-BA).

Para conhecer a singularidade do mundo negro da Bahia, a situação de homens e mulheres negras/os neste contexto de Salvador, os estudos de Bairros (1988), Pinho (2010) e Machado (2015) trazem ilustrações importantes para a compreensão do processo de mobilidade social principalmente da população de negros e pardos. Pinho como historiador, em “*O mundo negro*”: *hermenêutica crítica da reafrikanização de Salvador*, não detalhou nos dados a respeito das mulheres negras, mas apenas sobre homens negros. Esse autor, na sua pesquisa, traz revelações importantes sobre as transformações sociais encetadas na perspectiva de desenvolvimento econômico, que trouxe relevantes transformações no pensamento, nas relações simbólicas da população negra, no sentido de mostrar dados que aprofundam as diferenças com base na raça/etnia e na classe. Pinho (2010) pouco aborda sobre as interseccionalidades, detendo-se na classe e na raça, não considerando que a raça pode explicar a classe e o gênero, quando se articulam as categorias de análise, com base nas relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres, como bem o fez Davis (2016) em *Mulheres, raça e classe*. Contudo, não se pode negligenciar seu estudo, pois possibilita fazer digressões elucidativas as relações sociais não contemplam apenas um gênero, mas sua interação entre homens e mulheres.

Desconstruindo essa ausência das mulheres negras dos estudos de gênero, nos anos 80, Luiza Bairros (1995), em suas formulações, denuncia a ausência da categoria raça, na maioria dos estudos sobre gênero e trabalho no Brasil, apesar de a população brasileira ser formada majoritariamente por negros e pardos, principalmente em Salvador. Entende-se que para as mulheres, além das segregações de gênero e classe, traduzidas na divisão sexual e social do trabalho, a raça/etnia é fator crucial na cotação do acesso e da permanência das mulheres negras e pardas no mercado de trabalho, do valor atribuído à força de trabalho, do assalariamento e do trabalho precarizado. Além disso, não podemos encobrir o fenômeno do racismo como elemento estruturante da formação da sociedade brasileira.

Na Bahia, assim como no restante do País, as transformações de ordem econômica e social justificam a necessidade de absorção no mercado de trabalho da mão de obra feminina e, entre estas, contemplaram aquelas mulheres mais qualificadas. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho está relacionado à expansão da escolaridade, a que as brasileiras têm cada vez mais acesso,

apresentando escolaridade superior à dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. Nos anos 90, houve um aumento significativo de mulheres cientistas, decorrente do aumento da escolaridade (MELO; LASTRES; MARQUES, 2004). Em 2005, 32% das trabalhadoras tinham mais de 11 anos de estudo, contra 25% dos trabalhadores (BRUSCHINI, 2005).

Os estudos da conjuntura dos anos 60 apontam o perfil da força de trabalho negra, incorporando os mestres de obras, pedreiros e serventes da construção civil e as/os empregadas/os domésticos/as. As mulheres negras¹⁸² são, tradicionalmente, permanentes na prestação de serviços nas residências de famílias mais abastadas (BAIRROS, 1988; PINHO, 2010).

É nessa transformação da ordem social e econômica que se inserem três participantes desta pesquisa, no mercado de trabalho. Das mulheres em idades mais avançadas, na faixa etária de 75 a 79 anos, apenas duas ingressaram no mercado de trabalho nos anos 60: Maria Antônia e Clélia conseguem o primeiro emprego formal ainda jovens e solteiras, na faixa etária de 25 a 30 anos, uma na Petrobras e outras na CHESF, respectivamente.

Carmilce, apesar de fazer parte dessa faixa etária, como já era mãe do primeiro filho, não conseguia trabalho formal e fixo. Outro fator impeditivo diz respeito a sua militância na Ação Popular – AP. Nessa época, como está registrado no seu Perfil biográfico (Apêndice C.1), tornou-se militante dessa causa através da atividade de alfabetização de adultos, caminho escolhido para preparar pessoas sem escolaridade para compreenderem a relação com o tipo de vida que levavam e o regime político do País. Posteriormente, com a criação do PC do B, deslocou-se para outro Estado. Já na década de 80, consegue seu primeiro emprego fixo aos 40 anos, ingressando na COELBA. Aposentou-se por idade aos 61 anos.

Roque fez a seleção para sargento no Exército também nos anos 60, contudo, devido ao golpe militar, tornou-se exilado político, clandestino, no Uruguai e, no retorno ao Brasil, ingressou na COELBA nos anos 70.

Na década de 70, com o impulso do desenvolvimento econômico da Bahia, principalmente na Região Oeste, tornou-se necessária a expansão da COELBA para atender a essa demanda, de que decorre a entrada do segundo grupo de jovens, na

¹⁸² “O emprego doméstico absorve 7,5% do total de empregados e sua composição é radicalmente centrada no trabalho feminino. Segundo Bairros (1988) em 100 empregados domésticos 95 são mulheres e destas 87,5 são negras, com o mais baixo rendimento médio mensal” (BAIRROS, 1988, p.311).

faixa etária de 20 a 25 anos, entrevistados/as para esta pesquisa: Tereza Cristina, Tereza Rodamilans, João Carlos, Maria Luiza, Valter, Marcos Nilton e Marise. Na CHESF, entrou na mesma época José Cabral.

O terceiro grupo entra no mercado de trabalho nos anos 80, como técnicos administrativos e eletrotécnicos: Maria Helena e Maria Cristina (área administrativa); Paulo de Tarso, Jeannette e Jocelina (área técnica). No setor administrativo, nos anos 90, Maria de Fátima entra na CHESF, oriunda de uma empresa terceirizada, sendo a mais jovem do grupo entrevistado, hoje com 50 anos.

De forma natural, neste viés do capitalismo concernente à divisão sexual do trabalho, concebida na hegemonia do masculino, estabelecem-se empresas seguindo o padrão determinado pelas normas da sociedade capitalista, isto é, um mercado reservado para homens. No decorrer do final do século XX, a mão de obra feminina passa a complementar esse contingente masculino cabendo à mulher o lugar de auxiliar nas tarefas de menor complexidade, as atividades administrativas das indústrias, tidas como mais apropriadas à reprodução da vida social.

Na metade dos anos 70, intensifica-se o debate sobre o trabalho feminino, divulgado em grupos e na literatura feminista, decorrente dessa crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, desde os anos 60. A Sociologia francesa, nos anos 70 e 80, traz uma relevante contribuição para este campo de estudo, ao introduzir as categorias sexo e relações sociais de sexo em suas análises sobre o conceito de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2009).

No caso brasileiro, Heleieth Saffioti (2013) foi pioneira dos estudos feministas no País, ao publicar em 1969 *A Mulher na Sociedade de Classes*. Igualmente, Elizabeth Souza-Lobo (1991), a partir de suas pesquisas, iniciadas na década de 70, publica *O trabalho como linguagem: O gênero do trabalho*, que examina o trabalho feminino levando em consideração a problemática da diferença entre os sexos, com base na divisão sexual do trabalho. Essa autora traz, como exemplo, a visão embutida na legislação brasileira, que diz respeito à reprodução da vida social, reconhecendo a necessidade de proteção à mulher, contudo delimitada à maternidade e à aposentadoria, ignorando as qualificações, postos de trabalho, salários e promoções.

Importante discutir, aqui, os embates gerados pela entrada das mulheres no espaço produtivo, nos discursos impetrados pela moral cristã da sociedade tradicionalista brasileira, como mordagens impeditivas de emancipação das mulheres.

Ao contrário da visão dos estudos feministas, as instituições tradicionalistas, como a Igreja, o Direito, as Escolas, entre outras, consideravam e ainda consideram o trabalho das mulheres “fora de casa”, como o provável responsável pela “desagregação” das famílias, numa visão naturalista da família. Os estudos antropológicos demonstram, em definitivo, que o que há de mais natural em nós é antes de tudo cultural (LAPLANTINE, 1988). A ‘família’ torna-se um terreno privilegiado de *naturalizações* na medida em que sua constituição está atrelada a elementos de ordem da perpetuação social da espécie, além de ser conceitualmente tomada como a ‘base’ da sociedade (REINA, 2008): nela são desenrolados eventos importantes da vida social, quais sejam, entre outros, nascimento, envelhecimento, morte.

5.5.2 Formação profissional: Estágio e Primeiro Emprego

A porta de entrada para o mercado de trabalho, no caso de profissões especializadas, é o estágio curricular, ainda como estudante, uma etapa considerada crucial para aqueles/as oriundos/as da área técnica profissional, pois demarca a fase inicial do aprendizado dos/as futuros/as profissionais no mercado de trabalho. Além disso, alguns/umas desses/as entrevistados/as tiveram experiências no movimento estudantil e, de forma indireta, contato com o movimento sindical. Apesar de os/as trabalhadores/as, por estarem no setor secundário, ficarem distantes do centro, esses/as estudantes mantinham contato com eles, através de seus diretórios acadêmicos, para a realização de passeatas e eventos orientados pelos partidos políticos no período da transição democrática (anos 80).

A narrativa da trajetória como estagiários/as de Jocelina, Jeannette e Paulo de Tarso, por exemplo, ajuda a conhecer o início da experiência profissional enfrentada por esses jovens, homens e mulheres. Essa fase começa a partir da exigência para a conclusão dos cursos de formação técnica, seja em nível médio (Eletrotécnica) ou superior (Engenharia Elétrica), critério principal para a formação da mão de obra profissional no setor elétrico.

Estudos sobre a dinâmica da mão de obra no mercado de trabalho pouco têm abordado essa etapa que antecede a entrada formal no mercado de trabalho. Pode-se, assim, examinar, o modo como esses profissionais foram absorvidos/as em definitivo pelo mercado de trabalho. Além dos pré-requisitos exigidos na contratação

de homens e mulheres – conhecimento técnico, habilidades, capacidade de decisão, liderança – é analisado se marcadores sociais de raça/etnia, classe, gênero, idade, localização, entre outros, interferiram no acesso às empresas.

A partir das trajetórias profissionais, busca-se nas narrativas trazer principalmente as experiências das técnicas em eletrotécnica por serem estas as primeiras mulheres em sala de aula nessa área, dispostas a assumir uma profissão de perfil masculino. Foram pesquisados também outros elementos na intenção de discernir o que intersecciona com os pré-requisitos profissionais para a contratação desses/as técnicos/as no mercado de trabalho. Para isso, optou-se pela análise das experiências de Jocelina, Jeannette e Maria Helena em relação à experiência de Paulo de Tarso como contemporâneo de trajetórias: cursaram eletrotécnica, estudaram na Escola Técnica Federal da Bahia e Escola de Eletrotécnica e Eletromecânica da Bahia, trabalharam na COELBA, filiaram-se e exerceram a militância sindical no SINERGIA-BA. Isto posto, os casos de Jocelina e Jeannette, como mulheres negras, apresentam dados elucidativos do tratamento dispensado a profissionais em relação à raça/etnia, à classe e ao gênero, quando comparados aos/às demais profissionais no mesmo contexto das empresas.

O ingresso de Jocelina Regina Santos – Jô, na Escola Técnica Federal da Bahia, como estudante de Eletrotécnica, significou a realização do seu maior sonho desde a adolescência, considerando o êxito da geração anterior do bairro da Liberdade que passaram por essa escola. A maioria dos trabalhadores negros, segundo Osmundo Pinho (2010), oriundos das famílias da pequena classe média ou da pobreza remediada almejam adquirir o padrão da classe média, a ser alcançado através dos salários pagos, confirmado pela narrativa de Jô. Na década de 70, vários jovens de seu bairro estudaram e obtiveram êxito na vida, como, por exemplo, o acesso ao emprego, à melhoria da qualidade de vida com a aquisição da casa própria, o acesso aos bens de consumo, para si e suas famílias: “Eu tinha o sonho de entrar na Escola Técnica”. Diferentemente dos/as demais colegas, para concretizar este sonho, Jô teve de se submeter a muitos sacrifícios. E, para isso, contou com o apoio de um professor chamado Samuel, que lhe deu aulas individuais de preparação para o vestibular da referida escola, pois ela estudava na escola pública Duque de Caxias, na Liberdade. Com essa ajuda, segundo ela, “um empurrão”, conseguiu ingressar na sua almejada Escola no final da década de 70.

A respeito dessa escola, Jô faz um apêndice. Era a única mulher na sala de aula e tinha dificuldades de compreensão, de acompanhar a turma, porém pedia aos professores explicações até superar tais dificuldades. Ela ainda conta que, embora estivesse satisfeita com o êxito alcançado, logo percebeu, no início das aulas, que a escola técnica tinha um perfil distinto, pois foi pensada e organizada, desde o início, para meninos. As opções e ofertas curriculares de seus cursos contemplavam a formação de mão de obra técnica voltada especificamente para o polo industrial, nesta época em processo de desenvolvimento na Bahia.

Ricardo Reina Machado (2015), em sua dissertação de mestrado – *Edson Gomes: trajetória de um Ícone do Reggae nacional: relações de raça e classe na formação da cultura brasileira* –, descreve as manifestações políticas e sociais das populações negras baianas no contexto da reafirmação, assim como o fez Pinho (2010). Revela o surgimento de uma nova geração de negros que receberam a influência cultural do Curuzu, Bairro da Liberdade em Salvador. Quem eram esses jovens trabalhadores? Entre eles, destacam-se Antônio dos Santos (Vovô do Ilê) e Apolônio de Jesus, criadores do Bloco Afro Ilê Aiyê. A maior parte deles era de trabalhadores do Polo Petroquímico, com formação na Escola Técnica Federal, de nível médio-técnico, o que lhes possibilitou o acesso aos postos de trabalho na Região Metropolitana de Salvador. Significativamente, na mesma época, as vagas promovidas pelo terceiro setor foram as maiores responsáveis pela inserção de uma massa de negros em cursos técnicos de eletrotécnica, topografia, mecânica e química.

Jô resume sua trajetória de vida na seguinte declaração: “Eu fui tanto a única mulher como a única aluna negra na sala de aula”. De acordo com ela, a concretização de seu sonho teve um custo elevado na sua vida. Um dos primeiros desafios a ser enfrentado por ela foram os horários das aulas. A Escola Técnica Federal funcionava nos três turnos. Esse modo de estrutura funcional de uma escola pública, este tipo de planejamento pedagógico, não fora pensado a partir das dificuldades e carências de estudantes pobres, pois se exigia a permanência do aluno durante longo tempo, como: a obrigação de fazer as refeições na escola ou o transporte extra para ida à residência no horário do almoço; a higiene pessoal de meninas, entre outros itens. Situação impossível de ser contornada no caso de alunas/os carentes, residentes em bairros distantes do Barbalho onde se localiza a Instituição. Esta jornada prolongada sobrecarregou Jocelina, porque ela já estudava

Desenho Industrial ao mesmo tempo no Colégio Duque de Caxias, na Liberdade, e Eletrotécnica, no mesmo período, na Escola Técnica. Resumindo: a sua situação como aluna carente agravou-se. Certo dia, ela sofreu um desmaio na escola, uma vez que não conseguira merendar, em decorrência das condições financeiras de seu pai, operário, por conseguinte, a carência de itens básicos era uma característica de toda sua família. No entanto, ela relata o apoio recebido naquela ocasião por parte do diretor da escola, que autorizou o fornecimento de almoço para ela. Pouco depois, ela desistiu do outro curso, pois teve de fazer sua opção. E, nesse aspecto, ela optou em estudar apenas Eletrotécnica. Logo, concluiu o curso e se formou.

Ela foi aprovada, na seleção de estágio, para a empresa Caraíba Metais, na Mina Jaguarari, no interior da Bahia¹⁸³, onde permaneceu durante 6 meses. Apesar de ser muito jovem, ela foi obrigada a deslocar-se sozinha para um local distante de Salvador. Ser mulher não foi impeditivo para ela. Cabe uma questão que não quer calar: por que Jô não obteve uma vaga de estagiária próxima a sua residência, como seus demais colegas de turma? Ora, Jô afirma que na sua turma era a única mulher. Essa menina negra, nessa época, com pouco mais de 20 anos, se comparada a uma menina branca, seria considerada sem experiência para viver longe da sua família, embora como tantas outras mulheres negras, como é costume se dizer para elas em Salvador: “Se jogue, corra!”.

Eu fui para estagiar. [...] Lá encontrei o mineiro Edvar Beckham. [...] Fizem uma entrevista comigo. Eu não sabia que ele estava assistindo [...] e, entre todos os entrevistados, me escolheu. Eu fui para a Caraíba Metais. Todo lugar, Beckham me levava. Eu tinha curiosidade. [...] interesse de conhecer a Mina, lá dentro, mas tinha um tabu, olhe: “Nossa Senhora” tomava conta da entrada, mas, para descer, não deixavam mulher descer. (Jocelina Regina, (Jô), 59 anos, estagiária de Eletrotécnica).

Justamente, nesse período de estágio, Jô teve a “ousadia” de quebrar um dos mitos da cultura do trabalho em minas de exploração: um dos tabus deste tipo de trabalho era forjado na identidade de gênero que impunha limites de acesso às dependências das minas, cujas normas, pautadas em elementos da subjetividade, não permitiam a descida, o acesso de mulheres ao subterrâneo, nem às galerias. Esta proibição estava vinculada a um mito baseado no sexo: mulher no interior da

¹⁸³ O depósito da mina Caraíba foi descoberto no ano de 1874, no Vale do Curaçá, área do atual município de Jaguarari (BA). Em 1974, a empresa estatal Caraíba Metais S.A. iniciou a exploração comercial da mina, tornando-se a única fabricante de cobre eletrolítico do Brasil.

Mina podia provocar acidentes. Além desse problema de proibição vinculada à segurança do trabalho, havia a predominância do masculino no seu interior, submetido a uma temperatura elevada. Segundo Jô, os homens portavam apenas “cuecas”, portanto esse tipo de comportamento não era adequado ao convívio do feminino. Conforme Jô, a imagem de Nossa Senhora na entrada da mina representava um símbolo de proteção, e a mulher comum, a operária, simbolizava o “azar”, que, na verdade, mascarava, ocultava, as hierarquias de gênero (SCOTT, 1994). Assim, Jô relata:

Então um dia, um final de semana que eu não vim para Salvador, aí eu pedi aos meninos que estavam de plantão, o supervisor de segurança estava, aí eu disse: “Ah, eu quero descer a mina, eu quero descer a mina.”. Porque tinha tido um problema elétrico na mina, mas Beckham tinha descido na minha frente, eles não queriam deixar eu descer. Aí Beckham meu chefe liberou para eu descer. Aí eu fui até 1500 metros do nível do mar. Eles vão cavando a mina subterrânea até encontrar céu aberto. [...] Eu descii no carrinho, e queria me meter em tudo [risos]. Mas é muito bom, foi muito lindo. [...]. Porque é água para todo lado, água cristalina. É lindo, é muito lindo. Eu tenho, umas lembranças, [...] divinas dali. [...] 1500 metros que teve, eu fui até lá embaixo encontrar os “meninos”, furando, fazendo tudinho, bonitinho.

No final do período de estágio, a Caraíba Metais demonstrou interesse pela renovação do contrato da estagiária, o que não foi possível devido à legislação. Contudo, naquele tempo, a Caraíba Metais não contratava mulheres para compor o seu quadro de empregados permanentes. A contratação como profissional remete a questões subjetivas, normativas, de impedimento de uma mulher, mesmo com capacidade e habilidade técnica comprovadas no contexto funcional do exercício profissional no interior da mina. Sendo assim, não houve iniciativa e determinação da direção da empresa de romper com essas normas hierárquicas pautadas na identidade de gênero, com base nas diferenças do ser homem e ser mulher para sua atuação profissional como eletrotécnica.

A mulher trabalhadora negra, após comprovar suas habilidades técnicas no campo profissional em relação ao masculino, solucionando problemas técnicos passíveis de solução para eles, a partir da experiência, torna-se respeitada, mas não aceita como igual: [...]” eu fui a primeira a descer (a mina). Depois teve outra (Ena, estagiária negra) que desceu, por incrível que pareça, depois ela foi trabalhar comigo também na COELBA”.

A partir desse lugar comum das experiências como estagiária, a trajetória profissional de Jeannete, eletrotécnica, formada pela Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia – EEEMBA, se intersecciona com a trajetória de Jocelina. Jeannete, mulher negra assim como Jô, também estagiou na Caraíba Metais. Porém, ao contrário de Jô, que estudou toda a fase do ensino médio-técnico em uma instituição pública, Jeannete estudou e concluiu o curso técnico numa instituição particular. Segundo Jeannete, em 1978, enquanto ela viajava de férias, sua mãe a inscreveu para o vestibular da EEMBA e da antiga Escola Técnica Federal, escolhendo os cursos que ela deveria cursar. Jeannete foi aprovada nas duas instituições, passando a cursar Eletrotécnica e Edificações, respectivamente, por ordem de sua mãe, porém se identificou mais com o curso de Eletrotécnica:

A Escola Técnica [...] naquela época era muito rígida. E eu já vivia um... vivia militarismo dentro de casa, então não me identifiquei com a Escola Técnica [...] Você era jubilado se não conseguisse, se perdesse nota. Tinha a questão da farda. Das exigências do horário de fechar o portão. E eu nunca me adaptei muito com esse negócio de [...] imposição, não.

Ao concluir o curso de Eletrotécnica na EEEMBA, Jeannete iniciou seu estágio, sendo a única mulher a participar do processo seletivo:

[...] faltando um semestre para eu me formar, a Caraíba Metais chegou lá na escola e falou assim: "Eu vim buscar alunos pra trabalhar." Aí eu fui selecionada e fui fazer a prova da Caraíba Metais. Eram duas vagas. Tinham 10 colegas. Eu era a única mulher. E das duas vagas, uma ficou comigo e a outra ficou com outro colega de lá.

A passagem pela Caraíba Metais significou a pior fase para Jeannete, pois, além de ter sido designada para trabalhar na parte mecânica, a empresa não possuía adaptação para comportar empregadas técnicas do gênero feminino, tendo de dividir áreas de uso pessoal, como os banheiros, com os homens:

Eu detestei trabalhar na área. Detestei. Porque a Caraíba me contratou para uma oficina mecânica. Eu vivia rebobinando motor. Fazia bobinas de motor. E usava o macacão, uma caixa de ferramenta pesada [...] Como eu era a única mulher e a Caraíba não estava adaptada nas instalações pra ter mulher nessa área, eu ia de casa vestida de macacão. Para eu ir no banheiro, os colegas entravam pra ver se tinha alguém dentro, pra eu poder ir. Então,

depois que a Caraíbas foi adaptando a estrutura para a mulher também na área.

Jeannete, porém, não concluiu seu estágio na Caraíba Metais, pois havia abominado essa experiência como eletrotécnica e também como estagiária da empresa, segundo ela, por executar serviços monótonos e rotineiros, onde não conseguia aplicar seus conhecimentos profissionais.

Jeannete e Jocelina como estagiárias, apesar de executarem a prática profissional na mesma empresa em épocas próximas e em local distante de Salvador, tiveram, como mulheres, oportunidades análogas, embora atravessadas por similitudes e dessemelhanças, tanto que Jeannete, segundo ela relata, acabou por pedir demissão.

Paulo de Tarso, na sua entrevista, registra com veemência o fato de ter nascido e crescido numa família numerosa. Importante, segundo ele, ter estudado na Escola Técnica Federal, após ter prestado o vestibular em 1976, juntamente com seu irmão Guedes – este foi militante sindical, eleito diretor da FAELBA, e filiado ao PT. A família não possuía recursos para colocá-los em uma escola particular, contudo conseguiram estudar numa escola pública considerada de excelência. Paulo de Tarso, Jô e Jeannete têm o mesmo ponto de vista sobre o rigor exigido pela Escola Técnica. Jô ainda acrescenta as dificuldades sofridas em virtude de a escola contemplar o ensino em jornada de tempo integral, pois havia aulas pela manhã e pela tarde, inclusive em alguns casos, à noite, exigindo que o aluno levasse o seu almoço ou lanche. Paulo tinha o apoio de sua família, e às vezes fazia suas refeições na casa da avó no Barbalho, uma condição privilegiada que ele possuía na época, diferente de vários alunos, a exemplo de Jocelina que relata:

Eu desmaiei na Escola Técnica, porque estudava de manhã, de tarde e de noite. Eu fazia Desenho Arquitetônico no Duque de Caixas e Eletrotécnica na Escola Técnica. Mas chegou um semestre que eu não comia, não fazia nada, não tinha tempo para nada. Então eu desmaiei na Escola Técnica. Aí depois desse dia que eu desmaiei, [...] a médica foi e tal, viu que eu estava fraca, e disse que se eu continuasse assim que ia trancar a minha matrícula, durante um semestre. Eu tinha medo de perder de ano. Aí fui levada a Rui Santos Filho que era um diretor maravilhoso, um espetáculo, da Escola Técnica. Aí ele disse que daquele dia em diante eu não desmaiaria mais. Porque eu não fazia refeição nenhuma, Vanderlay. Não merendava, nem nada, só tinha o dinheiro de ida e vinda [risos]

Paulo de Tarso se formou no ano de 1979 e, nesse mesmo ano, iniciou a sua trajetória profissional como estagiário na COELBA. Depois de concluir seu período de estágio, não havia vaga na empresa para contratação imediata. Então, Getúlio Lins, diretor da COBER, subsidiária da empresa, o encaminhou para a ETEC, empreiteira terceirizada da COELBA, no setor de projetos.

As trajetórias profissionais de Jeannete e Jocelina, embora sejam marcadas pelas dimensões de gênero, raça e localidade, apresentam, todavia, aspectos que as distanciam e definem caminhos diferenciados para ambas no que tange à igualdade de oportunidades no acesso ao primeiro emprego. Nas experiências de Jô e Jeannete, as opressões de raça/etnia, gênero e classe se interconectam e convergem, reproduzindo e recriando posições de maior ou menor desigualdade. No caso de Jô, após finalizar o período de estágio, ela recomeça um novo ciclo, a tentativa de ingresso como profissional de eletrotécnica neste mercado de trabalho em ascensão na Bahia. É a fase da competição, de como a mulher lida com as regras impostas ao feminino no mercado de trabalho.

O primeiro passo é a submissão a concursos públicos, a processos de recrutamento e seleção nas empresas. Para decepção de ambas, o caminho não era tão fácil e rápido como elas esperavam, com base no mérito. Geralmente, alunos da Escola Técnica eram absorvidos pelas empresas onde desenvolveram sua experiência do estágio, portanto eram vistos e tidos, no mercado de trabalho, como uma mão de obra que gozava de prioridade no processo seletivo, principalmente pela qualidade do ensino da escola e pela experiência possibilitada através do estágio profissional. No reverso, Jô não conseguiu obter êxito na sua empreitada. Destarte, nota-se que nem todos os critérios de recrutamento, de seleção, de escolha, de conquista do emprego estavam postos pelas empresas de modo objetivo e transparente. Existiam fatores subjetivos, que não seguiam os critérios de avaliação baseados na tão falada meritocracia, na formação profissional, distanciando-se do perfil profissional comumente exigido, a exemplo do requisito da “prática” como o critério de experiência mais abalizador da competência profissional.

Até que um dia, Jocelina foi selecionada para a empresa Rodia. Na entrevista final, a recrutadora lhe disse: “Tem duas coisas contra você ser contratada: *“Você é mulher e você é negra.”* Ela não foi admitida na empresa. A partir desse episódio, Jocelina viria a entender que existiam marcadores sociais que pesavam nas escolhas profissionais, tais como de raça/etnia e de gênero, além da classe social,

que se constituíam em obstáculos a sua entrada no mercado de trabalho na Bahia. A classe social não foi mencionada, porém, segundo ela, seu bairro, seu endereço podem ter sido também um vetor de exclusão. Jô, durante o interregno da saída da Escola Técnica em busca de emprego, conseguiu ingressar numa empresa do Polo Petroquímico, a SETEPE.

No caso de Jeannette, após ser aprovada em 1984, foi lotada para a unidade de Paulo Afonso, e ouvindo os conselhos do pai, que inclusive foi viver com ela na cidade para que ela se adaptasse, resolveu aceitar o cargo. Durante a greve da COELBA ocorrida no ano seguinte, Jeannete sindicalizou-se e articulou sua mudança para Alagoinhas com apenas 6 meses de empresa, pois já não queria viver em Paulo Afonso. Porém, segundo ela, por ser petista, enquanto seus colegas de trabalho em Alagoinhas eram peemedebistas, ocorreu um choque de ideologias, levando-a a ser demitida da COELBA. Conseguiu, entretanto, emprego logo depois, em uma subsidiária da empresa, a COBER, após conversar diretamente com o diretor. Por ainda não se ter desligado oficialmente da COELBA, resolveu fazer uma nova carteira profissional para ser admitida na COBER, enquanto o trâmite da sua demissão se encaminhava. Posteriormente, após a fusão COBER-COELBA, passou a trabalhar novamente na COELBA, desta vez em Salvador, como a primeira mulher técnica do DED¹⁸⁴. Por atuar numa área de maioria masculina, afirma que, apesar de aprender muito com eles, trabalhando com os melhores engenheiros da empresa, não havia chance para a sua ascensão, pois a prioridade eram os homens. De forma paradoxal, Jeannette relata que não pretendia ocupar o cargo de chefia na COELBA. Em 1985, inicia a sua trajetória sindical, frequentando as reuniões do SINERGIA.

Maria Helena, parda, eletrotécnica, trilhou outros caminhos, pois ingressou na COELBA como escriturária. Posteriormente, concluiu o curso de eletrotécnica, na EEMBA, sendo convidada para trabalhar na área operacional por um engenheiro. Segundo Helena, depois de algum tempo, foi reclassificada, com muito esforço e começou a exercer a função de eletrotécnica. A partir dessa promoção, a trajetória profissional de Maria Helena muda de Escriturária para Técnica em Eletrotécnica: [...] “eu comecei a sofrer muitas discriminações”. Essas discriminações tiveram início quando Helena, grávida, passou a ter dificuldades para trabalhar no campo, isto é, fora do escritório, pois fazia elaboração e acompanhamento de projetos

¹⁸⁴ Departamento de Engenharia de Distribuição

técnicos. Conforme Helena, o setor passou a ser gerenciado por uma engenheira elétrica e, a partir daí, ela começou a ser tratada de forma diferenciada, obtendo apoio apenas de um colega para trabalhar em dupla, mas não conseguia descer em linha subterrânea na área do Comércio, em Salvador:

Eu mostrei para ela. [...] ela como mulher deveria estar do lado da verdade. E ela concordou em me pagar periculosidade, mas só as horas que eu passasse no campo. Mas em contrapartida eu estava grávida, na época, do meu primeiro filho e ela escolheu os quatro piores locais de Salvador para eu entrar, só para me pressionar e mostrar que ela tinha mais poder do que eu. [...] Ela queria provar para mim, que eu não era capaz. [...] Na realidade, o problema não é somente por sermos mulher, também vem de classe social, de pessoas que acham só porque tem dinheiro tem que pisar. No caso dela que veio de Minas Gerais como engenheira... Um dia ela me disse que ela era paga para pensar e eu era paga para trabalhar. Então assim, eu sofria discriminação com ela de tal forma, que ela me pressionou a ponto até de eu querer desistir de trabalhar.

Ser mulher diante de outra mulher empoderada na hierarquia das empresas significa impor a outras mulheres condições de trabalho adversas numa relação de poder. Segundo João Magalhães, engenheiro, as mulheres eram mais autoritárias do que os homens. Conforme ele expressa, parece que a COELBA escolhia esse perfil para seu corpo de gerentes. Como profissional que dava a última palavra na hierarquia e na divisão sexual do trabalho, certamente essa engenheira não se teria dirigido a um eletrotécnico desse modo, de imposição autoritária. A eletrotécnica Maria Helena como mulher parda, também relata o fato de que não tinha direito ao percentual de periculosidade, novamente por uma questão de ser mulher. Os homens recebiam 30%, enquanto as mulheres recebiam apenas 10%. A entrevistada expõe que foi necessário entrar numa luta com a engenheira responsável, para que ela pudesse reconhecer a importância da vida dela e de seus colegas, independente do gênero, afirmando que ela própria, como mulher, deveria estar do lado da verdade:

Vanderlay – Essas discriminações eram decorrentes de que?

Helena – A discriminação pelo fato de ser mulher E os homens, como sempre, achavam que as mulheres não tinham competência e nem deveriam exercer funções, que na cabeça deles, eram correlatas ao sexo masculino. Entretanto, nós lutamos e conseguimos. Inclusive eu lutei bastante e consegui periculosidade

na época...Aliás, periculosidade tem um percentual de 30% sobre o salário base.

Vanderlay – O que é periculosidade?

Helena – Periculosidade é quando você trabalha [...] você expõe a sua vida no sistema operacional, em linhas energizadas. Na realidade, as pessoas que vão eventualmente ao a área operacional.

Em 1984, Jô fez o concurso na COELBA para ocupar o cargo de eletrotécnica, onde trabalhou por 21 anos, até ser aposentada por invalidez. Ao contrário do que ocorreu com colegas de escola – homens brancos – que foram contratados imediatamente e começaram a trabalhar, ela permaneceu “de fora” por um bom período sem ter atinado com os motivos. Entretanto, sua efetivação somente aconteceu após um ano de “idas e vindas” de entrevistas com os gerentes da empresa. Nesse período, ela percebe que os eletrotécnicos, particularmente os homens negros, estavam sendo alocados nas gerências de distribuição do interior da Bahia, composta de numerosos municípios e localidades em fase de expansão¹⁸⁵.

Jô enfrenta a barreira racial após prestar concurso para a COELBA, cujas regras estabeleciam que os três primeiros colocados nesse concurso seriam alocados na sede da empresa em Salvador, o que era desejo de qualquer candidato, ficar próximo das famílias, ter menos custos com despesas básicas, etc. Porém, pelo relato de Jô, os três primeiros aprovados eram negros, mas foram boicotados e alocados nas filiais do interior (Coelbinhas). Jô quase foi excluída, apesar de sua nota ter sido a segunda maior (89,5), igual à nota do segundo e do terceiro colocados, sendo utilizada a ordem alfabética como critério de desempate. Jô teve o seu processo de contratação escamoteado e por pouco não foi incinerado junto com os desaprovados.

Jô constatou que colegas homens estavam sendo contratados. No entanto, apesar da sua alta pontuação no concurso, ela percebera que sua “cor de pele” e o fato de ser mulher foram fatores peremptórios para dificultar a sua contratação. Nesse processo de seleção, ela era constantemente convidada para as entrevistas com os gestores do setor operacional, mas sempre era descartada após a entrevista. Durante o contato por telefone com os gestores, era demonstrado por eles o entusiasmo em contratá-la pelo seu perfil profissional: experiência, iniciativa,

¹⁸⁵ Gerências Regionais de Distribuição – GRDs localizadas nos maiores municípios, os mais populosos e de maior importância para a economia do Estado da Bahia.

conhecimento teórico e prática profissional adquirida durante o estágio de um ano, como aluna da antiga Escola Técnica Federal da Bahia, na Empresa Caraíba Metais. Além de ser portadora dos pré-requisitos exigidos para ocupar o cargo, diferentemente das outras eletrotécnicas que tinham receio do trabalho no campo, reservado ao masculino na COELBA, Jô demonstrava, perante os gerentes, a disposição de assumir as funções técnicas em sua globalidade: a ida a campo, “subir em poste”, incorporar-se como “supervisora de equipes de eletricitas”. Até que foi orientada a buscar recomendação política¹⁸⁶ quando então conseguiu ser efetivada a partir de um cartão de um deputado da base carlista para o presidente da empresa. Quando foi alocada na cidade de Alagoinhas, percebeu a diferença no tratamento em relação ao pessoal da Capital, pois afirma que os trabalhadores do interior eram menosprezados. Sendo assim, resolveu criar, junto com seus colegas, um grupo de eletrotécnicos, para que fosse possível a briga pelos seus direitos. Era a única mulher no grupo, relatou, porém, que não existia separação de gênero no seu trabalho, pois ela exercia o mesmo papel dos técnicos homens e tinha a capacidade necessária para exercer sua função.

Assim como Jô, Jeannete também foi alocada para a CRG-5, na cidade de Paulo Afonso. Porém os caminhos percorridos por Jeannete, logo após a experiência de estágio, foram diversos dos trilhados por Jô e Paulo de Tarso, pelo imbricamento de fatores intersubjetivos, marcadores invisíveis para alguns desses personagens. Os marcadores de gênero, raça/etnia e classe não representaram impeditivos para o acesso a seu primeiro emprego, mesmo depois de ter pedido dispensa do estágio na Caraíba Metais. No entanto, como mulher negra, ela foi alocada no interior, distante 471,14 quilômetros de Salvador. Descobrimo que a filha havia abandonado o estágio na Caraíba Metais, o pai de Jeannete conseguiu para ela um emprego na redação do Jornal *Tribuna da Bahia*, por ser muito amigo diretor deste periódico na época. Enquanto empregada do jornal, foi incumbida de realizar a cobertura dos 15 anos da COELBA, mesmo sem possuir formação em jornalismo, pois o jornalista que trabalharia com essa pauta estava doente. No evento, foi informada sobre o concurso que seria realizado na COELBA e optou por se inscrever. Após ser aprovada, foi lotada em 1984 na Unidade de Paulo Afonso, ouvindo os conselhos do pai, que inclusive foi viver com ela na cidade para que ela

¹⁸⁶ Nessa época, a contratação das pessoas na empresa estava associada à recomendação do governador ou de deputados vinculados à ARENA e ao governo do Estado da Bahia.

se adaptasse, situação que não ocorreu com Jocelina, que se deslocou sozinha para Alagoinhas, ficando distante da família. Assim, diz Jannette:

Meu pai falou assim: "Vá minha filha. Paulo Afonso é uma cidade bonita. Você não tem filho, nem nada. A COELBA é uma empresa grande". Painho me deu um bocado de conselho. "E eu ainda vou com você. Eu fico lá uns tempos até você se adaptar. Feche negócio." Aí eu voltei e assinei contrato pra Paulo Afonso. Aí painho foi comigo. Painho cumpriu o acordado. Ele foi comigo. Arranjou pensão, tudo.

A família ficava em Salvador, e a gente se alojava nas pensões, nas repúblicas. Eu morava na pensão, lá no "Lar Franciscano", em Alagoinhas. A base era ali, mas a gente viaja pra Paula Afonso, Ribeira do Pombal, Monte Santo, Euclides da Cunha... na região que era GRG-5.

5.6 MILITÂNCIA SINDICAL: AVANÇOS E CONQUISTAS

A despeito das resistências enfrentadas ao entrar no mundo do trabalho, a inserção e a participação das mulheres na militância sindical contribuíram não apenas para a quebra de paradigmas sobre o lugar do masculino e do feminino nas esferas do mercado de trabalho e do sindicalismo, mas também acarretaram significativas conquistas para o campo dos direitos trabalhistas dos/as trabalhadores/as e de repercussões nas suas famílias.

O início da presença das mulheres no SINERGIA-BA, segundo João Carlos Magalhães, deu-se com participação da primeira mulher nas reuniões no Clube de Engenharia para a construção da retomada do SINERGIA-BA da direção "pelega". Esta militante foi a engenheira elétrica Domingas Barra. Ele lembra que Domingas fiscalizou a eleição de 1978. Inclusive, quando eram confeccionados panfletos, Domingas também os distribuía nas empresas. Tempos depois, começou a aparecer Célia Lima e, ainda mais tarde, a própria Domingas conseguiu inserir Adonei Neri de Brito e Tereza Rodamilans no processo. Segundo João Carlos, na segunda eleição, com a ajuda dos engenheiros elétricos, o grupo da oposição conseguiu finalmente tomar a direção do sindicato. Apesar da presença dessas engenheiras no sindicato, ele acredita que a inserção da mulher não ocorreu de maneira mais efetiva porque a base da COELBA foi e é composta majoritariamente por homens, principalmente nas chamadas atividades fins, de distribuição de energia.

A representação das mulheres no SINERGIA-BA, do ponto de vista de alguns militantes, se torna diminuta devido à ocupação funcional, pois estão mais alocadas nas atividades meio – setor administrativo, assistencial, contábil, tecnologia da informação e recursos humanos. Contudo, na visão de João Magalhães, onde as relações de trabalho são mais duras, de jornadas prolongadas, submetidas a riscos, onde os trabalhadores podem morrer dadas as condições de alta periculosidade, as mulheres não estão presentes. O trabalho mais pesado de subestação, por exemplo, é mais difícil para uma mulher exercer. No entanto, lembro de uma mulher que foi operadora de Subestação, em decorrência do concurso de 1984, por isso não houve como a empresa não a contratar. Também Marise se refere a esse fato:

Eu me lembro de um episódio na COELBA, teve um concurso, pra operador de subestação. E por equívoco do pessoal de recursos humanos, não divulgou o sexo. Se inscreveram 2 ou 3 mulheres, foram aprovadas, você se lembra dessa história. Foi um deus nos acuda. Foi um chamamento de atenção pra eles, por causa de um pequeno erro de não divulgar o sexo, que algumas foram, me parece que foi, foram 2 ou 3 mulheres, eletrotécnicas que participaram da seleção e por último, avançaram, avançaram, avançaram, chegou no momento da força física, que era o teste de bater a chapa, com a chave de uma subestação, ela é pesada, precisa de força física. Ai eles queriam desaproveitar essas mulheres, foi uma grande batalha do sindicato pra essas mulheres. Ganharam sem exercer a profissão, porque não tinham força física pra bater, mas foi no erro do recrutamento, elas ficaram na profissão.

Posteriormente, essas operadoras solicitaram transferência para a área administrativa, mas não obtiveram êxito. João recorda que até mesmo as trabalhadoras formadas em eletrotécnica não iam a campo. Então, pelo fato de a mulher não estar na área de operação, onde se encontrava o “grosso” dos trabalhadores da COELBA, isso explica a forma como ocorreram a inserção e a participação das mulheres no sindicato.

A minha chegada à diretoria do sindicato se constituiu como uma exceção, inclusive, para João Carlos Magalhães, engenheiro, as técnicas administrativas, eletrotécnicas e de outros setores só começaram a frequentar as assembleias depois das assistentes sociais, as únicas mulheres de atividade meio que participavam efetivamente do SINERGIA-BA:

Eu acho que você tinha uma sensibilidade com os eletricitistas, você trabalhava com o pessoal da área de operação, e eles também

tinham esse tipo de retorno com você. Então tinha essa vinculação. Um trabalho forte com os empregados dentro da empresa, por conta da sua atividade mesmo. Mas, por exemplo, tinha seu caso, mas se tivessem dez mulheres ali iguais a você, não tem como você fazer isso, entendeu? Porque na verdade ficaria muita gente disputando um espaço só.

Entrevistadas/os expressam, como militantes sindicais, que até hoje os/as filiados/as ao SINERGIA-BA, mesmo tendo um olhar crítico em relação ao presente deste sindicato, dizem sentir orgulho de terem pertencido àquela militância, construída na resistência e persistência na condução das lutas e conquistas. Impossível negar algum ressentimento por terem enfrentado a descrença e o não reconhecimento, muitas vezes até o descrédito, nas disputas pelo encaminhamento de propostas não aceitas por parte de alguns diretores que não creditavam (e até hoje não creditam) o mérito dessas conquistas à força da contribuição e organização da militância de base.

João Carlos Magalhães não percebia o engajamento das mulheres no sindicato como uma demanda feminista, mas como um viés de participação da mulher, não no sentido restrito da mulher, mas no sentido amplo da classe trabalhadora. Discordo da sua visão de que a presença das mulheres no sindicato nos anos 70 a 90 estava inserida apenas no contexto geral do trabalho, não vinculada especificamente às questões do feminino, apesar de João reconhecer o alcance da presença da mulher em relação às conquistas no âmbito social e político.

As pesquisas feministas (SARDENBERG, 1997; COSTA, A.A., 2004), nos anos 70, teorizaram sobre o estudo do trabalho assalariado por vê-lo como estratégia de emancipação das mulheres em face da sua posição de subordinação na família e nas atividades domésticas, não sendo possível dissociar a participação das mulheres no SINERGIA-BA dos ventos soprados dentro de uma visão feminista, no Brasil e alhures.

Inclusive, hoje, tanto no sindicato quanto na empresa, a depender da área, a mulher pode ter até uma participação mais relevante que o homem. Na época, porém, esse entendimento não era encarado da mesma maneira pelos dirigentes sindicais, em relação à determinação, à coragem, ao desafio das mulheres na condução de várias conquistas que foram empurradas por elas, em determinados momentos, até “goela abaixo” desses dirigentes. Não se colocando em papel subalterno, as mulheres literalmente “compravam brigas” no SINERGIA-BA, a

exemplo de conquistas como: reivindicação atendida pelo governo do Estado de eleição para a diretoria administrativa da COELBA; atendimento pela Coelba de eleição para a diretoria da FAELBA; eleição de representantes mulheres para a CIPA/SEDE, na fiscalização de trabalhadores/as das áreas de operação sujeitas a riscos, executadas por maioria de homens, eletricitas e eletrotécnicos. Sobre essa questão, o SINERGIA-BA reivindicou, à COELBA, o direito de indicar representantes, pois não concordava com a hegemonia das mulheres na CIPA. Conforme divulgação pela “Radio Corredor”, o diretor administrativo da empresa teria comentado: “Em time que está dando certo, a empresa não mexe”.

Durante anos, as mulheres estiveram à frente da representação da segurança do trabalho, avançando além da CLT, que recomendava 50% de representantes dos empregados e 50% do empregador. Quando o SINERGIA-BA conquistou todas as vagas da CIPA, foi decidido o critério de eleições diretas, portanto era impossível vetar as mulheres como candidatas. Antes de os trabalhadores perceberem o vazio desse espaço, ninguém queria participar da CIPA, quando as mulheres o conquistaram, porém, começou a disputa. Trabalhadoras eletrotécnicas, auxiliares administrativas, assistentes sociais, contadoras, desenhistas candidataram-se, elegendo-se presidente e vice-presidente, e obtendo a maioria de representantes, ficando em torno de 95%. Apenas 1(um) homem se elegera, um eletrotécnico. Havia reclamação dos delegados sindicais, pois não conseguiam desfrutar da estabilidade no emprego durante dois anos seguidos, por conta da preferência do eleitorado pela representação das mulheres.

Evidente que, na minha participação como dirigente sindical, seu principal êxito deveu-se à solidariedade e ao apoio da maioria das técnicas administrativas, secretárias e dos eletricitas e, ao mesmo tempo, à certeza que sempre tive de que aquele posto era meu de direito, conquistado por eleição dos meus pares. Em relação ao sistema de cotas no sindicato, antes de iniciar este estudo, acreditava ser contrária, baseada na minha experiência pessoal. No entanto, com o desenrolar desta pesquisa e a partir da narrativa das trajetórias das entrevistadas, mudei de ponto de vista, principalmente depois que vivenciei a experiência das militantes sindicais francesas que alcançaram alto nível de participação, guindadas até a representação como comissárias da União Europeia e como especialistas das causas mais avançadas da sociedade francesa, como o direito ao aborto, a redução

da jornada de trabalho e as leis antirracismo por conta do estabelecimento dessas cotas, paridade e “*Mixité*”.

Eram inegáveis, a participação sindical e a defesa de pautas sociais pelas mulheres. Elas conseguiram levar melhoria para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras da Coelba e, em menor nível, para a CHESF, pois acreditavam que a luta sindical se deveria dar não só pelo lado econômico, mas também pelo viés social. Portanto, em nenhum momento, as/os militantes sindicais tiveram a intenção de dividir a categoria eletricitária, ao contrário, a COELBA foi uma das primeiras empresas do setor elétrico a implantar um programa social (“Mãe Guardiã”) que contemplou a igualdade de gênero. Evidente que se trata de uma conquista pensada e defendida principalmente pelas mulheres trabalhadoras. Ora, sabe-se que as conquistas tecnológicas e econômicas de uma empresa no setor elétrico servem de mote para a ampliação das reivindicações de cunho trabalhista e social em todo o setor e nas subsidiárias.

Mulheres foram eleitas algumas vezes para serem delegadas em eventos promovidos pelo SINERGIA-BA, pois, na realidade, os eletricitários de postos manuais furtaram-se a negar votos às mulheres, depositando confiança nas suas propostas, a exemplo de Jô, Tereza Rodamilans, Maria Cristina, Maria de Fátima, Maria de Lourdes Araújo, Luizinete, Maria Helena, Clélia e Tereza Mouzinho, esta eleita Diretora Administrativa da COELBA, e as demais eleitas como delegadas sindicais, representantes dos técnicos e do grupo Mulher Urbanitária na Constituinte de 1988.

O fato mais relevante encabeçado pelas mulheres eletricitárias, em relação à representatividade feminina, foi a eleição de duas mulheres no primeiro e segundo lugares de uma lista tríplex encaminhada ao Governador para a diretoria administrativa da COELBA, sendo composta pelos nomes de Tereza Mouzinho, Vanderlay Reina e Marcos Nilton Vasconcelos. A escolha do Governo recaiu sobre o nome de Tereza Mouzinho, conquista que desencadeou uma verdadeira onda de represálias, boicotes e greves relâmpagos articulada por partidários lideranças de esquerda que não conseguiram êxito nesse pleito com outras chapas apresentadas. Para apoio a essa diretora administrativa, fato ímpar na história da COELBA, anterior à privatização, foi criado o Conselho de Representantes da Diretoria, composto por representantes eleitos/as em cada Gerência Regional da COELBA, na

Capital e no interior, A criação desse Conselho foi uma sugestão do Governador Waldir Pires, que trouxe da França essa experiência de autogestão.

O fato de uma militante sindical ocupar cargo gerencial de segundo escalão na empresa – a Assessoria de Consumidores Especiais – como foi o caso de Tereza Rodamilans, não foi impeditivo para sua relevante participação à frente das diversas lutas na defesa dos direitos sociais, trabalhistas e de seguridade social, sendo inclusive eleita nas assembleias de aprovação de pautas, dos Acordos Coletivos do Trabalho e de elaboração e acompanhamento do projeto do Plano de Saúde e Pecúlio. Ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de Assessora impulsionou outras mulheres também a assumir cargos de gerentes, a exemplo de Maria Luiza Aguiar, indicada pelo Grupo Mulher para a Gerência de Recursos Humanos, durante o mandato da diretora eleita Tereza Mouzinho.

Na sua narrativa, Tereza Rodamilans diz se sentir realizada por ter participado desse momento do crescimento econômico do Estado da Bahia, influenciando a mentalidade de jovens dirigentes da COELBA, quando a empresa já começava a admitir mulheres em todos os seus escalões. Em relação ao SINERGIA, contudo, observa-se, durante os anos 70 a 90, a permanência reduzida de dirigentes mulheres na executiva e na diretoria plena, pouco avançando em relação a essa representação. Mesmo hoje, 2019, são apenas 4, duas na executiva e duas na plena, num total de 24 membros para cada uma das diretorias.

Sobre a participação na “construção verdadeira” do SINERGIA-BA, mudando seu alinhamento que antes não era em prol da melhoria das condições de vida e profissionais dos/as trabalhadores/as, militantes como Maria de Fátima, Tereza Cristina, Tereza Rodamilans, Jocelina, Maria Helena, Maria Luiza, Marise, Sandra Magalhães, Clélia, Roque, José Cabral e Valter se dizem realizados por terem conseguido, com seu ativismo sindical, essa conquista, principalmente em relação ao plano de saúde e à Fundação de Seguridade Social – FAELBA. Tereza Rodamilans, por exemplo, considera o SINERGIA-BA dos anos 70 a 90 de extrema importância, por ter incluído pautas voltadas para o feminino, mas que beneficiaram também o masculino, conseqüentemente, sendo pioneiro numa perspectiva de gênero, sem contestar que foi uma reivindicação da militância das mulheres. Ela fala do auxílio-creche e do “Mãe Guardiã”, projetos que foram apresentados pensando nas mulheres, mas que beneficiaram, indiretamente, também os homens, através de suas mulheres, donas de casa. Foi, portanto, a primeira proposta sindical anterior à

Constituinte que avançou para além da CLT, cujos benefícios só contemplavam a mãe trabalhadora e, mesmo assim, não era aplicados pelas empresas.

Tereza Cristina Rodrigues era Coordenadora do Conselho de Representantes da Diretoria Administrativa cujo papel, à semelhança de uma comissão de fábrica, era filtrar as demandas do setor de recursos humanos, e separá-las das ações trabalhistas, respeitando, porém, o SINERGIA-BA como instituição de maior representatividade dos/as trabalhadores/as, evitando o conflito entre as duas representações.

Durante a greve de 1988, para pagamento da participação nos lucros (PLR) da COELBA, Tereza Mouzinho esteve presente na assembleia do SINERGIA-BA e, de forma elucidativa, apresentou a planilha da empresa demonstrando os números e a impossibilidade de a reivindicação ser aprovada naquela ocasião. Foi um ato de muita coragem de uma mulher diante de uma assembleia lotada de participantes. Tereza Mousinho solicitou que o sindicato apresentasse uma contraproposta no sentido de transformar o valor da PLR em ações ordinárias da empresa. Essa proposta foi encaminhada à Assembleia Legislativa da Bahia, e, de forma solitária, estive diversas vezes nas antessalas dos deputados “tomando chá de cadeira”, pacientemente, em busca de apoio para a consolidação da proposta. Antes da minha saída do sindicato, Marcos Nilton conseguiu, junto à liderança do PC do B, a aprovação do pleito num consenso em uma reunião de líderes dos diversos partidos. Esse fato foi pouco divulgado no informativo do sindicato, o ALARME. Parece que, naquele contexto, o lema era “a greve pela greve”.

No contexto dos anos 80, durante os debates da Constituinte de 1988, foi organizado um grupo de 25 mulheres militantes sindicais para participar das plenárias em Brasília, após um confronto com o presidente do sindicato que era contrário a essa ideia. Essas conquistas são oriundas do movimento das mulheres dentro do Sindicato e foram de extrema importância para a formação dessa base feminina e levantaram bandeiras específicas de representação das mulheres.

O II Congresso dos Eletricários da Bahia, em 1988, contou com a presença de militantes como delegadas com voz e voto, em conjunto com o Grupo Mulher COELBA/Urbanitárias, a exemplo de Carmilce, Jadinilza Cavalcanti, Iracema Tadeu, Glória Cardoso, Leda Moreira, Telma Cristina, Clélia Bispo, Irangá Iglesias, Eulina Costa, Luizinete Maria, Maria de Lurdes, Maria da Conceição, etc. Carmilce ressalta que esse grupo tinha por objetivo elaborar uma pauta de reivindicações das

mulheres eletricitárias, do coletivo da CHESF e da COELBA, para encaminhá-la à Constituinte.

Nesse congresso, as/os militantes de base encaminharam e defenderam propostas de cunho feminista: 1 – Exigir a punição de qualquer forma de discriminação e violência contra a mulher; 2 – O SINERGIA-BA promover a formação de lideranças femininas que pudessem vir a integrar a diretoria da entidade; 3 – Fomentar a participação feminina no sindicato; 4 – Aprovar a criação de um Departamento Feminino no SINERGIA-BA. Essa equipe apresentou várias reivindicações além dessas, todas aprovadas, mas não viabilizadas na prática.

Já na década de 90, Tereza Cristina assinala a criação do Centro Educacional Cenecista Delmiro Gouveia¹⁸⁷, um centro criado e administrado pelos/as trabalhadores/as da COELBA para atender os/as filhos/as destes/as trabalhadores/as e a comunidade do entorno da escola, localizada na Avenida Pinto de Aguiar, em Patamares, Salvador. Isso comprova que a militância de homens e mulheres conseguiu penetrar nos espaços coletivos do sindicato e fora deste, principalmente as mulheres cujas lutas foram mais significativas.

O sindicato, desde os anos 70, era uma “caixa preta”, completamente fechado, principalmente para as mulheres. Entretanto, aos poucos, os caminhos foram se abrindo para elas, que foram chegando e ocupando alguns postos mais altos de representação via eleição. Parece que são vários os motivos do interesse das mulheres pela vida sindical, segundo a maioria das entrevistadas: ter visão política, defender a própria emancipação, acompanhar a mudança dos novos valores introjetados, de igualdade de oportunidades e reconhecimento, vislumbrados na utopia de transformações na sociedade brasileira da época. Apesar da desvalorização salarial do trabalho da mulher, o fato de esta ocupar postos na empresa e no sindicato, antes entendidos como de direito apenas dos homens, já indicava o começo de mudanças importantes para um novo *status* da mulher na sociedade.

¹⁸⁷ O Centro Educacional Cenecista Delmiro Gouveia foi fruto da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Com a queda da qualidade do ensino público em Salvador e o conseqüente aumento das mensalidades das escolas particulares, os trabalhadores decidiram fundar o Conselho Comunitário Cenecista dos Eletricitários de Salvador, em 10 de dezembro de 1991. Conselho este que deu origem, posteriormente, ao Centro Educacional Cenecista Delmiro Gouveia. Entre os 16 conselheiros(as) escolhidos(as), cinco foram mulheres: Maria das Graças Reis Guimarães, presidente; Vanderlay Santana Reina Machado, diretora; Adenildes Santana Vargas Leal, membro do Conselho Fiscal; Márcia Maria Oliveira Menezes, suplente do Conselho; e Sandra Neuza Marchesini Ferreira, também suplente do Conselho.

Até um certo momento, ao aceitarem realizar tarefas de assessoria, de estudos das reivindicações sociais e de mobilização, além de panfletagem e piquetes, as militantes sindicais eram sempre bem-vindas. A partir da minha representação na diretoria do SINERGIA-BA, era visível, nas classes dirigentes do Sindicato, a rejeição das mulheres de perfil autônomo, que tinham consciência das diferenças em relação a raça/etnia, classe e gênero, mas que algumas mulheres entendiam apenas como diferenças de *proposta*, como no caso de Jeannette, que discordava da existência de conflitos de gênero no SINERGIA-BA, muito menos em relação a raça/etnia e classe.

Vanderlay – Como militante de base você nunca teve conflitos?

Jeannette: – Sempre fui muito boa. Nunca tive conflito.

Vanderlay: – Você participava do comando de greve? De algumas decisões, porque não me lembro da sua presença no comando. Mas se você participava, não viu, por exemplo no caso de Jô, que alguns diretores, militantes petistas, não a aceitavam? Era visível isso nas assembleias.

Jeannette – É porque Jô ... ela sempre teve um relacionamento... então ... na forma de falar. A forma de se relacionar influencia bastante, né? Então, *aquela forma de falar alto, de gesticular, de impor*, chocava um pouco, né? Então, eu via que não era que não aceitavam as condições de Jô. Eu via nas reuniões... era a forma que ela se posicionava, que criava certa resistência. Porque, no final, se acatava o que estava sendo decidido ali, o que estava se colocando. Tem a forma... E assim não era só ela que tinha assim aquela forma agressiva de colocar o ponto de vista. Tem outras pessoas também.

Vanderlay – Então, você acha que... não havia conflitos de gênero entre homens e mulheres no sindicato?

Jeannette – Acho que [isso] estava na proposta, no momento da proposta, na forma de você colocar, pessoalmente...

Examinando os Acordos Coletivos de Trabalho, constata-se que itens sociais foram incluídos e conquistados, sinalizando a forte presença de uma proposta mais afeta aos anseios do feminino, ao tempo em que as trabalhadoras, como minoria, exerciam influência na chamada 'peãozada', garantindo no voto a voz das mulheres. Concordo com Jeannette: as mulheres debatiam em pé de igualdade naquele

contexto, e havia reações de viés patriarcalista, das relações hierárquicas de gênero. Entretanto discordo de sua visão quando ela afasta os conflitos justificados no campo da linguagem, pois, na perspectiva de Scott (1994), a linguagem caracteriza as relações de poder. Quem eram os detentores do poder no espaço sindical – trabalhadoras? trabalhadores? O sonho do retorno à democracia embotava a visão das mulheres em relação ao masculino, pois os homens filiados a um partido usavam a bandeira da CUT como um troféu de iluminados, enfim, como detentores de um discurso político rebuscado, pleno de chavões marxistas.

As mulheres, porém, ousavam, não aceitavam a dominação machista, a subalternização às hierarquias de gênero, pois já eram oprimidas no espaço doméstico como mulheres, casadas ou solteiras. Estavam sujeitas ainda às desigualdades de gênero, de raça/etnia e de classe na divisão sexual do trabalho, tanto no que se refere às atribuições funcionais na empresa como no espaço tido como democrático do sindicato onde, por princípio, não se deveriam submeter às hierarquias funcionais, de forma disfarçada e às vezes até acintosa, quando não eram silenciadas.

Por isso, a presença de Jô, no conjunto dos trabalhadores da área operacional, foi marcante, e ela afirma ter sofrido boicotes durante sua participação no sindicato, pois os dirigentes achavam que se tratava apenas de uma “mulher negra e burra”, e que poderiam utilizar os votos que ela carregava para qualquer finalidade. Porém, não imaginavam sua inteligência e a forte influência de sua base, capaz de se tornar uma verdadeira “pedra no sapato” desses dirigentes. Então, não permitiam que ela se pronunciasse, o que gerava alguns conflitos entre Jô e alguns caciques da direção do sindicato:

Os dirigentes do sindicato não pensaram que eu ia ter tanta influência na base. Que eu tinha inteligência, que eu tinha uma visão social mais ampla, e [pensavam] que eles poderiam utilizar meus votos com besteira [...] que eu ia ter medo. Eu não tinha medo! A dificuldade de viver dentro do SINERGIA era que eles queriam poder, e o poder estava na mão do homem.

Como delegada sindical e, posteriormente, coordenadora das Mulheres Urbanitárias da Coelba e da Embasa, Jô esteve presente nas várias campanhas salariais, greves, paralisações, reuniões de base e na Constituinte de 1988.

Maria Cristina, dirigente da executiva do SINERGIA-BA, evidencia que, diferentemente dos anos 70 e 80, ela conseguiu, nos anos 90, construir algumas frentes no âmbito da comunidade quando se transferiu para a Delegacia Sindical Regional de Feira de Santana onde realizou atividades e fez reivindicações de cunho social e político, em conjunto com a Pastoral Rural e o Sindicato Rural, inclusive promovendo manifestações de rua. A principal bandeira era o Hospital da Mulher, que só aconteceu anos depois. Havia, ainda, reivindicações da agricultura familiar no sentido de buscar recursos, garantir a safra, entre outras coisas. Recentemente, está sendo implantada a Ronda Maria da Penha, também uma luta das mulheres de Feira de Santana e região.

Pode-se observar, no conjunto dos/as entrevistados/as, que as mulheres, tanto no SINERGIA-BA como na CFDT e UFEQT/CGT, em Paris, concentraram sua militância sindical na defesa de propostas individuais, coletivas e políticas.

As militantes sindicais das Confederações francesas tiveram avanços significativos, pois o sistema de igualdade de oportunidades, através de cotas, paridade e *mixité*, não se reduz apenas ao espaço sindical, é uma proposta nascida das deliberações da União Europeia, para a comunidade internacional. Militantes confederais estão representando a diversidade de espaços das relações de poder, levando propostas femininas das minorias que abarcam temas de maior amplitude social, com a questão do aborto por exemplo.

Várias frentes foram encaminhadas pelas militantes da CFDT, como a feminista sindicalista Beatrice Ouin que participou do movimento das mulheres pela liberdade do aborto e contracepção, nos anos 70. Conforme Ouin, em 1982 começou o sistema de cotas. Em 1992, pela primeira vez, uma mulher militante ocupou a instância mais alta, a Secretaria Geral da CFDT; trata-se de Nicole Notat. Essa mulher, ao ambicionar assumir o poder, buscou delegar responsabilidades às mulheres, dando-lhes oportunidade para chegar também às esferas de poder confederal. Depois, conforme Beatrice e Evelyne Pichenot, Nicole Notat se engaja na luta para a implementação do projeto de leis sobre igualdade de sexo, que naquela época ainda não era chamado de igualdade de gênero. Uma das lutas mais significativas desse período para as mulheres diz respeito ao direito de “licença” quando seus filhos estivessem doentes.

Destacam-se também na França a luta e a aprovação de uma lei sobre assédio sexual no ambiente de trabalho. Beatrice Ouin menciona que, diferentemente dos

anos 80, atualmente há a participação de mulheres negras no movimento sindical francês. Segundo Ouin, há uma mulher jovem negra na direção do sindicato e outra como Secretária Confederal na Executiva, oriunda do setor de saúde no período em que ela foi entrevistada (2016). Ao ser perguntada se a questão da raça/etnia é contemplada na cota, ela respondeu afirmando: “Hoje, os sindicatos são 50% de homens e 50% de mulheres”. Na verdade, as lutas das feministas não contemplam as diversidades das mulheres, principalmente no que se refere às desigualdades raciais.

Militantes entrevistados/as registram como um dos principais avanços para o movimento sindical francês uma iniciativa do governo de François Mitterrand, na década de 80. Com a entrada do partido socialista, ocorreram avanços que facilitaram a participação sindical principalmente a militância das mulheres no sindicato, sendo concedido o direito de 3 horas da jornada de trabalho para se dedicarem às atividades sindicais. Por isso, a jornada de trabalho das professoras reduziu de 18 para 15 horas. Evelyne Pichenot, professora aposentada, acredita que, para as mulheres, foi muito importante, porque era preciso ser atuante na vida familiar, na vida profissional, além da vida sindical. E, segundo ela, naquele momento, isso mudou para as mulheres, tanto que, em 1983, Nicole Notat tornou-se Secretária Geral da CFDT. Foi a primeira vez que uma mulher atingiu essa posição. E essa mudança significativa foi muito importante na década de 80, porque ajudou muito as mulheres a tomarem seus lugares no sindicato. Nicole Notat foi a responsável pela delegação de vários cargos a mulheres na Confederação. Havia um setor específico, dedicado às mulheres na CFDT, e que se ocupava do fomento à participação e às reivindicações femininas. Esse setor era responsável por promover a formação sindical no sentido da tomada de responsabilidade feminina, além de sua organização e da facilitação de seu ingresso e atuação no sindicato. Evelyne Pichenot considera a CFDT como pioneira na Europa em relação a essa maior participação das mulheres. Através desse engajamento, foram levantadas bandeiras como as cotas da participação feminina na hierarquia sindical, a defesa do trabalho em tempo parcial e a luta contra a discriminação das mulheres.

Chantal Ricard reconhece que, apesar das dificuldades operacionais que impossibilitam a participação das mulheres em reuniões, há um esforço da CFDT, se comparada a outras confederações, de possibilitar as mesmas condições dos homens para as mulheres exercerem seus mandatos, sem sobrecarregá-las por

também serem mães, esposas e donas de casa. Em vista disso, já foram apresentadas reivindicações para guarda/cuidados com as crianças, meios de transporte, equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho e à família, direito à qualificação e igualdade salarial entre homens e mulheres. Para Chantal, as mulheres precisam ter condições para exercer os seus mandatos sem maiores sacrifícios pessoais. Mas não é sempre que existe essa adequação, e, embora avanços tenham sido conquistados, ela julga que ainda não é o ideal. A CFDT tem esse histórico de luta pela igualdade de gênero, desde as décadas de 60 e 70, a exemplo da tomada de posição a favor do aborto. Chantal Ricard ainda assinala que não esteve à frente dessa batalha para essas conquistas, mas se lembra de que houve mulheres militantes que vieram antes dela e encaminharam essas reivindicações que beneficiaram a todas de algum modo. Para Chantal, foi o sindicato que lhe deu a oportunidade de conhecer pessoas, de falar em público e pensar de maneira crítica, proporcionando-lhe outro horizonte, por isso é grata por sua trajetória sindical.

A partir desses testemunhos, pesquisei, no *site* da CFDT, os dados sobre os resultados da eleição nas várias instâncias e obtive as seguintes informações: em 2014, duas mulheres negras foram eleitas, compondo, com quatro novos membros, o Secretariado Nacional da CFDT: além de Marylise Léon (37 anos), a única representante de uma federação, chegam Ines Minin (34), ex-presidente da Jeunesse Ouvrière Chrétienne (JOC), Jocelyne Cabanal (49), da região da Bretanha, e Ivan Ricordeau (43), antigo secretário regional do Pays de La Loire. O Conselho Executivo torna-se paridade na composição de seus dez membros. Inclusive Jocelyne, com 98,48 %, teve mais votos (29.785) do que Laurent Berger, antigo dirigente e atual Secretário Geral.

Militantes, de um modo geral, assim como a juventude de Maio de 68 na França, viram, no engajamento ao SINERGIA-BA, a perspectiva de uma transformações sociais, um espaço de igualdade entre homens e mulheres, menos excludente em relação às desigualdades de classe, raça/etnia e gênero, no entanto, suas narrativas parecem revelar que, naquela época, não foram bem compreendidos. João Magalhães, Tereza Rodamilans, Jocelina, Marcos Nilton, João Cabral, Maria de Fátima, Jeannette trazem pontos relevantes sobre o auge e o enfraquecimento do SINERGIA-BA no decorrer do final do século XX e na primeira

década do século XXI. A preocupação da militância sujeito deste estudo aponta para vários pontos de estrangulamento na nova dinâmica do SINERGIA-BA:

- a. Os planos econômicos decorrentes do neoliberalismo, impetrados pelos vários governos nos anos 90, enfraqueceram a ação dos sindicatos, como aconteceu com o Sindicato dos Petroleiros. De outro lado o próprio SINERGIA-BA, na perspectiva de uma saída, partidizou-se na medida em que a CUT, como central sindical, e suas tendências evidenciam a hegemonia da ação do Partido dos Trabalhadores.
- b. A maioria das/os militantes deste estudo tem um ponto de vista comum sobre a imagem do atual SINERGIA-BA. O sindicato hoje é fragilizado, visto como domínio hegemônico de uma ou mais tendências políticas, sem alternância na direção, reprodutora do carreirismo sindical. Além do mais, as divergências internas partidárias, na opinião recente de militantes, foram levadas para dentro do sindicato, chegando ao ponto de questionamento por via judicial da legitimidade de pleitos eleitorais. Essa dissonância repercute na confiança a ser depositada em seus dirigentes que se mantêm na instituição, porém sem força para enfrentar a conjuntura neoliberal de precarização das condições de trabalho, de flexibilização das leis trabalhistas, de demissões, de desigualdades salariais, do desrespeito à jornada de trabalho, do assédio moral e da perda de direitos adquiridos, a exemplo do anuênio para novos empregados/as. Difícil não reconhecer o desencanto dos/as trabalhadores/as remanescentes dessa trajetória sindical de avanços e conquistas.
- c. A privatização da COELBA contribuiu para acelerar a redução do número de filiados nos anos 90, crescente com as demissões ao longo do processo de enxugamento do quadro de pessoal.
- d. Todos/as os/as militantes consideram que o SINERGIA-BA dos anos 80 a 90 não existe mais.

Militantes asseguram que o SINERGIA-BA soube captar e defender boas propostas para os/as trabalhadores/as, contudo ainda existem muitas coisas que não são esclarecidas e que desconfiam da direção do sindicato devido ao controle exercido pelo partido político. Sabe-se que hoje o Sindicato não está apto para lidar com a “flexibilização das leis trabalhistas”, a insegurança no mercado de trabalho, o

desamparo do trabalhador diante do quadro de desemprego que leva ao medo de “contrariar” o interesse da empresa e perder seu cargo. Nos dias atuais, deve-se lembrar, o setor elétrico está sob ameaça de privatização das empresas subsidiárias da Eletrobrás, o que certamente trará graves consequências para os direitos e a própria garantia do emprego de trabalhadores/as.

6 EM DIREÇÃO A UM PONTO DE VISTA FINAL?

Na realidade, nada é final.

Vários elementos apresentaram-se nesta tese a partir do seu ponto de estruturação, que pretendia principalmente, no eixo do campo de gênero e sindicalismo, traçar as trajetórias de militantes sindicais, sem abrir mão da narrativa das suas experiências, como dirigentes, delegados/as e militantes de base no sindicato. Os dados obtidos ao longo da pesquisa apontam para o fato de que homens e mulheres tiveram uma atuação singular no espaço do SINERGIA, em Salvador, Bahia, entre os anos 70 e 90.

A minha preocupação inicial esteve centrada nas questões de ordem teórico-metodológica que legitimassem este estudo, já que esta pesquisadora, desde o começo da investigação, não negou a sua posição como um sujeito situado, portadora assim de um Ponto-de-vista passível de restrições, como sujeito do conhecimento, por ter convivido tanto a trajetória como a experiência sindical com esses sujeitos, militantes sindicais. Por isso, foi importante tomar o pensamento teórico feminista de defender a localização limitada e o conhecimento localizado, e que traz, como ponto central de sua teoria epistemológica, o privilégio da perspectiva parcial.

A escolha do método do *Standpoint* também aplicado por feministas negras, possibilitou-me trazer fatos e acontecimentos que me ajudaram a compreender o modo como se construiu a militância sindical como ativismo de homens e mulheres neste espaço do SINERGIA-BA durante o período analisado, pontuando com a experiência e a vivência de militantes, homens e mulheres, no espaço do sindicalismo de um país de capitalismo central, como a França, embora sem a intenção de um estudo comparativo. Tais fatos e acontecimentos influenciaram esses sujeitos a partir do lugar ocupado por cada um deles não apenas no sindicato, como também na empresa, no seu posto de trabalho e na sua família de origem, conforme se pôde constatar nas narrativas de suas trajetórias e experiências individuais e coletivas.

Numa perspectiva transdisciplinar, busquei ainda, na concepção e na metodologia da interseccionalidade/consustancialidade, fazer uma interconexão

articulada a outras categorias de análise como gênero, raça/etnia e classe, o que me possibilitou compreender a complexidade das identidades políticas e desigualdades sociais a partir da análise interpretativa das narrativas sobre as trajetórias e experiências dos sujeitos da pesquisa nos sindicatos.

Foi possível detectar, na fala das/os entrevistados/as, que suas trajetórias e experiências, desenroladas ao longo desses vários acontecimentos e eventos do período assinalado, influenciaram a adesão à militância no SINERGIA-BA e na CFDT e UFEQT/CGT, Paris, mostrando que a filiação e a adesão são eventos completamente diferenciados, uma vez que a simples filiação não leva à adesão e vice-versa. Observou-se também que, na França, a filiação de mulheres e homens aos sindicatos é considerada pequena em contraste com a mobilização sindical que é intensa, como eu mesma percebi nas ruas de Paris. Um aspecto visto neste contexto de mobilização na França diz respeito à cobertura dada pela maioria da mídia à agenda do movimento sindical, através de suas Confederações, o que não se constata no Brasil, cuja imprensa normalmente está atrelada aos grupos de poder, posicionando-se de forma tendenciosa e marginalizando os movimentos sindical e social.

Uma das questões centrais confirmadas nesta tese se refere ao ocultamento da experiência das mulheres no fazer sindical, pois, ao se traçar as trajetórias e experiências de militantes no cotidiano das lutas e conquistas sindicais e se definir o sujeito do conhecimento, o sujeito localizado, foi impossível deixar de lado as mulheres sindicalistas, sobretudo ao inter cruzamento das dimensões de gênero, raça/etnia e classe. Para reconhecer as mulheres como sujeito do conhecimento nesta pesquisa, optei, de forma estratégica, por inserir também as narrativas dos homens, logrando elucidar, através de suas narrativas, que é um engano, o entendimento de que, no espaço do sindicalismo, os companheiros estão abertos ao projeto feminista, ao combate ao racismo e ao sexismo, quando colocam como bandeira a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

Durante as entrevistas, tanto no Brasil como na França, ficou evidente que as várias transformações pelas quais passou e passa a sociedade impactaram a vida de trabalhadores e trabalhadoras. No caso específico da Bahia, a escolha dos/as jovens por uma formação em engenharia ou eletrotécnica foi uma exigência das aberturas no mercado de trabalho, como resposta a um desenvolvimento industrial com a instalação do Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari,

além das usinas construídas pela CHESF em Paulo Afonso e o crescimento da COELBA para atender à necessidade de expansão do sistema elétrico, principalmente no Polo de Camaçari e para o desenvolvimento da Região Oeste.

A partir desse novo panorama de desenvolvimento e crescimento econômico, que possibilitou a oferta de novas oportunidades de trabalho e emprego, as mulheres começam a ser atraídas para as áreas que eram especificamente reservadas para os homens, como os cursos de Eletromecânica, Eletrotécnica, Química Industrial, Engenharia, etc., além das tradicionais profissões para a área administrativa, que abarca a maioria da mão de obra feminina. Como visto nas entrevistas, em relação à absorção da mão de obra feminina de conhecimento técnico, ocorreram duas situações distintas: para as formadas em Engenharia Elétrica, mulheres brancas, de classe alta e média alta, não houve barreiras, considerando que existia no mercado de trabalho uma demanda reprimida, que forçou, inclusive, a busca por especialistas nos Estados do Sul e na América Latina; porém, no que se refere às técnicas em Eletrotécnica, sendo esta uma área vista como específica para os homens, as oportunidades no mercado de trabalho, apesar de serem amplas, eram restringidas para as mulheres, em particular mulheres negras. A seleção para as vagas existentes na COELBA nessa área pouco contemplou a mão de obra feminina, inclusive para as mulheres oriundas da Escola Técnica Federal, considerada de excelência no ensino e de preferência para a absorção de mão de obra qualificada nesse mercado. Na CHESF, mesmo fora do âmbito das entrevistadas, não conheci nenhuma mulher que tivesse sido contratada para a área operacional.

Ainda sobre a questão da mão de obra técnica, ficou evidente nas narrativas que as mulheres tiveram de despender maior esforço para se inserir neste mercado especializado, em consequência da incidência de marcadores sociais como gênero, raça/etnia, classe social e localização. Naquele contexto, o critério de seleção da mão de obra de técnicos/as da COELBA, principalmente a feminina, segundo uma das entrevistadas, parece ter sido desigual, considerando que, para o interior, foram encaminhados/as homens e mulheres negros/as de classe média baixa. Nas contratações para a capital, segundo os/as entrevistados/as, a escolha recaiu, porém, sobre homens e mulheres pardas também oriundos/as de classe média baixa.

Da análise das narrativas, ainda emergiu a categoria localização como indicador de exclusão para uma das entrevistadas, por ser mulher, negra e moradora do bairro da Liberdade, que concentra a maior parte da população negra e pobre de Salvador.

Nesse panorama de desenvolvimento econômico e crescimento das empresas, acontece o fenômeno do sindicalismo renovado, especialmente nos anos 80, em que os sindicatos procuram se desatrelar do controle do Estado, mantido através das antigas direções peleguistas e intervencionistas que se estavam perpetuando no poder. Na Bahia, a oposição sindical conquistou o Sindicato dos Eletricários da Bahia (o histórico STIEHTEEB), assumindo, a partir desse revés político-sindical, a dianteira do que também foi chamado de novo sindicalismo na Bahia, abrindo o seu guarda-chuva como uma rede de apoio para abrigar o movimento das novas oposições sindicais, do movimento popular e estudantil e contribuir para a garantia da reabertura democrática. Registra-se a ausência de qualquer fresta de apoio às causas femininas e feministas nesse leque de possibilidades aberto para os movimentos sociais.

Nesse aspecto, o SINERGIA-BA soube captar esse anseio de transformações sociais da categoria eletricitária, não apenas centrado na busca de autonomia administrativa em relação à estrutura oficial pouco flexível, porém dando uma nova direção a suas lutas para um foco de cunho político, social, econômico e cultural, a exemplo do Movimento Contra a Carestia, em Salvador. A primeira ação contundente da nova direção do SINERGIA-BA ocorreu com a greve deflagrada na CHESF em 1982. Esse novo tempo do sindicalismo foi marcado principalmente pelas greves “pipocas”, pelas greves de 24 horas e pelas greves de pautas econômicas, por tempo indeterminado, a maioria delas na COELBA.

O fato novo que surpreendeu o sindicalismo na Bahia, naquele contexto de renovação sindical, foi a indicação entre delegados/as para o I Congresso dos Eletricários, de uma mulher, negra, assistente social, sem filiação a um partido político, militante de base sem mandato, para compor, numa chapa única, a posição de Vice-presidente do SINERGIA-BA. Trata-se desta pesquisadora situada. As narrativas mostram que essa indicação da base eletricitária, sem conchavos e já em andamento, no sentido de guindar uma mulher ao segundo posto mais alto da hierarquia do SINERGIA-BA, não foi digerida de forma pacífica por alguns membros da diretoria. Diante do inusitado, ao ser eleita e no decorrer do mandato, as tensões

e os conflitos foram aflorando, sobretudo num espaço de hegemonia histórica do masculino, chocando ainda mais quando, naquele contexto marcado por um viés patriarcal, um gênero, o masculino, era considerado superior a “outro”, regulando as relações hierárquicas e o poder de gênero. É inegável que essa reviravolta não pensada pôs em risco interesses políticos mais amplos – a chegada de uma militante de base –, o que poderia confrontar o projeto político de dirigentes e militantes e dos partidos a estes alinhados. Além de representar a autonomia de uma mulher, pois consideravam a mulher sem domínio, sem poder de discurso, sem conteúdo político pela não filiação partidária, o que perdurou durante todo o mandato (1987-1990) e culminou em bate-chapa na eleição seguinte.

Como desdobramento dessa presença da mulher na vice-presidência do SINERGIA-BA, as narrativas de homens e mulheres testemunham a crescente presença de mulheres e homens nas mobilizações e o aumento da adesão à militância sindical. Essa mobilização provou que as mulheres militantes buscavam no SINERGIA-BA um espaço de emancipação, de igualdade de oportunidades e reconhecimento, da mesma forma que as primeiras lutas das mulheres na greve do setor têxtil em 1919. Outro ponto relevante foi a eleição de uma mulher, a economista Tereza Mouzinho, para a diretoria administrativa da COELBA, durante o governo de Waldir Pires, pela primeira e única vez.

Todo esse clima favoreceu o aumento da participação das mulheres no SINERGIA-BA, o que também contribuiu para o apoio das bases, principalmente dos homens que ocupavam os cargos de hierarquia inferior no quadro de pessoal, garantindo, nas assembleias sindicais, voz e voto para as mulheres. Apesar disso, no âmbito da diretoria executiva e da diretoria plena, formada pela maioria de homens, conforme a narrativa de um dos entrevistados, essa ascensão das mulheres confrontava o machismo estrutural da sociedade brasileira. Na voz das mulheres entrevistadas, apesar de todo o esforço despendido para garantirem seu direito de participação e emancipação, sua contribuição trouxe avanços e conquistas, principalmente os vinculados aos direitos sociais e trabalhistas, porque, elas entendiam o sindicato como um poder capaz de alavancar transformações, modificando as políticas de recursos humanos das empresas, escapando de uma visão paternalista e clientelista. Na narrativa dos homens, há certo desalento por não se ter construído, com toda essa luta do movimento sindical, uma consciência de classe e de unidade, resultante, como explica um dos entrevistados, da

partidarização do SINERGIA-BA, mas também, acréscimo, pela diminuição do número de filiados, decorrente das demissões, a partir da flexibilização e da precarização do trabalho com a privatização da COELBA.

Retornando ao que os/as entrevistados/as disseram em suas narrativas a respeito das conquistas alcançadas pelas mulheres no âmbito sindical, tanto no Brasil como na França, é necessário ressaltar, mais uma vez, que o sistema francês de igualdade e oportunidades através da política de cotas, paridade e “*mixité*”, trouxe para as militantes sindicais a possibilidade de galgarem os mais altos postos nas esferas do poder confederal, a exemplo da existência, pela primeira vez, de duas mulheres negras alçadas aos cargos de Secretárias Confederais. Para que logrem chegar a esses postos, as Confederações Sindicais promovem cursos de formação para as mulheres que tenham sido eleitas para esses cargos, a fim de que possam desempenhar suas funções em igualdade de condições com os homens.

No Brasil, apesar da aprovação da lei das cotas e da crescente participação das mulheres na militância sindical, a ocupação dos cargos dirigentes, em sua maioria, sempre esteve sob o controle do masculino, que, com a costumeira alegação sobre o despreparo das mulheres para exercerem postos de direção sindical, também não se preocupam em realizar cursos de formação sindical para a militância de base onde a atuação da mulher é mais evidente.

Considerando o assunto não esgotado, já que o leque de abordagem do tema é muito amplo, espero que outras pesquisas sejam desenvolvidas sobre a atuação da mulher no âmbito sindical, principalmente quanto à questão das cotas, da paridade e do sistema misto (“*mixité*”) no que se refere à abertura para a participação da mulher negra nos postos de comando, como já vem ocorrendo na CFDT, França. O 13º Congresso da CUT finalmente, pela primeira vez, elegeu uma mulher afrodescendente, agricultora rural, para ocupar a Secretaria Geral da Central ante o retrocesso político a ser enfrentado pela classe trabalhadora brasileira neste 2019.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v.20, n.1, p.95-117, 2012.
- ABRAMO, Laís Wendel. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina uma força de trabalho secundária. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Lilian (Org.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007. p.21-41. (Série Trabalho e Sociedade).
- ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp: Imprensa Oficial, 1999.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boi Tempo, 2016.
- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO; Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ACHIN, Catherine ; BERENI, Laure. Comment le genre vint à la science politique. In: _____. *Dictionnaire genre et science politique: concepts, objets, problèmes*. Paris: Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P.), 2013. p. 13-42.
- ADDOR, Carlos Augusto. A greve de 1903: primórdios do movimento operário do Rio de Janeiro. *História, Saúde, Saúde: Manguinhos*, v.14, n.2, p.635-639, abr./jun. 2007.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- A GREVE que mudou a história da Bahia. 27 de agosto de 1985. Bahia: Sindiquímica, 31 ago. 2018. Disponível em: < <http://www.sindiquimica.org/noticias/26-geral/2222-a-greve-que-mudou-a-historia-da-bahia.html> >. Acesso em: 13 set. 2017.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019 (Feminismos Plurais, Coordenação de Djamila Ribeiro).
- ALARME: Informativo do SINERGIA-BA. Campanha para delegado sindical e representante no Conselho de Curadores da FAELBA, 13 jun. 1986.
- ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira de. *Feminismo na Bahia: 1930-1950*. 188 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n.2. p.109-122, 2003.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019 (Feminismos Plurais, Coordenação de Djamila Ribeiro).
- ALVES, Giovanni Antônio Pinto. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461-474.

ALVES, Luís André de Aguiar. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas grandes áreas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002*. Salvador, 2003. v.1, p.81-96. 2v. (Série estudos e pesquisas, 60).

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas de acumulação contemporânea do estranhamento (alienação). *Caderno CRH: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA* Salvador, n.37, p.22-45, jul./dez.2002.

ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. *Pegada*, v.7, n.2, p.83-98, nov. 2006.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA*, Salvador, UFBA, v.28, n.75, p.511-527, 2015.

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.76-80.

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro. *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002 (Coleção Mundo do trabalho).

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro. Estado e trabalhadores. In: _____. *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boi Tempo, 2012. p.29-58.

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro. Gênero nos estudos do trabalho: para lembrar Elizabeth de Souza-Lobo. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (Org.). *Gênero nas fronteiras do sul*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, 2005. p.85-96 (Coleção Encontros).

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.10/11, p.55-81, 1998.

ARDURA, Anita; SILVERA, Rachel. L'égalité hommes/femmes: quelles stratégies syndicales? *Revue de l'IRE*, v.37, n.3, p.1-25, 2001.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA-BA). TRT-BA (5ª.Região). *Acórdão: Dissídio Coletivo do Trabalho*, nº 801870031-30 – FIEB/COELBA e STIEHTEEB-SENGE. Salvador, fev. 1987.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA-BA). TRT-BA (5ª.Região). *Acórdão: Dissídio Coletivo do Trabalho*, nº 801880278-30 – FIEB/COELBA e STIEHTEEB-SENGE. Salvador, nov. 1988.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA-BA). TRT-BA (5ª.Região). *Acórdão*: Dissídio Coletivo de Trabalho nº 89/1988/1989, COELBA-SINERGIA. Salvador, nov. 1989.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA-BA). TRT-BA (5ª.Região). *Acórdão*: Dissídio Coletivo de Trabalho nº001/1989/1990, CHESF-SINERGIA-BA. Salvador, nov. 1989.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA-BA). TRT-BA (5ª.Região). *Acórdão*: Dissídio Coletivo de Trabalho nº 001/1997/1999, COELBA-SINERGIA-BA, nov. 1997.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA – SINERGIA-BA. *Acordos Trabalhistas SINERGIA-CHESF 1985/1986; 1986/1987; 1987/1988*. Recife, 1º de novembro a 31 de outubro dos anos respectivos 1986, 1987, 1988.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA – SINERGIA-BA. *Atas de Assembleia*: Ata de Assembleia Extraordinária, 1992.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DE PERNAMBUCO – SINDURB-PE. *Estatuto de 29 de novembro de 2010*: Artigo 41. Recife, Pernambuco, 2010. Disponível em: < <https://urbanitarios-pe.org.br/estatuto>. > Acesso em: 4.nov.2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS. Brasília: PNUD/IPEA, FJP, 2014 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, Número especial, p.203-216, 2.sem. 1994. Disponível em: < <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-064854azeredo.pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2018.

AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura Municipal-RJ, 2005.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). 5ª Região. *Acórdão*. Dissídio Coletivo do Trabalho, nº 801870031-30 – FIEB/COELBA e STIEHTEEB-SENGE. *Diário da Justiça*, Salvador, fev. 1987.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). 5ª Região. *Acórdão*. Dissídio Coletivo do Trabalho, nº 801880278-30 – FIEB/COELBA e STIEHTEEB-SENGE. *Diário da Justiça*, Salvador, nov.1988.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). 5ª Região. *Acórdão*. Dissídio Coletivo do Trabalho nº 801880278-30. *Diário da Justiça*, Salvador, edições de 10/11 e 12/12 de 1988.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). 5ª Região. *Acórdão*. Dissídio Coletivo do Trabalho nº 89/1988/1989, COELBA-SINERGIA, novembro de 1988/1989. *Diário da Justiça*, Salvador, 1989.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). 5ª Região. *Acórdão*. Dissídio Coletivo de Trabalho nº001/1989/1990, CHESF-SINERGIA. *Diário da Justiça*, Salvador, nov. 1989.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (TRT). 5ª Região. Acórdão. Dissídio Coletivo do Trabalho nº 001/1997/1999, COELBA-SINERGIA. *Diário da Justiça*, Salvador, nov. 1997.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p.458-463, 1995.

BAIRROS, Luiza. Pecados no “Paraíso racial”: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-289.

BALANDIER, George. *O contorno: poder e modernidade*. Tradução Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BALCÃO, Nilde. Discriminação de gênero e omissão sindical. In: CUT: espaço de mulheres e de homens. São Paulo: CUT/CNMT, 1993. p. 9-16.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Programa Nacional de Desestatização: Relatório de Atividades 1992*. Brasília, 1992. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BARROS, Vanessa Andrade de. *Le pouvoir chez les dirigeants syndicaux au Brésil: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil*. 1998. Thèse (Doctorat en Sociologie)-Université de Paris VII, Paris, Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATISTA, Jair Silva. *Racismo e Sindicalismo: reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002)*. 2008. 493 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280873> >. Acesso em: 15 ago. 2018.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women’s empowerment: new concept from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (Ed.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press, 1994. p.127-138.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 10.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucila. Introdução: além da Política do Gênero. In: _____. (Coord.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p.7-22.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, v. 225, n. 1, p. 70-88, 2009. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm> >. Acesso em: 11 jan. 2016.

BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classe*. 2.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

BOITO Jr., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV. São Paulo, 2012. Disponível em: < bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438... >. Acesso em: 16 set. 2017.

BOITO Jr., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 11-42.

BOITO Jr, Armando; GALVÃO, Andréia. *Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

BOITO Jr., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás: um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH: Dossiê Metrópole*, Salvador, UFBA, v.23, n.59, p.323-338, 2010. Organização de Inaiá Maria Moreira de Carvalho.

BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra: questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1998.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm >. Acesso em: 9 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm >. Acesso em: 9 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963. Institui o Conselho Nacional de Política Salarial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 6240, 18 jul. 1963.

BRASIL. *Decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985*. Brasília, 1985. Dispõe sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do

Governo Federal, e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91991-28-novembro-1985-442714-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 28 fev.2019.

BRASIL. *Decreto n.95.886, de 25 de março de 1988*. Dispõe sobre o Programa Federal de Desestatização e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D95886.htm >. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. *Decreto n. 7.117, de 24 de novembro de 1995*. Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências. Brasília, 1995 a. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1717.htm >. Acesso em: 14 dez. 2017.

BRASIL. *Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985*. Cria o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L5373.htm>. Acesso em: 24 fev.2019.

BRASIL. *Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, 1995 b. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987compilada.htm >. Acesso em: 14 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926. t. II, v. IV.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A relação impossível. In: HARDMAN, Francisco et al. *Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFCE, 1986. p.29-238.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos PAGU*, Campinas, Unicamp, n.13, p.191-221, 1999.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Memória de que idade? In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel et al. (Org). *Múltiplas trajetórias: Estudos de Gênero do 8º Encontro da REDOR*. Fortaleza, 2001. p.193-206.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Revisitando o par relutante. In: ALVES, Ivia; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: NEIM/EDUFBA, 2010. p.169-182.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Aranha. O trabalho da mulher nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 2, Número especial, p. 179-203, 1994 a.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 289-319.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p.537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 2, n.3, p. 17-32, 1994 b.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora do Senac, 2003. p. 323-361.

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. *Mulheres, trabalho e família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Difusão de Ideias, 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; HIRATA, Helena (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.15-34.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil* [1936]. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality*. 3rd ed. USA: Westview Press, 2000.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p.139-154.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros (Coord.). *Chesf: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2018.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, ano 8, n. 92, 2^o sem. 2000.

CAPPELLIN, Paola. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Maria Edinalva Bezerra; SOARES, Vera (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p.81-118.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino [1994]. *Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, Número especial, p.271-290, 1997.

CARDOSO, Adalberto Moreia. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: enegrecer o feminismo. *Estudos Avançados*, v.17, n.49, p.117-132, 2003.

CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*. São Paulo: Siedermann, 2012.

CARVALHO, Antonio Gledson de; BAROSSO FILHO, Milton; MACEDO, Roberto; ANUATI NETO, Francisco. Os efeitos da privatização sobre o desempenho

econômico e financeiro das empresas privadas. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v.59, n.2, p. 155-175, abr./jun.2005.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Trabalho, renda e pobreza na Região Metropolitana de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2.ed. rev. e ampl. Salvador: EDFUFBA, 2008. p.109-134.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; CODES, Ana Luiza Machado de. Condições ocupacionais, pobreza e desigualdades. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: Edufba, 2006. p.109-135.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Dinâmica metropolitana e segregação socioespacial. *Caderno CRH: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA*, Salvador, v.20, n. 50, p. 261-279, maio/ago. 2007.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Engels e a história social do trabalho. In: MOURA, Mauro Castelo Branco de; FERREIRA, Muniz; MORENO, Ricardo (Org.). *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007. v.1, p. 21-28.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.25, n.50, p.131-166, 2005.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história dos operários da greve geral de 1919 na Bahia*. Salvador: UFBA, 2001.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n 1, p.29-51, 1995.

CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Rosana. O lúdico na luta e a questão de gênero: novas formas de ações sindicais entre os bancários, Salvador 1990. In: MULHER em Movimento. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia/Departamento de Assuntos da Mulher, 1994.

CASTRO, Nadya; GUIMARÃES, Iracema. O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas. *Caderno CRH*. Salvador, UFBA, v.1, n. 5, p.1-27, 1987.

CAVALCANTE, Jadinilza (Coord.) et al. Participação das mulheres na luta sindical. In: TESES do II Congresso dos Eletricários da Bahia: por um Sindicato Classista, 1988. p.76-82.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Resoluções do 5º Congresso Nacional*. São Paulo, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Resoluções do 6º Congresso Nacional*. São Paulo, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Normas e Orientações do 12º Congresso Nacional*. São Paulo, 2015.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Demonstrações Financeiras dos Exercícios 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002*. Rio de Janeiro, [n.d.].

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Memória da Eletricidade: Acervo Histórico da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia*. Rio de Janeiro, 1995. v.1: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e COELBA.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Relatório da Administração dos Exercícios: 1997, 1998, 1999, 2000*. Rio de Janeiro, [n.d.].

CEPAS. *A oposição sindical metalúrgica da Bahia*: Salvador, 1991.

CHAGAS, Paulo Vitor. Última clandestina brasileira conta como enfrentou perseguição durante décadas. *Agência Brasil*, Brasília, 7 abr. 2014. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-04/ultima-clandestina-brasileira-counta-como-enfrentou-perseguiacao> >. Acesso em: 5 out. 2016.

CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, UNICAMP, n.4, p.37-47, 1995.

COELBA está causando grandes prejuízos. *A Tarde*, Salvador, p.19, 12 nov. 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. Foreword: emerging intersections. building knowledge and transforming institutions. In: DILL, B. ; ZAMBANA, R. (Ed.). *Emerging intersections: race, class and gender in Theory, Policy and Practice*. New Brunswick, NJ: Rutgers UP, 2009. p.vii-xi.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome: Mulherismo, Feminismo negro e além disso. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n.51, [p.1-23], 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018> >. Acesso em: 24 mar. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Toward a new vision race, class, and gender as categories of analysis and connection. In: SHAW, Susan M.; LEE, Jane (Org.). *Women's voices, feminist visions: classic and contemporary readings*. 2nd ed. Boston: McGraw-Hill, 1989. p.72-79. Disponível em: < http://www.memphis.edu/crow/pdfs/Toward_a_New_Vision_-Race_class_and_Gender.pdf >. Acesso em: 13 set. 2018.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA). *Edital Nº01/97: alienação de Ações Ordinárias do capital social*. Salvador, 1997.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA). *História*. Disponível em: < <http://servicos.coelba.com.br/acoelba/Paginas/Quem%20Somos/historia.aspx> >. Acesso em: 16 out. 2018

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA). *Relatório Anual 1997*. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/42219852-Brought-to-you-by-global-reports-coelba-1997-relatorio-anual.html> >. Acesso em: 11 mar. 2019

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA). *Relatórios Anuais: 1997-2000*.

CONSELHO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS (CCE). Resolução nº 10, de 8 de outubro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 out. 1996. Disponível em: < legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?t=9360 >. Acesso em: 14 maio 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *A mulher na sociedade brasileira*. Salvador: Bureau, 1984.

COSTA, Ana Alice Alcântara. A mulher no espaço público. In: _____. *As donas no poder. mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM: AL-BA, 1998. p. 71-90.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As mulheres no sindicato. In: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Org.). *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador: UFBA/FFCH/NEIM: REDOR; São Paulo: CNM/CUT, 2004. p.109-129.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo e a consciência de gênero na Bahia. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; ALVES, Ivya Iracema (Org.). *Ritos, mitos e fatos: mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997. p.63-78.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n.2, p. 9-35, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara; CONCEIÇÃO, Hélida. A revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919). In: SARDENBERG, Cecilia; VANIN, Iole; ARAS, Lina (Org.). *Fazendo Gênero na Historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. p. 119-131.

COSTA, Claudia de Lima. *Ditaduras da América Latina: a ascensão e a queda dos governos militares*. 1º nov. 2004 Disponível em: < https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/ditaduras-da-america-latina/access_time >. Acesso em: 16 maio 2017.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 11, p.127-140, 1998.

COSTA, Sérgio Amado. *Estado e controle social no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção (1960-1964)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

COUPÉ, Annick. *Syndicats, Gilets Jaunes*. 11 fev. 2019. Disponível em: < <https://christinedelphy.wordpress.com/2019/02/11/annick-coupe-syndicats-gilets-jaunes-il-nous-faut-mieux-comprendre-les-contradictions-entre-les-differentes-formes-de-domination/> >. Acesso em: 12 fev. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist practice. *University of Chicago Legal Forum*, n.1, p.139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n.6, p.1241-1299, 1991.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. Femmes, races, classes; défis pour le xxi^e siècle [Prologue]. In: MARUANI, Margaret (Éd.). *Je travaille, donc je suis: perspectives féministes*. Paris: La Découverte, 2018. p. 13-21 (Recherches). Disponível em: < <https://www.cairn.info/je-travaille-donc-je-suis--9782707199706-page-13.htm> >. Acesso em: 15 set..2019.

DE CASTEELE, Sylvie van; VOLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la historia de las mujeres. In. ESCANDÓN, Carmen Ramón (Org.). *Género e Historia*. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p. 99-109.

DELGADO, Maria Berenice G. *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-PUC-SP, São Paulo, 1996.

DELPHY, Christine. *Le féminisme matérialiste*. Paris, Sorbone, 11/12/2013 b [Conférence]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKboHv8V2ig>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). Tradução Francisco Ribeiro Silva Junior. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOLIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.173-178.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE.). *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE.). *Balanço das greves em 2008*. Nota à imprensa. 2009. Disponível em: < http://cspb.org.br/UserFiles/files/DIEESE_EST_PESQ_45_greves_2008_resumovalido.pdf >. Acesso em: 25 out. 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *Condições de trabalho no Brasil*. São Paulo, fev. 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *Mapa do negro no mercado de trabalho no Brasil: Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e no Distrito Federal: Relatório de Pesquisa ao INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial*. São Paulo, jun.1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *Relações e condições de trabalho no Brasil*. São Paulo, 2007.

DEVREUX, Anne-Marie. A Teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

DIAS, Acácia Batista. *Parentalidade juvenil e relações familiares em Salvador, BA*. 2005. 238.f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ago. 2005.

DOARÉ, Hélène Le. Paridade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.167-173.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, v.24, núm. especial 1, p.35-56, 2011.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. A reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o emprego bancário na Bahia. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, 3: El Trabajo en los Umbrales del Siglo XXI. 2000, Buenos Aires, Argentina. *Ponencias Presentadas...* Buenos Aires: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho (ALAST), 2000.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; NEVES, Laumar. Sindicatos e dirigentes sindicais na Bahia dos anos 90: diagnóstico e perspectivas. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, n.33, p. 143-178, jul./dez. 2000.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. O trabalho e o emprego na indústria petroquímica da Bahia nos últimos 30 anos. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador, v.17, n.2, p. 931-937, jul./set. 2007.

DRUCK, Maria da Graça; GODINHO, Luis Flávio Reis. Um mosaico de classe: a Terceirização na RLAM e a pulverização dos sindicatos. GT – Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu, Minas Gerais. *Anais...* Caxambu_MG : ANPOCS, 2003.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres en Occidente*. Madrid: Ed. Taurus Minor: Santillana, 2000. 5v.

ELETRICITÁRIOS querem desligar luz para obter aumento de 81%. *A Tarde*, Salvador, 18 fev. 1987.

ERICKSON, Kenneth P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FALQUET, Jules. La règle du jeu: repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe, et de « race» dans la mondialisation néolibéral. In: DORLIN, Elsa (Org.). *Sexe, race, classe: pour une épistemologie de la domination*. Paris : PUF, 2009. p.71-90 (Coll. Actuel Marx Confrontation).

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. jul./dez. 2008.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, Alice Rangel de Paiva Abreu; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p.37-46.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1983.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS (FNU). *História*. Disponível em: < www.fnucut.org.br/institucional/historia >. Acesso em: 17 dez. 2017.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Condições demográficas. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2.ed. Salvador: Edufba, 2008. p.53-80.

FERNANDES, Cláudia Monteiro; MENDONÇA, Joseane. Perfil de mulheres responsáveis por domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no Censo 2000. *Conf. & Planej.*, Salvador, SEI, n.120, p.22-23, maio 2004.

FERREIRA, Edemir Brasil. *A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador em 1981*. 118f. 2008. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FERREIRA, Verônica Clemente. Desemprego e imagens de gênero: a experiência de estar sem trabalho entre homens e mulheres na categoria metalúrgica. In: GONÇALVES, Eliane; VANNUCCI, Ma. Lúcia; TOSTA, Tania Ludmila Dias (Org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2014. p.243-274.

FERREIRA, Verônica Clemente. *Sindicatos: espaços para a atuação das mulheres? Um estudo sobre a participação de mulheres em sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores num cenário de reestruturação produtiva (1986-1999)*. 2005. 240f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-UNICAMP-SP, Campinas, 2005.

FILGUEIRAS, Otto. *CHESF em alta tensão: a greve proibida*. Salvador, 1983. Edição independente.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o Movimento Grevista 1888-1930*. 1982. 274f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* [1979]. 10.ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRADER, Laura L. Femmes, genre et mouvement ouvrier en France aux XIXe. XXe. siècles: bilan et perspectives de recherche. *Clio: Histoire, Femmes et Sociétés*, n.3, 1996. Disponível em: < <http://clio.revu.org/472> >. Acesso em: 1º out. 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro* [1984]. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930: Antonio Rogério Magri* [verbete]. 1990 [Governo Collor]. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-rogerio-magri> >. Acesso em: 27 fev. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: Era Vargas – anos 20 a 1945*: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_dip.htm >. Acesso em: 12 fev.2018. Acesso em: 31 jan. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930: João Goulart* [biografia]. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível

em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias> >. Acesso em: 16 jul. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930: Leonel Brizola [biografia]*. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola >. Acesso em: 7 fev. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMA NETO, Hélio. Privatização de estatal energética na Bahia segue receita de sucesso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago.1997. Disponível em: < <http://www.ilumina.org.br/o-estado-de-s-paulo-10-de-agosto-de-1997.../> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p.244-270.

GILROY, Paul (Org.). *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes/Centro Cultural de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

GITAHY, Leda; HIRATA, Helena; LOBO GARCIA, Elizabeth; MOYSÉS, Rosa Lúcia. Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações das operárias (1970/1980). In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCIOLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ASESP),1., 1982, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1982.

GODINHO, Tatau. Prefácio. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. Introdução. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

GOLDANI, Ana Maria. Famílias, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.19, n.1, p. 1-48, jan./jun. 2002.

GOLDMACHER, Marcela. *A "Greve Geral" de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. Cap.IV, p.67-80.

GONÇALVES, Eliane; TOSTA, Tania Ludmila. Ação e subjetivação: a experiência das mulheres no mundo do trabalho. In: GONÇALVES, Eliane et al. (Org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014. p. 137-153.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia; HANSENBALG, Carlos. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORENDER, Jacó. *O escravismo colonial* [1923]. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978.

GRACIOLLI, Edilson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. 2. ed. rev. e ampl.. Uberlândia, Minas Gerais: Edufu, 2009. v. 1.

GUILLAUME, Cécile. La fabrication des carrières syndicales. _____. (Dir.). *Syndiquées: défendre les intérêts des femmes au travail*. Paris: Presses de Sciences Po, 2018. Cap. 2, p.63-178.

GUILLAUME Cécile; POCHIC, Sophie. Syndicalisme. In: ACHIN, Cathérine; BERENI, Laure (Dir.). *Dictionnaire Genre et Science Politique: concepts, objets, problèmes*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 2013. p.480-492 (Collection Références). Disponível em : <<http://www.cairn.info/dictionnaire-genre-et-science-politique--9782724613810-page-480.htm> >. Acesso em : 14 jul. 2017.

GUILLAUME, Cécile; POCHIC, Sophie. Un engagement incongru? Les cadres et le syndicalisme, l'exemple de la CFDT. *Revue Française de Science Politique*, v. 59, n.3, . p. 535-568, 2009.

GUILLAUME, Cécile, POCHIC, Sophie, SILVERA, Rachel. Genre, féminisme et syndicalisme. *Travail, Genre et Sociétés*, v.2, n. 30, p. 29-32, 2013. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-travail-genre-et-societes-2013-2-page-29.htm> >. Acesso em: 3 jan. 2015.

GUIMARAES, Iracema Brandão. Gênero e trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais. In: ALVES, Ivia; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Sílvia de (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador, EDUFBA/NEIM, 2010. p.103-128.

HALBWARCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: < <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html> >. Acesso em: 12 mar. 2016.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra [1991]. Tradução Mariza Corrêa. Revisão Iara Beleli. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n.5, p.7-42, 1995.

HARDING, Sandra. A Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Tradução Vera Pereira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n 1, p.7-31, 1993.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: _____. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996. p. 15 - 27.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? In: _____. (Ed.). *Feminism & methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. Standpoint Theory as site of political, philosophic, and scientific debate. In: _____. (Ed.). *The Feminist Standpoint Theory Reader: intellectual and political controversies*. New York and London: Routledge, 2004. p.1-15.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HAUG, Friga. Para uma teoria das relações de gênero. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). *Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.345-359.

HERNANDEZ SANDOICA, Elena. Historia, historia de las mujeres e historia de las relaciones de género. In.: DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel et al. (Org.). *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid, España: Universidad de Valladolid, 2004. p.29-56.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). *Organização, trabalho e gênero* São Paulo: Editora Senac, 2007. p.89-108 (Série Trabalho e Sociedade).

HIRATA, Hirata. Gênero, Classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.26, n.1, p.60-73, 2014.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 4, n.7, p.5-27, 1998.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, v.24, Número especial 1, p. 13-20, 2011.

HIRATA, Helena. Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, no Japão e no Brasil. In: LIMA, Ma.; BEZERRA; Ednalva de et al. (Org.). *Transformando as relações trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT, 2007. p.13-20.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora do Senac, 2002. p.111-113.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual a renovação da epistemologia do trabalho? In: BAÇAL, S. (Org.). *Trabalho, educação, empregabilidade e gênero*. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 173-189.

HOOKS, Bell. *Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista* [1984]. In: _____. *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2004. p.33-50.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo* [1981]. Tradução livre. Plataforma Gueto, jan. 2014. Disponível em: < http://plataformegueto.files.wordpress.com/.../nc3a30-sou-eu-uma-mulher_traduzido... >. Acesso em : 18 jul. 2017.

HULKO, Wendy. The Time-and-Context-Contingent Nature of Intersectionality and Interlocking Oppressions. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, v. 24, n. 1, p.44-55, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez: Celats, 1983.

IBRAHIM, José. *O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*. Rio de Janeiro: Global, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil: 1941-1945*. Ano 4. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Bahia: Cidades*. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/.../> >. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim PNAD 1985: Participação de Sindicato*. Rio de Janeiro, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim PNAD 1988: Participação de Sindicato*. Rio de Janeiro, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim PNAD 1989: Participação de Sindicato*. Rio de Janeiro, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim PNAD 1990*. Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim PNAD 1999: Participação de Sindicato*. Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Boletim PNAD 2011: Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro, jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo de 1940*. Rio de Janeiro, 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo de 2000*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/população/condicaodevida/sindical/seriehistorica2001.pdf> >. Acesso em: 11 de set 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades: Salvador*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/37/30255?ano=2010&tipo=ranking> >. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sindicatos: indicadores sociais 1990-1992*. Rio de Janeiro, v.4, 1992 (Tabs. 36, 51, 52 e 56).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sindicatos: indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tabulação avançada do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). *História*. Salvador, 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20130818125653/http://www.portal.ifba.edu.br/centenario/historia.html#>>.. Acesso em: 12 nov.2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas Salvador*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_salvador >. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília, 2011.

INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL (INSPIR). *Mapa da população negra no mercado de trabalho: regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal*. São Paulo: INSPIR: DIEESE, 1999.

JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Ed.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p.157-185 (Coleção Gênero).

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sexuais de sexo. Tradução Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOLIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.67-75.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p.17-26.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LABRECQUE, Marie France. Metodología feminista e historias de vida: mujeres, investigación y Estado. In. LULLE, Thierry; VARGAS, Pilar; ZAMUDIO, Lucero (Org.). *Los usos de la historia de vida en las Ciencias Sociales II*. Barcelona: Ed. Antthropos, 1998. p. 27-52.

LAPLANTINE, François. Introdução: o campo e a abordagem antropológicos. In: _____. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.13-33.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p.464-479, 1996.

LEÃO, Cláudio José Silva. *Estrutura de governança e estratégia empresarial no setor elétrico: o caso da atividade de manutenção elétrica da COELBA*. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

- LEÃO, Cláudio José Silva. Estrutura de governança e estratégias empresariais no setor elétrico brasileiro: o caso da manutenção elétrica da COELBA. In: CONGRESSO MUNDIAL DE MANUTENÇÃO, 1; CONGRESSO BRASILEIRO DE MANUTENÇÃO, 17., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador, 2002.
- LE MILITANTISME: bibliographie sélective. In: BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Paris, août 2014.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p.59-106.
- LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Ed. Crítica, 1990.
- LESSA, José Silva. *CEFET-BA: uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*. Salvador: CCS/CEFET-BA, 2002.
- LIMA, Antônia Jesuíta de. A pobreza urbana e suas multifaces: experiências e significados. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, Portugal. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.
- LIMA, Luiz Tenório de [Tenorinho]. *Movimento sindical e luta de classes*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- LISTÃO cresce na véspera do prazo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 out. 1964.
- LOIZOS, Peter. Vídeos, filmes e fotografias como documento de pesquisa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2.ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na "Cidade das Chaminés". São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília: CNPq, 1988.
- LOUIS, Marie-Victoire. L'Affaire Couriau: 1913. *Syndicalisme et Sexisme*, n.7, p.33-37, mars 1988.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978 (Biblioteca Alfa Omega de Cultura Universal, série 1.a, v.3).
- MACÊDO, Márcia dos Santos. *Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- MACÊDO, Márcia dos Santos. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- MACHADO, Ricardo Emmanuel Santana Reina. *Edson Gomes: trajetória de vida de um ícone do reggae nacional: relações de classe e raça na formação da cultura brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, 2015.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 62, p. 193-242, 1993.
- MARRY, Catherine. A comparação França-Alemanha sob o crivo das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Ed.). *As novas fronteiras da desigualdade:*

homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora do SENAC, 2003. p.89-100.

MARRY, Catherine; KIEFFER, Annick; BRAUNS, Hilde; STEINMANN, Suzanne. France-Allemagne: inégales avancées des femmes. une analyse comparée des évolutions de l'éducation et de l'activité des femmes de 1971 a 1991. *Revue Française de Sociologie*, v.39, n.2, p. 353-389, 1998.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Uma arqueologia da memória social: autobiografia de um moleque de fábrica*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARUANI, Margaret. *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*. Paris: Syros, 1979.

MARUANI, Margaret. *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Découverte, 2006, Disponível em: < <https://www.cairn.info/travail-et-emploi-des-femmes-9782707150110.htm> >. Acesso em: 16 set. 2018.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. Apresentação e Introdução. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena(Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora do Senac, 2003. p. 11-20.

MARUANI, Margareth; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boi Tempo, 2016. p.59-70.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. Tradução Reginaldo Sant'Ana. 31.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013..

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 a.

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política: Manuscrito de 1861-1863, Apresentação Leonardo de Deus*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 b. Cadernos I a V: Cap. 3: O capital em geral, p.9-20.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e Capital*. Introdução de Friedrich Engels. São Paulo: Global, 1980 (Coleção Bases, 27).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia alemã*. Brasil: Editora Presença, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. 3v.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATOS, Maria Izilda S. Nem lá nem cá: cotidiano, cultura e trabalho. *Estudos de História, Franca*, São Paulo, v. 12, n.1, p. 173-191, 2005.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Lutar, mobilizar e resistir: a greve das/os tecelãs/lões. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; ALVES, Ívia; COSTA, Ana Alice (Org.). *Construindo interdisciplinaridades: estudos de gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 2008. p.101-117 (Coleção Bahianas, 11).

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Kátia M. De Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, Hildete; LASTRES, Helena; MARQUES, Teresa Cristina. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Niterói*, v. 4, n. 2, p. 73-94, 1. sem. 2004.

MERON, Monique; SILVERA, Rachel. Le modèle allemand à l'épreuve du genre. *Travail, Genre et Sociétés*, v.2, n. 30, p. 173-175, 2013. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-travail-genre-et-societes-2013-2-page-173.htm> >. Acesso em: 11 maio 2018.

MIÉS, María. ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p.63-102.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Virilidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.236-240.

MOLYNEUX, Maxine. ¿Movilización sin emancipación? Los intereses de la mujer, Estado y revolución en Nicaragua. *Desarrollo y Sociedad*, n.13, p. 177-197, ene. 1984.

MONJARDET, Dominique. Police et Sociologie: questions croisées. *Deviance et Société*, v.8, n.4, p.297-311, 1985.

MONTENEGRO, Ana. *Mulheres: participação nas lutas populares*. Salvador: M &S, 1985.

MONTES, Pedro. *El desorden neoliberal*. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo: construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MOTA, Ana Elizabete. *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa*. São Paulo: Cortez, 1991.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. *Memorial da Anistia, 1975-1999*. Disponível em: < <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/> >. Acesso em: 12 maio 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 10, n. 30, p.89-102, abr. 1989.
- NICHOLSON, Linda L. Hacia un método para comprender el género In: ESCANDÓN, Carmen R. (Org.). *Género e Historia*. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p.142-180.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução Nathanael Caxeiro. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- NOTÍCIAS de hoje. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p.4, 16 out. 1957.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Anuário de Estatísticas do Trabalho: 15ª Conferência Internacional sobre Estatísticas do Trabalho*. Genebra, 1993.
- OFFEN, Karen. Historia de las mujeres. La Aljaba, segunda época. *Revista de Estudios de la Mujer*, Luján, Universidad Nacional de la Pampa, Argentina, v.13, n.98, p.15-33, 2009.
- OLIVEIRA, Carlindo R. de; NORONHA, Eduardo Garuti (Org.). *Greves no Brasil: de 1968 aos dias atuais*. São Paulo: DIEESE: Cortez, 2015. v.1.
- OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. A Chesf e o papel do Estado na geração de energia elétrica. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 10-35, jan./mar. 2001.
- OS PRINCÍPIOS da Força. *Força Sindical*, ano 1, n.1, jun. 1991.
- PACHECO, Aline Silva; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, v.1, n.1, p.25-35, 2007.
- PAÍS teve vários planos econômicos para controlar a inflação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2014. Coluna Mercado. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml> >. Acesso em: 28 fev. 2019.
- PAOLI, Maria Célia. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, p.115-133, out.1991.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PENA, Maria Valéria. *Mulheres trabalhadoras*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. 2007. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v.8, n.2, p.191-200, out. 1996.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.4, p.9-28, 1995.

- PERROT, Michelle. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PERROT, Michelle. História (sexual da). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise ; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 111-116.
- PERROT, Michelle. *Les ouvriers en grève: France 1871-1890*. Paris: Mouton: École Pratique des Hautes Études, 1974. v.2.
- PERROT, Michelle. *Mélancolie ouvrière*. Paris: Grasset, 2012.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIERRON, Jean-Philippe. *Le climat familial: une poétique de la famille*. Paris: CERF, 2009.
- PINHO, Osmundo Santos de Araújo. *O mundo negro: hermenêutica crítica da reafricanização em Salvador*. Curitiba: Progressiva, 2010.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Dossiê Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun.2010.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.
- PISCCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila M. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero: Textos Didáticos*, n.48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p.7-42.
- POCHMANN, Márcio. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n.50, p.149-166, mar. 1998.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n.15, p.13-50, 1997.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais no capitalismo hoje*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas metodológicas. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Nasser. 4.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014 (Coleção Sociologia).
- QUIVY, Raymond; von COMPENHOUDT, Lac. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v.90).

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p.21-41.

REINA, Vanderlay Santana. *“Ensina a teu filho o caminho que deve andar”*: opções e vivências religiosas de mulheres chefes de família, em Salvador, Bahia. 2008. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea)-Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

REINA, Vanderlay Santana. Movimento Sindical: rebatimento na história de vida de uma mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO-REDOR, 17., João Pessoa, Paraíba, 2012. *Anais...* João Pessoa, 2012.

REINA, Vanderlay Santana. Silenciamento de mulheres: ou ausentes da história. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES – CONNINTER, 2., Salvador, 2014. *Anais...* Salvador, 2014.

REINA, Vanderlay Santana. *Uma experiência de serviço social de grupo em empresa*. 1974. Monografia (Conclusão do Curso)-Universidade Católica de Salvador, Salvador, 1974.

REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1988.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO FILHO, Ary. *Prováveis características estratégicas básicas da indústria de energia elétrica no novo cenário institucional: o caso do sistema institucional do Norte-Nordeste brasileiro*. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFBA*, Salvador, UFBA, v.28, n.75, p.479-491, 2015.

RODRIGUES, José Albertino. *L'intégration des syndicats au système socio-politique brésilien*. Mémoire présenté à L'Institut des Hauts Etudes de L'Amérique Latine. Paris, oct.1969.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Divisão Europeia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr., Armando et al. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11-42.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009 a. Disponível em: < <https://static.scielo.org/scielobooks/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243.pdf> >. Acesso em: 12 maio 2018.

RODRIGUES, Leôncio. Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009 b. Disponível em: < <http://books.scielo.org> >. Acesso em: 10 maio 2018.

RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ROGERAT, Chantal; ZYLBERG-BERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. Sindicatos. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boi Tempo, 2016. p.236-241.

ROSANVALLON, Pierre. *La question syndicale*. 2.ed. rev. aum. Paris: Hachette Littérature, 1999 (Collection Pluriel).

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. 8.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RUBERY, Jill et al. *Gender Mainstreaming in European Employment Policy: Report by the group of experts "Gender and Employment"*. UK: Manchester School of Management/Umist, March 1998.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: REITER, Rayna R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p.157-210.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes [1969]*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tânia Navarro. *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008. p.149-181.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese de gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. FLACSO-Brasil, jun. 2009 (Série Estudos e Ensaio em Ciências Sociais).

SAFFIOTI, Heleieth, Rearticulando gênero e classe. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. Movimentos Sociais na Bahia, anos 1930: condições de vida do operariado. *Universitas*, Salvador, UFBA, v. 76, n.29, p. 95-108, 1982.

SANTANA, Marco Aurélio de. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 7, n.13, p.279-309, out. 2008.

SANTANA, Zilson. Nossa querida dívida e empresas estatais, patrimônio do povo. In: TESES do II Congresso dos Eletricitários da Bahia: por um sindicato classista. Salvador: Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA/Departamento de Imprensa, 1988.

SANTANA, Zilson; REINA, Vanderlay; JEZLER, Eulina; SILVA, Luizinete Maria Andrade. A educação como elemento para organização. In: TESES do II Congresso

dos Eletricitários da Bahia. Por um sindicato classista. Salvador: Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA-BA/Departamento de Imprensa, 1988.

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, Londrina-Pr, v.20, n.2, p.56-96, jul./dez.2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, ciência e tecnológica*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p.89-120 (Coleção Bahianas, 8).

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e práticos-políticos. In: ALVES, Ivía; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDFBA/NEIM, 2010. p.129-148

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Migrações perigosas: as (des)aventuras semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil. In: GONÇALVES, Eliane et al. (Org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2014. p.19-49.

SARDENBERG, Cecília Maria. O gênero da memória: lembranças de operários e operárias. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ivía; MACEDO, Márcia (Org.). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998. p.147-164 (Coleção Bahianas, v.3).

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador: FFCH/NEIM/UFBA; São Paulo: REDOR: CNM/ CUT, 2004.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; REIS, Helyom Rogério; FERREIRA, Francismeire; BONFIM, Tatiana. Mulheres e Sindicatos: presença feminina no Sindtêxtil-BA nos anos 50. In: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina Maria Brandão (Org.). *Fazendo Gênero na Historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. p.133-160 (Coleção Bahiana, n.6).

SARTORI, Giovanni. Comparing and Miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, v.3, n.3, p.243-257, 1991.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n.16, p. 297-325, fev.1998.

SCOTT, Joan. Experiência. In SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p.63-95.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio: Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 3, p.11-27, 1994.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: Edufba, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer; FACHIM, Luís Felipe. A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. *Interfaces Brasil*, Canadá, Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 3, p. 182-205, 2016.

SHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Jair Batista da. *A perversão da experiência no trabalho: um estudo do PDV no Banco do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Jair Batista da. *Racismo e Sindicalismo: reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002)*. 2008. 493 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280873>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Sergio Eduardo Lessa. Descentralização da manutenção de Subestações da COELBA. In: CONGRESSO MUNDIAL DE MANUTENÇÃO, 1.; CONGRESSO BRASILEIRO DE MANUTENÇÃO, 17., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador, 2002.

SILVERA, Rachel. Le défi de l'égalité hommes/femmes dans le syndicalisme. *Mouvements*, v.1, n. 4, p. 23-29, 2006. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-mouvements-2006-1-page-23.htm> >. Acesso em : 15 ago. 2018.

SILVERA, Rachel. Le nouveau défi de l'égalité pour le syndicalisme français: l'exemple de la charte de la CGT. In: COLLOQUE GENRE ET SYNDICALISME: REGARDS CROISES FRANCO-ANGLAIS. 15 juin 2009. Paris: Centre Maurice Halbwachs – CLERSE – MAGE, 2009.

SILVERA, Rachel. O salário das mulheres na França no século XXI; ainda um quarto a menos. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boi Tempo, 2016. p.83-92.

SIMÃO, Assiz. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1966.

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA-BA). *Histórico*. Disponível em: < <https://sinergiabahia.com.br/> >. Acesso em: 18 jun. 2013.

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p.166-196,1986.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, UFBA, n.17, p.57-71, 2017. Disponível em: < http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf >. Acesso em: 7 out. 2018.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres: cultura e poder das mulheres: ensaio de Historiografia. Tradução Rosane Soares e Suely Costa Suely. *Revista Gênero*, Niterói, NUTTEG/EDUFF, v.2, n. 1, p. 7-30, 2. sem. 2000.

SOUSA, Francisley Neri de; COSTA, António Pedro. MOREIRA, António. *WebQDA [Programa de Computador]*. Aveiro, Portugal: Microio/ludomedia, 2016.

SOUZA, Miriam Carmilce; JEZLER, Eulina; SILVA, Luizinete Maria Andrade; SILVA, Maria de Lourdes B.; SANTANA, Maria Conceição. Participação das mulheres na luta sindical. In: TESES do II Congresso dos Eletricitários da Bahia: Por um sindicato

classista. Salvador: Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA/Departamento de Imprensa, 1988.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. O trabalho como linguagem: o Gênero do Trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.252-265.

SOUZA, Pedro. Eletricitários param a partir de hoje. Dissídio Coletivo do Trabalho 1988-1989, TRT 5ª Região-Bahia. *A Tarde*, Salvador, 18 fev.1988. Coluna Trabalho.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n.1, p.15-42, jan./abr.2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *PIB da Bahia: 30 anos em análise*. Salvador, 2006. p.180 (Séries de Estudos e Pesquisas, 72).

THEBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire des femmes*. Fontenay/Saint-Cloud: ENS Éditions, 1998.

THEBAUD-MONY, Annie. Precarização social do trabalho e resistências para a (re)conquista dos direitos dos trabalhadores na França. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, v.24, n.1, p.21-33, 2011.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1978.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Cadernos da Cidade Futura*, Florianópolis-SC, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da Liberdade*. Tradução Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1, p.9-111.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão*. Tradução Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2: p.1-291.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa; A força dos trabalhadores* Tradução Denise: Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.v.3, p.9-440.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP/EDUC, p.51-84, 1997.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular; 2009.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da Cidade de São Paulo e a Força Sindical*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.3, p.63-84, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4.ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço de. PIB baiano: uma análise do período 1975-2000. In: SUPERINTÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador, 2002. p.103-110.

VILLAÇA, Mariana Martins. *A redemocratização na América Latina: Mapas*. Desenvolvimento de material didático, texto de apoio didático ao professor de História da América. São Paulo: Unifesp, 2010. Disponível em: < <http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao> >. Acesso em: 14 fev. 2019.

WERNECK, Dorotea [verbete]. Ministra do Trabalho. 1989-1990; Min. Ind. Com. e Turismo 1995-1996. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dorotea-fonseca-furquim-werneck>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

WIZIACK, Julio; CARNEIRO, Mariana. Entidades fazem acordo sobre perdas com planos econômicos nos anos 80 e 90. *Folha UOL*, Brasília, nov. 2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1938600-entidades-fazem-acordo-sobre-perdas-com-planos-economicos-nos-anos-80-e-90.shtml> >. Acesso em: 4 jan. 2018.

WRIGHT, Richard. Sem o consolo das lágrimas: a França e a ambivalência da comunidade. In: GILROY, Paul (Org.). *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes/ Centro Cultural de Estudos Afro-asiáticos, 2001. p.281-350.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.67, p.139-190, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf> >. Acesso em: 16 out. 2018.

YOUNG, Iris Marion. Vida política y diferencia de grupos: una crítica del ideal de ciudadanía universal. In: CASTELLS, Carmem (Org.). *Perspectivas feministas en Teoría Política*. Barcelona: Ed. Paidós: 1996. p. 99-126.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n.3, p.193-209, 2006.

ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. *Féminisme et syndicalisme en France*. Paris: Anthropos, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE A

A.1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE BRASIL

Prezado(a) Senhor(a):

Esta pesquisa é sobre a participação política de mulheres no Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia – SINERGIA e está sendo desenvolvida por Vanderlay Santana Reina, aluna do Curso de Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismo – PPGNEIM, sob a orientação da Profa. Dra. Cecília Maria Barcellar Sardenberg¹⁸⁸.

A finalidade deste trabalho é estudar as trajetórias e experiências de militantes sindicais no espaço do SINERGIA, nos anos 70 a 90.

Solicito a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome e todos os dados que possam identificá-lo serão mantidos em completo sigilo desde que solicitado.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

“Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.”

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Nome completo por extenso: _____

Contato com a Pesquisadora Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a Pesquisadora Profa. Mestra Vanderlay Santana Reina.

Endereço: Estrada de São Lázaro, nº 197, Federação

Salvador/BA – CEP 40210-630

Telefone: (071) 3283-6447 – Fax: (071) 3237-8239 – *Email*: ppgneim@ufba.br

Salvador, ____ / ____ / 2014.

Cordialmente,

Assinatura do Pesquisador Responsável
Vanderlay Santana Reina

¹⁸⁸ Posteriormente substituída pela Profa. Dra. Lina Maria Brandão Aras

A.2 FORMULAIRE DE CONSENTEMENT ÉCLAIRÉ

TITRE de la recherche: Le genre et Syndicalisme: une étude sur les parcours et les expériences militants (es) syndicaux au SINERGIA, Bahia et CFDT, Paris et CGT/UFICT, 1970 a 1990.

Institution: EHESS – Ecole des Hautes Études

Direction: Professeurs Antoinette Fauve-Chamoux et Cecília Maria Bacelar Sardemberg

Elève doctoral: Vanderlay Santana Reina

Mon travail de recherche a pour but d'étudier les parcours et les expériences militants(es) aux syndicaux aux SINERGIA et CFDT, pendant les années 1970-1990.

Dans le but de développer une étude comparative du phénomène entre différents pays de l'Europe et le Brésil, ma recherche se vaut d'une méthodologie qui priorise le témoignage de la part des participantes, sous la forme d'enquêtes de terrain. Les dites enquêtes seront enregistrées par enregistrement audio et photographie. Ensuite, ces données seront traités dans la thèse doctoral.

Ces recherches ne sont possibles que grâce au consentement des personnes qui acceptent d'être enregistrées. Nous vous demandons par conséquent votre autorisation à procéder aux enregistrements.

Je soussigné (e) _____ autorise par la présente madame Vanderlay Santana Reina à enregistrer en audio/vidéo.

Autorise l'utilisation de ces données, sous leur forme enregistrée aussi bien que sous leur forme transcrite et anonymisée. A des fins de recherche scientifique la (thèse doctoral).

Souhaite que la contrainte supplémentaire suivante soit respectée :.....

Lieu et date : _____ Signature :

APÊNDICE B

B.1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADO NO BRASIL E EM PORTUGAL

1. LOCAL DA ENTREVISTA:
2. DURAÇÃO:
3. DATA:

Preparação

1. Explicação da pesquisa: Esta entrevista tem como objetivo estudar as trajetórias e experiências de militantes sindicais no espaço do SINERGIA-BA, nos anos 70 a 90.
2. Pedido de autorização para gravação da entrevista.
3. Consulta sobre autorização para uso do nome próprio (ou fictício).
4. Explicar o procedimento da entrevista.

Dados de identificação

1. Nome?
2. Idade?
3. Qual a sua nacionalidade?
4. Onde nasceu?
5. Estado civil?
6. Número de filhos(as)?
7. Local de residência?
8. Qual a sua cor?
9. Qual sua profissão?
10. Ocupação atual?
11. Trabalha em qual empresa?
12. Tempo de trabalho?
13. Tempo de sindicalização?
14. Possui filiação partidária? (Se sim, qual).
15. Pertencimento/crença religiosa?
16. Qual o seu grau de escolaridade?
17. Salário?
18. Alocação (familiares, aluguel, deficiência, outra).
19. Tipo de emprego (funcionário, CTD, CTI).
20. Pessoas de sua responsabilidade (crianças – menores, estudantes – pais, outros)

Peço que você me conte a sua trajetória de vida, desde o começo. Para isso, entendo que a forma melhor de fazer isto, seria começar a partir do período que você considera importante nas várias fases de sua vida pessoal, profissional e sindical. Assim, solicito sua colaboração. Passe a narrar, detalhadamente, todos os fatos que aconteceram na sua vida desde a família de origem, sua experiência escolar, profissional e, principalmente, o período da sua inserção no movimento sindical.

Questões apoiadoras da narrativa central:

1. O/a senhor/a já havia participado de algum movimento coletivo durante a sua trajetória de vida?
2. Como o/a senhor/a descreve a sua trajetória de vida como participante das “lutas sindicais”?
3. O/a senhor/a participou do sindicato durante os anos 1970 à 1990?
4. Em que momento, o/a senhor/a começa a frequentar o sindicato? O/a senhor/a lembra do ano?
5. Neste período o/a senhor/a registrou alguma participação de mulheres? Algum aspecto despertou sua atenção?
6. Lembra o/a senhor/a de alguma “reivindicação” específica?
7. O ambiente coletivo do sindicato favorecia naquele período a participação de mulheres?
8. A senhora enfrentou algum constrangimento como “mulher” por sua participação em um contexto tido como majoritariamente masculino?
9. Como a/o senhora/senhor conciliava a sua participação no sindicato, com as obrigações familiares de uma jornada de trabalho?
10. Que motivos levaram o/a senhor/a à participação na luta sindical?
11. Sua presença no sindicato estava associada a alguma reivindicação específica como trabalhador/a?
12. Em que momento o/a senhor/a percebeu a inclusão de propostas na perspectiva de gênero, contemplando homens e mulheres?
13. O/a senhor/a lembra especificamente de alguma conquista associada à presença da mulher no sindicato?
14. As propostas reivindicatórias do sindicato nas décadas de 70, 80 e 90 incorporavam, nas reivindicações gerais dos trabalhadores, propostas exclusivas para mulheres trabalhadoras?

B.2 – GUIDE DE L'ENTRETIEN/SYNDICALISTES

1. LIEU DE L'ENTRETIEN:
2. DURÉE:
3. DATE:

Préparation

1. Explication de la recherche. Cet entretien a le but de étudier le parcours et expérience de militantes syndicales au sein du Syndicat, dans les années 1970 à 1990.
2. Demande d'autorisation pour enregistrer l'entretien.
3. Demande d'autorisation d'utilisation du vrai nom (ou nom fictif)
4. Expliquer la procédure de l'entretien.

I. Données d'identification

1. Nom?
2. Âge?
3. Nationalité ?
4. Lieu de naissance?
5. État Civil?
6. Nombre d'enfants?
7. Adresse?
8. Couleur de peau?
9. Profession?
10. Activité actuelle?
11. Entreprise où il/elle travaille?
12. Temps de service?
13. Temps de syndicat?
14. Filiation à un parti? (Si oui – lequel)?
15. Appartenance/croyance religieuse?
16. Niveau de scolarité?
17. Salaire ?
18. Alocations (familiales, logement, handicap, autre)
19. Type d'emploi (fonctionnaire, CDI, CDI)
20. Pension (alimentaire en cas de divorce, retraite, autre)

Je voudrais vous demander de me raconter votre parcours, votre histoire de vie, depuis le début. Pour cela, vous pouvez commencer à partir des périodes importantes des plusieurs moments de votre vie personnelle, professionnelle et syndicale. Je vous demande votre coopération. Vous pouvez commencer à raconter en détail tous les faits qui ont eu lieu dans votre vie depuis votre famille d'origine, votre expérience scolaire, professionnelle et notamment la période de votre insertion dans le mouvement syndical.

Questions de base pour le récit principal :

1. Vous avez déjà participé d'un mouvement collectif au cours de votre vie?
2. Comment vous décrivez votre histoire de vie en tant que participant des « luttes syndicales »?
3. Vous avez participé au syndicat pendant les années 1970 à 1990?
4. Quand vous avez commencé à fréquenter les assemblées du syndicat? Vous vous souvenez de l'année?

5. Dans cette période, vous avez remarqué la participation des femmes ? Quels aspects ont attiré votre attention?
6. Vous vous souvenez d'une revendication spécifique?
7. L'ambiance collective du syndicat de cette période était propice à la participation des femmes?
8. Vous avez fait face à des contraintes ou à des situations embarrassantes pour le fait d'être une femme dans un contexte a priori majoritairement masculin?
9. Comment vous conciliez votre participation dans le syndicat avec les obligations familiales et les journées de travail?
10. Quelles raisons vous ont amené à vous syndiquer?
11. Votre présence dans le syndicat était associée à une revendication spécifique en tant que travailleur/euse?
12. Vous avez le souvenir d'une victoire syndicale spécifiquement liée à la présence des femmes dans le syndicat?
13. Les revendications syndicales dans les décennies de 1970, 1980 et 1990 intégraient des propositions spécifiques des femmes travailleuses?
14. En quel moment vous avez remarqué l'inclusion de propositions prenant en compte le genre, et qui contemplaient des hommes et des femmes?

APÊNDICE C

PERFIS BIOGRÁFICOS

C.1 – ENTREVISTADOS/AS DO SINERGIA-BA, BRASIL

CARMILCE MIRIAM CARNEIRO DE SOUZA (Branca, 74 anos, professora da COELBA, Diretora Conselho Fiscal)¹⁸⁹

Nasceu no ano de 1942, na Cidade do Salvador, Bahia. Autodeclara-se branca (morena clara), filha de descendentes de sírio-libaneses. Sua mãe era enfermeira, seu pai era advogado, Coronel da Polícia, funcionário público, tendo exercido o cargo de delegado de polícia¹⁹⁰. Em virtude da profissão de seu pai, durante toda a infância, deslocou-se com a família, para diversas cidades do interior da Bahia.

Sua trajetória estudantil teve início na Escola de Sargentos da Polícia Militar, onde cursou o antigo curso primário. Posteriormente, ingressou no Colégio confessional São José, onde cursou o ginásio e iniciou sua trajetória política estudantil, vinculando-se à Juventude Estudantil Católica (JEC), sob orientação de padres jesuítas. Neste tempo, conheceu seu futuro marido, que também atuava como militante desse movimento. Para ela, esta fase se caracteriza pelo início do seu processo de conscientização, despertando a solidariedade para com a camada mais explorada da população. A partir daí, foi, aos poucos, se ligando aos movimentos sociais Do Colégio São José, transferiu-se para o Colégio Central da Bahia, onde concluiu o ensino médio, ingressando logo depois na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para cursar Filosofia. Porém, ao se deparar com uma greve que já perdurava 3 meses, optou por abandonar o curso e começar a trabalhar, tendo em vista que seus pais se haviam separado, e ela desejava ajudar financeiramente a família.

Sua trajetória profissional iniciou-se no MEB (Movimento de Educação de Base)¹⁹¹. Contudo, com a instauração do Golpe Militar de 1964 e a implantação da ditadura, o MEB teve seus equipamentos recolhidos, e vários sindicalistas perseguidos, sendo então obrigado a fechar as portas. Em 1964, Carmilce prestou vestibular para a Universidade Católica do Salvador, sendo aprovada para o curso de Pedagogia. Casou-se em 1965, com seu atual marido, que cursava História na mesma Universidade. Juntos, participaram do Diretório Acadêmico, ela como militante; ele como diretor. E também atuavam como filiados da Ação Popular – AP¹⁹². Ao concluir o curso de Pedagogia em 1968, ela e seu marido decidem sair da Bahia, juntamente com o filho de 2 anos.

¹⁸⁹ Entrevista realizada em 17.04.2017.

¹⁹⁰ Seu pai ocupou cargo de prefeito na Bahia, indicado pelo presidente Getúlio Vargas.

¹⁹¹ Movimento ligado ao Governo Federal e à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O MEB fundava escolas pelo interior de vários Estados. Criavam escolas pelo interior da Bahia e em Salvador, cujo objetivo era alfabetizar a população local pelo método Paulo Freire, conscientizando-os para se reunirem em Cooperativas, muitas criadas pelo MEB, além de estimular os trabalhadores a fundarem vários Sindicatos (declaração da entrevistada).

¹⁹² A AP teve a sua fundação no ano de 1962. Esse grupo vinculado a igreja Católica, defendia transformações estruturais na sociedade brasileira numa perspectiva de chegar ao socialismo cristão. Atuava na organização do campo via a alfabetização de adultos e de formação de lideranças rurais (. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: Ação Popular (AP) [verbete]*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>>.. Acesso em: 8 abr.2019).

Começa, então, a trajetória política de Carmilce como militante “clandestina” durante a ditadura militar. Foi nessa época que as perseguições a ela aumentaram, sendo motivo de preocupação para seu pai, um coronel da Polícia Militar: “As perseguições aumentavam, meu pai mostrava-se preocupado, como pai e militar.” Assim, acompanhando seu marido, ela foi para Belém do Pará, e lá permaneceram escondidos em casas emprestadas pelos padres. Essa cobertura permitiu que eles viajassem para vários lugares, conscientizando a população, através do trabalho de base. De lá seguiram até a cidade de Imperatriz, no interior do Maranhão. Ao se estabelecerem nesta cidade, decidiram criar uma escola visando desenvolver um programa de alfabetização para a população. Além disso, organizaram uma comissão em conjunto com a população de Imperatriz, dirigindo-se ao governador do Maranhão, José Sarney¹⁹³, para que as pessoas que residiam naquela localidade, pudessem se tornar donas das terras onde viviam. Esse movimento de luta pela terra chamou a atenção da ditadura. Pessoas estranhas começaram a circular na cidade, e eles resolveram se mudar novamente, desta vez para a cidade de São Paulo, onde continuaram vivendo clandestinamente. Em São Paulo, precisou mudar de endereço três vezes, por conta das perseguições. Por isso evitava caminhar em grupo para não chamar a atenção dos policiais que estavam sempre de olho em qualquer conversa suspeita.

Lidando com suas lembranças dessa trajetória pessoal, política e partidária, Carmilce demonstra intranquilidade, dizendo: “Minha memória tá bem ruim. E o emocional interfere, lembrando dessa história”. Assim, expressa como viveu um período difícil, pois precisava como mulher cuidar dos filhos e ainda, como militante do partido, exercer suas tarefas políticas, uma vez que seu marido, por estar na direção do PCdoB, viajava muito e quase não permanecia em casa. Três anos depois, na segunda metade da década de 70, deu à luz a seu terceiro filho. Mesmo assim, prosseguiu a sua jornada como militante política, agora, em Aracaju, pois o partido necessitava de seu marido no Nordeste. De lá, ela seguia viajando para diversos lugares, na tentativa de reorganizar o partido, o qual já havia perdido diversos companheiros de luta “vítimas de tortura e assassinatos”. Nesse contexto, de “caju em caju”, assim relata Carmilce, “sobrevivíamos fazendo comida, doces, salgados, entregando nos locais, a pé, de bicicleta, até que nossa família nos deu um carro bem usado, para nos ajudar”.

Em 1979, conquistada a anistia política, ela e o marido retornaram para Salvador. O apoio dos familiares foi fundamental para que eles se instalassem novamente na cidade. Nesse tempo, seu esposo tornou-se presidente do PCdoB e ela, membro do Comitê de Anistia dos Direitos Humanos, com o objetivo de ajudar outros companheiros que ainda não tinham sido anistiados. É o recomeço, o início de uma nova trajetória pessoal e profissional interrompidas no limiar da ditadura militar. Em 1982, Carmilce consegue uma vaga de emprego numa rede de supermercados, porém, pouco tempo depois, com a ajuda de um irmão, passou a trabalhar na Secretaria de Educação do Estado. Nesse mesmo ano, foi admitida na COELBA como “assistente administrativa”¹⁹⁴ por indicação de um parente. Realizava trabalhos correspondentes a cargo de nível superior, mas sua remuneração era de nível médio. Após o partido (PCdoB) apoiar a campanha eleitoral para o prefeito Mario Kertész no ano de 1986, ela foi indicada para ocupar uma vaga na Secretaria de Educação Municipal¹⁹⁵. No ano de 1987, durante o governo de Waldir Pires, Carmilce retornou para a COELBA, quando foi promovida para um cargo de nível superior, como analista de

¹⁹³ Governador do Estado do Maranhão entre 1966 e 1970.

¹⁹⁴ Esse cargo correspondia a um cargo de nível superior, utilizado pela direção da COELBA para contemplar os pedidos políticos, contratando pessoas que não tinham o título legal de nível universitário e não ocupava cargo correspondente à formação.

¹⁹⁵ Atuou como professora de nível superior, fazendo projetos e dinâmicas em grupo, e também acompanhando meninos de rua abrangidos por projetos da Secretaria. Com 8 meses, precisou voltar para a COELBA, após o rompimento do PCdoB com o prefeito.

treinamento, no mandato da primeira e única diretora administrativa eleita pelos trabalhadores, a economista Teresa Mousinho.

A trajetória sindical de Carmilce como militante no SINERGIA-BA iniciou-se no mesmo período da sua admissão na COELBA. A partir de sua filiação, passou a atuar como militante de base, frequentadora das assembleias gerais. Segundo ela, a partir dessa conjuntura de retorno à democracia no Brasil,

Havia pouca participação das Mulheres. A Assistente Social Vanderlay Reina, com sua força de grande líder, tanto junto às mulheres quanto junto aos homens da empresa (empregados), conseguiu muito apoio e foi estimulando a todos a se aproximarem do sindicato. Destaco também a presença de líderes do PSB, a exemplo de Teresa Bastos, Luíza Aguiar e outras cinco. Reivindicávamos o Auxílio Mãe Guardiã.

Com a eleição da assistente social Vanderlay Reina, houve um movimento de maior entrada e participação das mulheres no sindicato. Porém, a maioria dos diretores do SINERGIA-BA não aceitava ideias e proposições vindas das companheiras. Desse modo, Carmilce deixa claro a sua percepção factual a respeito das relações machistas praticadas pela diretoria do sindicato. Isso ficava evidente, quando as ideias trazidas pelas companheiras militantes eram apresentadas nas assembleias como propostas dos homens, diretores do SINERGIA-BA.

A respeito das greves, revela a sua indignação contra a forma como eram votadas as propostas. Segundo Carmilce, muitas mulheres do PT participavam do comando de greve, apenas para “fazer número”, e os diretores do partido utilizavam-se delas para conseguir aprovação de pautas que fossem de acordo com seus interesses partidários. É evidente, na sua narrativa, que esse tipo de manipulação gerava, no conjunto dos/as trabalhadores/as, tensões e divergências muitas das vezes inconciliáveis.

Em 1982, Carmilce participou, como delegada, do II Congresso dos Eletricitários da Bahia¹⁹⁶, juntamente com um grupo composto pelas companheiras Jadinilza Cavalcanti, Iracema Tadeu, Gloria Cardoso, Leda Moreira, Telma Cristina, Clélia Bispo, Irangá Iglesias, Eulina Costa, Luizinete Maria, Maria de Lurdes, Maria da Conceição e pelo companheiro Everaldo Silva (eletricista). Essas companheiras também faziam parte do Grupo Mulher COELBA, cujo objetivo era construir pautas de reivindicações das mulheres eletricitárias no conjunto da CHESF e da COELBA. Nesse congresso, as mulheres encaminharam e defenderam propostas de cunho feminista: 1 – Exigir a punição de qualquer forma de discriminação contra a mulher; 2 – A contribuição na formação de lideranças femininas que pudessem vir a integrar a diretoria da entidade; 3 – Estimular a participação feminina no sindicato; 4 – Criação de um departamento feminino no SINERGIA-BA. Essa equipe apresentou várias reivindicações além dessas, todas aprovadas, mas não viabilizadas na prática. Esse fato culminou com o dissenso entre as forças políticas que compunham a militância e a direção do SINERGIA-BA no final do mandato, em 1989. Na sua narrativa, Carmilce registra a escolha política que foi obrigada a fazer na época, quando precisou desistir de compor a Chapa 2, encabeçada por mulheres para a direção do SINERGIA-BA:

Foi muito difícil aquela opção. Eu sofri muito. [...] Marcos¹⁹⁷ dizia: não tem jeito. [...] Como era simpatizante, do PCdoB. [...] então, aquela conscientização toda. Eu não tive opção. Fui chamada até de “traidora” [risos] por algumas amigas nossas. Foi difícil.

¹⁹⁶ A abertura desse congresso, em 1982, foi realizada pelo histórico militante do PCB, Luiz Carlos Prestes.

¹⁹⁷ Integrante do PCdoB e dirigente sindical.

Ao desistir de compor a Chapa 2, Carmilce escolheu fazer parte da Chapa 1, vencedora, para o mandato de 1990-1993. Diferentemente da Chapa 2, esta última não tinha representação significativa de mulheres em sua composição. Durante esse mandato, ela foi membro efetivo do Conselho Fiscal. A experiência de Carmilce como dirigente sindical, nesse mandato, reforça o Ponto-de-vista da prática do “machismo” dominante das hierarquias das relações sociais de gênero na direção do SINERGIA-BA, ainda praticado de forma acintosa entre alguns diretores do sindicato:

Carmilce: – Você não deve dirigir [assembleia], deve botar Paulo de Tarso hoje”. Aí ele (diretor): –“Vá à merda, me respeite, porque eu sou liderança! Eu sou liderança! Eu sou líder, está duvidando da minha liderança?”. – Aí, eu digo: “O que eu vi aí lhe passei.”. Aí o pessoal (diretores): “Carmilce, não vá. Não vá não porque você vai estragar o movimento. Fique quieta. É melhor você...”. Aí eu sentei e disse: “Mas não vou mais participar, só ouvir agora”. Resultado: Ele foi dirigir, quando ele pegou o microfone e começou a falar, levou a maior vaia. [...] Paulo de Tarso teve que assumir.

Até a saída da COELBA, Carmilce apoiou a direção do SINERGIA-BA, conduzida por uma aliança PT/PCdoB, sempre na retaguarda do partido, como ela diz: simpatizante e socialista cristã e do sindicalismo de classe. Depois de 24 anos de serviço prestado à COELBA e de militância no SINERGIA-BA, aposentou-se com 61 anos de idade. Atualmente, como aposentada, frequenta a Associação dos Aposentados da COELBA (AAC), dedicando parte do seu tempo a prestar apoio a parentes no âmbito familiar. Sempre que ocorre algum evento relacionado a coelbanos, seja de viés político-social, sindical, trabalhista e até de apenas confraternização, a militante se faz presente.

CLÉLIA BISPO DE ARAÚJO (Morena, 75 anos, Técnica em Contabilidade, Dirigente Sindical)¹⁹⁸

Nascida em Senhor do Bonfim, cidade do interior da Bahia, Clélia reside atualmente em Salvador, no tradicional Bairro do Bonfim, na companhia de três crianças negras oriundas da “roça”, interior do Estado. Iniciou sua trajetória profissional na CHESF em 1964, através de concurso público, fato este que a orgulha, pois isso a difere de outros profissionais que ingressaram na empresa através de pedidos políticos.

Durante a década de 70, o presidente do sindicato era Napoleão Topázio. Nesse período, Clélia compôs o grupo que fazia oposição ao “peleguismo”, sindicalismo de conciliação, parceiro da direção das empresas. Em 1979, filia-se ao SINERGIA-BA, durante um cadastramento geral de parte dos colegas que organizavam a Oposição Sindical. Porém, sua adesão ao sindicato só se inicia após ela investir neste movimento, em 1982. Clélia se orgulha de ter batalhado para retirar o sindicato das mãos da diretoria dos chamados “pelegos” e destaca o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista nesta causa.

Clélia – Eles conseguiram tomar o sindicato da mão do pelego. Mas, antes, eles fizeram três campanhas. No princípio, eles estavam fracos, não tinham muito conhecimento, muita experiência, mas o sindicato lá de São Paulo, o dos metalúrgicos do ABC, veio dar apoio a eles, inclusive com o advogado deles. Orientaram o pessoal e, então, na terceira campanha, eles conseguiram tomar o sindicato da mão do pelego do Raimundo, como é? Raimundo Napoleão Topázio era o nome dele.

¹⁹⁸ Entrevista realizada dia 14 de Março de 2013.

Devido a sua adesão ao movimento de oposição sindical, ela passou a sofrer pressões das chefias diretamente da sua chefia. Por isso, resolveu procurar o sindicato, que foi muito solícito e a ajudou a resolver essa situação. Nessa época, conforme Clélia, as pessoas eram muito arredias para chegarem até o sindicato, principalmente as mulheres. Mesmo assim, ela sempre conseguiu levar com ela duas ou três colegas para as reuniões. A partir da sua presença nas reuniões de base e entrosando-se com seus/suas companheiros/as sindicais, algum tempo depois, ela foi eleita Delegada Sindical de Pituaçu e, logo depois, diretora do SINERGIA-BA. Nesse posto, passou a convocar pessoas para as assembleias, além de distribuir os boletins sindicais e realizar o movimento em prol da absorção das trabalhadoras terceirizadas, conseguindo a efetivação de muitas delas, que haviam sido alvo de demissão da CHESF. Como delegada sindical, Clélia repassava todas as informações do sindicato, apesar de o “*sistema*” não permitir o compartilhamento.

Durante o período de endurecimento do Estado de exceção, o comandante da área de segurança mandou chamá-la e sugeriu realizar a distribuição dos folhetos sindicais no seu lugar. Contudo, ela recusou prontamente, alegando que aquele trabalho deveria ser feito por alguém que representasse o sindicato. Embora os dirigentes da CHESF não fossem militares, Clélia afirma que eles se achavam “militares fardados”. Clélia afirma que, por nunca ter “abaixado a cabeça” para ninguém, ela sofreu perseguições e punições, com o intuito de provocar a sua demissão. Contudo, o chefe do jurídico na época, Amado Bahia, vetou tais decisões.

Logo me deram a primeira punição. [...] Porque eu tinha ido para o serviço médico. [...] Fui ao serviço médico, aqui no Posto Médico de Roma, pra falar com o médico para fazer o tratamento gástrico. o médico achou justo e me deu uma licença. Acharam, o tal do Almirante da época, achou que eu tinha salário gracioso em dias não trabalhados, me chamando: de “ladra”, em outras palavras. [...] me deu outra punição parece que foi de 7 dias. [...]. Amado Bahia soube disso: “ela está coberta, ela poderia ter tirado licença até para ir para praia jogar a perna, vocês não podiam fazer nada disso porque ela está com uma licença da previdência social, do sistema de saúde da União. [...] ela vinha em tratamento médico”.

Clélia recorda que realizou viagens para o Encontro das Mulheres Urbanitárias e, também, para a Constituinte, quando o Grupo Mulher Coelba reuniu 26 mulheres.

Clélia – Eu lembro assim, que a gente fez viagens, aí vem aquele encontro, o EMUR – Encontro das Mulheres Urbanitárias, entendeu? O EMUR. Eu participei de todos os EMUR que teve; no último a que eu fui, foi em Campina Grande [Pb]. Eu fui com Benigna, aí teve que alugar até um ônibus. É que foram 26 mulheres.

Vanderlay – Eu estava grávida de Gabriel, aí eu organizei o grupo Mulher Coelba, mas aí a gente tentou na Chesf organizar, mas parece que na Chesf só teve 5 pessoas, não foi?

Clélia – Na Chesf só tinha eu, que era o “pratinho de arroz doce”. Fátima. Teve Benigna, que foi também nesse EMUR.

Segundo Clélia, na ida a Constituinte, o sindicato não quis pagar a viagem de avião, ordenando que elas realizassem o percurso de micro-ônibus. O então presidente da época, ao ser questionado por Clélia a respeito das viagens realizadas pelos homens, que utilizavam o avião como meio de transporte, lhe disse: “Vá você aqui tomar...”, juntamente com a realização de um gesto considerado obsceno, causando revolta nas mulheres presentes.

Clélia – Foi nesse ano [...] que a gente trocou as passagens por um ônibus, um micro-ônibus? Que os homens também iam de ônibus, ou avião. Eu disse: vamos pegar o micro-ônibus, a gente vai com você. Não foi isso?

Vanderlay – Porque o sindicato não quis dar o dinheiro para vocês irem de avião, aí disse que podia ir de ônibus, porque iriam mais mulheres. Me lembro que a maioria que foi, foi da COELBA.

Clélia – Foi. Da Coelba, mas também teve mulheres do SINDAE.

Clélia relata que o Grupo Mulher sempre participava com propostas voltadas para o gênero feminino, como as pautas para as mulheres urbanitárias, além de Auxílio-Maternidade e Auxílio-Creche.

Vanderlay – [...] chamavam o Grupo Mulher Coelba, mas era o Grupo Mulher Eletricitária. Você fazia parte, quem era que fazia mais...? A maioria era da COELBA, eu me lembro de que você participava. Porque você nunca separou COELBA de CHESF.

Clélia – [...], mas as outras mulheres separavam. E elas eram do PT, né?! [risos] como eu não tinha partido, eu dizia: **estou aqui para fazer meu trabalho, não partido político**. Para mim, o partido político é aquele que está fazendo o trabalho, não tem que servir para mim, estar trabalhando, para mim, vale. Nunca separei negócio de partido, não. (Grifos acrescidos).

Clélia declara que não tinha sido filiada a nenhum partido político, pois, em sua concepção, sua participação no sindicato era voltada para a defesa dos interesses dos/as trabalhadores/as, não aos interesses de partidos. Atualmente, está aposentada pela CHESF, após exercer sua profissão por 49 anos

JEANNETTE MONTEIRO (Negra, 54 anos, Técnica em Eletrotécnica, Delegada Sindical)¹⁹⁹

Filha de pai sergipano e mãe baiana, Jeannete nasceu na Cidade do Salvador, Bahia, em 1962. Solteira, possui 3 filhos e reside no bairro da Ribeira. Vinda de uma família com 13 irmãos, 3 adotivos, afirma que era tratada pela mãe como empregada da casa. Segundo Jeannette, isso acontecia pelo fato de ela ser a única negra na casa, pois acredita que sua mãe tinha atitudes de cunho racista. Quando sua mãe se ausentava, ela tomava conta da casa e dos irmãos, além de passar, cozinhar e lavar. Havia outras irmãs que poderiam exercer essa função, mas sempre era ela quem realizava todas as atividades domésticas. Jeannette tinha uma ótima relação com seu pai, uma vez que ele exerceu grande influência na sua formação como pessoa e como mulher chefe de família, trazendo os mesmos valores que ele empregava em casa, para os seus filhos. Na visão de seu pai, suas filhas deveriam crescer, estudar e exercer uma profissão, para que pudessem conquistar a independência financeira, antes de qualquer casamento. Jeannette relata que, “por ter tido essa relação próxima com seu pai, desenvolveu um perfil tido como masculino”, segundo ela, por “sempre querer estar à frente de tudo e ter o poder da decisão”. Diferente da maioria das mulheres, que, para ela, “são submissas no geral”.

Pelo fato de ser a mais estudiosa e dedicada entre os seus irmãos, Jeannette relata que concluiu o 2º grau em 1978, estudando em escola particular, paga por seu pai. Durante suas férias, sua mãe a inscreveu para o vestibular da EEMBA²⁰⁰ e da antiga Escola Técnica

¹⁹⁹ Entrevista realizada em 5 de março de 2015. Piatã, Salvador.

²⁰⁰ Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia

Federal²⁰¹, escolhendo os cursos que ela deveria cursar. Jeannete foi aprovada nas duas instituições, passando a cursar Eletrotécnica e Edificações por ordem de sua mãe. Todavia, identificou-se mais com o curso de Eletrotécnica, afirmando que “a Escola Técnica era muito rígida, similar ao militarismo em que ela vivia dentro de casa, diferente da EEEMBA, que era mais acolhedora”. Concluiu o curso de Eletrotécnica como a única mulher na classe, iniciando a sua trajetória profissional ao ser admitida na empresa Caraíba Metais, após seleção dentro da própria EEEMBA. Contudo, Jeannete não gostou de atuar na área, pois a empresa não possuía adaptação para comportar empregadas técnicas do gênero feminino, tendo de dividir áreas de uso pessoal, como os banheiros, com os homens.

Ao decidir pedir demissão do emprego, passou a vender o *Jornal Tribuna da Bahia*, para manter uma determinada renda, escondida da sua família. Porém, pouco tempo depois, seu pai descobriu que ela havia abandonado o emprego na Caraíba Metais e conseguiu para ela um emprego na redação do *Jornal Tribuna da Bahia*, por ser muito amigo do dirigente do jornal na época. Enquanto empregada do jornal, foi incumbida de realizar a cobertura dos 15 anos da COELBA, mesmo sem possuir formação em jornalismo, pois o jornalista que trabalharia no evento estava doente. No evento, foi informada sobre o concurso que seria realizado no dia seguinte e optou por se inscrever. Após ser aprovada, em 1984, foi lotada para a unidade de Paulo Afonso, e ouvindo os conselhos do pai, que inclusive foi viver com ela na cidade para que ela se adaptasse, resolveu aceitar o cargo. Durante a greve da COELBA ocorrida no mesmo ano, Jeannete sindicalizou-se e articulou sua mudança para Alagoinhas com apenas 6 meses de empresa, pois já não queria viver em Paulo Afonso. Mas, segundo ela, “por conta de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores e os seus colegas serem filiados ao PMDB, ocorreu um choque de ideologias”, o que a levou a ser demitida da COELBA. Após sua demissão, ela conseguiu emprego, em uma subsidiária da empresa, a COBER, após conversar diretamente com o diretor.

Por ainda não se ter desligado oficialmente da COELBA, resolveu fazer uma nova carteira profissional para ser admitida na COBER, enquanto o trâmite da sua demissão se encaminhava. Posteriormente, após a fusão COBER-COELBA, passou a trabalhar novamente na COELBA, dessa vez em Salvador, como a primeira técnica do Departamento de Engenharia de Distribuição – DED. Por atuar numa área de maioria masculina, percebeu que, “apesar de aprender muito com eles, trabalhando com os melhores engenheiros da empresa, não havia *chance* para a sua ascensão, pois a prioridade era os homens”. Em 1985, inicia a sua trajetória sindical, frequentando as reuniões do SINERGIA-BA e, posteriormente, candidatando-se ao cargo de delegada sindical e exercendo 3 anos de mandato. Jeannete afirma que gostava das atividades que exercia dentro do sindicato, como participar das reuniões e decidir estratégias, além de convencer pessoas a se filiarem ao SINERGIA-BA. Após o término do seu mandato como delegada sindical, ao trabalhar no setor de Novas Ligações, na engenharia básica, “encontrava-se com o menor salário de todos os técnicos da área”. Permaneceu dez anos na posição de Júnior, até que, ao pressionar o seu chefe, conseguiu o avanço para o nível Sênior.

Em relação à participação sindical das mulheres, ela recorda que sempre foi muito sazonal aumentando e diminuindo a depender das circunstâncias, pois as mulheres ainda são levadas a acreditar que o sindicalismo, na realidade, é “coisa de homem”. Todavia, ela não deixa de reconhecer as conquistas históricas fruto da participação coletiva de mulheres, entre 1985-1987 no SINERGIA-BA, como o Auxílio-creche, o Auxílio Mãe Guardiã e o Plano de Saúde, conquistas muito importantes.

²⁰¹ Atualmente: Instituto Federal da Bahia.

Em uma visão geral do sindicato, Jeannette observa que a década de 80 foi a mais significativa para o Sindicato dos Eletricitários, pois o sindicato procurava enxergar as necessidades dos trabalhadores, além de buscar a inserção da mulher na área técnica. Atualmente, Jeannette acha que “o sindicato não possui mais representatividade, pelo fato de se utilizarem dele apenas para obter estabilidade no emprego”. Esse recuo do sindicato favoreceu a perda de muitas das pautas reivindicadas na década de 80 sem lutar, como no caso do Anuênio e do pagamento da hora-aula pelos serviços prestados no treinamento de pessoal.

JOÃO CARLOS MASCARENHAS MAGALHÃES (Branco, 65 anos, Engenheiro Elétrico da COELBA, Militante de Base)²⁰²

Filho de pai advogado e mãe contadora, João Carlos é um dos 8 filhos de uma família de 10 pessoas de classe média. Nasceu em 1951 na cidade de Poções, centro-sul baiano. Durante a década de 50, quando ainda era criança, sua mãe já atuava no mercado de trabalho como contadora em uma cadeia de lojas italiana em sua cidade natal. Mesmo com todas as restrições dadas às mulheres até o final daquela década, sua mãe sempre esteve atuando e exercendo sua profissão fora de casa. As memórias mais antigas relacionadas aos seus primeiros contatos com a vida política remetem, primeiramente, ao convívio com sua irmã Célia, estudante do Colégio Central, que esteve sempre presente nas manifestações promovidas pelo movimento estudantil. Em segundo lugar, no período em que estudou no Colégio São Bento, seu professor de História e Geografia, Dom Marcos, tinha uma visão muito crítica acerca dos acontecimentos políticos ocorridos no País a partir da ditadura militar de 64. Esse professor sempre promovia atividades de reflexão junto com os estudantes sobre as manchetes de jornais que saíam sobre as rebeliões e o enfrentamento dos grupos de resistência ao regime. Então, a partir dessa configuração, João Magalhães reconhece que esses primeiros contatos contribuíram para a construção de sua consciência política enquanto estudante. Em 1964, houve um movimento contra a Lei Orgânica dos Partidos, fato que resultou em um confronto da polícia com estudantes manifestantes dentro da escola.

Foi assim, teve uma movimentação de estudantes e tal, e era Lei Orgânica, e aí o governador Juracy Magalhães... o pessoal vaiou. Na época tinham uns policiais com uns cavalos, o pessoal jogava bola de gude. E aí escorregou, o cavalo caiu. Foi aquela confusão. E aí eles deram tiros que atingiram o Mosteiro de São Bento [...].

As paredes do colégio ficaram cravadas com várias marcas de tiros disparados pelos militares. Foi um tempo de muito conflito, relembra João. No São Bento, também foi formado o grupo de estudos com os padres do Mosteiro. A partir desse grupo, foi criada a Ação Popular – AP, inicialmente de característica religiosa. Posteriormente, a Ação Popular deu origem à Ação Popular Marxista Leninista (APML). Segundo João, o movimento da Ação Popular teve forte influência dos movimentos liberais franceses. Não apenas aquele movimento, mas a juventude de classe média brasileira, que representava a camada intelectual da época, lia e tinha contato com a literatura escrita pelos filósofos e sociólogos europeus, entre eles, Sartre, Simone de Beauvoir, Herbert Marcuse e Karl Marx. Para João Magalhães, a juventude da década de 60 tinha uma visão diferente da juventude dos tempos atuais, pois, segundo ele, os jovens daquele período eram voltados para o pensamento coletivo. Ele pertencia ao coletivo, portanto cometia sacrifícios em nome do coletivo. A construção era feita em sociedade. Em contrapartida, atualmente os jovens estão

²⁰² Entrevista realizada em 15 de maio de 2015. O João é conhecido também pelo cognome de “Bico”.

voltados apenas para a satisfação de suas necessidades, que está atrelada ao consumismo, comenta João.

Era uma juventude... que tinha uns avanços nacionalistas. Tinha naquele período um pensamento, que o pessoal fala, diferente do que tem hoje. Hoje o jovem é voltado para ele, mais egocêntrico e ao mesmo tempo consumista. É o prazer egocêntrico e hedonista. Naquela época, o jovem tinha o pensamento mais de coletivo, ele pertencia ao coletivo, se sacrificava mais pelo coletivo, ele tinha uma visão mais idealista da sociedade [...]

Dando continuidade aos estudos, João saiu do Colégio São Bento em 1968 e foi para o Colégio Central, tradicional escola de ensino médio de Salvador²⁰³. No Central, sua trajetória estudantil ganhou corpo dentro do movimento estudantil, pois foi naquele ambiente que ele iniciou sua participação nas reuniões, nas assembleias organizadas pelos estudantes secundaristas. Com o AI-5²⁰⁴, em dezembro desse mesmo ano, a perseguição aos grupos políticos atingiu um novo patamar. Em sua roda de amigos e conhecidos, João teve estreito laço com alguns jovens que foram perseguidos, fichados como procurados políticos, presos e até mortos pela ditadura. Nesse período sua irmã Clélia também foi presa. Após a prisão de sua irmã e o falecimento de seu pai, João tornou-se arremido ao movimento estudantil, passou a manter certa distância de qualquer organização de cunho político. Recorda que em 1968, mesmo com o recrudescimento da ditadura militar, o movimento estudantil, representado pela classe média brasileira, vivia uma fase de muita efervescência com a adesão a diversas correntes ideológicas, entre elas, O Movimento Revolucionário 8 de Outubro²⁰⁵. Havia outro grupo de estudantes ligados ao PCB e, também, um movimento ligado ao PCdoB, que defendia a luta armada em campo, além dos estudantes ligados a Ação Popular.

Para ele, era um momento muito rico, pois todos esses movimentos coexistiam e debatiam conjuntamente as questões referentes à conjuntura. Contudo, apesar de reconhecer a importância das diversas correntes políticas dentro do movimento estudantil, João afirma que nunca pertenceu a nenhuma delas, ao contrário de sua irmã Célia que era integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Pelo seu envolvimento, sua irmã chegou a ser processada, julgada e presa pela ditadura militar. João Magalhães afirma que havia um forte engajamento da juventude nos grupos políticos. O jovem tinha uma visão muito política da sociedade, voltada para a esquerda. Por esse fato, segundo ele, era muito complicado estar engajado politicamente dentro desses grupos políticos e continuar sendo religioso, por isso a primeira atitude que ele tomou ao se engajar como militante estudantil foi deixar de ir à igreja.

Então você tem uma visão muito política da sociedade, muito mais da esquerda, era difícil você naquela idade continuar sendo religioso. A primeira coisa que eu fiz foi deixar de ir para a igreja, eu não ia mais. Quando eu ia para a Igreja da Graça eu achava uma palhaçada. Então, o jovem, como é muito rebelde e impulsivo, eu também não quis mais, aí ficava militante.

²⁰³ Em 1968, o Colégio Central era uma das tradicionais escolas de Salvador voltada para o antigo Ensino Colegial, hoje Ensino Médio.

²⁰⁴ O Ato Institucional Número 5 foi estabelecido no governo do presidente Arthur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. Sua institucionalização representou o momento mais duro, pois deu poder de exceção aos militares para punir aqueles que fossem contra os ditames do regime. Suas ações resultaram em perdas de mandatos parlamentares, prisões de civis e validação da tortura.

²⁰⁵ Organização política de ideologia comunista que promoveu uma luta armada contra a ditadura militar. O nome 8 de outubro foi uma homenagem ao dia em que o revolucionário cubano Ernesto Che Guevara foi capturado na Bolívia.

Após concluir o antigo colegial, ingressou na Escola Politécnica da UFBA. Já na UFBA, por volta de 1973-1974, João voltou a atuar junto ao movimento estudantil, através do Diretório Acadêmico (DA). Em seu período de atividade no DA, foi contemporâneo de Marcos Nilton, seu futuro colega na COELBA; e de Nivandro, da CHESF. Em decorrência do regime de exceção, a formação de grupos como os Centros Acadêmicos e os Diretórios Acadêmicos era terminantemente proibida na Escola de Engenharia. Duas ou mais pessoas não podiam caminhar juntas nos corredores, pois chamavam atenção de maneira negativa. Em 1975, concluiu o curso de Engenharia Elétrica. Em 1976, viajou para Campina Grande, na Paraíba, para iniciar os estudos de pós-graduação. Em Campina Grande, participou ativamente do Grêmio de Engenharia Elétrica, chegando a conhecer boa parte dos colegas da COELBA em Campina Grande. Alguns desses colegas se filiaram, posteriormente, ao Partido Comunista Brasileiro. Em 1978, retornou para Salvador e iniciou sua trajetória profissional na COELBA. Lá, começou a participar do Clube de Engenharia, que, segundo João, foi o ponto de partida para a tomada do Sindicato dos Engenheiros das mãos dos engenheiros civis. Após a criação do Clube de Engenharia, o Sindicato dos Engenheiros – SENGE ficou sob o comando da esquerda política, mais precisamente dos engenheiros militantes do PCdoB. Posteriormente, ocorreu um racha dentro do sindicato, e uma parte dos engenheiros se filiou ao Partido dos Trabalhadores. No SENGE, João recorda o nome de Paulo Bastos, Jackson e Virgílio, engenheiros da COELBA.

A partir do Clube de Engenharia, também começou um novo movimento dos engenheiros elétricos dentro do SINERGIA-BA de tomar o sindicato do comando dos sindicalistas “pelegos”. João recorda que Marcos Nilton foi uma das lideranças desse movimento de mudança no sindicato. Por meio da articulação com os trabalhadores da CHESF, foi montada uma chapa liderada por Paulo Cesar Monte para enfrentar a chapa liderada por Napoleão Topázio. A chapa de Napoleão venceu as eleições. Numa segunda eleição, agora já na década de 80, a chapa que propunha renovação para o SINERGIA-BA não mais tinha Paulo Cesar Montes como liderança, mas Loureiro e Lázaro da CHESF de Paulo de Afonso. Dessa vez, conseguiram vencer.

João recorda que chegou a ser convidado para participar da nova chapa, porém recusou. Primeiramente, porque o seu real desejo era atuar como engenheiro elétrico, já que tinha investido numa pós-graduação em sua área. Em segundo lugar, porque ele entendia que, como engenheiro, ele não sofria tanto as contradições entre capital x trabalho como os eletricitistas. Eles, sim, sofrem mais as implicações da relação desigual existente no mercado de trabalho. Então, a representação do sindicato teria de vir da base, afirma João. A primeira reunião da nova liderança ocorreu no Colégio ICEIA. E, segundo João, Loureiro indagou aos trabalhadores na reunião, quem trabalhava no edifício sede da COELBA e quem não trabalhava. Aqueles que se identificaram como trabalhadores do edifício sede foram convocados a sentar em um lugar separado dos demais. Aquele episódio, na visão de João, soou um tanto estranho, porque tinha um cunho separatista, de divisão dos trabalhadores. Com todas essas atitudes de discriminação e separação dentro do SINERGIA-BA, começou a haver um certo afastamento de alguns engenheiros que estavam insatisfeitos com muitas coisas dentro da COELBA. Uma das insatisfações veio a partir da posse de Antônio Imbassahy no cargo de presidente da COELBA em 1989. Segundo João, Imbassahy utilizou o cargo para criar um grupo fechado de amigos engenheiros nos grandes cargos²⁰⁶. Pessoas novas na carreira e na empresa assumiram da noite para o dia cargos importantes que renderam aumento significativo nos salários.

²⁰⁶ José Carlos Aleluia assumiu o cargo de diretor da COELBA. Posteriormente, diretor e presidente da CHESF entre 1987 a 1989; Carlos Geraldo assumiu o cargo de coordenador geral da presidência da COELBA. Entre outros não mencionados precisamente por João.

Eram os “Menudos” [...] Pegou algumas pessoas novas e deu cargos gerenciais, cargos de gerência com salários altíssimos. E o pessoal que era engenheiro, que tinha formação melhor, igual, que trabalhava como engenheiro, até mesmo mais qualificado, com o salário lá embaixo [...]

Paralelamente à renovação de quadro, da forma como sucedeu, começou a ocorrer mudança de lotação de engenheiros sem qualquer tipo de treinamento. Alguns engenheiros também foram demitidos. Isso gerou revolta entre os engenheiros elétricos, impulsionando a organização desses para a criação de um grupo organizado de oposição e de luta pelos interesses da classe. Foi criada, a partir de então, a Associação de Engenheiros e Eletricistas da COELBA – ASEC. A associação foi criada porque, na visão dos engenheiros, o sindicato não os representava. Posteriormente, a Associação dos Engenheiros se fortaleceu, pois os melhores acordos foram conduzidos quando a associação convocou dois sindicatos dos engenheiros para participarem das negociações. A partir daí, foram sendo aprofundadas as questões relacionadas às condições de trabalho dos engenheiros. Participaram da criação dessa associação os/as engenheiros/as Paulo Bastos, Fernando Colchão e Tereza Rodamilans, que, tempos depois, assumiu o cargo de diretora-chefe da associação por dois anos.

A primeira mulher do Clube de Engenharia que mais participou da construção da retomada do SINERGIA-BA da direção “pelega” foi Domingas Barra, recorda João. Ele lembra que Domingas fiscalizou a votação. Inclusive, eram confeccionados panfletos, e Domingas distribuía. Então quem participava no início era ela. Mais tarde, começou a aparecer Célia Lima, e, ainda mais tarde, Domingas conseguiu inserir Adonei Neri de Brito no processo. A partir daí, Adonei começou a participar. Depois que os engenheiros elétricos conseguiram finalmente tomar o sindicato, Tereza Bastos Rodamilans começou a participar. Apesar da presença dessas engenheiras no sindicato, ele acredita que a inserção da mulher não ocorreu de maneira efetiva, porque a base da COELBA foi/é composta majoritariamente por homens. João acrescenta que, nas atividades meio, as mulheres estão presentes. Contudo, onde as relações de trabalho são mais duras, onde os trabalhadores morrem pelas condições de alta periculosidade, as mulheres não estão. O trabalho mais pesado de subestação é mais difícil para a mulher. Há poucas mulheres fazendo esse tipo de trabalho. João recorda que até mesmo as trabalhadoras formadas em eletrotécnica não iam a campo, exceto Jocelina Regina Santos. Poucas faziam isso. Então, pelo fato de a mulher não estar na área de operação, onde estava o “grosso” dos trabalhadores da COELBA, isso contribuiu significativamente na forma como se deu sua inserção e participação. Ele cita a mim, Vanderlay Reina, e as demais assistentes sociais como únicas mulheres de atividade meio que participavam do sindicato.

Eu acho que você tinha uma sensibilidade com os eletricitas, você trabalhava com o pessoal da área de operação, e eles também tinham esse tipo de retorno com você, então tinha essa vinculação. Um trabalho forte com os empregados dentro da empresa, por conta da sua atividade mesmo. Mas, por exemplo, tinha seu caso, mas se tivessem dez mulheres ali iguais a você, não tem como você fazer isso, entendeu? Porque na verdade ficaria muita gente disputando um espaço só.

Para João, a luta pela igualdade de participação das mulheres no sindicato perpassa pela representação igualitária de trabalhadoras de cada setor. Cada área deveria eleger uma representante mulher para atuar no SINERGIA-BA. Ele recorda que o momento de maior participação na COELBA e no sindicato foi entre os anos de 1986 e 1989. Iniciou precisamente em 1986 com a reivindicação da diretoria administrativa da COELBA, eleita pelos trabalhadores. Este movimento foi impulsionado pelo departamento de Recursos Humanos liderado pelas mulheres assistentes sociais da COELBA, que eram: Vanderlay Santana Reina, Tereza Cristina Rodrigues, Maria de Lourdes Araújo, e mais alguns nomes.

Na visão de João Magalhães, essas mulheres eram pessoas que participavam e que tinham uma aspiração muito antiga de mudança. As mulheres saíram vitoriosas dessa eleição.

As mulheres nesse período tiveram uma participação efetiva. Foi quando se instalou o Conselho de Empregados, quando a diretora implementou esse conselho com a indicação de uma outra mulher, Tereza Cristina Rodrigues. Como coordenadora, ela teve um papel fundamental em apurar as reivindicações, transformar isso em reivindicações reais para a empresa, e também de educação dos empregados.

João não entendia o engajamento das mulheres no sindicato como uma demanda feminista, mas como um viés de participação da mulher. Não no sentido restrito da mulher, mas no sentido amplo da classe trabalhadora. A participação das mulheres naquele período estava inserida no contexto do trabalhador em si, não especificamente da mulher trabalhadora. Ele ainda ressalta que, a depender da área, a mulher tem uma participação mais relevante que o homem.

Por exemplo, eu acho que as mulheres, do ponto de vista de pesquisa, de dedicação, ela é superior ao homem. Do ponto de vista de trabalhos mais práticos de campo, o homem talvez suporte mais que as mulheres.

Dentro desse ponto de vista, ele considera que a questão cultural é muito forte, porque foram atribuídas ao homem, historicamente, as atividades de comando em campo. Então, o homem foi se acostumando com essa configuração. E, para João, as mulheres preferem as atividades mais nobres, mais intelectualizadas, muito embora existissem, na época, mulheres na COELBA que ocupavam posição de comando mais autoritário, mais forte do que muitos gestores. Mulheres que eram “tratores”, que passavam por cima de todo mundo. Para ele, essas mulheres teciam críticas aos homens, no entanto na prática reproduziam as mesmas atitudes deles. Ele reconhece que atualmente as mulheres estão à frente dos homens nos estudos. “As mulheres estão estudando mais, galgando maiores espaços no ensino superior. Todavia esse esforço e ganho não se refletem nos salários pagos a elas”, ele observa.

Agora, outra coisa que você pode colocar, uma discussão que se faz é o salário, que a mulher com sua competência tem que ganhar igual ao homem. Tem que ver a competência, não o sexo. Por exemplo, em determinadas atividades se paga mais a um homem do que as mulheres, isso está errado.

Como engenheiro, João avalia que o fortalecimento dos engenheiros, por meio da criação da ASEC e do SENGE, alvo de críticas na época, não prejudicou os eletricitistas nas negociações por reajuste, porquanto, no reajuste salarial, a formação técnica/acadêmica deve ser levada em consideração. Para ele, o engenheiro não pode passar anos estudando, se qualificando, para, na hora do acordo, receber um reajuste menor do que o eletricitista.

Agora, você não pode consertar um problema da sociedade em detrimento do outro, isso não pode. Por exemplo, você acha que um cara que é médico e que estudou dez anos, que passou três anos fazendo residência, não sei o quê, não sei o quê.... Aí passa dez anos depois da formação dele, você acha que ele vai querer o mesmo salário?

Em sua concepção, a mudança teria de vir do salário do eletricitista. Se o salário está baixo, tem de lutar para melhorá-lo, faz parte do plano de cargos e salários. Não pode permitir que o salário do eletricitista continue “miserável” e deixar tudo para o acordo coletivo e dizer “Não, você vai ganhar 30% e o outro vai ganhar 0%”. João considera que, na condução do SINERGIA-BA, houve equívocos. Ele foi mal conduzido, pois, como grupo social representante dos empregados de uma empresa, os sindicatos não podem ser extensões de

partido político. Os empregados podem ter o pensamento ideológico que quiserem, no entanto, os sindicatos devem representar o pensamento coletivo, têm de se basear nas relações de trabalho, nas condições de trabalho e em todas as coisas decorrentes da relação capital x trabalho.

Sindicato para mim tem que ter espírito cooperativista, se um cara quiser ter um espírito transformador é muito do partido político. Sindicato tem que ter uma visão corporativa, você está no sindicato com uma visão corporativa, dentro daquele corpo social ali para defender os interesses do trabalhador. Isso é o sindicato.

João é categórico ao afirmar que um sindicato, ao se aventurar a ser aliado de um partido, não representa os trabalhadores de uma empresa. Para ele, o trabalhador pode ser militante no sindicato, mas não pode transformar o sindicato em um braço do partido político, senão ele o enfraquece. Isso corrobora o seu entendimento de que o SINERGIA-BA perdeu força por se ter alinhado a alguns partidos políticos.

Depois que terminou a diretoria administrativa, ia ter uma eleição; o sindicato teve dois grupos: teve o grupo “puro sangue” ligado ao PT, o James, Epaminondas: “Não, só quero puro-sangue.”; e aí tinha um grupo com você, Zilson. O outro grupo eu falei com eles: “Rapaz, forma uma chapa só, porque vai entrar aí a direita, que era Collor. Nilo Coelho já estava na COELBA, que era da direita. Aí eles disseram: “Não, só quero puro-sangue.”. E não quiseram fazer nenhum tipo de composição. Depois, eles mesmos brigaram entre si, os “puros-sangues”, para ver qual o “sangue” mais puro e tal [...].

Na sua visão clara de esquerda progressista, atuante desde o movimento estudantil, João faz reflexões centrais sobre a CUT, como o fato de a Central ser composta 100% de partidos ligados ao PT. E esse fato contribuiu para que todos os sindicatos fossem associados a um único partido, culminando para a completa descaracterização da função dos sindicatos enquanto representantes dos anseios da classe trabalhadora.

JOCELINA REGINA SANTOS (Jô, negra, 59 anos, técnica em eletrotécnica da COELBA, Delegada Sindical)²⁰⁷

Nasceu em Salvador, em 1958. Negra. Hoje é católica praticante, diferente da sua fase como militante sindical, ocasião em que era católica nominalista. Jocelina não nega, também, ser simpatizante das religiões de matrizes africanas, segundo ela acredita nos seus Axés. Ao contrário da maioria das companheiras deste estudo, Jô viveu sua infância e adolescência no bairro da Liberdade²⁰⁸, embora passasse todas as férias na casa de sua avó materna no interior da Bahia. Nas suas lembranças de infância, as férias eram um dos raros momentos de grande felicidade e alegria, pois desfrutava de total liberdade de viver no interior (na roça) diferente da vida urbana da cidade, imposta a limites e estudos. Sua família de origem materna é do Recôncavo da Bahia, da cidade de São Francisco do Conde. O seu pai era operário, estivador das DOCAS²⁰⁹, na conjuntura dos anos 50 e 60, época caracterizada por um período atravessado por grandes dificuldades financeiras para aqueles que viviam do trabalho²¹⁰, em particular, os trabalhadores negros. Como ilustração, os 50% dos mais pobres da população brasileira usufruíam somente de 17% da renda nacional, no entanto, 10 anos depois, a condição estava pior, reduzira-se para 13,5 dessa renda

²⁰⁷ Entrevista realizada no Condomínio Jardim Piatã, em 23 de outubro de 2014, em Salvador.

²⁰⁸ Populoso bairro pertencente à parte alta da Cidade do Salvador, Bahia. Grande contingente populacional formado por negros/as e de baixa renda.

²⁰⁹ DOCAS – Região da administração portuária de Salvador, Bahia.

²¹⁰ Conjuntura econômica baiana dos anos 50 a 80, conforme Bairros (1988).

(BADARÓ; MATTOS, 2009). Nessa condição, sua família como operária enfrentou, segundo ela, várias crises decorrentes da exploração da força de trabalho, da numerosa mão de obra, sobretudo de negros, favorecendo em troca os baixos salários. Jocelina é mais conhecida como Jô no meio sindical e na COELBA. Jocelina fez questão de registrar de modo enfático o significado e o reflexo da educação recebida da figura materna na sua trajetória pessoal, pois tivera em sua mãe, Dona Olindina, a sua grande referência, principalmente na formação de valores humanos e morais, guia de sua trajetória de vida até hoje.

Ela abriu um parêntese nas suas lembranças sobre a trajetória de origem de Dona Olindina, sua mãe: Ela veio aos 15 anos do interior da Bahia, para a Capital, Salvador, acompanhando sua tia – a irmã mais velha – pois já estava na idade de trabalhar. Este percurso de meninas do interior para a Capital em busca de trabalho, particularmente, limitado ao emprego doméstico, se constituía no lugar comum, o fosso das desigualdades sociais para meninas pobres. Esse fenômeno era mais efetivo ainda para meninas negras e pardas, direcionadas para o trabalho de cuidado de outras crianças das famílias das elites ou não. Esse fenômeno de circulação de crianças pobres, desde à infância à adolescência, de prestarem serviço como empregadas domésticas, em troca de casa e comida, foi chamado de “Circulação de crianças” por Claudia Fonseca (1989). Segundo essa autora, esta prática era comum no Sul do País, costume duradouro e frequente, de longo tempo, nas famílias brasileiras pobres e também aqui na Região Nordeste. Em Salvador, até os anos 2000, ainda era um recurso muito usado pelas mães solteiras, negras, pobres. Enfim, são as famílias monoparentais pobres que, para a sobrevivência de seus filhos, usam o recurso do trabalho em casas de famílias (REINA, 2008).

Nesse período, já existia a Petrobras, instalada desde os anos 50 na Bahia, o que, de algum modo, interferiu na geração de novos empregos na indústria e fora dela. Nos anos 70, criara-se o Polo Petroquímico de Camaçari, produtor de bens intermediários necessários ao desenvolvimento das indústrias do Centro-Sul, e sua importância para o Estado da Bahia reproduziu poucas mudanças na realidade social em relação à ampliação do emprego e na alteração da qualidade de vida de parte da população. Na época da vinda de Dona Olindina, em torno dos anos 40, segundo Jô, sua mãe veio a conhecer o seu pai, que era quatro anos mais velho do que ela e já possuía dois filhos de um casamento anterior.

Jô supõe que, por ter nascido na década de 60, no auge da repressão da ditadura militar no Brasil, considera esse acontecimento e seu desdobramento nos anos subsequentes como responsáveis pelo seu modo de ser, principalmente o anseio que sempre teve de transformações sociais, de querer ser uma agente de mudança da realidade social, em particular, também aquela em que vivia. Inclusive, durante toda sua narrativa, ela revela que sempre sonhou trazer a avó materna para residir em Salvador, para poder oferecer uma mulher qualidade de vida. Conforme ela, apesar de sua mãe ter “medo” de a filha não ter sucesso na vida, por conta do seu perfil desde cedo como mulher “independente”, desinibida e enfrentadora das adversidades, ao contrário de suas irmãs, ela sempre fora muito estudiosa e dedicada.

Com essa ajuda, segundo ela, “um empurrão”, conseguira ingressar na Escola Técnica Federal da Bahia, realizando um sonho antigo de entrar naquele lugar muito significativo, na década de 70, em que vários jovens de seu bairro estudaram e obtiveram êxito na vida, como, por exemplo, o acesso ao emprego, a melhoria da qualidade de vida com a aquisição da casa própria, o acesso aos bens de consumo, para si e suas famílias: “Eu tinha o sonho de entrar na Escola Técnica”. Sonho este continuamente perseguido durante toda a juventude. Apesar disso, na visão de Jô, a Escola Técnica Federal era uma escola de perfil distinto, própria do “masculino”, uma vez que a maioria dos seus alunos eram meninos. As opções e ofertas curriculares de seus cursos contemplavam a formação de mão de obra técnica, voltada especificamente para a constituição de uma mão de obra especializada

para o polo industrial, nesta época em processo de desenvolvimento na Bahia. A título de exemplo, Jô observa que todos os seus colegas do bairro que deram “certo na vida”, de modo inclusivo, na escola e nos estudos, sem dúvida foram bem-sucedidos em consequência da passagem por essa escola, que promoveu a mobilidade social tanto deles como de suas famílias²¹¹. Diferente dos/as demais colegas, ela teve de se submeter a muitos sacrifícios para concretizar o seu sonho. E, para isso, contou com o apoio de um professor chamado Samuel, que lhe deu aulas individuais de preparação para o vestibular da referida escola, pois ela estudava na escola pública Duque de Caxias, na Liberdade.

Jô fez declarações cruciais e relevantes para entender o percurso trilhado na sua trajetória pessoal, profissional e política. Ela resume sua trajetória de vida, na seguinte declaração: “Eu fui tanto a única mulher como a única aluna negra na sala de aula”. De acordo com ela, a realização de seu sonho teve o custo elevado na sua vida para que fosse concretizado. Um dos primeiros desafios a ser enfrentado por ela foram os horários das aulas. A Escola Técnica Federal funcionava nos três turnos: nos períodos da manhã, da tarde e da noite. Esse modo de funcionamento de uma escola pública, de planejamento pedagógico, isto é, de estrutura funcional não fora pensado a partir das dificuldades e carências de estudantes pobres, pois se exigia a permanência do aluno na escola durante longo tempo, como: a obrigação de fazer as refeições na escola; o transporte extra para ida à residência no horário do almoço; a higiene pessoal de meninas, entre outros itens. Situação impossível de ser contornada no caso de alunas/os carentes, residentes distantes do bairro do Barbalho onde se localiza a Instituição. Esta jornada prolongada a sobrecarregou, porque já estudava ao mesmo tempo no Colégio Duque de Caxias, na Liberdade – desenho industrial – e na Escola Técnica no mesmo período – eletrotécnica. Resumindo: a sua situação como aluna carente agravou-se. Certo dia, ela sofreu um “desmaio” na escola, uma vez que não conseguia “merendar”, em decorrência das condições financeiras de seu pai, operário, por conseguinte, a carência de itens básicos era uma característica de toda sua família. No entanto, ela relata o apoio recebido naquela ocasião por parte do diretor da escola que autorizou o fornecimento de almoço para ela. Pouco depois, ela desistiu do outro curso no Colégio Duque de Caxias, pois teve de escolher entre as duas opções. E, nesse aspecto, ela optou em estudar, apenas eletrotécnica. Logo, concluiu o curso e se formou.

Nessa fase inicial da sua trajetória profissional, ela vai ter de lidar com uma nova experiência, a procura do primeiro emprego. De fato, ela começa um novo ciclo, a peregrinação em busca de trabalho: “[...] saí para procurar emprego”. O curso técnico não possibilitava um leque de empresas e emprego, contudo o mercado era mais aberto para os profissionais oriundos da Escola Técnica Federal, prioritária para a indústria. Assim, nesta fase de estágio probatório, ela fora aprovada na seleção de estágio na empresa Caraíba Metais, na Mina Jaguarari, no interior da Bahia²¹², onde permaneceu durante 6 meses.

Eu fui para estagiar. [...] Lá encontrei o mineiro Edvar Beckham. [...] Fizeram uma entrevista comigo que eu não sabia que ele estava assistindo [...] na entrevista, ele, entre todos os entrevistados, me escolheu. Eu fui para a Caraíba Metais. Todo lugar Beckham me levava. Eu tinha curiosidade. [...] interesse de conhecer a Mina, lá dentro, mas tinha um tabu, olhe: “Nossa Senhora” tomava conta da entrada, mas para descer, não deixavam. (Jocelina Regina, (Jô), 59 anos, estagiária de Eletrotécnica).

Justamente, nesse período de estágio, a nossa entrevistada teve a “ousadia” de quebrar um dos mitos da cultura do trabalho em minas de exploração: um dos tabus desse tipo de

²¹¹ Como citam Osmundo de Pinho (2010) e Ricardo Reina Machado (2015).

²¹² O depósito da Mina Caraíba foi descoberto no ano de 1874, no Vale do Curaçá, área do atual município de Jaguarari (BA). Em 1974, a empresa estatal Caraíba Metais S.A. iniciou a exploração comercial da mina, tornando-se a única fabricante de cobre eletrolítico do Brasil.

trabalho era forjado na identidade de gênero que impunha limites de acesso às dependências da Mina Caraíba, cujas normas, pautadas em elementos da subjetividade, não permitiam a descida, o acesso de mulheres ao subterrâneo, nem seu acesso às galerias. Essa proibição estava vinculada a um mito baseado no sexo do “gênero”: mulheres no interior da Mina possibilitavam acidentes. Além, desse problema de proibição, vinculada à segurança do trabalho, havia a predominância do masculino no seu interior, submetido a temperatura elevada. Segundo Jô, os homens usavam apenas “cuecas”, portanto costume não adequado no seu interior para o convívio com o feminino. Conforme Jô, Nossa Senhora na entrada significava o símbolo da proteção; e a mulher comum, a operária, era tida como símbolo do “azar”, imposto pelas hierarquias de gênero.

Vanderlay: – Você não teve medo?

Jô: – Não. Jovem não tem medo de nada.

Vanderlay [risos].

Jô: – Não tem medo, não, porque é desconhecido, você fica invocada. [...] Lá era tudo à prova de explosão. A automação que tem dentro, as lâmpadas, tudo é à prova de explosão. Então, eu consertava lá em cima, mas não consertava lá embaixo. Então, tinha que ver onde é que eles faziam. Depois eles não deixaram mais eu descer, porque diziam: “Mulher não pode descer, porque dá azar”. Os mineiros têm isso na cabeça, que mulher quando entra em mina, dá azar. Eles não gostam de mulheres descerem. Você pode ir a céu aberto, descer a céu aberto, mas na subterrânea, aí eles não [gostam].

Sobre desconforto do trabalho na visão masculina: (estética):

– Eu desci no carrinho, e queria me meter em tudo [risos]. Mas é muito bom, foi muito lindo. [...]. Porque é água para todo lado, água cristalina. É lindo, é muito lindo. Eu tenho umas lembranças, [...] divinas dali. [...] 1500 metros que teve, eu fui até lá embaixo encontrar os “meninos”, furando, fazendo tudinho, bonitinho.

Nesse momento, Jô revela no semblante a alegria da conquista, do alcance de ter, como mulher, experimentado o “proibido” em nível pessoal e profissional, ter acesso a um espaço “interditado” ao feminino. Mais ainda, ter confirmado para o masculino – os trabalhadores – a sua capacidade técnico-profissional, de ter contribuído para a solução do problema que eles não conseguiam resolver, apresentando recomendações, como estagiária de elétrica, recém-saída da Escola Técnica, com os conhecimentos, segundo ela, “frescos”.

No final do período de estágio, a Caraíba Metais demonstrou interesse na renovação do contrato de estagiária, o que não foi possível devido à legislação. Jô já atingira a carga horária como estagiária. A contratação como profissional remete a questões subjetivas, normativas de impedimento de uma mulher, mesmo com capacidade e habilidade técnica comprovadas no contexto funcional do exercício profissional no interior da mina. Sendo assim, não houve iniciativa e determinação da direção da empresa de romper com as normas hierárquicas pautadas na identidade de gênero, com base nas diferenças do ser homem e ser mulher para sua contratação como eletrotécnica.

Após finalizar o período de estágio, recomeçara uma nova trajetória profissional, o ingresso como profissional de eletrotécnica no mercado de trabalho em ascensão na Bahia. É a fase da competição, de como a mulher lida com as regras impostas ao feminino no mercado de trabalho. O primeiro passo, a submissão a concursos públicos, a processos de recrutamento e seleção nas empresas. Para sua decepção, o caminho não era tão fácil e rápido como ela

esperava, com base no mérito. Alunos da Escola Técnica, geralmente, eram absorvidos pelas empresas onde tiveram a experiência do estágio, portanto eram vistos e tidos no mercado de trabalho como uma mão de obra que gozava de prioridade no processo seletivo, principalmente pela qualidade do ensino e pela experiência possibilitada através do estágio profissional. No reverso, a nossa personagem não conseguiu obter êxito na sua empreitada.

Destarte, nota-se que nem todos os critérios de recrutamento, de seleção, de escolha, de conquista do emprego estavam postos pelas empresas de modo objetivo e transparente. Existiam fatores subjetivos, que não seguiam os critérios de avaliação baseados na tão falada meritocracia, na formação profissional, distanciando-se do perfil profissional comumente exigido, a exemplo do requisito da “prática” como critério de experiência, mais abalizador da competência profissional. Até que um dia, Jocelina foi selecionada para a empresa Rodia. Na entrevista final, a recrutadora, lhe disse as seguintes palavras: “Tem duas coisas contra você em ser contratada: *“Você é mulher e você é negra.”* Concluindo, ela não foi admitida na empresa. A partir desse episódio, Jocelina vai entender que existiam marcadores sociais que pesavam nas escolhas profissionais, tais como raça e gênero, além da classe social, que se constituíam em obstáculos a sua entrada no mercado de trabalho, na Bahia. A classe social não foi mencionada, porém, segundo ela, o bairro, o endereço, pode ter sido também um vetor de exclusão.

Desde a década de 70, a COELBA buscava mão de obra qualificada na Bahia e fora do Estado, uma vez que ocorrera a incorporação da empresa CEEB²¹³. Em 1984, a entrevistada fez o concurso na COELBA para ocupar o cargo de eletrotécnica, e aí trabalhou por 21 anos, até ser aposentada por invalidez. Ao contrário do que ocorreu com colegas de escola – homens brancos – que foram contratados imediatamente e começaram a trabalhar, ela permaneceu “de fora” sem ter atinado para os motivos. Entretanto sua efetivação na empresa somente aconteceu após um ano, de idas e vindas, de entrevistas com os gerentes da empresa. Neste lance, examina a entrevistada que os eletrotécnicos, particularmente os homens negros, estavam sendo alocados nas gerências de distribuição do interior da Bahia, composta de numerosos municípios e localidades em fase de expansão²¹⁴.

Sobre tais questões do concurso, aliás, o único realizado pela COELBA, Jô conferira que seus colegas homens estavam sendo contratados. No entanto, apesar da sua altíssima pontuação no concurso, ela percebera que sua “cor de pele” e o fato de ser mulher foram fatores peremptórios para dificultar a sua contratação. Nesse processo de seleção, ela era constantemente convidada para as entrevistas com os gestores do setor operacional. Mas sempre era descartada na entrevista. Durante o contato por telefone com os gestores, existia da parte deles, o entusiasmo em contratá-la pelo seu perfil profissional: experiência, iniciativa, conhecimento teórico e prática profissional adquirida durante o estágio de um ano como aluna da antiga Escola Técnica Federal da Bahia, na Empresa Caraíba Metais. Além de ser portadora dos pré-requisitos exigidos para ocupar o cargo, diferente das outras eletrotécnicas que tinham receio do trabalho no campo, reservado ao masculino na COELBA, Jô demonstrava, perante os gerentes, a disposição de assumir as funções técnicas em sua globalidade: a ida a campo, “subir em poste”, incorporar-se como “supervisora de equipes de eletricitas”. Até que foi orientada a buscar recomendação política²¹⁵ quando então conseguiu ser efetivada por recomendação de um deputado da

²¹³ CEEB – Companhia de Energia Elétrica da Bahia: foi incorporada à COELBA em 30 de maio de 1972 por determinação do Governo Federal, de apenas haver uma empresa por Estado. Assim, a COELBA passa a ser a maior distribuidora de energia do Norte e Nordeste.

²¹⁴ Gerências Regionais de Distribuição – GRDs localizadas nos maiores municípios, os mais populosos e de maior importância para a economia do Estado da Bahia.

²¹⁵ Nessa época, a contratação das pessoas na empresa estava associada à recomendação do governador ou de deputados vinculados à ARENA e ao governo do Estado da Bahia.

base carlista, ao apresentar um cartão para o presidente da empresa. Quando foi alocada na cidade de Alagoinhas, percebeu a diferença no tratamento em relação ao pessoal da Capital, pois afirma que os trabalhadores do interior eram menosprezados. Sendo assim, resolveu criar, junto com seus colegas, um grupo de eletrotécnicos, para que fosse possível a briga pelos seus direitos. Era a única mulher no grupo, relatou, porém, que não existia separação de gênero no seu trabalho, pois ela exercia o mesmo papel dos técnicos homens e tinha a capacidade necessária para exercer sua função.

Em um dos eventos que veio a Salvador como representante dos Eletrotécnicos da Regional de Alagoinhas, conheceu a Vice-presidente do SINERGIA-BA, eleita em janeiro de 1987, Vanderlay Reina, integrante do sindicato. Após começar a frequentar o sindicato, esteve presente nas várias campanhas salariais, greves, paralisações, reuniões de base, e, após conversar com ela, resolveu ser militante e começou a ganhar espaço, sendo eleita delegada sindical e, posteriormente, coordenadora das Mulheres Urbanitárias da COELBA e da EMBASA. Participou ativamente como militante na greve dos 31 dias e afirma ter sofrido boicotes, durante sua participação no sindicato, pois, segundo ela, os dirigentes achavam que se tratava apenas de uma “mulher negra e burra”, e que poderiam utilizar os seus votos para qualquer finalidade. Porém, não imaginavam a inteligência e a forte influência de base dela, capaz de se tornar uma verdadeira “pedra no sapato” dos dirigentes. Então, não permitiam que ela se pronunciasse em momento nenhum, o que gerou alguns conflitos entre Jô e a direção do sindicato. Acreditava que a luta sindical deveria se dar não só pelo lado econômico, mas que deveria trazer também o viés social, tanto que se filiou ao PDT, apesar de ser filiada ao MDB (atual PMDB) desde os 12 anos, enquanto fazia parte do sindicato, pois se tratava de um partido que atendia às reivindicações das mulheres. Com isso, foi selecionada algumas vezes para representar o partido, por ser uma Mulher Urbanitária. Revela, que conseguiu levar melhoria para muitos trabalhadores e trabalhadoras da Coelba, devido à participação sindical e à defesa de pautas sociais. Atualmente, Jô se encontra aposentada por invalidez, após ter sofrido 3 enfartos, mas utiliza sua formação em Economia para ensinar matemática, sem vínculo empregatício. Mesmo distante do movimento sindical atualmente, Jô faz uma análise sobre o SINERGIA-BA dos anos de 1980/1990 em relação ao contexto atual: para ela, o SINERGIA-BA encontra-se em estado decadente, totalmente fragilizado e dominado pelos partidos políticos. Segundo ela, todas as divergências partidárias foram levadas para dentro do sindicato, o que contribuiu para a crescente fragilização da categoria, principalmente após a privatização da COELBA. Finaliza que é preciso reconquistar tudo que foi construído pelo sindicato, mas que se perdeu nas décadas de 80 e 90: a dignidade partidária, a dignidade do SINERGIA-BA, a dignidade e o respeito ao próximo. E, acima de tudo, para ela, a mulher precisa ocupar os espaços não apenas dos sindicatos, mas da vida pública/política como um todo.

JOSÉ CABRAL DE MOURA (Moreno, 62 anos, Guarda da Segurança Patrimonial da CHESF, Dirigente Sindical)²¹⁶

Natural de Paulo Afonso, mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia, José Cabral nasceu em 1954. Do casamento atual, possui 1 filha pequena, além de 3 filhos do primeiro casamento. Desde cedo, ele se mostrou interessado em participar da militância política, iniciada ainda na adolescência, como líder de classe (escola). Além de integrar o movimento estudantil, também atuou ativamente das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base²¹⁷, vindo a participar da criação do “Movimento Social de Paulo Afonso” em conjunto com as

²¹⁶ Data da entrevista: 17 de Janeiro de 2015.

²¹⁷ São comunidades reunidas geralmente em função de carências e misérias em comum, compostas por membros das classes populares, em vulnerabilidade socioeconômica, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade. O objetivo é ler a Bíblia em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as dificuldades cotidianas com que se deparam.

associações de moradores e a Igreja Católica. Em 1976, foi contratado pela empresa CHESF para trabalhar como segurança. Filiou-se ao SINERGIA-BA no ato de sua contratação. Apesar de sua experiência anterior nos movimentos sociais, José Cabral só começou a compreender a importância e o significado do movimento sindical após a sua participação na primeira greve da CHESF, em 1979. Anos mais tarde, em 1987, foi eleito Delegado Sindical para o mandato de 1987-1990. Foram três mandatos na diretoria plena e três mandatos na executiva.

Para José Cabral, as greves dos anos 80 tiveram grande relevância, dada a forte presença das mulheres nas lutas do SINERGIA-BA, a exemplo da greve ocorrida na CHESF de Paulo Afonso, em 1982. Essa mobilização, ocorrida em plena ditadura, teve como desdobramento a demissão de 25 trabalhadores/as²¹⁸. Destes/as, José Cabral recorda o nome de 2 mulheres: Alzira Barbosa e Maria de Pompéia²¹⁹. Na opinião de José Cabral, a mais célebre entre as mulheres militantes foi “Alzirinha”, como era conhecida Alzira Barbosa, telefonista da CHESF, naquele período. Dado a seu ativismo no movimento sindical, principalmente durante as greves, Alzira fora demitida 3 vezes pela CHESF. Mesmo depois de aposentada e afastada, nunca se absteve de estar ao lado dos/as trabalhadores/as na luta sindical. Segundo, José Cabral, nem mesmo sua pouca escolaridade a impediu de participar de maneira efetiva, chegando até a diretoria do sindicato. Outra mulher de destaque durante a greve de 1982 foi a engenheira Maria de Pompéia. Na época, era lotada na CHESF, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. Pompéia, militante do Sindicato dos Urbanitários em Recife, deslocou-se para Paulo Afonso a fim de prestar apoio aos trabalhadores da Bahia. Maria de Pompéia era sempre mencionada por Eduardo Bomfim como uma mulher atuante e corajosa, tornando-se uma lenda viva deste período. Maria Pompeia faz parte da narrativa oral dos trabalhadores, sobre a greve de 1982 na CHESF, quando fugiu pelo telhado quando o exército invadiu a sede da Delegacia do SINERGIA-BA em Paulo Afonso.

José Cabral traz na sua narrativa o Ponto-de-vista que ele teve em relação às mulheres com os dirigentes sindicais. Ele entende que não havia “conflitos de gênero”, todavia as mulheres só eram respeitadas ao ocuparem determinadas funções dentro do movimento sindical elétrico. Ao ser indagado acerca das relações de gênero no espaço sindical, assim expressa seu pensamento:

Vanderlay – E as mulheres eram respeitadas? Suas posições eram aceitas?

José Cabral – Dentro do movimento sindical algumas funções sim, outras não. Porque ainda existia aquele negócio do “machismo”. As posições eram ainda muito rígidas.

Para José Cabral, algumas cabeças masculinas não estavam preparadas para entender a importância da presença das mulheres no SINERGIA-BA em Salvador. Em razão desse posicionamento contundente das militantes de afirmação de suas posições nas assembleias, era frequente a ocorrência de confrontos entre homens e mulheres ao saírem dos palanques e irem para as reuniões de base.

[...] aí eu acho que naquela época, eu imagino hoje, tinha medo da mulher chegar a tomar o seu lugar, ou se destacar mais politicamente na luta sindical do que o próprio homem.

²¹⁸ Foram demitidos 14 trabalhadores de Paulo de Afonso e 11 de Pernambuco

²¹⁹ Apesar de José Cabral recordar apenas de duas das trabalhadoras demitidas nessa greve, a obra de Otto Filgueiras, *CHESF em alta tensão*, de 1983, registra que 5 mulheres foram demitidas. Contudo, o autor traz apenas o registro do nome de 4 delas: Maria Alice Torres, Maria Zilaque, Alzira Barbosa e Maria de Pompéia.

Segundo José Cabral, mesmo a oposição de parte de alguns diretores, as mulheres foram para o sindicato e mostraram que também tinham o poder de alavancar, de dialogar, de interferir na tomada de decisão e na condução do movimento. Na sua trajetória Cabral, concorreu às eleições de 2008 como vereador, perdeu por 63 votos. Credita a sua derrota à falta de apoio de pessoas do sindicato e a sua inexperiência político-partidária. José Cabral aponta, na sua trajetória sindical, o itinerário da sua carreira política. No decorrer do tempo, depois de muitos anos participando do movimento sindical como liderança, chegara à vice-presidência da CUT em Paulo Afonso. Atualmente, nutre sentimentos de decepção e desilusão em relação à falta de assistência de alguns companheiros em quem ele sempre confiou e os quais defendeu. Para José Cabral, em relação a sua trajetória, a experiência no movimento sindical foi uma escola.

MARCOS NILTON VASCONCELOS (Branco, 63 anos, Engenheiro Elétrico da COELBA, Diretor do SINERGIA-BA)²²⁰

Natural de Guanambi, Bahia, Marcos Nilton veio para Salvador em 1966, aos 12 anos. Após dois anos de sua vinda para a capital, ele iniciou sua trajetória estudantil no Colégio ICEIA²²¹, local onde cursou o antigo ensino ginasial²²². Em 1969, transferiu-se para o Colégio Marista, instituição de ensino particular em Salvador. Como estudante do Marista, Marcos Nilton foi contemporâneo de Theodomiro Romeiro dos Santos, liderança do Grêmio Estudantil, que ficou conhecido por ter matado um sargento da Aeronáutica em 27 de outubro de 1970²²³. Como consequência desse período de exceção, havia um clima de repressão, sendo proibido qualquer tipo de manifestação do Centro Estudantil. Em 1972, ele ingressou na Escola Politécnica, onde iniciou sua formação profissional em engenharia elétrica. Na década de 70, o ensino superior já havia passado pela reforma universitária. Essa reforma promoveu uma reestruturação acadêmica e administrativa nas universidades, assim foram criados os diversos institutos, escolas e faculdades, condicionando os discentes a cursarem as disciplinas em *campi* diversos da universidade. Por esse motivo, segundo Marcos, mesmo não entendendo nada sobre política estudantil, eles juntamente com alguns colegas da época do Colégio Marista se reuniram e criaram uma chapa para disputar a liderança do Diretório Acadêmico de Engenharia Elétrica em 1973. Na concepção do grupo, o Diretório Acadêmico seria um lugar de encontros, onde todos poderiam estar mais juntos. Entre esses(as) colegas, ele cita: Teresa Rodamilans e Paulo Bastos, seus futuros colegas da COELBA. Como não houve inscrição de nenhuma outra chapa na eleição, a liderada por Marcos Nilton foi vitoriosa. Nas suas reflexões, ele conclui que a vitória de sua chapa significou o início do resgate do movimento estudantil, até então proibido pela ditadura.

Ainda na década de 70, Marcos Nilton e seus colegas de Engenharia Elétrica organizaram um Encontro Estudantil Nacional como primeira tentativa de reunir os estudantes dessa área. Liderados por ele, os estudantes da Bahia ficaram à frente do grupo responsável por convocar os outros Estados do Nordeste, entre eles, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Para alguns estudantes, esse encontro era uma oportunidade apenas de unificação da luta estudantil de cada Estado. Contudo, para outros, aquela reunião tinha finalidades políticas específicas. Marcos Nilton, apesar do discurso de não engajamento político partidário, mesmo como membro do Diretório Acadêmico, via como uma oportunidade de enfrentamento da ditadura militar: “[...] E fomos para esse encontro de estudantes de

²²⁰ Entrevista realizada em 21 de outubro de 2016, no Condomínio Jardim Piatã, Salvador.

²²¹ Instituto Central de Educação Isaias Alves.

²²² Na época correspondia aos quatro anos finais do atual ensino fundamental.

²²³ Theodomiro Romeiro dos Santos era membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Theodomiro foi condenado à pena de morte após assassinar um sargento da Aeronáutica e ferir outro em uma operação que resultou em sua prisão.

engenharia [...] um lado técnico estudantil [...] Tinha também um objetivo político por trás, de começar a organizar [...]”. No final desse encontro, militantes do PCdoB vieram convidá-lo para ingressar na política partidária. Contudo ele afirma que recusou a proposta do partido por acreditar que o movimento estudantil seria mais forte se fosse unificado, não separado por “facções”, como defendiam os estudantes filiados ao PCdoB. Em sua percepção, os estudantes teriam de atuar juntos, independentemente de filiação partidária.

Em janeiro de 1976, concluiu seu curso de graduação e, imediatamente, ingressou na COELBA, onde inicia sua trajetória profissional. Na época, essa era a fase do desenvolvimento econômico do Oeste da Bahia, caracterizado pela realização de grandes obras, particularmente construções de estradas e subestações. Esse período caracterizou-se pela expansão do mercado de trabalho na Bahia, em particular no ramo elétrico. Houve uma procura, pelas empresas de contratação, principalmente de profissionais de engenharia pela COELBA. Inclusive, de profissionais do exterior e de outros Estados do País. Seis meses após sua contratação, ele e outros dois engenheiros, entre eles, Teresa Rodamilans, foram para Belo Horizonte cursar uma especialização. Ao retornar para a Bahia, surgiu a oportunidade de trabalhar no planejamento conjunto entre as duas empresas, CHESF e COELBA, na região da usina de Funil, próximo aos municípios de Jequié e Rio de Contas. O referido projeto exigiu o deslocamento para outro Estado – Pernambuco, na cidade do Recife. Marcos Nilton viajou para Recife e lá tomaria conhecimento da primeira greve da CHESF, em novembro de 1979, conduzida pelos sindicatos dos Urbanitários de Pernambuco e do SINERGIA-BA na Bahia. O propósito desta greve vitoriosa foi ter garantido o atendimento de reivindicações econômicas e a não punição dos grevistas²²⁴.

A experiência dessa greve pode ser considerada como o fio condutor da trajetória sindical do futuro dirigente do SINERGIA-BA. O fato relevante desse acontecimento diz respeito ao local de onde partiu o movimento grevista. A direção do movimento era composta na sua maioria por empregados do departamento de Planejamento, no qual Marcos Nilton estava alocado temporariamente. Nessa oportunidade, ele teve o privilégio de conhecer diversas lideranças sindicais, apesar de assegurar não ter participado de forma efetiva desse movimento. Marcos Nilton consegue trazer, nas suas recordações daquela época, o nome de algumas das lideranças dessa greve, entre eles(as): Maria de Pompéia Lins Pessoa, engenheira elétrica²²⁵, e os dois irmãos Evandro Paiva e Evaldo Paiva. Dois dos professores da escola da CHESF que participaram como líderes dessa greve, Loureiro e Lázaro, tempos depois se tornariam grandes lideranças do SINERGIA-BA. Ele traz a perspectiva de que a greve era um momento de os trabalhadores estarem mais juntos, de conversarem, de jogarem. Contudo, ao analisar os movimentos de greve dos quais participou, Marcos Nilton acredita que, em termos de reivindicações econômicas mais amplas, as greves não conseguiram avançar:

A greve é a forma de reivindicar, é a forma de o trabalhador conseguir avançar na luta. Quer dizer, nas reivindicações econômicas, precisaria ter um avanço político das massas, no entendimento da necessidade da organização, do entendimento da sociedade como um todo. Só que esse avanço, eu acho que a gente não conseguiu passar [...].

²²⁴ Esse movimento de 1979 ocorreu ainda com os sindicatos sem autonomia, dominados pela direção tida como “pelega”.

²²⁵ Engenheira elétrica da CHESF de Pernambuco. Maria de Pompéia foi, nos anos 80 e 90, uma das principais lideranças do movimento sindical eletricitário do Nordeste, durante a greve da CHESF deslocou-se para Paulo Afonso, tendo fugido pelo telhado do SINERGIA quando o exército invadiu a sede do sindicato. Em 1982, foi demitida juntamente com mais 4 mulheres pela sua participação nessa greve. Durante o período do desemprego foi proibida de trabalhar em qualquer empresa no território nacional, inclusive foi contratada em Itaipu Binacional e logo demitida. Anistiada, posteriormente, foi eleita pelos empregados diretora da FACHESF – Fundação CHESF de Assistência e Segurança Social.

Logo após a greve de 1979-1980, começou o período de eleição no sindicato, e era necessário a candidatura de alguma chapa ligada à COELBA, porém nesse período não havia movimento dos trabalhadores da COELBA no sindicato. Então, ele e Feliciano, Edson Liz, Fernandez e Vieira Lima (Alagoinhas) montaram uma chapa de trabalhadores da COELBA. Logo após a escolha da chapa, ele, Feliciano e Fernandez partiram para a eleição da diretoria do SINERGIA-BA em Paulo Afonso. Ao chegarem à assembleia para a escolha da nova diretoria, não houve nenhum diálogo, apenas lhes foram prometidos a vice-presidência, o cargo de primeiro secretário e mais um cargo na direção. Com a escolha da chapa vencedora, Marcos assumiu a vice-presidência, Feliciano com o outro cargo de que ele não se recorda e Fernandez como secretário. Filiou-se ao PCdoB em 1981, mesmo a filiação em outro partido que não fosse o PT não sendo bem-vista. Sua filiação ao PCdoB deveu-se ao fato de esse partido pensar em conjunto, como relata a seguir:

Eu nunca fui de formar meu grupo, tanto que nunca fui de conseguir ser uma liderança do PCdoB para chamar a, chamar b, chamar c. Que depois eu terminei entrando para o PCdoB mais tarde por ver que eu estava sendo pressionado. Me batiam o tempo todo, aí eu resolvi ir para o PCdoB, como uma forma também de me organizar.

Sobre a participação das mulheres no Sindicato e nas greves, ele relembra os nomes de algumas mulheres protagonistas: Socorro, cuja participação era constante, porém ele afirma que Socorro não tinha muito posicionamento político. Outra mulher sindicalista que vem em sua memória é Alzirinha. Além de ser muito frequente, Alzirinha era aquela que sempre estava tentando resolver os problemas de todos. Também participavam Sandra e Idalina, duas mulheres que chegaram a ser delegadas de base. Ele afirma que as mulheres, diferente dos homens que só conseguem realizar uma tarefa por vez, é multitarefa, consegue realizar várias ações ao mesmo tempo, como afirma:

É. Interessante é que vida da gente é um corre-corre. As mulheres ainda conseguem fazer vinte coisas ao mesmo tempo, os homens são mais... fazem uma coisa, depois fazem a outra. Não são multitarefas, né? [...]

Revendo sua trajetória como militante sindical, ele acredita que o sindicato exerceu um papel muito importante para a esquerda na época, entretanto não conseguiu acompanhar os movimentos de massa, os anseios dos movimentos sociais:

Ele teve um papel importante para a esquerda onde lá a gente servia de guarda-chuva para a reunião com as esquerdas, serviu a questão da própria Assembleia Nacional Constituinte... tudo isso, a gente... as reuniões aconteciam por lá, e a gente ajudava as oposições. Então, teve esse papel. O problema é que a gente poderia ter avançado com as massas na mobilização. Nós não conseguimos fazer. Eu me desiludi muito naquele processo de Valdir, quando vi as coisas. Todo mundo achando que podia tudo, que podia tudo, e não podia nada. Diretor indo para a assembleia para poder votar [...].

Marcos Nilton, atualmente, é aposentado como engenheiro elétrico, após trabalhar durante 30 anos na COELBA. Exerce, atualmente, o cargo de gerente da SUCOM, em Dias D'Ávila.

MARIA ANTÔNIA DA CONCEIÇÃO MENDES (Toinha, Branca, Assistente Social, Militante de Base Livre)²²⁶

Maria Antônia, apelidada de “Toinha”, nasceu em Valença, no Baixo-Sul da Bahia, em 1937. Viveu, até os 7 anos, em uma localidade tida por ela com bem pobre. Neste contexto de famílias pobres, é comum as meninas saírem de casa muito cedo. A trajetória pessoal de Toinha muda de rumo logo cedo, quando deixou o convívio familiar aos 7 anos, decorrente do falecimento da sua mãe, acometida de tuberculose. Seu pai também já é falecido. Ele morreu sem que ela tivesse notícias dele, pois não a procurava. Originária de uma família de 6 irmãos, ela e seu irmão caçula foram levados para o Preventório Santa Terezinha, local onde eram mantidos os filhos sadios de pessoas tuberculosas²²⁷. O irmão de Toinha não foi aceito pela instituição, retornando a sua cidade natal, onde logo veio a falecer²²⁸. Quando completou 10 anos, com o apoio da irmã que era freira, ela foi transferida para um colégio na cidade de Propriá, em Sergipe.

A classe social, como característica da pobreza, atravessou o período da infância e da adolescência de Toinha. No colégio de freiras, frequentado por meninas de classe alta, ela percebeu desde cedo as desigualdades de classe, o lugar ocupado pelas meninas pobres era separado das meninas internas da elite. A diferença estava no tratamento desigual recebido por ela e demais meninas de origem popular. O trabalho infantil fazia parte do seu cotidiano. Todas tinham obrigações a cumprir, tais como: a limpeza do colégio, com outras colegas de mesma classe social, para que pudessem ter acesso à educação. Alguns anos depois, transferiu-se para Aracaju, com a justificativa de que não poderia permanecer no internato de órfãos. Finalmente, concluiu o antigo ginásio em Aracaju, estudando e trabalhando. O fato de ter adquirido, via concurso, o auxílio de uma bolsa de estudo educacional pela Secretaria de Educação estadual não a dispensou da prestação de serviços domésticos à instituição. Após a conclusão do curso ginásial, ingressou no curso pedagógico em outro colégio da cidade, pois o colégio em que residia não possuía este curso. Logo depois, ela prestou vestibular para formação em Serviço Social, sendo aprovada. Contudo, nos últimos anos, foi expulsa do colégio onde vivia pela freira, uma vez que ela já não podia trabalhar devido aos estudos, não conseguia cumprir todas as tarefas a ela atribuídas, pois priorizava os estudos. Saindo de lá, passou a morar na casa de uma amiga, até realizar um concurso para a Associação de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, na cidade de Lagarto. A partir daí, começou a trabalhar, alcançando sua independência. Tempos depois, ela se deslocou para Salvador, onde reencontrou sua irmã que não via há muitos anos: “Minha irmã freira ainda estava viva [...] fui para Salvador fazer exames, passar pelos médicos, para saber se eu tinha alguma doença, [...] porque eu estava no interior, poderia ter verminoses”.

Na capital baiana, ela vislumbrou a possibilidade de recomeçar as suas trajetórias pessoal e profissional. Foi quando prestou um concurso para a Petrobras, passando logo em seguida. Contudo, o contexto histórico de ditadura militar, instaurada naquela época, postergou sua admissão, já que os militares realizavam uma pesquisa minuciosa e detalhada a respeito dos profissionais que seriam contratados pela empresa, com o intuito de investigar o passado político de cada um, evitando empregados que tivessem envolvimento ou

²²⁶ Entrevista realizada em Florianópolis, 2 de julho de 2014

²²⁷ Localizado em Salvador, na época, no bairro de Brotas.

²²⁸ “O caçula morreu, logo que me separei dele, porque foram dois que foram para esse colégio de filhos de tuberculosos. [...] a freira estava brigada com a diretora do colégio, [...] a diretora do colégio disse que o menino ela não queria, bastava ficar com a menina. [...] O menino voltou para o interior e ele morreu. E eu fiquei no colégio e essa freira me levou para Propriá, e eu ficava fazendo os trabalhos no colégio e estudando. Quando havia a necessidade de limpar alguma coisa, elas me tiravam da sala de aula, para eu limpar o lugar que as meninas ricas tinham sujado. [...] e assim eu passei alguns anos lá em Sergipe, em Propriá”.

participação em movimentos avaliados como de ordem subversiva. Desde a época de estudante, a trajetória política de Maria Antônia foi sempre de participação nos movimentos sociais. Desde sua vivência em Sergipe, ela participava dos movimentos culturais de cunho popular. Para isso, ela sempre viajava para o interior do Estado de Sergipe com o propósito de “esclarecer o povo”, não se eximindo de fazer discursos de críticas ao regime ditatorial²²⁹.

Algum tempo depois, ela foi admitida pela Petrobras. Trabalhou durante 8 anos na empresa sem qualquer envolvimento com o movimento sindical. Mas oferecia sua opinião em todo movimento que ocorresse na empresa. Foi demitida no ano de 1973, quando houve a dispensa de diversos empregados, com a justificativa de que essas demissões faziam parte de uma necessidade administrativa, palavra-chave usada naquela época, afastando qualquer vinculação a perseguição política. Porém, Toinha discorda dessa informação: “É a tal coisa, a gente nunca pode achar que é a ditadura [,,] a gente sabe que eles mandam, então no fundo é perseguição política. Porque se não fosse perseguição, eu não poderia sair. Eu era concursada. Como um serviço público bota uma pessoa para fora?” Concurada, ela saiu da empresa sem direito a nada, com quatro filhos e um marido.

Em 1976, foi contratada pela FAELBA. Trabalhou durante 5 anos nessa fundação, até que foi incorporada à COELBA, propiciada pela absorção do quadro de funcionários das duas empresas. Nesse período, já tinha iniciado a sua trajetória sindical, militando no sindicato durante as greves: “Quando tinha greve eu ia para o sindicato. [...] Eu fazia fundo de greve, esse movimento de angariar recurso para greve. E, quando fui para COELBA, fazia piquete, fazia essas coisas todas.” Durante as paralisações grevistas, ela sempre promovia a apresentação de espetáculos cênicos, por ter a experiência de teatro. Essa iniciativa contrariava muita gente, principalmente o diretor do sindicato, pois ele entendia aquele espaço como um ambiente, apenas, de reivindicações das pautas econômicas. Já os eletricitistas (de maioria masculina), a chamada “peãozada”, tinham mais confiança nas mulheres e as apoiavam nas suas propostas.

É porque eles não tinham interesse em que as pessoas ficassem no sindicato, porque quando tinha música, teatro, cinema prendia mais as pessoas no sindicato [...] quando não tinha [...], iam fazer farra [...] chegavam tudo na assembleia bêbado [...] quando chegam na assembleia, estavam cansados [...] não sabendo nem raciocinar, o que era bom [para eles], pois que precisavam votar.

Antônia recorda que não havia muito respeito às companheiras por parte dos dirigentes sindicais. Elas eram ouvidas apenas quando havia a necessidade de seu voto e de apoio às ideias propostas pelos dirigentes. Era surpreendente o modo como lidavam com os militantes, pois eles, os dirigentes, “Já vinham com o prato feito, com as ideias prontas”. As pautas referentes à melhoria de ordem salarial, dos direitos trabalhistas eram as que mais pesavam, não existindo iniciativa pelas questões de interesse das mulheres. Mesmo assim, segundo ela, houve conquistas importantes para as mulheres, como o Auxílio-creche ou o Salário-família. Essas conquistas teriam relação direta com a chegada de uma mulher à direção do sindicato, que serviu de inspiração para que outras mulheres pudessem ocupar esse espaço, até então, dominado pelo masculino.

Vanderlay – Você acha que a minha chegada a direção do sindicato está ligada à participação das mulheres? Ou pelos homens?

²²⁹ “Eu vivia fazendo peça de teatro. Viajava para o interior (o governador dava transporte) e íamos para o interior fazer movimento de cultura popular. A gente ia esclarecer o povo [...]. Levar a cultura para o interior. Eu fiz uma peça uma vez que falava sobre Lampião, falava sobre a seca, a cultura de Lampião.”

Maria Antônia – Foi pela participação das mulheres, claro que pela participação das mulheres [...] você sabe que você participa do processo de votação de aderir a isso ou aquilo, você sabe quem são as pessoas que vão votar, a favor e contra. Então, quando a gente se reunia, quando [...] em alguns comícios [...] você, Vanderlay, falava sobre o que todo mundo falava, a gente via a aceitação.

Maria Antônia acredita que sua experiência sindical não contribuiu para o empoderamento feminino, mas foi de grande amadurecimento para ela. Atualmente, Maria Antônia reside em Florianópolis, vivendo com uma renda de seis salários mínimos, participando de grupos de terceira idade.

MARIA CRISTINA BRITO (Negra, 52 anos, Analista Comercial da COELBA, Secretária Geral do SINERGIA-BA)²³⁰

Maria Cristina iniciou sua trajetória política em 1980, ano em que se filiou ao Partido dos Trabalhadores, candidatando-se ao cargo de vice-prefeita no Município de Ribeira do Pombal, Região do Sisal. Ao iniciar sua trajetória na militância político-partidária, houve cisão nas relações familiares. Maria Cristina pertencia a uma família oligárquica e tradicional de Ribeira do Pombal, e seu envolvimento com a política não era vista com bons olhos por seus pais. Por esse motivo, decidiu sair de casa e viver a própria vida. Sua trajetória profissional ganha corpo a partir de 1984, ano em que ela assumiu o cargo de secretária do prefeito de Ribeira do Pombal. Como secretária da prefeitura, Maria Cristina recebia apenas ¼ de salário mínimo vigente na época, pois em 1984 ainda não existia uma legislação municipal que garantisse o recebimento de salário pelas horas trabalhadas. Descontente com a desvalorização salarial a que estava obrigada a se submeter, ela decide participar da seleção para a COELBA, através de um anúncio publicado no jornal local. Em 1985, foi o momento de sua admissão na COELBA e, conseqüentemente, o início de sua trajetória no movimento sindical, a partir da filiação ao SINERGIA-BA.

Neste mesmo ano de sua entrada na COELBA, foi exatamente a ocasião em que os/as trabalhadores/as eletricitários/as entraram em estado de greve, cuja duração foi de 15 dias. Na concepção de Maria Cristina, essa greve, em particular, foi fundamental para alavancar sua trajetória como sindicalista. Conforme Cristina, a partir daí, ela passou a compreender o significado, o sentido da participação sindical, principalmente o do setor elétrico brasileiro. Um ano após sua admissão, ela assumiria o cargo de delegada de base do município por seis mandatos consecutivos. Após esse período de muito trabalho e dedicação à causa sindical, finalmente em 1996 ela foi eleita, logrando alcançar um lugar como dirigente na diretoria da plena. No contexto desses anos 90, ocorreu o ápice das transformações encetadas pelo neoliberalismo, culminando com o início de grandes mudanças na COELBA. É notório que, nesse período, o Brasil vivenciou a incorporação do ideário neoliberal nas questões políticas. Como consequência, a COELBA enfrentou o processo de privatização e reestruturação produtiva, a partir de 1997. Os setores foram incorporados uns nos outros, e o setor de obras onde Cristina estava lotada foi realocado para o maior Município do Sertão da Bahia, a cidade de Feira de Santana:

Em 1997, a Coelba foi privatizada, houve uma reestruturação produtiva na empresa e os setores foram enxutos. Eles se fundiram uns nos outros. O meu setor, que era o setor de obras também na Coelba, na época, antiga SEDIC, foi para Feira de Santana [...].

Na fase que antecedeu a privatização, Maria Cristina e os companheiros percorreram diversos municípios do interior da Bahia fazendo campanha pela não concessão da

²³⁰ Entrevista realizada em 24 de novembro de 2016.

distribuição de energia elétrica para o setor privado. Essa época de campanha foi um momento de muito desgaste político, pois, na hora de discursar, apenas ela tomava a frente e, como mulher, não se sentia respeitada, não era escutada com o mesmo respeito que era dirigido aos homens em seus momentos de fala. Maria Cristina chama atenção para o fato da não escuta das mulheres, do desrespeito de serem ignoradas, além do pior: não serem ouvidas. Para ela, o discurso das mulheres não tem efetividade:

[...] o debate de mulher era invasivo como é até hoje. Quando o homem fala, há um respeito nas câmaras de vereadores, nas assembleias, no congresso, no senado, e ainda é igual, há raríssimas exceções. A mulher não é escutada. Mas quando o homem fala, o comportamento dos pares é outro. É como se a gente estivesse invisível ali, falando, mas como se não existisse. Então, não houve eco, como até hoje muitas falas das mulheres não têm eco [...].

Dessa forma, mesmo a mulher fazendo um esforço sobre-humano para exercer sua militância através de um mandato sindical, sua participação ainda é vista pelos companheiros dirigentes como ínfima, bem inferior ao desejado. No seu entendimento, o fato de as mulheres estarem em um sindicato representativo do setor elétrico brasileiro, com forte presença dos homens, não justifica a não valorização da participação feminina. Ela vai mais além nas suas ponderações. Existem mulheres que poderiam estar atuando e agindo, porém essa transformação ainda não aconteceu. Na vida pública, na vida privada e no espaço sindical, a última palavra continua sendo a do dito masculino, como diz:

[...] na concepção dos companheiros militantes a função das mulheres é ser do lar. É de segunda categoria. Mesmo respeitando uma direção, vou colocar aqui: no posicionamento do voto, tem que seguir o voto do “macho”. Se a mulher traz um tema e quer fazer o debate, e se os demais forem mulheres, não querem fazer debate. O debate não acontece, e quando acontece é esvaziado. E quando não é esvaziado, é inexistente [...].

Ela argumenta e levanta a seguinte suposição: a invisibilidade da mulher no sindicato não é e nunca foi questão político-partidária, mas uma incorporação da formação da sociedade brasileira, da incorporação do patriarcado. Até mesmo pequenas ações, como colocar vaso de flores na mesa, falar sobre políticas para as mulheres, falar sobre feminismo, incomodam. Por mais de uma vez, ela enfrentou situações de constrangimento e agressão verbal, porém nunca deixou de responder à altura, sempre tomou posição de confronto, como em seu relato a seguir:

Eu estava numa assembleia, lá no edifício sede da COELBA. Um delegado de base, que antes não tinha atuação nenhuma, mas depois perdeu uma determinada função, *funçãozinha*, não tinha cargo de confiança, o João Fonseca, ele veio com uma agressão pessoal para comigo. Mas como eu sou também de enfrentar, aí ele desistiu. Ele veio para o verbal e levantou a mão. E eu respondi para ele. Inclusive eu estava com o microfone. Eu disse: “[...] não respeito homem nenhum, respeito só meu pai” [...].

Ao olhar para o passado, rememorando as lutas sociais ocorridas durante as décadas de 80 e 90, ela recorda que foram pouquíssimos os movimentos que buscavam reivindicações específicas voltadas para o gênero, uma vez que as pautas de discussão eram elaboradas por homens. Apesar disso, foi possível que as mulheres avançassem em questões referentes aos direitos das mulheres trabalhadoras, a exemplo dos 6 meses de licença-maternidade para a mulher lactante, antes mesmo de a lei ter sido aprovada.

Maria Cristina aponta para a eleição de Dilma Rousseff, para ocupar o cargo de primeira presidente da República deu visibilidade para que a mulher pudesse ocupar novas frentes,

novos núcleos de ações. Porém, dentro da organização sindical, as mulheres ainda são invisíveis no que se refere à participação em cargos de liderança. Mesmo com a aprovação da cota mínima de 50% de gênero nos cargos de direção da CUT, na hora de elegerem os pares, as “tendências” escolhem uma mulher que reside bem distante do centro das discussões, então, ela não tem como interferir nas decisões. Ela não participa devido à longitude do seu local de residência e de trabalho.

Até novembro de 2016²³¹, havia apenas duas mulheres na Direção da Plena e uma na Diretoria Executiva do SINERGIA-BA, contingente muito aquém da cota estabelecida pela CUT. Na CUT Nacional, o presidente é homem, o secretário geral é homem, o tesoureiro é homem. Ela afirma que esses cargos são os cargos de poder, e é aí que as mulheres têm lutado até hoje para estar.

Atualmente, Maria Cristina ocupa o cargo de Secretária Geral do SINERGIA-BA, no qual tem desenvolvido trabalhos voltados para as questões sociais. Uma desses projetos que vêm obtendo apoio, é a Ronda Maria da Penha, que estava para ser implantada em Feira de Santana. Essa ronda tem sido fruto da luta que realiza pelas mulheres dessa regional.

MARIA DE FÁTIMA BARBOSA DE ARAÚJO (Branca, 49 anos, Técnica Industrial da CHESF, Dirigente Sindical)²³²

Maria de Fátima é pernambucana, nascida em 1967 no Município de Arcoverde. Veio ainda criança com a família de migrantes para a cidade de Paulo Afonso, no interior da Bahia, local onde ainda reside. Seu pai foi diretor do SINERGIA-BA. Em 1979, quando ainda era criança, iniciou sua história no sindicato e no Partido dos Trabalhadores (PT)²³³ ao lado de seus pais²³⁴, porém só começou a exercer o militância como sindicalizada em 1986, quando foi contratada por uma empreiteira terceirizada a serviço da CHESF.

No decorrer de sua luta e liderança no “movimento dos terceirizados” em 1990, ela, juntamente com outros trabalhadores, passou a fazer parte do quadro de pessoal efetivo da CHESF. Após ter sido absorvida pela empresa, foi eleita Delegada Sindical. Maria de Fátima conta o exercício do protagonismo intenso no movimento sindical desse período, fato que não ocorria com a maioria das mulheres, cuja participação era inexpressiva. Destaca que as únicas que exerciam uma militância mais “apaixonada” eram ela e sua companheira de luta, a Alzirinha, como essa colega era conhecida em Paulo Afonso. Ainda em 1990, participou como líder do movimento que ficou conhecido como “greve de 32 dias”, que teve como estopim a reforma administrativa e o congelamento de salários na Regional de Paulo Afonso. Todavia, segundo Maria Fátima, mesmo com toda luta e mobilização dos/as trabalhadores/as, o então presidente da República, Fernando Collor (1990-1992), conseguiu fragilizar o movimento sindical promovendo a demissão dos eletricitários em nível nacional, incluída no rol de demitidos/as em 20 de setembro de 1990. Após as demissões em massa ocorridas no período Collor, Fátima começou a notar atitudes de cooptação e negociações vindas da principal liderança sindical junto à empresa, fato que contribuiu muito para a sua descrença no movimento sindical.

²³¹ Data da entrevista com Maria Cristina.

²³² Entrevistada em 2 de novembro de 2016.

²³³ O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980.

²³⁴ Fátima é filha de Valter Alves de Araújo, ex-dirigente sindical histórico do SINERGIA, alocado na Delegacia Regional de Paulo Afonso, conhecido como “Vavá”. A militância política era muito forte em Paulo Afonso entre os anos de 1979 e 1990, portanto, fazia parte do cotidiano as famílias participarem das assembleias sindicais.

Apesar de demitida, continuou militando dentro do sindicato, agora com muito mais tempo livre. A partir desse momento, começou a perceber a existência de um corporativismo entre os homens e as limitações que eram impostas às mulheres. Em 1991, engravidou de sua primeira filha, mesmo assim, continuou participando ativamente do sindicato. No dia a dia, percebeu que seu protagonismo incomodava algumas lideranças do movimento, cujos discursos nas assembleias não condiziam com as práticas do cotidiano da militância. Em 1992, foi candidata à presidência do SINERGIA-BA pela Chapa 2, perdendo a disputa para a Chapa 1 liderada por Paulo Rangel. Maria de Fátima comenta que os dois anos e seis meses que permaneceu afastada da CHESF foram muito difíceis para ela, tanto na esfera familiar como nas esferas profissional e sindical. Durante esse período foi vítima do machismo dentro de casa pelo companheiro e pai de sua filha”. Ademais, ela declara: “não recebi apoio algum do SINERGIA-BA, muito pelo contrário, foi um período de muita humilhação vinda dos companheiros”. Para ela, nunca existiu uma política de equidade de gênero dentro do movimento sindical, pelo contrário, no período em que foi militante, ela pôde presenciar “muita discriminação, preconceito e machismo dentro do SINERGIA”.

Em 1993, após vencer uma ação judicial contra a CHESF, ela retornou à empresa já muito decepcionada com o movimento sindical. Exerceu a função de diretora entre os anos de 1993 a 1994, segundo ela, “sem espaço, sem vez e sem voz”. Neste momento, começou a notar um SINERGIA-BA totalmente sem força, sem a capacidade de mobilização de outrora, por isso começou a se afastar do movimento sindical: primeiro, por não concordar com suas práticas; segundo, por perceber que no sindicato não havia espaço para ela.

Em 2008, participou da organização do movimento de mulheres em prol da criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. Após a aprovação de parte da CHESF, o Conselho foi criado e Fátima assumiu como suplente. Logo em seguida, lutou também pela vinda da Delegacia Especial em Atendimento para Mulheres em Paulo Afonso. Também nessa luta foi vitoriosa, tornando a DEAM de Paulo Afonso uma referência nacional. Entre 2009 e 2012, foi coordenadora do projeto “Gerando Energias” para a Construção de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, em 15 municípios em torno da CHESF. Esse projeto tinha por objetivo contribuir para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na região de Paulo Afonso e seu entorno. Para Fátima, “o projeto foi muito rico e de muita importância, pois, a partir dele, ela pôde viajar por esses municípios, realizando palestras sobre violência doméstica e todo tipo de violência contra a mulher”, deixando bons frutos por onde passou. Hoje Maria de Fátima está afastada do PT e do SINERGIA-BA.

MARIA HELENA CERQUEIRA GUIMARÃES (Parda, 61 anos, Técnica em Eletrotécnica da COELBA, Militante de Base Livre)²³⁵

Nasceu em Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, em 08 de maio de 1956. Esta cidade se destaca pela influência da cultura afro-brasileira. Chefe de família, reside no bairro do Barbalho, em Salvador, com seus dois filhos. Possui formação técnica em Eletrotécnica, superior em Pedagogia. Iniciou a sua trajetória profissional na COELBA em 13 de junho de 1978, no cargo de escriturária, substituindo uma empregada que entraria de férias. Por ser uma pessoa muito proativa, logo foi contratada pela empresa. Posteriormente, foi alocada na Praça da Sé, onde trabalhou com Linha energizada e Interrupção, pois o encarregado da unidade só aceitaria o serviço se ela o acompanhasse. Algum tempo após ser alocada nessa unidade, ingressou na EEMBA para cursar Eletrotécnica. Após concluir o curso, passou a exercer a profissão na COELBA, ressaltando que foi a contragosto de alguns trabalhadores homens, apenas pelo fato de ser mulher, sofrendo discriminação de gênero. Segundo ela, os homens acreditavam que as mulheres não possuíam a competência necessária para exercer tal função, mais adequada ao sexo masculino. A discriminação

²³⁵ Entrevista realizada em 11 de janeiro de 2017. Aliança Francesa, Barra, Salvador, Bahia.

sofrida pelas mulheres trabalhadoras de Linha Viva também refletia na desigualdade em relação ao pagamento do adicional periculosidade. Segundo a entrevistada por ser mulher, ela não tinha direito ao mesmo percentual de periculosidade dos homens, que recebiam 30%; enquanto as mulheres recebiam apenas 10%. Para que seus direitos na função de eletrotécnica fossem respeitados tal qual os homens, foi necessário que ela “travasse uma luta” com a engenheira responsável, afirmando que, como mulher, ela deveria ficar do lado da verdade:

E ela concordou em me pagar periculosidade, mas só as horas que eu passasse no campo. Mas, em contrapartida, eu estava grávida na época, do meu primeiro filho, e ela escolheu os quatro piores locais de Salvador para eu entrar, só para me pressionar e mostrar que ela tinha mais poder do que eu. [...] Ela queria provar, pra mim, que eu não era capaz. [...] Na realidade, o problema não é somente por ser mulher, também vem de classe social, de pessoas que acham que, só porque têm dinheiro, têm que pisar, no caso dela que veio de Minas Gerais como engenheira. Um dia, ela me disse que ela era paga para pensar, e eu era paga para trabalhar. Então, assim, eu sofria discriminação com ela de tal forma, que ela me pressionou a ponto até de eu querer desistir de trabalhar.

Neste ambiente de perceptíveis diferenças profissionais, entre homens e mulheres na empresa, Maria Helena decide dar início a sua trajetória sindical. Ela relata que “sua inspiração e participação ativa no movimento ocorreram, devido a Vanderlay Reina”, a quem ela considera uma mestra. Segundo Maria Helena, ela era chamada por alguns na empresa de “Helena-Vanderlay”. Testemunha a importância de Vanderlay no movimento, pois era uma pessoa em que todos confiavam plenamente pelo fato de ser mulher e de trazer sempre a verdade para os trabalhadores. Como militante sindical, ela participou de todas as greves ocorridas na COELBA. A greve de 31 dias foi a mais marcante de toda sua trajetória sindical, pois atuou ativamente dando forças aos/às companheiros/as de luta, permanecendo na cozinha fazendo comida para todos/as. Apesar do medo constante de uma possível retaliação da empresa com todos os grevistas, acima de tudo, todos ali possuíam a vontade de vencer e permanecer engajados naquela causa.

O diretor da COELBA, olhando pra mim disse que “se nós participássemos da greve que podíamos nos considerar desempregadas.” Eu o achei tão audacioso, que eu peguei a minha bolsa, tranquei a minha gaveta e fui embora. Começou a greve, aí todo mundo levantou, foi atrás de mim, e ele ficou sozinho olhando.

A relação de Maria Helena com alguns dirigentes sindicais era conflituosa, pois estes eram dados a posturas manipuladoras, ao utilizar o sindicato em prol dos seus próprios interesses políticos. Alguns mantinham a prática de esvaziar as assembleias para então iniciar as votações, normalmente votando em causas prejudiciais aos/as trabalhadores/as. Para ela, o sindicato é uma organização com boas propostas para os/as trabalhadores/as, porém ainda existem muitas coisas que não se esclarecem para os/as filiados/as. Isso se dá possivelmente pelo fato de os/as militantes não procurarem se capacitar, ou até mesmo não conhecerem o sindicato de maneira mais profunda.

MARIA LUIZA AGUIAR DA SILVA (Branca, 64 anos, Assistente Social da COELBA, Representante no Conselho da FAELBA)²³⁶

Casada, 3 filhos, reside atualmente, no bairro de Piatã. Nasceu em Salvador, em 1950, em uma família de classe média alta. Sua mãe exercia a profissão de odontóloga e seu pai era médico. Ela considera sua formação pessoal-familiar muito rígida e, em particular, menciona ter sofrido repressão na adolescência. Na década de 60, estudou no Colégio de Aplicação vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nessa década, o País enfrentava a repressão da ditadura militar, por isso os estudantes viviam o cerceamento da liberdade de expressão. Nesse período, Maria Luiza chegou a presenciar o uso de “baionetas” em estudantes pelas forças de repressão na Faculdade de Filosofia. Apesar da intimidação, participou de passeatas e manifestações, mesmo sem a consciência crítica da dimensão dos fatos, naquela época. Hoje ela conclui que esta participação dos estudantes nos movimentos de resistência, não se constituía de um movimento consciente, mas de algo que surgiu influenciado pelos professores.

Trabalhou como Assistente Social na Secretaria do Trabalho do estado da Bahia. Em 1974, iniciou sua trajetória profissional na COELBA como assistente social, na área de Recursos Humanos. Na COELBA, começou a frequentar o SINERGIA-BA como participante apenas das assembleias. Posteriormente, ela passou a frequentar o sindicato com o grupo de colegas que trabalhavam no Edifício Sede da Empresa. Juntamente com 20 colegas, ela se inscreveu no Curso de Formação chamado de “Educação Sindical”. Também compôs o “Grupo Mulher COELBA”, voltado para a defesa de conquistas sociais, a partir da Constituição de 1988. Durante esse período, exerceu representação durante três anos como militante de base, eleita com o apoio do SINERGIA para representar os filiados na Fundação COELBA de Seguridade Social no Conselho de Curadores da FAELBA. Em 1987, participou da Fundação João Mangabeira no governo de Waldir Pires. Nesse ano, os trabalhadores da COELBA conquistaram o direito de eleger pela primeira vez a diretora administrativo da empresa responsável pela condução da política de Recursos Humanos da empresa e da relação com o SINERGIA-BA. Segundo ela, foi uma época difícil em que teve de enfrentar vários conflitos na relação com o SINERGIA-BA. Entre candidatos, três foram eleitos – um homem e duas mulheres –, uma mulher foi a escolhida como Diretora Administrativa da COELBA. Nesse contexto, ela foi indicada para assumir a gerência do Departamento de Recursos Humanos, sendo a primeira mulher a ocupar um cargo nesta instância administrativa de gerência na COELBA. Trabalhou durante 25 anos na empresa, de onde saiu aposentada no ano 2000. Hoje, atua como empresária, sendo proprietária de uma locadora de automóveis.

Maria Luiza reconhece o trabalho e a luta das mulheres na COELBA: “[...] eu acredito que a luta que nós tínhamos era para fazer valer os nossos direitos. Hoje [...] não consigo ver essa luta, esse tipo de luta, existe uma negociação no sentido mais integrado. Ela sumariza seu pensamento reconhecendo que, como mulher e mãe, foi um desafio, principalmente porque a sociedade era e ainda é muito machista. Muitas vezes ela enfrentou dificuldades nas relações familiares pelo seu envolvimento com as atividades do sindicato. Havia a necessidade de participar, de estar presente nas manifestações, nos eventos, na administração da COELBA e, ao mesmo tempo, dar atenção aos filhos e ao marido. Todos esses conflitos e as barreiras enfrentadas para exercer a militância sindical não foram em vão.

A gente sempre acha que faz muito pouco, mas o pouco [...] já é um passo. Hoje eu vejo que as mulheres têm outro caminhar, outra forma de ser. [...] isso foi fruto real desses processos anteriores. Modéstia à parte, eu acho que contribuí um pouco.

²³⁶ Entrevista realizada dia 15 de junho de 2014 na residência da entrevistada.

Esse passado de construção coletiva das mulheres no SINERGIA-BA se constitui como um legado de avanços para o movimento sindical.

MARISE SOUSA SANTOS (Parda, 57 anos, Técnica em Eletrotécnica, Presidente da CIPA SEDE/COELBA, Militante de Base Livre)²³⁷

Marise nasceu em 1959, na Cidade do Salvador, Estado da Bahia. Desde os 2 anos de idade, teve em seus tios a figura materna e paterna que não encontrou nos pais biológicos. Devido aos fortes valores impingidos, por seus pais de criação, acerca dos estudos, da formação e do casamento, ela sempre ansiou ultrapassar esses limites conquistando a independência financeira. Antes de completar 15 anos ingressou no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, e concluiu o curso de cabeleireira. A partir dessa formação, iniciou a sua trajetória profissional, ao ser empregada pelo Yatch Clube da Bahia para exercer a profissão de cabeleireira. Seu pai lhe dizia que cabeleireira não era uma profissão de “gente descente”. Seu sonho era que todos seus/suas filhos/as seguissem os seus passos como empregados da COELBA, por isso ele exerceu uma influência significativa na escolha do seu curso técnico em Química.

Ao concluir o curso, ela estagiou durante um ano e meio em uma empresa no Centro Industrial de Aratu – CIA. Como estagiária, ela exercia a função de substituta das mulheres em licença-maternidade, recebendo, assim, falsas promessas de admissão. Com o fim do seu contrato de estágio, ela participou de um processo seletivo da Companhia Bahiana de Fibras – COBAF, que estava sendo implantada no Polo Petroquímico de Camaçari, em 1975. Marise foi aprovada, assinaram a sua carteira de trabalho e a alocaram como encarregada do laboratório químico. Posteriormente, Marise foi comunicada pelo superintendente dessa empresa a impossibilidade de sua permanência neste setor, pois considerava o trabalho inadequado para a mulher. O superintendente declarou que o posto de encarregada preenchia pré-requisitos mais afetos ao masculino, uma vez que se exigia o trabalho de turno e, em decorrência disso, a mulher não poderia exercer essa função. Por não acatar a ordem de ocupar um cargo inferior para o que foi contratada, Marise optou por desligar-se da empresa.

Após a sua saída da COBAF, decidiu atender a vontade de sua família. Realizou uma entrevista e entrou na FAELBA/COELBA, no Serviço Médico-Odontológico. Em 1979, Marise foi incorporada, juntamente com todos os empregados/as da FAELBA, ao quadro de pessoal da COELBA. Depois de um tempo atuando no setor administrativo, sem qualquer possibilidade de avançar profissionalmente, ela decidiu cursar eletrotécnica, em 1987. Ela optou por esse curso, pelo fato de se tratar da atividade fim da empresa. Pediu transferência da COELBA para a área técnica como secretária de inspeção, com a expectativa de ser enquadrada logo depois de concluir o curso de Eletrotécnica, o que aconteceu em 1989.

Iniciou sua trajetória profissional como técnica em eletrotécnica na cidade de Camaçari. Os conflitos de gênero, conforme Marise, atravessaram as relações hierárquicas próprias do masculino, pois o seu primeiro chefe de setor dispensava um tratamento patriarcal eivado de preconceitos em relação as eletrotécnicas. De maneira desrespeitosa, ele sempre se dirigia às técnicas de eletrotécnica usando uma linguagem pejorativa, na intenção de subalternizá-las, diminuindo-as e questionando a capacidade técnica da mulher, fazendo uso de assédio moral para mostrar as condições inferiores das mulheres perante os técnicos que atuavam no campo. Assim, ele expressava seu preconceito, segundo Marise:

“Esse negócio dessas mulheres retadas, que sobem em poste, que dirigem carro, lugar de mulher é na cozinha”. Me botou para chorar muitas vezes,

²³⁷ Entrevista realizada dia 23 de março de 2015 na residência da pesquisadora.

até eu descobrir de que forma trazer ele para mim. Se não vai de um jeito, vai de outro, né? Aí ele falava, quando eu dizia assim: “Eu vou para o campo, porque eu tenho que ter aprendizado, tenho que ir para o campo com os rapazes para poder aprender o trabalho.” “Lugar de mulher é no campo? Lugar de mulher é na cozinha.” E aí eu fui “vazando ele”, “vazando ele”, “comendo pelas beiradas”, “comendo pelas beiradas”. Hoje é meu amigo.

Marise não esconde os efeitos e fragilidades decorrentes do assédio que sofria, inclusive chegou a ponto do descontrole emocional diante de tamanha violência psicológica de parte de seu superior hierárquico. Por diversas vezes, explodiu em lágrimas em decorrência desses episódios. Algum tempo depois, seu chefe confessou que tinha medo de perder a sua posição para ela, pois, além de ser uma mulher de sucesso na COELBA, ela era amiga de diversos gerentes da empresa. Marise recorda que nunca teve interesse em cargos de chefia na COELBA, uma vez que não aceitaria mentir para quem quer que fosse em benefício da empresa.

Sobre as mulheres da empresa, Marise relata que poucas se manifestaram ou ocuparam papéis de grande importância para a sociedade e/ou COELBA. Segundo ela, isso se deve ao fato de uma estrutura organizacional não permissiva à participação da mulher, por serem sempre consideradas mais “frágeis” que os homens.

Eu me lembro de um episódio [...] teve um concurso, para Operador de Subestação. E, por equívoco do pessoal de recursos humanos, não se divulgou o sexo. Então se inscreveram 2 ou 3 mulheres, foram aprovadas. [...] Foi um deus nos acuda. Foi um chamamento de atenção pra eles, por causa de um pequeno erro de não divulgar o sexo, que algumas foram, me parece que foi, foram 2 ou 3 mulheres, eletrotécnicas que participaram da seleção e, por último, avançaram, avançaram, avançaram, chegou no momento da força física, que era o teste de bater a chapa, com a chave de uma subestação, ela é pesada, precisa de força física. Aí eles queriam desaprovar essas mulheres, foi uma grande batalha do sindicato pra essas mulheres. Ganharam, mas sem exercer a profissão, porque não tinha força física para bater, mas foi no erro do recrutamento, elas ficaram na profissão.

Por esse motivo, Marise sempre precisou realizar as atividades impostas a ela, para que não existissem diferenças entre ela e os homens. Contudo seus colegas tiveram reações a respeito do modo como ela se comportava na área, fazendo com que ela refletisse sobre como conquistá-los e evitar situações de conflito:

Eu tive que, com sabedoria, fazer isso pela amizade. Fazendo laços de amizade e permeando o espaço. Ou seja, eu não bati de frente com ninguém. Quando eu encontrava dificuldade, eu parava e refletia, por onde é que eu vou conquistar essa pessoa. Porque eu precisava, eu precisava, porque eletrotécnico precisa ter os parceiros, né? As atividades são distribuídas, mas são em grupos de duas, três pessoas. E eu tinha que buscar essas amizades.

Além desses conflitos nas relações sociais dentro da empresa, ela relembra que não conseguiu galgar melhores posições na empresa, apenas pelo fato de ser mulher.

Como técnica eu nunca fui mais não, por ser mulher. Isso é uma verdade [...]. Sempre eles diziam, eu sempre ganhava, tinha aqueles programas [...], eu sempre ganhava uma “teteiazinha” por conta de alguma coisa, por mérito. Por ser coordenadora, por atender às necessidades da empresa, por desempenhar bem meu papel, mas eles não gostavam de mim porque eu falava na “bucha”, um assunto técnico. Até hoje os engenheiros da COELBA, todos, têm o maior respeito por mim. Problema técnico do

sistema? Chama Marise, que eu sabia resolver. Mas na hora da reunião, [...], do dinheiro, da falta de vergonha, do desrespeito ao eletricitista, eu estava em defesa do eletricitista, eu estava falando do capitalismo, eles se “retavam”, eles não gostavam dessa minha parte. [...] Só gostava da minha mão de obra, [...]. Se tinha que acordar de madrugada pra fazer alguma coisa, eu estava acordada, eu estava ali.

Sua filiação ao SINERGIA-BA ocorreu logo que ingressou na COELBA. Mas nesse tempo não se sentia “suficientemente politizada”. Por isso, apesar dos diversos convites recebidos por ela para fazer parte de chapas e participar de processos eleitorais, se isentou de assumir cargos sindicais. Durante as greves, Marise sempre procurou contribuir com a entidade para manter o movimento, ajudando na cozinha, vendendo picolé, além de participar das assembleias do SINERGIA-BA. Muitos enxergavam Marise como “formadora de opinião”, pois analisava as situações vividas dentro do movimento e suas palavras eram escutadas e seguidas por muitas pessoas na empresa. Por ter vontade de ajudar os trabalhadores da empresa, ela optou por atuar como militante pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, chegando a ser presidente, por se sentir mais segura em relação às lutas que teria de travar.

Marise recorda que sua adesão ao movimento sindical se deu a partir da greve de 31 dias, em 1982. Esse movimento agregou a participação de muitos trabalhadores que, até então, nunca tinham participado do movimento sindical. Contudo, após o Dissídio, o Tribunal ordenou que a empresa pagasse o dobro do que o sindicato exigia, tornando irreal a realização desse pagamento aos trabalhadores. E, logo após o término das eleições, a greve foi encerrada e o Tribunal entrou de férias. Com isso, o sindicato ganhou todas as reivindicações, mas os trabalhadores nada receberam.

Marise compreende que o SINERGIA-BA foi de suma importância durante a sua trajetória profissional na COELBA, pois, graças a esse sindicato e às lutas sindicais, os trabalhadores se encontram numa posição muito melhor do que a que viviam antes do movimento sindical ganhar força. Considera gratificante ter feito parte do sindicato e contribuído para a melhoria de vida dos trabalhadores coelbanos.

PAULO DE TARSO COSTA BRITO (Moreno, 56 anos, Técnico em Eletrotécnica, Dirigente Sindical)²³⁸

Paulo de Tarso nasceu numa família pobre e numerosa, na Capital da Bahia, Salvador, no ano de 1961. Sua mãe trabalhava como Técnica no Ministério da Fazenda, enquanto seu pai exercia advocacia em algumas empresas. Essa era a forma que seus pais mantinham uma casa com 8 filhos. Como sua família não possuía recursos financeiros para que os filhos estudassem na rede particular de ensino, Paulo e seus irmãos sempre estudaram em escola pública. Dessa forma, sua trajetória estudantil se inicia no Colégio Duque de Caxias, na Liberdade, o qual ele considera como um bairro negro e popular de Salvador. Em 1976, sob influência dos seus pais, prestou vestibular para a Escola Técnica Federal da Bahia e foi aprovado juntamente com seu irmão Guedes.

Recorda que a Escola Técnica era uma muito rígida em termos de ensino e disciplina, porém não deixa de reconhecer que se tratava de uma instituição muito justa onde não havia diferenças de tratamento entre homens e mulheres. Apesar de a maioria dos cursos serem tidos como próprio do “masculino”, não havia estranhamento entre os homens, quanto à presença significativa de mulheres. Naquela época, o ensino na instituição era de tempo integral, pois tinha aulas pela manhã e pela tarde, inclusive em alguns casos, à noite.

²³⁸ Entrevista realizada na sede do SINERGIA-BA em 5 de dezembro de 2014.

Por isso sempre fazia as refeições na casa da avó, no Barbalho, uma condição privilegiada que ele possuía na época, diferente de vários alunos da instituição.

Em 1979, concluiu sua formação na Escola Técnica, iniciando a sua trajetória profissional como estagiário na COELBA. Depois de concluir seu período de estágio, Getúlio Lins, diretor da COBER, o encaminhou para a ETEC, empreiteira terceirizada da COELBA, no setor de projetos. Havia, naquela época, uma diferença significativa entre a remuneração da COELBA e a das empresas terceirizadas. Paulo ingressou na empreiteira ganhando Cr\$ 12.000,00, enquanto funcionários da COELBA ganhavam Cr\$ 18.000,00. Ficou três meses no emprego e, logo em seguida, foi convidado para a COBER, onde entrou sem precisar de testes e ainda conseguiu ganho salarial.

Aí fui para a COBER. Eu me lembro disso: “E aí, vão me pagar quanto?”. Aí ele fez: “Acho que é Cr\$12.000”. Aí eu: “Não tem como me dá um pouquinho a mais não?” Aí ele: “Venha, eu boto você em um nível a mais”. Aí na COBER eu não fiz teste nenhum. Fui chamado, entrei. Acho que fiquei com Cr\$13.000 mais ou menos. Fiquei três meses nos projetos, aprendendo a fazer projeto. Projeto de rede de interior [...]. Aí surgiu uma vaga no setor de relés onde eu estagiei no Cabula, aí o Getúlio Lins perguntou: “Paulinho, quer vir para cá?”. Eu disse: “É agora que eu vou!”. Em Junho de 1980, fui para o Cabula na parte de manutenção. [...] fazer o que eu queria, né, na época. Em 1980, eu tinha quantos anos? 19, não é?

A adesão ao SINERGIA-BA, segundo Paulo de Tarso, justifica-se pela relação com o tipo e a natureza do trabalho, por exercer uma função de técnico de engenharia sujeito ao exercício de atividades no setor de operação que exige tomada de decisão seja individual ou em grupo: constantes viagens, uso de EPIs²³⁹ e ir para o campo. Começou, então, a se identificar com a causa sindical, abordando também o fato de como sua história de vida influenciou na sua trajetória sindical. O sentimento de injustiça, igualdade e discriminação o levou a participar da luta sindical no momento em que surgiu a “oposição sindical”, cujo objetivo era a tomada do sindicato do controle do Estado e dos “pelegos”. Ao contrário da maioria dos militantes que fizeram parte desse movimento, Paulo de Tarso não tinha Curso de Educação Sindical, e, este fato, não o impediu de participar.

Eu sou de 1980. [...] Quando eu comecei aqui, eu ajudei a derrubar o pelego. Eu fiz vigília aqui na Sete Portas tomando conta das [...] a gente era solteiro, a gente ficava tomando cachaça aqui. Tomando conta de urna, comendo ovo cozido e cachaça. [...] Eu entrei em junho de 1980, a oposição começou a aparecer em 1981, então eu era recém-chegado, eu não tinha um ano na empresa. A causa me absorveu! [...] Não tinha esse negócio de meter medo, de perder emprego! Não tinha essa história! [...] Pois eu não tive medo.

Algumas mulheres fizeram parte desse contexto de retomada do sindicato, como Tereza Rodamilans, Adonei Neri e Iara. Trata-se de “mulheres engenheiras”, que, segundo ele, tinham um perfil mais recuado, diferente do seu “perfil operário”, isto é, um perfil sem compromisso com a gerência da empresa.

Paulo de Tarso relata que os anos 80 foram de grandes conquistas para os movimentos sociais e para o movimento sindical, apesar de o país ter vivido um período de ditadura até 1989. Durante essa década muitos itens foram agregados aos acordos coletivos da CHESF e da COELBA. Em 1985, Paulo de Tarso se tornou representante sindical do Cabula e, posteriormente em 1987, entrou na direção do sindicato, como suplente. Nesse período, já existiam mulheres Delegadas sindicais, como Célia Lima (Coordenadora da Digitação) e Antônio (Eletrotécnica). Em 1986, ocorreu o movimento de “Diretas Já” fazendo-se, então,

²³⁹ Equipamento de Proteção Individual.

necessário o fortalecimento dos movimentos de massa. Em 1989 houve a primeira candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse fato contribuiu para que os partidos políticos começassem a exercer certa influência no SINERGIA-BA. O Partido dos Trabalhadores começou a aparecer. A CUT era a principal referência dos sindicatos, devido aos ideais implantados durante as greves do ABC paulista em 1979.

Quanto às questões de raça e gênero nos anos 80, para Paulo de Tarso, o movimento aqui na Bahia era muito “fraco”. Segundo ele, todos estavam numa mesma luta, pois os movimentos referentes a raça e gênero vêm muito depois da democracia, sendo “nesse momento que se tem condições de se voltar para essas questões”.

Com relação à atuação das mulheres nos sindicatos, Paulo de Tarso discorda do discurso de que lhes falta tecnologia para elas atuarem no movimento, como pensam alguns dirigentes, que falam que as mulheres não têm discurso, capacidade de liderança ou habilidade de negociação. Paulo de Tarso discorda dessa visão, afirmando que não existiu essa prática no SINERGIA-BA: “As mulheres, quando se dedicavam, eram muito boas. Aprendiam e faziam, a exemplo de Vanderlay Reina, Célia Lima e Teresa Bastos (Rodamilans)”²⁴⁰. Ele traz como exemplo o fato de que, no ano de 2014, época da entrevista, o Sindicato dos Eletricários do Ceará e de Alagoas tinham mulheres como presidentes.

Paulo de Tarso: – Uma das coisas que limitava as meninas era a liberdade. Casamento para a mulher, ela tinha dificuldade de participar das viagens, das agendas. As agendas do movimento sindical são muito intensas. [...] É reunião em cima de reunião, é Federação, é Central, é CUT, é viagem, é congresso. [...] As mulheres terminavam ficando mais na retaguarda, Não tinham condições de cumprir as agendas por conta de família, filho, marido. [...]

Vanderlay: – Você acha que existia um comportamento patriarcal?

Paulo de Tarso: – Se existia? Existia. Existia e ainda existe, sim. É a nossa origem. Meu pai é autoritário. Minha mãe sempre foi subordinada ao meu pai.

No ano 2000, após ter feito o curso de Economia, o SINERGIA-BA concedeu-lhe a oportunidade de fazer um curso de pós-graduação em Economia do Trabalho e Sindicalismo na UNICAMP²⁴¹, na cidade de Campinas, São Paulo. Como dirigente, Paulinho considera que esse curso foi, para ele, de grande importância na preparação de sua formação como líder, militante sindical.

Apesar de não ser da Executiva do SINERGIA-BA, ele participa de todas as reuniões, em que oferece sua opinião e todos o respeitam, devido à experiência que acumulou durante todos esses anos. Pretende seguir outros caminhos, apesar de ainda não ter iniciado a busca por novos dirigentes que o substituam. Ele reconhece que não existem mais cursos de formação sindical em larga escala, devido à falta de disposição e interesse dos atuais dirigentes sindicais.

Além de atuar como suplente na direção do SINERGIA-BA, é diretor da Federação Nacional dos Urbanitários. Já foi candidato a vereador pelo PT para a Câmara Municipal de Salvador, obtendo excelente votação, porém não foi eleito. Pertence ao quadro da COELBA há 36

²⁴⁰ Vice-presidente do SINERGIA em 1987-1990; Delegada Sindical; Representante dos trabalhadores na comissão paritária do Plano de Saúde e do Conselho de Curadores da FAELBA.

²⁴¹ Universidade de Campinas.

anos, correspondente ao mesmo período em que esteve sindicalizado. E é filiado ao Partido dos Trabalhadores.

ROQUE AFONSO PINTO DA SILVA (Pardo, 76 anos, Economista da COELBA, ex-3º Sargento do Exército²⁴², anistiado político, Militante de Base)²⁴³

Roque Afonso nasceu na cidade de Mutuípe, Bahia, em 1940. Nessa cidade, ele residiu por pouco tempo, juntamente com seus 6 irmãos, pois seu pai, por ser coletor estadual de impostos, sempre mudava de cidade e de residência. Autodeclara-se de cor “parda”, no entanto faz questão de frisar suas origens de cor/raça – uma mistura de preto, índio e branco:

Inclusive, a minha ficha de pardo, continuo insistindo nessa questão. Quando eles ficharam lá na COELBA, a pessoa que me entrevistou, ele próprio foi quem definiu: “Você é pardo”. Então, para o Exército eu sou pardo. Então, continuo com meu orgulho de ser pardo.

A sua trajetória profissional inicia-se no Exército Brasileiro, através da obrigatoriedade do alistamento militar, em 1958. Como soldado, optou por servir ao Exército, sendo encaminhado para o Quartel de Amaralina, em Salvador. No final do serviço obrigatório militar, decidiu submeter-se ao concurso público na ESA²⁴⁴ e foi aprovado. Concluiu ESA o curso de Formação de Sargentos de Carreira Combatente das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações do Exército. Em 1961, após realização do curso de preparação, foi designado para servir ao Exército na unidade de Campinas, em São Paulo, como terceiro sargento. Roque frisa que, não reunia os pré-requisitos exigidos para ocupar cargos e funções inerentes ao posto de terceiro-sargento, pois deixava transparecer seus valores de respeito à vida, sobressaindo-se também pelo senso de reverência à vida, aspectos não adequados para esse posto, conforme pontuado durante a entrevista pelo seu superior. Apesar das projeções contrárias, fez uso de todos os argumentos possíveis, insistindo na sua admissão na ESA.

Essa escolha, segundo Roque, estava associada às poucas possibilidades de emprego ofertadas aos jovens no mercado de trabalho na Bahia, limitadas ao Comércio ou à Petrobras²⁴⁵. Roque permaneceu no Exército brasileiro durante quatro anos, onde prestou serviços como Terceiro Sargento, entre os anos de 1961 e 1964. Em 1964, a instauração do golpe militar atravessou sua trajetória pessoal e se prolongou como ditadura militar até 1985. Muito jovem, naquela época, imbuído dos ideais democráticos, sentiu-se impelido à adesão ao movimento de sargentos “rebelados” atitude que considera das mais corretas de sua trajetória de vida como cidadão brasileiro. Ele faz revelações históricas relevantes dessa época de “chumbo”²⁴⁶. Trata-se da rebelião deflagrada no quartel em que servia, em

²⁴² Ver *Correio da Manhã*, 8 de outubro de 1964: “Listão cresce na véspera do prazo”, referente a exoneração de militares e civis pelo Ato Institucional I (AI 1).

²⁴³ Entrevistado em 25 de maio de 2015, no Condomínio Jardim Piatã, Salvador.

²⁴⁴ A Escola de Sargentos das Armas (ESA) é um estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro situado na cidade mineira de Três Corações. Roque ingressou na ESA com 21 anos e já era terceiro sargento do Exército Brasileiro, aos 24 anos, em 1964.

²⁴⁵ Na década de 50, a Petrobras deu início a suas atividades na Bahia, provocando impacto direto na geração de emprego dentro e fora da atividade industrial. Este é um marco importante na redefinição dos rumos da economia baiana. A produção petrolífera permaneceu desarticulada dos demais ramos industriais, mesmo no decorrer da década de 60, em que o governo, através da concessão de incentivos fiscais, buscou promover a industrialização do Nordeste. (BAIROS, 1988).

²⁴⁶ Em agosto de 1962, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização intersindical agrupando diversas entidades dirigidas por petebistas radicais e comunistas, do qual Pellacani tornou-se presidente. Inicialmente, o CGT intensificou o apoio do movimento sindical a

Campinas. Segundo Roque, 32 dos 40 sargentos recusaram-se a acatar a determinação vinda do comando do Segundo Exército Brasileiro, expedida pelo Comandante Regional, general Amaury Kruehl, que ordenara a ocupação do Aeroporto de Viracopos:

Roque – Quando você é militar, você faz um juramento. Você promete defender os poderes constituídos da ordem e da lei. Os poderes constituídos no Brasil era a presidência da República. [...] a gente só teria que obedecer a ordem vinda do comando da República que era, foi eleito [...] há um detalhe que vocês não conhecem. [...] o João Goulart foi vice-presidente eleito.

Vanderlay – Como assim?

Roque: – Quem também concorria na chapa, além do presidente, era o vice-presidente. Então, a chapa em que João Goulart concorreu era a de Lott, general Lott (Henrique Teixeira Lott), e João Goulart como vice. E na chapa vencedora era Jânio Quadros e o vice Milton Campos [...]. Os eleitos foram Jânio Quadro e João Goulart.

Segundo Roque, foi por não aceitarem o descumprimento do juramento no qual prometeram defender os poderes constituídos da ordem e da lei, que, no caso do Brasil, era constituído pela Presidência da República, como reação a essa desobediência, que ele e os demais colegas “foram presos, após a determinação da prisão de todos os insurgentes no dia 4 de abril de 1964. Passamos 40 dias em cárcere privado nas ‘**masmorras**’ (grifo acrescido) da Escola Preparatória de Cadetes, em Campinas”.

Após esse período, todos os presos foram transferidos para o navio Raul Soares²⁴⁷ e permaneceram fundeados na Baía de Santos até serem distribuídos entre vários quartéis. Durante o período em que estiveram aprisionados, os militares foram firmando-se cada vez mais no poder²⁴⁸. Daí, Roque começou a entender que a única maneira de sair da prisão, seria através da fuga. Os demais colegas não optaram pela fuga, pois já haviam constituído família. Assim, ele e outro colega, ainda solteiros, decidem fugir durante o banho de sol. Após a fuga, que ocorreu para ele com certa facilidade, eles se locomoveram de trem até São Paulo e evadiram-se para o sul do País. Lá, eles atravessaram a fronteira para o Uruguai, em busca de asilo político. Permaneceu durante dois anos no Uruguai, onde teve a oportunidade de convivência com vários exilados políticos, tais como Waldir Pires²⁴⁹ e Leonel Brizola²⁵⁰.

Nesta situação de fugitivo, Roque trabalhou na segurança pessoal, como guarda-costas, do ex-governador Leonel Brizola durante 8 meses, em virtude de sua formação como militar

Goulart. Porém, depois que a política econômica do governo, baseada no Plano Trienal, passou a priorizar a redução da inflação e o restabelecimento dos índices de crescimento econômico, o que incluía a concessão de aumentos salariais abaixo das taxas de inflação, a organização entrou em rota de colisão com o presidente, promovendo greves e apoiando outros movimentos contestatórios, como a Revolta dos Sargentos, ocorrida em setembro de 1963. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). A Revolta dos Sargentos, ocorrida em setembro de 1963. In: _____. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001).

²⁴⁷ Embarcação que serviu como prisão no ano de 1964.

²⁴⁸ “Em 9 de abril, foi publicado o Ato Institucional nº 1, que estabelecia a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão de direitos políticos por dez anos. O nome de Brizola constava da primeira lista de cassados, publicada no dia 10. No dia 11, Castelo Branco foi eleito presidente pelo Congresso (FGV. Jango: biografia. In: _____. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias> >.).

²⁴⁹ Ex-exilado político e Consultor-Geral da República no governo de João Goulart em 1963.

²⁵⁰ Ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

rebelado. Na opinião de Roque, tanto Waldir Pires como Leonel Brizola foram cruciais na reconstrução do seu pensamento com relação à forma de luta para o retorno do Brasil ao Estado de direito. O convívio mais estreito com Waldir Pires, na sua residência, onde havia encontros de sociabilidades e discussões políticas, roda de conversas, rapidamente fez mudar o pensamento que estava preso dentro de si, quando da sua chegada ao Uruguai: “Voltar de arma na mão, chegar e tomar o governo dos golpistas”, esta era a sua pretensão. Enquanto permanecera no Uruguai, o processo militar em que estava sendo julgado transitava na auditoria militar, em São Paulo. Nesse período, Roque retornou ao Brasil clandestinamente e, em 1966, ele soube do julgamento. Pouco tempo depois, o Sargento Roque teve conhecimento que todos os 32 militares rebelados foram inocentados, pois a Auditoria Militar instalada pelo Exército julgara e emitira sentença de que eles não tinham cometido crime algum. Apesar da sentença inocentando-os de crime contra a segurança nacional, isto não significara o imediato retorno à normalidade política, pois permanecia a caça aos “foragidos”. Por questão de segurança pessoal, Roque manteve-se na clandestinidade, pois preferiu não correr risco e nem fazer novos documentos – o certificado de reservista. Desse modo, Roque afirma que ainda sofria perseguição.

Em 1970, retornou a Bahia depois de um período em São Paulo. Aqui, em Salvador, ingressou na COELBA, como datilógrafo. Posteriormente, concluiu o curso universitário e veio a ser classificado como contador, e depois, por ocasião da diretora administrativa eleita, ocupou o cargo de gestor de divisão, sendo reconhecido como profissional de nível universitário. No decorrer de sua trajetória profissional na COELBA, Roque foi transferido para trabalhar no centro de treinamento, local de trânsito de todos/as os/as empregados/as de diversos níveis ocupacionais, tanto da capital como do interior da Bahia. Em 1973, iniciou sua trajetória sindical, filiando-se ao sindicato. Segundo ele, o que se encontrava ali era uma diretoria onde havia “um bando de pelegos”, num ambiente completamente machista. Participou pouco da causa sindical durante esse período, pois ainda não se sentia seguro, apesar de ter sido absolvido dos crimes de que era acusado. O sindicato não oferecia segurança para ele. Em 1978, Roque começou a se sentir mais seguro após a promulgação da Lei da Anistia. Nesse período, concretiza-se a adesão mais efetiva de Roque ao SINERGIA-BA, fase caracterizada pelo processo de organização da oposição sindical à direção presidida por Napoleão Topázio, sindicalista apoiado pelo governo militar e pela direção da COELBA e CHESF.

A lógica da participação de Roque no movimento sindical está vinculada a sua participação anterior, no movimento de 1964, como militar. Segundo ele, o SINERGIA-BA era comumente chamado pelos militantes de “clube do bolinha”, devido às assembleias do SINERGIA serem de predominância masculina até os anos 80. Roque frisa que somente a partir do final da década de 1980, nota-se a presença mais expressiva de mulheres militantes nas assembleias. No início do mandato da nova diretoria do SINERGIA-BA (1987/1990), com a eleição de uma mulher, pela primeira vez para a vice-presidência do Vsindicato – Vanderlay Reina – juntamente com um grupo de militantes de base, cuja maioria era de mulheres, conduziram um movimento culminando com um encontro com o governador Waldir Pires, que iniciava o novo governo na Bahia derrotando o carlismo, cobrando o cumprimento da promessa da sua campanha eleitoral, da eleição direta de um/diretor nas empresas estatais. Neste caso, foi reivindicado pelo SINERGIA-BA, a eleição de uma representante para a diretoria administrativa da COELBA. Nessa eleição²⁵¹, a

²⁵¹ O deputado federal Domingos Leonelli (PMDB) fez um pronunciamento no plenário da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, destacando a importância da eleição que foi realizada entre os trabalhadores da COELBA, para a escolha do futuro diretor administrativo da empresa. O deputado fez questão de ressaltar que a eleição não foi apenas uma disputa de nomes, porém uma oportunidade para sufragar-se uma perspectiva real sobre a democracia e as empresas estatais no Brasil. Em seu pronunciamento, o deputado registra o fato de duas mulheres serem as mais votadas – Tereza Mousinho Reis e Vanderlay Reina. O deputado frisou, no seu discurso, o vínculo das mulheres a uma filiação ao PMDB, versão não confirmada.

mobilização promoveu várias candidaturas. No final do pleito eleitoral, foram eleitos três nomes. A chapa vencedora contou na sua composição com a vitória de duas mulheres e um homem: Teresa Mouzinho, Vanderlay Reina e Marcos Nilton.

Após a posse da diretora Teresa Mouzinho – primeira e única diretora administrativa eleita pelos/as trabalhadores/as durante toda a história da COELBA, na época empresa de economia mista, tendo o Estado da Bahia como acionista majoritário –, Roque vislumbra, a partir da presença das mulheres no SINERGIA-BA, outra perspectiva: além da retomada do sindicato com uma estrutura sem autonomia, esta era enrijecida pelo domínio do machismo e do “peleguismo”. Para ele, este momento aponta para a concretização da democracia via participação das mulheres, pois, desde os anos 70, com a possibilidade da democratização institucional, pôde-se pensar em mutações, isto é oxigenação do esqueleto sindical, driblando o controle da lei corporativista e domínio do masculino. Esses acontecimentos culminaram numa maior participação de mulheres militantes de base, nas causas sindicais: escriturárias, eletrotécnicas e engenheiras elétricas.

Sobre sua visão a respeito do sindicato, Roque na sua narrativa discorre sobre o que ele enxerga a respeito da instituição e do sindicalismo no Brasil. Na concepção do militante de base (sem mandato), o sindicato é, em primeiro lugar, um órgão agregado de várias categorias profissionais, utilizando-se de ferramentas de manejo de tecnologia individual e coletiva que conduzem os pleitos de uma ou várias categorias em geral, pautadas num objetivo comum aos interesses de todos/as daquela associação. Resumindo seu pensamento sobre o sindicalismo, Roque afirma: – “Trata-se de um órgão primordial. Primeiro, me parece assim: o sindicalismo no Brasil foi mais [...] difícil. Os sindicatos mais atuantes, os que conseguiram foram aqueles sindicatos formados pela necessidade da categoria profissional”. A título de exemplo, ele aponta que se pode analisar o “movimento dos trabalhadores sem-terra, que se uniam, em torno de um objetivo comum a todos e todas, mas era evidente que eles, como movimento, não tinham ninguém para defendê-los, eles não tinham sindicatos”. Era diferente dos sindicatos, pois, para Roque, “os outros [sindicatos] quase todos foram pensados e conduzidos pela mão férrea do Estado brasileiro”. Assim, ele conclui: “Quase que um fascismo... Juntou aqui, está bom. O Estado tem aquela verbazinha, ‘o cara’ se agrega ali e fica.” Roque faz uma retrospectiva da sua militância a partir da sua sindicalização tentando, como ele diz, rememorar esse percurso sindical:

Eu me lembro que eu tinha pouquíssimo contato. Na verdade, ali era um bando de “pelegos”, bando de pessoas machistas. Antes de você. E mesmo com você. [...] Você foi quem *arrombou essa porta*. E o bom é que você conseguiu. [...] Pouca gente divulga isso. A grande maioria das sindicalizações das pessoas veio através de você. Quando você fez, isso foi importantíssimo.

Na visão deste militante sindical, a filiação sindical ao SINERGIA-BA foi liderada na época pela vice-presidente, que, ele frisa, por ser mulher, criou um verdadeiro obstáculo: “[...] Para você, porque você... vamos dizer, acabou o ‘clube do bolinha’. O negócio lá era aquele pessoal, Bomfim [Eduardo Bomfim], diretor do sindicato oriundo da CHESF; o Fernando Fernandez, o grandão [O espanhol]; Loureiro [Presidente do SINERGIA-BA, professor da CHESF e futuro advogado trabalhista]”. Roque não economiza palavras ao tecer críticas contundentes à atitude “machista” dos dirigentes sindicais: “[...] Esse pessoal era machista mesmo. Está entendendo? E as mulheres que vinham ali: ‘Ah, aquela tem bunda grande, tem bunda pequena’. É o que você ouvia. Não ouvia dizer se era competente ou não era”.

Roque relembra toda sua trajetória pessoal, profissional e sindical tomado de muita emoção, evidenciada na sua voz embargada, nas mãos trêmulas e nas pausas para dar conta da sua memorização. Naquele tempo, Roque não era tido por mim como um militante aguerrido, já

que se pensava que ele não ia, na sua ação, além da “distribuição do ALARME”, dos mosquitinhos de chamada para reunião de base e como membro coadjuvante das tarefas de comissões durante a greve. Porém, sua narrativa prova que ele sempre foi um homem de muita coragem.

SANDRA REGINA MAGALHÃES (Morena, 54 anos, Técnica administrativa da COELBA em Barreiras, Doutora em Pedagogia, Delegada Sindical)²⁵²

Sandra vem de uma família de origem pobre da cidade de Barreiras, interior da Bahia. Sua mãe ocupa um lugar de grande relevância em sua trajetória pessoal, uma vez que foi com ela que Sandra aprendeu a ler e escrever. Frequentou a escola desde muito cedo, estudando em escolas públicas e privadas, mesmo vindo de família humilde. Sua trajetória profissional iniciou em 1985, aos 21 anos, quando foi “fichada” na COELBA na cidade de Barreiras. Nesse mesmo ano, ela se filiou ao Sindicato dos Eletricitários da Bahia, assumido o cargo de delegada sindical logo no início. Sua inserção e participação no movimento sindical não resultaram de nenhuma influência da família, pois na sua família não havia militantes, apenas um tio que militava pelo PSDB. Sandra relata que, na COELBA de Barreiras a sua posição de delegada sindical não era bem-vista pelos chefes, havia uma perseguição contra as pessoas que participavam do movimento sindical. Os trabalhadores sindicalistas eram vistos como pessoas rebeldes. Em praticamente todas as greves da COELBA, mesmo na posição de delegada sindical, Sandra sofreu suspensão. Não foi um processo fácil.

Em 1985, a COELBA tinha quase dez mil funcionários, inclusive houve um movimento nos anos 80, chamado “Trem da Alegria”, que empregou muitos trabalhadores. A empresa começou a se expandir. Muitos lugares em que não havia energia elétrica receberam esse benefício a partir da expansão da COELBA na década de 80. No final dessa década e início da década de 90, ocorreram muitas greves gerais no Brasil inteiro, em decorrência do inexpressivo crescimento econômico do governo de José Sarney, que acarretou aumento da inflação. E, depois, com a entrada de Collor, começou o predomínio das ideias neoliberais, começando, então, não só a expansão da COELBA, mas também uma discussão em torno da privatização das empresas estatais. Nesse contexto, todo o movimento sindical teve uma participação extremamente relevante. O SINERGIA-BA não ficou de fora, sendo, neste período de 1985 a 1990, um dos maiores sindicatos do Estado da Bahia, com o maior número de filiados, exercendo um papel muito importante nesse momento político. Nessa conjuntura é que se dá a abertura política e a inserção de trabalhadores de diversos partidos no sindicato.

O SINERGIA, por exemplo, era formado por pessoas do PDT, PT que estava começando, do PCdoB, do PDT, do PMDB. Então, você tinha uma correlação de forças de liderança muito grande e nessa conjuntura toda todos tinham, apesar das tensões causadas por diferentes partidos que, naquele momento, eram partidos de esquerda. A gente podia ir pra frente escrever e falar, colocar nossa voz, e este é um momento extremamente rico na história do Brasil e também não só na história das questões da empresa, mas, acima de tudo, também do movimento sindical [...]. Muito diferente da atualidade; então, naquele momento, o sindicato tinha uma atuação muito forte, e essa atuação se deve também porque ficamos muito tempo, por conta do processo da ditadura militar, sem essa voz. Então, quando há o movimento de abertura política, aí parece que todos se veem na vontade de se manifestar de diferentes formas. Então, foi um contexto muito interessante nessa época [...].

²⁵² Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2012, na residência da entrevistada.

Nesse momento de crescimento do SINERGIA-BA, no final da década de 80, houve um movimento de adesão muito grande de mulheres: mulheres da CHESF, assistentes sociais da COELBA, engenheiras. Com a entrada de Waldir Pires no governo do Estado da Bahia (1987-1989), uma das exigências foi a criação de uma Diretoria administrativa eleita pelo conjunto dos trabalhadores. Neste momento, duas mulheres e um homem concorreram como candidatas, sendo que Teresa Mousinho foi eleita em primeiro lugar, Vanderlay Reina em segundo e Marcus Nilton em terceiro. Este foi um fato que contribuiu significativamente para trazer uma participação maior das mulheres no sindicato. Um número grande de mulheres passou a assumir cargos, como os de gerência de departamento, anteriormente exercidos por homens. Nesse contexto, acontece também a ida de mulheres da COELBA para Brasília, durante a elaboração da Constituinte de 1988, além da eleição das bases da rede de Vanderlay Reina para vice-presidência do sindicato, e a conquista do plano de saúde. Essas conquistas são oriundas do movimento das mulheres dentro do Sindicato, foram de extrema importância para a formação dessa base feminina e constituíram bandeiras específicas das mulheres desse tempo. O próprio Waldir Pires, em uma reunião na governadoria, deu a sugestão de eleger os conselheiros para que pudessem apoiar a diretoria administrativa. Com a criação da diretoria, Sandra foi eleita como uma das conselheiras, representando a Região Oeste, participando do total de 14 conselheiros, sendo 04 conselheiros/as da Capital e 10 conselheiros/as do interior. Sandra permaneceu no cargo durante dois anos. Porém, com a posse do governador Nilo Coelho, todo o movimento democrático construído até 1989 foi desmontado dentro da COELBA.

A respeito das mulheres na COELBA, Sandra relata que havia diferença na proporção de empregados do gênero masculino para o feminino. O número de mulheres era significativamente menor, tanto na empresa, como no sindicato. A COELBA era constituída muito mais por trabalhadores homens do que por trabalhadoras mulheres. Apesar de serem minoria, Sandra salienta que não havia preconceito de gênero dentro do sindicato. As divergências pairavam no campo da própria empresa, de quem atuava no sindicato. A visão do chefe era de que as pessoas que participavam do movimento sindical agiam contra a empresa. Por conta dessas perseguições, Sandra chegou a pedir demissão da COELBA. Sandra afirma que sempre foi muito respeitada e nunca sentiu preconceito por parte dos seus colegas pelo fato de ser mulher. Contudo o conflito de gênero entre as demais mulheres e alguns dirigentes sindicais era evidente naquela época. Muitos dos companheiros do SINERGIA-BA não aceitavam a participação de mulheres, inclusive da Vice-presidente do Sindicato, Vanderlay Reina. Segundo Sandra, em muitas assembleias, as mulheres eram cortadas durante a sua fala, pois só os homens tinham o poder se manifestar. Por ser um sindicato majoritariamente masculino, Sandra acredita que a maior adesão das mulheres ao sindicato, naquele momento histórico, causou certo desconforto aos homens militantes sindicais. Sua passagem no SINERGIA-BA, enquanto mulher militante, foi de muito aprendizado, tanto para a sua trajetória pessoal quanto para a sua trajetória profissional.

Então, devo dizer assim que a minha passagem pela COELBA e essa ligação com o movimento sindical foram um aprendizado extremamente grande em todos os sentidos possíveis. [...] amadurecimento político até porque eu vinha para Salvador, participava das assembleias, de um modo geral, tanto no movimento sindical como na minha própria atividade, foi um momento muito rico, né? Por isso eu sempre digo que [...], experiência formativa pra minha vida, tanto minha vida pessoal como também pra minha vida profissional [...].

A despeito de todas as perseguições que sofreu como militante, sua participação no SINERGIA-BA foi um momento muito rico, uma experiência formativa extremamente grande e fundamental na construção de um pensamento mais crítico acerca dos problemas sociais que envolvem as relações de trabalho.

TEREZA CRISTINA RODRIGUES (Branca, 65 anos, Assistente Social, Coordenadora do Conselho de Representantes da Diretoria eleita da COELBA, Militante de Base Livre)²⁵³

Tereza Cristina nasceu em Salvador, porém viveu boa parte de sua infância em Santo Amaro da Purificação, Recôncavo da Bahia, embora tenha nascido na capital baiana em 1951. Sua trajetória pessoal foi marcada pela construção de valores transmitidos a partir da convivência com sua família adotiva (primos), principalmente seu pai, médico clínico e sua mãe, pessoa envolvida em trabalhos comunitários da Igreja Católica, na região de Santo Amaro. Segundo Tereza Cristina, seu pai exercera a medicina como um sacerdócio, sua ação profissional ia mais além, pois ele compreendia que a incapacidade da população em tratar a doença de maneira curativa era oriunda da ausência de políticas públicas naquela região. Em 1962, ela veio para Salvador e, logo iniciou os estudos no Instituto Nossa Senhora da Salette, onde começou o seu engajamento em ações comunitárias, nas chamadas invasões e baixadas – Vale do Canela, Barris. Sob a supervisão das freiras dessa instituição, eram realizadas atividades assistenciais como visitas domiciliares e atividades recreativas com crianças carentes do bairro dos Barris, local vizinho ao colégio. Ao concluir o ensino ginásial, fez o curso de magistério, ainda no Instituto Salette. Formou-se no magistério em 1969.

Ingressou em 1970 na Universidade Católica do Salvador para estudar Serviço Social, curso majoritariamente feminino. Em sua turma, havia um total de 80 estudantes, todas mulheres. Durante os anos em que estudou na UCSAL, Tereza Cristina sempre foi muito questionadora. Ela explica que, enquanto a maioria de suas colegas aceitava e assistia às aulas de maneira passiva, porém, ela sempre reivindicou a melhoria do ensino. Essa postura contestadora, ela credita a diversos fatores: a seu pai, que sempre também se interrogava sobre os problemas sociais; à vivência com o irmão de seu pai, exilado pela ditadura militar nos anos 60; à sua experiência de trabalho em comunidade no Instituto Salette; e à convivência com o filho de sua madrasta, estudante de Direito da UFBA, que sofreu represálias no período da ditadura militar por ser adepto dos ideais de esquerda. Mesmo não exercendo nenhuma função no Diretório Acadêmico da universidade, sempre esteve presente nas assembleias estudantis. Afirma que ela nunca foi passiva diante das questões que a inquietavam, por maiores que fossem os seus medos devido ao contexto da ditadura. Concluiu o curso de Serviço Social em 1973. Em 1974, assumiu o cargo de Conselheira Fiscal no CRESS²⁵⁴, apesar de possuir pouca experiência na área de contabilidade. Logo após, assumiu o cargo de Vice-presidente, numa fase crítica, quando nenhuma assistente social queria assumir o comando do CRESS.

Sua primeira experiência profissional foi como estagiária no INOCOOP²⁵⁵, como técnica social, de 1972 a 1973. Foi contratada na COELBA, em 5 de agosto de 1974 como assistente social. Neste mesmo ano, no ato da admissão, foi interrogada no setor de pessoal se queria sindicalizar-se. Assim, se deu sua filiação ao SINERGIA-BA. Ainda em 1975, iniciou sua participação no SINERGIA-BA, momento em que esteve muito envolvida na criação da FAELBA. Sua principal bandeira no sindicato não era o aumento salarial para a categoria profissional das assistentes sociais, pois sabia que, por estar inserida no quadro de atividades meio da COELBA, não teria muitas vantagens nos acordos salariais. Tereza Cristina entendia que estar inserida na luta sindical era uma forma de instrumentalizar o seu trabalho como assistente social.

Eu podia até ir lá no sindicato fazer as coisas pelo lado social, ou seja, pela minha formação e ver que aquilo [...] eu estou dizendo, era o que eu

²⁵³ Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2017, na residência da entrevistadora. Salvador, Bahia.

²⁵⁴ Conselho Regional de Serviço Social.

²⁵⁵ Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais.

pensava, um instrumento, a ferramenta de meu trabalho. Porque, à medida que eu estava ali, eu conhecia a necessidade do empregado, então, quando chegava [o momento] de falar, eu não ficava sem saber, ou sem dar opinião, sem orientar.

A oportunidade de manter contato direto com os trabalhadores e ouvir as suas reivindicações sociais e trabalhistas possibilitara a Tereza Cristina o conhecimento mais amplo da realidade social na qual os(as) trabalhadores(as) estavam engajados. Conhecer para intervir era seu lema como assistente social:

Então essas coisas [eram] “desvio funcional”. Aquela pessoa não tinha realmente [isso] na carteira, no contracheque dele. E ele fazia atividade com outros, aí eles vinham me conversar. Então eu tinha que entender. Se eu não participasse, eu não ia entender.

Em decorrência de sua participação nas reuniões do sindicato, sua vida pessoal e familiar foi afetada. Tereza Cristina não tinha hora para chegar a sua casa. Seus filhos sempre diziam: “Minha mãe você é muito inquieta [...] você tem que estar no grupo, tem que estar não sei onde. Você faz isso, você faz aquilo”. Então, houve rebatimentos negativos na forma como ela lidava com os filhos. Em relação às bandeiras levantadas a favor das mulheres no SINERGIA-BA, a década de 80 foi muito significativa. Grande parte dessas bandeiras era relacionada à educação, como, por exemplo, o auxílio-creche, denominado “Mãe Guardiã”. Esse benefício era destinado aos/às filhos/as dos/as trabalhadores/as da COELBA desde a creche até a idade escolar. Um percentual maior era destinado às mulheres e o menor percentual era destinado aos homens, por isso era uma bandeira das mulheres. Tereza Cristina também menciona a criação do reembolso deficiência²⁵⁶ em 1987. O auxílio era designado aos/as trabalhadores/as e filhos/as dos/as trabalhadores/as da COELBA portadores/as de deficiência. Foi a partir dessa década que ela ocupou a função de coordenadora da Divisão Desenvolvimento de Pessoal, exercendo-a de 1985 a 1994.

Já na década de 90, Tereza Cristina lembra que houve a fundação do Centro Educacional Cenecista Delmiro Gouveia²⁵⁷, um centro criado e administrado pelos(as) trabalhadores/as da COELBA para atender os/as filhos/as destes/as trabalhadores/as e a comunidade do entorno da escola, localizada na Avenida Pinto de Aguiar, em Patamares. Todas essas bandeiras tiveram as mulheres como protagonistas. As mulheres conseguiram aos poucos penetrar nos espaços coletivos do sindicato. Antes, em suas palavras, o sindicato era uma “caixa preta”, completamente fechado para as mulheres. Entretanto, aos poucos os caminhos foram-se abrindo para as mulheres, elas foram ocupando os postos mais altos via eleição. Os motivos dessa abertura para as mulheres na vida sindical, ela afirma desconhecer. Contudo, pensa que talvez, segundo Tereza, poderia ser por interesses políticos, ou pela própria emancipação como mulher, ou pela mudança dos valores socialmente construídos. Mesmo com desvalorização salarial, o fato de a mulher ocupar

²⁵⁶ Criado em 1987, o reembolso deficiência ressarcia os trabalhadores da COELBA-Bahia pelas despesas efetivamente comprovadas, referentes a serviços de prótese, órtese, educação e tratamento médico para si ou para seus filhos com deficiência. Posteriormente, em 1991, o reembolso deficiência passaria a ser denominado “Serviços de Prótese, Órtese e Educação”.

²⁵⁷ O Centro Educacional Cenecista Delmiro Gouveia foi fruto da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Com a queda da qualidade do ensino público em Salvador e o conseqüente aumento das mensalidades das escolas particulares, os trabalhadores decidiram fundar o Conselho Comunitário Cenecista dos Eletricitários de Salvador, em 10 de dezembro de 1991. Conselho este que deu origem, posteriormente, ao Centro Educacional Cenecista Delmiro Gouveia. Entre os 16 conselheiros(as) escolhidos(as), cinco foram mulheres: Maria das Graças Reis Guimarães, presidente; Vanderlay Santana Reina Machado, diretora; Adenildes Santana Vargas Leal, membro do Conselho Fiscal; Márcia Maria Oliveira Menezes, suplente do Conselho; e Sandra Neuza Marchesini Ferreira, também suplente do Conselho.

postos (engenheiras, eletrotécnicas) antes dominados apenas por homens já indicava o começo de mudanças ainda maiores que estavam por vir. Em sua análise, as mulheres conseguiram ocupar os diversos espaços pela forma de atuar, pois, diferentemente dos homens, elas sabem ser convincentes e têm controle emocional. Os homens são atraídos pelas mulheres e se deixam envolver pelas palavras brandas ditas por elas:

Eles se colocam facilmente em se envolver, em ouvir, porque é uma mulher, não? Então, já trabalham com a mulher. Então, a mulher como tem esse fator que eu digo, tem um jeito, chegar e dizer “poxa, colega, não é assim e tal” [...] Não é uma força, como mede o homem com homem? Nos bastidores eles comentavam a respeito das assembleias, da confiança depositada nas “falas” das companheiras.

Todas as mulheres têm essa habilidade inata de saber falar com respeito, com amor. “É uma característica inerente a todas as mulheres, independentemente da força física que elas tenham”, pondera Tereza Cristina. Em sua análise, as mulheres militantes do SINERGIA-BA não só sabiam se dirigir aos trabalhadores com respeito, como também sabiam defender seus discursos de maneira embasada, fundamentada. As mulheres traziam números, não era apenas “oba, oba” para agradar os trabalhadores. E os dirigentes do SINERGIA-BA sabiam que, com as mulheres, eles não teriam força. Mesmo com toda força e competência demonstradas nas assembleias, nos palanques, com os discursos, ela recorda que as mulheres eram constantemente desrespeitadas e atacadas. Eram vítimas do machismo, sofriam violência psicológica como forma de desestabilizá-las emocionalmente.

[As mulheres] enfrentavam, Vanderlay. Enfrentavam de forma [...] inclusive, é isso que eu digo, de forma desrespeitosa às vezes. Inclusive eles faziam mesmo, aí já usando o poder, o machismo, entendeu? A coisa mesmo, nesse sentido, de denegrir, de atacar [...] vamos dizer, a violência psicológica, não? Fazer de uma forma para desestabilizar emocionalmente a pessoa.

Uma das experiências em que se sentiu vítima do machismo dentro da COELBA, ocorreu durante a eleição para escolha da diretora administrativa da empresa. Nesta eleição, Tereza atuou como coordenadora de todos os conselheiros do Estado da Bahia, durante 2 anos. Ela relata que, constantemente, tinha de se dirigir aos representantes das/dos empregadas/os das Gerências Regionais da capital, Região Metropolitana e do Interior cuja finalidade era levantar as dificuldades enfrentadas por cada setor de trabalho. Contudo, sentia que os gerentes camuflavam os dados para não prestar as informações corretas, por ela ser mulher, a exemplo dos casos de acidentes do trabalho. Os gerentes agiam no seu entendimento como estivessem defendendo um território. Território este pertencente apenas aos homens. O mesmo não ocorria em sua relação social com as gerentes mulheres. Com elas, não havia bloqueios de comunicação. As representantes mulheres telefonavam e enviavam os relatórios das representações regionais.

[...] eu notava que existia dentro dos próprios representantes, se era mulher facilitava muito, mas quando era o homem, que era o representante do gênero masculino, era difícil [...] Com representante homem, eu sentia claramente isso. As mulheres não tinham problemas. Elas me ligavam, independente de eu pedir, de mandar o relatório [...]

Por não entender toda a resistência dos homens à sua coordenação e à sua autoridade, Tereza encontrou na terapia uma forma de tentar entender o que estava por trás de toda aquela “opressão”. A partir de sua “análise”, ela pôde entender que as atitudes machistas de seus colegas de trabalho refletiam uma estrutura que concebe o homem como o “detentor do poder”, como o único que pode comandar todos, inclusive as mulheres: estas são taxadas de incapazes, portanto seres impensantes. Mesmo com toda essa oposição, as

mulheres foram ousadas, levantaram a bandeira feminista da emancipação. As mulheres foram aos poucos ocupando as funções de engenharia elétrica, eletrotécnica, tecnologia da informação, áreas, antes, apenas ocupadas majoritariamente por homens dentro da COELBA.

Algumas dessas mulheres se destacaram muito na luta sindical, a partir de 1987. Entre elas, Tereza Cristina destaca a presença de 6 mulheres: Vanderlay Santana Reina, assistente social da COELBA; Jocelina Regina Santos, técnica em eletrotécnica da COELBA; Clélia Bispo dos Santos, técnica em contabilidade da CHESF; Luzinete Andrade, auxiliar administrativo da COELBA; Tereza Rodamilans Bastos, engenheira elétrica da COELBA; Maria Lourdes de Araújo, assistente social da COELBA; e Ana Marinho, auxiliar administrativo. Enquanto mulher militante, Tereza Cristina sempre buscou despertar nos trabalhadores a consciência de que eles eram cidadãos e, como tal, não deveriam ser omissos no que tange às causas coletivas. Em sua trajetória profissional, ela crê que não foi apenas o tipo de trabalhadora que executa o trabalho e vai embora para casa. Este perfil de trabalhador/a alheio/a às causas sociais e às necessidades dos/as trabalhadores/as não fez parte da sua trajetória profissional e de militância sindical.

TEREZA MARIA RODAMILANS BASTOS (Branca, 63 anos, Engenheira Elétrica da COELBA, Militante de Base)²⁵⁸

Tereza Rodamilans, como era conhecida na militância sindical, nasceu na Capital baiana, Salvador, em 1954. Antiga moradora do bairro da Ribeira, ela o caracteriza como um “bairro de todos”, pois recorda que, durante sua infância, a Ribeira era um bairro onde residiam pessoas de todas as classes sociais, desde os mais pobres à classe média alta. Porém, ao longo dos anos, passou a ser o local dos “muitos pobres” com a chegada dos Alagados²⁵⁹. Em sua trajetória de vida, as experiências e vivências familiares tiveram um papel fundamental na transmissão de valores que muito influenciaram sua concepção de vida. Nascida em uma família branca e rica para os padrões da época, Tereza Rodamilans reconhece que, ao longo de toda a infância e a adolescência, teve acesso a privilégios sociais e econômicos, mesmo fazendo parte de uma família grande, constituída por 11 pessoas: pai, mãe e irmãos. Os passos de seus pais sempre foram reflexos na construção de sua trajetória de vida. No relacionamento com os empregados da casa, eles sempre tinham o cuidado de agir de maneira igualitária com todos. Em suas palavras, todos os serviços sempre foram negros, era evidente a distinção social, porém essa distinção não se expressava no trato que era direcionado a eles:

Uma costureira que ia todos os dias lá porque tinha muita costura. O mestre de obra de meu pai que almoçava todos os dias à mesa com a gente (Negro). Uma negra que foi babá e depois [...]a segunda mãe da gente: “Minha mãe negra”. Foi a babá do primeiro filho. E uma cozinheira sempre. E mais alguém. Todos os serviços eram negros. Era evidente a distinção social. Mas não era evidente na minha casa [...].

Assim, como os empregados, os filhos também eram tratados igualmente, independentemente do gênero, fosse menino ou menina: “Esse modo de lidar na minha família, deu uma direção à minha vida, principalmente no que concerne à educação dos

²⁵⁸ Entrevista realizada em 17 de março de 2017, na residência da entrevistada.

²⁵⁹ A partir de 1940, a região, em Salvador, conhecida como Península de Itapagipe foi aos poucos sendo ocupada por famílias oriundas, principalmente, do Recôncavo baiano. Essa ocupação deveu-se à instalação de fábricas têxteis na região. Como a população não dispunha de condição financeira para adquirir imóveis, comprava a preço baixo, áreas na região de mangue da enseada dos Tainheiros e construía precárias habitações sobre palafitas, formando assim o conjunto habitacional que ficou conhecida como Alagados.

filhos”. Nos ensinamentos dados pelos pais, sempre lhe foi ensinada a importância de respeitar o outro em suas diferenças. Respeitar a todos de maneira igualitária foi um valor que ela adquiriu desde criança. Com ela, cresceram os valores de dividir, de reutilizar e de doar. Em muitos dos ensinamentos dados pelos pais, ela conta que aprendeu que é possível viver com o mínimo e procurou transmitir esses mesmos valores para seus filhos:

Quando os meninos pediam alguma coisa que tinha um valor mais elevado, eu pegava e dizia: “Olha, Diva trabalha um mês inteiro para no final do mês receber um salário mínimo” que era tanto. Na verdade, eu pagava um pouco mais que um salário mínimo, mas não vinha ao caso. “Como é que você pode trocar o trabalho de um mês inteiro de uma pessoa por esse objeto de consumo?”.

Esse seu pensamento crítico a fez, por diversas vezes, entrar em embate com os próprios pais pelos direitos das pessoas, porque, apesar de na época eles serem “democratas e respeitadores”, não tinham por interesse o desejo de mudar a ordem social vigente. Veja-se o discurso de Tereza na família:

Tinha discussão com meu pai e com minha mãe sobre os direitos das pessoas, porque apesar deles serem democratas, respeitadores [...], eles não tinham o movimento dentro deles de querer mudar esse estatuto. De querer achar que o empregado, [...] se ele está sendo respeitado, ele pode ganhar pouco [...].

Todavia, em sua visão, ela faz uma ressalva, pois considera ter sido muito difícil para os pais sustentar financeiramente 9 filhos, cozinheira, costureira, mestres de obras, lavadeira, passadeira e babá. Colocar comida, todos os dias, para 17 pessoas não era tarefa fácil para os pais, segundo Tereza.

Em suas lembranças de infância, sua mãe teve papel ativo não apenas no cuidado dos filhos, do marido e da casa, mas também das finanças. Sua mãe era contadora por formação, por isso era quem administrava o dinheiro do pai, era quem sabia quanto tinha na conta do banco, era quem fazia todas as contas e sabia o que tinha para pagar. Além do mais, sua mãe era responsável por trabalhar na elaboração das folhas de pagamento de seu pai, engenheiro construtor. Sua mãe estava por trás do engenheiro, diz Tereza Rodamilans. Foi ela quem cresceu e se mostrou uma pessoa proativa, para frente. Contudo, o trabalho de sua mãe era feito em casa, porque a responsabilidade no cuidado com 9 filhos, casa e marido era somente sua:

Porque era minha mãe que fazia a folha de pagamento. Meu pai trabalhava em obra. Ele era o engenheiro construtor. E minha mãe quem fazia folha de pagamento [...] O papel de minha mãe era ativo também. Mas ela não podia estar na rua com tantos filhos. Mas ela estava em casa, administrando esse monte de filho e ainda ajudando na obra [...].

A década de 70 representa o período de maior abertura para as mulheres na vida pública. Houve grandes mudanças para as mulheres de sua geração, pois nessa mesma década as escolas masculinas²⁶⁰, que até o final da década de 60 não permitiam a entrada de estudantes do sexo feminino, começaram a abrir as portas, como afirma Tereza:

Nossa geração que foi se formando em 1970 [...] entrou nas escolas masculinas, nos Maristas, Vieira. Na verdade, o colégio abriu a porta. **Não foi a gente que empurrou a porta** (Grifos acrescidos). Mas quando ela abriu, a gente enfrentou tudo aquilo. Porque aquele momento era de enfrentamento. Porque continuava sendo um colégio cheio de homem. E

²⁶⁰ Escolas masculinas, segundo Tereza Rodamilans, eram o Maristas e o Antônio Vieira.

que entraram 6 mulheres em uma turma, 8 em outra, 10 em outra. Tá? Através de teste de seleção. Não foi aberto e ficou 50%. Era um pinguinho em cada turma.

Foi na década de 70 também que o mercado de trabalho passou a se abrir para um novo momento de inserção do feminino nos espaços anteriormente reservados apenas para os homens. Houve uma ampliação do mercado de trabalho para as mulheres. Porém, ao comparar a ampliação desses direitos sociais entre mulheres e negros/as, ela conclui que esse espaço ainda continuava sendo fechado para negros/as. O seu colégio na época, o Nossa Senhora das Mercês, ainda não era frequentado por estudantes negros/as. Havia apenas uma estudante negra, que era bolsista por ser filha do porteiro da escola. Nem a educação, nem o direito ao trabalho eram acessados pelos(as) negros(as) até início da década de 70. Entrou no Colégio Antônio Vieira aos 15 anos e, desde então, começou a dar aula particular, todavia, sua trajetória profissional deu-se apenas quando começou a lecionar matemática neste mesmo colégio, em 1972. A disciplina fazia parte do curso supletivo noturno, ofertado pela escola. Nesta fase, Tereza Rodamilans já cursava o 3º ano do atual ensino médio e ensinava como professora voluntária para a comunidade que residia, no entorno, do Vieira. Entretanto, por questões legais, a escola não pôde deixar de assinar sua carteira de trabalho.

Ainda em 1972, ela ingressou na Escola Politécnica para cursar engenharia elétrica. A escolha da profissão deu-se pelo fato de ela almejar ocupar o *status* social que pertencia ao pai pela profissão de engenheiro. Escolheu a profissão do pai por ser uma profissão dita masculina, pois queria estar à frente de tudo, não atrás, como sua mãe. Na universidade, ela militou no Diretório Acadêmico de Engenharia Elétrica juntamente com Marcos Nilton, seu futuro colega na COELBA; e Paulo Bastos, seu futuro esposo e também colega na COELBA. Nesse contexto de militância estudantil, como membro do Diretório Acadêmico, apenas duas colegas militaram junto com ela. Tereza ressalta que não entende que essa ínfima participação de mulheres possa ser traduzida como se fosse uma questão de gênero, mas sim de comodismo e individualismo:

Teve duas [...] colegas mulheres que participaram e as outras não. Na verdade não era nem questão de gênero. Não participar era uma questão de posição de comodismo das pessoas [...] Não era de classe social. Era comodismo. Era também uma questão individualista [...].

O Diretório era um ambiente onde os estudantes de diferentes correntes de pensamento se encontravam. Era um pensamento livre, garante Tereza. A década de 70 foi um momento no Brasil em que a intelectualidade estava a serviço de todo mundo. Em sua análise histórica, os intelectuais do passado estavam apenas a serviço dos ricos. Apenas os ricos tinham acesso à informação, então quem estava na Universidade não era pobre. Mas aquele era o momento de expansão do pensamento, de mentes abertas:

Eu costumo dizer, que um dos maiores benefícios que eu acho das pessoas chegarem à universidade, é abrir a mente. É você poder olhar, de outros ângulos, a mesma coisa.

Graduou-se em engenharia em 1977 e, nesse mesmo ano, entrou na COELBA. Estava grávida no momento de sua contratação, e teve 3 meses de licença- maternidade. A década de 70 foi caracterizada pela expansão e desenvolvimento industrial. Foi um momento revolucionário para o País, segundo Tereza. Então, a COELBA passou a expandir e contratar muitos engenheiros da Bahia, dos Estados brasileiros e de outros países. Houve uma renovação não apenas contingencial dos profissionais, mas no modo de pensar dos engenheiros recém-formados. Tereza analisa que, nesse período, os engenheiros formados estavam saindo da universidade com um novo pensar, um novo olhar para as questões sociais, para as demandas da classe trabalhadora. Ao entrar na COELBA, foi para o

departamento de Transmissão, que em sua concepção era o departamento mais democrático da COELBA, pois foi o que admitiu mais mulheres engenheiras em toda a empresa. Esse também foi o período em que a empresa começou a mudar o seu perfil, pois no Brasil todo o sistema elétrico estava mudando, e quase nenhuma empresa tinha a área de transmissão, apenas as grandes como CHESF²⁶¹ e FURNAS²⁶². Até então, a COELBA fazia o papel de única distribuidora dentro do Estado. Um ano depois, em 1978, filiou-se ao SINERGIA-BA, iniciando sua trajetória sindical. Tereza considera que a participação dos engenheiros foi crucial na retirada dos militantes “pelegos” do sindicato.

Em relação ao número de trabalhadores sindicalizados, Tereza coloca que, dentro do SINERGIA-BA, a COELBA possuía um contingente muito maior de trabalhadores sindicalizados, comparando-se com a CHESF. Dada a maior representação em termos numéricos, era a COELBA que mantinha financeiramente o sindicato. Porém, ao contrário do número menor de sindicalizados, a CHESF era mais forte politicamente por se tratar de uma empresa com representação nacional. Havia uma diferença muito grande na condução das lutas reivindicatórias entre as duas empresas. Era perceptível o modo de condução do movimento.

Em sua trajetória no movimento sindical, ela não esconde que os trabalhadores acreditavam muito em seus posicionamentos, questionamentos que ela levantava, por conta de sua habilidade em lidar com os números e conseguir demonstrar com relação aos cálculos financeiros e econômicos as reivindicações que envolviam as principais perdas e ganhos dos trabalhadores. Porém, não era uma confiança direcionada apenas para ela em específico, mas os trabalhadores confiavam em todas as mulheres que levantavam a voz no sindicato. Em sua concepção os trabalhadores viam nela e nas demais mulheres a figura da “mãe”, alguém que estava ali defendendo os interesses de todos, não interesses específicos. As mulheres pensavam não apenas no aumento salarial individual, mas naquilo que poderia beneficiar a todos. Para ela, as mulheres trouxeram um olhar menos individualista, por isso tinham credibilidade:

Eu acho que a “peãozada”, enxergou a gente assim. A mãe. Alguém que estava defendendo os interesses gerais. Não eram os interesses específicos. Não era o que vinha de aumento pra mim. Mas o que podia acontecer de melhor pra todo mundo. Então, a gente colocou uma visão [...] menos individualista. E isso nos deu credibilidade [...].

Em 1987, ela assumiu o cargo de gerente da Assessoria de Consumidores Especiais, cargo de departamento que anteriormente era ocupado apenas por homens. O fato de ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo impulsionou as mulheres, que começaram a ocupar os cargos de gerência, a exemplo de Maria Luiza, Tereza, uma colega da Paraíba, e Sheyla. Ela se sente realizada por ter participado desse momento da COELBA, momento no qual a empresa crescia e já aceitava as mulheres. Tereza se sente realizada também por ter participado da “construção verdadeira” do SINERGIA-BA, mudando o alinhamento que antes não era em prol dos trabalhadores. Ela se diz satisfeita por ter conseguido elevar o padrão de vida das pessoas. Considera o sindicato de extrema importância, por ter incluído pautas voltadas para o “feminino” que beneficiou o masculino, conseqüentemente. A exemplo, ela fala do auxílio-creche e do “Mãe Guardiã”, que foram apresentados pensando nas mulheres, mas beneficiava também os homens, sendo, portanto, a primeira proposta sindical anterior à Constituinte e que avançou além da CLT, que só contemplava a mulher trabalhadora. Para ela, o SINERGIA-BA de hoje é reflexo da atual conjuntura política em que o País está vivendo. Em sua análise, o SINERGIA-BA fez parte da construção dos chamados trabalhadores “coxinhas”. Na omissão como sindicato, a direção permitiu muito que essa

²⁶¹ Companhia Hidrelétrica de São Francisco.

²⁶² Furnas Centrais Elétricas.

classe de trabalhadores/as achasse que o social não é importante. O SINERGIA-BA se afastou das pessoas segundo Tereza.

Repare, quando a gente discutiu mudar para plano BD ou não, foi em 1996 para 1997. Ainda tinha Bomfim. Ainda tinha lá dentro, um grupo que não era o grupo que tá hoje todo. Tinha um grupo que era diferente ainda. Eram poucas pessoas. Mas que ainda defendiam outro pensamento. Pensamento de defesa mesmo das pessoas. Eu acho que, depois, isso se perdeu. Não tem a defesa das pessoas. Defesa dos ganhos, das coisas. É muito, hoje é[...] pelo que eu já vi de outras negociações. É uma porção de faz de conta. Eles na verdade são “pelegos”. Eles negociam com a COELBA antes de fechar o acordo.

Durante os anos de sua militância, ela fez parte da Comissão Paritária do Plano de Saúde e do Conselho de Curadores da FAELBA, apoiada e eleita pelo voto direto durante sua trajetória sindical. Foi eleita, em Assembleia, como representante do SINERGIA-BA para elaboração, acompanhamento e fiscalização do Plano de Saúde, na Comissão Paritária do Plano de Saúde e Pecúlio dos empregados da COELBA, juntamente com mais três participantes: dois representantes dos trabalhadores e dois representantes da empresa. Faziam parte dessa comissão: engenheira, assistente social, administrador de empresa e um médico do trabalho. Também participou como representante de base no acordo de 1986-1987. Em 1987, assumiu o cargo de gerente na área de operação da COELBA. Ocupou esse cargo até a sua demissão. Tereza se caracteriza como uma engenheira militante, sem nunca ter assumido um posto de poder legal na estrutura do SINERGIA-BA, sempre a atuar como militante de base.

VALTER BISPO DOS SANTOS (Negro, 69 anos, Eletricista, Militante Livre)²⁶³

Natural da cidade de Feira de Santana, do interior da Bahia. Nascido em 1947. Com relação a sua cor, no começo da entrevista autodeclarou-se como “amarelo”. Contudo, no decorrer dessa entrevista identificou-se pelo modo que ele se “enxerga”, como negro²⁶⁴, uma vez que seu pai era negro. Pouco se lembra de sua mãe, pois esta faleceu quando ele era ainda muito criança. Aos 14 anos, deslocou-se para Salvador, vindo a trabalhar no armazém do seu tio, no bairro Tororó. Casado, possui 4 filhos, 3 do primeiro casamento. Da segunda união, tem uma filha de 2 anos. ²⁶⁵Estudou na Escola Estadual Luiz Pinto de Carvalho, no bairro do São Caetano. Declarou-se católico, porém não praticante. Durante a ditadura militar, ainda em 1964, menor de idade, Valter registra a sua trajetória nesse período: Momentos em que voltava do trabalho às 7 da noite e os soldados já estavam camuflados e armados com a declaração do toque de recolher, se os soldados vissem alguma luz acesa ou alguém conversando eles averiguavam sobre o que se tratava.

Em 1965, Valter decidiu servir ao exército brasileiro, onde exerceu a função de estafeta²⁶⁶. Passou a residir no Quartel General na Mouraria, onde servia diretamente ao Coronel Melo Campos. Valter observou que, pela sua falta de experiência e por ter vindo do interior, não “percebia” a distinção de raça, existente dentro do quartel. Declara que sua compreensão sobre a raça muda a partir da sua escolarização e se dá conta de que tal discriminação é errada. Para ele, “todos são iguais perante a lei e perante a Deus”. Valter percebeu que, na sua época de prestação do serviço militar, a presença de negros servindo no Quartel era

²⁶³ Entrevista realizada em maio de 2015.

²⁶⁴ O fenótipo do entrevistado corresponde à aparência de homem branco, de olhos azuis.

²⁶⁵ Durante muitos anos, trabalhou como eletricista, até ser enquadrado como Eletrotécnico na COELBA.

²⁶⁶ Militar com a função de agente de transmissões existente nas unidades de infantaria, encarregado do transporte e entrega de mensagens.

pequena, pois o critério de seleção era definido pelo sargento, e ele não selecionava negros para o Quartel General. Durante o serviço militar, muitas vezes recebera ordens na hierarquia militar de ir para a rua andar à paisana entre os estudantes. Sua missão consistia em apontar aqueles estudantes que estivessem conversando e em qual lugar. Isso posto, para que a “turma de choque” fosse ao local, com o objetivo de prender o grupo, ou a pessoa.

A orientação era... porque no comunismo, naquela época, não era implantado nesses países democráticos, entre aspas. Comunismo não era tanto um bicho de sete cabeças assim. Aí eles não queriam o comunismo no Brasil. O comunismo no Brasil... tinha na Alemanha oriental comunista, a Rússia, a União Soviética, tem a Coreia do Norte comunista, a China, e tem a outra parte que é Cuba. Então eles não queriam esse tipo de regime desses países. Quando os Estados Unidos fizeram esse movimento todo, os comunistas diziam que iam pegar dos ricos para dar aos pobres. Então, os ricos não queriam esse tipo de regime. Entende?

Valter relata que não assistiu a sessões de tortura enquanto servia às Forças Armadas, pois as sessões de tortura não ocorriam no Quartel General em que ele servia. Segundo ele, apenas militares de alto escalão poderiam realizar e assistir a tais sessões. Considera ter gostado da experiência de servir ao Exército brasileiro, devido ao fato de receber salário e aprendera muito enquanto soldado, portanto, considera que essa trajetória trouxe uma experiência valiosa para sua vida pessoal. No ano de 1966, quando deu baixa do Exército, foi convidado a permanecer na carreira militar, pelo Coronel José Luiz de Melo Campos, que estava seguindo para o Rio Grande do Sul. Valter optou por recusar a oferta, contudo seguiu mantendo contato com o Coronel, através de cartas.

Ao sair das Forças Armadas, Valter já se encontrava com mulher e filho, então passou a trabalhar como cobrador de ônibus e também como comerciário. Contudo, sempre achou que esses tipos de profissão não traziam perspectiva de futuro. Valter acentua que, nesse contexto, a vida do trabalhador era muito sofrida. O salário não era suficiente para sustentar a sua família, pois viviam de aluguel. E mesmo com a ajuda da esposa, que trabalhava e era lavadeira, chegaram a passar por momentos de necessidades. Sendo assim, resolveu continuar os seus estudos, por ter vindo do interior com pouco conhecimento. Valter se mostra muito satisfeito com a instalação da CLT, no ano de 1947, expondo como foi importante para a vida do trabalhador. “Se não fosse a CLT, o trabalhador seria escravo”. Em 1975, Valter era vigilante nos Correios, conciliando o seu trabalho com o curso de eletricidade. Neste ano, soube através de terceiros, sobre vagas ofertadas pela COELBA para eletricitas. Ao se candidatar e ser aprovado no teste, foi encaminhado para trabalhar no Edifício Cidade de Ilhéus, no Comércio. Confessa que hoje se sente arrependido do fato de ter se acomodado enquanto trabalhava na empresa.

Valter: – E tem a turma que trabalhava que estudou e foi tudo. [...] Eu também era muito “comodista”. Era “comodista”, quer dizer.

Vanderlay: – Você fazia muito trabalho por fora

Valter: – Fazia muito trabalho por fora também. Aí quando me formei, aí Célia me deu um carro, um motorista, aí ficava mais pela rua dando manutenção, fiscalizando, quase não batia ponto. Aí fui e me acomodei com isso, e fiquei com medo de sair dali. Entrei ali e fiquei o tempo todo, sem conhecer setor, sem conhecer nada. Hoje eu até me arrependo

Durante sua trajetória profissional na COELBA, Valter lembra da ocorrência de um acidente do trabalho, com seu companheiro de turma, na subestação do edifício Cidade Salvador, no Comércio. A atividade executada por ambos era de alto risco, assim, ocorreu uma explosão

que causou queimaduras de alto grau no seu colega Baltazar. Conforme Valter, o colega necessitou de atendimento emergencial, sendo transportado por ele e a assistente social Vanderlay Reina, para a clínica INSBOT. Valter faz uma observação pertinente com relação a esse fato, lembrando-se: dos valores introjetados durante o exercício do serviço militar:

Companheiro não deixava companheiro, tinha que morrer com o companheiro ali. Se você está numa guerra, ou você vai salvar o companheiro ou morre com ele. Eu estava com aquilo na cabeça: Eu não vou deixar o companheiro aqui.

Esse acidente, para Valter, modificou a sua postura com relação à Segurança do Trabalho, rejeitando a execução de tarefas de risco. Por esse motivo, teve de enfrentar “perseguição” do gerente de departamento, por ter se recusado a realizar um trabalho de alto risco.

A trajetória sindical seguiu um itinerário diversificado. De início, pertencera ao Sindicato dos Comerciários. Sua visão de sindicato nessa época era de que o sindicato: “é pura fantasia. Brigam, apenas para conseguir aumentos que não agregam valores reais aos comerciários”. Ao ser admitido na COELBA, filiou-se ao SINERGIA-BA, acatando sugestão de colegas. Contudo, ele faz uma ressalva do “vai e vem”, pois ele saía e depois voltava a se filiar novamente. Por hoje ser autônomo, Valter não está sindicalizado, contudo, segundo ele, se precisasse escolher algum sindicato, seria o dos Eletricitários, apesar de não ter vontade de pagar o imposto sindical. No momento da sua rescisão com a COELBA, não era mais sindicalizado, pois percebeu que não participava das movimentações e greves, então decidiu que não era necessário realizar o pagamento sindical.

A sua experiência como militante do SINERGIA-BA era restrita a sua presença como filiado com direito a voto nas assembleias, durante as greves da “Data Base”²⁶⁷. Este processo de adesão revelado por Valter diz respeito ao incentivo dado pelo seu chefe imediato para que ele se presentificasse nas assembleias. Declara que nunca foi da diretoria do SINERGIA-BA, porém, além da frequência as assembleias, ele participava das comissões eleitorais. Valter traz alguns elementos significativos sobre a diferença da trajetória do SINERGIA-BA, na época de Topázio, anterior a 1982, e na época da diretoria da qual a pesquisadora foi Vice-presidente – 1987/1990. A existência de parentes (dois filhos e um irmão) do presidente do sindicato como empregados da COELBA. Conforme, Valter este fato denotava alguns privilégios, com relação à carreira profissional, pois um deles teve acesso a um cargo técnico sem a devida formação.

Valter: – [...] não tinha curso técnico, nem nada?

Vanderlay: – Como Técnico em Eletricidade?

Valter: [...] Técnico de Eletrotécnica. [...] Eu sou formado em técnico de eletrotécnica. E ele começou a ganhar lá em um processo de aumento de cargos e salários sem nada. Com pouco tempo subiu.

Vanderlay: – Então, era na época que o pai dele era presidente do sindicato?

Valter: Eu não tenho lembrança. Porque eu me envolvi mais com o sindicato na sua época.

Vanderlay: – Como se envolveu mais na minha época?

²⁶⁷ Equivalente ao período de um ano, para negociação da pauta de reivindicações do acordo coletivo de trabalho a serem aprovadas pelo sindicato e pela empresa.

Valter: – Porque eu via que você lutava muito por nós. Era muita fibra ali com a gente, então eu participava. [...] você lutava pelos nossos direitos. [...] Era uma pessoa justa, não gostava de injustiça. [...] Todo mundo te adorava, te adora, te conhece. [...] Aquele pessoal da construção e da distribuição.

A presença da mulher na direção do sindicato era vista pelo entrevistado como se ela estivesse, ali, lutando pelos direitos de todos os trabalhadores, para ele diferentemente da imagem que ele fazia dos outros diretores do SINERGIA-BA. Segundo ele, a diretora era mais atenta à causa dos eletricitistas, categoria de trabalhadores de campo, maioria na empresa e mal remunerados. A esse respeito das mulheres no sindicato, Valter se relembra de colegas como Conceição Maia, Maria de Lourdes, Conceição Carvalho e outras. Atualmente, Valter está aposentado, porém trabalhando ainda como empreendedor. Ele não é filiado a nenhum sindicato.

C.2 – PERFIS BIOGRÁFICOS DOS/AS ENTREVISTADOS/AS (CFDT e UFEQT/CGT, Paris)

BEATRICE OUIN (Branca, 63 anos, Jornalista, Secretária Confederal CFDT/Paris)²⁶⁸

Beatrice Ouin nasceu em 1953, em Asnières sur Seine (Periferia de Paris), França. Sua família é de origem burguesa, do ramo de negócios. Seu pai era funcionário, diretor da Renault. Sua mãe não trabalhava. Era uma família de seis pessoas – pai, mãe e quatro filhas. Para Beatrice, a sua trajetória pessoal desdobra-se em múltiplas experiências que definem o percurso escolhido e que realizou na sua maior parte. Trata-se de uma trilha, talvez algumas alternativas concretizadas por ela no início e no final da adolescência. Sim, diz ela: “[...] minha trajetória vai traduzir o perfil da minha geração, aquela geração do final dos anos 1960. [...] Eu comecei em maio de 1968, no movimento estudantil de 1968”. A história pessoal é o fio condutor da narrativa de sua trajetória de vida.

Retratar o período histórico de sua experiência geracional é o modo que ela encontra para expressar seus sentimentos, o compromisso assumido com a sociedade francesa, o modo de interagir com o grupo de estudantes que expressa e pretende traçar o mesmo destino. Realmente, trata-se do percurso político de uma mulher branca, estudante fazendo a “diferença”, a diferença de almejar assumir a posição da classe social subordinada – a classe trabalhadora – e suas consequências. Evidente que esta classe de origem, como comumente acontece, não foi escolhido por ela.

De origem burguesa, fez opção pela experiência como classe operária. Acreditava naquela circunstância, ainda muito jovem, que sua decisão, como projeto coletivo, em conjunto com os demais jovens secundaristas, transformaria o mundo, a sociedade em que vivia e na qual foi formada: “[...] O que acontece é que eu tive de sair de casa, porque eu queria fazer parte do movimento político. Eu queria fazer parte como ‘revolucionária’, eu queria participar do movimento estudantil”. Prosseguindo sua narrativa, ela declara que teve de deixar a escola e, simultaneamente, se afastar da sua família de origem.

Afirma com toda convicção, ainda com um certo brilho nos olhos: “Eu sou feminista sindicalista”. Falando desse lugar histórico, de uma jovem francesa que pensava em fazer a revolução cultural, como ela mesma assinala, descreve os seus passos vacilantes, o modo de pensar de seus pais e seu desejo firme de transformações sociais. Aos quinze anos, como muitos outros jovens de sua época, decide o rumo a seguir, a sua trajetória política, o engajamento no movimento estudantil. Depois, Beatrice conheceu um operário argelino que trabalhava numa fábrica e apaixonaram-se. Sua família, seu pai, principalmente, não aceitou este namoro e sua decisão de casar-se.

Na sua opinião: “Naquela época os jovens que queriam fazer a “revolução” como ela, recusam os estudos e decidiam trabalhar numa usina (fábrica) para ficarem mais próximos

²⁶⁸ Entrevista realizada em 5 de fevereiro de 2016. O contato com Beatrice foi agendado por Evelyne Pichenot, durante a sua entrevista na sede da CFDT Belleville, após meu comentário sobre as dificuldades com que me deparei para realizar as entrevistas na França. A entrevista de Beatrice foi realizada através do recurso do *Skype*, pois esta se encontrava na ocasião residindo em Toulouse. Após a entrevista, Beatrice pediu-me para enviar o “Roteiro Guia “para ela complementar as informações”, pois o sinal naquele dia não estava adequado, sujeito a constantes desligamentos. O nome de Beatrice não constava da agenda organizada pelo Setor Internacional da CFDT.

dos/das operários/as”²⁶⁹. Diante de tudo isso, de todas essas “idas e vindas”, conclui finalmente seu “baccalauréat”, em 1971.

Realmente, trata-se de uma mulher diferente, principalmente pelas decisões tomadas naquela circunstância, ainda muito jovem, na perspectiva de que sua decisão transformaria o mundo em que vivia e em que foi formada. Beatrice estava convicta de que aquele movimento, naquele maio de 1968, transformou a sua vida, mudou totalmente o seu percurso, definiu o rumo a ser seguido, a ser trilhado: “[...] o meu engajamento [começou] na França, naquele contexto histórico, desde 1968, 1974, 1975 a 1985 [...] Eu sou feminista, sindicalista”. A partir dessa sua decisão, Beatrice deixou toda uma história para trás, mesmo sua família de origem.

Recomeça. Era o início de uma nova trajetória, de mais uma experiência. Ainda jovem, em 1973, Beatrice decidiu e escolheu trabalhar numa organização social, numa administração social. Um ano depois, em 1974, nasceu sua primeira filha. Teve mais um filho, em 1976. Logo veio a separação, a família monoparental e, como consequência, criou os filhos sozinha. Dai, passa a trabalhar numa instituição de cunho social – esta empresa preparava “Dossiês” de ajuda social a pessoas carentes. Trata-se de uma empresa²⁷⁰ que prestava serviço de “allocations familiales” – abono financeiro – até a pessoa conseguir um emprego, sendo concedido a qualquer pessoa com filhos menores de 20 anos. No início do exercício das atividades nesta empresa, ela logo se sindicalizou. Registra que, neste período do trabalho em um escritório, ainda não atuava na CFDT. Segundo Beatrice, nessa etapa, ela trabalhava em uma organização tipo ONG, portanto não atuava diretamente no sindicato. Posteriormente ao processo de separação do primeiro marido, Quin optou pela sindicalização, permanecendo filiada por 39 anos. Empregada de um escritório a partir de 1995, já como jornalista, passou a ter um contrato de trabalho através de um contrato tipo CDI.

A partir de 1977, tornou-se militante sindical. Nesse período, foi responsável pela redação do Magazine *Hebdo*, da CFDT. Segundo ela, sua militância sindical desenvolveu-se durante 25 anos, através da qual exerceu vários mandatos como delegada sindical. Destacou-se, desde o começo do seu ativismo, como líder de uma grande greve, em uma empresa social e, em contrapartida, foi eleita Delegada Sindical. É mãe de 3 filhos, sendo dois do primeiro casamento e um filho, nascido em 1988, do segundo casamento²⁷¹. Na realidade, sua família, de tipo recomposta, passa a agregar 2 enteados. Com relação aos desafios enfrentados no ativismo sindical, criando os filhos em família monoparental, Beatrice afirma: “Cada um vive a sua vida. Não tem uma tia, um primo ou alguém para ajudar. Eu vi isso nas famílias africanas, mas nas famílias francesas eu nunca vi”.

Beatrice, durante esses 25 anos de ativismo sindical, ocupou vários postos de alta responsabilidade na CES²⁷², diria mais responsabilidades sindicais, como lutas sindicais. Ela participou do movimento das mulheres pela liberdade do aborto e contracepção nos anos 70. Em 1992, pela primeira vez, uma líder mulher ocupou a Secretaria Geral da CFDT, tratava-se de Nicole Notat. Mas, já em 1982, começara o sistema de cotas. Nicole Notat ambicionava assumir o poder, porém ela buscou delegar responsabilidades às mulheres, dando-lhes oportunidades de chegar também às esferas de poder da confederação. Depois, Beatrice se engaja na luta para a implementação do projeto de lei sobre igualdade de sexo,

²⁶⁹ « [...] à l'époque la majorité était à 21 ans, pour aller travailler en usine au côté des ouvriers, pour 'faire la Révolution'; je n'étais pas la seule dans ce cas, de nombreux jeunes de ma génération ont renoncé aux études et à la vie bourgeoise pour se battre avec la classe ouvrière ».

²⁷⁰ Espécie de Caixa de Assistência Familiar (Les Allocations Familiales – AF).

²⁷¹ « 3 : 2 de mon premier mariage, une fille née en 1974 et un garçon né en 1976, puis 1 de mon second mariage, un fils né en 1988. Mon second mari avait aussi 2 enfants, nés en 1973 et 1976 ».

²⁷² Confédération Européenne des Syndicats.

pois naquela época ainda não era chamado de igualdade de gênero. Uma das lutas significativas desse período para as mulheres diz respeito ao direito de “licença” quando a criança estava doente. Com relação aos constrangimentos enfrentados pelas mulheres nas relações de gênero no ambiente de trabalho, destaca-se, na França, a luta por uma lei sobre assédio sexual, por fim aprovada. Participou do Comité de Mulheres da CISL²⁷³. Por último, indaguei a Beatrice sobre a participação de mulheres negras no espaço sindical:

Vanderlay: – [...] eu gostaria saber se as mulheres negras africanas estão na direção dos sindicatos, não tive contato com nenhuma mulher negra.

Beatrice Ouin: – Hoje, sim [2016]. Isso eu estava falando dos anos de 1980, e não havia muitas mulheres negras africanas. Hoje, há uma mulher jovem negra no sindicato. Na direção do sindicato.

Vanderlay: – É por cota também?

Beatrice Ouin: – [...] é por cota, a questão da raça, pela questão de ser negra: Hoje os sindicatos são 50% homens e 50% mulheres. (Beatrice Ouin, branca, jornalista, Secretária Geral da CFDT, Toulouse, França).

Beatrice Ouin atuou e trabalhou na CFDT como jornalista, militante sindical, e foi Comissária da União Europeia representando a CFDT. Aposentou-se após 43 anos de serviço. Desenvolveu suas atividades de militante no Departement d’Activité Professionnelle em Paris, depois em Agen e, por último, em Bruxelas. No “ponto de vista” de Beatrice, a experiência dela como militante sindical, mãe de família e profissional resume-se desta forma:

Então, eu faço uma comparação dizendo que na França cada um vive a sua vida. [...] Eu não tive contato antes quando eu era jovem com mulheres negras. Eu só pude ter contato quando comecei a participar da Comissão Nacional. Aí, eu tive contato com essas mulheres, e eu conheci essa realidade das mulheres africanas, como [era] a família africana. Mas, antes, eu não tinha conhecido isso. Não sabia o que era isso.

Beatrice registra que na militância nacional, como Secretária Confederal, diferente da experiência regional, teve contato com

CHANTAL RICHARD (Branca, 50 anos, “Baccalauréat”, Agente Familiar, Secretária Confederal na CFDT)²⁷⁴

Chantal Richard nasceu em Vendée, Região Oeste da França, em 1966. Hoje tem 50 anos. Solteira. Convive com crianças em seu entorno, muito embora não tenha responsabilidade sobre elas. Reside na cidade francesa de Nantes, capital do departamento de Loire-Atlantique. É sindicalizada há 25 anos, desde 1991. Está na CFDT desde 1997, como delegada sindical. Nunca se filiou a um partido político. É católica não praticante. Tem um “Baccalauréat”, um diploma profissional de ensino secundário. Recebe em torno de dois salários mínimos. Sua história de vida se inicia em Vendée, Região Oeste da França, onde viveu a infância e a adolescência juntamente com seus pais, um casal de agricultores. Apesar de filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, seus pais não eram simpatizantes de nenhum partido e nem eram militantes políticos. Esse fato contribuiu para que Chantal não tivesse nenhum tipo de engajamento anterior ao movimento sindical.

Ao concluir os estudos secundários, Chantal, logo em seguida, partiu de Vendée para iniciar sua formação de trabalhadora familiar no Loire, ao lado de Orleans, cidade francesa. Como

²⁷³ Confédération Internationale de Syndicats Livres.

²⁷⁴ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2016, na Sede da CFDT/Paris, Belleville.

“trabalhadora/agente familiar”, Chantal era encarregava de trabalhos domésticos como levar as crianças à escola, passar roupas, cozinhar e demais atividades relacionadas. Permaneceu no Loire por três anos, quando decidiu voltar para a Região Oeste.

Ao retornar para Vendée, Chantal foi convidada por um colega de trabalho para integrar o Conselho de uma empresa com forte tendência sindical. Ela concorreu e foi eleita para ocupar o cargo de delegada dos trabalhadores. Em 1991, um ano após a sua eleição como representante dos trabalhadores, ela se filiou à CFDT, pois não havia outro sindicato na região. Após a sua eleição, de maneira progressiva, ela foi participando de treinamentos e capacitações para conhecer o que era a CFDT e qual o papel de uma representante no Conselho de uma empresa. Foi assim que descobriu o sindicato, fazendo treinamentos, exercendo o seu mandato.

Venho de um ambiente onde não havia relação com o movimento sindical ou político. Meus pais eram agricultores. Para mim, era um assunto distante. Entrei no sindicato por acaso, um colega me convidou a participar do conselho da empresa. Passei a integrar o conselho que tinha uma tendência sindical. Depois, isto me satisfez, aprendi muitas coisas, me permitiu uma relação muito pessoal que me fez continuar. Mas não houve nenhuma relação anterior. Era um desconhecimento da minha parte com relação a esse ambiente e, quando passei a integrá-lo, pude me engajar, me deram a oportunidade de engajamento, caso contrário não conheceria nada.

Entre 1997 e 2003, ela integrou a área de saúde social, onde encontrou outros membros eleitos que vinham da área hospitalar, de casas de repouso e educadores. Em 2003, foi eleita responsável pela União Local em Nantes, função que exerceu até 2009. Depois de um tempo exercendo sua função na área de saúde social, Chantal foi convidada para representar o sindicato em nível federal, na cidade de Paris. Logo em seguida, convidaram-na para assumir a Secretaria Departamental (ou Regional) do Sindicato, função que exerceu durante sete anos. Na sequência, Chantal assumiu o nível interprofissional (intersetorial), com todas as profissões agrupadas.

Ao longo de sua trajetória sindical, Chantal registra que nunca teve problemas com os dirigentes sindicais por ser mulher, pois nunca os encarou como superiores, mas como colegas. Essa compreensão possibilitou que ela mantivesse a forma franca de se de comunicar e de expor seus posicionamentos em momentos decisivos. Para Chantal, pouco importa a hierarquia, os dirigentes são militantes responsáveis assim como ela, por isso não se sente e nunca se sentiu cerceada. Não se considera feminista de sair pelas ruas reivindicando mais direitos e espaço para as mulheres, mesmo que isso a beneficie. Este não é o seu perfil, e não foi essa postura que a fez entrar no sindicato. Acredita que esse não é o seu caminho. Contudo, ressalta que isso não anula sua compreensão de que houve mulheres que vieram antes dela e militaram por mais liberdade.

Tenho uma posição pessoal favorável por mais mulheres no ministério, no parlamento, por mais mulheres dirigindo empresas, pela divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, mas ir para a rua brigar por isso, ser extremista..., não estou de acordo. Para mim, feminista é extremista. Quero lutar pelos direitos da mulher sem ser extremista, sem cair na caricatura. Batalho por tudo assim, sem cair no extremismo.

Apesar de reconhecer os esforços das mulheres, Chantal considera que teve a sorte de fazer parte de uma equipe que se preocupava com o crescimento da responsabilidade feminina. Apesar das dificuldades operacionais que impossibilitam a participação das mulheres em reuniões, há um esforço maior da CFDT em relação a outras confederações de fornecer as mesmas condições dos homens para as mulheres exercerem seus mandatos

sem culpá-las por também serem mães, esposas e donas de casa. Em vista disso, já foram apresentadas reivindicações pela guarda/cuidados com as crianças, pelos meios de transporte, pelo tempo dedicado ao trabalho e à família, pelo direito a qualificação e igualdade salarial entre homens e mulheres. Para Chantal, as mulheres precisam ter condições para exercer os seus mandatos sem sacrifícios. Mas não é sempre que existe essa adequação. Os progressos foram feitos, mas ela julga que ainda não é o ideal.

A CFDT tem esse histórico de luta pela igualdade de gênero, desde as décadas de 60 e 70, a exemplo da tomada de posição a favor do aborto. Apesar de não ter vivido essa batalha, ela recorda que houve mulheres militantes que vieram antes dela e fizeram essas reivindicações que a beneficiaram de algum modo.

Atualmente, Chantal trabalha na sede da CFDT no Boulevard Belleville, 11. exercendo o cargo de *Secrétaire Confédérale*. Nesse posto, tem sido responsável pela área de inserção, pobreza e desemprego. Sua atividade consiste em trabalhar junto à militância da CFDT em defesa das pessoas mais pobres, sem qualificação ou com problemas na vida (divórcio, doença) para que sejam reintegradas, reabilitadas e tenham também acesso a um trabalho digno.

Aprendeu tudo com o sindicato. O seu meio familiar não era de forma alguma sindicalizado e nem politizado. Ela também não tinha acesso à cultura. Só veio tomar ciência do que era a militância quando começou a trabalhar. Não se arrepende de modo algum de sua trajetória, pois adquiriu muito conhecimento através do sindicato. Foi o sindicato que lhe deu a oportunidade de conhecer pessoas, de falar em público e pensar de maneira crítica. Segundo ela, o sindicato lhe trouxe muitas coisas boas, por isso é grata por sua trajetória sindical.

DIDIER BLAIN (Branco, 58 anos, Jornalista, CFDT Magazine para Crônica Cultural, Secretário Confederal)²⁷⁵

Didier Blain nasceu em Limoges, no Oeste francês, em 1959. É casado, pai de 2 filhos. Nenhum está sob sua responsabilidade. Trabalha há 36 anos. É funcionário da CFDT há 21 anos. Atualmente, ocupa o cargo de Secretário Confederal do CFDT Magazine. Não é filiado a partido político. De família de classe média, ele residiu na Região de Limoges até os 22 anos, momento em que se alistou nas Forças Armadas.

Posteriormente foi aprovado nos exames de bacharelado, ingressando no Institut Universitaire de Technologie para cursar jornalismo. Após concluir os estudos enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho como jornalista, nos jornais cotidianos de sua cidade. Ele relata que havia uma alta taxa de desemprego nesta região da França Na época, grande parte das vagas era preenchida por indicação.

Seu primeiro emprego foi em um dos jornais cotidianos, onde trabalhava 48 horas semanais, durante 6 dias e recebia menos de 1 salário mínimo, equivalente a mais ou menos 3 mil francos naquela época. Didier viveu essa realidade durante muitos anos. Sua condição como jornalista melhorou em 1987, ao conseguir uma vaga de emprego no *L'Est Républicain*, jornal da cidade de Nancy, Região Leste da França. Seu contrato de trabalho passou a ser por tempo indeterminado e o salário dobrou, passou de 3 mil para 7 mil francos, correspondente a duas vezes o valor do salário mínimo. Didier permaneceu em Nancy durante 4 anos. Nesse tempo, ele se filiou ao sindicato dos jornalistas.

²⁷⁵ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2016, CFDT, Belleville, Paris.

Depois de viver 4 anos em Nancy, Didier foi morar na Capital da França, em Paris, para poder ficar mais próximo de sua noiva que lá residia. Nesse processo de mudança, ele relata que se desligou do sindicato, filiando-se novamente em 1991, em um sindicato pertencente à CFDT. Em Paris, começou a trabalhar no Jornal *Le Parisien*, onde permaneceu durante 7 anos. Nesse tempo, recebeu o convite para trabalhar como *freelancer* para o Jornal *CFDT Magazine* na página cultural. Entre 1991 e 1994, ele trabalhou como funcionário do *Le Parisien* e como *freelancer* no *CFDT Magazine*.

Em 1994, recebeu o convite para trabalhar em período integral no *CFDT Magazine*. Apesar de sua remuneração no Jornal *Le Parisien* ser mais elevada, possibilitando até a compra de um apartamento em Paris, ele aceitou desligar-se do *Le Parisien* para trabalhar em tempo integral na CFDT. Um dos motivos de sua aceitação foi a sua insatisfação com o trabalho que desenvolvia no *Le Parisien*. Ele se sentia entediado. Apesar da perda salarial de um terço devido à mudança de empresa, o nível de vida de sua família não foi afetado. Na época, apesar de já ter dois filhos, sua esposa era funcionária da Radio França, o que possibilitou a manutenção do *status* de classe média alta da família.

Antes de trabalhar no *CFDT Magazine*, ele era apenas um filiado de base, não tinha noção das questões que envolviam o sindicato dos jornais. Por isso tinha pouca experiência e conhecimento sobre o funcionamento de um sindicato, a ponto de descobrir, somente tempos depois, que ele fez parte do sindicato de oposição à CFDT, na época em que trabalhou no *Le Parisien*. Sua adesão à CFDT corresponde à aceitação da política aplicada pela Confederação. Nessa época, Nicole Notat atuou como primeira mulher a ocupar o cargo de Secretária Geral da CFDT, introduzindo uma política de democratização dos espaços de poder.

Eu estava de acordo com a política da CFDT, mas eu não era militante, eu não sabia como funcionava o sindicato. Por exemplo, quando eu estava no *Le Parisien*, eu tinha um chefe da CFDT no *Le Parisien*. Da seção (sindical) do Jornal *Le Parisien*, eu não tinha conhecimento sobre o que era defendido nos mandatos sindicais [...] A seção estava contra a Confederação, mas como filiado de base, eu não sabia o que ela fazia. Quando eu vim para aqui, as pessoas me falavam: “ah, você vem desse sindicato da oposição” [...] Então, eu aprendi na CFDT o que defendia aquele sindicato, que é oposição. A minha maturidade como filiado vem com a Confederação. Antes, eu não sabia, porque a responsabilidade era da chefe da CFDT, da redação do *Le Parisien*. Mas eu estava de acordo com a política da Confederação que, nessa época, tinha uma Secretária Geral Nacional que era uma mulher que se chama Nicole Notat.

O período correspondente ao mandato de Nicole Notat como Secretária Geral da CFDT coincide com o ingresso de Didier nessa Confederação. Durante o processo seletivo, ele teve de se submeter a quatro entrevistas com chefes da Confederação. Três das entrevistas foram realizadas por mulheres. A chefe da redação era uma mulher, a chefe de Recursos Humanos era uma mulher e a Secretária Geral era uma mulher, a Nicole Notat.

Para Didier, este cenário de grandes mulheres em cargos de chefia era de muita satisfação, visto que o ambiente profissional dos jornais era muito machista naquela época. Por isso, adentrar uma organização na qual as mulheres ocupam cargos de chefia era algo raro. Essas e outras questões possibilitaram sua transformação de simples filiado de base para militante. Isso só ocorreu na CFDT.

Didier faz observações pertinentes sobre o sindicalismo no seu país. A França possui um nível de sindicalização de 10%. Apesar de ser um país conhecido por greves e movimento sindical, os sindicatos não são fortes. Segundo ele, um fator que atrapalha o poder sindical é a existência de diversos sindicatos para uma mesma empresa, o que traz dificuldades para

as negociações. Segundo Didier, a aprovação de uma porcentagem mínima de trabalhadores por empresa possibilitou que ocorresse uma negociação justa entre patrões e empregados. Anteriormente, os pequenos sindicatos que representavam poucos trabalhadores, pois tinham poucos filiados, podiam firmar um acordo para uma empresa de 50 mil. Atualmente, isso não é mais possível.

Quando eu estava no *Le Parisien*, tinha lá quatro, cinco sindicatos para os jornalistas [...] nessa época tinha uma negociação com o patrão com os cinco [...] mas a consequência é que nos sindicatos não conseguem entrar em acordo. Um vai firmar o acordo separado. E, nessa época, o acordo era validado por só um sindicato. Era muito fácil. Agora é um pouco diferente, porque temos uma lei de representação que diz que uma organização, para ser representativa tem de fazer mais de 10% dos trabalhadores da empresa [...] e um acordo para ser validado tem de ter mais de 30%. Então, isso traz uma obrigação para os sindicatos de ser mais forte.

Há todos os tipos de trabalhadores filiados aos sindicatos da CFDT, tanto os funcionários do Estado quanto os funcionários do setor privado, sendo que os trabalhadores do setor privado estão se filiando cada vez mais aos sindicatos da CFDT. Ele atribui esse aumento no número de empresas privadas filiadas, em parte, aos efeitos do neoliberalismo, com o aumento dos trabalhos precarizados. Além das empresas privadas há as empresas de menor porte. Ele diz que “em pequenas empresas os direitos são baixos”, então as empresas menores recebem atenção particular da CFDT. Nessas pequenas empresas, dependendo da área, as mulheres estão mais presentes, a exemplo dos setores de assistência maternal, enfermagem, empregadas domésticas, entre outras.

Às mulheres representam atualmente 47% dos filiados. Mas esse número reduz drasticamente ao ser equiparado à hierarquia mais alta do sindicato, que é amplamente comandada por homens. Apesar disso, há um debate no interior da CFDT referente à igualdade de gênero nos mais diversos espaços de trabalho, cujo tema é “qualidade de vida no trabalho e igualdade profissional”.

O tema da igualdade profissional passou a ser obrigatório em qualquer negociação. São realizados, por exemplo, *diagnósticos para identificar as condições salariais de homens e mulheres* que exerçam a mesma profissão, ocupem o mesmo posto e tenham a mesma idade. Didier credita a força do sindicato na luta pela igualdade de gênero dentro da CFDT ao movimento de mulheres feministas na década de 60 com temas como aborto e contracepção. Muitas mulheres filiadas à CFDT participaram desses movimentos, possibilitando a introdução desses pensamentos no sindicato.

Hoje em dia, é obrigatório o cumprimento do “Bilan Social”, um instrumento de medição social da empresa, uma espécie de balanço social. Esse balanço possibilita avaliar todas as informações sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. A partir dessas informações, os sindicatos podem construir uma reivindicação sobre esse tema. A experiência mais relevante vivida, conforme Didier, de igualdade de representação na CFDT foi em 2014, no último congresso da Confederação. O Comitê Executivo da CFDT composto por 10 trabalhadores/as foi representado igualmente por cinco homens e cinco mulheres. Então, de certo modo, a política de igualdade vem sendo aplicada aos poucos na CFDT.

DOMINIQUE MARCHAL (Branca, 56 anos, Professora, Secretária Geral Confederal da CFDT)²⁷⁶

Dominique Marchal, francesa, 56 anos, nasceu em 1960 na Região de Moselle (um Departamento da França localizado na região de Lorraine, cuja capital é a cidade de Metz), em Diesen (uma comuna francesa na região administrativa de Lorraine). Tem dois filhos independentes. Reside em Paris. Trabalha no Boulevard Belleville, 11. Seu contrato de trabalho é CDI²⁷⁷, estando sindicalizada desde 1983, portanto é filiada há 33 anos. Sem filiação partidária. Não possui crença religiosa. É professora de formação, com licenciatura, segundo ela, “uma graduação completa”. Recebe um salário da Educação Nacional que foi reajustado quando entrou na CFDT, aproximadamente quase três salários mínimos. Lecionou como professora de crianças, com idade entre 12 e 15 anos.

Desde o início de sua trajetória profissional, foi militante pedagógica. Iniciou sua militância na esfera da educação pela FEN – a Federação da Educação Nacional, filiada à CGT. Fez adesão a esse sindicato em 1983. Porém, em 1985, optou pelos sindicatos interprofissionais, dentro da Federação da SGEN/CFDT, filiada a CFDT. Segundo ela, essa confederação do trabalho incorpora princípios e valores que ela defende, correspondendo aos valores do seu sindicato de educação. Dominique destaca que, na década de 80, o movimento sindical na educação nacional, ligado à CFDT, era muito pequeno. Naquele momento, havia a influência de um grande sindicato que não propunha mudanças significativas na área da educação. Esse sindicato defendia a fragmentação do movimento sindical na educação por segmento como os sindicatos ligados à escola primária, ao segundo grau e à educação em universidades.

Já a CFDT, na educação, buscava reagrupar os/as trabalhadores/as em um mesmo sindicato, do maternal até a universidade, fossem professores ou pessoas que trabalhassem nas áreas técnicas, secretários, entre outros. Todos juntos no mesmo sindicato. Essa reivindicação era importante, pois havia uma preocupação em conhecer como os/as professores/as trabalhavam conjuntamente, em relação a quais condições de trabalho eles estavam expostos e sua interferência no desempenho dos estudantes. Este era o diferencial do sindicato ligado à CFDT. De acordo com Dominique Marchal, sua filiação e adesão ao Sindicato da Educação Nacional foram voluntárias, porque ela sentia a necessidade de desenvolver uma militância nessa área. E assim o fez, participando das reuniões fora do seu horário de trabalho. Logo após a saída do responsável na CFDT por todos os setores profissionais (interprofissionais), dois homens na lista de candidatos se recusaram a aceitar o cargo. Isso possibilitou a Dominique o convite para assumir o posto.

Nessa época, Marchal atuava metade do tempo na escola, outra metade no Sindicato de Educação Nacional. Logo depois, ela abdicou de sua função como professora para atuar em tempo integral como responsável pelo setor interprofissional do sindicato, em sua região. Naquele momento histórico, a militância no Sindicato da Educação Nacional da CFDT era dividida entre homens e mulheres, mas os dirigentes eram majoritariamente homens. Dominique seguiu sua trajetória sindical na Comissão Executiva como primeira e única mulher. Sua atuação se deu no Conselho Nacional Confederativo, um setor que agrega todos os militantes executivos, homens e mulheres, de todas as regiões, de todas as federações. Como era a única mulher, participava frequentemente, dedicando-se muito às atividades sindicais. Então, Dominique passou a ser notada pelo Secretário Geral. Por conhecer o seu trabalho, o secretário a convidou para integrar o Escritório Nacional.

²⁷⁶ Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2016, na sede da CFDT, Belleville.

²⁷⁷ CDI = Contrat [de Travail] à Durée Indeterminée

Naquela conjuntura, havia uma demanda do Secretário Geral para que as mulheres entrassem no Escritório Nacional²⁷⁸.

Havia uma proposição, havia uma proposição, mas eles tinham uma adesão. Nós, mulheres, estávamos ali presentes. Então, eles estimulavam a presença das mulheres como representantes em postos mais altos pois davam incentivo às outras. E eu coloco uma explicação interessante, pois eu digo o seguinte “se elas virem mulheres, elas vão se sentir engajadas de participar, vão vir naturalmente”. Eu acho, hoje, que não é bem assim, eu acho que isso não tem nada de natural. [Na época,] acreditávamos que quanto mais condições de entrar tivessem, mais mulheres teriam responsabilidade e isso viria naturalmente. Evidentemente, isso não vinha de forma natural. Então, esta vontade de atrair as mulheres, quando as encontrávamos, colocando-as mais e mais em cargos de responsabilidade, isso fazia com que se transformasse em algo natural.

Na concepção de Dominique Marchal, era necessário que as mulheres assumissem os seus lugares na organização, mas até então eram apenas palavras. Dominique declarou, na entrevista, sua identidade como feminista, afirmando: “Se os homens não cedessem os lugares, essa proposta de paridade não iria adiante”²⁷⁹. Atuando como Secretária Geral, sendo uma mulher na liderança de militantes responsáveis pelos sindicatos dos Mineradores, dos Trabalhadores Siderúrgicos, dos Metalúrgicos com forte presença dos homens, Dominique passou por situações para ela desconfortáveis neste novo posto, em decorrência do seu gênero. Esse posto exigiu dela credibilidade e ela precisou se impor e passar essa credibilidade. Segundo ela, em alguns momentos, passou até a adotar um comportamento “viril”. Os trabalhadores esperavam um homem como líder, então, ela se comportava como um homem.

No começo foi preciso que eu reagisse. Mas não esperavam que eu reagisse. Então, foi preciso que eu me impusesse sendo muito “viril”. Efetivamente, esperavam isso de um homem, com um homem não ficariam espantados, mas não esperavam de uma mulher. Então, foi necessário me impor de uma forma [...] sou a chefe, tenho as competências, estou no meu lugar, mas eu era obrigada a ser assim e isso compreende também a expressão física, me impor inclusive fisicamente. É por isso que utilizo a palavra “viril”.

A virilidade concepção paradoxal, na medida em que é compreendida no significado dado pelas mulheres do ser homem e ser mulher, principalmente em relação a divisão social do trabalho, mas ainda aos valores culturais impingidos a cada sexo. Na sua narrativa, Dominique traz reflexões pertinentes a respeito do modo como, enquanto mulher, era questionada, escutada e até a forma como conseguiu o respeito dos companheiros, ao se posicionar de modo viril. Ela não registra nenhum conflito com as mulheres, mas menciona que, durante o tempo em que atuou na Comissão Executiva, não conseguia perceber esses conflitos, essas situações difíceis em relação ao gênero da militância, a diferença em ser homem ou ser mulher no espaço de poder sindical. Isso posto, jamais parou para refletir sobre a presença de homens e mulheres nas assembleias. Muitas vezes, algumas pessoas lhe diziam: “só tem homens”. Sem dúvida, ela não percebia essa realidade enquanto vivenciava a sua experiência como militante. Só se deu conta dessa diferença de gênero

²⁷⁸ De acordo com Rogerat e Zylberberg-Hocquard (2009, p.239) o termo *Mixité* não se acha ainda em nenhum dicionário, é uma orientação adotada pela CFDT a partir dos anos 70, e pela CGT depois da Conferência de Mulheres Assalariadas, em 1977, e se constitui como símbolo da igualdade profissional. Em português, foi traduzido como “coexistência entre os sexos” (N. T).

²⁷⁹ Paridade: “[...] designa uma representação igual de mulheres e homens nas instituições da República composta por meio de eleições” (DOARÉ, Hélène Le. Paridade. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo* São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.167-173. p.167).

quando deixou de desempenhar essa função. Acredita que a percepção desses conflitos, essa experiência hoje adquirida seja importante para o posto que ocupa. Dominique observa que existem ainda muitas mulheres na militância sindical que não têm a oportunidade de fazer essas reflexões. Atualmente, ela não está mais ligada ao Sindicato Nacional da Educação (FEN). Desde 2014, atua no posto de Secretária Geral da CFDT, como encarregada da igualdade profissional, da diversidade nas organizações e igualdade entre homens e mulheres na sociedade. Apesar de ter vivido momentos difíceis como mulher, hoje sente um enorme prazer de trabalhar no sindicato, de ter tido essa experiência.

EVELYNE PICHENOT (Branca, 69 anos, Professora, Secretária Geral Confederal, CFDT)²⁸⁰

Evelyne Pichenot é francesa. Nascida em 1946, tem 69 anos. Casada, tem três filhos. Nenhum dos filhos está sob sua dependência ou responsabilidade. Vive na Île de France, Paris. Possui licenciatura em História e Geografia. Atualmente é funcionária pública aposentada. Por ser funcionária pública, seu contrato de trabalho sempre foi CDI. Trabalhou na CFDT, no Boulevard Belleville, no 11e. Arrondissement. Possui renda próxima a três salários mínimos (Euros). Esteve sindicalizada por 46 anos, desde 1970. Não é filiada a nenhum partido político. Não declarou nenhuma crença religiosa.

De família operária, Evelyne teve uma infância muito modesta, assim como as pessoas de sua geração, nascidas entre 1946 e 1956. Ainda pequena, conheceu as consequências da Segunda Guerra Mundial, ao vivenciar situações de extrema miséria, insegurança, fome e frio. Dos 4 aos 6 anos, infectada pelo bacilo da tuberculose, passou a viver completamente separada da família durante esse período. Aos 9 anos, a situação social de sua família mudou, quando conseguiram uma vaga numa habitação coletiva, saindo do casebre insalubre onde moravam. Apesar desse contexto de extrema pobreza, Evelyne recorda que sua família tinha uma característica diferente de outras famílias do meio popular, pois seus pais faziam de tudo pela educação dela e dos irmãos. Por isto, aos 11 anos ela conseguiu uma bolsa para estudar em uma das melhores escolas que existiam na França, que ia do primeiro ano ao nível superior. Apenas 6% da população tinha acesso a essa escola, geralmente os filhos da grande burguesia. Evelyne foi uma exceção.

Segundo relata, sua família não teve acesso aos chamados “30 anos gloriosos” no pós-guerra. Não tinham carro, televisão, geladeira e outros bens de consumo. Não tinham nada! O pouco que tinham era destinado à educação. Graças a esse empenho da família, principalmente de sua mãe, ela conseguiu finalizar os estudos.

[...] de minha família de origem, meus avós morreram jovens de tuberculose, então não tive uma família verdadeiramente, mas a herança familiar que recebi foi uma herança de... não sei se para vocês posso explicar assim, uma herança de pessoas socialmente “desclassificadas”, de fato, de pequenos burgueses desclassificados antes da guerra. Então, eles transmitiam na educação como se integrar com os outros [...] eu era muito pobre, mas tinha uma parte (um lado) social de rica. Como me apresentar, como me mover, como comer à mesa... tudo era muito rigoroso!

Por causa de sua condição social e financeira, Evelyne procurou se especializar numa profissão que lhe garantisse um salário seguro, suficiente para manter a família. Em 1969, aos 23-24 anos se inscreveu no concurso público nacional e foi aprovada para lecionar História e Geografia. O início de sua trajetória profissional como professora coincide com o começo de seu envolvimento na luta pela melhoria da educação. Assim, começou a

²⁸⁰ Entrevista realizada dia 4 de fevereiro de 2016.

participar de movimentos pedagógicos, chegando posteriormente ao sindicalismo. No período histórico de sua sindicalização, havia uma situação particular na França com duas tendências sindicais ligadas à educação: a FEN²⁸¹ (CGT) e o SGEN (CFDT)²⁸². A FEN, filiada à CGT, era uma organização sindical para os professores, mas que só agrupava a educação nacional, com um fundo corporativo em que era majoritária.

Nessa época do movimento pedagógico Evelyne relata que a FEN tinha uma ideologia denominada “escola e sociedade”. Na herança francesa presente na FEN (ou legado francês), os professores tinham a missão de trazer o conhecimento à sociedade, numa perspectiva de transmitir a liberdade, a igualdade, os grandes princípios da França, os ditos valores republicanos. Segundo esse posicionamento, era preciso libertar as pessoas. Os professores eram chamados de “soldados da República”. Por não estar alinhada a essa concepção, decide fazer uma ruptura com essa visão saindo da FEN. Para ela, a escola deveria estar ligada à sociedade, e a sociedade é que faria a escola evoluir.

A FEN acabou, transformou-se em outra organização, mas a ideia é a mesma [...] de fato, a diferença é que os professores são recrutados atualmente a partir da burguesia. Então, eles vêm de classes superiores e têm uma dificuldade de compreender os jovens que vêm do meio popular [...] aproximadamente 15 a 20% dos professores escolheram a ruptura com o meio (ambiente) dos professores para se agregar ao ambiente dos trabalhadores. Foi uma escolha muito importante para mim e nunca me arrependi.

Saiu da CGT e foi para o sindicato filiado à CFDT, SGEN/CFDT, na década de 80. A escolha pela CFDT se deu com base em princípios da ação coletiva, principalmente pela oportunidade de conviver com outros ramos profissionais. Inclusive, na CFDT, é possível estabelecer relações sociais com os operários/as de outras categorias profissionais. Para ela, porém, foi uma decisão difícil, pois, apesar de menor, o SGEN estava alinhado aos interesses gerais dos trabalhadores. Isso impulsionou sua filiação.

Na década de 80, passou a lecionar numa pequena escola onde participou da criação de uma seção da CFDT. Nessa época, foi eleita pelos seus colegas para atuar em nível departamental como chefe executiva da seção do sindicato local, numa eleição que envolveu 30 municípios. Logo depois, foi eleita para atuar em um nível maior, como chefe da executiva regional. Em 1986, foi eleita chefe da executiva nacional. Em todos os níveis, Evelyne atuou como tesoureira, responsável pelas finanças. Ela lembra que alcançou o posto de dirigente nacional não por militância, por carreirismo, mas pelo seu esforço e trabalho.

Desde 1981, Evelyne passa a atuar como professora e militante sindical. Recorda que, naquele tempo, a França era governada por François Mitterrand, primeiro presidente de esquerda do país. E, nesse governo, houve avanços em relação à participação de militantes no sindicato, sendo concedido o direito a 3 horas da jornada para se dedicar às atividades sindicais. Por isso, sua jornada de trabalho como professora passou de 18 horas para 15 horas. Sua vida sindical seguiu progressivamente para o que ela chama de “mixité” entre o trabalho e a responsabilidade com o sindicato. Ela acredita que, para as mulheres, foi muito importante, porque era preciso ser atuante na vida familiar, na vida profissional, além da vida sindical. E, naquele momento, isso mudou para as mulheres, tanto que, em 1983, Nicole Notat tornou-se Secretária Geral da CFDT. Foi a primeira vez que uma mulher atingiu essa posição. E essa mudança significativa foi muito importante na década de 80, porque ajudou muito as mulheres a tomarem seus lugares no sindicato. Nicole Notat foi a responsável pela criação de uma delegação de mulheres. Havia um setor que era dedicado

²⁸¹ Fédération de l'Éducation Nationale.

²⁸² Syndicat Général de l'Éducation Nationale.

às mulheres na CFDT, e que se ocupava do fomento à participação feminina e às reivindicações das mulheres. Essa delegação era responsável por promover a formação no sentido da tomada de responsabilidade feminina, além de sua organização e da facilitação de seu ingresso e atuação no sindicato. Ela considera a CFDT como pioneira na Europa em relação a esse aspecto. Através dessa delegação, foram levantadas bandeiras como as cotas da participação feminina na hierarquia sindical, a defesa do trabalho em tempo parcial e a luta contra a discriminação das mulheres.

Nicole Notat impôs ao Congresso uma disposição sobre as cotas obrigatórias em todas as instâncias sindicais. Graças à luta pelo lugar da mulher, as autoridades francesas passaram a obrigar as organizações sindicais a terem um homem e uma mulher em todas as instâncias. Hoje, a cota feminina está presente em todas as instâncias de responsabilidades. Isto se transformou em uma responsabilidade de ordem pública. Na época, havia duas teorias: uma dizia que era preciso introduzir a paridade entre homens e mulheres pouco a pouco; e outra que dizia que nós mulheres já havíamos esperado demais. Por meio das cotas é que Evelyne logrou obter cargos nacionais e internacionais. Tornou-se a primeira mulher membro do Conselho Econômico e Social da França porque havia duas vagas: uma para um homem e outra para uma mulher. Por isso considera-se um “produto” das cotas. Apesar de reconhecer a importância da cota em sua trajetória como militante e dirigente sindical, ela relata que, para alguns, é uma injúria (insulto) obter um posto por causa das cotas, por ser algo que desvaloriza. Mas, para outros, é algo normal. Consideramos que somos capazes de fazer, mas foi necessário ser protegida de fato.

A partir de Nicole Notat, a CFDT também iniciou um trabalho relacionado ao enfrentamento da discriminação contra as mulheres, pensando como esta pode ser identificada e combatida. Graças à luta pelo lugar da mulher, as autoridades francesas passaram a obrigar as organizações sindicais a terem um homem e uma mulher em todas as instâncias. Hoje, a cota feminina está presente em todas as instâncias de responsabilidades. Isto se transformou em uma responsabilidade de ordem pública. Na CFDT, isso ocorre pelas vias jurídicas e da organização. Evelyne reconhece que, nas décadas de 80 e 90, as mulheres não conseguiam fazer uma análise crítica das situações de discriminação que vivenciavam. Era preciso, então, tomar consciência desses processos discriminatórios. Por isso, atualmente, há na CFDT um serviço jurídico com um grande trabalho sobre o que é a discriminação, em que as mulheres podem prestar queixas contra a discriminação.

Entre 1986 e 1992, Evelyne atuou como dirigente nacional. Nesse momento, sua responsabilidade estava totalmente voltada para o sindicato, pois já havia abdicado de suas atividades como professora. A partir de 1992, começou a atuar como Secretária Confederal na CFDT, porém, continuou trabalhando na SGEN-CFDT até 2015. Atualmente, é funcionária pública aposentada na função de professora do segundo grau.

JOSÉ MARIANO FANDOS (Branco, 59 anos, Engenheiro Agrônomo, Coordenador Internacional para a América Latina, CFDT)²⁸³

José Mariano Fandos nasceu na França em 1956, em Perpignan. Tem 60 anos de idade. Seus pais eram espanhóis. Fandos transpareceu alguma dificuldade para falar desse passado: “[...] Aham... [hesitação], meu pai era refugiado político aqui na França, ele havia lutado na guerra da Espanha. É, ahan..., eu nasci aqui na França, então eu sou de pais espanhóis, porém tendo nascido aqui na França, minha nacionalidade é francesa”. Casado, possui 2 filhas já independentes. Segundo ele, está prestes a ser avô das duas filhas. Reside no Departamento de Nogent-Sur-Marne, em um apartamento na grande Paris. Trabalha em Belleville, na sede da CFDT. Fandos ingressou na universidade em 1974,

²⁸³ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2016, sede da CFDT, Belleville, Paris.

concluindo em 1979 o curso de engenheiro agrônomo. Ainda como estudante, Fandos conheceu o CFDT e demonstrou ter interesse no ambiente sindical:

Eu estava interessado nas questões políticas, sociais, econômicas e estava comprometido com as organizações de defesa do meio ambiente [...] Eu fiquei interessado em exercer a militância nessas associações ecologistas [...] com um viés de desenvolvimento. [...] Graduei em engenheiro agrônomo em 1979. Depois de formado dediquei-me a defesa do desenvolvimento agrícola, e passei a me interessar por essas atividades.

Ainda estudante no trabalho como estagiário teve, portanto, conhecimento sobre a atuação da confederação:

No período em que eu era estudante também comecei a ouvir falar sobre a CFDT, era um dos principais sindicatos franceses. Os principais sindicatos franceses, o primeiro sindicato que historicamente foi criado foi a CGT, existe desde 1905 ou 6 por aí, não recordo. [...] Em 1905, foi uma carta (carta de Amiens)²⁸⁴ que foi criada pela CGT nessa criação. A criação da CGT é de 1895. Logo se criou em 1919, foi a criação do Sindicato Cristão, a CFTC. Na Europa havia bastantes sindicatos cristãos criados nesse período. O sindicato cristão se criou em 1919, um ano em que havia influência da Igreja Católica, o sindicato cristão era também um sindicato de esquerda.

Fandos ingressou no mercado de trabalho há 35 anos, em 1982, onde trabalhou como profissional numa Cooperativa Agrícola, filiada à CFDT.

Encontrei-me no discurso da CFDT. Era mais interessante, porque era uma organização sindical voltada para a realidade econômica do país. Sempre buscava mais a solução. Nós sempre soubemos reivindicar, mas não se buscava como encontrar soluções concretas. Então eu comecei a me interessar muito pela CFDT, não somente pela vida ativa, mas também pelos contratos convencionais. E o primeiro emprego de que eu encontrei bastante finco era numa cooperativa agrícola.

Fandos fez um breve relato sobre a trajetória sindical na França como foram criados os sindicatos, as confederações – a filiação se dá nas confederações – e o modo como as lutas foram organizadas e conduzidas, principalmente a partir do leque que se foi abrindo a partir do século XIX. Nessa perspectiva, de acordo com Mariano Fandos, a CFTC participou dos movimentos dos trabalhadores em 1936, em conjunto com a CGT, quando construíram a Frente Popular na França. Também lutou com a CGT contra o Fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de, nessa época, praticar um sindicalismo cristão, a CFTC possuía uma linha ativista de um sindicato de esquerda, e mesmo depois, em 1947. Posteriormente, o Partido Comunista tomou o controle da CGT. “Então, houve uma cisão na CGT, pois não queriam que o Partido Comunista controlasse a CGT, e parcela de militantes saíram da CGT, formando a CGT-FO.”

Estudos mencionam que a CFTC foi uma opção para enfrentarem o domínio do Partido Comunista sob o movimento sindical na França. Em 1964, durante o congresso, a CFTC decidiu afastar-se da influência da Igreja Católica. Assim, descreve Fandos o processo de cisão interna e o surgimento de novos sindicatos:

²⁸⁴ Carta de Amiens- Carta de Amiens é o nome com que ficou conhecida a declaração produzida pelo 9º Congresso da CGT francesa, ocorrido na cidade de Amiens, em 1906. Ela estabeleceu dois objetivos básicos para o movimento dos trabalhadores: a defesa de suas exigências imediatas e diárias (jornada de 8 horas e aumento dos salários), a luta pela transformação global da Sociedade, em completa independência dos partidos políticos e do Estado.

Houve outra evolução paralela dentro da CFTC, um movimento para ser mais neutro, que não tivesse mais tanta influência da Igreja Católica dentro da CFTC. Então esse movimento foi tomando cada vez mais importância. Em 1964 houve um Congresso da CFTC que decidiu não fazer mais referência a doutrina social da igreja criando a CFDT. Então o nome mudou, o nome mudou de chamar-se Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos para Confederação Francesa Democrática do Trabalho, a CFDT. [...] 1964 foi a criação da CFDT. Porém, 70% dos delegados votaram para mudar o nome e o abandono à referência da doutrina social da igreja, porém, dos 30% que votaram contra, a metade aceitou o resultado; porém a outra metade, aproximadamente 15%, não aceitou. Permanecendo como CFTC.

Seu contrato de trabalho é CDI. Filiou-se à CFDT em 1983. Fandos revela como se desenrolou a sua trajetória de adesão sindical, assinalando que, no princípio, não possuía responsabilidade sindical:

[...] Eu não tinha responsabilidade sindical, só era afiliado e tinha meu trabalho, ajudava um pouco a militância, porém fora do tempo de trabalho. Também participava de reuniões, ajudava um pouco aos companheiros que tinham algum problema para aconselhar-se, porém eu não tinha nenhuma responsabilidade sindical.

Sendo assim, Fandos tem 34 anos de filiação sindical. O militante confederal declara também ser filiado ao Partido Socialista Francês, contudo atualmente não se encontra exercendo o ativismo partidário por conta das suas responsabilidades na Confederação. Declarou que, anteriormente, tinha vínculo com o catolicismo: “Me criaram na religião católica”, porém aos 17 anos, isso não lhe agradou. Sua renda é de 2,5 salários²⁸⁵, correspondentes ao exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo.

A experiência no setor internacional possibilita a ele relações frequentes com os sindicatos espanhóis. Uma das prioridades no seu trabalho é a luta pela “igualdade de raça”, nacionalidade, contra as discriminações: “A legislação europeia tem ajudado a fazer progressos nesses aspectos de igualdade de homens e mulheres, igualdade de raça e discriminação. Tudo isso tem sido uma etapa importante”. Atualmente, desempenha atividades em postos de trabalho como: Encarregado das relações com a América Latina, Secretário Confederal da CFDT, Serviço Internacional Europeu e Representante da CFDT no Conselho de Administração do Coletivo Ético [*sur l'Étiquette*] sobre o Protocolo. A sua atividade na CFDT como Coordenador Internacional consiste entre outras na preparação de agendas de entrevistas com Secretarias Confederais e especialistas. Além disso, possibilita o acesso ao setor de arquivos e biblioteca da CFDT, para livre acesso a todos os documentos e fontes fundamentais necessários para o andamento de pesquisas sobre sindicalismo.

MARIA JOSÉ MALHEIROS (65 anos, parda, Engenheira e Arquiteta, Delegada Sindical da UFQT/CGT)²⁸⁶

Maria José Malheiros nasceu em 9 de setembro de 1952, em Palma de Monte Alto, Bahia. Ex-exilada política, possui dupla cidadania, brasileira e francesa. É divorciada, mãe de dois filhos. Um dos seus filhos estuda na Cidade do Salvador e ainda é seu dependente. Maria José vive e reside em Paris. Segundo ela, o local de residência em Paris não define a classe

²⁸⁵ Equivalente a 1466,62 Euros (Fonte INSEE).

²⁸⁶ União Federal de Engenheiros e Quadros Técnicos.

social como comumente é percebida no Brasil, visto que a localização não estabelece as diferenças de classe de forma tão delineada como se vê, aqui, no Brasil. Ela se autodeclara parda (embora, na aparência da cor da pele, seja branca para a visão brasileira). Sua formação profissional é como engenheira e arquiteta. Tem titulação de doutorado. Exerce sua profissão na Prefeitura de Paris, como assalariada de 2 salários mínimos (em euros). Essa função, já exerce há 25 anos em regime de CDI. Há 25 anos é também sindicalizada na CGT. Maria José foi filiada ao PC do B, mas atualmente não possui filiação partidária.

Sua militância sindical teve início com a militância política, aos 15-16 anos quando iniciou seus estudos na Escola de Belas Artes, em Goiânia. Nesse tempo, sua militância se deu através do Diretório Acadêmico do Curso de Belas Artes. Entre 16 e 18 anos Maria José foi presa duas vezes. E, aos 18 anos, foi expulsa da Escola de Belas Artes ao ser enquadrada no Decreto-Lei nº 477/1969, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Depois de ser expulsa da escola, foi morar no Estado de São Paulo. Em São Paulo, trabalhou como bancária, iniciando sua participação no movimento sindical bancário, durante a década de 70. Sua viagem de Goiânia para São Paulo não significou o fim de sua trajetória como militante, visto que Maria José continuou participando de uma organização financiada pelo PCdoB, na época, seu partido político. Contudo, por questões políticas vinculadas aos riscos da ditadura militar de 1964, atuou na clandestinidade.

Essa situação como clandestina garantiu seu anonimato e a possibilidade de permanecer em liberdade durante anos, diferentemente de seus/suas companheiros/as que, segundo Maria José, foram todos/as presos/as. Depois de viver na clandestinidade em São Paulo, Maria José foi mandada para o interior da Bahia pelo PCdoB para participar de uma preparação para a guerrilha. Em 1973, seu companheiro que estava preso foi posto em liberdade. Logo depois, Maria José cortou laços com o partido político. Entretanto, apesar de sua desfiliação, permaneceu vivendo clandestinamente na Bahia. No início da década de 80, teve seu primeiro filho. Logo em seguida, em 1982, ela decide sair do Brasil para morar na França, por não suportar as dificuldades da vida clandestina.

Ao recomeçar sua vida em Paris, Maria José iniciou seu curso doutoral. Posteriormente, em 1991, iniciou seu trabalho na Prefeitura de Paris, simultaneamente a sua militância no Sindicato de Engenheiros e Quadros Técnicos Parisienses do Serviço Público da Prefeitura de Paris, filiado à CGT. Segundo ela, é o sindicato mais voltado para a esquerda e que melhor defende os interesses dos/as trabalhadores/as. É o mais combativo e o que tem uma longa história de luta, por ter sido fundado em 1895. Para Maria José, a CGT nunca foi um sindicato de compactuar e de fazer compromissos com os patrões. Por essa razão, está nele até hoje. Sua escolha em atuar com a militância através do sindicato se deu porque não havia nela o desejo de trabalhar com os partidos políticos: “[...] eu não queria militar em nenhum partido, entrar em nenhum partido, então o sindicato significava mais para mim do que um trabalho de partido que eu não queria”. Ao ir para Paris, Maria José já tinha uma experiência política anterior, então, sua filiação ao sindicato foi feita de modo consciente, por considerar que o trabalhador precisa ter uma relação com o sindicato. E a escolha pelo sindicato filiado à CGT se deu pela longa história de luta dessa Confederação em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, que se aproxima muito da sua história. Pelo fato de ser mulher e estrangeira, um marcador significativo na sua trajetória como militante em Paris, Maria José relata que vivenciou diversas situações embaraçosas. Principalmente porque sua profissão é composta majoritariamente por homens. Para que esses homens a respeitassem, ela sentia a necessidade de falar como eles.

Eu tinha de falar grosso e falar palavrão como eles falavam para botar eles no lugar. Até que eu ficasse sendo conhecida a um ponto que, quando chegava, nego já sabia quem eu era, e já sabia que não ia me tratar como se eu fosse uma dondoca, não. Porque eu ia falar tão grosso quanto eles.

Enfrentar 30, 50 homens como a única mulher em uma reunião não era fácil, principalmente por não ser francesa. Ela relata que é muito comum o pensamento dentro da militância de que os homens sindicalistas são, por princípio, feministas. No entanto, ela ressalta que os homens dentro do sindicato podem ser tão machistas quanto em qualquer outro setor da sociedade. Na concepção de Maria José, os homens não conseguem perceber essa relação de superioridade em relação às mulheres, tratam como se fosse algo natural, mascarando assim suas atitudes discriminatórias.

[...] no trabalho a gente nota uma coisa, o chefe tem que escolher para promover, dar um cargo importante para um homem de 30 anos e uma mulher de 30 anos. Ele não vai ver a competência, ele vai dar para o homem de 30 anos, porque a mulher de 30 anos vai ter filho, ela vai faltar [...] pelo fato de ela ser mulher ela não é escolhida. Na verdade, as competências são as mesmas, ou até mesmo as da mulher são maiores do que as dos homens. Mas pelo fato de ela ser mulher e ter a possibilidade de um dia engravidar e faltar o trabalho, então é melhor não promover.

Por isso, de vez em quando, ela precisa “brigar”, precisa lutar dentro do seu sindicato, levantando bandeiras como da igualdade de tratamento, de evolução na carreira e pela igualdade salarial entre homens e mulheres. Ela levanta essas bandeiras por considerar que esses problemas são recorrentes na vida das mulheres, uma vez que os homens, que na grande maioria estão em posição de poder, naturalizam essa relação desigual. A inclusão de propostas de gênero no sindicato foi sendo feita gradualmente, à medida que ela e algumas companheiras de militância foram percebendo que a desigualdade numérica entre homens e mulheres, no Sindicato dos Engenheiros, se refletia na forma como os homens as enxergavam.

E no sindicato um dia eu dei um chique, porque meu sindicato é composto por muitos homens, nós somos poucas mulheres e toda vez que a gente faz reuniões, escolhe quem vai fazer a ata, toda vez cai em uma mulher. [...] Um dia eu falei: “Chega dessa divisão do trabalho aqui! Por que razão, na hora de escolher quem faz a ata vocês olham para as três mulheres presentes quando tem 15 homens aqui?” Foi o maior debate a questão da mulher. Aí eu falei: “Não conte comigo, eu não faço ata. Tem muita gente podendo”. Aí, decidiu-se que seria uma coisa “turnal” (rodízio), que cada vez seria um que iria fazer, então poderia ser homem ou mulher. É amético.

Citando uma de suas experiências, Maria José registra que, em um dado momento, todos os seus chefes eram homens. E um deles, ao elogiar seu desempenho, comparou-a a um homem dizendo: “Maria José e Denise são meus melhores homens aqui”. A partir dessa experiência, ela percebeu que se ela é competente não é uma mulher, mas um homem. Então, ela viu a necessidade de inclusão dessas discussões sobre desigualdade de gênero dentro do sindicato de sua categoria. E o resultado da inclusão dessas propostas através da presença das mulheres de maneira efetiva e atuante pode ser percebido nas reivindicações específicas como as pautas referentes à paridade no trabalho e na direção, a igualdade em termos de avanço na carreira e igualdade salarial. Pois mesmo no serviço público, o salário das mulheres é menor do que o salário dos homens.

A paridade foi aprovada recentemente pelo sindicato, logo após a defesa fervorosa de Maria José contra, até mesmo, a vontade das mulheres do sindicato. Muitas delas diziam que, por ser um sindicato com muitos engenheiros e técnicos homens, a igualdade de espaço para homens e mulheres por meio da paridade poderia tirar a possibilidade de os homens militantes bons estarem participando. Mesmo assim, a paridade foi aprovada. E a sua chapa ganhou pelo fato de a composição contemplar a paridade. Ao lado de sua atuação no sindicato, Maria José também esteve atuando em outras frentes de luta, como na

Organização Feminista Europeia. Atuou na criação da Associação de Moradores onde residia, segundo ela, uma associação muito combativa. Militou também na Associação de Pais de Alunos nos colégios dos filhos, durante muitos anos, até os filhos saírem do colégio e irem para a universidade. Hoje, Maria José atua na CGT, no ramo do Sindicato de Engenheiros e Quadros Técnicos Parisienses do Serviço Público da Prefeitura de Paris. Em maio de 2016, foi delegada da União Federal de Engenheiros e Quadros Técnicos (UFEQT), sendo eleita para compor a Comissão Executiva Federal do Sindicato de Engenheiros e Quadros do Serviço Público da Prefeitura de Paris, para o mandato de 4 anos:

Não, você é o nome mais combativo que a gente tem aqui, você vai nos representar. Velha, nova, não interessa a sua idade, o que interessa é que você é nova na cabeça.

A trajetória de Maria José Malheiros revela a tenacidade, a capacidades de enfrentamento, a competência profissional de uma mulher, exilada política, transpor barreiras de gênero, raça, classe social e nacionalidade num contexto de hegemonia masculina, como estrangeira num país de capitalismo avançado.

SOPHIE GAUDEUL-MAVILLE (Branca, 46 anos, Socióloga, Economista, Secretária Confederal-CFDT)²⁸⁷

Sophie Gaudeul-Maville é francesa. Nasceu em 1970, viveu na Ilha de Guadalupe, porém cresceu em Ivry-sur-Seine (subúrbio) de Paris. Sua mãe era de origem espanhola e, segundo ela, da pequena burguesia. Sophie faz ressalvas com relação a sua origem e a família constituída por sua mãe depois da separação de seu pai: “Eu tenho raiz espanhola e francesa, minha família não é uma família de trabalhadores, não é uma família popular, minha família fazia parte da burguesia provincial”.

Na sua compreensão, a diferença de classe social pode ser entendida tomando-se como referência o tipo de ocupação de seus avós, de sua rede de parentesco, composta de médicos, enfermeiros. O pai de seu pai era médico de província. Segundo ela, são as profissões paramédicas. Para conduzir sua vida dentro das suas escolhas, sua mãe teve de romper com essa sua família de origem. Sua mãe contraiu tuberculose quando tinha 17 anos, segundo Sophie. Para ela, esta fase deixou marcas na vida de sua mãe, percebida como dolorosa. Segunda ela, sua infância se constitui para ela em uma época de muitas dificuldades, pois é uma idade de uma só coisa, como exemplo: um só sapato, um só vestido e sua mãe, pois não obteve apoio nenhum de sua família de origem. Hoje é casada com um homem negro. Viveu durante um longo tempo em união consensual, até decidir casar-se com seu parceiro, após 26 anos de convívio. Seu marido é da Martinica. Tem dois filhos, um menino e uma menina.

Durante a entrevista, ela mostrou-me a foto de seus filhos, são “negros”. Seus avós vieram para a França na época da ditadura de Franco, onde permaneceram na resistência a este regime. Seus pais se separaram quando ela estava com 4 anos. A partir da separação de sua mãe, foi criada em família monoparental feminina. Para ela, seu caminho começava aí, porque, segundo ela, sua mãe estava sem dinheiro, sem nada: “Eu tinha um único sapato, uma única roupa, tudo era único”. Ela foi criada sem dinheiro. Nesta fase, sua mãe estava com vontade de fazer uma ruptura com a família, com o modo de pensar, de fazer, de sua família. É nesse contexto que a entrevistada reconhece que a família de sua mãe era “um pouco racista”, um pouco conservadora, muito religiosa, família católica. Sophie relata o fato de, aos cinco anos de idade, ter pedido a sua mãe para fazer uma petição protestando pelo fato de um amiguinho de sua idade ter recebido um castigo na escola que ela considerou

²⁸⁷ Entrevista realizada dia 18 de janeiro de 2016, sede da CFDT, Belleville, Paris.

injusto. Essa petição foi assinada por cinco crianças e entregue numa reunião formal na escola por sua mãe. Segundo a entrevistada, ao receberem a petição numa reunião formal, todos riram do documento e, no final, o castigo foi suspenso. É desse lugar que ela pensa a história da sua trajetória política, da sua trajetória sindical, em defesa dos direitos sociais.

Sophie viveu, até 15 anos, na Ilha da Martinica, sua mãe passou a conviver em união consensual com um músico brasileiro, quando Sophie retornou para Paris para estudar. Ela cresceu afastada do centro de Paris, em Ivry-sur-Seine, localizada na periferia, onde conviveu com amigos e vizinhos, entre refugiados políticos do Chile e do Brasil.

Na trajetória da entrevistada, ela registra a sua experiência, as sociabilidades, as relações com militantes políticos, o convívio com o feminismo, em particular, a violência de gênero. Finalmente, ela começa sua experiência sindical. Ela chegou ao sindicato ainda jovem, aos 25 anos, recém-saída da universidade. Nessa época, os dirigentes da Federação eram de outra geração, bem mais velhos, não passíveis de transformações. De junho de 1991 a junho de 1995, ela concluiu o mestrado na Université de Paris I – Pantheon Sorbonne, onde se graduou em DEA «Politiques de Formation», Institut des Sciences Sociales et du Travail (1993), Maîtrise Administration Economique et Sociale «Politiques de L’emploi et des Ressources Humaines » (1992). Durante o mestrado, atuava mais como sindicalista, porque nessa Universidade existem duas possibilidades, isto é, dois caminhos: um caminho da formação inicial, um caminho da formação profissional para pessoas que têm vontade de fazer um aperfeiçoamento, uma atualização de conhecimento. Então, muitos sindicalistas optaram por esses caminhos.

Sophie chegou à CFDT em 1995. É responsável pela Coordenação do Programa de Estudos Econômicos e Sociológicos da CFDT: “Eu contrato uma equipe de pesquisadores que vão a campo para entrevistar os/as trabalhadores/as sobre a matéria/assunto a ser desenvolvido/aprofundado”. Até então, não era militante sindical, tornou-se depois de algum tempo. Em 2007, chegou ao posto de « Secrétaire Confédérale au Service Économie et Société de la CFDT ». Esse posto não faz parte dos cargos que exige ser o indivíduo eleito, pois se trata de um trabalho de especialização, de condução por especialistas, contudo dentro de uma visão ampliada propositiva.

APÊNDICE D.1 Quadro 8 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS – SINERGIA 2012-2017

Nomes	Idade*	Origem	Cor	Estado conjugal	Nº de filhos	Religião	Empresa	Tempo serviço	Filiação	Ocupação Sindical	Filiação partidária	Profissão	Renda SM
Carmilce	75	Salvador	Branca	Casada	3	Todas	Coelba	24	24	Rep. C. Fiscal	PCdoB	Professora	4
Clélia	75	Senhor Bonfim	Morena	Solteira	–	Católica	CHESF	49	34	Dirigente Sindical	PDT	Téc. Contabilidade	5
Jeannette	55	Salvador	Negra	Solteira	3	Deus	COELBA	33	31	Delegada Sindical	PT	Eletrotécnica	11
Jocelina	59	Salvador	Negra	Solteira	1	Católica/Candomblé	COELBA	21	21	Delegada Sindical	PDT	Eletrotécnica	3
M. Antônia	78	Valença	Branca	Separada	4	Espírita	COELBA	19	19	Militante Base	Não	Assistente Social	4
M. Cristina	52	Ribeira Pombal	Negra	Solteira	2	Católica	COELBA	31	31	Dirigente Sindical	PT	Analista Comercial	2
M. Fátima	50	Arcoverde/PE	Branca	Casada	2	Católica	CHESF	30	20	Dirigente Sindical	PSL	Téc. Industrial	–
M. Helena	61	Cachoeira	Parda	Solteira	2	Católica/Candomblé	COELBA	25	25	Militante	Não	Eletrotécnica	4
M. Luiza	67	Salvador	Branca	Casada	3	Católica	COELBA	25	25	Rep. FAELBA	Não	Assistente Social	7
Marise	58	Salvador	Parda	Solteira	1	Católica/Outras	COELBA	30	30	Militante Base	PT	Eletrotécnica	5
Sandra	54	Barreiras	Morena	Solteira	1	Católica	COELBA	12	12	Delegada Sindical	PCdoB	Auxiliar Administrativo	7
Tereza C	65	Salvador	Branca	Separada	3	Católica	COELBA	28	28	Militante Base	Não	Assistente Social	7
Teresa R	63	Salvador	Branca	Casada	2	Católica/Espiritualista	COELBA	28	20	Rep. FAELBA	Não	Engenheira Elétrica	20

Fonte: Pesquisa direta da autora realizada entre 2012 e 2017 como parte desta Tese.

*A atualização das idades corresponde à data da última entrevista, em abril de 2017.

**A renda foi calculada com base no salário mínimo do Brasil até 2017, ano da última entrevista.

APÊNDICE D.2
 Quadro 9 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS – SINERGIA 2012-2017

Nomes	Idade*	Origem	Cor	E. Conjugal	Nº de filhos	Religião	Empresa	Tempo serviço	Filiação	Ocupação Sindical	Filiação partidária	Profissão	Renda SM**
João Magalhães	66	Poções	Branco	Casado	2	Católico	COELBA	37 anos	2 anos	Militante de Base	Não	Engenheiro elétrico	20
José Cabral	63	Paulo Afonso	Moreno	Casado	4	Católico	CHESF	39 anos	39 anos	Dirigente Sindical	PT	Vigilante	3
Marcos Nilton	64	Guanambi	Branco	Divorciado	5	Espírita	COELBA	30 anos	30 anos	Dirigente Sindical	PT	Engenheiro Elétrico	11
Paulo de Tarso	56	Salvador	Moreno	Casado	5	-	COELBA	36 anos	36 anos	Dirigente Sindical	PT	Eletrotécnico	7
Roque Afonso	77	Mutuípe	Pardo	Casado	3	Espírita	COELBA	26 anos	26 anos	Militante de Base	PDT	Contador	6
Valter Bispo	70	Feira de Santana	Negro	Casado	4	Católico	COELBA	21 anos	21 anos	Militante de Base	Não	Eletricista/ Eletrotécnico	3

Fonte: Pesquisa direta da autora realizada entre 2012 e 2017 como parte desta Tese.

*A atualização das idades corresponde a data da última entrevista, em abril de 2017.

**A renda foi calculada com base no salário mínimo do Brasil até 2017, ano da última entrevista.

APÊNDICE D.3

Quadro 10 – CARACTERIZAÇÃO DAS/OS ENTREVISTADAS/OS NA CFDT E UFEQT/CGT, FRANÇA-2016

Nomes	Idade*	Origem	Cor	E. conjugal	Nº de filhos	Religião	Empresa	Tempo serviço	Filiação	Ocupação Sindical	Filiação partidária	Profissão	Renda SM**
Beatrice Ouin	64	Asnières sur Seine, Periferia Paris	Branca	Viúva	3	Não	CFDT	43 anos	40 anos	Secretária Confederal	Não	Jornalista	1-2
Chantal Richard	51	Vendée, Oeste França	Branca	Solteira	-	Católica	CFDT	32 anos	26 anos	Secretária Confederal	Não	Agente familiar	1-2
Didier Blain	58	Limoges, Oeste França	Branca	Casado	2	-	CFDT	37 anos	26 anos	Secretário Confederal	Não	Jornalista	1-3
Dominique Marchal	58	Departamento Moselle	Branca	União consensual	2	Não	CFDT	36 anos	35 anos	Secretária Confederal	Não	Professora	1-2
Evelyne Pichenot	70	Paris, França	Branca	Casada	3	-	CFDT	39 anos	47 anos	Secretária Confederal	Não	Professora	1-2
José Mariano Fandos	60	Perpignam, sul da França	Branca	Casado	2	Não	CFDT	36 anos	35 anos	Secretário Confederal	Partido Socialista	Engenheiro Agrônomo	1-4
Maria José Malheiros	66	Palmas de Monte Alto, Bahia	Branca/Parda	Divorciada	2	Não	Prefeitura de Paris	35 anos	26 anos	Delegada Sindical	Não	Engenheira	1-2
Sophie Gaudeul	47	Ivry-sur-Seine, França	Branca	Casada	2	-	CFDT	26 anos	22 anos	Secretária Confederal	Não	Socióloga e Economista	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistadas em 2016.

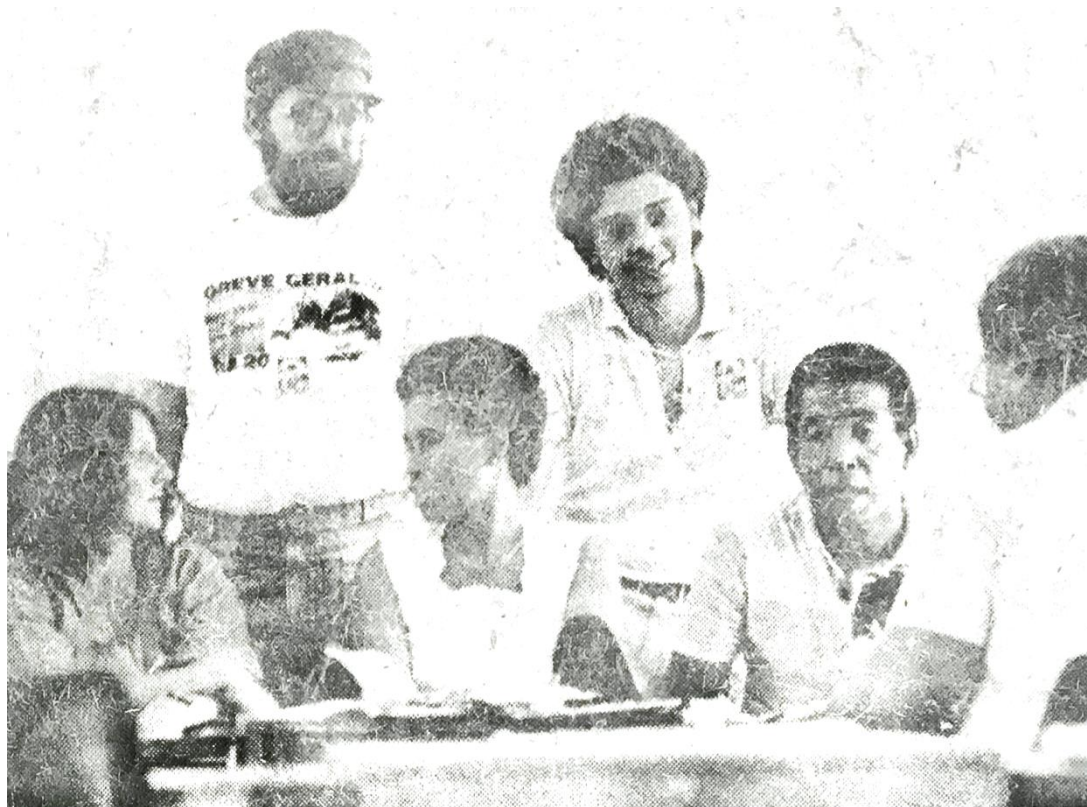
*A atualização das idades corresponde a data da última entrevista, em abril de 2017.

**Correspondente ao salário mínimo da França até 2017, equivalente a 1480, 27 euros.

ANEXO

ANEXO A

Figura 10 – Foto de Vanderlay Reina e Eduardo Bonfim, Dirigentes Sindicais, ao lado de Delegados Sindicais da COELBA e CHESF.



Fonte: Jornal A Tarde, 19 de fevereiro de 1987

ANEXO B

Figura 11 – Entrevista com a Vice-Presidente do SINERGIA-BA, Vanderlay Reina.

Aprofundar a democracia sindical pela base



Esta é a prioridade apontada nesta entrevista por Vanderlay Santana Regina Machado, recém empossada, no último dia 30, diretora do Sindicato dos Eletricitários da Bahia. A primeira mulher membro efetivo da diretoria, depois de quase meio século de assistência do Sindicato, discute aqui a importância da militância sindical de base, inclusive para o engajamento dos trabalhadores nas lutas sindicais mais gerais.

VU — Como encara sua ascensão no Sinergia?

VS — É um claro e rico prenúncio de mudança. Não apenas pelo fato de ser mulher, mas sobretudo por eu ter sido escolhida pela base porque eu não tinha nenhuma representação sindical, apesar de há alguns anos ser uma ativista no meu local de trabalho e nas batalhas da categoria. E fui escolhida, com expressiva votação, como delegada de base ao I Congresso dos Eletricitários, em agosto de 1986. Durante este encontro fui indicada e, no seminário realizado em setembro, quando discutimos as prioridades de luta da categoria, fui escolhida para ser a candidata a vice-presidente na chapa 2.

VU — Por que a base teria apoiado tão firmemente seu nome?

VS — Minha indicação não dependeu apenas das minhas intervenções durante o Congresso e o Seminário. Dependeu muito mais de minha atividade na base, sobretudo na campanha salarial de 1986. Acontece também que minha trajetória é de envolvimento nas lutas dentro da minha empresa — a COELBA (Companhia de Eletrificação da Bahia). Participei ativamente da primeira greve na empresa, em 1985, quando, durante uma semana, paralisamos nossas atividades e obtivemos uma importante vitória. Fiz também assessoria voluntária à gestão passada, na elaboração e aplicação da primeira pesquisa feita na categoria, oportunidade em que fizemos um levantamento das condições de trabalho e saúde do trabalhador eletricitário.

VU — Como prevê sua presença sozinha na Diretoria?

VS — Antevejo que minha presença na direção sindical não será nada fácil, pela condição de ser mulher e com todos os preconceitos e reticências que incidem sobre nós. Porém, com muita dedicação, levando para cima as experiências e propostas das bases (mesmo considerando que a presença da mulher na categoria é relativamente pequena — menos de 30 por cento), acredito que iremos superando os obstáculos e não possamos surgir à nossa intervenção. Sobre tudo porque agirei como dirigente sindical, atenta a todas as questões da categoria, e não apenas às questões específicas da mulher.

VU — Na sua opinião, qual o objetivo da nova Diretoria?

VS — Para mim, nossa meta mais importante — e pela qual me jogarei por inteiro — é o empenho em constituir comissões de empresa, fazendo com que a democracia nasça realmente de baixo. Cada setor escolher o seu representante, permitindo a estruturação formal da representação dos trabalhadores dentro das empresas, será uma das conquistas mais elevadas nossas. Sobre tudo na construção de uma sociedade brasileira mais democrática e considerando que existe uma imensa resistência de dirigentes e chefes nas empresas.

VU — Como superar a distância entre o Sindicato e a categoria?

VS — A incorporação crescente da categoria nas lutas sindicais, como aprendizado das lutas gerais da sociedade, poderá crescer dependendo da atividade dos nossos dirigentes. As direções precisam ser mais transparentes, sem esconder a verdade, mostrando a dureza da vida e da luta a ser empreendida. Precisamos ser mais ativos, deixar as sedes e nos vincularmos mais estreitamente aos que estão na base. Para melhor enfrentar nossas lutas devemos organizar melhor os trabalhadores, procurar conscientizá-los do que é sua classe e quais seus interesses imediatos e os futuros (os estratégicos, em busca de uma real justiça social).

VU — É o Congresso Constituinte?

VS — Apesar de não termos eleito, nacionalmente, maior número de constituintes comprometidos com um regime de amplas liberdades e reais mudanças no plano econômico e social, alimento uma grande esperança. Isto porque acredito que os trabalhadores, através de seus sindicatos e outras associações, e outros setores sociais, estarão vigilantes aos trabalhos da Constituinte, pressionando para que se inscreva na nova Carta as exigências maiores do povo e da Nação brasileira. Além dos debates, o mais decisivo é vincular cada pequena luta nossa a

Metroviários — vence chapa 2

Um Sindicato independente de partidos políticos, democrático, voltado para as reivindicações da categoria que passa por uma série de dificuldades, com salários abaixo do mercado e péssimas condições de trabalho. Foi com esta proposta que a chapa 2, de oposição, venceu as eleições para a renovação da diretoria do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. A apuração, reali-

zada no último dia 7, registrou 1.748 votos da chapa 2, contra 1.440 atribuídos à chapa 1, da situação. Os integrantes da chapa 2, encabeçada por Paulo Otávio de Azevedo, reconheceram a combatividade da gestão que se encerra, ressaltando que ela foi marcada por uma série de erros, entre os quais, uma excessiva corporativização da categoria.

Fonte: Jornal A Voz da Unidade, 30 de janeiro de 1987